

**Luciana Pavowski Franco Silvestre
(Organizadora)**

As Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e a Competência no Desenvolvimento Humano



Luciana Pavowski Franco Silvestre
(Organizadora)

As Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e a Competência no Desenvolvimento Humano

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Natália Sandrini
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
C569	As ciências humanas e sociais aplicadas e a competência no desenvolvimento humano 1 [recurso eletrônico] / Organizadora Luciana Pavowski Franco Silvestre. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (As ciências Humanas e Sociais Aplicadas e a Competência no Desenvolvimento Humano; v. 1) Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-514-3 DOI 10.22533/at.ed.143190607 1. Antropologia. 2. Pluralismo cultural. 3. Sociologia. I. Silvestre, Luciana Pavowski Franco. CDD 301
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A Atena editora apresenta o e-book “Ciências Humanas e Sociais Aplicadas: Competências no Desenvolvimento Humano”.

São ao todo noventa e três artigos dispostos em quatro volumes e dez seções.

No volume 1 apresentam-se artigos relacionados as temáticas *Estado e Democracia; Gênero: desigualdade e violência; Identidade e Cultura e Perspectivas teóricas e produção de conhecimento*. As seções descritas possibilitam o acesso a artigos que introduzem o tema central do e-book, através de pesquisas que abordam a formação social brasileira e como é possível identificar os reflexos desta na constituição do Estado, nos espaços de participação social, nas relações de gênero e constituição da identidade e cultura da população.

O volume 2 está organizado em três seções que apresentam relação e continuidade com o primeiro volume, em que são apresentadas pesquisas que trazem como objeto de estudo as políticas de saúde, de educação e de justiça e a relação destas com a perspectiva de cidadania.

Território e desenvolvimento regional: relações com as questões ambientais e culturais, é a seção que apresenta os artigos do volume 3 do e-book. São ao todo 18 artigos que possibilitam ao leitor o acesso a pesquisas realizadas em diferentes regiões do país e que apontam para a relação e especificidades existentes entre território, questões econômicas, estratégias de organização e meio ambiente e como estas acabam por interferir e definir nas questões culturais e desenvolvimento regional. São pesquisas que contribuem para o reconhecimento e democratização do acesso à riqueza da diversidade existente nas diversas regiões do Brasil.

Para finalizar, o volume 4 apresenta 23 artigos. Nestes, os autores elaboram pesquisas relacionadas a questão econômica, e como, as decisões tomadas neste campo refletem na produção de riqueza e nas possibilidades de acesso ao trabalho e renda. As pesquisas apontam também para estratégias identificadas a exemplo da organização de cooperativas, empreendedorismo, uso da tecnologia e a importância das políticas públicas.

As pesquisas apresentadas através dos artigos são de extrema relevância para as Ciências Humanas e para as Ciências Sociais Aplicadas, e contribuem para uma análise mais crítica e fundamentada dos processos formativos e das relações estabelecidas na atual forma de organização social, econômica e política.

Desejamos boa leitura a todos e a todas!!

Luciana Pavowski Franco Silvestre

SUMÁRIO

ESTADO E DEMOCRACIA

CAPÍTULO 1 1

A BURGUESIA BRASILEIRA NA CRISE POLÍTICA DO IMPEACHMENT DE DILMA ROUSSEFF: UM BALANÇO DA LITERATURA

[Felipe Queiroz](#)

DOI 10.22533/at.ed.1431906071

CAPÍTULO 2 18

BICENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL: QUAIS SENTIDOS DA “NAÇÃO” A CELEBRAR?

[Alexandre Fernandes Corrêa](#)

DOI 10.22533/at.ed.1431906072

CAPÍTULO 3 31

CONSELHOS GESTORES DE POLÍTICAS PÚBLICAS: INSTRUMENTOS DE DEMOCRACIA PARTICIPATIVA E CONTROLE SOCIAL NO MUNICÍPIO DE CURITIBA

[Fabiana Marissa Etzel Barddal](#)

[Ricardo Lobato Torres](#)

DOI 10.22533/at.ed.1431906073

CAPÍTULO 4 40

PARTICIPAÇÃO SOCIAL: AS CONTRADIÇÕES EM MEIO A CONJUNTURA ATUAL

[Eliane Fátima Voitena](#)

[Maysa Nuernberg de V. Costa](#)

[Juliana Yuri Kawanishi](#)

[Talyssa Aparecida Stremel Vieira](#)

DOI 10.22533/at.ed.1431906074

GÊNERO: DESIGUALDADE E VIOLÊNCIA

CAPÍTULO 5 47

A DESIGUALDADE DE GÊNERO NO PROCESSO DE ENVELHECIMENTO

[Maysa N. de Vasconcellos Costa](#)

[Talyssa Aparecida Stremel Vieira](#)

[Juliana Yuri Kawanishi](#)

DOI 10.22533/at.ed.1431906075

CAPÍTULO 6 57

A EVOLUÇÃO DO CONCEITO DE FAMÍLIA BRASILEIRA

[Natália Schettine Marques](#)

[Milena Cirqueira Temer](#)

[Fernanda Franklin Seixas](#)

[Andréia Almeida Mendes](#)

[Lídia Maria Nazaré Alves](#)

DOI 10.22533/at.ed.1431906076

CAPÍTULO 7	67
FAMÍLIAS MONOPARENTAIS E A FEMINIZAÇÃO DA POBREZA	
Virginia de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.1431906077	
CAPÍTULO 8	75
HOMOFOBIA: PERCEPÇÃO DE ESTUDANTES DO IF BAIANO – CAMPUS ITAPETINGA	
Cátia Brito dos Santos Nunes	
João Diógenes Ferreira dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.1431906078	
CAPÍTULO 9	82
VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO MUNICÍPIO DE PORTO SEGURO – BA	
Péricles Sena dos Santos Júnior	
DOI 10.22533/at.ed.1431906079	
IDENTIDADE E CULTURA	
CAPÍTULO 10	91
BALATA, PARAFUSO, ENSINO E INVESTIMENTO: O TRABALHO NO ACERVO AUDIOVISUAL DO INSTITUTO NACIONAL DE CINEMA EDUCATIVO	
Rafael Fermino Beverari	
DOI 10.22533/at.ed.14319060710	
CAPÍTULO 11	105
DIÁLOGOS: BRASIL, ÁFRICA E O DESAFIO DE SANTCHO: O MACAQUINHO	
Patrícia Aparecida Souza	
Lídia Maria Nazaré Alves	
Leonardo Gomes de Souza	
Paulo César Risso de Souza	
Janilson Carvalho de Alvarenga Mendes	
Ivete Monteiro de Azevedo	
DOI 10.22533/at.ed.14319060711	
CAPÍTULO 12	116
DIREITO À CULTURA NO BRASIL: UMA ANÁLISE SOBRE O NEOLIBERALISMO CULTURAL	
Bárbara Cristina Kruse	
Leonel Brizolla Monastirsky	
DOI 10.22533/at.ed.14319060712	
CAPÍTULO 13	125
IDENTIDADE E LUGAR: IMPACTOS DA IMPLANTAÇÃO DE EQUIPAMENTO COMUNITÁRIO DE GRANDE PORTE EM ÁREA HISTÓRICA NA CIDADE DE BAURU-SP	
Lucas do Nascimento Souza	
Tatiana Ribeiro de Carvalho	
DOI 10.22533/at.ed.14319060713	

CAPÍTULO 14 138

O SUSTO E A ORDEM: O BARROCO COMO FERRAMENTA DE ANÁLISE DA FORMAÇÃO DO BRASIL

[Wallace Faustino da Rocha Rodrigues](#)

DOI 10.22533/at.ed.14319060714

CAPÍTULO 15 155

TERRITÓRIO DA CIDADANIA DO JALAPÃO: RESGATE HISTÓRICO E DESAFIOS

[Maria Antônia Valadares de Souza](#)

[Heber Rogério Grácio](#)

[Airton Cardoso Cançado](#)

[Nayara Silva dos Santos](#)

[Gislâne Barbosa](#)

DOI 10.22533/at.ed.14319060715

CAPÍTULO 16 167

IMAGEM E PODER: A FABRICAÇÃO DE LUÍS XIV E D. PEDRO II

[Cristiane Aparecida Rodrigues](#)

[Mariana Luana Martins](#)

[Lidiane Hott de Fúcio Borges](#)

[Amanda Dutra Hot](#)

[Germano Moreira Campos](#)

DOI 10.22533/at.ed.14319060716

CAPÍTULO 17 180

AVALIAÇÃO ARQUEOLÓGICA EM ARTEFATOS CERÂMICOS ENCONTRADOS EM SANTARÉM: ÁREAS 4A E 4B DO SÍTIO PORTO

[Hudson Romário Melo de Jesus](#)

[Lilian Rebellato](#)

DOI 10.22533/at.ed.14319060717

CAPÍTULO 18 193

A QUESTÃO URBANA DERIVADA DAS TRANSFORMAÇÕES ECONÔMICO-SOCIAIS EM ARMANDO AUGUSTO DE GODOY: A CIDADE DESEJADA SOBRE A CIDADE QUE SE TEM

[Celina Fernandes Almeida Manso](#)

DOI 10.22533/at.ed.14319060718

CAPÍTULO 19 207

PORQUE O ESPÍRITO NÃO TEM FORMA, MUITO MENOS COR: O PRECONCEITO RACIAL E A PRESENÇA DE NÃO-NEGROS NA UMBANDA

[Mariana Datria Schulze](#)

[Andrieli do Canto Nunes](#)

[Denise Vieira Taborda](#)

[Isabela Holz](#)

DOI 10.22533/at.ed.14319060719

PERSPECTIVAS TEÓRICAS E A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO

CAPÍTULO 20 218

PROPOSTA ARQUITETÔNICA PARA UM CENTRO DE DANÇA MUNICIPAL EM PALMAS-TO

[Laryssa Aguiar Melo](#)

DOI 10.22533/at.ed.14319060720

CAPÍTULO 21	232
PRESERVAÇÃO DA INFORMAÇÃO: GERENCIAR PARA POSSIBILITAR O ACESSO	
Luana de Almeida Nascimento	
DOI 10.22533/at.ed.14319060721	
CAPÍTULO 22	244
AQUISIÇÃO DE INFORMAÇÕES CIENTOMÉTRICAS A PARTIR DA WEB DE DADOS: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA NO CONTEXTO DE UMA UNIVERSIDADE BRASILEIRA	
Sandro Rautenberg	
Paulo Ricardo Vивиurka do Carmo	
DOI 10.22533/at.ed.14319060722	
CAPÍTULO 23	261
O PROCESSO DE PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO NO PPGSS/UFPB: O ESTADO DA ARTE DAS DISSERTAÇÕES DE MESTRADO VINCULADOS À ÁREA DE FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-PRÁTICA DO SERVIÇO SOCIAL	
Bernadete de Lourdes Figueiredo de Almeida	
Lucicleide Cândido dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.14319060723	
CAPÍTULO 24	279
REFLETINDO SOBRE A RELAÇÃO ENTRE AS IMAGENS DE THÉODORE DE BRY E O TEXTO ESCRITO NA OBRA “DUAS VIAGENS AO BRASIL” DE HANS STADEN	
Wallace Rodrigues	
DOI 10.22533/at.ed.14319060724	
CAPÍTULO 25	288
UM RECORTE SOBRE O CONCEITO DE CONHECIMENTO: UMA PROPOSTA DE PERPETUAÇÃO DOS ATIVOS INTANGÍVEIS DAS ORGANIZAÇÕES	
José Carlos de Souza	
Rosane Aparecida Moreira	
Roque Kleiber Silva Brandão	
DOI 10.22533/at.ed.14319060725	
CAPÍTULO 26	296
A MORTE NA FILOSOFIA DE E.M CIORAN: CAMINHOS PARA O NIILISMO	
Jheovanne Gamaliel Silva de Abreu	
Luédlley Raynner de Souza Lira	
DOI 10.22533/at.ed.14319060726	
CAPÍTULO 27	305
BIBLIOTECÁRIOS DAS FORÇAS ARMADAS: PERFIS E CONCEPÇÕES	
Márcio da Silva Finamor	
DOI 10.22533/at.ed.14319060727	
SOBRE A ORGANIZADORA.....	321
ÍNDICE REMISSIVO	322

A BURGUESIA BRASILEIRA NA CRISE POLÍTICA DO IMPEACHMENT DE DILMA ROUSSEFF: UM BALANÇO DA LITERATURA

Felipe Queiroz

Doutorando em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)

Este trabalho foi apresentado originalmente no 42o Encontro Anual da ANPOCS (2018), no SPG *Estado e burguesia no Brasil*.

RESUMO: Este artigo tem por objetivo fazer um balanço bibliográfico sobre a participação da burguesia brasileira na crise política do governo de Dilma Rousseff. As interpretações para a crise podem ser agrupadas em três grandes grupos: i) macroeconômicas: divididas em dois polos: ortodoxo – criticando o abandono do tripé macroeconômico – e heterodoxo – criticando o abandono precipitado das políticas neodesenvolvimentistas; ii) econômico-financeiro: variando desde as interpretações que compreendem que a condição histórica do capitalismo brasileiro produziu uma burguesia industrial dependente do rentismo, até os estudos de caso que apontam para o alto endividamento das empresas durante os mandatos da governantes petista; iii) políticas: as leituras políticas para a crise são amplas e variadas, abarcando desde as interpretações institucionalistas, até as que priorizam os conflitos e interesses de classes. Em decorrência das diferentes interpretações para a crise, a pesquisa adotou como recorte

temporal o período que compreende os dois mandatos de Dilma Rousseff (2011-2016).

PALAVRAS-CHAVE: Crise política; governo Dilma Rousseff; burguesia.

THE BRAZILIAN BOURGEOISIE IN THE POLITICAL CRISIS OF DILMA ROUSSEFF'S IMPEACHMENT: A BALANCE OF LITERATURE

ABSTRACT: This article aims to take stock of the participation of the Brazilian bourgeoisie in the political crisis of Dilma Rousseff 's government. The interpretations for this crisis can be grouped into three main groups: (i) macroeconomic: divided into two poles: orthodox - criticizing the abandonment of the macroeconomic tripod - and heterodox - criticizing the precipitous abandonment of neodesvelopmentisms policies; ii) financial-economic: ranging from the interpretations that understand that the historical condition of Brazilian capitalism produced an industrial bourgeoisie dependent on the rentism, to the case studies that point to the high indebtedness of the companies during the mandates of the PT governors; iii) politics: the political readings for the crisis are broad and varied, ranging from institutionalist interpretations to those that prioritize class conflicts and interests. As a result

of the different interpretations for the crisis, the research adopted as a temporal cut the period comprising the two mandates of Dilma Rousseff (2011-2016).

KEYWORDS: Political crisis; Dilma Rousseff's government ; Bourgeoisie.

1 | INTRODUÇÃO

Em 31 de agosto de 2016 foi concluído o processo de impeachment que cassou o mandato da Presidente da República, Dilma Rousseff. Esse processo jurídico-parlamentar – vale apontar, desdobramento traumático da crise política – teve início em dezembro de 2015, quando o então Presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha ([P]MDB), acolheu a denúncia contra a chefe do Executivo. A conjuntura na qual o processo se desenvolveu revelou que as questões inerentes à base da denúncia (FALCÃO, ARGUELHES e PEREIRA, 2017; PRONER, CITTADINO, e TENENBAUM, 2016) constituíam apenas um álibi, no qual se materializavam interesses políticos (ALMEIDA, 2016; LIMONGI, 2015, 2017), econômicos (BASTOS, 2017; ROSSI; MELLO, 2016) e sociais (PAULANI, 2016) de classes e frações de classes sociais específicas (BOITO JR., 2016a, 2017, 2018; SINGER, 2016, 2018; SOUZA, 2016). O próprio Michel Temer ([P]MDB) – vice na chapa com Dilma Rousseff – poucos dias após o término do processo declarou, em discurso a empresários e investidores nos Estados Unidos, que o *impeachment* ocorreu porque a então presidente não aceitara o programa político e econômico proposto pelo [P]MDB em outubro de 2015, *Uma ponte para o futuro*¹. (VIEIRA, 2016)

A crise política do governo Dilma Rousseff é um fenômeno político amplo e complexo que envolve diversas dimensões, podendo ser observado por diferentes ângulos (econômico, político, jurídico, institucional, entre outros), ou a partir da ação dos diversos sujeitos políticos envolvidos: i) cobertura dos grandes veículos de imprensa (GONÇALVES, 2016; SOUZA, 2016), com os “vazamentos” seletivos de áudios e a “construção de consensos” em torno da ideia de que os casos de corrupção se restringiam ao partido governista (PT) e seus aliados mais próximos (SOUZA, 2016); ii) os juízes federais à frente da Operação Lava Jato (BOITO JR., 2016c); iii) a atuação dos Deputados Federais e Senadores na cena política (PRANDI e CARNEIRO, 2018; ALMEIDA, 2017); iv) partidos políticos (SOUZA FILHO e SILVA, 2017) e movimentos sociais, entre eles os que surgiram após as manifestações de junho de 2013, como o MBL e o Vem Pra Rua (CRUZ, KAYSEL e CODAS Orgs., 2015; QUEIROZ, 2016); v) as diferentes frações burguesas, que atuaram política e economicamente, influenciando a produção, os investimentos, a taxa de câmbio e

1. O documento *Uma ponte para o futuro* foi lançado pela Fundação Ulysses Guimarães, o braço teórico do MDB, em outubro de 2015. As principais propostas do programa são: i) ajuste fiscal contracionista; ii) limite para as despesas de custeio; iii) política de privatizações, além de concessões amplas em todas as áreas de logística e infraestrutura e retorno ao regime anterior de concessões na área de petróleo e gás; iv) maior abertura comercial e busca de acordos bilaterais; e v) reforma trabalhista. Conforme Paulani (2016, p. 74), “a essência do documento é o regaste da agenda neoliberal (o modelo perdedor nas eleições de 2014), purificando-a dos arroubos sociais dos governos do PT e retomando o processo de privatizações, relativamente brechado nas gestões de Lula e Dilma”.

as expectativas econômicas, com a justificativa de que a “situação política estava gerando instabilidade no mercado”.

Os interesses envolvidos nesse fenômeno político e social, quando analisados a partir, exclusivamente, da ação dos indivíduos envolvidos e das correntes de opinião, podem conduzir a interpretações equivocadas ou distorcidas sobre o próprio fenômeno, uma vez que, em diversos momentos da conjuntura da crise política diversos sujeitos envolvidos apresentaram posições contraditórias ou em oposição aos seus reais interesses. A crise política era apresentada como resultado da má administração pública, da corrupção e da crise econômica. Mas, em essência, o que se configurava era “um conflito distributivo, pela apropriação da riqueza”, no qual estão envolvidas diversas classes e frações de classes. (BOITO JR., 2016b, p. 25)

Dentro desse contexto, nossa investigação se propõe a fazer o levantamento da literatura que trata da participação da burguesia na crise política durante o governo Dilma Rousseff. A definição de um recorte temporal preciso, isto é, um marco que defina o seu início, ainda é um objeto de disputa e debate. Alguns autores defendem que a crise teve início após o resultado do segundo turno da disputa eleitoral de 2014, quando o candidato à Presidência da República, Aécio Neves, ao perder a disputa tentou “um terceiro turno” (BRAGA; MONTROSE, 2017; MARQUES e ANDRADE, 2016). Essa é a posição, por exemplo, de Almeida (2016, p. 25-236) que entende que “no fundo, o processo de impedimento da presidente reeleita começou naquele 30 de outubro para a oposição em geral e para os tucanos em particular”. Outros autores, porém, entendem que a crise que resultou no golpe do impeachment já estava sendo gestada desde o primeiro mandato, com os conflitos entre classes e frações de classes (BOITO, 2018; BASTOS, 2017; CARVALHO, 2018; SINGER, 2018), disputas políticas (LIMONGI, 2015, 2017) e conflitos sociais (SOUZA, 2016; QUEIROZ, 2016; CAVALCANTE, 2015). Com o objetivo de abarcar as discussões e debates que se desenvolviam desde o início do primeiro mandato de Dilma Rousseff adotaremos como recorte de análise o período que compreende os dois mandatos da governante petista. Nesse sentido, realizamos o levantamento, a leitura crítica e a comparação de trabalhos publicados entre 2011 e 2018, sob o formato de livros, dissertações, teses, artigos publicados em revistas ou encontros acadêmicos e relatórios de pesquisa.

Sobre o material consultado, cabe-nos fazer previamente duas observações: Primeiro, a crise política que resultou do governo Dilma Rousseff é um fenômeno ainda recente, conseqüentemente, a quantidade de análises publicadas ainda é limitada, sobretudo, em nosso caso, que buscamos analisar a participação das diferentes frações burguesas no contexto da crise política; segundo, parte considerável do material produzido até o momento pode ser denominado como bibliografia militante, por isso, tentamos na medida do possível nos abster dele. Terceiro, o material apresentado neste artigo é parte da pesquisa que ainda estamos desenvolvendo no âmbito do doutorado. Por isso, os resultados que apresentaremos não tem por

objetivo serem conclusivos, antes, visam fomentar questões e contribuir com o debate que ainda está em curso.

Portanto, a partir do levantamento bibliográfico, dividimos as principais análises e interpretações para a participação da burguesia brasileira na crise política em três grandes grupos: macroeconômico; econômico-financeiro; e político.

As explicações macroeconômicas agrupam-se basicamente em dois grupos: ortodoxos, criticando o abandono do tripé-macroeconômico (BARBOSA, 2015; MESQUITA, 2014), e heterodoxos, criticando o abandono precipitado das políticas neodesenvolvimentistas (BASTOS, 2017; CARNEIRO, 2017; ROSSI e MELLO, 2016) e a adoção do receituário neoliberal ortodoxo (DOWBOR, MOSANER et al, 2016), a fim de atender aos anseios de frações descontentes da burguesia brasileira, bem como do capital externo (PAULANI, 2016).

As reflexões de viés econômico-financeiro variam desde as que compreendem que a condição histórica do capitalismo brasileiro produziu uma burguesia industrial dependente do rentismo (MELLO *apud* SINGER, 2017, p. 85; CARVALHO, 2018) até os estudos de caso que mostram que o alto endividamento das empresas, num contexto de pressão inflacionária e conseqüente aumento da taxa básica de juros, gerou insatisfação do empresariado com relação aos rumos tomados pela política macroeconômica do governo. (SINGER, 2017; ALMEIDA, NOVAIS, ROCHA 2016)

As interpretações políticas para a crise do governo Dilma Rousseff não deixam de ser amplas e variadas, abarcando desde as reflexões que apontam para a crise de representação até as que compreendem que faltou estratégia no jogo político.

2 | CRISE ECONÔMICA E CRISE POLÍTICA

Ao analisar a crise do governo Dilma Rousseff devemos, inicialmente, destacar que não se trata apenas de uma crise política, mas da conjugação de duas crises: uma crise econômica, que se desenvolveu desde o primeiro mandato (BASTOS, 2017; DOWBOR, MOSANER et al, 2016; ROSSI e MELLO, 2016; QUEIROZ, 2016), e uma crise política que se iniciou em 2014. Essas duas crises estão intrinsecamente ligadas. Como observa Almeida (2016, p. 42), “a crise econômica seria irmã da crise política, e vice-versa, e ambas seguiriam juntas até o impeachment”. Essa observação é importante e nos adverte sobre dois erros simetricamente opostos: i) analisar a crise política como se fosse um mero resultado da crise econômica; ii) desconsiderar os efeitos da crise econômica na crise política, como se esta fosse apenas uma crise institucional ou partidária.

Ao analisar o primeiro biênio do governo Dilma Rousseff (2011-2012), Cagnin, Prates, Freitas e Novaes (2013) apontam três períodos distintos da gestão da política macroeconômica: i) No primeiro, que abarca o primeiro semestre de 2011, as políticas monetária e fiscal foram restritivas, no intuito de arrefecer a atividade

econômica e, conseqüentemente, conter a aceleração inflacionária do período²; ii) entre o segundo semestre de 2011 e o final do primeiro do primeiro semestre do ano seguinte, com a alteração da política macroeconômica, em decorrência, entre outros fatores, do aprofundamento da crise na zona do euro; iii) após o segundo semestre de 2012, com a desaceleração da atividade econômica.

Com o agravamento da crise econômica internacional e os seus efeitos sobre a economia brasileira, a equipe econômica do governo Dilma Rousseff adotou diversas medidas para estimular a produção e o consumo internos (ROSSI; MELLO, 2017). O conjunto dessas medidas econômicas atendiam prioritariamente as reivindicações de diversos setores que compõem a grande burguesia interna, especialmente o industrial, representado pela Fiesp³. As medidas adotadas pelo governo Dilma, entre 2011 e início de 2013, podem ser divididas, basicamente, em quatro frentes: i) Política monetária: O Banco Central (Bacen) iniciou o ciclo de redução da taxa Selic em agosto de 2011 e prosseguiu até outubro de 2012, quando a taxa básica de juros (Selic) atingiu seu menor patamar histórico (7,25% a.a.)⁴; ii) Redução das taxas financiamento e Sustentação da oferta de crédito pelos bancos públicos. Os bancos públicos reduziram suas margens de spread⁵, pressionando, por sua vez, todo o setor bancário a seguir o mesmo caminho; III) Sustentação dos investimentos públicos. Juntamente com a redução da taxa de juros e a ampliação da oferta de crédito no mercado doméstico, o governo adotou uma política fiscal expansionista, com a adoção de pacotes de compras governamentais e de investimentos públicos⁶. IV) Estímulo à produção industrial. Entre as medidas adotadas estão o programa de Sustentação do Investimento (PSI), no qual subsidiava a aquisição de máquinas e equipamentos através do BNDES; o Plano Brasil Maior⁷; reforma no setor elétrico que barateou em 20% o preço da energia elétrica; desoneração da folha de pagamento para diversos setores intensivos em mão de obra, além das medidas de proteção à indústria doméstica como o aumento do IPI sobre veículos importados

2. Devemos recordar que, após a eclosão da crise financeira global em 2008, o governo Lula adotou diversas medidas “anticíclicas” para combater os efeitos deletérios sobre a economia brasileira. Nesse sentido, o conjunto das medidas adotadas no período contribuiu para que o PIB em 2009 tivesse leve queda de 0,1%, e no ano seguinte, 2010, apresentasse alta de 7,5%. Essa forte alta do PIB gerou a preocupação quanto ao controle inflacionário.

3. Em 26 de maio de 2011, o presidente da Fiesp, Paulo Skaf, juntamente com os presidentes da Força Sindical, Paulo P. Silva (Paulinho), e da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Artur Henrique, publicam um artigo em conjunto na *Folha de S. Paulo* – “Um acordo pela Indústria” – demandando do governo medidas efetivas para estimular a indústria doméstica.

4. Devemos lembrar que, para que fosse possível tal redução, o governo Dilma alterou a remuneração dos depósitos em caderneta de poupança, mediante vinculação de seu rendimento à taxa Selic. Desse modo, foi possível reduzir a taxa Selic, para um patamar abaixo do que até então era a remuneração mínima das cadernetas de poupança.

5. Diferença entre a taxa de empréstimo cobrada pelos bancos dos tomadores de crédito e a taxa de capitação paga aos clientes.

6. Entre as medidas adotadas nesse âmbito está o Programa de Investimentos em Logística (PIL), que é um programa de concessões em rodovias e ferrovias e previa inicialmente a inversão de R\$ 133 bilhões em infraestrutura.

7. O programa foi lançado em agosto de 2011 e previa diversas medidas para estimular o investimento industrial, desde a redução do IPI sobre bens de capital à incentivos aos microempreendedores individuais (MEI’s). A proposta inicial era de que o programa injetasse, por meio do BNDES, em torno de R\$ 600 bilhões até 2015 (Cf. SINGER, 2015).

ou que tivessem menos de 65% de componentes nacionais e o Reintegra (Regime Especial de Reintegração dos Valores Tributários para as Empresas Exportadoras). O Secretário de Política Econômica no período, Marcio Holland, denominou essas medidas de “Nova Matriz Econômica” (NME) (CARNEIRO, 2017).

Essas medidas econômicas, no entanto, não resultaram em crescimento econômico. Após alta de 4,0% do PIB em 2011, a economia brasileira cresceu 1,9% e 3,0% e 0,5%, em 2012, 2013 e 2014, respectivamente. Nesse sentido, Singer (2017) compreende que a “Nova Matriz Econômica” não passou de um “ensaio desenvolvimentista” – “ensaio” por conta da rapidez da sua duração, menos de dois anos –, no qual o governo adotou as pautas do setor produtivo, entrando em conflito aberto com o setor bancário.

Mediante esse cenário, alguns autores incorrem no erro de reduzir a crise política à crise econômica, como é o caso, por exemplo, de Barbosa (2015, 2016), que entende que a crise brasileira é o resultado do desajuste fiscal. Para ele (BARBOSA, 2015, p. 30) a origem da crise econômico-política brasileira está na adoção da Nova Matriz Econômica (NME), pois ela “foi equivalente a um choque de oferta na economia brasileira produzindo inflação elevada e baixo crescimento econômico”. O autor (Idem), que se limita a criticar a política macroeconômica do primeiro governo Dilma por não atingir o centro da meta de inflação, descarta de sua análise todas as demais variáveis econômicas, políticas e sociais, e reduz a crise política ao abandono da rigidez do tripé macroeconômico (metas de inflação, geração de superávits primários e câmbio flutuante).

As análises de Bacha (2016), Mesquita (2014) Pessoa (2015) e Safatle, Borges e Oliveira (2016) apresentam poucas variações em relação à leitura de Barbosa (2015). Para esses autores, a crise política é o resultado do “abandono” da ortodoxia econômica e a adoção de uma política macroeconômica heterodoxa, representada especialmente pela Nova Matriz Econômica (NME). Sobre o conjunto dessas críticas, Sawaya (2016, p. 63) aponta que elas proveem majoritariamente de “economistas das instituições de ensino de economia ortodoxas (PUC/RJ, Insper, FGV, principalmente) que fornecem o aparato ideológico-teórico para a política de metas de inflação”, e nesse período específico “saíram em guerra nos jornais e televisão contra o governo sob a acusação de abandono da política de metas de inflação”.

Outros autores, por sua vez, apontam que o aprofundamento da crise econômica está atrelado a outros fatores, tais como: alteração nos rumos da política macroeconômica entre os governos Lula e Dilma, ineficiência das desonerações e estímulos setoriais, limitação da estrutural da economia, além do excessivo arrocho fiscal, especialmente no início do primeiro mandato e durante o segundo mandato.

Para Rossi e Mello (2016, p. 260) a ineficiência da política macroeconômica do primeiro mandato de Dilma Rousseff está atrelada a entreses estruturais da economia brasileira: “para além dos erros na condução da política econômica, a desaceleração da economia brasileira deve ser entendida a partir dos elementos

estruturais que constituíram a formação do mercado de consumo e da dificuldade da estrutura produtiva em acompanhar as transformações na demanda”. Contudo, os autores compreendem que “nem os entraves estruturais tampouco os erros de política econômica no primeiro governo Dilma explicam a intensidade da queda da atividade econômica em 2015 e 2016”, antes, “essa crise [econômica] deve ser entendida no contexto de uma crise política”. Como o objetivo dos autores (ROSSI e MELLO, 2016) não é analisar a crise política, mas refletir sobre os “componentes macroeconômicos e estruturais” da crise econômica, elas apenas apontam a correlação entre ambas as crises, e, principalmente, que a crise econômica “deve ser entendida no contexto” da crise política.

Carvalho (2018, p. 40), defenderá a tese de que a crise brasileira é o resultado das alterações nos rumos da política macroeconômica e da ineficácia da política de estímulo à produção interna: “Em 2006, o Estado tornou-se mais ativo no estímulo direto ao mercado interno por meio da expansão dos investimentos públicos. Em 2011, essa atuação deu lugar a uma estratégia baseada nos incentivos ao setor privado, tanto via política fiscal, quanto via política monetária e creditícia”. As desonerações fiscais e os subsídios beneficiaram apenas momentaneamente o setor produtivo, pois, tais políticas não tiveram o mesmo efeito multiplicador sobre a economia como as políticas sociais e os investimentos públicos dos governos Lula.

A ineficácia da política de desoneração do setor produtivo, segundo a autora, decorreu de pelo menos três variáveis: Primeiro, a desaceleração da demanda interna e o aprofundamento da crise externa, por um lado, aumentavam o nível de ociosidade da capacidade instalada, e, por outro lado, reduziam as expectativas econômicas e conseqüentemente seus investimentos. Como as expectativas de produção e consumo estavam se deteriorando – e os investimentos públicos já não cresciam no mesmo ritmo que no governo anterior – parte do empresariado preferiu reter os investimentos, logo, as desonerações resultaram em aumento da taxa de retorno do capital no curto prazo. A segunda variável diz respeito ao elevado nível de endividamento das empresas. Segundo a autora, parte do crédito direcionado ao setor produtivo não se converteu em investimentos produtivo, mas em operações financeiras para reduzir o grau de endividamento das empresas. A terceira variável está atrelada ao “processo de financeirização do setor produtivo da economia”:

[...] O fracasso da política de desonerações está relacionada ao processo de financeirização do setor produtivo da economia. A relação íntima entre o capitalismo financeiro e o capitalismo produtivo, que é um fenômeno global, se expressa no Brasil sobretudo pelas atividades de tesouraria das empresas, cada vez mais importantes para sua lucratividade. (CARVALHO, 2018, p. 74)

De acordo com a autora (Idem), são estas as variáveis que ajudam a explicar, por um lado, o aprofundamento da crise econômica, gerando o grave problema fiscal do início do segundo mandato de Dilma, e, por outro lado, parte da crise política, com o desgaste da relação entre governo e empresários, especialmente com aqueles

que já estavam sendo beneficiados pelas políticas econômicas estatais.

É importante frisar que, apesar de a autora entender que, “ao atender as demandas de setores influentes do empresariado industrial, o governo Dilma enfrentou alguns interesses do capital financeiro”, sua análise subestima o conflito entre as frações burguesas na crise política. Na realidade, ao adotar a tese da “financeirização do setor produtivo”, Carvalho (2018) desconsidera, em última instância, a existência de diferentes de diferentes frações burguesas, com objetivos distintos que estão em disputas. Desse ponto resulta uma contradição em sua análise, pois, como o “setor produtivo” pode demandar a “agenda Fiesp” (conjunto de medidas que desoneram a indústria, subsidiam os investimentos e lutam pela redução da taxa de juros – Selic –, além da diminuição dos *spreads* bancários) se, em última análise, ele está financeirizado e quer que o Banco Central mantenha a taxa Selic elevada? Outra decorrência dessa tese é o simplismo analítico, pois, ao desconsiderar o fracionamento da classe dominante, a autora subestima os conflitos entre as diferentes frações burguesas na conjuntura da crise política e seus reflexos sobre a cena política.

3 | FRAÇÕES BURGUESAS E CRISE POLÍTICA

Conforme já apontamos na Introdução, as interpretações políticas para a crise do governo Dilma Rousseff são amplas e variadas, por isso, cabe enfatizar, nos centraremos apenas em trabalhos que tratam da participação da burguesia nessa conjuntura específica. As análises que trataremos nesse tópico não se circunscrevem ao período que compreende o segundo mandato da governante petista. Braga e Montrose (2017) e Hoelever (2017) fazem importante cronologias sobre a conjuntura da crise política, com o objetivo de mostrar, por um lado, como se deu a articulação do golpe (*impeachment*), e por outro, como as diferentes frações burguesas, bem como alguns *Think Tanks*, se posicionam politicamente ao longo da crise.

No entanto, em decorrência dos objetivos e dos recortes temporais⁸, os trabalhos dos referidos autores não apontam para a gênese da crise, apenas analisam a participação da diferentes frações burguesas nela, e apontam o momento no qual ocorre o rompimento formal das diferentes frações da burguesia com o governo e as “justificativas” para apoio da campanha pelo impeachment⁹. Noutros termos,

8. Hoelever (2017) faz uma “cronologia da campanha golpista e contrareformista no Brasil”, entre março de 2015 – quando grupos de direita (com destaque para o “Vem pra rua” e o “Movimento Brasil Livre”) convocaram atos nacionais contra o governo Dilma – e agosto de 2016, com o fim do processo de impedimento e a cassação do mandato da governante petista. Já Braga e Montrose (2017) adotam um recorte temporal mais amplo, entre o resultado das eleições de 2014 e agosto de 2016. Os autores (BRAGA e MONTROSE, 2017, p. 132-4) dividem a conjuntura da crise política em quatro períodos distintos, a saber: i) Entre o resultado do segundo turno das eleições presidenciais de 2014 e a eleição de Eduardo Cunha à presidência da Câmara dos Deputados no início da legislatura; ii) Da eleição de Eduardo Cunha à presidência da Câmara até o seu anúncio de ruptura com o governo; iii) Entre a ruptura de Cunha com o governo às grandes manifestações de março de 2016; iv) Entre as manifestações de março de 2016 e a aprovação do impedimento pelo Senado.

9. “até meados de 2015, nenhuma entidade de classe da burguesia ou de seus representantes mais expressivos havia manifestado apoio formal, público, à deposição de Dilma Rousseff”. (HOELEVER, 2017, p. 225)

essas análises mostram como, a partir de uma crise em curso, as diferentes classes e frações de classe contribuíram com o seu desenvolvimento, mas não com sua formação. Portanto, apresentaremos as análises que tratam da participação das diferentes frações burguesas não apenas no momento mais tenso da crise políticas, após o resultado da eleição de 2014, mas principalmente as que consideram as contradições e conflitos de classes expressos desde o primeiro mandato de Dilma Rousseff.

Para Souza (2016, p. 129) o processo de impeachment é o resultado de um golpe que se deu por meio de um “amplo acordo de interesses [...] entre as diversas elites, agora comandado pela elite financeira”. Antes de adentrar na análise do autor, cabe-nos fazer uma observação sobre o conceito de “elite” que ele utiliza. O conceito como é mobilizado pelo autor é bastante vago e impreciso. Em linhas gerais, a “elite” abarca diferentes frações da grande burguesia – “elite econômica”; a mídia, especialmente os grandes monopólios televisivos; a alta classe média; o Congresso Nacional; e o Judiciário, que o autor define como “casta jurídica”.

Ao analisar a crise política, o autor (SOUZA, 2016) argumenta que em sua origem está o conflito distributivo da riqueza, no qual as diferentes elites se juntaram, sob a bandeira genérica da luta contra a corrupção, para barrar o “frágil Estado de bem-estar construído para o aprofundamento do processo de inclusão”. Logo, os ataques jurídico e midiático contra o PT “não foram ataques a pessoas ou a partidos específicos”, mas constituíram-se, em última instância, em “ataques a uma política bem-sucedida de inclusão das classes populares que Lula e o PT representaram”. (Idem, p. 85).

O principal articulador do golpe para Souza (2016) foi a “elite financeira”, que mobilizou as demais elites, bem como comprou o Congresso Nacional, para derrubar a presidente petista: “quando a elite econômica sob o comando da fração financeira se une contra a presidenta depois de ganhar a batalha pelo juro alto, ela desencadeia dois movimentos: aciona sua sócia no saque da sociedade, que é a mídia [...] e tenta comprar as eleições para o executivo e legislativo nas eleições de 2014”. O golpe somente foi possível pela articulação prévia do tripé do golpe: “mídia venal, Congresso reacionário e comprado e a fração mais corporativa e mais moralista de ocasião da casta jurídica”. (SOUZA, 2016, p. 130-131). Conforme podemos observar, a definição de “elite econômica” é genérica e imprecisa, ocultando os conflitos e disputas no interior da burguesia, e liga mecanicamente as demais frações econômicas (que o autor não define) à “fração financeira”. Deste modo, a questão do “juro alto” dá a entender que é interesse não apenas da “fração financeira”, mas de toda a “elite econômica”, o que é um equívoco.

Vacarri (2016) analisa os discursos da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e dos banqueiros frente à política econômica do primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014). Apesar de a análise do discurso não ser suficiente para explicar por si só as disputas e formas de atuação das diferentes frações

burguesas na disputa pela definição da política de Estado, o trabalho de Vaccari (2016), ao sistematizar os discursos e pronunciamentos de lideranças empresariais, esclarece pontos importantes do conflito entre industriais e banqueiros ao longo do primeiro mandato de Dilma Rousseff.

A análise de Vaccari (2016) contribui com as reflexões de Boito Jr. (2016a, 2017; 2018), Boito Jr. e Saad (2017), Farias e Pereira (2017), Martuscelli (2017) e Singer (2015, 2016a, 2017) sobre a crise política. Apesar das diferenças teóricas e analíticas entre os referidos autores, eles têm em comum o entendimento de que a crise política não é resultado único da ação individual de parlamentares ou partidos políticos (LIMONGI, 2017), mas que em sua origem está o conflito entre as diferentes frações burguesas pela definição da política econômica do Estado.

Para Singer (2018) no centro do conflito está a disputa entre as “coalizações” rentista e produtivista. Conforme já analisamos, o conjunto das medidas postas em prática pela equipe econômica do governo Dilma Rousseff durante o seu primeiro mandato visava atender especialmente o setor industrial, em contraposição aos interesses do setor financeiro, em geral, e os bancos, em específico. A burguesia industrial, na análise do autor, integrou a base política de apoio até meado do primeiro mandato, pois, “a partir de 2012 começa gradualmente a sair da coalizão produtivista e passa para a rentista”. Foi esse deslocamento da burguesia industrial passando para a oposição que comprometeu não apenas o “ensaio desenvolvimentista”, mas a própria base política de apoio do governo.

“Mas o que explica tal deslocamento, quando todas as reivindicações haviam sido atendidas?” (SINGER, 2016, p. 44). Esta pergunta é central em nossa discussão.

Segundo Farias e Pereira (2017), uma hipótese plausível para o realinhamento da burguesia industrial nessa conjuntura específica está no receio desta fração de classe quanto a uma possível “política bonapartista” por parte do governo Dilma Rousseff. Conforme os autores:

[...] apesar de o governo sustentar a hegemonia do setor industrial, os representantes diretos dessa fração de classe transitaram para a postura de não fazer a defesa do governo diante das críticas do setor bancário. É que os representantes industriais intuía, mas de maneira distorcida, a possibilidade de o governo adotar uma política bonapartista, ou seja, passar a exigir sacrifícios de todas as frações do capital para garantir o crescimento econômico. Assim, identificavam no “lulismo” (o crescimento econômico com a ampliação de direitos sociais) da presidenta Dilma o fantasma de Getúlio Vargas. O que o governo pedia, na substância, era que os industriais abrissem mão de interesse imediato (a desregulamentação das relações de trabalho) em prol de seu interesse de longo prazo (a preponderância econômica) (FARIAS; PEREIRA, 2017).

Para Singer (2015, 2016a) a principal razão é o movimento “pendular” da burguesia.

É plausível que Dilma tenha sido vítima de ilusão de ótica semelhante à que engolfou o nacionalismo dos anos 1950/1960. Ao atender os reclamos da burguesia industrial, imaginou que teria seu respaldo no momento em que grupos contrariados reagissem. Na hora H, contudo, foi por ela abandonada. O

desconhecimento prático dos ensinamentos antigos teria feito com que, como em 1964, as camadas populares não tenham sido mobilizadas para defender a nova matriz quando a burguesia abandonou o barco. Mais uma vez, o *mecanismo burguês pendular* de estimular o Estado a intervir e depois colocar-se na oposição a ele ficou sem a contrapartida dos trabalhadores. (SINGER, 2016a, p. 54, grifos do autor)

A tese do “movimento pendular” também será utilizada e desenvolvida por Boito Jr. (2018) e Martuscelli (2017) para explicar o realinhamento de importantes segmentos da fração industrial da base política de apoio do governo para o campo oposicionista. No entanto, tais autores divergem de Singer (2015, 2016a) sobre o conflito principal que resultou na crise política. Para Boito Jr. (2018, p. 282-285), apesar de haver o “conflito entre os grandes bancos nacionais e o setor produtivo nacional em torno da política fiscal e da taxa de juros”, esta foi uma contradição secundária, pois a contradição principal se dava entre a “frente política neodesenvolvimentista” e o “campo neoliberal ortodoxo”.

Conforme análise de Boito Jr (2012, 2018), durante os governos petistas – apesar das diferenças existentes entre os governos Lula (2003-2010) e Dilma (2011-2016), bem como entre cada um dos mandatos dos dois governantes – o processo político nacional esteve dividido, basicamente, entre dois grandes campos em disputas: a frente política neodesenvolvimentista e o campo neoliberal ortodoxo.

A frente política neodesenvolvimentista, durante os governos petistas, era formada pela grande burguesia interna¹⁰ – fração hegemônica e força dirigente dessa frente –, a classe trabalhadora, o campesinato e a pequena classe média, todas elas excluídas do bloco no poder, além da massa marginal. Por sua vez, a média burguesia interna, representada entre outros segmentos pelas indústrias de médio porte, não esteve excluída do bloco no poder, mas deteve uma posição subordinada. No processo político nacional, a frente neodesenvolvimentista teve como adversário o campo neoliberal ortodoxo, integrado pelo grande capital internacional, a fração da burguesia brasileira a ele associada, a alta classe média e os grandes proprietários de terras. Os interesses desse campo neoliberal ortodoxo, ao longo dos governos petistas, não deixaram de ser atendidos, porém, não de forma prioritária.

Além das disputas entre estes dois campos, devemos enfatizar que a frente neodesenvolvimentista, por reunir em seu interior classes e frações de classes distintas, nunca se constituiu um bloco homogêneo e coeso. A grande burguesia interna, por exemplo, ao mesmo tempo que estava unida na solicitação de proteção e favorecimento do Estado na disputa com o capital estrangeiro, não deixava de comportar conflitos internos entre os setores que a compunham. Ao analisar as políticas econômicas adotadas durante os governos petistas, é possível constatar

10. A grande burguesia interna encontra-se distribuída entre diferentes setores da economia: indústria de transformação, indústria naval, extração mineral, construção civil e pesada, agronegócio, setor comercial e setor bancário, especificamente, os grandes bancos públicos e privados de capital nacional. A heterogeneidade da grande burguesia interna não descarta, antes ratifica, a possibilidade de conflito entre as frações que a compõem. No entanto, há um elemento comum entre eles: a “reivindicação de favorecimento e de proteção do Estado na concorrência que elas empreendem com o capital estrangeiro” (BOITO JR., 2018).

que, durante o ciclo de expansão da economia global, os conflitos no interior da grande burguesia interna ficaram em segundo plano. Eles apenas retornam ao centro das discussões econômicas e políticas a partir do primeiro mandato de Dilma Rousseff, com o agravamento da crise econômica global e a mudanças na política econômica. (BOITO JR., 2018; DOWBOR et al, 2016; CARNEIRO, BALTAR e SARTI Orgs., 2018)

Na análise de Boito Jr. (2018, p. 282) “quem provocou a crise foi a ofensiva política do campo neoliberal ortodoxo, dirigido pelo capital internacional e pela fração da burguesia brasileira a ele integrada”. A centralidade do conflito “frente política neodesenvolvimentista” e “campo neoliberal ortodoxo” não exclui a participação do conflito interno entre os diferentes segmentos que compõem a grande burguesia interna na conjuntura da crise política:

[...] a posição dessa fração burguesa [grande burguesia interna] à medida que a crise econômica se agravava. Repito: foi se alterando, isto é, a posição da grande burguesia interna mudou. [...] a grande burguesia interna é oscilante, está repleta de conflitos internos – banco, indústria, agronegócio – e sempre manteve vivas, com intensidade varável de acordo com a conjuntura, suas contradições com o movimento popular. Na crise econômica, tais contradições agravaram-se. (BOITO JR., 2018, pp. 318-319)

É importante enfatizar que o conflito entre as diferentes frações que compõem a grande burguesia interna *não gerou a crise*, mas *contribuiu com o seu agravamento*. Entender este ponto é fundamental na análise dessa complexa conjuntura.

Guilherme de Almeida (2016), que na ocasião da crise política era Assessor de Imprensa da Presidência da República, relata que a indicação de Joaquim Levy ao Ministério da Fazenda, em substituição a Guido Mantega, não decorreu prioritariamente de critérios técnicos, como os grandes jornais afirmavam, mas para atender anseios de diferentes frações burguesas e tentar recompor a base política de apoio do governo. Cabe apontar que a indicação original não era Levy, mas Luiz Carlos Trabuco, presidente do Bradesco, que rejeitou o convite e indicou o economista ortodoxo (Levy), que era do agrado do grande capital financeiro¹¹. No entanto, a indicação de Levy à Fazenda não foi suficiente para a presidente recuperar o apoio do “mercado”. Na realidade, essa indicação, e principalmente seu duro “ajuste fiscal”, prejudicou ainda mais a base política de apoio do governo, afastando, por um lado, o setor industrial, especialmente a Fiesp, que passou a endurecer as suas críticas ao governo, e, por outro lado, o setor popular, que foi duramente penalizado com o “ajuste”.

Apesar do esgarçamento da base política de apoio do governo Dilma, é difícil afirmar peremptoriamente que os segmentos que compõem a fração hegemônica no

11. Conforme Almeida (2016 p. 42) “[...] a indicação do novo ministro da Fazenda [Joaquim Levy] veio de Luiz Carlos Trabuco, presidente do Bradesco. Trabuco era a primeira opção de Dilma para o cargo”. No entanto, o banqueiro recusou o convite, alegando “não ter condições de aceitar devido aos compromissos assumidos com Lázaro Brandão, o presidente do Conselho de Administração do Bradesco”. Vale apontar que, na ocasião da indicação ao Ministério da Fazenda, Levy era diretor-superintendente da Bradesco Asset Management.

bloco no poder tenha abandonado o governo Dilma ainda 2014. Conforme Bastos (2017, p. 88) é “difícil comprovar a unificação da burguesia em 2014, (e não no final de 2015), pois, [...] a campanha de reeleição de Dilma não seria mais rica que a de Aécio caso os empresários estivessem participando de uma frente de oposição para derrubar o governo. A unificação empresarial contra o governo, de um lado, e a perda da popularidade, de outro, parece resultado de processos e eventos ocorridos depois de 26 de outubro de 2014”.

A tese de Bastos (2017) é ratificada, tanto pelo trabalho de Mancuso, Horochovski e Camargo (2016), que investigou o financiamento de campanhas na eleição presidencial brasileira de 2014, quanto pela pesquisa empírica de Braga e Montrose (2017), na qual apontam que o rompimento de segmentos da burguesia industrial – Fiesp e CNI – com a base política do Governo Dilma Rousseff e o alinhamento com o campo oposicionista somente ocorreu após a publicação do programa *Uma ponte para o futuro*, do PMDB, e a aceitação da denúncia pelo presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB).

Sobre o realinhamento de parte da grande burguesia interna, devemos fazer ao menos três observações. A primeira, e mais geral, se refere ao posicionamento dos diferentes segmentos que integram a grande burguesia interna na crise política. A grande burguesia interna – em função de sua heterogeneidade e, sobretudo, os múltiplos interesses políticos e econômicos envolvidos – não atuou de forma coesa e homogênea nessa conjuntura política. Conforme Boito Jr. (2017, p. 33): “as posições políticas no seio dessa fração [grande burguesia interna] foram variadas. Tivemos, num dos extremos, a atividade pública e militante da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) pelo golpe de Estado e, noutro, a posição de resistência do segmento da construção pesada”.

A segunda consideração é de ordem cronológica. Antes mesmo de o (P)MDB lançar o programa *Uma ponte para o futuro*, segmentos empresariais representados pela Fiesp já manifestavam seu apoio a um possível governo Temer, desde que apresentasse um programa político que atendesse seus anseios (NUNES, 2016). Quatro meses antes de o presidente da Câmara dos Deputados acolher a denúncia do *impeachment* e três meses antes de o partido do Vice-Presidente apresentar um programa político alternativo ao programa petista, a Fiesp lançou um manifesto em conjunto com a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan), declarando apoio “à proposta de união apresentada pelo [...] Vice-Presidente da República, Michel Temer”. (ALVES, 2016)

A terceira, porém não menos importante, diz respeito à relação entre as frações da burguesia e o governo Temer: não foram todas que se alinham de forma incondicional e irrestrita com o programa de governo do (P)MDB. Parte da burguesia que apoiou o golpe do *impeachment* se alinhou ao governo Temer com críticas seletivas à política econômica e não brandindo, como faziam o capital internacional e a burguesia a ele associada, um programa geral alternativo ao neodesenvolvimentismo

(BOITO JR., 2017; BRAGA, MONTROSE, 2017).

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente texto buscou fazer um balanço crítico da literatura que trata da participação da burguesia na crise política do impeachment de Dilma Rousseff. Tendo em vista a proximidade temporal entre a crise política e a escrita deste artigo pouco material especializado fora publicado, restringindo em grande medida o campo de nossa pesquisa.

No entanto, as análises que apresentamos ao longo do trabalho ajudam a entender, por um lado, que a crise do governo Dilma Rousseff é a conjunção de uma crise política e uma crise econômica, e, por outro lado, que as diferentes frações burguesas tiveram papel importante no desenvolvimento dessa crise. Não podemos desconsiderar que importantes segmentos empresariais, que ao longo do primeiro mandato da governante petista foram beneficiados pelas políticas econômicas, não apenas romperam com a base política de apoio, mas passaram a ser vocalizadores da luta pelo *impeachment*. (MACIEL, 2016)

Por que esses setores empresariais romperam com o governo e passaram ao campo oposicionista? Essa é uma das questões que ainda não foi suficientemente explorada nas pesquisas que tratam da crise política. Aprofundar na investigação da participação das diferentes frações burguesas nessa conjuntura específica poderá lançar luz sobre as causas reais da crise política.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, J; NOVAIS, L; ROCHA, M. **A fragilização financeira das empresas não financeiras no Brasil pós-crise**. Texto para Discussão. Unicamp. IE, Campinas, n. 281, out. 2016.

ALMEIDA, R. À sombra do poder: bastidores da crise que derrubou Dilma Rousseff. São Paulo: Leya, 2016.

ALMEIDA, R. Os deuses do parlamento. **Novos Estudos Cebrap**, v. Especial, 2017, p. 71-79.

ALVES. M. **Fiesp e Firjan defendem impeachment de Dilma**. Rio de Janeiro: O Globo, 17 mar 2016. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/fiesp-firjan-defendem-impeachment-de-dilma-18902113#ixzz4t9cAJ3rH/>>.

BACHA, E. Org. **A crise fiscal e monetária brasileira**. São Paulo: Civilização Brasileira, 2016.

BARBOSA, F. H. Ascensão e queda do PT. **Revista Conjuntura Econômica**, vol. 70, n.10, outubro de 2016.

_____. Crises econômicas e política de 2015: origens e consequências. **Revista Conjuntura Econômica**, vol. 69, n.09, setembro de 2015.

BASTOS, P. P. Z. **Que horas ela volta?** – Economia política e política econômica de Lula e Dilma.

In: MARINGONI, G; MEDEIROS, J. (Orgs). **Cinco mil dias**: o Brasil na era do lulismo. São Paulo: Boitempo/Fundação Lauro de Campos, 2017.

BOITO JR., A. Lava jato, classe média e burocracia de Estado. **Princípios**, v. 1, 2016c, pp. 29-34. Disponível em: < <http://www.vermelho.org.br/noticia/288272-1>>.

_____. A crise política do neodesenvolvimento e a instabilidade da democracia. **Crítica Marxista**, n.42, 2016a, p. 155-162.

_____. **O legado do governo do PT**. In: MARINGONI, G; MEDEIROS. **Cinco mil dias**: o Brasil na era do lulismo. São Paulo: Boitempo/Fundação Lauro Campos, 2017.

_____. **Os atores e o enredo da crise política**. In: SINGER, A. et al. **Por que gritamos golpe?** : para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016b.

_____. **Reforma e crise política no Brasil**: os conflitos de classe nos governos do PT. Campinas: Editora da Unicamp / São Paulo: Editora Unesp, 2018.

_____; SAAD-FILHO, A. **Estado, instituições estatais e poder político no Brasil**. In : KATZ, C. et al. *Latin American Perspectives en español y portugués 1: buscando alternativas políticas y económicas*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; Riverside: Latin American Perspectives, 2017.

BRAGA, S; MONTROSE, E. **Do questionamento da política econômica do governo Dilma à campanha pelo “Impeachment Já”**: a ação política das frações empresariais brasileiras nas mídias sociais na conjuntura recente. In: NAPOLITANO, C; VICENTE, M; SOARES, M. (orgs). **Comunicação e cidadania política**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2017. pp. 127-158.

CARNEIRO, R. **Navegando a contravento**: Uma reflexão sobre o experimento desenvolvimentista do Governo Dilma Rousseff. Texto para Discussão. Unicamp. IE, Campinas, n. 289, mar. 2017.

_____; BALTAR, P; SARTI, F. **Para além da política econômica**. São Paulo: Editora Unesp Digital, 2018.

CARVALHO, L. **Valsa brasileira**: Do boom ao caos econômico. São Paulo: Todavia, 2018.

CAVALCANTE, Sávio. **Reprodução social e revolta política da classe média no Brasil recente**. Paper do 39º Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu, 2015.

CRUZ, S. V; KAYSEL, A; CODAS, G. (Orgs). **Direita, volver!** o retorno da direita e o ciclo político brasileiro. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015.

DOWBOR, L; MOSANER, M et al. **A crise brasileira**: coletânea de contribuições de professores da PUC/SP. São Paulo: Editora Contracorrente, 2016.

FALCÃO, J; ARGUELHES, D. W; PEREIRA, T. (Orgs). **Impeachment de Dilma Rousseff**: entre o Congresso e o Supremo. Belo Horizonte (MG): Letramento: Casa do Direito: FGV Direito Rio, 2017.

FARIAS, F; PEREIRA, F. **Perspectivas da crise política no Estado democrático do Brasil**. Le Monde Diplomatique Brasil, São Paulo, 7 fev. 2017. Disponível em:< <http://diplomatique.org.br>>.

GONÇALVES, M (Org.). **Enciclopédia do golpe – Vol. 2**: o papel da mídia. Bauru: Canal 6, 2018.

HOEVER, R. C. **Cronologia da campanha golpista e contrarreforma no Brasil** (Março/2015-Agosto/2016). In: GEDIEL, J. A. et al. **Estratégias autoritárias do Estado empregador**: assédio e resistências. Curitiba: Kaygangue, 2017.

LIMONGI, F. Impedindo Dilma. São Paulo: **Novos Estudos Cebrap**, v. Especial, 2017, p. 5-13.

_____. O passaporte de Cunha e o impeachment. **Novos Estudos–Cebrap**, n.103, nov. 2015, pp. 99-112.

MACIEL, A. **Como as federações empresariais se articularam pelo impeachment**. São Paulo: Carta Maior, 28 jun 2017. Disponível em:< <http://www.cartamaior.com.br>>.

MANCUSO, W; HOROCHOVSKI, R; CAMARGO, N. Empresários e financiamento de campanhas na eleição presidencial brasileira de 2014. **Revista Teoria & Pesquisa**, n. 25, 2016, p.38-64.

MARINGONI, G; MEDEIROS, J. (Orgs). **Cinco mil dias: o Brasil na era do lulismo**. São Paulo: Boitempo/Fundação Lauro de Campos, 2017.

MARQUES, R. M; ANDRADE, P. R. **Doze anos de governo PT: o preço da não escolha**. In: DOWBOR, L; MOSANER, M et al. **A crise brasileira: coletânea de contribuições de professores da PUC/SP**. São Paulo: Editora Contracorrente, 2016.

MARTÍN, M. **Empresários redobram pressão contra Governo Dilma e cobram apoio do Congresso**. Rio de Janeiro: El País, 30 mar 2016. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com>>.

MARTUSCELLI, D. **O pêndulo brasileiro: até quando?**. São Paulo: Lavra Palavra, 10 out 2017. Disponível em:< <https://lavrpalavra.com/2017/07/10/o-pendulo-brasileiro-ate-quando/>>.

MESQUITA, M.. **A política econômica do governo Dilma: a volta ao experimentalismo**. In: **Sob a Luz do Sol, Uma Agenda para o Brasil**: CDPP, 2014, pp. 3-15.

NUNES. W. **Fiesp não revela gasto com campanha a favor do impeachment de Dilma**. São Paulo: Folha de S. Paulo, 21 abr 2016. Disponível em:< <http://www1.folha.uol.com.br/>>.

PAULANI, L. **Uma ponte para o abismo**. In: SINGER, A. et al. **Por que gritamos golpe?: para entender o impeachment e a crise política no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2016.

PESSOA, S. Crise fiscal estrutural deve resultar em alta inflação no médio prazo. **Revista Conjuntura Econômica**, vol. 70, n.10, outubro de 2016.

PRANDI, R. CARNEIRO, J. L. Em nome do Pai: Justificativas do voto dos deputados federais evangélicos e não evangélicos na abertura do impeachment de Dilma Rousseff. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 33, n.96, 2018, p. 2-22.

PRONER, C. CITTADINO, G. TENENBAUM, M (Orgs.). **A resistência ao golpe de 2016**. Bauru: Canal 6, 2016.

QUEIROZ. F. **O rasgar do véu: as manifestações de junho de 2013 e as contradições históricas**. 2016. 207 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

ROSSI, P; MELLO, G. Componentes Macroeconômicos e Estruturais da Crise Brasileira: o Subdesenvolvimento Revisitado. **Brazilian Keynesian Review**, 2 (2), 2nd Semester. 2016, pp.252-263.

_____; _____. **Do industrialismo à austeridade: a política macro dos governos Dilma**. Texto para Discussão. Unicamp. IE, Campinas, n. 309, jun. 2017.

SAFATLE, C; BORGES, J; OLIVEIRA, R. **Anatomia de um desastre: os bastidores da crise econômica que mergulhou o país na pior recessão de sua história**. São Paulo: Portfolio-Penguin,

2016.

SAWAYA, R. **O dia em que o PT imaginou que era amigo dos inimigos**. In: DOWBOR, L; MOSANER, M et al. **A crise brasileira**: coletânea de contribuições de professores da PUC/SP. São Paulo: Editora Contracorrente, 2016.

SINGER, A. et al. **Por que gritamos golpe?** : para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016.

_____. A. **A ideia de lulismo**. In: MARINGONI, G; MEDEIROS. **Cinco mil dias**: o Brasil na era do lulismo. São Paulo: Boitempo/Fundação Lauro Campos, 2017.

_____. Cutucando onças com varas curtas: O ensaio desenvolvimentista no primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014). São Paulo: **Novos Estudos CEBRAP**, n.102, nov 2015. pp. 47-71.

_____. **O lulismo em crise**: um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016). São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SOUZA FILHO, N. A; SILVA, M. D. L. **Impasses do governo Dilma Rousseff**: conflito coalizacional e manutenção de governabilidade (2014-2016). Paper do 9º Congresso Latinoamericano de Ciência Política da Associação Latino-americana de Ciência Política (ALACIP). Montevideu, 2017.

SOUZA, J. **A radiografia do golpe**. São Paulo: Leya, 2016.

VIEIRA, I. **Michel Temer diz que impeachment aconteceu porque Dilma rejeitou “ponte para o futuro”**. Rio de Janeiro: The Intercept Brasil, 22 set 2016. Disponível em:< <https://theintercept.com/>>.

BICENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL: QUAIS SENTIDOS DA “NAÇÃO” A CELEBRAR?

Alexandre Fernandes Corrêa

Universidade Federal do Rio de Janeiro - *Campus*
Macaé

Niterói, Rio de Janeiro

RESUMO: O presente texto é um breve exercício reflexivo sobre a aproximação das comemorações do Bicentenário da Independência do Brasil, em 2022. Exercício de comparação entre os fenômenos colocados em destaque, procurando as conexões entre “seus elementos e suas ligações”. Nossa pergunta de abertura instiga à reflexão: “quais os sentidos da nação a celebrar?”, no contexto de aceleração histórica do processo de globalização. Buscamos relacionar: (a) ausência da referência ao bicentenário nos programas de governo dos candidatos à presidência em 2018; b) atuação histórica da SAE; e, c) as expressões atuais de desvalorização da nacionalidade num contexto de aceleração da globalização.

PALAVRAS-CHAVE: Bicentenário – Comemoração Histórica – Festas Públicas.

BICENTENARY OF THE INDEPENDENCE OF BRAZIL: WHAT MEANINGS OF THE “NATION” TO CELEBRATE?

ABSTRACT: Brief reflective exercise on the

future celebration of the Bicentenary of the Independence of Brazil, in 2022. The question of opening the text instigates the reflection: “what are the senses of the nation to celebrate?”; in the context of the historical acceleration of the globalization process. Thus, we treat: (a) absence of reference to the bicentenary in the presidential candidates’ government programs in 2018; b) historical performance of SAE; and, c) current expressions of devaluation of nationality in a context of accelerating globalization.

KEYWORDS: Bicentenary - Historical Commemoration - Public Celebrations.

BICENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL: QUAIS SENTIDOS DA “NAÇÃO” A CELEBRAR?

No momento que escrevíamos este texto, final do mês de setembro, entrávamos nas últimas semanas da campanha eleitoral das eleições gerais de 2018. Como esta reflexão se volta para a celebração do Bicentenário da Independência, a ser celebrado em setembro de 2022, convém lembrar que exatamente nessas eleições de 2018 decidiu-se qual grupo político conduzirá àquelas comemorações históricas.

Por ventura, poderá se argumentar que

nada garante que a normalidade política se efetivará, não estando livre de tropeços até o final do mandato; não há garantias de que o grupo político vencedor terá seu mandato concluído em 2022, pois a instabilidade que reina poderá contaminar indefinidamente qualquer cenário a ser desenhado. Mas, de onde podemos observar, e prospectar indícios e sinais, algumas percepções poderão servir como ponto de mirada para conjecturas do porvir. E considerando a normalidade como sendo o estado desejável a ser atingido, pelo respeito aos ritos democráticos, vamos apostar na sua efetividade. Assim, admitindo a garantia de estabilidade possível, o grupo político vencedor, em tese, executará um programa de celebrações do Bicentenário. Portanto, foram eleições muito importantes nesse contexto histórico; a nos interessar sobremaneira. Afinal, o presidente eleito em 28 de outubro de 2018 – ocorrido o segundo turno – concluirá seu mandato em 31 de dezembro de 2022. Por conseguinte, a partir de primeiro de janeiro de 2019 exercerá seu mandato até o final daquele ano comemorativo, quando o presidente eleito será protagonista das comemorações do 7 de setembro de 2022. Destarte, nas eleições do ano de 2018 se decidiu – considerando que seu mandato será concluído de acordo com o respeito à Constituição Federal – o perfil político e ideológico daquelas celebrações máximas do Bicentenário da Independência da República Federativa do Brasil.

De imediato é preciso adiantar algumas indagações pertinentes ao tema. Perguntas afloram e sobressaem nesse contexto eleitoral: - os candidatos tiveram em conta, ou se lembraram dessa responsabilidade? Apresentaram propostas de programas para a organização da celebração histórica? Para nosso espanto, nenhum programa político de gestão cadastrado no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), por ocasião da confirmação das treze candidaturas presidenciais, apresentou qualquer referência a data de celebração do bicentenário de 2022. Trata-se de uma ausência notável. Como compreender esse lapso, esse esquecimento, essa negligência!

Aliás, no que tange aos conteúdos da maioria dos programas, não pudemos recolher muita qualidade, nem profundidade. Sabemos que pouco se tem dado importância a esses documentos que deveriam conter as plataformas de governo para o exercício do mandato. Entretanto, trata-se de um protocolo importante no rito dos candidatos e na liturgia das campanhas. Porém, desafortunadamente, nada encontramos de destaque ou de referência ao Bicentenário da Independência, nessas cartas políticas apresentadas à sociedade brasileira, no primeiro turno!

Como compreender a ausência de qualquer referência ao Bicentenário de Independência nos programas e plataformas políticas dos treze (13) candidatos à presidência do país? Nessa reflexão, pretendemos apresentar algumas respostas possíveis a esta indagação. Mas antes de adentrar nesse tema específico, pretendemos situá-lo num contexto mais amplo de reflexões apoiadas em pesquisas desenvolvidas nas últimas duas décadas acerca das festas cívicas públicas, com destaque especial para as comemorações históricas dos centenários de fundação de sítios urbanos antigos no país.

Reunimos esses trabalhos sob o título *Teatro das Memórias* (CNPq/UFRJ/UFMA), ao realizarmos estudos de ritanálise dos processos comemorativos na sociedade moderna. Compreendemos que a sociedade brasileira é atravessada por uma espécie de máquina comemorativa estruturada desde o *Triunfo Eucarístico* (1733). Trata-se de um modelo primordial e fundador que vem assumindo variações locais, incorporando novas tecnologias audiovisuais, mas permanecendo em sólidas bases socioculturais (neo)barrocas (Canclini, 2003). Na aproximação do Bicentenário da Independência (2022) detectamos a manutenção desse maquinismo celebrativo intensificado pela dramatização midiática, incrementada por recursos cada vez mais espetaculares.

A partir de um olhar aberto para as mutações histórico-culturais da máquina comemorativa na linha do tempo cronológico (Descobrimento, Independência, República, etc.), analisamos seus efeitos na contemporaneidade, observando continuidades e descontinuidades no processo de construção do panteão identitário nacional. Nessa comunicação vamos colocar sob foco as transformações recentes que estão ocorrendo no campo político brasileiro, destacando aspectos comparativos entre o centenário de 1922 e o bicentenário de 2022.

Todavia, manteremos prospecções em outros espaços sociais nos quais repercutem os efeitos comemorativos históricos; marca de nossa era, como aponta Pierre Nora (1984). Assim, indagamos sobre quais paralelos e comparações são possíveis traçar entre o contexto sócio-histórico das comemorações do primeiro centenário (1922) e do bicentenário (2022). Inferimos nesses contextos quais os sentidos possíveis de “nação” já encenados e a vir a ser encenados (Balandier, 1994), tendo em vista a dialética do plural e singular, do homogêneo e heterogêneo, do local e global.

Exploramos igualmente temas mais especificamente relacionados ao debate proposto, quando buscamos compreender as linhas de força e de resistências quanto a “intensificação da sensibilidade para com a pluralidade identitária e de formas de vida” na sociedade brasileira contemporânea. Aprofundamos esse questionamento na direção de perscrutar quais os “arranjos institucionais e as mudanças socioculturais” e as tendências de “reafirmasões da homogeneidade” que podemos identificar no decorrer do século XX quando se aproxima a celebração dos duzentos anos da “nacionalidade” independente. Tema que será aprofundado na pesquisa sobre a produção literária contemporânea, como será referido mais a frente no texto.

Já desenvolvemos investigações socioculturais em três campos empíricos específicos: a) IV centenário de fundação de São Luís/Ma (2012); b) bicentenário de Macaé/Rj (2013); e, c) bicentenário de Nova Friburgo (2018). A partir desses espaços sociais particulares, desenvolvemos trabalho de campo tomando foco para os seguintes eixos temáticos: a) maquinário comemorativo histórico; b) produção artística e literária; e, c) material didático e pedagógico.

Nas pesquisas realizadas nesses espaços sociais fomos fustigados por

inquietações, tais como os estudos sobre “o caráter conflitivo e controverso da aceitação e institucionalização da pluralidade”, especialmente em função da forte “tendência à proliferação de disputas, conflitos e antagonismos recentes, em escala local e global”. Destaca-se no plano da produção do maquinário celebrativo, a expressão dos conflitos intensificados e emoldurados por estratégias explícitas e implícitas, encenando embates entre o tradicional/moderno, local/regional/nacional, local/global.

Uma apresentação que reunimos parte das reflexões realizadas nesses domínios foi efetivada na 30^a. Reunião Brasileira de Antropologia (2016), sob o título *A NAÇÃO FARÁ 200 ANOS: a máquina comemorativa, os preparativos do bicentenário de independência do Brasil*, no qual analisamos suas repercussões nos programas educativos oficiais. Mais recentemente ampliamos o alcance da análise ao operarmos investigações sobre o título de *Guerras das Imagens e Memórias Enxertadas*, em trabalho apresentado no XVIII Congresso Brasileiro de Sociologia (Brasília/2017). Nessa apresentação analisamos a recuperação do imaginário autoritário e ditatorial por parte dos grupos políticos conservadores no cenário sociocultural, que têm manifestado resistências contumazes ao processo de avanço do pluralismo cultural no país. Esta reflexão culmina com as observações mais recentes do cenário efervescente da disputa eleitoral de 2018.

Por conseguinte, consolidando esse trajeto reflexivo nos propomos a apresentar dados empíricos atualizados recolhidos nas pesquisas de campo, colocando em destaque os limites e as resistências “em torno da emergência, admissão, negociação e institucionalização do pluralismo como forma cultural” (Correa, 2018). Tal intento consolida a perspectiva de colocar em relevo as articulações e modos como as comemorações históricas se tornam “objeto de políticas estatais” estabelecidas por marcos jurídico-políticos instituídos em leis orgânicas municipais e constituições estaduais. Tal crivo se tornou mais específico quando voltamos o olhar para os programas de governo registrados pelos treze (13) candidatos presidenciais; descobrindo, no entanto, uma ausência repleta de significados.

Tanto nas pesquisas teóricas como nas empíricas procuramos abranger igualmente “as manifestações socioculturais, políticas e jurídicas do pluralismo, em perspectiva multiescalar (local, subnacional, nacional, regional, global)” (Correa, 2018). Muito embora tenhamos múltiplos aspectos a descrever e analisar nesse processo multideterminado, mantemos nosso objetivo central que é compreender a evolução das formas sociais que contribuem para a manutenção e transformação do maquinário comemorativo na sociedade brasileira, analisando-as em perspectiva histórica e comparativa, tendo em vista preferencialmente a aproximação da celebração do bicentenário de independência.

Para retomarmos a questão relacionada a ausência notável de referência às comemorações do Bicentenário no primeiro turno da campanha eleitoral de 2018, percorremos novas trilhas não previstas inicialmente no plano do trabalho, para

conseguir trazer algumas hipóteses sobre esse “esquecimento” político eloquente. Assim, antes de responder mais diretamente a reflexão mais específica, gostaríamos de recuperar a história da atuação da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE), vinculada à Presidência da República, nos últimos anos. Talvez ao retomarmos alguns marcos dessa história consigamos nos aproximar de alguma resposta plausível.

A SAE (Secretaria de Assuntos Estratégicos/Presidência da República) é um órgão do Executivo Federal que manteve em certos períodos *status* de ministério; sua última versão foi instituída em julho de 2008, pela lei 11.754. Até 2015, a SAE formulava políticas públicas de longo prazo voltadas ao desenvolvimento econômico e social do Brasil. Extinta na reforma ministerial de outubro de 2015, no segundo governo da presidente Dilma Rousseff, foi recriada como secretaria, ainda ligada à Presidência da República, por medida provisória em fevereiro de 2017; já no governo pós-impeachment do vice-presidente Michel Temer. Hussein Kalout, atual ocupante do cargo, foi nomeado como secretário-especial da pasta em fevereiro desse mesmo ano, permanecendo no cargo até os dias de hoje.

Contudo, segundo dados da Fundação Getúlio Vargas (FGV/CPDOC), a origem da SAE data dos anos de 1990, quando foi criada pelo governo Fernando Collor de Mello com o propósito de assessorar o presidente da República quanto às estratégias governamentais em áreas como o desenvolvimento econômico, a segurança e a defesa nacional, o meio ambiente, dentre outros assuntos de Estado. Extinta essa primeira versão do órgão em 1998, o conceito de “assuntos estratégicos” ainda seria carregado por outras secretarias e núcleos ligados à Presidência da República. Em 1998, a SAE foi extinta mais uma vez e suas funções foram transferidas para o ministério da Ciência e Tecnologia, conforme seria oficializado pela medida provisória nº. 2.216-37 de 31 de agosto de 2001.

Em 2003 foi criado o Núcleo de Assuntos Estratégicos (NAE) vinculado dessa vez à Secretaria de Comunicação de Governo e Planejamento Estratégico (Secom), chefiada pelo ministro Luís Gushiken, funcionando até 2008. O núcleo elaborou em 2004 o projeto *Brasil em Três Tempos*, consistindo de uma análise das potencialidades estratégicas do país a fim de identificar as prioridades do país e os atores sociais capazes de atendê-las; tendo como marcos os anos de 2007, 2015 e 2022. Destacamos o fato de que esse projeto inovador definiu o “conhecimento” como eixo motor das ações estratégicas, diferenciando-se de planejamentos anteriores calcados na “infra-estrutura da indústria pesada” ou no “equilíbrio macroeconômico”.

Em 2007, o governo redefine o NAE, enquanto órgão ligado agora ao Ministério Extraordinário de Assuntos Estratégicos, dessa vez estabelecendo Mangabeira Unger como titular. A estrutura do órgão foi definida em outubro pelo decreto nº 6.217, no qual o NAE e o Instituto de Pesquisas Aplicadas (IPEA, até então vinculado ao Ministério do Planejamento) foram subordinados ao ministro-extraordinário, citado logo acima.

A SAE volta a existir, recuperando nome original, em 2008. Ano em que volta

a se constituir como órgão de assessoria da Presidência da República, no segundo governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva. A partir daí adquire a função de promover o desenvolvimento nacional a longo prazo, em articulação com o governo e a sociedade.

Como exemplo de atuação da SAE, temos a coordenação do *Plano Amazônia Sustentável* (PAS), lançado em maio de 2008 pelo governo federal em parceria com os Estados da região Norte. As quatro diretrizes estratégicas definidas pelo PAS eram: a) o ordenamento territorial e a gestão ambiental; b) a produção sustentável com inovação e competitividade; c) a implantação de infraestrutura para o desenvolvimento sustentável; e, d) a inclusão social e a cidadania através de programas sociais. Isso envolveria medidas como a regularização dos problemas fundiários na região amazônica, incentivos a pequenos proprietários e construção de novos polos industriais.

Após diversas dificuldades surgidas na execução dos planos elaborados, ocorreram fatos políticos que abalaram a continuidade dos programas, com divergências sentidas no plano da política ambiental. Foi quando ocorreu a demissão da Ministra Marina Silva, assim como a exoneração de Mangabeira Unger em junho de 2009.

Posteriormente, o Presidente Lula conseguiu convencer o vice-presidente José Alencar, do Partido Republicano do Brasil (PRB), a abrir mão da pasta da SAE, única ocupada pelo partido, em favor da nomeação do embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, então secretário-geral do Ministério das Relações Exteriores; tomando posse como ministro da SAE em outubro de 2009.

Foi sob a gestão do embaixador Samuel Guimarães que se elaborou o PLANO BRASIL 2022; criado pela SAE após consulta e participação de várias organizações sociais mobilizadas. O documento foi encomendado pela SAE para “a elaboração de um Plano para o Brasil em 2022, que indicasse e sintetizasse o que o Brasil aspira ser no bicentenário de sua Independência”. Diversas organizações e entidades discutiram de que forma poderiam intervir na efetivação de ações governamentais nas áreas de educação, igualdade racial, mulheres, saúde, comunicação etc. Sob a coordenação do embaixador Samuel Guimarães dois documentos foram elaborados, designados de PLANO BRASIL 2022. Segundo o embaixador: “Em 20 de outubro de 2009, na cerimônia de minha posse na SAE, o Presidente da República encomendou-me a elaboração de um Plano para o Brasil em 2022.” Continua o embaixador: “Esse Plano, nas palavras do Presidente Lula, deveria apresentar as aspirações do povo para a sociedade brasileira no ano de comemoração do Bicentenário de nossa Independência” (BRASIL 2022, 2010a, p. 5).

O Plano Brasil 2022 compreende de dois volumes separados. O primeiro BRASIL 2022 trata de reflexões contextualizadas que situam o país no mundo, no continente e na região, e por fim traz uma síntese das *Metas do Centenário*. O segundo volume contém os *Trabalhos Preparatórios*, sendo um documento

produzido exclusivamente pela SAE. Este volume complementa e esmiúça conteúdos apresentados no volume primeiro, no qual os tópicos aparecem de modo mais contextualizado, e que nesse segundo volume aparecem mais detalhados e pormenorizados. Assim, dentre os diversos tópicos e sub-tópicos que se descortinam nos diversos macro temas constituídos no primeiro volume, qual seja, Economia, Sociedade, Infraestrutura e Estado, escolhemos, para exame nesse texto - *Pluralismo, identidade e controvérsias sociopolíticas*, os temas sugeridos para reflexão, e que atravessam estes documentos.

Fizemos inicialmente um levantamento nos dois volumes anotando o número de vezes que aparecem os termos *plural, pluralismo, diversidade, identidade, independência, tradicionais, moderno, modernidade, nação e projeto nacional*. Estas palavras e termos foram escolhidos em função do escopo conceitual sugerido. Assim, desenhamos a seguinte tabela:

TERMOS	VOLUME 1	VOLUME 2
<i>Pluralidade</i>	-	2
<i>Pluralismo</i>	-	1
<i>Diversidade</i>	4	26
<i>Identidade</i>	3	6
<i>Independência</i>	6	4
<i>Tradicionais</i>	8	6
<i>Moderno</i>	5	3
<i>Nação</i>	-	2
<i>Projeto Nacional</i>	-	2
<i>Nacional</i>	9	305

Observamos que a distribuição da recorrência dos termos nos textos dos dois (2) volumes constituintes do *Plano Brasil 2022* se mostra relativamente uniforme, sem destaques a pontuar; a não ser pela presença massiva do termo *nacional* e menos notável, o termo *diversidade*. O termo *nacional* naturalmente ocorre com mais frequência por se tratar de documento relativo aos *Trabalhos Preparatórios* tendo foco prioritário as ações voltadas para os programas de “promoção nacional” para as comemorações do Bicentenário de 2022.

No entanto, chama nossa atenção a escassez dos termos *pluralismo* e *pluralidade*. *Pluralidade* surge duas vezes no Volume 2, nas seguintes expressões: *pluralidade política* (p. 31) e *pluralidade de opiniões* (p. 391). *Pluralismo político* aparece uma única vez na página 51, do mesmo volume.

No termo *identidade*, destaca-se a recorrência importante da expressão *identidade de gênero*, surgindo 5 vezes relacionada à Meta 7 - *Garantir a igualdade dos direitos civis de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transgêneros em relação a toda a sociedade*. (p. 194-5).

Tomando em perspectiva os dois volumes em questão, atravessando seus

conteúdos através dos termos selecionados e colocados em destaque, podemos concluir que o desenvolvimento dos temas e questões debatidos aqui, carecem de aprofundamento e alargamento no seu alcance tanto hermenêutico quanto pragmático. Não há de fato uma reflexão avançada que conduza a reflexão sobre a dialética do plural e singular, o pluralismo e pluralidade, homogeneidade, mudanças socioculturais, tradição e modernidade, e etc., com lastro mais significativo; tampouco há qualquer referência ao passado ou as comemorações do primeiro centenário de 1922.

No que tange a ausência de uma reflexão mais referente ao tema da *pluralidade* ou do *pluralismo*, nos parece que o significante que é trabalhado nessas dimensões seja tratado e recoberto pelo termo mais genérico “diversidade”, aparecendo no Volume 2 em 26 lugares no texto. É significativo que no item *Cultura* do Volume 2, referente aos *Trabalhos Preparatórios*, surja a preocupação com a *diversidade* (p. 137), mas limitado as ações vinculadas a economia cultural; passando muito superficialmente pela propalada “Promoção da Diversidade Cultural” ampliada preconizada pela UNESCO. A *Meta 2*, na qual promete “Proteger e valorizar a diversidade artística e cultural brasileira”, encontramos a mesma preocupação econômica, prática e instrumental. Trata-se, como se observa, de uma referência circunscrita a dimensão de políticas culturais como motor de geração de emprego e renda, pautada pelo viés recorrente da infraestrutura econômica prioritária. Apesar de no Volume 1 se preconizar como meta “Estruturar a cartografia e o mapeamento da diversidade cultural brasileira” (p. 78).

A “diversidade” se desloca para outros eixos, especialmente na relação com a natureza, quando invoca a *biodiversidade*, a *geodiversidade* e a *diversidade genética*, entre outras associações conceituais. Outras vezes quando trata da diversidade de opinião, diversidade racial, abre o leque de seus usos com promessa de ampliação de seu alcance. Porém, como se pode atestar, reforça sempre o viés sintetizado nessa meta: “Implementar o Plano Nacional para Promoção dos Produtos da Sociobiodiversidade com ampliação das ações para mais cadeias de produtos” (Volume 2, p. 293).

A economia domina o processo de investimento no imaginário do “desenvolvimento nacional” incluídos nos projetos e programas de ação. Percebemos que a virada preconizada pelo antigo NAE, sob coordenação ministro Luís Gushiken (2003-8), quando apontava para a importância do “conhecimento”, perdeu espaço para as preocupações com a infraestrutura econômica e tecnológica; constituindo verdadeiro fetiche político e ideológico.

Deixamos para traz por algum tempo a questão sobre as razões do esquecimento pelos candidatos presidenciais em relação ao Bicentenário de 2022. Após analisarmos aspectos da atuação histórica da SAE e de sua culminância na publicação do PLANO BRASIL 2022, no ano de 2010, chegamos agora ao momento de colocar em destaque esse problema sugestivo. Sem dúvida que o ambiente das eleições

hoje encontra-se obnubilado pela disputa polarizada e os ânimos acirrados em meio a enfrentamentos agudos. A chamada polarização política no qual se dividiu o país, tem provocado prejuízos de toda espécie. Um desses prejuízos, inegavelmente, é o de tornar o conflito demasiadamente estressado e carregado de energias deletérias.

O atentado contra o candidato da extrema-direita só tornou o ambiente ainda mais adverso para a consolidação de uma processo racional de disputa. Um ambiente assim contaminado por forças negativas não é propício para saltos subjetivos mais generosos, como o de imaginar cenários de comemoração histórica que ocorrerão em 2022; que ainda parece uma data longínqua, para os padrões nacionais, e para as mentes fixadas no presente instantâneo. Todavia, era um dever de Estado que esse tema estivesse em pauta, pois se trata de questão crucial para a representação da nação para si mesma, e para o mundo. Tema que certamente estaria melhor colocado em cena se o ambiente político eleitoral estivesse menos acirrado. Mas, isso não justifica plenamente a negligência por parte das equipes e *staffs* de assessores e consultores políticos dos diferentes candidatos, assim como também da agenda dos comentaristas, jornalistas e analistas políticos.

O atual estresse da campanha, após um *impeachment* traumático, pode compor um complexo articulado de razões subjetivas que explicariam em parte o esquecimento ou abandono da questão do Bicentenário, por parte dos candidatos, no primeiro turno. Deve-se acrescentar que no segundo turno, apenas o candidato da frente política liderada pelo Partido dos Trabalhadores apresentou breves linhas sobre a comemoração no documento apresentado ao TSE. Tal registro não aplaca nossas dúvidas ou cessa nossa sede por respostas mais aprofundadas. Pois, nos ocorre que por traz da negligência dos demais candidatos no primeiro turno, emerge o significado oculto que a falha, o esquecimento, fazem aflorar. Transformações mais subterrâneas, abalos mais profundos nas camadas do magma social ocorreram nesse processo. A metáfora geológica não é despropositada. As erosões que testemunhamos na natureza, com sérias consequências para o sistema climático da Terra, têm paralelo com as erosões nas estruturas socioculturais contemporâneas; possuem homologias estruturais. Os processos de mundialização cultural e globalização econômica e tecnológica, aceleradas e vertiginosas, têm provocado verdadeiras avalanches em escala local, regional, nacional e global (Wallerstein, 2002). Portanto, não é forçoso crer que estamos contemplando mudanças que aparentemente não provocam muitos alardes, mas que nos seus mais singulares aspectos, estão carregadas de pleno significado. São efeitos de superfície que repercutem movimentos invisíveis e ocultos, mas que estão presentes de modo latente.

Para que não nos coloquem a carapuça de exercitarmos pensamento obscuro ou tortuoso, vamos aos sinais mais manifestos de que algo está ocorrendo de significativo impacto e que explicaria melhor o tal “esquecimento” dos candidatos presidenciais, em relação ao Bicentenário da nação.

No dia oito de setembro de 2018, o jornal francês *Le Monde* publica um editorial colocando em relevo frases e palavras que muitos não ousariam pronunciar. Com um título desconcertante o jornal *Le Monde* provoca um rebuliço que abala as estruturas subjetivas da nacionalidade normalizada. Em que medida recorre a exageros, caricaturas, julgamentos superficiais ou opinião apressada, muitos analistas e comentaristas tentaram avaliar. No entanto, o que nos interessa é o fato do editorial colocar em cena sentimentos e afetos geralmente evitados no ambiente interno. O olhar estrangeiro pode muito bem captar movimentos e transformações que o nativo tem comumente dificuldade de admitir e perceber, ou mesmo tenta ocultar e evitar – reação típica de quadros pós-traumáticos, em que se recalca sentidos desconcertantes. É dessa perspectiva distanciada que tomamos o editorial e vamos destacar algumas frases inscritas no texto (tradução livre):

- a. “O naufrágio de uma nação”;
- b. “Depois da destituição (impeachment) controverso da presidente de esquerda Dilma Rousseff, o país parece ter perdido o controle de seu destino”;
- c. “Uma sociedade que se sente abandonada”;
- d. “Alguns falam do suicídio de uma nação”;
- e. “A única força do drama oculta os debates, a troca de ideias, as proposições necessárias para tirar o país da crise política, moral e institucional”.

Colocamos em destaque estas frases porque carregam a dramaticidade e regulam o foco sobre o que não testemunhamos, ou observamos, se expressar em meio as nossas vivências cotidianas. O não-dito, não-falado, ocultado, encoberto... de algum modo retorna com outras roupagens, com outras máscaras, outras vestimentas e aparências deslocadas. E é sobre o impacto dos significados de novas máscaras, vestimentas e roupagens atuais que podemos estar tendo dificuldade de apreender novas estruturas de sentido e sentimento aflorando na sociedade brasileira contemporânea. Como escreveu Raymond Williams, em relação as mudanças a serem perscrutadas pelos sociólogos da cultura:

Tais modificações podem ser definidas como modificações nas estruturas de sentimento. O termo é difícil, mas “sentimento” é escolhido para ressaltar uma distinção dos conceitos mais formais de “visão de mundo” ou “ideologia” (p. 134). (...) Uma “estrutura de sentimento” é uma hipótese cultural, derivada na prática de tentativas de compreender esses elementos e suas ligações, numa geração ou período, e que deve sempre retornar, interativamente, a essa evidência (p. 135). (...) As estruturas de sentimento podem ser definidas como experiências sociais *em solução*, distintas de outras formações semânticas sociais que foram *precipitadas* e existem de forma mais evidente e imediata. (Williams, 1979, p. 136).

Nosso esforço vai no sentido de compreender a lógica e os vínculos desses “elementos e suas ligações”, aproximando realidades tomadas comumente como descontínuas e desconexas. Por exemplo, de que maneira se torna fecundo comparar

as estruturas de sentimento do primeiro centenário (1922), com as estruturas de sentimento apreendidas às vésperas do bicentenário (2022)?

Quando recuperamos no tempo os anos antecedentes das comemorações do primeiro centenário em 1922, recolhemos elementos e ligações muito distintas das que hoje observamos emergir no cenário sociocultural brasileiro contemporâneo. Ao contrário das expressões pessimistas que reconhecemos e detectamos alastrar-se atualmente em diversos espaços sociais distintos (comunicação, entretenimento, artes, literatura, ensino, política, etc.), nos anos iniciais do nosso século XXI, encontramos outra estrutura de sentimentos constituída nas décadas iniciais do século XX.

Certamente que as estruturas de sentimento que compunham as dominâncias culturais nas décadas próximas a virada do século XIX para o século XX, eram bem distintas das que nos dominam atualmente, nas primeiras décadas do século XXI (Motta, 1992). Como ilustração dessa diferença recolhemos de Machado de Assis um breve texto que nos aponta para os traços mais marcantes daqueles tempos. Com esse autor se inaugura um passo importante na construção de uma narrativa nacional sobre a formação da literatura brasileira, por aquele que se tornaria um dos fundadores e primeiro presidente da Academia Brasileira de Letras.

Nos referimos ao texto de Machado de Assis intitulado *Instinto de nacionalidade*, e publicado em 1873. Desse texto observamos surgir uma inquietação importante a partir do uso que o grande escritor faz da palavra “instinto”, colocada logo no título. Em outro trecho do mesmo artigo o escritor parece sugerir como sinônimo de “instinto” a palavra “desejo”: “Meu principal objeto é atestar o fato atual; ora, o fato é o **instinto** de que falei, o geral **desejo** de criar uma literatura mais independente” (grifo nosso). De outra maneira parece querer afirmar que o “instinto” da nacionalidade é a base, a infraestrutura natural, vital, a sustentar o “desejo” de criar “uma literatura mais independente”, isto é, nacional. Assim, nos parece que Machado de Assis atribui ao binômio “instinto/desejo” uma cristalização que só poderá concretizar-se no futuro, no tempo, no porvir da nação.

Sobre a inegável importância da Literatura na formação do “espírito brasileiro”, citamos em Fernando Azevedo, na obra *A Cultura Brasileira* (1971):

Em nenhuma outra atividade de espírito, a inteligência no Brasil se expandiu com tanto vigor nem manifestou tão grande poder de invenção. Pode-se mesmo considerar a literatura como o produto mais caracteristicamente brasileiro, o testemunho menos contestável da originalidade do espírito nacional” (1971, p. 371-2).

Por essa razão trouxemos do tempo o texto de Machado de Assis, no qual o escritor invoca as bases de um *instinto* vital, erguendo o *desejo* de se criar uma literatura nacional independente. Recuperamos assim a ideia de realização no futuro desse desejo cristalizado: nasce como *instinto* metamorfoseia-se em *desejo*. Constatamos que havia naquele período histórico uma crença imaginária nesse

princípio, num projeto futurístico. Algo que observamos fugir atualmente das mentes mais intelectualizadas da sociedade brasileira; aspecto será tratado com mais atenção em outra reflexão.

Considerando a ideia de crença, imaginação, projeto, programa a ser realizado no tempo, podemos resgatar Benedict Anderson na obra *Comunidades Imaginadas* (2008), quando o autor inclui na referência da Nota 17 (p. 115), - remetendo a um autor húngaro chamado Paul Ignotus, autor do texto 'A Invenção da Nação Húngara' -, a seguinte frase sugestiva: "Uma nação nasce quando algumas pessoas decidem que ela deve nascer".

Em nosso país diversos intelectuais e artistas decidiram "que o Brasil deveria nascer". Segundo alguns deles a população já havia precipitado esforços contundentes desse projeto nativista ou independentista desde a *Inconfidência Mineira* de 1789, na *Confederação do Equador* de 1817, etc. O Brasil nasceu sustentado no *instinto vital* que animava seu povo, assim como aos artistas, intelectuais e políticos. Mas, finalizando essa breve reflexão, esse projeto se concretizou como *desejo*? Tornou-se uma nação plenamente consciente de sua tradição; concretizou-se no tempo o que lhe fez ser *Brasil*? Aquele *instinto* tem condições de ainda se concretizar em *desejo*? Hoje, ao tentarmos responder estas perguntas nos deparamos com a efígie enigmática do editorial do jornal francês *Le Monde*: "o Brasil naufragou como nação?".

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BALANDIER, Georges. **El poder en escenas**. Barcelona: Piados Studio, 1994.

Brasil 2022 / Secretaria de Assuntos Estratégicos. – Brasília: Presidência da República, Secretaria de Assuntos Estratégicos - SAE, 2010a.

____. **Trabalhos Preparatórios** / Secretaria de Assuntos Estratégicos. – Brasília: Presidência da República, Secretaria de Assuntos Estratégicos - SAE, 2010b.

CANCLINI, Nestor. **Culturas híbridas**. São Paulo: EDUSP, 2003

CORRÊA, Alexandre Fernandes. **Festas públicas e comemorações históricas na periferia do sistema-mundo**. Cadernos de Estudos Culturais, v. 4, p. 9-24, 2012.

____. **Teatro das memórias**. São Luís: EDUFMA, 2013.

____. **A nação fará 200 anos**. João Pessoa, XXX RBA, Anais – 2016.

____. **Festim barroco**. Novas Edições Acadêmicas, 2017

____. **O Bicentenário da Independência**. Caxambu, 42ª. ANPOCS, 2018.

MOTTA, Marly Silva da. **A nação faz cem anos**. Rio de Janeiro: Ed. FGV - CPDOC, 1992

NORA, Pierre. **Lieux des memoires**. Paris: Gallimard, 1984.

WALLERSTEIN, Immanuel. **O fim do mundo como o concebemos**. Rio de Janeiro: Revan, 2002.

WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e literatura**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1979.

CONSELHOS GESTORES DE POLÍTICAS PÚBLICAS: INSTRUMENTOS DE DEMOCRACIA PARTICIPATIVA E CONTROLE SOCIAL NO MUNICÍPIO DE CURITIBA

Fabiana Marissa Etzel Barddal

Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Curitiba - Paraná

Ricardo Lobato Torres

Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Curitiba - Paraná

Democracia participativa. Controle Social.

PUBLIC POLICY MANAGERS: INSTRUMENTS OF PARTICIPATORY DEMOCRACY AND SOCIAL CONTROL IN THE MUNICIPALITY OF CURITIBA

RESUMO: Este resumo estendido foi elaborado como parte inicial de pesquisa de mestrado e apresentado no II Simpósio Internacional Interdisciplinar em Ciências Sociais Aplicadas, em 2017. O objetivo foi apresentar o panorama dos Conselhos Municipais de Curitiba, no ano de 2017, classificados enquanto conselhos *sociais*, em relação às possibilidades de garantia da democracia participativa e controle social. A pesquisa foi dividida em três fases: fundamentação teórica, coleta de dados no *site* do Portal e análise e discussão dos dados. Concluiu-se que os conselhos gestores são instâncias com potencial para promover a democracia participativa e o controle social sobre as políticas públicas, condições favorecidas pela indispensável deliberação. Esta investigação pode favorecer a adesão dos cidadãos aos conselhos, proporcionando o fortalecimento da gestão pública compartilhada, contribuindo com a redução das desigualdades sociais.

PALAVRAS-CHAVE: Conselhos gestores.

ABSTRACT: This extended summary was prepared as an initial part of master's research and presented at the II International Interdisciplinary Symposium on Applied Social Sciences in 2017. The purpose was to present the panorama of the Municipal Councils of Curitiba in 2017, classified as social councils, in relation to the possibilities of guaranteeing participatory democracy and social control. The research was divided into three phases: theoretical foundation, data collection on the Portal website and analysis and discussion of the data. It was concluded that the management councils are instances with the potential to promote participatory democracy and social control over public policies, conditions favored by the indispensable deliberation. This research can favor the citizens' adherence to the councils, providing the strengthening of shared public management, contributing to the reduction of social inequalities.

KEYWORDS: Management councils. Participatory democracy. Social Control.

1 | INTRODUÇÃO

O Brasil apresentou-se, entre os anos 1990 e 2017, como um laboratório de experiências de participação democrática nas três esferas de governo. A democracia participativa institucionalizada propõe formas de relacionamento entre Estado e sociedade civil, possibilitando a participação do cidadão e de segmentos sociais na formulação de políticas públicas, por meio da descentralização administrativa da gestão pública. Tal descentralização foi um dos aspectos responsáveis pelo surgimento dos conselhos gestores de políticas públicas, conferências e orçamentos participativos no Brasil, cada qual com características peculiares (GOHN, 2016; LÜCHMANN, ALMEIDA, GIMENES, 2016; DAGNINO, TEIXEIRA, 2014).

Os conselhos gestores de políticas públicas apresentam-se como experiências inovadoras com potencial democrático no Brasil. São canais de participação onde é possível o cidadão e os grupos sociais organizados abordarem problemas e demandarem novos direitos ao poder público. Estas arenas de discussão podem oportunizar a participação nas decisões políticas, o que possibilita concretizar inserções na agenda política, além de exercer o controle social sobre o Estado (GOHN, 2016). Estas características precisam estar previstas por meio da definição das competências estabelecidas nas legislações pertinentes, na forma de composição da estrutura organizacional, bem como nas condutas de cada conselho.

Pretendendo fomentar descobertas e discussões pertinentes ao contexto conselheirista, este estudo objetivou mapear o panorama dos Conselhos Municipais de Curitiba, no ano de 2017, classificados enquanto conselhos *sociais*, em relação às possibilidades de garantia da democracia participativa e controle social. O panorama foi estabelecido conforme informações constantes na legislação de criação e regimento interno dos conselhos, e disponíveis no Portal dos Conselhos Municipais de Curitiba.

Este resumo estendido foi elaborado como parte inicial de pesquisa de mestrado e apresentado no II Simpósio Internacional Interdisciplinar em Ciências Sociais Aplicadas, em 2017. Para tanto, o estudo foi dividido em três fases: a primeira se constituiu na fundamentação teórica; a segunda tratou da coleta de dados disponíveis no Portal dos Conselhos Municipais de Curitiba (<http://portaldosconselhos.curitiba.pr.gov.br>), sobre os conselhos classificados como *sociais*; a terceira fase contemplou o diálogo entre as duas primeiras.

Postula-se oferecer uma contribuição prática por meio do referencial teórico e do diagnóstico empírico sobre a democracia participativa, com vistas a agregar reflexões sobre a participação no município de Curitiba, o que justifica o estudo.

2 | FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Como reflexo das transformações, lutas e conquistas desencadeadas pela

redemocratização e pela Constituição Federal de 1988, o cenário da gestão pública possibilita incorporar a participação direta dos cidadãos no exercício do poder. Percebe-se a consolidação de múltiplas instituições de democracia participativa, as quais podem ser apropriadas como formas diferenciadas de inserção da sociedade civil na deliberação das políticas públicas (AVRITZER, RAMOS, 2016; PEREIRA *et al.*, 2016; DIEGUES, 2013).

2.1 Democracia participativa e controle social

A participação cidadã adquire o significado de participação da sociedade civil no governo, compartilhando responsabilidades de maneira sistematizada e disputando espaço no aparato governamental e na definição da agenda pública. Portanto, é o resultado do papel ativo do cidadão, interagindo e influenciando no processo de tomada de decisão pública. A participação assim caracterizada tende a integrar sociedade e Estado, em uma luta para que este último cumpra com seu dever (GOHN, 2016; GOMES, 2015; SECCHI, FEIJÓ, ITO, 2015; DIEGUES, 2013).

Na *arquitetura* da democracia participativa brasileira destacam-se os conselhos gestores de políticas públicas, objeto deste estudo. Tais instituições são constituídas pelo cidadão comum ou pela sociedade organizada, e pelo poder público, sendo vinculados à diversas áreas públicas e temáticas transversais. Percebe-se que alguns conselhos estão presentes quase em todos os municípios brasileiros, devido à rápida regulamentação pela legislação e à vinculação dos conselhos ao recebimento de recursos destinados às áreas sociais, por exemplo (GOHN, 2016; PEREIRA *et al.*, 2016; GOMES, 2015; KLEBA, COMERLATTO, FROZZA, 2015; BUVINICH, 2014; DAGNINO, TEIXEIRA, 2014).

A definição de controle social contemplada para este estudo refere-se a “um controle ascendente, associado à responsividade e à responsabilização do governo em uma relação constante e não eleitoral com a sociedade” (GOMES, 2015, p. 904). Acrescente-se que

(...) todo controle social requer participação, e que toda participação só é possível em estados que mais do que se intitularem democráticos, recebem e desenvolvem em seu meio pressupostos culturais, sociais, políticos e educacionais que privilegiam a existência de cenários de interlocução das demandas públicas, permitindo uma verdadeira atuação da sociedade sobre ela mesma. (BITENCOURT, PASE, 2015, p. 294).

Em vista disso, os conselhos também têm a responsabilidade de promover os controles político e social da administração pública. Para isto, devem acompanhar as ações da administração, verificando se estão pautadas legalmente e se atendem à finalidade do bem-estar coletivo (KLEBA, COMERLATTO, FOZZA, 2015; DIEGUES, 2013).

2.2 Conselhos gestores de políticas públicas

Houve uma ampliação significativa no número de conselhos municipais, principalmente por volta de 1996, quando os municípios passaram a criar seus conselhos, o que ficou conhecido como *febre conselheirista*. Um dos principais objetivos para a implementação destas instituições era o recebimento de recursos destinados à área social. Defende-se, a partir de então, que o poder de decisão governamental não estaria limitado apenas aos gestores públicos, mas sim compartilhado entre representantes da sociedade civil e do Estado (AVRITZER, RAMOS, 2016; GOHN, 2016; PEREIRA *et al.*, 2016; ALMEIDA, CAYRES, TATAGIBA, 2015).

Considerados o principal canal de participação popular, os conselhos podem apresentar variações na natureza de suas competências, possuindo funções diversificadas para as políticas públicas setoriais. Integram-se a órgãos públicos do Poder Executivo, prevendo o equilíbrio entre as representações governamentais e não governamentais (paritário, bipartite, tripartite, etc.) (LÜCHMANN, ALMEIDA, GIMENES, 2016; GOHN, 2016; ALMEIDA, CAYRES, TATAGIBA, 2015; GOMES, 2015; BUVINICH, 2014; DAGNINO, TEIXEIRA, 2014).

As competências ou funções dos conselhos devem ser claras em sua legislação, porém, poucos autores aprofundam o debate referente aos elementos classificatórios destas competências (GOHN, 2016; BUVINICH, 2014). De acordo com suas competências, os conselhos podem ser consultivos, deliberativos, normativos, fiscalizadores, controladores. Ressalta-se que os conselhos podem apresentar combinações heterogêneas destas competências (BUVINICH, 2014). Nesse tocante, a função deliberativa ganha relevância, uma vez que se refere ao cenário no qual os envolvidos intentam chegar a um consenso, intermediado pelo intercâmbio de razões e argumentos, capacidade de análise, proposição, e controle social dos atores desta arena (KLEBA, COMERLATTO, FROZZA, 2015; SECCHI, FEIJÓ, ITO, 2015).

Não existe um padrão para o funcionamento destes canais participativos. Embora a constituição dos conselhos seja prevista como uma obrigação legal nas esferas nacional, estadual e municipal, e ser por intermédio do arcabouço institucional que se materializa o exercício da cidadania, são as distinções que eles apresentam que podem ser analisadas enquanto indicadores de participação e mobilização da sociedade civil (SABIONI *et al.*, 2016; BUVINICH, 2014).

3 | MÉTODO DE PESQUISA

Uma parceria entre a Prefeitura de Curitiba e o Núcleo de Estudos em Instituições (NINST) do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Paraná possibilitou, em março de 2015, o início da

implementação do Portal dos Conselhos Municipais de Curitiba. Tinha por objetivo fortalecer a democracia participativa por meio do diálogo e da transparência no município. Disponibilizado virtualmente, o Portal agrega, em um único local, informações sobre os conselhos de Curitiba, o que pode facilitar o acompanhamento das ações do poder público municipal por parte dos cidadãos.

O Portal classifica os conselhos enquanto administrativo e fundo público (com 13 conselhos), fiscal (com 8 conselhos), cidade e meio ambiente (com 6 conselhos), e social (com 21 conselhos), esta última classificação trata-se do universo de análise estabelecido para este estudo. O Portal viabiliza que os conselhos insiram informações sobre: calendário de ações do conselho, notícias, localização, composição, legislações, atas/deliberações, eventos, links relacionados e o *fale com o conselho* (CURITIBA, 2017).

Na última semana de agosto de 2017 foram coletados os dados para esta pesquisa, fase esta que sucedeu a revisão de literatura sobre os assuntos pertinentes à democracia participativa, controle social e conselhos. Optou-se por este cenário devido à Prefeitura ter a intenção de disponibilizar, em um único *site*, o máximo de informações possíveis referentes aos conselhos municipais. Este instrumento colaboraria com a publicização e transparência das ações destes canais de democracia participativa, em acordo com a Lei nº 12.527/2011, Lei de Acesso à Informação.

O Quadro 1 relaciona os conselhos classificados como *sociais* no município:

NOME DO CONSELHO	SIGLA
Comissão Municipal de Direitos Humanos	CMDH
Conselho Municipal da Economia Popular Solidária	CMEPS
Conselho Municipal de Alimentação Escolar	CAE
Conselho Municipal de Assistência Social	CMAS
Conselho Municipal de Cultura	CMCC
Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente	COMTIBA
Conselho Municipal de Educação de Curitiba	CME
Conselho Municipal de Esportes	CME
Conselho Municipal da Juventude	CMJ
Conselho Municipal de Política Étnico Racial	COMPER
Conselho Municipal de Políticas sobre Drogas	COMPED
Conselho Municipal de Saúde	CMS
Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Curitiba	CONSEA
Conselho Municipal de Turismo	COMTUR
Conselho Municipal do Emprego e Relações do Trabalho	CMERT
Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de Curitiba	CMPC
Conselho Municipal dos Direitos da Mulher	CMDM
Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa	CMDPI
Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência	CMDPCD
Conselhos de Escola	
Conselho Superior da Procuradoria Geral do Município de Curitiba	

FONTE: os autores com base no Portal dos Conselhos Municipais de Curitiba (2017).

Estabeleceu-se como delimitação de análise a necessidade do conselho disponibilizar a legislação de criação ou o regimento interno na página do Portal, ou ainda, suas abas remeterem a outro *site* que as disponibilizasse. Assim, o escopo do estudo passou de 21 para 16 conselhos, sendo excluídos: os Conselhos de Escola, por serem conselhos referentes aos interesses de cada unidade escolar e por estarem contemplados no Conselho Municipal de Educação; o Conselho Superior da Procuradoria Geral do Município de Curitiba, por não disponibilizar qualquer informação na página do Portal; os Conselhos Municipais de Cultura e da Juventude, e a Comissão Municipal de Direitos Humanos, que apenas informavam o número do ato legal que os instituiu.

A tipologia classificatória a respeito das funções ou competências dos conselhos foi uma das dificuldades da pesquisa, pois as legislações estabelecem tais funções de maneira explícita (exemplo: consultiva, deliberativa), no entanto, não descrevem o que depreendem de cada uma, a única exceção a este fato é o Conselho Municipal de Educação. Assumiram-se para este estudo apenas as capacidades que pertencem à seguinte classificação: consultivo, deliberativo, controlador, fiscalizador e normativo, baseado em pesquisa do IBGE (2014). Sendo que, um conselho gestor de políticas públicas pode apresentar uma combinação das capacidades citadas.

Nos mesmos documentos legais, procedeu-se um levantamento complementar sobre a forma de composição dos conselhos (composição por eleição, entidades predefinidas, processo seletivo, indicação de autoridade e mista), para a definição dos representantes das áreas governamental e não governamental. Esta classificação baseou-se no estudo do IPEA (2013), objetivando permitir perceber como a participação está contemplada nestas instituições.

4 | RESULTADOS E DISCUSSÕES

A não existência de uma regulamentação que padronize as implementações dos conselhos enquanto canais de democracia participativa, leva ao exercício dessa participação em diferentes formatos (SABIONI *et al.*, 2016; BUVINICH, 2014). Este aspecto pode ser observado como um dos fatores para a variação quanto à inserção institucional e às competências observadas nos conselhos *sociais* de Curitiba, corroborando com os estudos de Buvnich (2014), por exemplo.

A coleta de dados identificou, pelas atribuições descritas nas legislações, que a totalidade dos conselhos analisados é deliberativa, competência mais importante para a participação efetiva e o controle social das ações do poder público. Embora nem todas as competências estejam explícitas com os termos adotados para este

estudo, elas estão previstas e amparadas em lei. Portanto, aos conselhos estão asseguradas as diferentes competências. No entanto, alguns estudiosos alertam: na prática, os conselhos estariam materializando certo protagonismo de atores da sociedade civil, porém, restringindo-se apenas ao caráter consultivo, sem poder de decisão ou deliberação (GOHN, 2016).

A representatividade governamental e não governamental foi característica unânime detectada entre as instituições. Os 16 conselhos contemplam a forma de composição mista, ou seja, apresentam combinação de diferentes formas para a definição de seus representantes. Do total de conselhos analisados, 12 adotam a eleição como uma das formas para sua composição. Neste caso, as exceções são: Educação, Esportes, Turismo e Patrimônio Cultural. Além disso, cinco conselhos estabelecem previamente entidades/instituições da área não governamental em suas legislações: Educação, Esportes, Segurança Alimentar, Turismo e Patrimônio Cultural. Já a área governamental é estabelecida por indicação de autoridade em todos os conselhos.

A importância sobre a análise da forma de composição dos conselhos está no fato de que esta pode dar pistas sobre como a democracia participativa representativa é capaz de se efetivar nestes canais institucionais. Reflexões referentes à legitimidade da democracia participativa originam-se destas percepções. O processo democrático de escolha dos representantes deixa a desejar em caso de definição prévia pelas legislações dos conselhos e/ou indicação de autoridade, como é o caso de cinco conselhos (GOMES, 2015).

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os conselhos, entre os variados canais de democracia participativa, se consolidaram e estão sendo apropriados pela sociedade civil enquanto espaços compartilhados de gestão de políticas públicas. Percebeu-se que a questão do desenho institucional (estrutura organizacional e competências) é fundamental para possibilitar a garantia e legitimidade das ações dos conselhos, o que poderá permitir que suas demandas cheguem até a agenda política, planos e orçamentos governamentais.

O estudo permitiu perceber garantias legais para a prática da democracia participativa e do controle social sobre as políticas públicas, indicando favorecimento a uma maior participação popular na gestão pública. A realidade detectada possibilita a inclusão dos conselhos *sociais* de Curitiba como parte do processo de gestão descentralizada e participativa, em arena de atores deliberativos e paritários.

Porém, deve ser considerada a necessidade de avanços de estudos sobre a atuação prática destas instituições, ou seja, necessidade de investigação da *praxis* conselheirista, uma limitação detectada para este estudo e que pode ser sanada com futuras pesquisas. A legitimação destes canais passa pela efetiva apropriação

do espaço e não apenas na condição da sua institucionalização, sendo primordiais o caráter deliberativo e o papel democratizante atribuído aos conselhos para implementação e execução das atividades conselheiristas.

Aspira-se que esta investigação possa contribuir para potencializar a adesão dos cidadãos à participação e ao controle social, proporcionando fortalecimento à gestão pública compartilhada, reduzindo as desigualdades sociais. Os resultados obtidos neste artigo, bem como as reflexões teóricas que o embasaram direcionam para a necessidade de novos estudos sobre a participação democrática, buscando analisar se as deliberações estão acontecendo no interior dos conselhos e em que medidas estas estão sendo incorporadas como políticas públicas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Carla; CAYRES, Domitila C.; TATAGIBA, Luciana. Balanço dos estudos sobre os conselhos. **Lua Nova**, São Paulo, n.94, 2015, pp. 255-294.

AVRITZER, Leonardo; RAMOS, Alfredo. “Democracia, escala y participación. Reflexiones desde las instituciones participativas brasileñas”. **Revista Internacional de Sociología**, v.74, n.3, jul/set, 2016.

BITENCOURT, Caroline M; PASE, Eduarda S. A necessária relação entre democracia e controle social: discutindo os possíveis reflexos de uma democracia “não amadurecida” na efetivação do controle social da Administração Pública. **Revista de Investigações Constitucionais**, v.2, n.1, 2015, pp.293-311.

BUVINICH, Danitza P.R. O mapeamento da institucionalização dos conselhos gestores de políticas públicas nos municípios brasileiros. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro: v.48, n.1, jan./fev., 2014, pp.55-82.

CURITIBA. **Portal dos Conselhos Municipais de Curitiba**. Disponível em: <<http://portaldosconselhos.curitiba.pr.gov.br>>. Acesso em: 15 jun. de 2017.

DAGNINO, Evelina; TEIXEIRA, Ana C. C. The participation of civil society in Lula’s government. **Journal of Politics in Latin America**, v.6, n.3, 2014, pp.39–66.

DIEGUES, Geraldo C. O controle social e participação nas políticas públicas: no caso dos conselhos gestores municipais. **Revista NAU Social**, v.4, n.6, mai./out., 2013, pp. 82-93.

GOHN, Maria da G. Gestão pública e os conselhos: revisitando a participação na espera institucional. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, v.10, n.3, 2016.

GOMES, Eduardo G.M. Conselhos gestores de políticas públicas: aspectos teóricos sobre o potencial de controle social democrático e eficiente. **Cadernos EBAPR.BR**, v.13, n.4, out./dez., 2015.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Perfil dos Municípios Brasileiros 2013**. Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Perfil_Municipios/2013/munic2013.pdf>. Acesso em 01 jun. 2017.

IPEA - *Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada*. **Conselhos Nacionais**: perfil e atuação dos conselheiros – 2013. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/relatoriofinal_perfil_conselhosnacionais.pdf>. Acesso em 18 mai. 2017.

KLEBA, Maria E; COMERLATTO, Dunia; FROZZA, Kenia M. Instrumentos e mecanismos de gestão:

contribuições ao processo decisório em conselhos de políticas públicas. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v.49, n.4, jul./ago., 2015, pp.1059-1079.

LÜCHMANN, Lígia H. H.; ALMEIDA, Carla; GIMENES, Éder R. Gênero e Representação Política nos Conselhos Gestores no Brasil. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v.59, n.3, 2016, pp. 789 - 822.

PEREIRA, Rafael M. *et al.* Conselhos Gestores de Políticas Públicas: relações entre Estado e sociedade civil no contexto local. **Revista de Gestão em Sistemas de Saúde**, v.5, n.1, jan./jun., 2016.

SABIONI, Marjorie *et al.* Contextos (in)adequados para o engajamento cidadão no controle social. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 50, n.3, 477-500, maio/jun., 2016.

SECCHI, Leonardo; FEIJÓ, Juliana K. ITO, Letícia K. Efeitos da urgência sobre o nível de participação em processos deliberativos. **Revista de Administração, Contabilidade e Economia**, Joaçaba: Ed. Unoesc, v.14, n.3, set./dez., 2015, pp. 905-924.

PARTICIPAÇÃO SOCIAL: AS CONTRADIÇÕES EM MEIO A CONJUNTURA ATUAL

Eliane Fátima Voitena

Universidade Estadual de Ponta Grossa – Ponta Grossa - Paraná

Maysa Nuermberg de V. Costa

Pontifícia Universidade Católica do Paraná – Ponta Grossa – Paraná

Juliana Yuri Kawanishi

Universidade Estadual de Ponta Grossa – Ponta Grossa - Paraná

Talyssa Aparecida Stremel Vieira

Universidade Estadual de Ponta Grossa – Ponta Grossa - Paraná

RESUMO: O presente artigo busca provocar uma breve reflexão sobre o processo histórico de participação social, das instâncias de controle social e da atual conjuntura brasileira, pontuando a transição de um regime ditatorial para um estado democrático de direitos, que obteve conquistas constitucionais e a materialização da assistência social como política pública e dever do Estado. A partir desta reflexão consideramos as conferências como espaços privilegiados de discussão e fortalecimento da democracia, abordando a 1ª Conferência Nacional de Assistência Social que ocorreu em 1995 e a 11ª Conferência que está em processo de realização no ano de 2017 com a temática “Garantia dos Direitos no Fortalecimento do SUAS”. Esta discussão

se torna um desafio diante do atual cenário nacional político e econômico de desmonte dos direitos sociais.

PALAVRAS-CHAVE: Proteção Social; Participação Social; Controle Social; Conferência; Conjuntura atual;

SOCIAL PARTICIPATION: CONTRADICTIONS

AMID THE CURRENT CONJUNCTURE

ABSTRACT: The present article seeks to make a brief reflection about the historical process of social participation, of social control instances and of the current Brazilian conjuncture. This reflection punctuates about the transition from a dictatorial regime to a democratic state of rights, which reached constitutional achievements and the materialization of social assistance as a civil policy and a duty of the government. From this reflection, the conferences can be seen as privileged spaces for debates and democracy strengthening, such as the 1st National Conference on Social Assistance held in 1995 and the 11th Conference being held in 2017 with the theme “Rights Guarantee by SUAS strengthening”. This discussion becomes a challenge on the current national political and economic scenario of dismantling social rights.

KEYWORDS: Social Protection; Social Participation; Social Control; Conference;

Current conjuncture.

1 | INTRODUÇÃO

No contexto brasileiro dois períodos chamam a atenção para tratar da temática do artigo, sendo o processo de transição da ditadura militar para uma democracia participativa. Considerando marcos importantes, como a construção da Constituição Federal de 1988 e a Lei Orgânica da Assistência Social em 1993, que amplia as instâncias de controle social na Política Nacional de Assistência Social.

O objetivo do artigo é salientar a importância que a participação e o controle social tiveram para a construção da democracia, fazendo uma correlação entre a primeira conferência em 1995 com o tema “Assistência Social como um direito do cidadão e dever do Estado” e a conferência de 2017 com a temática “Garantia dos Direitos no Fortalecimento do SUAS”.

O presente artigo foi construído a partir de uma pesquisa bibliográfica e documental, proporcionando uma base teórica, afim de subsidiar a reflexão sobre a participação social como espaço democrático e deliberativo e a contradição entre a conjuntura atual e a garantia de direitos sociais.

2 | A PARTICIPAÇÃO SOCIAL NAS INSTÂNCIAS DELIBERATIVAS EM MEIO A CONJUNTURA ATUAL

2.1 A participação social como espaço democrático e deliberativo

A Constituição Federal - CF de 1988 é o marco de ruptura com práticas tradicionais brasileiras ditatoriais, uma vez que possibilitou a mobilização e participação social de diversos grupos populacionais na garantia de direitos sociais de proteção social.

Neste contexto histórico de conquistas, o primeiro artigo, parágrafo único da CF estabelece que todo poder emana do povo, que exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, garantindo assim a participação social direta da população brasileira nas instâncias de deliberação e controle social, bem como a continuidade de eleições de governo.

Seguindo neste gradiente, os artigos 203 e 204, da CF de 1988, legitimam a assistência social ao tripé da seguridade social de proteção social não contributiva, para quem dela necessitar, materializando-a como política pública e dever do estado. Não mais como ações caridosas, mas sim com status legítimo, de responsabilidade.

No ano de 1993 a Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS nº 8.742 regulamenta os serviços, programas, projetos, benefícios, instâncias de controle e participação social e o conjunto de atribuições necessárias para gestão da política.

No tempo histórico a LOAS materializa a Política Nacional de Assistência Social – PNAS/ 2004, e o Sistema Único de Assistência Social – SUAS/2005, fortalecendo e corroborando com trabalhadores/as, territórios, principalmente usuários/as e populações na construção desta política pública social, através de espaços de participação e deliberação como conferências e conselhos de políticas públicas e de direitos.

A participação popular além de ser um direito, trata-se de um dever político sendo um instrumento fundamental de fortalecimento da democracia. Além de ser uma forma de conhecimento, pois, “a participação pode aumentar o valor da liberdade para o indivíduo, capacitando-o a ser (e permanecer) seu próprio senhor” (PATEMAN, 1992, p. 40). Entendemos então que a discussão em foco é prioritária, tendo em vista, a atual conjuntura de desmonte de direitos sociais básicos, que teve maior incidência no ano de 2016, de políticas de cunho neoliberal e de governos que limitam o direito de participar criticamente do processo social.

Segundo Bordenave (1992, p. 12), “A participação está na ordem do dia devido ao descontentamento geral com a marginalização do povo dos assuntos que interessam a todos e que são decididos por poucos. O entusiasmo pela participação vem das contribuições positivas que ela oferece.”

Participar significa estar presente e tomar parte de um fato. As pessoas participam em diversas instâncias e níveis, sempre visando resolver questões que atendam a um interesse, seja ele individual ou coletivo. Contribuindo assim para a construção de uma consciência crítica que irá fortalecer o poder popular de reivindicação.

Segundo Gohn (2003) a participação pode ser entendida de diversas formas, sendo ela a liberal, a autoritária, a revolucionária e a democrática, as quais historicamente sofreram outras interpretações. É preciso se aproximar de conceituações diversas, a fim de abranger subsídios que possam fundamentar teoricamente todos os tipos de participação, considerando as alterações ao longo do tempo.

Além de um processo de construção coletiva, a participação também permite um autoconhecimento do sujeito que participa, pois a cada passo que o indivíduo dá no âmbito de sua participação, mais ele irá questionar a realidade. E, conseqüentemente, buscará respostas aumentando a capacidade de criar uma identidade e se entender como sujeito protagonista de sua história. É a partir dessa busca por respostas que o indivíduo irá se inserir nas decisões entre o Estado e a sociedade civil, intervindo nas políticas públicas, como forma de exercer sua cidadania no âmbito da democracia. Assim denominamos o controle social, o qual também teve distintas compreensões em diferentes contextos, porém, materializou esse conceito a partir da Constituição Federal de 1988, que trata da democracia participativa, aproximando a sociedade da gestão de políticas públicas.

Segundo Ricci (2009)

O conceito de controle social indica, portanto, a participação da sociedade civil na elaboração, acompanhamento e verificação (ou monitoramento) das ações de gestão pública. Na prática, significa definir diretrizes, realizar diagnósticos, indicar prioridades, definir programas e ações, avaliar os objetivos, processos e resultados obtidos. (RICCI, 2009, p. 9)

Desse modo, a participação e o controle social irão ser exercidas em determinados espaços. O nosso foco se dará nas conferências, considerando que se tornaram a mais importante e abrangente política participativa do Brasil. As quais Streck e Adams (2006) pontuam que se encontram ligadas com o processo dos Conselhos, estão

[...] igualmente previstas em leis orgânicas e que acontecem na esfera municipal, estadual e nacional. Têm a finalidade de discutir e deliberar com ampla participação da população as diretrizes e estratégias das políticas a serem implementadas pelos gestores nas referidas políticas públicas. São espaços de referência também para os Conselhos que vão embasar seus planos de ação inspirados nas diretrizes políticas definidas pelas Conferências. (STRECK; ADAMS, 2006, p. 110)

Apesar da ampla participação citada, compreendemos que essa inserção popular se deu por meio de um longo processo, ocorrendo de maneira restrita e direcionada, a qual deve ser atentada para que não se retome em meio a atual conjuntura de crise e desmonte de direitos. A participação e o controle social devem ser estimulados nessas instâncias, a fim de fortalecer a democracia por meio de um processo descentralizado e participativo. Os incentivos por parte da política do estado podem influenciar e até mesmo determinar a intensidade da participação nas conferências.

Foi em meio a essa temática que a I Conferência Nacional de Assistência Social aconteceu em Brasília em 1995, no Centro de Convenções nos dias 20 a 23 de novembro. E contou com a presença de 1069 participantes, sendo 689 delegados, 193 observadores, 76 convidados e 111 ouvintes. O tema em destaque foi “A Assistência Social como um direito do cidadão e dever do Estado”, tendo por objetivo avaliar a realidade e propor diretrizes que contribuíssem para o aperfeiçoamento e fortalecimento do sistema descentralizado e participativo da Assistência Social. Importante temática de discussão coletiva sobre o processo do sistema de proteção social não contributivo, recém aprovado pela LOAS (1993) para gestão do benefício de prestação continuada – BPC, que rompe significativamente com as tradicionais ações assistencialistas.

Porém, para que a participação popular seja efetiva é necessário que para além da presença, os sujeitos inseridos detenham conhecimento e informações necessárias para os debates e tomadas de decisões. É preciso que a realidade e demandas locais sejam respeitadas nos distintos municípios, garantindo o princípio da equidade. E também, que as propostas do Estado não se sobressaiam à vontade do povo.

2.2 A contradição entre a conjuntura atual e a garantia de direitos sociais

O cenário político brasileiro ao longo da história passa por diversas transformações alterando a função do Estado e o modo como se dá a controle social em várias esferas. Para Di Petro (2005, p. 636), “o mais eficaz meio de controle da Administração Pública: o controle popular.” Assim, o Estado passa a buscar estratégias para que o capitalismo impere, resultando, em uma contínua dominação dos meios de produção gerando lucros para o capital e simultaneamente emergindo contradições ao enfrentar a questão social.

Se a classe dominante perde o consenso, ou seja, não é mais ‘dirigente’, mas unicamente ‘dominante’, detentora da pura força coercitiva, isto significa exatamente que as grandes massas se destacaram das ideologias tradicionais, não acreditam mais no que antes acreditavam, etc. A crise consiste justamente no fato de que o velho morre e o novo não pode nascer: neste interregno, verificam-se os fenômenos patológicos mais variados. (GRAMSCI, 2002, p. 184)

Em meio a esse contexto de crise é possível que a hegemonia e o interesse das classes dominantes se percam, provocando outros desdobramentos no modo de organização social, alterando assim a estrutura de como o Estado se organiza. Sendo assim o capital sempre está em um processo de reestruturação para manter a dominação sobre a classe trabalhadora, o que acaba gerando uma insegurança que

se manifesta em algumas formas: insegurança no mercado de trabalho, com a não priorização do pleno emprego como objetivo de governo, a destruição de empregos em plena expansão econômica, sobretudo no setor industrial, a ampliação da desigualdade entre os desempregados em função da redução dos benefícios sociais; insegurança no emprego, que implica a redução da estabilidade e subcontratação (formas atípicas ou contingenciais de emprego, diga-se, precárias); insegurança na renda, através da flexibilização dos salários, da diluição da relação entre salário e produtividade, da queda nos gastos sociais e fiscais das empresas, da deterioração da distribuição de renda, e, por fim, do crescimento da pobreza; insegurança na contratação do trabalho, pela expansão do dualismo no mercado de trabalho e pelo risco da explosão jurídica do contrato coletivo de trabalho; insegurança na representação do trabalho, com a redução dos níveis de sindicalização. (BEHRING, 2008, p. 39-40)

Devido ao contexto da política atual, e as correlações de forças entre Estado, capital e trabalhadores/as é possível analisar a questão da flexibilização das legislações, e a falta de incentivo em divulgar os espaços de participação que fortalecem os direitos sociais.

Atualmente o país vive um colapso de crise econômica e política, agravado pelo impeachment de Dilma Rousseff, em 2016. Nesse período havia um governo de gestão democrático participativa, o qual incentivava a participação e controle social da população em várias instâncias como conselhos, fóruns, ouvidorias e conferências. Visando a construção e o fortalecimento de uma rede de proteção social pública, garantindo a assistência social como uma Política Pública e dever de Estado.

Considerando as conferências como um marco de democracia e participação,

as mesmas passam a estabelecer uma nova forma de organização da política pública sendo estruturada junto com a população. Desse modo a ex Presidenta pontua as conferências como um evento

[...] importante para todos que participam, para todos que acreditam na participação popular, e quero dizer, em nome do governo, para o governo, porque aqui está a base para a construção de uma nação justa e democrática, uma nação que participa, que é ativa e que dá opiniões. Esta conferência é um espaço privilegiado para o exercício da cidadania, para o debate de projetos, para a gente avançar cada vez mais na transparência das nossas ações, para explicitar divergências e para a construção de consensos. (BRASIL, 2013)

Com a crise política, Michel Temer assume o poder, pactuando com o modelo de gestão neoliberal patrimonial. Retrocedendo direitos trabalhistas, com crescente precarização dos serviços ofertados, adotando um cenário de privatizações e limitando os espaços participativos e deliberativos, quando propõem que não ocorram as conferências municipais, estaduais e nacional a cada dois anos.

Nesta conjuntura o Conselho Nacional de Assistência Social se opõe e delibera pela realização das conferências. A 11ª Conferência de Assistência Social tem como tema “Garantia dos Direitos no Fortalecimento do SUAS”, o que contradiz e desafia o diálogo sobre o assunto, devido a retirada de direitos sociais e o congelamento de investimentos, pelo período de vinte (20) anos, no campo das políticas sociais: saúde, educação e assistência social.

Vivenciamos um desmonte das proteções sociais de todo um coletivo, em que é preciso pensar em estratégias para que se consiga manter os direitos que ainda estão assegurados, os quais diariamente são colocados em cheque por meio de brechas que buscam alterar as legislações, dando assim abertura para que o Estado se omita das suas obrigações. Resultando em um retrocesso que abre margem para o assistencialismo e aumento da demanda para o terceiro setor, fragilizando o campo das políticas públicas sociais.

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O caminho para alcançar a democracia no país passou por diversas dificuldades, salientando a importância de construir coletivamente políticas que realmente atendam a toda população sem que interesses individuais se sobressaiam.

A 1ª Conferência Nacional ocorre em um período histórico pós-regime ditatorial onde a população aclamava por espaços democráticos e sem repressões para discutir interesses coletivos. Coincidentemente a 11ª Conferência do ano de 2017 enfrenta os limites impostos pela atual conjuntura política que fragiliza a participação, diante de um cenário de desmonte de direitos sociais garantidos constitucionalmente.

Dessa forma, em momentos de crise a sociedade civil organizada e as populações não devem temer e nem hesitar a ocupar os espaços de garantia de direitos, considerando que todo poder emana do povo, que exerce por meio de representantes

eleitos ou diretamente, impedindo o retorno de práticas conservadoras, tradicionais e reacionárias.

REFERÊNCIAS

ALVES, J. de M.; ALMEIDA, D. M. F. de. Participação e controle social: a experiência do Conselho Municipal de Assistência Social de Londrina/PR. **O Social em Questão**, n. 30, p. 143-168. 2013.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2007 (Biblioteca Básica do Serviço Social; v. 2)

BORDENAVE, J. E. D. **O que é Participação**. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1992.

DI PIETRO, Maria Sylvania Zanella. **Direito Administrativo**. 18. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

GRAMSCI, Antonio. Cadernos do cárcere. Vol. 2. Rio de Janeiro: **Civilização Brasileira**, 2000.

PATEMAN, C. **Participação e Teoria Democrática**. São Paulo: Editora Paz e Terra. 1992.

RICCI, R. Controle social: um conceito e muitas confusões. **Revista Espaço Acadêmico**, n. 98, p. 9-12, jul. 2009.

STRECK, D. R.; ADAMS, T. Lugares da participação e formação da cidadania. **Civitas – Revista de Ciências Sociais**, v. 6, n. 1, p. 95-117, jan./jun. 2006.

A DESIGUALDADE DE GÊNERO NO PROCESSO DE ENVELHECIMENTO

Maysa N. de Vasconcellos Costa

Pontifícia Universidade Católica do Paraná -
Ponta Grossa - Paraná

Talyssa Aparecida Stremel Vieira

Universidade Estadual de Ponta Grossa – Ponta
Grossa - Paraná

Juliana Yuri Kawanishi

Universidade Estadual de Ponta Grossa – Ponta
Grossa - Paraná

RESUMO: A discussão da desigualdade de gênero perpassa por todo processo histórico da sociedade, sendo eles político, econômico e social. Estas relações sociais de gênero, desde o nascimento, acabam produzindo um trato de dominação e submissão que se acentuam no decorrer da vida. Com isso, a fragilidade feminina avança, em relação aos seus direitos, sua inserção no mercado de trabalho e ao papel que assume socialmente. No envelhecimento as fragilidades acabam se reforçando. Atualmente o Brasil passa por mudanças em relação ao envelhecimento, sofrendo alterações demográficas, sociais, econômicas e de saúde. Por esse motivo, é importante repensar as políticas públicas atuais de atendimento à população idosa e as diferentes interfaces da questão de gênero. Esse artigo tem como objetivo compreender a desigualdade de gênero presente no processo de envelhecimento,

buscando conhecer as transformações que ocorrem na sociedade contemporânea. Para alcançar o objetivo, a metodologia utilizada será a pesquisa bibliográfica.

PALAVRAS-CHAVE: Gênero; Desigualdade; Envelhecimento.

ABSTRACT: The gender inequality discussion permeates through the whole historical process of society, including political, economic and social aspects. These gendered social relationships produce a treatment of domination and submission since birth that grows accentuated throughout life. With this, women's fragility advances in relation to their rights, their labor market insertion and their social role. And the fragilities end up being increased with the aging. Brazil is currently undergoing demographic, social, economic and health changes affected by aging. For this reason, it is important to reassess the current civil policies of the elderly population care as well as the different interfaces of the gender issue. Through a bibliographical research, this article aims to understand the gender inequality present in the aging process, seeking to know the contemporary society changes.

KEYWORDS: Gender; Inequality; Aging.

1 | INTRODUÇÃO

Em vista das desigualdades relacionadas à questão de gênero e relações de dominação, o presente artigo é de suma importância para alertar a grande relevância no desenvolvimento e efetivação de Políticas Públicas voltadas para a temática, visando à relação de igualdade e compreendendo as transformações que ocorrem na sociedade brasileira contemporânea. Para isso, o presente trabalho tem como objetivo entender a desigualdade de gênero, dando enfoque no processo de envelhecimento.

Considerando a construção do artigo, foi realizada uma pesquisa bibliográfica tendo como referência livros, artigos, revistas, sendo eles online e físicos, que continham conteúdos relacionados à desigualdade de gênero, a mulher frente ao processo de envelhecimento e a inserção das Políticas Públicas em um contexto atual.

A desigualdade de gênero no processo de envelhecimento foi estudada por meio de alguns fatores que se fazem fortemente vigentes com relação ao tema, como a construção do papel social da mulher, a fragilidade no mercado de trabalho, os direitos e a participação política das mulheres, os quais permitem a criação de espaços de convivência e fortalecimentos entre as mesmas, e as Políticas Públicas de atendimento a este segmento.

Em razão das mudanças sociais, demográficas, econômicas e de saúde presentes no cenário brasileiro, é preciso compreender o assunto de forma interligada, entendendo o movimento histórico e a presença das relações de gênero em cada tempo e espaço.

2 | O CONTEXTO DA DESIGUALDADE DE GÊNERO NO ENVELHECIMENTO

As questões acerca do envelhecimento encontram-se em foco na sociedade brasileira e presente em diversos âmbitos. A temática ganha visibilidade a partir das transformações demográficas, onde ocorre uma queda significativa da natalidade juntamente com a redução das taxas de mortalidade dos adultos, acentuando assim o processo de envelhecimento. Para Santin (2010, p. 115)

[...] o envelhecimento aparece entre as preocupações cada vez mais presentes na atualidade. E não é só privilégio das ciências da saúde. A questão do envelhecimento se estende em todos os níveis das ciências humanas, das ciências econômicas, das ciências jurídicas e das políticas sociais.

Historicamente o Brasil passa por mudanças em relação ao envelhecimento. No passado havia um alto índice de natalidade, simultaneamente os sujeitos não chegavam a vivenciar o que hoje consideramos como velhice, visto que acabavam falecendo entre os trinta (30) e quarenta (40) anos de idade, o que nos dias atuais é considerado a fase de plena participação em todas as atividades sociais. Essa

mudança não é exclusiva do Brasil, mas sim do mundo, sendo fortalecido também aos países em desenvolvimento, acarretando impactos em vários setores. Considerando sua emergência foram necessárias alterações na saúde, previdência e assistência social, para que esses indivíduos tivessem qualidade na garantia de acesso a estes serviços, desse modo ampliando a rede de atendimento.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2010), a esperança de vida da população brasileira no início do século XX não passava dos trinta e três (33) ou trinta e quatro (34) anos, atingindo os cinquenta (50) anos na metade deste século e atingindo os setenta e três (73) setenta e quatro (74) anos em 2010 (homens 70 anos e mulheres 76 anos).

O desafio para o mundo, para os países desenvolvidos e em desenvolvimento será garantir um desenvolvimento digno, saudável, com qualidade e que reconheça sua contribuição social e história de vida de cada indivíduo. Pois o que se apresenta hoje são políticas públicas sociais, que evoluíram, pensando no que tínhamos há trinta anos atrás, mas que ainda não disponibilizam serviços de qualidade para a população com idade igual ou superior a sessenta (60) anos. Rotulamos a pessoa idosa adjetivando as incapacidades, a infantilidade e medicalização. Momento de repensar, quem é este sujeito e como as políticas sociais estão preparadas para este atendimento.

As transformações sociais preveem que critérios igualitários sejam avaliados constantemente, com relação aos direitos e a vida em sociedade de cada sexo, considerando que o processo de envelhecimento e de transformações se dá de maneira diferenciada quando o assunto é gênero. A discriminação advinda do gênero acaba por agravar outras desigualdades, desconsiderando as conquistas em diversas áreas. Historicamente o homem possui uma acentuada responsabilidade, tendo o papel de provedor da família, e a mulher a representação de cuidadora, reprodutora, vivenciando a fertilidade e a maternidade imposta a ela sem direito a questionamentos. Assim, a mulher passa a cuidar dos filhos pequenos, tornando-se economicamente dependente de seu companheiro, colocando em xeque sua liberdade e autonomia. De acordo com Figueredo, Monteiro, Nunes e Luz (2006, p. 459)

Essa situação de desigualdades é agravada na terceira idade, pelo desrespeito da sociedade com o idoso, principalmente a mulher idosa, que, desde a infância, adolescência e vida adulta, vive constantemente a ameaça e a efetiva violação da cidadania plena, em diferentes aspectos. Além do mais, uma sociedade brasileira direcionada pelo capital tende a valorizar e respeitar aquelas pessoas consideradas em idade produtiva e reprodutiva, e, neste sentido, a mulher idosa é duplamente penalizada, por ser mulher e por ser idosa.

Diante desse ambiente familiar desigual outra diferença aparece, sendo essa com relação ao mercado de trabalho, pois impõe à mulher a frágil escolha entre a família e a carreira. A frente disso visa-se a emancipação através da busca pela igualdade no âmbito profissional, o qual desencadearia uma proteção social futura

diante do processo de envelhecimento. A Previdência Social se torna um campo de luta pela estabilidade, considerando que por muitos anos a mulheres teve exposta a uma situação de desproteção e vulnerabilidade, favorecendo a desigualdade econômica e política em meio a uma condição de superexploração. Apesar dos desdobramentos, tais marcos não foram totalmente destituídos de nossa sociedade, a exemplo disso podemos citar a diferença salarial entre homens e mulheres, que apesar de possuir a mesma jornada de trabalho, são “recompensados” de forma dispare.

Outra questão é com relação às aposentadorias, que irão desempenhar um papel importante na renda da população idosa, a qual tende a aumentar com o passar do tempo. No entanto, como afirma Camarano, Kanso e Fernandes (2013, p. 21, 22) “Apesar de as mulheres receberem os benefícios por mais tempo do que os homens, estes são sistematicamente de menor valor.” e ainda, “[...] parece que o sistema de seguridade social brasileiro tende a reforçar as desigualdades sociais que os homens experimentaram ao longo de suas vidas e a reduzir as experimentadas pelas mulheres.”

Com relação ao âmbito político, as mulheres seguem travando um processo de lutas históricas em busca de reconhecimento de seu espaço no cenário, obtendo a grande conquista do direito ao voto, que antes era concedida apenas aos homens. Esse espaço passou também por grandes transformações, visto que inicialmente a mulher não tinha a possibilidade de decidir sobre as condições advindas do meio político, ficando a mercê da vontade do homem. Com o passar do tempo, para além do voto, a mulher ocupa cargos de relevância no governo brasileiro, mostrando representação feminina por meio do empoderamento. Por outro lado, deixa em evidência o controle autoritário das relações de poder. Sendo assim, um passo importante foi conquistado, causando a possibilidade de uma projeção sobre o seu futuro, adotando estratégias de governo voltadas para a mulher, exercendo seu direito de livre escolha, reforçando sua igualdade independente de sua idade.

Essas mudanças presentes na sociedade também se relacionam com as novidades do mercado e a cultura, que em cada época destinam produtos e padrões que se mostram superiores e melhores por fazerem parte de uma geração mais recente, indo contra o envelhecimento. Tais normas se tornam uniformizadoras e sem lugar para o que é diferente, excluindo a mulher que se encontra no processo de envelhecimento, pois não se identifica com o que está posto socialmente. As desigualdades também se dão de forma contraditória, pois apesar dos medos e dificuldades encontrados no envelhecimento, tal processo muitas vezes se torna como um momento de libertação feminina, tanto economicamente quanto do papel de mãe e esposa.

Diante desse cenário de transformações foi necessário repensar sobre as novas demandas e assim conseqüentemente sobre as Políticas Públicas voltadas para o atendimento da pessoa idosa, trabalhando na área de garantia de direitos sociais,

buscando a liberdade, igualdade e o acesso as necessidades básicas, procurando diminuir as fragilidades sociais. Segundo Figueredo, Monteiro, Nunes e Luz (2006, p.459)

[...] a partir do conhecimento dos direitos de cidadã, a mulher idosa adquire autoestima e, inclusive, passa a se auto cuidar, preservando sua conquista tanto de cidadã, como de mulher que possui capacidades para enfrentar desafios e conquistar saberes, pondo cada dia mais em prática seus conhecimentos. [...] a mulher idosa teve sua historicidade marcada pelas questões de gênero que sempre submeteram a mulher a uma condição de submissão, imobilizando-a em uma situação anticidadania, fazendo-a passar a vida inteira sem saber reivindicar seus direitos, silenciando e omitindo a violação dos mesmos.

Apesar da política voltada para a pessoa idosa, a procura por atendimento à saúde, educação, lazer, entre outras, em sua grande maioria são feitas por mulheres. A forma como as políticas públicas acabam afetando a vida das mulheres usuárias dos serviços, tem grande relevância e um significado de mudança da realidade e de suas vivências, criando um espaço de socialização com outras mulheres.

Como estamos pensando o envelhecimento, sessenta anos como marco do envelhecimento populacional, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, do IBGE (2010), demonstra a proporção de idosos, sendo de 9,1% do total em 1999 para 11,3% em 2009, o que significa hoje a existência de mais de 22 milhões de brasileiros com idade igual ou superior a sessenta (60) anos de idade.

O crescimento da expectativa de vida atual é impressionante e revelador, pois entre os anos de 1997 a 2007 (dez anos) a população brasileira entre sessenta(60) e sessenta e nove(69) anos apresentou uma evolução relativa de 21,6%, e na faixa etária de oitenta(80) anos ou mais teve um aumento de 47,8%, atingindo quase 65% em algumas localidades (IBGE, 2010).

Segundo uma pesquisa do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa – CMDPI (2016) do município de Ponta Grossa – PR, sobre o uso do transporte coletivo com um recorte da população idosa entre sessenta (60) a sessenta e quatro (64) anos, revela que no ano de 1996 haviam 2.996 do sexo masculino e 3.795 do sexo feminino. Já em 2007, 4.208 eram idosos do sexo masculino e 5.374 do sexo feminino, o que representa um crescimento de aproximadamente 41%. Foi realizada uma estimativa que atualmente (2016) esta faixa etária da população (60 a 64 anos) totaliza 13.519.

Importante apresentar, também, alguns dados sociodemográficos brasileiros de acordo com o IBGE no ano de 2010:

1. Aumento do número de pessoas idosas que moram sozinhas – 6,7 milhões, sendo 40% do sexo feminino;
2. O aumento da participação da população idosa na composição da renda total familiar – 53% dos domicílios;
3. Aumento da população em algumas regiões do país: Região Sudeste – 9,4 milhões, no Nordeste – 5,1 milhões;

4. População residente na área urbana – 17 milhões e na zona Rural – 3,4 milhões;
5. Diminuição da população em situação de pobreza – 2,5 milhões (12,2% da população com rendimento médio mensal de meio salário mínimo reside na zona rural da região nordeste).

A partir dos dados apresentados, percebemos que com a diminuição das taxas de natalidade, a população vai envelhecendo aos poucos, e que é preciso entender a representatividade da mulher idosa nas informações. De acordo com estimativas elaboradas e divulgadas pelo IBGE e outros órgãos de pesquisa, o número de idosos deverá aumentar. Por volta do ano de 2050, haverá, no Brasil, setenta e três (73) idosos para cada cem (100) crianças.

Segundo as projeções das Nações Unidas (Fundo de Populações) indicam que uma em cada nove (9) pessoas no mundo tem sessenta (60) anos ou mais. O estudo aponta, ainda, que, em 2050, pela primeira vez, haverá mais idosos que crianças menores de quinze (15) anos.

Os dados quantitativos apresentados são importantes, uma vez que estamos tratando da transição demográfica, como se pode observar, esta referência abrange uma parcela da população que construíram e ainda constroem sua trajetória de vida, mas bem diferenciada do ponto de vista subjetivo e social, como viver na cidade ou na zona rural, a questão de gênero, a classe social a que pertence, etnia e o nível educacional.

A política social no Brasil se consolida com a Constituição Federal de 1988, uma Constituição Cidadã, que nos apresenta um sistema de proteção social para os cidadãos brasileiros, quando se concretiza num conjunto de instituições político, jurídicas e administrativas, estabelecendo a mediação entre Estado e sociedade civil, em resposta à questão social, fortalecendo a cidadania.

A política social é uma política, própria das formações econômico-sociais capitalistas contemporâneas, de ação e controle sobre as necessidades sociais básicas das pessoas não satisfeitas pelo modo capitalista de produção. É uma política de mediação entre as necessidades de valorização e acumulação do capital e as necessidades de manutenção da força de trabalho disponível para o mesmo. Nesta perspectiva, a política social é uma gestão estatal da força de trabalho e do preço da força de trabalho. Ressaltamos que entendemos, por força de trabalho todos os indivíduos que só têm a sua força de trabalho para vender e garantir sua subsistência, independente de estarem inseridos no mercado formal de trabalho. (Machado)

Após a promulgação da Constituição Federal a seguridade social foi instituída, constituindo-se num avanço, mas permanecendo limitado, pois restringe às políticas de previdência social, saúde e assistência social. E ainda, com as políticas neoliberais implantadas na década de 1990, não pode alcançar seus avanços. Sendo assim importante citar o artigo terceiro da Constituição Federal de 1988, que constitui os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil

I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;

II - garantir o desenvolvimento nacional;

III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

IV - **promover o bem de todos**, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, **idade** e quaisquer outras formas de discriminação.

Também vale ressaltar o artigo 203 da CF de 1988, que trata dos objetivos da Assistência Social

I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e **à velhice**;

II - o amparo às crianças e adolescentes carentes;

III - a promoção da integração ao mercado de trabalho;

IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;

V - **a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à** pessoa portadora de deficiência e **ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.**

O sistema de proteção social no Brasil representa o papel do estado na regulação e prevenção dos conflitos entre capital e trabalho. Nesse mesmo momento a implantação e implementação de políticas públicas, de caráter democrático, fazem parte do conjunto de estratégias para o enfrentamento da questão social. A qual expressa um crescimento populacional da pessoa idosa, com suas limitações de saúde e contribuições sociais e econômicas. Este sistema de proteção social perpassa todas as políticas sociais, de saúde, assistência social, educação, previdência social entre outras. Segundo Camarano (2002, p. 6)

A predominância da população feminina entre os idosos tem repercussões importantes nas demandas por políticas públicas. Uma delas diz respeito ao fato de que embora as mulheres vivam mais do que os homens, elas estão mais sujeitas a deficiências físicas e mentais do que seus parceiros masculinos [...]. Outra refere-se à elevada proporção de mulheres morando sozinhas, 14% em 1998.

O envelhecimento populacional irá propor uma nova interface de participação, de economia, de relações políticas e sociais, exigindo uma posição da sociedade e do governo a encontrar soluções para as novas demandas. Considerando assim as políticas públicas de seguridade social, políticas urbanas, sociais, de trabalho e emprego, de sustentabilidade e de acessibilidade, tanto para homens como para mulheres, de todas as etnias, orientação sexual e condição social.

Boschetti (2003, p.121), comenta sobre a seguridade social defendida pelo Serviço Social, que busca avanços para além dos dispostos, propõem que sejam incluídos todos os direitos sociais previstos no artigo 6º da Constituição, para

ampliar o sistema de proteção social e que esteja ajustado às condições econômicas e sociais dos cidadãos brasileiros. É capaz de cimentar as condições econômicas, sociais e políticas para construir as vias da equidade social, num processo que não se esgota na garantia da cidadania burguesa.

Na trajetória de garantia de um sistema de proteção social nas políticas sociais para a faixa etária da população com idade igual ou superior a sessenta (60) anos o país tem dado respostas com a implantação da Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS, na década de 90 quando garante a transferência de renda de um salário mínimo – Benefício de Prestação Continuada (BPC) a população idosa com idade igual ou superior a sessenta e cinco (65) anos que não possuem contribuição prévia à previdência social. E com promulgação da Lei nº 8.842, que dispõe sobre a Política Nacional do Idoso (PNI), cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências. Esta PNI dá início aos princípios da organização da gestão das políticas públicas sociais para o atendimento da pessoa idosa, individualmente e coletivamente.

No século XXI temos uma ampliação significativa dos direitos sociais à pessoa idosa com a publicação do Estatuto do Idoso, em 2003, fruto da mobilização e participação social que irá reconhecer o protagonismo dos idosos em todas as esferas. Afim de avançar mais um pouco o Brasil no ano de 2013 se compromete nacionalmente para o Envelhecimento Ativo, quando assina o Decreto Presidencial 8.114, que será coordenado pela Secretaria Nacional dos Direitos Humanos e com a participação dos ministérios.

Legalmente as políticas sociais encontram-se amparadas para atender as demandas do envelhecimento, mas por outro lado o Estado promove um imaginário de terror à população idosa, quando se retira da responsabilidade pelo desequilíbrio da previdência social, das políticas sociais e de saúde, o tripé da seguridade social, apresentando-o como um problema social.

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas transformações contemporâneas, percebe-se que a mulher no processo de envelhecimento busca alcançar seu espaço em diversos âmbitos. Com relação à inserção da mulher no mercado de trabalho, sua autonomia muitas vezes se dá após a fase adulta, a qual se constitui como fator importante de igualdade, pois resulta no próprio sustento e nas próprias decisões. Para além da independência, irá possibilitar uma perspectiva á longo prazo visando o envelhecimento, tendo acesso as Políticas Públicas, como a Previdência Social. Sendo necessário promover o fortalecimento da participação das mulheres, incentivando a tomada de escolhas dentro das esferas apresentadas no trabalho, como por exemplo, em sua vida social e familiar.

É preciso considerar os avanços alcançados pelas mulheres em áreas distintas,

porém, compreender ao mesmo tempo que há desafios importantes pela frente, os quais passarão por todas as idades. Para além da desigualdade, os estereótipos de gênero devem ser desconstruídos, dando visibilidade para a mulher como cidadã que detém seus direitos. A educação é a base para que as desigualdades e os estereótipos de gênero sejam reduzidos, aliada a uma intensa participação. Podemos perceber que há muito a construir, a discutir, a avançar sobre o processo de envelhecimento da população, enquanto demanda para as políticas sociais, mas não podemos esquecer que o envelhecimento diz respeito a toda sociedade.

Por meio da construção do artigo, pudemos compreender que apesar das mulheres idosas representarem a maior parte da população em processo de envelhecimento, a dinâmica social, política, de trabalho e as políticas públicas não são voltadas para atender a demanda do segmento, o que acaba tornando um processo vulnerável ainda mais fragilizado e desigual. Sendo assim, é preciso pensar as Políticas Públicas com um olhar crítico e ampliado da realidade, abrangendo não apenas demandas presentes, mas indo além, atendendo as manifestações da questão social à longo prazo.

REFERÊNCIAS

BOSCHETTI, I. **Assistência Social no Brasil: um Direito entre Originalidade e Conservadorismo**. 2. ed. Brasília: GESST/SER/UNB, 2003. p. 121. BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 14 de outubro 2016.

BRASIL. **Guia de Políticas, Programa e Projetos do Governo Federal para a População Idosa: Compromisso Nacional para o Envelhecimento Ativo**. Disponível em: <http://sbgg.org.br/wpcontent/uploads/2014/10/1436207288_Guia_de_politicas_publicas_2015.pdf>. Acesso em: 14 de outubro 2016.

BRASIL. Lei n. 8.842, de 4 de janeiro de 1994. **Política Nacional do Idoso**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8842.htm>. Acesso em: 14 de outubro 2016.

BRASIL. Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003. **Estatuto do Idoso**. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 14 de outubro 2016. CAMARANO, A. C. **Envelhecimento da população brasileira: uma contribuição demográfica**. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td_0858.pdf>. Acesso em: 14 de outubro 2016.

CAMARANO, A. C.; KANSOS.; FERNANDES, D. **Envelhecimento populacional, perda da capacidade laborativa e políticas públicas brasileiras entre 1992 e 2011**. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1890.pdf>. Acesso em: 14 de outubro 2016.

FIGUEREDO, M. do L. F.; MONTEIRO C. F. de S.; NUNES, B. M. V. T.; LUZ, M. H. B. A. **Educação em saúde e mulheres idosas: promoção de conquistas políticas, sociais e em saúde**. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1414-81452006000300014>>. Acesso em: 28 de setembro 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**. Brasil, 2010.

KALACHE, A. **Envelhecimento populacional no Brasil: uma realidade nova**. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X1987000300001>>. Acesso em: 17 de agosto 2016.

MACHADO, EDNÉIA M. **Política e Política Social**. Disponível em http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c_v3n1_politica.htm. Acesso em 17 de agosto de 2016.

MINAYO, M. C. de S. e COIMBRA, C.E. **Antropologia, Saúde e Envelhecimento**. Rio de Janeiro, Editora Fiocruz, 2011 (3ª edição).

MINAYO, M. C. de S. **Envelhecimento demográfico e lugar do idoso no ciclo da vida Brasileiro**. In: Nós e o Outro: Envelhecimento, reflexões, práticas e pesquisa. São Paulo. Instituto de Saúde, 2011.

PRÁ, J. R. **O custo político das desigualdades de gênero e a teoria do capital social**. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/nucleomulher/arquivos/Texto_Unisinos_05.pdf>. Acesso em: 17 de agosto 2016.

SANTIN, S. Anais do Congresso Internacional de Envelhecimento Humano: da complexidade ao desafio da interdisciplinaridade. **Envelhecimento Humano: ciência, cultura e ética**. Universidade de Passo Fundo, 2010. p. 114-128.

SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES. **Mulher e trabalho**. Disponível em: <<http://www.spm.gov.br/assuntos/mulher-e-trabalho>>. Acesso em: 05 de outubro 2016.

SOARES, C. L. R. **Uma vida para si na velhice feminina: uma abordagem sobre a individualização entre as mulheres idosas**. São Paulo, Sesc, v. 24, n. 56, p. 7-19, mar. 2013.

TEIXEIRA, D. V. **Desigualdade de Gênero: sobre garantias e responsabilidades sociais de homens e mulheres**. São Paulo, v. 6, n. 1, p. 253-274, jan./jun. 2010.

A EVOLUÇÃO DO CONCEITO DE FAMÍLIA BRASILEIRA

Natália Schettine Marques

Centro Universitário UNIFACIG

Manhuaçu - MG

Milena Cirqueira Temer

Centro Universitário UNIFACIG

Manhuaçu - MG

Fernanda Franklin Seixas

Centro Universitário UNIFACIG

Manhuaçu - MG

Andréia Almeida Mendes

Centro Universitário UNIFACIG

Manhuaçu - MG

Lídia Maria Nazaré Alves

Centro Universitário UNIFACIG

Manhuaçu – MG

UEMG - UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS
GERAIS

RESUMO: O presente artigo visa discutir a evolução da família brasileira definindo os conceitos e buscando compreender como se deu essa mudança no contexto social, analisando as antigas e tradicionais formas de família, os princípios basilares que norteavam a noção jurídica do matrimônio. No contexto jurídico, o direito deve acompanhar a sociedade com suas novas formas de comportamento, sendo a família brasileira a amostra mais fácil de constatar-se esse fato, posto que a legislação

pátria, para se adequar ao contexto social encontrado no mundo contemporâneo, sofreu e sofre constantes mudanças sendo incorporados novos conceitos, novos posicionamentos perante os tribunais, sobre a nova forma de constituição familiar; do contrário, o Direito se tornará letra morta. Para tanto, será feita uma pesquisa de caráter bibliográfico tendo como marco teórico lei, doutrinas e jurisprudências.

PALAVRAS-CHAVE: Família. Legislação. Sociedade.

THE EVOLUTION OF THE BRAZILIAN FAMILY CONCEPT

ABSTRACT: This article aims to discuss the evolution of the Brazilian family defining the concepts and trying to understand how this change in the social context occurred, analyzing the old and traditional forms of family, the basic principles that guided the legal notion of marriage. In the legal context, law must accompany society with its new forms of behavior, the Brazilian family being the easiest sample to verify this fact, since the national legislation, to suit the social context found in the contemporary world, suffered and undergoes constant changes incorporating new concepts, new positions before the courts, about the

new form of family constitution; otherwise, law will become a dead letter. To do so, a bibliographic research will be carried out with theoretical framework law, doctrines and jurisprudence.

KEYWORDS: Family. Legislation. Society

1 | INTRODUÇÃO

O trabalho visa discutir como ocorreu a evolução da família brasileira no contexto social e jurídico e demonstrar como essa nova concepção e essas novas famílias são constituídas e, ainda, quais os princípios e leis vigentes que regulam esses novos aspectos. Não obstante, pretende-se apresentar quais são as questões de maior discussão para o Direito, quais são as garantias, como se posiciona a doutrina e os tribunais perante a mudança da nova família brasileira. Sendo o Direito a principal fonte normativa, não apenas integrada num conjunto absoluto de normas, mas indo além dos fatos sociais e sendo integralizado e acompanhando a sociedade com suas práticas e estágios graduais de mudanças.

A família brasileira teve mudanças não apenas no papel incumbido a seus membros, mas também foi se moldando a um novo paradigma estabelecido na união. Vemos que, com o passar do tempo, o casamento foi deixando de ser uma união exclusivamente necessária para estabelecer relacionamentos.

A união estável foi reconhecida pela nossa Carta Magna de 1988, a ideia foi reapreciar vínculos afetivos que não necessariamente estariam sendo reconhecidos pelo casamento, baseia-se em convivência, em respeito, harmonia. A evolução do modelo de família foi reconhecida pelos tribunais, pela união de casais homoafetivos.

Para consecução dos fins deste artigo, o trabalho foi desenvolvido mediante pesquisa bibliográfica, baseando-se nas leis, doutrinas e jurisprudências. Buscando sobre a evolução da família brasileira, mas também sobre as diversas formas de união, não apenas estabelecidas por homem e mulher, mas inovando a nova percepção de família. Este tema é de grande relevância do Direito, uma vez que nossa legislação se baseia nas práticas sociais e o legislador aplica a mudança desses comportamentos na norma jurídica.

2 | CONCEITO DE FAMÍLIA

O Direito caracteriza-se por ser consuetudinário, ou seja, ele é influenciado por costumes, é caracterizado pela prática reiterada de uma sociedade ao longo do tempo determinado por um comportamento. Cabe ao legislador observar, no contexto mais amplo, a forma de aplicação da lei em face da sociedade. Com essas mudanças, busca-se um enquadramento da legislação com a sociedade. Ao longo do tempo, essa prática tem mudado, afetando não apenas o meio político, econômico ou social, mas também a área familiar e os princípios e os conceitos de família.

Farias e Rosenvald (2012, p. 46) estabelecem o conceito de família, segundo o qual a família é uma instituição social primária, podendo ser considerada como um regime de relações interfaces interpessoais e sociais, com ou sem a presença da sexualidade humana, com a função de colaborar para a realização das pessoas humanas que compõem determinado modelo familiar. Nas mudanças sobre conceito familiar, nas palavras de Matos (2000).

Do ponto de vista legislativo, o advento da Constituição de 1988 inaugurou uma diferenciada análise jurídica das famílias brasileiras. Outra concepção de família tomou corpo no ordenamento. O casamento não é mais a base única desta entidade, questionando-se a ideia da família restritamente matrimonial. Isto se constata por não mais dever a formalidade ser o foco predominante, mas sim o afeto recíproco entre os membros que a compõem redimensionando-se a valorização jurídica das famílias extramatrimoniais (MATOS, 2000, p.34).

Se buscarmos uma definição na nossa Constituição Federal de 1988, o conceito de família se resumia ao que se constituía no matrimônio. Além de a forma estabelecida ser diferente, o costume era determinado por união religiosa, influenciada por uma concepção mais espiritual do que meramente legislativa. Na citação de Gênesis 2:24, é por esse motivo que o homem deixa a guarda de seu pai e sua mãe, para se unir à sua mulher e eles se tornam uma só carne. Essa influência estabelecia que esse vínculo matrimonial estivesse muito além de ser estabelecido perante a sociedade, mas que deveria ser reconhecido pela igreja, ser abençoado por Deus.

Para elaborar um conceito específico familiar, há também em se falar nas novas formas de união que têm sido regulamentadas pela legislação, como a União estável. Nessa linha de pensamento, os Tribunais chegaram a seguinte conclusão:

União estável - Requisitos - Convivência sob o mesmo teto - Dispensa - Caso concreto - Lei nº 9728/96 - Enunciado nº 382 da Súmula/STF - Acervo fático-probatório - Reexame - Impossibilidade- Enunciado nº 7 da Súmula/STJ - Doutrina - Precedentes - Reconvênção - Capítulo da sentença - *Tantum devolutum quantum appellatum* - Honorários - Incidência sobre a condenação - Art. 20, §3º, CPC - Recurso provido parcialmente. Não exige a lei específica (Lei nº 9728/96) a coabitação como requisito essencial para caracterizar a união estável. Na realidade, a convivência sob o mesmo teto pode ser um dos fundamentos a demonstrar a relação comum, mas a sua ausência não afasta, de imediato, a existência da união estável. Diante das alterações dos costumes, além das profundas mudanças pelas quais tem passado a sociedade, não é raro encontrar cônjuges ou companheiros residindo em locais diferentes. O que se mostra indispensável é que a união se revista de estabilidade, ou seja, que haja aparência de casamento, como no caso entendeu o acórdão impugnado. Seria indispensável nova análise do acervo fático-probatório para concluir que o envolvimento entre os interessados se tratava de mero passatempo, ou namoro, não havendo a intenção de constituir família. Na linha da doutrina, "processadas em conjunto, julgam-se as duas ações (ação e reconvênção), em regra, na mesma sentença, que necessariamente se desdobra em dois capítulos, valendo cada um por decisão autônoma, em princípio, para fins de recorribilidade e de formação de coisa julgada". Nestes termos, constituindo-se em capítulos diferentes, a apelação interposta apenas contra a parte da sentença que tratou da ação, não devolve ao tribunal o exame da reconvênção, sob pena de violação das regras *tantum devolutum quantum appellatum* e da proibição da *reformatio*

Na decisão, o tribunal firmou o entendimento de que um dos requisitos para a constituição da união estável seria a convivência debaixo do mesmo teto, em função disso, não necessariamente precisa haver o vínculo matrimonial constituído na igreja ou perante o registro civil.

3 | FAMÍLIA NA HISTÓRIA

Família vem do latim *famulus*, que significa "escravo doméstico", esse termo foi criado na Roma Antiga para servir de base para designação de grupos que eram submetidos à escravidão agrícola. Não havia vínculos sanguíneos, essa noção da família ligada pelo afeto foi se moldando e transformando à medida que foram feitas mudanças nos contextos sociais. Nesse sentido, sobre famílias formadas sem vínculos afetivos, destaca Ariés:

Essa família antiga tinha por missão sentida por todos a conservação dos bens, a prática comum de um ofício, a ajuda mútua quotidiana num mundo em que um homem, e mais ainda uma mulher isolados não podiam sobreviver, e ainda nos casos de crise, a proteção da honra e das vidas. Ela não tinha função afetiva. [...] o sentimento entre os cônjuges, entre os pais e filhos, não era necessário à existência nem ao equilíbrio da família: se ele existisse, tanto melhor (ARIÉS, 1978, p. 10).

A família tinha outra finalidade da atual, era constituída para conservação dos bens. O afeto ou a proximidade não eram características definidas na sua formação. No período da história, esse conceito foi sendo deixado de lado, os princípios, a afetividade e os laços sanguíneos foram se tornando mais fortes e se transformaram na base da unidade familiar. Segundo Dias (2009),

A família identifica-se pela comunhão de vida, de amor, de afeto no plano da igualdade, da liberdade, da solidariedade e da responsabilidade recíproca. No momento em que o formato hierárquico da família cedeu à sua democratização, em que as relações são muito mais de igualdade e de respeito mútuo, e o traço fundamental é a lealdade, não mais existem razões morais, religiosas, políticas, físicas ou naturais que justifiquem a excessiva e indevida ingerência do Estado na vida das pessoas (DIAS, 2009, p. 55).

Na história da evolução da família, há que se falar na influência do Direito Canônico nos preceitos familiares, em que a família se formaria através das cerimônias religiosas. A influência do Cristianismo levou o casamento à divina união, com caráter mais espiritual e sublime. Através dessa união, homem e mulher se uniriam espiritualmente e estariam unidos perante a sociedade e perante Deus.

4 | HOMOSSEXUALIDADE

Essa concepção e mudança do conceito de família determinam-se também

pela orientação sexual, pois não há que se falar apenas na união homem e mulher, já que essa união estável permite a união dos casais homossexuais. Segundo dados do IBGE, no Brasil, existem mais de 60 mil casais homossexuais.

No tratamento conferido a homossexuais, vemos a evolução do Direito que acompanha a sociedade. Atualmente, busca-se a igualdade de direitos e o reconhecimento dessas práticas. Em meados do século XIX, o primeiro relatório (Kinsey, Pommeroy e Martin, 1968), definiu que práticas homossexuais eram mais difundidas que as pensadas na América. Em 1960, aparecem os primeiros movimentos *gays* da época. Mas, ainda na nossa sociedade, muitos tratam o homossexualismo como doença, é importante ressaltar que a American Psychological Association (1975) afirmou que homossexualidade não é doença e ainda negou o fato de que há um fator específico para que a pessoa se tornasse homossexual, não é uma doença é uma orientação sexual.

Nas palavras de Foucault,

A homossexualidade é uma ocasião histórica para reabrir as virtualidades relacionais e afetivas, não pelas qualidades intrínsecas ao homossexual, mas porque sua posição 'de viés', de algum modo, as linhas diagonais que ele pode traçar no tecido social, permitem aparecer essas virtualidades (FOUCAULT, 1994, p. 196).

A discriminação é presente, muitos são humilhados, torturados psicologicamente, pois há uma rejeição na família, nos ciclos sociais de amizade, pela igreja. O medo de se revelar diferente, ou ser rejeitado ainda faz com que muitos não revelem ou se escondam diante da sociedade. A REDE EXAEQUO, uma associação de âmbito nacional, em 2004, mostrou, em sua pesquisa, que muitos chegam ao ponto de festejar a diferença dos seus filhos. Esses felizardos veem a homossexualidade como uma expressão legítima da sexualidade humana. Quando se lhes pergunta se gostariam que os seus filhos pudessem mudar, respondem: "Preferia mudar a sociedade homofóbica para o meu filho poder viver a sua vida sem rejeição e medo".

O preconceito na sociedade é muito presente, há uma tolerância: o respeito é vislumbrado de outra forma quando se depara com casais homossexuais. Em relação ao Brasil, a jornalista Adriana Miranda, juntamente com o Antropólogo Luiz Mott e com o Grupo Gay da Bahia, GGB, explica que o Brasil é campeão mundial de assassinatos contra homossexuais. O Jornal da Unicamp, numa pesquisa, afirmou que a discriminação dos homossexuais começa em casa. Desde a fase em que a família descobre e rejeita e pune, em que impõe que a homossexualidade não é uma prática aceitável. Uma pesquisa realizada pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) 2016, no interior de São Paulo, mostrou que 32% dos homossexuais entrevistados afirmaram sofrer preconceito dentro das salas de aula e também que os educadores ainda não sabem reagir apropriadamente diante das agressões, que podem ser físicas ou verbais, no ambiente escolar. Os dados, segundo os

pesquisadores, convergem com aqueles apresentados em pesquisa do Ministério da Educação que ouviu 8.283 estudantes na faixa etária de 15 a 29 anos, no ano letivo de 2013, em todo o país, e constatou que 20% dos alunos não quer colega de classe homossexual ou transexual.

A evolução do conceito de família traz a discussão da discriminação, pois sair das opiniões estabelecidas pela sociedade e pela religião é ir contra os princípios basilares e a construção de uma herança de conceitos definidos. Os planos de ensino municipais e estaduais devem se adequar a esses tipos de definições, pois cada vez é maior adoção de crianças por casais homossexuais e essas crianças, desde pequenas, sofrem pela rejeição dos colegas de sala, dos educadores que ainda não sabem como vão lidar com toda essa situação. Estudo científico afirma que filhos de casais gays estão em desvantagem;

Charles C. W. Cooke, editor associado da National Review, em 2012, por meio de uma pesquisa, conclui que as crianças com pais em relacionamentos homossexuais experimentaram desvantagens quando comparadas com crianças criadas por seus pais biológicos. A resposta, contra o *zeitgeist*, parece ser um retumbante sim. Crianças com pais em relacionamentos homossexuais possuem baixo desempenho em quase todos os quesitos. Algumas dessas diferenças podem ser relativamente inofensivas - como em que presidente votaram na última eleição, por exemplo-, mas a maioria não é. Um déficit é particularmente preocupante: menos de 2% das crianças de famílias biológicas intactas sofreram algum tipo de abuso sexual, mas o número correspondente às crianças de casais homossexuais é de 23%. Igualmente perturbador é que 14% das crianças de casais homossexuais passaram algum tempo em abrigos temporários, comparado com 2% do total da população americana. Índices de prisão, contato com drogas e desemprego são bem maiores dentre filhos de casais homossexuais.

Toda essa mudança gera resultados bruscos e afetam muitas pessoas. Como na pesquisa citada, casais homossexuais estão em desvantagem no quesito de adoção, pois as crianças estudadas apresentam problemas em torno dessa adoção.

O casamento entre homossexuais ainda é uma questão que não houve uma total aceitação, em alguns países aceita-se; em outros, rejeita-se. Mas, no Estado Democrático de Direito, vemos que o Direito acompanha a sociedade de acordo com suas práticas e comportamentos. Por mais conquistas jurídicas para a liberação do casamento homossexual, ainda a discriminação é presente e vemos pessoas querendo exercer seus direitos, mas pelo medo da rejeição, acabam se inferiorizando ou mesmo reprimidas pela massacrante ideia heterossexual, em que não cabe espaço para qualquer outra forma de amar. Nas palavras de Chanan;

A família compreendida como entidade socioafetiva tem o dever de afeto e cooperação entre seus membros. A solidariedade e a criação de condições ao desenvolvimento saudável do ser humano passam a ser valores importantes para a entidade familiar. No viés constitucional, evidenciam-se a concretização do direito à vida digna e o princípio da solidariedade (art.1, III, CF/1988). Esses

fatores vieram modificar o significado de entidade familiar, ampliando o seu conceito. Surge a partir de então uma nova função para a unidade familiar, com base na realização da afetividade e da dignidade humana de cada um de seus membros(CHANAN, 2007, p. 47).

A família compreendida pela união homoafetiva tem os mesmos princípios que a família constituída pela família heterossexual. Tem-se falado cada vez mais nesse contexto diferenciado de união, já que a Constituição Federal garante a todos o direito de liberdade, da igualdade e da dignidade da pessoa humana.

5 | O NOVO CONCEITO DE FAMÍLIA

A família conceituada para criação dos filhos, baseada na união entre homem e mulher, foi perdendo esse caráter de unidade familiar formada na base da construção de um conceito mais restrito entre pai, mãe e filho. Numa visão constitucional e jurídica, vê-se o elo que se propaga nos termos e conceitos meramente definidos pelo respeito, cumplicidade e amor.

Com essa brusca mudança na principal base ou mesmo o caráter que definia essa união, a família brasileira tem seus moldes e conceitos mudados. Aquela ideia patriarcal carregada pelos nossos ancestrais de que o "Pai" é o responsável por ser administrador geral das principais despesas e a mãe colocada como a guardiã do lar, a que cuida dos filhos e vive para educá-los perdeu completamente essa visão limitada; hoje, a família pode ser constituída não apenas entre homem e mulher, mas também há entendimento perante nosso Supremo Tribunal Federal (STF), sobre nova concepção da família brasileira;

O ministro Ricardo Lewandowski acompanhou o voto do relator, ministro Ayres Britto, para julgar procedentes a Ação Direta de Inconstitucionalidade 4477 e a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 132, também convertida em ADI, nas quais a Procuradoria-Geral da República e o governo do Estado do Rio de Janeiro pedem a extensão do conceito de "família" às relações homoafetivas estáveis. Em seu voto, o ministro observou que a união homoafetiva estável não está no rol das famílias abrangidas pelo artigo 226, parágrafo 3º, da Constituição Federal, que somente contempla as famílias heterossexuais constituídas pelo casamento, por união estável, pública e duradoura e, ainda, a monoparental, que é a família que continua constituída entre pai ou mãe e filhos, na ausência de um dos genitores. Ele lembrou, inclusive, que durante a Assembleia Constituinte que elaborou a CF de 1988, o assunto foi discutido intensamente, até porque vinham surgindo interpretações jocosas sobre o texto supostamente admitir a união homossexual como família. Na época, segundo ele, os constituintes fizeram questão de deixar claro que família somente poderia ser constituída por união estável formada entre heterossexuais. O ministro sustentou, entretanto, que a união homoafetiva estável no tempo e pública é hoje uma realidade. Tanto que, no último senso, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apurou a existência de 60 mil casais em união homoafetiva no Brasil. Assim, como não existe previsão constitucional para essa nova modalidade de entidade familiar, cabe aplicar a ela o que o ministro chamou de "técnica de integração analógica", ou seja, enquadrar essa nova relação na legislação mais próxima, até que ela seja definitivamente regulada por lei aprovada pelo Congresso Nacional. E o dispositivo constitucional mais próximo, no caso, é o

artigo 226, parágrafo 3º, que estabelece: “Para efeito de proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher, como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento”. Ele se reportou, nesse contexto, ao constitucionalista português José Gomes Canotilho, que defende a aplicação da técnica da integração analógica, quando fatos não previstos não podem ser abrangidos por interpretação extensiva do texto constitucional. Neste caso, segundo o ministro Ricardo Lewandowski, a integração analógica é a que mais está inserida no espírito do texto constitucional, porque melhor atende ao primado da dignidade humana nele previsto, sem desprezar os tipos já consagrados de entidades familiares. (STF, Ação Direta de Inconstitucionalidade 4477 e a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 132.)

No entendimento do Supremo, a união homossexual é incluída no conceito no novo modelo de estrutura familiar. O Dicionário Houaiss (2009) define a nova concepção de família como o núcleo social de pessoas unidas por laços afetivos, que, geralmente, compartilham o mesmo espaço e mantêm entre si relação solidária.

Com essa nova definição familiar, os laços afetivos e a relação solidária tornaram essa concepção muito mais extensa do que apenas aquela definida entre homem e mulher, pois família abrange o vínculo que é estabelecido com alguém, independentemente de ser sanguíneo ou não. Como bem define Maria Helena Diniz:

Família no sentido amplíssimo seria aquela em que indivíduos estão ligados pelo vínculo da consanguinidade ou da afinidade. Já a acepção lato sensu do vocábulo refere-se àquela formada além dos cônjuges ou companheiros, e de seus filhos, abrange os parentes da linha reta ou colateral, bem como os afins (os parentes do outro cônjuge ou companheiro). Por fim, o sentido restrito restringe a família à comunidade formada pelos pais (matrimônio ou união estável) e a da filiação. (DINIZ, 2008, p. 9).

A autora define vínculo da afinidade como requisito para formação de família, já que o caráter puramente limitado à consanguinidade não é mais necessário nessas novas formas de concepções.

6 | A UNIÃO ESTÁVEL

A união entre o homem e a mulher foi firmada através do casamento por um longo período na história. Mas, com o tempo, o casamento deixou de ser o requisito principal pelo qual se firmaria essa união; com mudança do conceito de família e a evolução da forma com que foi se moldando a união, vemos nossa legislação e os tribunais firmando entendimentos sobre como se dá essa nova forma de relacionamento conjugal.

O Brasil devido à influência da colonização de origem portuguesa, à igreja católica teve um marco muito importante na sociedade. O Código Civil de 1916 passou a estabelecer o casamento civil como exclusiva forma de família. A Constituição Federal de 1988 teve o reconhecimento da união estável;

Art. 226. A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado. (...) §3º. Para efeito de proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre homem e mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar a sua conversão em

O casamento deixou de ser um requisito para a formação da família, já que se considera família não apenas aquela formada pelo casamento, como é o caso da união estável e da família monoparental. A Constituição reconheceu essa mudança, pois caberá ao legislador acompanhar as práticas reiteradas da sociedade para aplicação normativa. Nas palavras de Eduardo de Oliveira Leite;

Quando a Constituição se referiu à "união estável" não liquidou a noção de casamento [...] nem, tampouco, pretendeu qualquer equiparação de realidades dicotômicas, conforme se viu; o que a Constituição quis foi implantar uma nova ordem social e familiar que engloba outras formas de 10 conjugalidade, não necessariamente esgotáveis na figura preponderante do casamento civil. (LEITE, 1993, p. 101).

O novo Código Civil, Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, regulou a união estável em seu Livro IV (Do Direito de Família), Título III (Da União Estável), artigos 1.723 a 1.727.

7 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A evolução da família brasileira teve sua concretização não apenas nos comportamentos sociais, mas também foi estabelecida na nossa legislação atual. Essa discussão das mudanças de como se forma e de como se formavam as famílias brasileiras nos remete a uma noção evolutiva histórica do acompanhamento do Direito com a sociedade.

O conceito de família foi abrangido, não tendo mais um caráter limitado. Sendo incluídos outros tipos de afeto, sendo reconhecida a família como entidade de respeito mútuo, fundado no princípio da dignidade da pessoa humana. As relações homossexuais foram inseridas no nosso ordenamento, reconhecendo direito ao casamento, direitos a livre expressão de pensamento.

O Brasil tem uma bagagem histórica religiosa que nos remete a noção divina da união entre homem e mulher. O casamento na igreja é um compromisso mais espiritual do que apenas carnal. A discussão jurídica em torno dessas mudanças é uma constante adaptação do Direito a sociedade, moldando os parâmetros e as formas concretas dos conceitos estabelecidos.

Fugir do padrão numa sociedade regrada e normatizada não é simples, ainda há que se falar na intolerância da sociedade em face dessas evoluções. Há que se preceituar no que se consagra a uma garantia constitucional, que é o princípio da livre expressão: não reprimir, nem discriminar o outro por suas escolhas e convicções.

Atualmente, vivemos o desenvolvimento da noção de entidade familiar, aplicando os mesmos princípios aos casamentos padronizados aos casamentos homossexuais. A função do Direito é tutelar e proteger essa entidade, como a base, a fonte principal da nossa sociedade.

Evoluir ou mudar conceitos e princípios familiares nos remete uma noção de igualdade, pois não há que se falar em mudança sem ter aplicação do princípio da igualdade e da dignidade da pessoa humana. A família é a base central, a unidade indispensável do indivíduo, para sua formação, educação e envolvimento harmonioso de respeito e amor com a sociedade.

REFERÊNCIAS

ARIÉS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. Traduzido por Dora Flaksman. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1978.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm> Acesso em: 01/11/2016

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN) 4477 e a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 132. Relator: Ministro Ayres Britto. **Pesquisa de Jurisprudência**, Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=178876>>. Acessado no dia 02 de outubro de 2016,

CHANAN, Guilherme Giacomelli. As entidades familiares na Constituição Federal. **Revista Brasileira de Direito de Família**. Porto Alegre, n. 42. junho/julho 2007, p. 47. (colocar a página inicial e final)

DIAS, Maria Berenice. **Adoção e a espera do amor**. Disponível em: <http://www.mariaberenice.com.br/site/content.php?cont_id=1042&isPopUp=true> Acesso em: 02 de setembro de 2016.

DIAS, Maria Berenice. **Manual de Direito das Famílias**. 8. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil brasileiro: Direito de Família**. 23. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

EBC Agência Brasil (2016). **Pesquisa mostra que discriminação contra homossexuais está presente em escolas**. Consulta realizada em 30 de Setembro de 2016. Disponível em:<<http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2016-03/pesquisa-mostra-que-discriminacao-contrahomossexuais-esta-presente-em>>. Acesso em: 01/11/2011.

FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. **Curso de Direito Civil: direito das famílias**. 4. ed. Salvador: Editora JusPODIVM, 2012.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade**. Rio de Janeiro: Graal, 1993. v.1.

LEITE, Eduardo de Oliveira. **Tratado de direito de família: origem e evolução do casamento**, v. 1. 2. ed. Curitiba: Juruá, 1991.

MATOS, Ana Carla Harmatiuk. **As famílias não fundadas no casamento e a condição feminina**. Rio de Janeiro: Renovar, 2000.

ORIGEM E DESTINO. **Estudo científico afirma que filhos de casais gays estão em desvantagem**. Disponível em: <http://www.origemedestino.org.br/blog/johannesjanzen/?post=409>. Acesso em: 30.set.2016.

REDE EX-AEQUO. **Como assumir-se aos pais?**, 2004. Disponível em: <http://ex-aequo.web.pt/pais2.html>. Acesso em: 30.set.2016.

FAMÍLIAS MONOPARENTAIS E A FEMINIZAÇÃO DA POBREZA

Virginia de Souza

Universidade Estadual de Ponta Grossa-
Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais
Aplicadas- Ponta Grossa- Pr

RESUMO: Este artigo tem como objetivo realizar uma aproximação teórica entre a categoria gênero e pobreza. Faz uma breve contextualização sobre o conceito de família enfocando sobre as famílias monoparentais chefiadas por mulheres, as quais apresentam maior índice de pobreza se comparada as famílias chefiadas por homens, fenômeno este denominado feminização da pobreza. Como metodologia de pesquisa utilizou-se de pesquisa bibliográfica, a qual se fundamenta a partir do conhecimento disponível, principalmente de livros e artigos científicos, tem a finalidade de ampliar o conhecimento na área, depois utilizá-lo como modelo teórico que dará sustentação a outros estudos. Destaca-se no artigo que as famílias em condição de pobreza utilizam a rede de solidariedade e vizinhança, como estratégia de sobrevivência, como também, traz para a discussão o recorte de gênero utilizado nas políticas públicas as quais baseiam-se na focalização da mulher objetivando garantir maior eficiência às políticas de combate à pobreza, seja pela presença da mulher nos assuntos ligados à moradia e ao bairro, seja

por sua presença significativa na população mais pobre, seja por seu papel desempenhado na família.

PALAVRAS-CHAVE: Família; Gênero; Pobreza; Monoparentalidade.

SINGLE-PARENT FAMILIES AND THE FEMINIZATION OF POVERTY

ABSTRACT: This article aims at a theoretical approach between the category of gender and poverty. It makes a brief contextualization about the concept of family focusing on single parent families headed by women, which present a higher index of poverty when compared to the families headed by men, a phenomenon called feminization of poverty. As a research methodology, a bibliographic research was used, based on available knowledge, mainly of books and scientific articles, with the purpose of expanding knowledge in the area, then using it as a theoretical model that will support others studies. It is highlighted in the article that the families in poverty condition use the network of solidarity and neighborhood, as a strategy of survival, but also brings to the discussion the gender cut used in public policies which are based on the targeting of women aiming to ensure greater efficiency in policies to fight poverty, either because of the presence of women in housing and neighborhood issues, or

because of their significant presence in the poorest population, or because of their role in the family.

KEYWORDS: Family; Gender; Poverty; Single parenting.

1 | INTRODUÇÃO

Nossa inquietação a respeito do tema se deu em virtude da prática profissional, no Centro de Referência de Assistência Social-CRAS, onde observou-se que as famílias monoparentais vinculadas ao Programa Bolsa Família, utilizavam algumas estratégias quando do repasse de informações familiares ao cadastrador, a fim de conseguirem o direito ao Programa Social, bem como, utilizavam estratégias de sobrevivência quando na utilização da rede de apoio familiar, comunitária e religiosa para suprirem suas necessidades básicas. Para elucidar a realidade vivenciada no cotidiano laboral utilizamos algumas categorias para compreensão do objeto de pesquisa.

Com relação a abordagem metodológica utilizou-se da pesquisa bibliográfica, que segundo Zanella (2009, p. 82), apud Koche (1997) “[...] tem a finalidade de ampliar o conhecimento na área de pesquisa, dominar o conhecimento para depois utilizá-lo como modelo teórico que dará sustentação a outros problemas de pesquisa.”

Portanto, o presente artigo objetiva discutir as categorias pobreza e gênero, enfocando as famílias monoparentais, apontando a discussão de que as famílias chefiadas por mulheres encontram-se na zona de pobreza em comparação com as famílias chefiadas por homens. O artigo faz uma discussão trazendo arcabouço teórico que discute a temática, bem como, dados e indicadores que dão visibilidade a atual realidade brasileira.

2 | FAMÍLIA, POBREZA E GÊNERO

Segundo Segalen (1999), o modelo de família ocidental, nas décadas de 60 e 70, consistia no “modelo” do casamento monogâmico, articulado em torno da divisão de papéis sexuais. A partir dos anos 70 vários discursos começaram a emergir na sociedade como o discurso a respeito da “crise da família”, que enfatizava as dificuldades enfrentadas por esse núcleo em socializar seus membros diante das transformações ocorridas na sociedade.

Os avanços científicos com relação à concepção e a crescente participação feminina na força de trabalho, em consequência das dificuldades econômicas enfrentadas pelas famílias, redimensionaram a divisão sexual do trabalho, assim como, a forte expressão dos movimentos feministas que questionaram os fundamentos entre homens e mulheres contribuiu para as mudanças das relações dentro e fora da família (ROMANELLI, 2006). Essas mudanças socioeconômicas e culturais

interferiam consideravelmente na dinâmica e estrutura da família, promovendo alterações em seu padrão tradicional de organização (GOMES; PEREIRA, 2005). Desde a última década não se fala mais em “modelo de família” (apesar de o “modelo de família nuclear” ainda ser idealizado), mas sim em famílias, no plural, a fim de contemplar a diversidade de relações existentes na sociedade.

Para Segalen (1999), o termo **família** é considerado polissêmico. Para a estudiosa, o termo pode designar os indivíduos ligados pelo sangue e pela aliança e ao mesmo tempo designar a instituição que rege esses laços. A autora acrescenta ainda que, ao mesmo tempo em que a família pode designar a partilha da unidade residencial, também pode designar outro grupo de parentes e de aliados com os quais não se partilham a residência, isto é, a parentela com a qual se mantém ou não relações. O termo família ainda pode designar uma linhagem nobre, um conjunto de parentes mortos ou vivos que partilham a mesma história, uma reputação, um patrimônio. Para a autora, nossa sociedade está imbuída de utilizações metafóricas do termo família, seja designando parentela, linhagem ou mesmo reputação.

Com a Constituição Federal de 1988, o conceito de família ampliou-se no Brasil. A carta magna brasileira reconheceu a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar. Segundo Genofre (2006, p. 98) “[...] a situação anterior acarretava injustiças, sobretudo, às mulheres em situação irregular [...]”.

Na verdade, a Constituição de 1988 representou um marco com relação ao conceito de família, não só neste ponto da união estável, mas também com relação à garantia do “status” de família à situação em que a criança está sob a guarda de qualquer um dos pais.

Segundo autores que discutem a temática, a família composta por um dos pais e seus dependentes é denominada família monoparental (SEGALLEN, 1999), sendo uma das faces da família contemporânea. Logo, falar em famílias é falar em diversidade e não apenas de uma forma singular, mas de uma forma plural. Por isso, estudar as famílias monoparentais é falar de uma demanda que está posta à sociedade, é falar também de uma das diversidades existentes dentre tantos arranjos familiares possíveis.

De acordo com o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária de 2006, o termo “família” compreende:

[...] um grupo de pessoas com laços de consanguinidade, de aliança, de afinidade, de afetividade ou de solidariedade, cujos vínculos circunscrevem obrigações recíprocas, organizadas em torno de relações de geração e de gênero. Arranjos familiares diversos devem ser respeitados e reconhecidos como potencialmente capazes de realizar as funções de proteção e de socialização de suas crianças e adolescentes. Sendo assim, a família, independente de seu formato, é a mediadora das relações entre os sujeitos e a coletividade e geradora de modalidades comunitária de vida (BRASIL, Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária, 2006, p. 69).

Diante disso, é possível perceber uma mudança de concepção do termo família, pelo menos teoricamente e de algumas políticas públicas, no tocante a abranger, desta forma, os mais diversos arranjos familiares existentes. Porém, ainda há muito que avançar socialmente, no que diz respeito à “aceitação” de outros arranjos distintos da família nuclear, formada por pai, mãe e filhos.

Segundo Ferrari e Kaloustian (2005), nos estudos sobre família, existe um consenso sobre o fato de que a situação de vulnerabilidade das famílias está diretamente associada à condição de pobreza e ao perfil de distribuição de renda no país. Segundo estes autores, os programas de transição econômica e de ajustes macro-econômicos têm impulsionado a desagregação das famílias, o que ocasiona um aumento no número das famílias monoparentais, da questão migratória, por motivos de sobrevivência, dentre outras questões que afetam diretamente o entorno familiar.

Para Martins (2002), a pobreza é apenas o pólo visível de um processo de nulificação do indivíduo. A exclusão moderna é um problema social que abrange a todos. Para Almeida (2005), existem fatores que contribuem para a vulnerabilidade dos indivíduos e, conseqüentemente, das famílias.

Fatores como a fragilização dos vínculos afetivo-relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiência...), ou vinculados à violência, ao território, à representação política dentre outros, também afetam as pessoas. Segundo Francisco de Oliveira, as situações de vulnerabilidade podem ser geradas pela sociedade e podem ser originárias das formas como as pessoas (as subjetividades) lidam com as perdas, os conflitos, a morte, a separação, as rupturas (ALMEIDA, 2005, p. 02).

Diante deste quadro, observamos no cotidiano das famílias algumas estratégias para superarem, ou mesmo minimizarem as condições de pobreza, exclusão e vulnerabilidade que permeiam suas vidas.

Levando nossa discussão aos Programas de Transferência de Renda do Governo Federal, no ano de 2004 o Governo unificou quatro programas sociais: o auxílio gás, o bolsa alimentação e o bolsa escola. A unificação resultou no Programa Bolsa Família, criado pela Lei 10.836/2004 e regulamentado pelo Decreto 5.209/2004, o qual introduziu condicionalidades na área da educação e saúde, tendo compromissos das famílias beneficiárias, para a permanência no programa. (BICHIR, 2010)

Segundo Bichir (2010), o Programa Bolsa Família atendeu a 11,1 milhões de famílias ou 46 milhões de pessoas, no ano de 2007. Porém, no entendimento dos profissionais da área, constitui-se um Programa que impõe condicionalidades, isto é, as famílias necessitam apresentar um determinado perfil para serem incluídas, como também devem cumprir as condicionalidades de permanência das crianças e adolescentes na escola, além do compromisso de acompanhá-las na pesagem até os seis anos de idade.

Diante da realidade de desemprego, aumento dos índices de pobreza de

grande parte da população, as famílias excluídas do processo de apropriação das riquezas produzidas coletivamente necessitam ser incluídas em Programas de Transferência de Renda, para que consigam sobreviver nesta relação capital versus trabalho, e conseqüentemente, consumir para que através do consumo, o sistema possa se manter. No entanto, para que sejam incluídas nestes programas acabam utilizando algumas estratégias. Este fenômeno é denominado, por alguns autores como **estratégias de sobrevivência**. Segundo Freitas (2001, p.93-94)

As famílias pobres são marcadas por uma grande instabilidade ocasionada por separações, morte, dificuldades econômicas e pela inexistência de instituições públicas que substituam eficazmente as suas funções (especificamente em termos protecionistas); desta forma, as crianças tornam-se responsabilidade de toda a rede de solidariedade em que a família está envolvida. (...) A coletivização seja na troca de favores ou nos cuidados com as crianças (bem como os velhos e doentes) faz parte das estratégias de sobrevivência elaboradas por essa população (FREITAS, 2001, p.93-94)

Questionando este posicionamento, vemos a importância do desvelamento deste cotidiano das famílias, principalmente as monoparentais a fim de compreender melhor estas estratégias e desta forma desmistificar ou mesmo “desconstruir” certos conceitos sobre as famílias que utilizam destes artifícios para que seja garantido o que lhes é de direito, isto é, a apropriação e/ ou divisão das riquezas produzidas pelo trabalho coletivo.

Outro fator importante quando se discute pobreza diz respeito a categoria gênero. Para Farah (2004), as mulheres, por mais que tenham maior escolaridade que os homens, acabam ganhando menos e em postos de trabalhos menos importantes.

O Relatório sobre o Desenvolvimento Humano no Brasil, de 1996, também destaca a feminização da pobreza no país, chamando a atenção para a disparidade salarial [as trabalhadoras ganhavam em média 63% dos salários masculinos em 1990] e para a situação particularmente vulnerável das mulheres chefes de família. Em 1989, as famílias chefiadas por mulheres com filhos menores de 14 anos correspondiam a 58% das famílias com rendimento mensal até meio salário mínimo per capita. Dados de 1994 revelam que, enquanto o desemprego masculino era de 6,7%, o desemprego feminino atingia 13,9%. Acrescente-se que parte significativa das mulheres que ingressam no mercado de trabalho vai para o setor informal, onde estas não têm acesso a garantias trabalhistas e à previdência social (FARAH, 2004, p. 55).

Tal aspecto é também abordado por Torremocha (2006), socióloga espanhola, que enfoca o fenômeno da monoparentalidade. Esta expõe que, além do contínuo crescimento desse arranjo familiar em alguns países europeus, esta demanda proporciona um maior risco de pobreza que outros tipos de família. Segundo Torremocha (2006, p. 15) “... *Cuando se habla de feminización de la pobreza referido a las familias monoparentales se quiere indicar que las familias encabezadas por una mujer representan una mayor proporción del total de familias pobres que la población total [...]*”.

Dados do IPEA (2011), demonstram significativamente que as famílias monoparentais chefiadas por mulheres apresentam menor faixa de renda, se

comparada com as famílias chefiadas por homens, sendo as famílias chefiadas por mulheres negras as mais vulneráveis.

De toda forma, ainda são percebidas situações de maior vulnerabilidade nos domicílios chefiados por mulheres, em especial, os por mulheres negras, quando comparados aos domicílios chefiados por homens. Os dados de rendimento, por exemplo, mostram que a renda domiciliar per capita média de uma família chefiada por um homem branco é de R\$ 997, ao passo que a renda média numa família chefiada por uma mulher negra é de apenas de R\$ 491. Do mesmo modo, enquanto 69% das famílias chefiadas por mulheres negras ganham até um salário mínimo, este percentual cai para 41% quando se trata de famílias chefiadas por homens brancos. (IPEA, 2011, p.19)

Ao analisar programas e políticas públicas no Brasil, Farah (2004) afirma que o recorte de gênero dessas políticas baseia-se na focalização da mulher objetivando garantir maior eficiência às políticas de combate à pobreza, seja porque a mulher tem presença decisiva nos assuntos ligados à moradia e ao bairro, seja por sua presença significativa na população mais pobre, seja por seu papel desempenhado na família.

A temática da focalização, por sua vez, outro dos elementos presentes na agenda de reforma, incide diretamente sobre a questão de gênero, uma vez que as mulheres, mais especificamente as mulheres pobres – das cidades e da zona rural -, têm sido consideradas como um dos segmentos mais vulneráveis da população, justificando a promoção de políticas ‘focalizadas’ (FARAH, 2004, p. 54).

A tendência de se colocar na agenda política a questão de gênero sofreu forte influência do feminismo internacional. Os movimentos sociais e entidades de mulheres passaram a recomendar, nas políticas públicas, a discriminação positiva de alguns grupos de mulheres mais atingidas pela exclusão. Nessa discriminação positiva recomendava-se especial atenção às mulheres negras, às mães solteiras e às chefes de família, pelo maior grau de vulnerabilidade destes segmentos. Porém, alguns movimentos e entidades de mulheres no Brasil têm divergências, pois uns colocam a necessidade da mulher ser priorizada nas políticas públicas devido a sua “funcionalização”, isto é, pelo “papel” que desempenha na família, pelo efeito multiplicador que a ação pode ter sobre a família e sobre a sociedade como um todo. Outro segmento enfatiza a necessidade de inclusão das mulheres nas políticas públicas por se tratar de um espaço de cidadania, ou seja, na constituição da mulher como sujeito social (FARAH, 2004).

Apesar das divergências existentes entre os movimentos e entidades de mulheres há consenso no que diz respeito à focalização da mulher pelas políticas públicas.

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do artigo pode-se discutir sucintamente as categorias pobreza e gênero. Na discussão destaca-se a feminização da pobreza, trazendo dados e

indicadores que apontam que as mulheres trabalhadoras ganham menos que os homens e as famílias chefiadas por mulheres apresentam uma maior vulnerabilidade que as famílias chefiadas por homens. Enfocam sobre a focalização das mulheres nas Políticas Públicas tendo em vista o segmento mais vulnerável da população. Alguns autores possuem divergências quanto a necessidade prioridade da mulher nas políticas públicas, uns alegam que deve haver esta prioridade devido ao “papel” que a mulher desempenha na família, pelo efeito multiplicador que sua ação pode ter sobre a família e sobre a sociedade como um todo. Outros enfatizam a necessidade de inclusão das mulheres nas políticas públicas por se tratar de um espaço de cidadania, ou seja, na constituição da mulher como sujeito social.

Apesar das divergências existentes entre os movimentos sociais, entidades e autores, há consenso no que diz respeito à focalização da mulher pelas políticas públicas, devido a feminização da pobreza.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Laura Maria Pedrosa. Vulnerabilidade Social. In: **Desenvolvimento Humano no Recife**. Atlas de Desenvolvimento Humano Municipal – 1991-2000. Recife, 2005. Disponível em <http://www.recife.pe.gov/secplanejanto/pnud2006/doc/analisticos/vulnerabilidade%Social.pdf>. Acesso em 06/08/2016.

BICHIR, Renata Mirandola. **O Bolsa Família na berlinda?** Os desafios atuais dos programas de transferência de renda. In: Novos Estudos CEBRAP. n° 87, julho, 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002010000200007. Acesso em 23/08/2016.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada de 05 de outubro de 1988. São Paulo: Atlas, 1991, 200p.

BRASIL. **Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do direito de crianças e adolescentes à convivência familiar e comunitária**. Brasília, 2006.

BRASIL. IPEA. Retrato das desigualdades de gênero e raça. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada [et al.]. - 4ª ed. - Brasília: Ipea, 2011. 39 p.

FARAH, Marta Ferreira. Gênero e políticas públicas. In: **Estudos Feministas**. Florianópolis, vol. 12, jan-abr. 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2004000100004. Acesso em 06/08/2016.

FERRARI, Mario; KALOUSTIAN, Silvio Manoug. Introdução. In: KALOUSTIAN, Silvio Manoug (org). **Família brasileira a base de tudo**. 7. Ed. São Paulo: Cortez; Brasília: UNICEF, 2005, p.11-15.

FREITAS, Rita de Cassia. Em nome dos filhos, a formação de redes de solidariedade: algumas reflexões a partir do caso acari. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**. n° 71, ano XXIII, São Paulo: Cortez, 2001, p 80-121.

GENOFRE, Roberto Maurício. Família: uma leitura jurídica. In: CARVALHO, Maria do Carmo Brant de (org). **A família contemporânea em debate**. 7ª ed. São Paulo: EDUC/Cortez, 2006 p. 97-104.

GOMES, Mônica Araujo; PEREIRA, Maria Lúcia Duarte. **Família em situação de vulnerabilidade social: uma questão de políticas públicas**. Ciência e Saúde Coletiva. Rio de Janeiro, v. 10 n.2. Rio de Janeiro. 2005. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_

artex+S141381232005000200013&Ing=pt&nrm+isso> Acesso em 06/08/2016.

MARTINS, José de Souza. A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

ROMANELLI, Geraldo. **Autoridade e poder na família**. In: CARVALHO. Maria do Carmo Brant. A família contemporânea em debate. 7. Ed. São Paulo: EDUC: Cortez, 2006, p. 73-88.

SEGALEN. Martine. **Sociologia da Família**. Tradução de Ana Santos Silva. Lisboa: Terramar, 1999.

TORREMOCHA. Isabel Madruga. **Monoparentalidad y politica familiar: dilemas em torno a la madre cuidadao/madre trabajadora**. In: Revista Centro de Investigaciones Sociológicas. Madri: Siglo, 2006. 316p.

ZANELLA, Liane Carly Hermes. **Metodologia de estudo e de pesquisa em administração**. CAPES. UAB, 2009.

HOMOFOBIA: PERCEPÇÃO DE ESTUDANTES DO IF BAIANO – CAMPUS ITAPETINGA

Cátia Brito dos Santos Nunes

Mestra em Memória: Linguagem e Sociedade da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia e Assistente em administração no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano.

João Diógenes Ferreira dos Santos

Doutor em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, professor titular da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.

RESUMO: O trabalho tem por objetivo geral analisar a percepção de alunos (as) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano – *Campus Itapetinga*, instituição de educação profissional, sobre as manifestações de homofobia ocorrida no ambiente escolar. Pretende-se analisar os relatos elaborados pelos discentes com base na concepção de memória proposta por Paul Ricoeur. Ou seja, como resultantes de um processo de construção histórica, social e cultural – que não pode ser compreendido como a mera reprodução de experiências passadas, mas como uma representação do passado feita a partir dessas experiências em função da realidade presente, com sua base material ou ancoragem em recursos proporcionados pelas relações sociais.

PALAVRAS-CHAVE: homofobia; percepção; memória; ambiente escolar.

HOMOPHOBIA: PERCEPTION OF STUDENTS OF THE IF BAIANO – CAMPUS ITAPETINGA

ABSTRACT: The main objective of this study is to analyze the students' perceptions about the manifestations of homophobia that occurred in the school environment of the Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano - Campus Itapetinga, an institution of professional education. We intend to analyze the reports elaborated by the students based on the conception of memory proposed by Paul Ricoeur. That is, as resulting from a process of historical, social and cultural construction - which can not be understood as the mere reproduction of past experiences, but as a representation of the past made from these experiences in function of present reality, with its material basis or anchoring in resources provided by social relations.

KEYWORDS: homophobia; perception; memory; school environment.

1 | INTRODUÇÃO

Busca-se, neste artigo, identificar a percepção elaborada pelos (as) alunos (as) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano – *Campus Itapetinga* sobre

a homofobia.

Neste trabalho, o termo será utilizado de acordo com a concepção teórica sobre a memória elaborada por Paul Ricoeur (2014), o qual retoma o conceito de anmnesis ou de reminiscência, e a ideia de análise do reconhecimento das imagens como esforço intelectual, referindo-se às lembranças concebidas pela ação laboriosa pertencente ao vasto conjunto dos fenômenos psíquicos que passam pela tensão e pelo relaxamento, conforme preconizou Bergson (1999, p.156): “Distinguimos três termos: a lembrança pura, a lembrança-imagem e a percepção, dos quais nenhum se produz, na realidade, isoladamente. A percepção não é jamais um simples contato do espírito com o objeto presente; está inteiramente impregnada das lembranças-imagens que a completam, interpretando-a. A lembrança-imagem, por sua vez, participa da lembrança pura que ela começa a materializar, e da percepção na qual tende a se encarnar: considerada desse último ponto de vista, ela poderia ser definida como uma percepção nascente”.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano (IF Baiano) surgiu pela Lei de Criação dos Institutos nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, mediante a integração das Escolas Agrotécnicas Federais de Catu, de Guanambi, de Santa Inês e de Senhor do Bonfim (BRASIL, 2008). E, em 23 de abril de 2013, a Emarc – Itapetinga passou a integrar formalmente a estrutura organizacional do IF Baiano, após a publicação da Portaria nº 331 do Ministério da Educação (BRASIL, 2013).

A Escola Média de Agropecuária da Região Cacaueira (Emarc) Itapetinga, desde sua formação, em 7 de maio de 1980, encontra-se situada numa área de 105 hectares, localizada no quilômetro 2 da rodovia Itapetinga-Itororó, bairro Clerolândia, na cidade de Itapetinga.

O município de Itapetinga pertence à mesorregião do centro-sul baiano, possui população estimada em 76.184 mil habitantes, localizado numa área de 1.651,154 km², apresentando densidade demográfica de 41,95 habitantes por km.

É o IF Baiano – *Campus* Itapetinga, portanto, o lugar onde se desenvolveu a pesquisa que resulta neste artigo. A empiria foi composta por entrevistas com roteiro semiestruturado com discentes da instituição. Assim, por constituir um estudo de natureza qualitativa, a escolha dos sujeitos entrevistados ocorreu após a seleção de alunos (as) matriculados (as) na terceira série do curso técnico de nível médio em Agropecuária, na modalidade integrada, por serem eles, naquele momento, os que estavam há mais tempo na instituição.

Esclarecemos que esse roteiro não foi utilizado de forma engessada, mas foi alterado quando necessário, pois priorizamos seguir o fluxo dos momentos vividos por cada entrevistado (a). Tanto é que algumas perguntas se diferenciaram e outras foram acrescentadas em diferentes momentos, exatamente pela própria nuance dos diálogos, que foi tomando um rumo muito próprio do momento, bem como as singularidades de cada entrevistado (a).

As entrevistas com os discentes que se dispuseram a participar da pesquisa

foram gravadas com o consentimento dos participantes ou de seu responsável legal e, posteriormente, transcritas.

A partir das entrevistas, tivemos acesso aos testemunhos vivenciados pelos (as) alunos (as) e aos compartilhamentos de suas experiências. As narrativas apresentam ocorrência do deslocamento de pontos de vista da memória, que, neste caso, ocorrem no ambiente do IF Baiano – *Campus Itapetinga*, conforme definição de Ricoeur (2014):

Temos, assim, acesso aos acontecimentos reconstruídos para nós por outros que não nós. Portanto, é por seu lugar num conjunto que os outros se definem. A sala de aula da escola é, nesse aspecto, um lugar privilegiado de deslocamento de pontos de vista da memória (RICOEUR, 2014, p.131).

As entrevistas de um grupo de alunos (as) do IF Baiano – *Campus Itapetinga* que vivenciaram e compartilharam diversas experiências referentes ao período de três anos, ou seja, em que cursaram o ensino médio, visam evocar as narrativas construídas em conjunto no ambiente escolar.

Para essa análise, adotaremos a definição de homofobia preconizada por Borrillo (2010), que a compreende como um complexo que abarca diversos fenômenos: conjunto de emoções negativas, sistema de humilhação, exclusão e violência. Será enfatizada a definição de homofobia em sua dimensão cultural, que compreende a rejeição à homossexualidade como fenômeno social e psicológico, não se atentando meramente ao indivíduo. Diz o autor:

[...] Mais recentemente, verifica-se a circulação de uma compreensão da homofobia como dispositivo de vigilância das fronteiras de gênero que atinge todas as pessoas, independentemente da orientação sexual, ainda que em distintos graus e modalidades. (BORRILLO, 2010, p. 8)

[...] O termo “homofobia” designa, assim, dois aspectos diferentes da mesma realidade: a dimensão pessoal, de natureza afetiva, que se manifesta pela rejeição dos homossexuais; e a dimensão cultural, de natureza cognitiva, em que o objeto da rejeição não é o homossexual enquanto indivíduo, mas a homossexualidade como fenômeno psicológico e social. (BORRILLO, 2010, p. 22)

Outro conceito imprescindível do autor para compreender essa rejeição é o de sexismo, uma ideologia segundo a qual existem papéis previamente definidos e atribuídos a homens e a mulheres. Tal lógica estabelece a superioridade de um gênero sexual em relação ao outro, conforme aduz o autor:

[...] O sexismo define-se, desde então, como a ideologia organizadora das relações entre os sexos, no âmago da qual o masculino caracteriza-se por sua vinculação ao universo exterior e político, enquanto o feminino reenvia à intimidade e a tudo que se refira a vida doméstica. (BORRILLO, 2010, p. 30)

Para auxiliar no processo de elaboração da análise, utilizaremos, ainda, outro conceito: o de estigmatização, conforme definição feita por Elias (2000), que sintetiza o processo de se atribuir a determinados grupos características diferenciadoras – e invariavelmente tidas como negativas. Afirma o autor que:

[...] o grupo estabelecido tende a atribuir ao conjunto do grupo outsider as características “ruins” de sua porção “pior” – de sua minoria anômica. Em contraste, a autoimagem do grupo estabelecido tende a se modelar em seu setor exemplar, mais “nômico” ou normativo – na minoria de seus “melhores” membros. Essa distorção *pars pro toto*, em direções opostas, faculta ao grupo estabelecido provar suas afirmações a si mesmo e aos outros; há sempre algum fato para provar que o próprio grupo é “bom” e que o outro é “ruim”. (ELIAS, 2000, p. – 22 a 23)

[...] a estigmatização, como um aspecto da relação entre estabelecidos e outsiders, associa-se, muitas vezes, a um tipo específico de fantasia coletiva criada pelo grupo estabelecido. Ela reflete e, ao mesmo tempo, justifica a aversão – o preconceito – que seus membros sentem perante os que compõem o grupo outsider. (ELIAS, 2000, p.35)

Desta forma, tais conceitos serão bem caros à tentativa de discussão aqui proposta: compreender a percepção de alunos (as) do IF Baiano – *Campus Itapetinga* sobre as manifestações de violência conceituadas como homofobia.

2 | HOMOFOBIA

O fenômeno da violência apresenta sentidos diversos que podem designar fatos e ações ou, ainda, uma forma de manifestação da força. O termo “violência” vem do latim *violentia*. Ao verbo *violare* pode-se atribuir o significado violar ou transgredir. Michaud (1989) ressalta que esses termos são oriundos de *vis*, que significa “força em ação”, “vigor”, “potência”. E é essa ideia de força, de uma potência contra alguma pessoa ou coisa que configura a essência da noção de violência, que, portanto, deixará marcas. (MICHAUD, 1989).

No relato da discente, podemos verificar a narrativa sobre o preconceito em razão de sua orientação sexual sofrido em outra escola, ressaltando algumas consequências – isolamento social:

“E, a partir da primeira série, eu passei a sofrer preconceito pela minha orientação sexual. E, a partir desse momento em que eu passei a sofrer preconceito pela minha orientação, eu comecei a me fechar na escola. Então, eu não participava muito de brincadeiras [...] eu evitava ao máximo brincar com qualquer outra criança, porque, vez ou outra, elas soltavam piadinhas e eu acabava sendo agressiva com elas e acabava tendo altas consequências no final.” (aluna, 18 anos).Entrevista realizada em 20/01/2016

A mesma discente ressalta o preconceito sofrido em outra escola, porém, informa a forma velada e indireta desta ocorrência:

“Eu já tive uma convivência mais tranquila [...] Porque lá eles têm o preconceito, mas mais mascarado. Não era igual [escola anterior], que eles falavam na minha cara, e as [agentes escolares] [imita a voz]: “ah, não, mas isso é errado!”. Não tinha esse “ah, você tá errado porque você faz isso!” Eles tentavam conversar comigo e tentar ver o meu ponto de vista. E, quando chegou a, acho que no começo do Fundamental 2, que eu comecei realmente a ser uma pessoa sociável. (aluna, 18 anos).

A narrativa do discente informa dois momentos distintos: o da vivência na

escolar anterior e o do momento atual, no IF Baiano – *Campus Itapetinga*, informando a situação de violência e preconceito que sofreu:

“Eu entrei lá super deslocado e saí de lá super deslocado. Primeiro, porque achavam que eu era gay. Então, foi meio complicado até eles entenderem que eu não era assim.

[...] A psicóloga do próprio instituto me chamou pra poder conversar. E ela identificou, porque o meu pai não participou da minha vida pessoal. Então, eu tive que me espelhar em alguém, e eu escolhi minha mãe. Por isso adquiri as características femininas.”(aluno, 18 ano).Entrevista realizada em 22/01/2016

Dessa forma, consideramos que há nesse processo de evocação da sequência e do encadeamento das narrativas um deslocamento de pontos de vista da memória. Ou seja, ao relatar os fatos passados, os (as) alunos (as) passam a ressignificá-los em razão da realidade presente e das experiências compartilhadas nos diversos grupos que vivenciaram, portanto, uma memória compartilhada de percepções:

Da memória compartilhada passa-se gradativamente à memória coletiva e as suas comemorações ligadas a lugares consagrados pela tradição: foi por ocasião dessas experiências vividas que fora introduzida a noção de lugar de memória, anterior às expressões e às fixações que fizeram a fortuna ulterior dessa expressão. (RICOEUR, 2014, p.157)

A discriminação narrada pelos discentes expressam uma manifestação de homofobia ocorrida como decorrência de uma ideologia sexista, que foi retratada por Borrillo (2010, p.24) como “homofobia cognitiva, caracterizando-se por ser mais eufemística, sem deixar de ser insidiosa e por pretender simplesmente perpetuar a diferença homo/hétero”.

É na dimensão cultural, defendida pelo autor, que estão abarcadas todas as formas de violência contra os indivíduos que apresentam características definidas como de gênero diverso. Tal violência se constitui contra toda e qualquer forma de representação da homoafetividade.

Para Borrillo (2010) a concepção de homofobia deve considerar a existência de uma ordem sexual por meio da qual são organizadas as relações sociais – ou seja, o sexismo, baseado em dois pressupostos: a subordinação do feminino ao masculino e a hierarquização das sexualidades. Ambos os pressupostos estabelecem os fundamentos para a homofobia e para o tratamento inferiorizante dado a indivíduos.

De acordo com a percepção baseada na ordem sexista e homofóbica, o comportamento do aluno entrevistado, tido como feminino, não atenderia ao padrão de “normalidade superior”, que seria a heterossexualidade. E por isso, segundo Borrillo, sua conduta seria considerada “incompleta, acidental e perversa”, ou, ainda, “patológica, criminosa, imoral e destruidora da civilização” (2010, p.31).

O fato de apresentar comportamento diverso do estabelecido pela ordem sexista é o elemento utilizado para desqualificar e estigmatizar o aluno e a aluna nas instituições escolares. Consoante definição de Elias (2000), este seria o atributo diferenciador, ou a característica “negativa” do que o autor conceitua como processo

de estigmatização, o qual ocorre para justificar a aversão a determinado grupo – contribuindo assim para alimentar a “fantasia coletiva” em proveito do estigmatizador.

Assim, o estigma serve como uma espécie de identificação do indivíduo, que permite o “conhecimento” a respeito dele sem a necessidade de um contato ao menos superficial, de acordo com o enquadramento pré-estabelecido. Essa ausência de envolvimento impossibilita, portanto, que o estigmatizado se insurja contra a situação de exclusão e depreciação a que é submetido. Verificamos nas narrativas apresentadas, como tal estigmatização resulta em conflitos ou tensões, isolamento social e privação de direitos.

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A manifestação da homofobia constitui um fenômeno complexo que se apresenta de formas variadas: violência física e psicológica, hostilidade, aversão, desprezo, ódio, desconforto, desconfiança, etc. Trata-se de utilizar a discriminação para privar indivíduos do exercício pleno de direitos como saúde, educação, trabalho, segurança, igualdade, liberdade e dignidade da pessoa humana.

Assim, as manifestações decorrentes de uma ideologia sexista apresentam as mesmas atitudes, características, sentimentos negativos e consequências danosas apresentadas nas diversas manifestações de homofobia. E refletem as mesmas disputas por dominação, controle e prestígio, ressaltando a dificuldade de convivência em meio à diversidade. E constitui-se na busca por perpetuar o sistema de valores e normas da conduta heterossexual.

REFERÊNCIAS

BERGSON, Henri. **Matéria e memória: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito**. Trad. Paulo Neves, 2ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

BRASIL, **Lei n. 11.892/08**. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10224.htm> Acesso em 5 de dezembro de 2015.

BRASIL, **Portaria MEC/SETEC Nº 331**, de 23 de abril de 2013. Disponível em: <http://portal.datalegis.inf.br/action/ActionDatalegis.php?cao=detalh arAtosArvorePortal&tipo=POR&numeroAto=00000331&seqAto=000&valorAno=2013&orgao=MEC>. Acesso em 5 de dezembro de 2015.

EAF'S DA BAHIA: **Proposta de Adesão das Escolas Agrotécnicas Federais da Bahia para constituição do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Agroindustrial da Bahia**. 2008 (mimeo).

RICOUER, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: editora Unicamp, 2014.

BORRILLO, Daniel. **Homofobia: história e crítica de um preconceito**. [Tradução de Guilherme João de Teixeira Freitas]. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

MICHAUD, Yves. **A violência**. São Paulo: Ática, 1989.

NOBERT, Elias. **Introdução. Ensaio teórico sobre as relações estabelecidos-outsiders**. In: ELIAS, Norbert & SCOTSON, John L. Os estabelecidos e os outsiders. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO MUNICÍPIO DE PORTO SEGURO – BA

Péricles Sena dos Santos Júnior

Universidade Federal do Sul da Bahia.

Porto Seguro – Bahia

RESUMO: A ocorrência de violência contra a mulher na sociedade brasileira não é uma temática recente, sendo corriqueiramente divulgados nos meios de comunicação casos de agressões perpetrados por familiares ou companheiros, em sua maioria no âmbito do domicílio, com resultados severos as vítimas. O litígio não se trata da mera observação da magnitude desse formato de violência nas condições de saúde da população alvo, mas sim, como tal fator interfere na manifestação da corporeidade. Assim, esta pesquisa visa analisar criticamente as Unidades Básicas de Saúde (UBS) Campinho I e II, Estádio, Areião e Cambolo, situadas no município de Porto Seguro no estado da Bahia, quanto aos atendimentos de acolhimento à mulher vítima de violência. Para tal, houve ações exploratórias em campo, como entrevistas, questionários diretos e observação dos territórios. Como resultados foi observado a falta de dados e informações sobre a temática nas UBS, apesar de alguns profissionais de saúde afirmarem que atenderam vítimas de agressão doméstica ou familiar.

PALAVRA-CHAVE: Violência contra a mulher, Unidade Básica de Saúde, Promoção de saúde.

VIOLENCE AGAINST WOMEN IN THE CITY OF PORTO SEGURO - BA

ABSTRACT: The occurrence of violence against women in Brazilian society is not a recent issue, and reports of aggressions perpetrated by family members or comrades, mostly within the home, have been widely reported in the media, with severe results for victims. The litigation is not about merely observing the magnitude of this form of violence in the health conditions of the target population, but rather, as it interferes with the manifestation of corporeality. Thus, this research aims to critically analyze the Basic Health Units (BHU) Campinho I and II, Estádio, Areião and Cambolo, located in the city of Porto Seguro in the state of Bahia, regarding the care of the woman victim of violence. For that, there were exploratory actions in the field, such as interviews, direct questionnaires and observation of the territories. As a result, there was a lack of data and information on the subject in the UBS, although some health professionals affirmed that they attended victims of domestic or family aggression.

KEYWORDS: Violence against women, Basic Health Unit, Health promotion

1 | INTRODUÇÃO

A violência contra a mulher pode ser definida como qualquer ato baseado nas relações de gênero que resulte em danos físicos e psicológicos ou sofrimento para a mulher (WATTS E ZIMMERMAN, 2002), onde, muitas vezes, essa conduta ocorra de forma consciente objetivando a subordinação, o que ocorre majoritariamente nas relações conjugais. Não sendo uma temática recente, já no século XIX as alterações econômicas, sociais, culturais e políticas ocorridas no mundo produziram significativas mudanças nos padrões de convívio em sociedade, por exemplo, se destaca em decorrência ao patriarcalismo, característica cultural na qual os valores masculinos predominavam (SAFFIOTI, 2001). Baseado nessa perspectiva a mulher é vista como um ser frágil e vulnerável, precisando de cuidados sendo inferior ao outro gênero. Assim, ao decorrer da formação da sociedade muitos homens se aproveitaram e julgaram ter a capacidade ou obrigação de subjugar-las.

A emancipação feminina por meio da qual as mulheres passaram a ter maior acesso à educação e a empregos, rompeu substancialmente com esse modelo. Além disso, a maior disponibilidade de métodos contraceptivos é um fator que, majoritariamente, desde a década de 80, contribuiu não somente para uma maior independência feminina, mas também, para uma mudança na dinâmica populacional no Brasil, com alterações na pirâmide etária, haja vista a redução da taxa de natalidade. Cujas conquistas do público feminino mais perceptíveis nos últimos 30 anos da sociedade brasileira são devidas, principalmente, à criação da delegacia da mulher, das casas de abrigo, bem como da lei Maria da Penha. Em contrapartida, o patriarcalismo se destaca à medida que tanto as mídias quanto as estatísticas revelam dados alarmantes sobre a violência (SAFFIOTI, 2001).

Sob esse prisma, considerando-se a maior preocupação da sociedade com a violência contra a mulher, notadamente após a ocorrência de recentes movimentos feministas, onde se destaca a Primavera das Mulheres, estudos e pesquisas são feitos para sistematizar de forma qualitativa e quantitativa a violência, atentando se ao reconhecimento da violência sexual como meio de injúria à saúde e violação dos direitos humanos.

Os relatos das vítimas de violência sexual atendidas nos serviços de saúde revelam consequências traumáticas como a destruição da autoestima, desorganização dos projetos de vida, temor em relação às doenças sexualmente transmissíveis e gravidez indesejada. (MATTAR et. al, 2007, p.460).

O Programa Nacional de Promoção a Saúde (PNPS) tem como objetivo geral promover qualidade e melhor condições de vida, tanto no âmbito coletivo quanto individual, para reduzir uma série de vulnerabilidades e riscos à saúde decorrentes a partir de determinantes sociais, culturais, ambientais, políticos e econômicos. Além desse, há objetivos específicos elaborados para enfatizar setores populacionais específicos, abrangendo faixas populacionais até então desfavorecidas no que se

diz respeito a serviços de saúde e para a redução das desigualdades consideradas injustas e evitáveis.

O PNPS sob a diretriz que trata da saúde do sexo feminino, busca estabelecer conexões seguras e dá suporte psicológico, cuidados médicos e segurança para que mulheres que sofram agressões busquem e saibam que tanto nas delegacias especializadas e em hospitais elas não padecerão de tratamento desrespeitoso ou discriminatório. Além de criar ações legislativas que visem assegurar o direito delas, e leis mais rígidas voltadas à punição dos agressores. Além disso, visa à promoção de ações direcionadas ao diálogo e, também, proporcionar maior visibilidade aos pontos de apoio às mulheres. Estas medidas, do Programa Nacional de Promoção a Saúde, buscam a diminuição das frequentes agressões sofridas pelas mulheres na sociedade.

As estatísticas de violência são bastante utilizadas para analisar as condições de saúde da população, segundo dados da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher, a violência doméstica atinge prioritariamente o gênero feminino, dentre as 10 maiores causas de mortes no Brasil estão os homicídios e grande parte destes são praticados por atuais ou ex-parceiros. Quando a violência sofrida por mulheres não leva ao óbito, deixa marcas tanto físicas quanto psicológicas. A maioria das agressões são frequentes e não são denunciadas pela vítima nem por testemunhas. Outros fatos que dificultam as vitimadas na busca por denunciar seus agressores consiste em falta de informação e pouca divulgação de locais onde possam ser acolhidas com suporte adequado e segurança.

A promoção da saúde de forma multidisciplinar voltada ao combate da violência contra a mulher ainda é bastante precária nas unidades básicas de saúde. Uma vez que, não há padrões de atendimento preestabelecidos, assim, cabe a cada unidade básica promover ações preventivas na atenção às mulheres por meio de interação com a comunidade, comoção do próprio lar da vítima, promoção de palestras e, até mesmo, eventos que estimulem a participação dessa, a qual encontra-se em situação de risco, tornando ativa sua presença na unidade básica de saúde. Isso destinado à detecção da violência e, principalmente, à solução como ação primária da unidade, enfatizando os direitos do gênero feminino. Faz parte do profissional da área de saúde promover ações de bem-estar que acolham as vítimas, assegurando um conjunto de construção de melhores aspectos na qualidade de vida.

A violência contra mulher em questão de saúde pública ainda é evidenciada com múltiplas implicações para demais trabalhos voltados à promoção da saúde. O profissional se encarrega no papel de orientador e acolhedor, mas, tem a dificuldade de estabelecer essas ações de prevenções à violência por falta de intervenções conjuntas, envolvendo múltiplas políticas voltadas para a congregação da saúde do indivíduo. A maior incidência de violência contra a mulher evidencia-se no próprio lar, sendo uma forma de agravo à saúde pública, no qual os serviços de atendimento não apresentam condições técnicas e organizativas de atender a demanda, sendo

de difícil visualização e abordagem multidisciplinar, conforme afirmam Andrade e Fonseca (2008):

Ao se conhecer a situação de vida das mulheres em situação de violência, os profissionais podem iniciar ações de promoção de saúde. Para tanto, é necessário um trabalho de parceria com diversos setores da sociedade, uma vez que a solução não pode ser buscada somente na família ou nas equipes de saúde. O enfrentamento da violência doméstica contra a mulher exige, além da definição de políticas públicas por parte do Estado, a ação articulada e parcerias entre os serviços de saúde e demais equipamentos sociais como escolas, igrejas, polícia, delegacias especializadas, associações de bairro, grupos de mulheres. (p.594).

Nesse contexto, visando contribuir no debate sobre a temática, bem como destacar dados por meio de conceitos e gráficos, o estudo objetiva intervir em relação ao atendimento às mulheres vítimas de violência mediante análises críticas embasadas em documentos e artigos sobre o assunto, visto à complexidade da situação e consequências direcionadas às vitimadas. Por meio de exposição do conteúdo e análise do público-alvo contido no território. Tendo em vista todos esses aspectos, como referência para os levantamentos de informações, a pesquisa se direcionou para as Unidades de Saúde Municipal de Porto Seguro-Bahia, município que exerce grande influência no extremo sul do citado estado e cuja economia se baseia, em sua maioria, na prestação de serviços na área turística.

2 | REFERENCIAL

Segundo Minayo e Souza (1999), é difícil definir violência, uma vez que essa é uma forma própria de relação resultante das interações sociais. Em contrapartida, a Organização Mundial da Saúde (2002) conceitua violência como sendo o uso intencional de força física, real ou em ameaça, contra si próprio, ou contra outrem que resulte ou haja possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico ou deficiência.

Ainda segundo a Organização Mundial da Saúde (2002) há diversas formas de violência, sendo a violência contra a mulher caracterizada como um problema de saúde pública, segundo De Ferrante, Santos e Vieira (2009, p.289) “violência contra a mulher se apresenta como uma forma de legitimação de poder do homem sobre a mulher, sendo por isso denominada de violência de gênero”. Corroborando ao exposto Brasil (2006 ,p.3) define, “violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial”.

Apesar da ocorrência de violência contra à mulher na sociedade brasileira não ser uma temática recente, sendo corriqueiramente divulgados nos meios de comunicação casos de agressões perpetrados por familiares ou companheiros, em sua maioria no âmbito do domicílio, com resultados severos as vítimas, ainda falta dados e informações estatísticas sobre esse problema de saúde pública. Em

concordância Rocha, Almeida e Araújo (2011, p.164) “os dados sobre a violência no Brasil ainda são escassos, principalmente no que se refere a estudos populacionais realizados no nordeste do país”.

3 | PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa iniciou dia 8 de março de 2016 e encerrou dia 22 de abril de 2016, e foi desenvolvida por meio de visitas e observação dos locais destinados ao acolhimento de mulheres vítimas de violência no atendimento primário de saúde, o qual ocorre nas Unidades Básicas de Saúde (UBS) situadas no município de Porto Seguro no estado da Bahia – as observadas foram UBS Campinho I e II, Estádio, Areião e Cambolo.

Complementar, realizou-se visitas exploratórias na Delegacia Especializada em Atendimento à Mulher (DEAM), no Centro de Referência em Atendimento à Mulher (CRAM) e no Centro de Referência Especializado em Atendimento Social (CREAS), tais ações de campo voltadas à coleta de maiores informações. Além disso, houve uma entrevista e, também, foi aplicado questionário direcionado aos participantes.

Nos primeiros dias, realizou-se pesquisa observatória, analisando-se as UBS de Campinho I e II, Estádio, Areião e Cambolo, colocando em pauta suas condições de trabalho em equipe, dificuldades e metas. Em uma das UBS visitadas houve uma entrevista com uma agente comunitária de saúde, a qual não quis ser identificada, já que houve questionamentos sobre sua conduta como vítima de violência doméstica.

Na segunda etapa foi aplicado o questionário na UBS de Campinho I e II, Estádio, Areião e Cambolo. Esse elaborado com 6 (seis) perguntas abertas direcionadas a qualquer profissional de saúde -enfermeiros, médicos e psicólogos-, nesse trabalho incluiu-se os agentes de saúde comunitária, uma vez que possuem contato diário não só com as possíveis vítimas, mas, como também, com o lar dessas.

O objetivo da pesquisa foi analisar métodos utilizados pelos profissionais da saúde quando se trata de casos de vítimas de violência contra mulher. De forma avaliativa, explorou-se a metodologia aplicada, nas diferentes UBS, para lidar e acolher indivíduos do sexo feminino vítimas de violência.

Por fim, devido à falta de dados estatísticos nos locais discriminados anteriormente, houve a necessidade de visitar e coletar informações na Delegacia Especializada em Atendimento à Mulher, no Centro de Referência em Atendimento à Mulher e no Centro de Referência Especializado em Atendimento Social.

4 | RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados aqui encontrados são multidisciplinares, extrapolando a seara da saúde. Nem todos os objetivos foram alcançados, no entanto, a falta de alguns dados

numéricos levou a pesquisa a novos vieses de estudos e a novas possibilidades de interpretação à cerca da violência contra a mulher. Alguns resultados da pesquisa serviram para fortalecer ideias preformadas sob a temática da violência contra mulher e outros resultados trouxeram novas informações que levaram a diálogos que a princípios não iriam ser levantados nesse presente estudo. Foram realizadas visitas tanto em caráter exploratório, como em caráter observatório, no qual adquiriu-se dados numéricos de grande importância para entender o cenário da violência de gênero no município de Porto Seguro – BA.

De início, foi elaborado um questionário com um total de 6 perguntas, com o objetivo de levantar dados à cerca do atendimento de mulheres vítimas de agressão que procuram as unidades básicas de saúde dentro do município de Porto Seguro - BA. Outro objetivo do questionário elaborado foi identificar as formas com que o serviço municipal de saúde é prestado, em específico às mulheres agredidas, atentando-se aos métodos utilizados pelos profissionais na prestação do serviço nas UBS e como o município auxilia essa mulher após entrada na unidade. O objetivo inicial dos estudos era aplicar o questionário qualitativo para os profissionais de saúde da Unidade básica de Saúde Campinho I e II, no entanto, num diálogo inicial com uma agente de saúde e a recepcionista da UBS, foi relatado pelas profissionais que nunca haviam sido registrados atendimentos a mulheres vítimas de violência naquela UBS.

A falta de dados numéricos não acarretou a falta de informações. O presente estudo, traz o relato de uma profissional de saúde dessa UBS que revelou já ter sido vítima de violência pelo seu antigo parceiro. A profissional relatou que não buscou ajuda tanto da segurança pública, quanto do sistema de saúde, foi questionado o motivo pelo qual não havia denunciado.

“Não sei. Hoje eu olho para trás e me faço essa pergunta. Não sei por que deixei que tudo aquilo viesse a acontecer. Eu não pedia ajuda se quer para minha família. Quando ele me batia eu não saía de casa. As vezes passava semanas sem ver meus pais, meus irmãos e meus amigos. Eu me trancava em casa para que ninguém visse o meu rosto, e meus braços roxos. Eu tinha medo de que se desse queixa e ele não fosse preso, voltasse para me matar, eu tinha medo de que ele fizesse algo com alguém da minha família. Graças a Deus, não tivemos filhos, por que se não, eu teria que ficar presa a ele de alguma forma e meus filhos podiam ser agredidos por ele também. Em alguns momentos me perguntava se a culpa não seria minha, que se não era eu mesma que não era uma boa mulher, que não cuidava bem da casa. É cada coisa que a gente pensa. Mas, eu nunca o denunciei.” (agente comunitária de saúde, 2016).

Deste modo a pesquisa, junto ao questionário foram direcionados a outras UBS que pudessem ter algum dado, dessa maneira o questionário seria aplicado com profissionais de outras UBS. Novamente, as informações passadas foram que nas unidades não haviam, até então, registros sobre casos de violência. Dessa forma os estudos se voltaram para a rede de segurança pública do município e aos órgãos de assistência social.

O Ministério da Saúde, em 2009, corroborando ao combate da violência de gênero, por meio da intersetorialidade, implantou o Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAM), onde os atendimentos no Sistema Único de Saúde (SUS) que hajam confirmação ou apenas suspeita de violência sexual, doméstica e/ou qualquer outra forma contra crianças, adolescentes, mulheres e idosos deverão ser notificados compulsoriamente.

Em pesquisa realizada em 2013 com 83 países, sobre a violência contra a mulher, o Brasil ocupou 5ª colocação, estando atrás de apenas El Salvador, Colômbia, Guatemala e Rússia. Na Bahia, o índice é crescente de 2003 a 2011, partindo de 2,2 para 6,2 assassinatos a cada 100 mil mulheres. O estado baiano nos últimos anos reduziu a incidência do feminicídio, sendo 5,8 no ano de 2013; porém, ainda superior à média nacional de 4,8. As cidades com maior índice de homicídio feminino na Bahia são Porto Seguro, Simões Filho, Lauro de Freitas e Teixeira de Freitas (WAISELFISZ, 2015).

No município de Porto Seguro há a Delegacia Especializada em Atendimento à Mulher (DEAM), onde, no ano de 2015 foram atendidas aproximadamente 700 ocorrências de agressão ao gênero feminino, mas somente 330 casos progrediram até a instauração do inquérito policial.

Na Bahia, o índice é crescente de 2003 a 2011, partindo de 2,2 para 6,2 assassinatos a cada 100 mil mulheres. O estado baiano nos últimos anos reduziu a incidência do feminicídio, sendo 5,8 no ano de 2013; porém, ainda superior à média nacional de 4,8. As cidades com maior índice de homicídio feminino na Bahia são Porto Seguro, Simões Filho, Lauro de Freitas e Teixeira de Freitas (WAISELFISZ, 2015).

Na supracitada cidade também existe o Centro de Referência em Atendimento à Mulher (CRAM) que acolhe vítimas de violência no âmbito afetivo ou familiar, inaugurado para atendimento ao público em 05 de julho de 2015, o qual recebe as vítimas provenientes das ocorrências recebidas na DEAM, da sociedade civil e também por iniciativa da vitimada. Até 29 de abril de 2016 havia 197 acompanhamentos, onde, entre esses havia violência sexual, física, psicológica, moral ou patrimonial.

Além disso, no município há o Centro de Referência Especializado em Atendimento Social, onde é realizado trabalho social voltado à promoção da saúde por meio do empoderamento do companheiro agressor, o qual é convencido por agentes sociais a participar de palestras e instruções voltadas a coibir e prevenir a ocorrência de novas ações que resultam em violência contra a mulher.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo foi desenvolvido para analisar criticamente os atendimentos de acolhimento a mulher usuária dos serviços nas Unidades Básicas de Saúde vítima

de violência perpetrada por distintos agressores, onde o medo proveniente dessas situações de estresse provoca sequelas distintas, a depender das singularidades de cada indivíduo, Labrocini, Fegadoli e Correa (2010) afirmam que:

O medo é um sentimento que gera inquietação diante da ideia de um perigo real ou imaginário, de uma ameaça; pode ser adquirido tanto por aprendizado como por trauma, e fica armazenado no corpo, na memória das ameaças à pessoa. (p.405).

Apesar da violência de gênero ser uma realidade com múltiplas consequências e danos às vítimas, percebeu-se, durante a elaboração dessa pesquisa, que há escassez de dados e informações sobre a temática nas Unidades Básicas analisadas. Assim, transpareceu, a despeito da implantação das políticas públicas vigentes no Sistema Único de Saúde sobre integralidade e intersetorialidade, que há necessidade de práticas direcionadas à capacitação, do indivíduo e da comunidade, sobre os fatores pessoais, ambientais e socioeconômicos que atuam sobre a saúde, juntamente com o envolvimento dos atores no processo decisório, de implementação e avaliação das medidas adotadas, com intuito de coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher.

Dessa forma, há a necessidade de criação de práticas de promoção de saúde com foco sobre os determinantes gerais, socioambientais e econômicos, para agir na condição de vida diária do indivíduo e da comunidade, essas voltadas à defesa dos direitos sociais, sendo um processo de caráter político, onde há comunicação bilateral entre os agentes, com meta em mudanças sociais. Assim, por meio de ações de diálogo com adultos e jovens de ambos os gêneros, visando a conscientização desses acerca dessa problemática, e também, alertá-los da importância da denúncia como método de intervenção em casos de agressão e dos meios de busca dos direitos legais a mulheres agredidas, isso tem sua eficácia voltada a médio e longo prazo.

Além do mais, há a necessidade do desenvolvimento do conceito de qualidade de vida junto as comunidades nas práticas de atendimento primário no Sistema Único de Saúde, uma vez que essa ação pode resultar em alterações nas práticas assistenciais e consolidar a criação de novos paradigmas na área saúde-doença, podendo alterar e superar os atuais modelos de atendimento biomédico, os quais não atendem a importantes aspectos das ações de promoção, prevenção, tratamento e reabilitação de saúde, tais como: culturais, psicológicos e socioeconômicos.

Em concordância ao anterior, as estratégias de promoção de saúde e prevenção de doenças possuem enfoque complementar no processo saúde-doença, tanto no plano individual quanto coletivo, baseando-se na combinação de estratégias para abordar os determinantes estruturais e individuais, uma vez que determinações sociais, econômicas, culturais e políticas agem sobre a saúde. Assim, visando coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher deve-se unir as abordagens de atendimento das vítimas a de promoção de saúde, o que possibilita

a extrapolação da área de saúde por meio de comunicação multidirecionada para a construção de práticas sociais.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Clara de Jesus Marques; FONSECA, Rosa Maria Godoy Serpa da. **Considerações sobre violência doméstica, gênero e o trabalho das equipes de saúde da família.** Rev. esc. enferm. USP. 2008, vol.42, n.3, p.591-595. ISSN 1980-220X.

BRASIL. Lei nº 11340, de 07 de agosto de 2006. **Lei Maria da Penha.** Brasília, DF, mar 2006.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Política Nacional de Promoção da Saúde:** PNPS: revisão da Portaria MS/GM nº 687, de 30 de março de 2006/ Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. – Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2015. 36 p. : il.

De Ferrante FG, Santos MA, Vieira EM. **Violência contra a mulher:** percepções de médicos de unidades de atendimento primário na cidade de Ribeirão Preto, São Paulo. Interface Comun Saúde Educ. 2009;13(31):p.287-99.

LABRONICI, Liliانا Maria; FEGADOLI, Débora; CORREA, Maria Eduarda Cavadinha. **Significado da violência sexual na manifestação da corporeidade:** um estudo fenomenológico. Rev Esc Enferm Usp, São Paulo, v. 2, n. 44, p.401-406, 2010.

Minayo M.C.; Souza E.R. **É possível prevenir a violência?** Reflexões a partir do campo da saúde pública. Cienc Saude Coletiva. 1999;4(1):7-23.

Organização Mundial de Saúde. **Reporte Mundial de Violência e Saúde.** Geneva: OMS; 2002.

PEDROSA, Claudia Mara; SPINK, Mary Jane Paris. **A violência contra mulher no cotidiano dos serviços de saúde:** desafios para a formação médica. Saúde soc. 2011, vol.20, n.1, p.124-135. ISSN 0104-1290.

ROCHA, Saulo Vasconcelos; ALMEIDA, Maura Maria Guimarães de; ARAUJO, Tânia Maria de. **Violência contra a mulher entre residentes de área urbana de Feira de Santa, Bahia.** Trends Psychiatry Psychother, Porto Alegre, v. 33, n. 3, p. 164-168, 2011. ISSN 2237-6089

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero.** Cadernos Pagu, p. 115-136, 2001.

SCHRAIBER, Lilia Blima et al. **Prevalência da violência contra a mulher por parceiro íntimo em regiões do Brasil.** Revista Saúde Pública, São Paulo, v. 5, n. 41, p.797-807, 2007.

_____. **Violência contra mulheres entre usuárias de serviços públicos de saúde da Grande São Paulo.** Rev. Saúde Pública. 2007, vol.41, n.3, p. 359-367. ISSN 1518-8787.

_____. **Violência contra a mulher: estudo em uma unidade de atenção primária à saúde.** Rev. Saúde Pública. 2002, vol.36, n.4, p. 470-477. ISSN 1518-8787.

WAISELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência 2015:** homicídio de mulheres no Brasil. Brasília: Flacso Brasil, 2015.

BALATA, PARAFUSO, ENSINO E INVESTIMENTO: O TRABALHO NO ACERVO AUDIOVISUAL DO INSTITUTO NACIONAL DE CINEMA EDUCATIVO

Rafael Fermino Beverari

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas,
Programa de Pós Graduação em Ciências
Sociais, Universidade Estadual de Campinas

Cinema; Crítica da Modernidade; Educação;
Trabalho.

BALATA, SCREW, TEACHING AND INVESTMENT: THE LABOUR IN THE AUDIOVISUAL COLLECTION OF THE NATIONAL INSTITUTE OF EDUCATIONAL CINEMA

RESUMO: Esta pesquisa consiste na análise de como a concepção de trabalho é representada no acervo audiovisual do Instituto Nacional de Cinema Educativo - INCE. Reconhecido como o primeiro órgão oficial do governo voltado especificamente ao cinema, sua existência percorre os anos de 1936 a 1966. As obras cinematográficas brasileiras mantidas no Ministério da Educação e Saúde - posteriormente desmembrado ao Ministério da Educação e Cultura - retratam senão a realidade brasileira, ao menos uma reprodução mediada pelas lentes das câmeras desse cenário, tendo como pano de fundo a ideia de progresso e modernidade. Assim, pretende-se analisar os filmes, por um viés sociológico, de modo a destacar as metamorfoses do mundo do trabalho durante o período abordado. O posicionamento e o deslocamento da câmera, o processo de montagem, os ruídos e a voz *over* do narrador conduzem os espectadores através das linhas de produção em um discurso no interior de novos modos de gestão e controle da classe trabalhadora.

PALAVRAS-CHAVE: Ciências Sociais;

ABSTRACT: This research consists of the analysis of how the conception of work is represented in the audiovisual collection of the National Institute of Educational Cinema. Recognized as the first official government body focused specifically on cinema, its existence runs from 1936 to 1966. The Brazilian cinematographic works, maintained in the Ministry of Education and Health - later dismembered to the Ministry of Education and Culture -, portray only the Brazilian reality, at least a reproduction mediated by the lenses of the cameras of this scenario, against the background of the idea of progress and modernity. Thus, we intend to analyze the films, by a sociological bias, in order to highlight the metamorphoses of the world of work during the period covered. The camera's positioning and displacement, the editing process, the noises and the voice over of the narrator lead the viewers through the production lines into a

discourse within new modes of management and control of the working class.

KEYWORDS: Social Sciences; Cinema; Critique of Modernity; Education; Labour.

1 | INTRODUÇÃO

A criação do Instituto Nacional de Cinema Educativo (INCE) vinculado ao Departamento Nacional de Propaganda (DNP) representa o primeiro órgão oficial do governo brasileiro voltado à produção cinematográfica, com o objetivo de informar, enquanto processo educativo, as representações da sociedade brasileira no contexto da denominada modernização. No período 1936 a 1966 foram produzidos 407 filmes documentários e ficcionais. O objetivo deste capítulo é analisar cinco filmes sob a perspectiva da Sociologia do Trabalho.

A proposição se baseia em discutir como ocorre a organização da força de trabalho frente às transformações da sociedade provenientes de uma crescente burguesia industrial e a expansão da classe trabalhadora nas cidades. Todavia, a obra audiovisual estabelece íntima relação com os arranjos das forças produtivas no processo educacional de formação da sociedade.

2 | ENTRE A BALATA E O PARAFUSO

O começo do século XX brasileiro é marcado por profundas transformações políticas no que tange a disputa do poder executivo. Após um primeiro momento pautado pela hegemonia de setores militares apoiados por grupos republicanos, a contenda se desloca às elites locais da região sul e sudeste. Os interesses procedentes dos industriais ecoam em um momento marcado pela expansão dos centros urbanos. Nesta ocasião, o debate envolvendo o moderno e o arcaico irrompem na formação da sociedade brasileira.

A apreensão com a necessidade do estabelecimento de uma identidade nacional também perpassa o cotidiano de uma nação pautada pelas contradições provenientes do seu próprio processo de desenvolvimento. Assim, a cisão entre campo e cidade vai além dos limites territoriais, representando um jogo pela conquista do poder econômico e político deste país. Segundo Martins (1987, p.75), “serão justamente a educação do povo, pela instrução pública, a reforma do ensino e a construção de um “campo cultural”, a partir da universidade, que se tornarão os eixos de preocupação de uma boa parte da intelligentsia dos anos 20 e 30”.

Somado a essa efervescência da constituição de uma imagem do que seria esse projeto de brasilidade, Oliveira (1982, p.26) destaca que “o nacionalismo ocupa-se em identificar uma coletividade histórica em termos da nação, e são os fatores étnicos, geográficos e culturais que asseguram a solidariedade nacional”.

Conforme retratado por Ianni (1971), a principal via encontrada pela emergente força política proveniente do tenentismo, industriais e do meio artístico dos anos 1920

para enfrentar os problemas de seu tempo é através de um apelo ao nacionalismo. Deste modo, não é de se estranhar a participação dos intelectuais na produção de ideais nacionalistas com a finalidade de unificar um país de tamanho continental como o Brasil. Neste momento de consolidação das forças em território nacional, a participação dos novos gestores também trilha esse mesmo caminho na construção de uma comunidade estruturada a partir de seus mitos de origem, língua, documentos antigos e demais eventos de um passado que reforça o sentimento de unidade.

Através de preceitos analisados por Benedict Anderson, a percepção de nação projetada no Brasil do começo do século XX seria uma comunidade imaginada; limitada internamente pela pretensa ideia de semelhanças nacionais e externamente pelas especificidades de cada povo; por fim, concebida como um espaço de soberania política. Afinal, “mais que inventadas, as nações são imaginadas, no sentido de que fazem sentido para a alma e constituem objetos de desejos e projeções” (ANDERSON, 2008, p.10).

Ainda em 1928, o Decreto n. 3.281 de 23 de janeiro estabelece as diretrizes para a organização do ensino na capital federal, de modo que “todas as escolas de ensino primário, normal, doméstico e profissional, quando funcionarem em edifícios próprios, terão salas destinadas à instalação de projeção fixa e animada para fins meramente educativos” (SIMIS, 2015, p. 31). Dessa maneira, o desenho da construção de uma identidade nacional projetada pelas imagens em movimento por meio de espaços educativos começa a se rascunhar.

Em 1932, um grupo de 24 educadores redige o *Manifesto dos pioneiros da Educação Nova*. Esse documento se debruça sobre a centralidade de uma educação de qualidade na construção de uma sociedade livre e soberana. Dentre os pontos destacados, “a escola deve utilizar, em seu proveito, com a maior amplitude possível, todos os recursos formidáveis, como a imprensa, o disco, o cinema e o rádio...” (AZEVEDO et al., 2010, p.62). Dentre os signatários, destaca-se a presença de Edgar Roquette-Pinto, do qual este projeto cruzará adiante.

Apreocupação demonstrada no Manifesto mencionado sugere grau de influência durante a ditadura varguista. O censo de 1933 fornecido pelo Instituto Nacional de Estatística - atual IBGE - aponta para a existência de 277 estabelecimentos de ensino, entre eles federal, estadual, municipal e particular que possuem o “aparelhamento especial para projeções luminosas animadas”. Esse número sobe para 475 no ano seguinte. Uma vez que um dos pilares na credibilidade de um discurso é não deixar transparecer a construção que o sustenta, a questão que perpassa esse momento é sobre quais interesses tal demanda de exibição fílmica atende.

Em busca do controle deste meio de expressão, em um discurso realizado em 1934, Getúlio Vargas (1983, p.187) exalta o cinema como um dos “mais úteis fatores de instrução de que dispõe o Estado moderno”. Ao aproximar o cinema de um caráter educativo, ressalta ainda que é por meio deste espetáculo que “as nossas populações praieiras e rurais aprenderão a amar o Brasil, crescendo a confiança

nos destinos da Pátria” (Ibid., p.188).

A latente preocupação com o material projetado é transposta ainda antes de tal discurso no Decreto n. 21.240 de 1932, por meio de um processo de regulamentação das produções cinematográficas nacionais. Desse modo, “o filme documentário, seja de caráter científico, histórico, artístico, literário e industrial, representa, na atualidade, um instrumento de inigualável vantagem, para a instrução do público e propaganda do país, dentro e fora das fronteiras”. Sobre o conteúdo audiovisual exibido, como “a exemplo dos demais países, e no interesse da educação popular, a censura dos filmes cinematográficos deve ter cunho acentuadamente cultural; e, no sentido da própria unidade da nação”. A expansão dos equipamentos cinematográficos não se dá de maneira desordenada em território nacional. A abordagem da temática “industrial” aparece descrito logo nessa primeira forma de regulamentação da prática cinematográfica. Determinada imposição, como veremos adiante, não se coloca de maneira despretensiosa no escopo dos assuntos abordados nas projeções.

Esse decreto de 1932, todavia, procura atender aos anseios da incipiente indústria cinematográfica nacional através da obrigatoriedade de exibição de filmes nacionais a serem exibidos nos cinemas. Assim, o artigo 13 prevê que “o Ministério da Educação e Saúde Pública fixará a proporção da metragem de filmes nacionais a serem obrigatoriamente incluídos na programação de cada mês”. Uma das formas de atender a essa demanda sem despender maiores custos com cenários, atores e roteiristas é a realização de complementos nacionais a serem exibidos antes dos filmes. Deste modo, a aproximação do poder centralizador e autoritário de Vargas com os meios de comunicação sempre foi concebida como um caminho para a manipulação das massas. Como consequência de tais ações, o Instituto Nacional de Cinema Educativo é regulamentado em 1937. Neste mesmo ano ocorre a criação do “Cine Jornal Brasileiro” - cinejornal oficial do Estado Novo, regulamentado pelo Departamento Nacional de Propaganda, com existência até 1980.

A necessidade de estabelecer um movimento voltado à centralização das informações oficiais por meio do audiovisual com a finalidade de assegurar a liderança de Getúlio Vargas é endossada por meio do Decreto de 1932. Assim, as exibições públicas em escolas ou cinemas são organizadas por intermédio deste. Porém, quais são os interesses por detrás da aparente preocupação no processo de “educação popular”? Quais preceitos constituem tal “unidade da nação”?

Como mencionado, a indústria passou a ser um tema recorrente na produção audiovisual dos anos 1930. Cabe ressaltar o lugar que essa atividade econômica ocupa nas telas e as intenções de seu uso a tal ponto de ser citada nominalmente em um decreto presidencial. A necessidade de organização da força de trabalho frente às transformações da sociedade provenientes de uma crescente burguesia industrial é uma das hipóteses analisadas no decorrer dessa pesquisa que implica na íntima relação entre os aspectos de uma obra audiovisual e os arranjos das forças produtivas.

As discussões sobre a necessidade de centralizar o controle das informações se acirram ainda nas vésperas do Estado Novo. Em 1936, tais debates desembocam na criação do Instituto Nacional de Cinema Educativo (INCE), inicialmente organizado sob tutela do Departamento Nacional de Propaganda (DNP) que se transforma, em 1939 no Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). O INCE surge como o primeiro órgão oficial do governo brasileiro voltado à produção cinematográfica. Porém, somente em 13 de janeiro de 1937 esse Instituto é regulamentado pela Lei n. 378 que dita as competências do Ministério da Educação e Saúde, ocupado pelo ministro Gustavo Capanema. Dentre as disposições, o artigo 40 ressalta que “fica creado o Instituto Nacional de Cinema Educativo, destinado a promover e orientar a utilização da cinematographia, especialmente como processo auxiliar do ensino, e ainda como meio de educação popular em geral.”

O INCE perdurou até 1966 e teve como seu entusiasta o médico, antropólogo e educador Edgar Roquette-Pinto que dirigiu o Instituto de 1937 a 1947. Foi a seu convite que o cineasta Humberto Mauro se dedicou na direção de 220 documentários até 1964. Em sua totalidade, uma listagem realizada em 1990 (Cf. Souza) indica a realização de 407 produções de curtas e médias metragens voltados à educação popular, ciência e tecnologia. As exhibições eram realizadas em instituições culturais, escolas e antes das exhibições de longas metragens nos cinemas.

Sua estrutura organizativa se baseia na divisão de quatro frentes: o expediente, o plano, a execução e a distribuição. Ao refletir sobre a circulação de produtos de um incipiente mercado audiovisual, as bases da indústria cinematográfica começam a se consolidar em território nacional. O modo como o cinema é abordado neste projeto deve levar em consideração “que o seu objeto é, essencialmente, uma Indústria de Entretenimento, que também faz uso de meios estético para obter determinados efeitos e para satisfazer um grande mercado de consumidores” (ROSENFELD, 2013, p. 35).

O crítico germano-brasileiro Anatol Rosenfeld realiza uma abordagem dos elementos estéticos encontrados no cinema por meio de suas relações de interdependência com os fatores econômicos que possibilitam sua produção e distribuição. O filme - ao menos boa parte dos exibidos no circuito cinematográfico - passa a ser visto como um produto comercial manipulado por comerciantes. Seu consumo coletivo e simultâneo pelos espectadores possibilitaria, apesar das impressões individuais, uma certa standardização da mercadoria (filme). Deste modo,

a gravitação comercial exige, em escala ascendente, o aproveitamento máximo dos estúdios e alta eficiência e velocidade de produção. Só assim é que o capital empatado, baseado na circulação rápida dos filmes, promete amortização segura e satisfatória. Daí o interesse dos produtores pela distribuição, pois é esta que garante o rápido escoamento da mercadoria. (Ibid., p. 114)

Neste caso, é importante desvendar como o filme é utilizado no processo de

racionalização do trabalho no Brasil. Na concepção que segue, a arte é concebida como expressão sem deixar de lado seu caráter comunicativo diante do modo de produção capitalista. Para que tal proposta surta efeito, é necessário um intenso ritmo de produção audiovisual que exiba determinada formação social da sociedade brasileira. Talvez essa possa ser uma das explicações da grande quantidade de material audiovisual produzido no período de existência dessa instituição.

Uma das poucas fontes quantitativas encontradas sobre o INCE revela que, até 1943, “havia 232 instituições cadastradas em todo o país, sendo 131 no Rio de Janeiro e 101 nos demais estados” (Ribeiro, 1944 apud Carvalho, 2008, p. 60). Apesar da distribuição se concentrar na capital federal, o decreto n. 20.301 de 1946 aprova, oficialmente, a forma de organização e as devidas orientações educativas deste Instituto. O artigo 3º destaca que o diretor deve ter um secretário escolhido entre os funcionários do Ministério da Educação e Saúde. O conteúdo a ser tratado nas películas fica a cargo de uma “Comissão Consultiva composta de cientistas e artistas de reconhecida autoridade” (Idem), que é responsável pela aquisição de novos filmes ao acervo. Ainda, em seu último artigo, registra-se a viabilidade do Instituto «documentar gratuitamente, na medida das suas possibilidades e a critério do diretor, as pesquisas científicas e técnicas originais, realizadas por pessoas idôneas» (Idem). A orientação para o registro do desenvolvimento científico em um momento marcado pelas transformações no mundo do trabalho diante da crescente industrialização aponta para um embate sobre alguns aspectos da dominação ideológica, cuja

classe dominante, para dominar, não pode nunca apresentar a sua ideologia como sendo sua a ideologia, mas ela deve lutar para que esta ideologia seja sempre entendida como a verdade. Donde a necessidade de apresentar o cinema como sendo expressão do real e disfarçar constantemente que ele é artifício, manipulação, interpretação. (BERNARDET, 1980, p. 10)

Ao visar o descortinamento das relações que envolvem o Instituto, é importante destacar a passagem dos gestores presentes em sua trajetória. Após a saída de Roquette-Pinto da direção do INCE, Pedro Gouvêa, até então técnico de Educação do Ministério de Educação e Saúde, assume o cargo de diretor no lugar de seu idealizador. Sua gestão começa em 1947 e perdura até 1961, sendo sucedida por Flávio Tambellini quando, em 1966, ocorre sua transformação em Instituto Nacional de Cinema (INC). A passagem de um órgão voltado ao serviço “educativo” em algo que abrange toda a produção, exibição e distribuição da indústria cinematográfica brasileira demonstra a abrangência que marca a trajetória desse Instituto em território nacional.

Embora a produção audiovisual tenha reduzido consideravelmente - do total de 407, somente 60 foram realizadas em seus últimos 6 anos - há algumas observações a se fazer referente aos rumos adotados no decorrer da trajetória do órgão. Schvarzman (2004) destaca a existência de duas fases: a primeira corresponde à gestão de

Roquette-Pinto (1937-1947) e diz respeito às descobertas científicas, biografias e ensinamentos técnicos; a outra diz respeito às gestões de Gouvêa (1947-1961) e Tambellini (1961-1966) cujo destaque se voltou à diversidade cultural existente nas distintas regiões do Brasil.

A transição de um órgão voltado a um projeto educativo para algo mais abrangente em território nacional coincide com um momento de crescimento da indústria cinematográfica brasileira que clama por uma instituição que atenda suas demandas que variam desde facilitação na compra de películas virgens até benefícios nas transações de importação e exportação de produtos fílmicos. Para exemplificar como mesmo durante sua existência o INCE foi se transformando paulatinamente nesse órgão centralizador a serviço das entidades do cinema, o Decreto n. 49.575 de 1960 corresponde à criação da Escola Nacional de Cinema, sendo esta, responsável pelo “ensino técnico, de grau médio, visando à habilitação, de modo geral, para o desempenho de atividades nos diversos setores da arte e da indústria do cinema”. Em 23 de agosto de 1961 é a vez do Decreto n. 51.239 instituir a Campanha Nacional do Cinema Educativo com o intuito de fomentar a prática cinematográfica nos espaços educativos por meio de instalação de filmotecas e projeção de filmes em diferentes “estabelecimentos de ensino, oficiais e particulares, e nas instituições culturais e científicas”. Surge novamente, em 1961, uma preocupação em associar o progresso científico ao desenvolvimento do audiovisual mediante um processo educativo. Os dois decretos citados estariam sob responsabilidade do Instituto Nacional de Cinema Educativo. Paulatinamente esse órgão ganha contornos de uma organização que abrange cada vez mais responsabilidades diante de uma parcela da sociedade que produz e consome filmes. Assim, não é de se estranhar que tanto governo, quanto empresários de diversos ramos se interessem pelas possibilidades que surgem em transmitir um certo conteúdo educativo que pouco é mencionado por meio dos decretos presidenciais.

O cinema, tal como um meio de expressão, é resultado de um conjunto de imagens e sons editados com um propósito específico de acordo com os interesses de determinada equipe que corresponde aos anseios de dada classe social. Diferentemente da concepção de uma arte que reproduz exatamente o vivido, “*la pantalla revela al mundo evidentemente no como es, sino como se le corta, como se le comprende en una época determinada*” (SORLIN, 1992, p. 28). Ao considerar os pressupostos de Pierre Sorlin, pretende-se analisar as mudanças sociais através do conteúdo fílmico sem esquecer do contexto histórico do qual é construído. Assim, “*lo real no es directamente perceptible: es mediatizado por las normas de evaluación que el observador comparte con su grupo y que dependen, ellas mismas, de la posición de ese grupo en la configuración de las fuerzas sociales*” (Ibid., p. 162).

Diante desse cenário, é possível notar, nas produções do INCE realizadas por Humberto Mauro, como “a temática do trabalho horizontaliza as abordagens do meio rural e dos homens, mulheres e crianças que habitam esse local” (RANGEL, 2010,

p. 34). A particularidade de como essa questão do trabalho é abordada no interior do Instituto ganha sua devida amplitude se levar em consideração o total de produções realizadas e adquiridas no decorrer de sua existência.

No acervo do INCE, é possível destacar os alguns títulos audiovisuais que abordam situações envolvendo as relações de produção no Brasil entre 1936 e 1966: “A Balata”, “Machina Simples 1ª parte: alavancas”, “Um Parafuso”, “Rumo ao Campo”, “A pesca por meio de comonares”, “Bambu”, “Efeitos químicos da eletricidade”, “Garimpos do Rochedo”, “Iluminação”, “Plantação de Café”, “Eletrificação da EFCB”, “Imigrantes”, “Indústria de lã”, “Trabalho”, “Da força hidráulica à energia elétrica”, “Fábrica de Pneumáticos do Brasil”, “Fabricação de Lâmpadas no Brasil”, “Fazenda de Café”, “Fazenda de Trigo”, “Indústrias Brasileiras: Caroá”, “Indústrias Brasileiras: Louça de Barro”, “Indústrias Brasileiras: o papel”, “A natureza e técnica”, “Gasogênio Light”, “Manesmann (Indústria do aço)”, “Mecanização do MES”, “Monlevade - Siderurgia Nacional”, “Borracha para vitória”, “Cerâmica campesina”, “Motor a óleo”, “Petróleo”, “Princípios da Lubrificação”, “Fabricando motores de aviação”, “Molas”, “Motor elétrico”, “Parque Proletário”, “As duas Américas e o alumínio”, “Níquel”, “Garimpeiros e garimpos”, “Trabalhos de abertura do túnel do Leme”, “Campos e a indústria do açúcar”, “Fabricação de ladrilhos e tijolos refratários”, “Fabricação do aço”, “O dia do trabalhador em Volta Redonda”, “Trabalho a fazer”, “O fumo: indústria e produção”, “Fabricação do champagne no Brasil”, “Siderurgia de Sorocaba”, “O Conselho Econômico e Social”, “Recursos Econômicos: o café”, “Eletrificação da estrada de ferro central do Brasil”, “Moinho de Fubá”, “Monitor Parnaíba: construção naval brasileira”, “Indústrias de perfumes”, “Fabricação de álcool”, “Montagem de motor”, “Motor elétrico”, “Fábrica da Estrela Raiz da Serra”, “O Ensino Industrial no Brasil”, “Industrialização do quartzo no Brasil”, “Indústria farmacêutica no Brasil”, “O mundo eletrônico”, “O minério e o carvão”, “Nem tudo é aço em Volta Redonda”, “Cantos de Trabalho”, “Condenados pelo progresso”, “Investir para progredir”, “O trabalho no campo”, “O trabalho nas cidades”.

A extensa lista demonstra a diversidade de como a temática do trabalho é abordada na produção audiovisual brasileira da metade do século XX. A concepção de trabalho que se refere esta pesquisa é proveniente da discussão realizada por Marx (2004, p. 85) cuja proposição destaca que

é verdade que também o animal produz. Constrói para si um ninho, habitações, como a abelha, castor, formiga etc. No entanto, produz apenas aquilo de que necessita imediatamente para si ou sua cria; produz unilateral[mente], enquanto o homem produz universal[mente]; o animal produz apenas sob o domínio da carência física imediata, enquanto o homem produz mesmo livre da carência física, e só produz, primeira e verdadeiramente, na [sua] liberdade [com relação] a ela; [...]

Contudo, o que seria algo voltado à criação consciente da realidade pautada pela sociabilidade, logo se vê detido em uma lógica determinada através da exploração da força de trabalho no modo de produção capitalista baseado na separação do

trabalhador dos meios de produção.

O desenvolvimento das forças produtivas se baseia na relação de exploração - ou seja, com a extração de mais-valia, que permite o lucro e a acumulação do capital. Assim, com o advento da maquinaria, “o processo de produção em seu conjunto, entretanto, não aparece como processo subsumido à habilidade imediata do trabalhador, mas como aplicação tecnológica da ciência” (Marx, 2011, p. 933).

Após uma breve abordagem da estrutura organizacional do INCE durante sua existência de 30 anos (1936 - 1966), é possível destacar algumas produções que reforçam o envolvimento do audiovisual realizado pelo Estado e o processo de racionalização do trabalho de determinada época. É o caso do filme “A Balata”, cujo retrato da extração do látex é acompanhado por uma câmera que se localiza desde o solo para captar as imagens de um trabalhador que escala o tronco de uma árvore marcada por cortes diagonais. O líquido retirado da balateira é despejado, por dois homens, em um recipiente que é colocado na sombra para secar. Logo que um trabalhador acende o cigarro, que encontra-se na boca de outro, começam a dobrar o produto. Todas as cenas são registradas no interior da floresta amazônica, levando-nos a pensar o local, bem como a organização social do trabalho. Curioso destacar que trata-se de um excerto do filme “No paiz das Amazonas”, de Silvino Santos e Agesilau de Araújo com lançamento em 1922. Durante aproximadamente 130 minutos de tal filme que retrata diversos aspectos culturais da região norte do Brasil, o Instituto selecionou 4 minutos que demonstram o trabalho realizado pela população local. Outra produção do INCE desempenhada com a cooperação do “Club de Telegraphistas do Brasil” retrata o uso deste equipamento em território nacional. Intitulado como “O Telegrapho no Brasil”, o curta-metragem inicia com um *travelling* de aproximadamente 1 minuto, do sul ao norte, do mapa de todo o território brasileiro. Os planos fechados apontam para dedos que executam a tarefa de teclar na máquina responsável pela disseminação da informação. Para finalizar o vídeo, um movimento de câmera realizado de baixo para cima apresenta o busto de Guilherme Capanema. Outra produção do INCE chamada “Um Parafuso” retrata os procedimentos técnicos para fabricação de um parafuso. Diferente dos outros dois citados, este possui uma narração que detalha os aspectos próprios de seu feito. Uma lousa com o desenho deste objeto cercado por medidas é seguida de planos fechados em uma máquina de corte, de modo que, segundo a voz over,

verificado o perfeito entrosamento das engrenagens e a respectiva colocação, tem início a operação do roscado. Aqui a ferramenta tem o bico em forma triangular e a sua posição conveniente é testada por meio de um pequeno calibre, de modo que a mediana do ângulo do bico fique perfeitamente perpendicular ao eixo da peça. A ferramenta deve estar com a altura e a ponta igual a do vértice do ponto fixo do cabeçote

Os três filmes brevemente analisados acima correspondem às produções iniciais do INCE datadas de 1936, sendo o primeiro realizado em Amazonas e os demais no Rio de Janeiro. O trabalho, enquanto atividade constituída de

planejamento e execução, exerce um papel central na constituição das classes sociais. É possível analisar a ação transversal da concepção do trabalho nas obras audiovisuais por diferentes perspectivas. Quais são os rumos do desenvolvimento das forças produtivas através das imagens? Como as relações sociais de produção são retratadas diante das câmeras? Como o trabalhador brasileiro é visto nas obras audiovisuais do INCE?

É possível analisar, nas cenas comentadas, uma tentativa de retratar o trabalho manufatureiro de “A Balata” em contraposição à utilização da maquinaria - e a técnica - da produção de “Um Parafuso”. Todo este processo é respaldado pela rede de distribuição da informação, fato que corrobora com o escoamento das mercadorias, em “O Telegrapho no Brasil”. A complexidade de temas discutidos somente nesta breve amostra de 3 filmes é abrangente. Assim como é ampla a abordagem de todo o material mantido no acervo do INCE durante os 30 anos de existência. Ao levar em consideração as transformações ocasionadas pela introdução de novas tecnologias - como no caso analisado o rústico corte nas balateiras e os cálculos precisos na elaboração do parafuso - , é célebre destacar que

na manufatura e no artesanato, o trabalhador se serve de ferramenta; na fábrica, ele serve à máquina. Lá é dele que parte o movimento do meio de trabalho; aqui ele precisa acompanhar o movimento. Na manufatura, os trabalhadores constituem membros de um mecanismo vivo. Na fábrica, há um mecanismo morto, independente deles, ao qual são incorporados como um apêndice vivo (MARX, 1984, p. 43)

Deste modo, a divisão do trabalho se estabelece diante daqueles que executam e outros que pensam a produção. São estes que “fixam o progresso da produção, descrevem os cargos, fixam funções, estudam métodos de administração e normas de trabalho [...]” (TRAGTENBERG, 2006, p. 87). Recorrendo aos princípios de padronização propostos pela necessidade de reduzir as tarefas em atividades simples para maior controle do tempo gasto em cada atuação,

para Taylor os que executam devem ajustar-se aos cargos descritos e às normas de desempenho. Aí, a capacidade do operário tem um valor secundário, o essencial é a tarefa de planejamento. A especialização extrema do operário, no esquema de Taylor, torna supérflua sua qualificação. Taylor enfatiza a tarefa e o princípio de hierarquia na estrutura formal, como base da autoridade administrativa (Ibid, p. 88)

Essa especialização extrema das funções exercidas pela força de trabalho, que corresponde a um aumento da extração da mais-valia dos trabalhadores, pode ser observado, por exemplo, em uma produção audiovisual realizado pelo INCE em 1945 com o título “O Ensino Industrial no Brasil” com direção de Humberto Mauro. A voz over trata de apresentar o propósito do vídeo logo em seus primeiros momentos: “O ensino industrial no Brasil, obra de significação nacional e de sentido moderno está diretamente orientado para o povo e relacionado com a técnica da produção”. Após a aparição de diversas edificações, a Escola Técnica de Vitória, Espírito Santo, surge em evidência. Se, no primeiro momento as imagens deste edifício apontam

para meninos que caminham com vestimentas sociais em um ambiente externo marcado pela luz do sol, as cenas internas logo ganham destaque ao representá-los, com seus devidos uniformes de trabalho, por entre a maquinaria. O narrador relata como as disciplinas são divididas de acordo com os anos de aprendizado. Ao destacar que o processo seletivo abrange “ambos os sexos”, as alunas surgem fazendo exercícios antes do registro de uma sala de aula composta somente por mulheres e com uma professora à frente das cadeiras enfileiradas. A importância das aulas de química são expostas diante de um aluno que contempla frascos com elementos químicos. O almoço de todos os alunos com “refeição saudável e inteiramente grátis”, as imagens de alunos e alunas sentados juntos no refeitório difere das imagens até então determinadas pela separação de ambos. A torneira, prensadora com lubrificação automática, limador mecânico e limador manual são representados por alunos do sexo masculino. Enquanto estes se concentram no movimento das máquinas, as mulheres aparecem nas aulas, segundo narrador, de “corte e costura”. A voz over ainda complementa que, “a lei orgânica do ensino industrial não estabelece exclusividade de sexo para qualquer das atividades de sua oficina. Apenas adapta às naturais possibilidades”. Ao mesmo tempo em que surge uma estudante costurando um adereço para cabeça, a voz over ressalta que “a escolha é livre”. Alternando entre os colegas do sexo masculino e feminino frente ao conjunto de maquinaria das artes gráficas, destaca-se o “apreciável número de alunas”, bem como o “regular número” das mesmas no curso de carpintaria. Após um aluno observar a montagem de um motor, o narrador declara que “o diploma, resultante da prática e da teoria harmonicamente conjugadas, será um ingresso seguro para grandes realizações nas indústrias do Brasil”. A entrega do conhecido diploma em formato de canudo é realizada diante de um plano fechado em duas mãos que logo são substituídas por imagens de complexos industriais.

A reiteração do narrador referente à presença da formação feminina como força de trabalho remete a uma discussão envolvendo a representatividade das mulheres na qual, segundo Kergoat (2009, p. 72) “falar em termos de divisão sexual do trabalho é ir mais além de uma simples constatação de desigualdades: é articular a descrição do real com uma reflexão sobre os processos pelos quais a sociedade utiliza a diferenciação para hierarquizar essas atividades”.

Em outra obra do Ince, dirigida por Jacques Deheinzelin, de 1966 intitulada “Investir para progredir”, é possível observar como o desenvolvimento da ciência é pautado pela lógica de acumulação do capital, cujo “trabalho vivo, em conjunção com ciência e tecnologia, constitui uma complexa e contraditória unidade, sob as condições dos desenvolvimentos capitalistas” (Mészáros, 1989 apud Antunes, 1999, p. 122). Ainda sobre isso, Ricardo Antunes (1999, p. 122) alerta que

liberada pelo capital para expandir-se, mas sendo em última instância prisioneira da necessidade de subordinar-se aos imperativos do processo de criação de valores de troca, a ciência não pode converter-se em “principal força produtiva”,

em ciência e tecnologia independentes, pois isso explodiria, faria saltar pelos ares a base material do sistema de produção do capital.

Diante de um momento pautado pelas descobertas que acentuam a extração de mais-valia, o filme mencionado se inicia com o som de uma máquina em movimento que paulatinamente é substituído pelo dedilhar das cordas de um violão. Uma pequena casa no campo acompanha a tensão do acréscimo da taxa de natalidade cujo, segundo narrador, é preciso “conseguir que o aumento da produção iguale pelo menos o aumento da população para prover ao novo habitante um novo emprego, novas escolas, habitação, transporte, alimentação. Do contrário, o país empobrece”. De modo assertivo, com imagens de um arado puxado por um boi, a voz surge novamente para destacar que “renda depende de produção”, uma vez que

por muitos séculos, a produtividade do trabalho humano foi bastante diminuta. Só com o advento de novas técnicas o aumento dessa produtividade tornou-se possível. Processos modernos de produção significam máquinas. Máquinas são minerais transformados pela indústria que necessita de energia e pessoal técnico especializado cuja alimentação depende da agricultura.

Por entre imagens de máquinas no campo e na cidade, os trabalhadores surgem executando suas tarefas de maneira ordeira na linha de produção. Para que tal fato ocorra,

as técnicas de gestão, os tipos de disciplina no trabalho, a maquinaria, nas suas sucessivas remodelações, têm como objetivo aumentar o tempo de sobretrabalho e reduzir o do trabalho necessário. Estas forças produtivas não são neutras, porque constituem a própria forma material e social como o processo de produção ocorre enquanto produção de mais-valia e como dessa mais-valia os trabalhadores são despossuídos. (BERNARDO, 2009, p. 329)

Por fim, as palavras do narrador buscam construir uma narrativa que justifique os investimentos brasileiros através do seguinte discurso:

O problema de investir para progredir é sobretudo dos próprios brasileiros. Qualquer que seja a fórmula adotada, os investimentos devem e precisam ser feitos. Representando um ônus do presente a ser suportado no futuro da nação. Selecionar os investimentos e sobretudo melhorar o capital humano através de educação e tecnologia é uma absoluta necessidade do nosso desenvolvimento. Um dever que contraímos com o futuro.¹

O som da máquina em movimento se acentua na medida em que um recém-nascido é colocado em um berço. O ruído das engrenagens continua após os créditos finais. A análise da construção deste discurso fílmico, assim como os demais mencionados, pode trazer interessantes pontos de vista sobre a associação do audiovisual na consolidação de estratégias de organização das atividades de trabalho e suas consequências econômicas, políticas e sociais na população brasileira entre os anos de 1933 e 1966.

1. Idem.

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O audiovisual produzido no Instituto Nacional de Cinema Educativo é caracterizado como um relato, formado ao mesmo tempo por uma narração (sem materialidade) e aquilo que narra (materialidade). As mudanças materiais ocorridas na sociedade brasileira também provocam mudanças da forma produzida pela própria narrativa. Assim, os relatos analisados são permeados de materialidade que buscam exercer um efeito narrativo produzido na realidade.

Por meio de uma crítica da economia narrativa e, ao mesmo tempo, da história, é possível perceber que, os problemas nacionais, apontados nos filmes analisados, se resolveriam com o desenvolvimento econômico do país. As ideias de um determinado nacional-desenvolvimentismo perpassa alguns governos no período contemplado. Desse modo, as tentativas de modernização das forças produtivas e o controle das relações sociais de produção, nas obras selecionadas, são acompanhados de perto pelos gestores no momento analisado.

Diante da objetividade do fenômeno que compõe este órgão institucional - marcado pela particular proximidade entre o Estado e as empresas - ou Estado Restrito e Estado Amplo, há toda uma concepção de subjetividade construída nas imagens de trabalhadores em distintas atividades.

Uma vez que o moderno jamais avança sem recompor o atraso, o que é esse Brasil contemporâneo destacado nas linhas de produção registradas pelo INCE? Analisar tais obras audiovisuais me parece apontar para um questionamento da visão linear e etapista da modernidade, conduzindo a enxergar as particularidades que permeiam o processo de desenvolvimento nos países periféricos, em especial o Brasil.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas - reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. São Paulo: Cia das Letras, 2008.

ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1999.

AZEVEDO et al. **Manifestos dos pioneiros da Educação Nova**. Recife: Massangana, 2010.

BERNARDET, Jean-Claude. **O que é cinema**. São Paulo: Brasiliense, 1980

BERNARDO, João. **Economia dos conflitos sociais**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

CARVALHAL, Fernanda Caraline de Almeida. **Luz, câmera, educação! - O Instituto Nacional de Cinema Educativo e a formação da cultura áudio-imagética escolar**. Dissertação (Mestrado) Universidade Estácio de Sá, Rio de Janeiro, 2008.

FAYE, Jean-Pierre. **Introdução às linguagens totalitárias - Teoria e transformação do relato**. São Paulo: Perspectiva, 2009.

_____. **A razão narrativa**. São Paulo: Editora 34, 1996.

FERRO, Marc. **Cinema e História**. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

GALVÃO, Elisandra. **A ciência vai ao cinema: uma análise de filmes educativos e de divulgação científica do Instituto Nacional do Cinema Educativo (INCE)**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, H. et al (org.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. Editora UNESP : São Paulo, 2009, p. 67–75.

LOWY, Michael (org). **O marxismo na América Latina – uma antologia de 1909 aos dias atuais**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2012.

MARTINS, Luciano. **A gênese de uma intelligentsia; os intelectuais e a política no Brasil, 1920-1940**. São Paulo: Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 2, n. 4, 1987.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.

_____. **Grundrisse**. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **O capital**, v.1, t. 2. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

PÉCAUT, Daniel. **Os intelectuais e a política no Brasil. Entre o povo e a nação**. São Paulo: Editora Ática, 1990.

ROSENFELD, Anatol. **Cinema: Arte & Indústria**. São Paulo: Perspectiva, 2013.

SCHVARZMAN, Sheila. **Humberto Mauro e as imagens do Brasil**. São Paulo: Editora Unesp, 2004.

SIMIS, Anita. **Estado e cinema no Brasil**. São Paulo: Editora Unesp, 2015.

SORLIN, Pierre. **Sociología del Cine**. Mexico: Fondo de Cultura Económica, 1992.

SOUZA, Carlos Roberto de. **Catálogo filmes produzidos pelo INCE**. Rio de Janeiro : Fundação do Cinema Brasileiro, 1990.

TRAGTENBERG, Mauricio. **Burocracia e Ideologia**. São Paulo: Editora Unesp, 2006.

VARGAS, Getúlio. **O cinema nacional, elemento de aproximação dos habitantes do País**. In: A nova política do Brasil. Rio de Janeiro : José Olympio, 1938.

DIÁLOGOS: BRASIL, ÁFRICA E O DESAFIO DE SANTCHO: O MACAQUINHO

Patrícia Aparecida Souza

Universidade do Estado de Minas Gerais
(UEMG)
Carangola - MG

Lídia Maria Nazaré Alves

Universidade do Estado de Minas Gerais
(UEMG)
Carangola - MG

Leonardo Gomes de Souza

Universidade do Estado de Minas Gerais
(UEMG)
Carangola - MG

Paulo César Rizzo de Souza

Centro Universitário Fluminense, UNIFLU
Rio de Janeiro - RJ

Janilson Carvalho de Alvarenga Mendes

Faculdade de Ciências Gerenciais de Manhuaçu
(Facig)
Manhuaçu - MG

Ivete Monteiro de Azevedo

Universidade do Estado de Minas Gerais
(UEMG)
Carangola - MG

enredar o leitor no histórico de opressão à cultura negra, busca-se moldar o contexto interpretativo do texto a ser investigado, a fim de resultar na aceitabilidade do leitor à obra. Posteriormente, adentramos a análise textual de “O desafio de Santcho: o macaquinho”, no prelo, de Aparecida Gomes de Oliveira e Lídia Maria Nazaré Alves, e ilustração de Thiago Assis, mostrando que o referido mimetiza aspectos da cultura africana, mais especificamente guineense, resultando em uma analogia entre identidade africana, texto e intencionalidade das autoras, na construção do sentido da narrativa. Sua tessitura foi possível a partir de entrevista com três alunos da Guiné Bissau que fazem intercâmbio no Brasil, na FACIG, de Manhuaçu. Objetiva-se com o presente artigo uma consciência cultural acerca das tradições e preceitos de um povo que foi não apenas dominado, mas teve sua história dirimida pelo complexo de superioridade de uma nação branca. O artigo filia-se ao Projeto de extensão em desenvolvimento na UEMG – Unidade de Carangola, 2018, Produção/divulgação de estudos poéticos de e sobre negros, financiado pelo PAEx.

PALAVRAS-CHAVE: Africanidade; Cultura; Eurocentrismo; Fábula; Tradição.

RESUMO: O presente trabalho introduz o leitor no universo cultural africano, com suas tradições primigênicas, expõe sobre o processo de colonização europeia e suas consequências, que subjogou tradições pré-existentes, forjando nova cultura ideologicamente eurocêntrica. Ao

ABSTRACT: The present work introduces the reader into the African cultural universe, with its primitive traditions, exposes on the process of European colonization and its consequences, that subjugated pre-existing traditions, forging a new ideologically Eurocentric culture. By engaging the reader in the history of black culture oppression, the aim is to shape the interpretive context of the text to be investigated, in order to result in the reader being accepted for the work. Subsequently, we enter the textual analysis of “The challenge of Santcho Fula: the monkey”, by Aparecida Gomes de Oliveira and Lídia Maria Nazaré Alves with illustration by Thiago Assis, showing that the aforementioned mimetizes aspects of African culture, more specifically Guinean, resulting in an analogy between African identity, text and intentionality of the authors, in the construction of the meaning of the narrative. Its background was made possible by an interview with three students from Guinea Bissau who are exchanging in Brazil, at UNIFACIG, Manhauçu. The present article aims at a cultural awareness of the traditions and precepts of a people that has not only been dominated but has had its history tempered by the superiority complex of a white nation. The article joins the Extension Project developed at UEMG - Carangola CAMPUS, 2018, Production / dissemination of poetic studies of and about blacks, funded by PAEx.

KEYWORDS: Africanity; Culture; Eurocentrism; Fable; Tradition.

1 | INTRODUÇÃO

Segundo o dicionário Aurélio (s/d), o vocábulo cultura pode ser definido como “conjunto dos hábitos sociais e religiosos, das manifestações intelectuais e artísticas, que caracteriza uma sociedade.” A definição é muito clara e muito útil para estudarmos culturas mais visibilizadas e legitimadas por diferentes discursos homogeneizadores. Todavia existem culturas que há bem poucas décadas vêm despertando o interesse dos pesquisadores. Em casos assim, pode ser que a definição supracitada deixe escapar alguma coisa que, até então, não era entendida como cultura. Cuche (1999) apresenta uma noção mais completa para a leitura que temos em mente, haja vista seu caráter pouco eurocêntrico. Para o referido a noção de cultura é “inerente” à reflexão das Ciências Sociais. Por tal noção, continua, faz-se “pensar a unidade da humanidade na diversidade além dos termos biológicos.” Ele acredita que esta noção de cultura “parece fornecer a resposta mais satisfatória à questão da diferença entre os povos, uma vez que a resposta “racial” está cada vez mais desacreditada, à medida que há avanços da genética das populações humanas.” (CF. CUCHE, 1999, p.9). Vê-se que a noção de cultura do Cuche é mais completa, e ao falar da diferença entre os povos teremos a base para prosseguir a escrita do presente artigo, no qual abordaremos a questão da despersonalização da cultura africana, advinda da fragmentação de sua identidade, causada pelo processo de colonização da Europa. Inicialmente, introduzir-se-á o leitor no contexto da África

ágrafa, com suas tradições e identidade pura, sem a influência ocidental do pós-colonialismo. Passando pelo pensamento europeu que colocava a transmissão oral do negro como falta de erudição destes. E de como a herança oral se perdeu diante do olhar do branco e do próprio negro que sucumbiu à visão eurocêntrica. Chegando aos efeitos causados pela colonização e seus impactos na herança social. E com essa conjuntura, chegar à acepção do significado que subjaz a obra, no prelo, de Aparecida Gomes Oliveira e Lídia Maria Nazaré Alves, ilustrada por Thiago Assis “O desafio de Santcho: o macaquinho”, que tenta um resgate da literatura incipiente do povo africano, usando do gênero fábula para criar um enredo que envolve o leitor no universo da cultura desta civilização, trazendo uma reconstrução diaspórica, em busca da manutenção da herança oral africana. A análise do texto literário, através de uma leitura polissêmica, busca compreender o que as escritoras tiveram intenção de transmitir nas entrelinhas da narrativa e correlacionar o discurso literário usado com a intencionalidade de busca da identidade e de reivindicação da alteridade Afro.

2 | DESENVOLVIMENTO

“A África não possuía nenhuma história antes da chegada dos europeus. A história começa quando o homem se põe a escrever”, frase, dita pelo professor A. P. Newton, historiador do Império Britânico, em uma conferência na Royal African Society de Londres em 1923.

Ao ler a frase acima, entendemos como o Eurocentrismo negou a cultura africana, ao afirmar que um povo sem escrita é um povo sem cultura. A África pré-colonial, abaladamente ágrafa, mantinha sua cultura através da oralidade. Não havia escrita. Todo e qualquer conhecimento, ensinamento e filosofia de vida, eram repassados oralmente pelos chamados tradicionalistas: “Os grandes depositários da herança oral são os “tradicionalistas”. Memória viva da África, eles são suas melhores testemunhas.” (HAMPATÉ BÂ, 2010. p.187). Estes eram os conhecedores, tinham posse do conhecimento e o repassava aos demais. Na tradição africana a fala é algo sagrado, por esse motivo, a mentira é inaceitável, como se ao proferir uma mentira estivesse ao mesmo tempo negando o criador, já que a palavra é um dom divino dado ao homem e, é através dela, que toda herança ancestral é transmitida. Segundo Hampaté Bâ, “[...] a palavra falada se empossava, além de um valor moral fundamental, de um caráter sagrado vinculado à sua origem divina e às forças ocultas nela depositadas”.

Pouco se ouve sobre Literatura Africana. Poucos são os nomes mundialmente conhecidos por representarem a história da África. E muito disso é devido ao olhar Europeu, que foi enraizado durante a colonização do continente, e a substituição da cultura oral, tipicamente africana, pela escrita.

Todo povo colonizado — isto é, todo povo no seio do qual nasceu um complexo

de inferioridade devido ao sepultamento de sua racionalidade cultural — toma posição diante da linguagem da nação civilizadora, isto é, da cultura metropolitana. (FANON, 2008. p. 34)

Como explicitado no trecho supracitado, Frantz Fanon revela a dominação do Europeu ao impor o Eurocentrismo ao africano, sonegando a cultura já existente em uma nação em prol da trazida pelo colonizador. Ainda reafirmado em:

O negro tem duas dimensões. Uma com seu semelhante e outra com o branco. Um negro comporta-se diferentemente com o branco e com outro negro. Não há dúvida de que esta cissiparidade é uma consequência direta da aventura colonial... (FANON, 2008. p.33)

Os tradicionalistas foram perseguidos pelos colonizadores, já que como as tradições eram repassadas por eles, tirando os demais de sua influência nada além da cultura do colonizador seria transmitida, sendo o povo, assim, facilmente dominado. Nas tribos, as crianças aprendiam pela educação difusa, em que não só imitavam os adultos, mas aprendiam com os anciãos sobre os mitos, costumes e estórias da aldeia, perpetuando a tradição entre os mais novos, repassando de geração a geração.

[...] a educação tradicional começa, em verdade, no seio de cada família, onde o pai, a mãe ou as pessoas mais idosas são ao mesmo tempo mestres e educadores e constituem a primeira célula dos tradicionalistas. São eles que ministram as primeiras lições da vida, não somente através da experiência, mas também por meio de histórias, fábulas, lendas, máximas, adágios, etc. os provérbios são as missivas legadas à posteridade pelos ancestrais. Existe uma infinidade deles. (BÃ. 2010. p.194)

Por vários meios estes conhecimentos eram transmitidos, e a história mantida. Vemos um pouco de como essa cultura/literatura oral era difundida ao analisar o trabalho de Héli Chatelain, linguista e missionário suíço, que resultou no livro “Folk Tales of Angola”, de sua autoria, publicado em edição bilíngue inglês e quimbundo no ano de 1894. Durante seus estudos, Chatelain tipificou a Literatura Africana em 6 categorias, sendo elas assim denominadas:

Mi-soso: Seriam estórias de ficção da tradição angolana, fábulas, contos, estórias que se inclinam para o maravilhoso. Exemplo da Literatura Mi-soso é o livro homônimo de Óscar Ribas, escritor e etnólogo natural de Angola. O trabalho de Ribas corroborou com a continuidade da identidade Africana, pois traz nele contos, fábulas, adivinhas, todas advindas das crenças, dogmas e filosofias do povo do Noroeste Africano;

Maka: Assemelham-se às anedotas, são histórias verdadeiras ou tidas como tal. Usadas tanto para ensinamentos quanto para lazer e diversão;

Malunda ou Misendu: Histórias sobre os feitos da tribo e da nação, transmitidas por líderes ou anciãos entre gerações, eram mantidas em segredo entre as autoridades das tribos;

Ji-sabu: Provérbios que trazem os costumes da tribo e ou da nação;

Mi-imbu: As canções;

Ji-non-gongo: As adivinhas, que eram não só divertimento, mas também estímulo à memória.

Outros estudos e denominações foram dados por outros estudiosos da cultura Africana, porém, no decorrer deste trabalho, nos ateremos às tipificações de Chatelain. Todavia, outro grande nome deve ser lembrado, o de Wole Soyinka, escritor nigeriano ganhador do Nobel de Literatura em 1986. Em sua vinda ao Brasil na Feira do Livro de Porto Alegre em 2016, Soyinka deu a seguinte declaração ao falar sobre o resgate da cultura dos negros: “Parecia que alguém de fora sempre precisava certificar o que estávamos dizendo. Não preciso que um pesquisador europeu me diga o que pensa o babalaô¹ que vive na frente da minha casa. ” Uma de suas obras, que podemos enquadrar como Mi-soso à luz de Héli Chatelain, é o livro “O leão e a Joia”, seu único livro traduzido para o português. Uma fábula contemporânea que conta a história de Baroka, chefe de uma aldeia de Ilujinle que era conhecido como “o Leão”, este, apaixonado por Sidi, a joia da tribo Yorubá, disputa seu amor com Lakunle, um jovem professor carregado da cultura ocidental e a favor da europeização das tradições africanas.

Percebe-se, então, a transfiguração da realidade vivida na “batalha” entre pré-colonização representada por Baroka e pós-colonização vista em Lakunle, que traz a cultura Europeia já enraizada na civilização africana. Mesmo a tradição tendo sido oprimida pela colonização, que impôs sua cultura, religião e costumes, ainda temos autores que insistem na manutenção da identidade dos povos africanos. Soyinka usa da fábula “O leão e a joia” para mostrar os entraves entre o africano e o europeu colonizador. A obra busca não só revitalizar a identidade nacional como denunciar o poder coercitivo usado pelos colonizadores.

Alguns autores que se baseiam na africanidade em seus textos, tentam transmitir a oralidade, que era a base de toda a África ágrafa, através de sua escrita, por mais paradoxal que isso seja, é como levar a palavra por escrito. Ainda existem estudiosos que veem a oralidade como não confiável, que o simples falar passado adiante não confere a veracidade que a escrita traz. Contudo, nas palavras de Amadou Hampâté Bá “Os primeiros arquivos e bibliotecas do mundo foram o cérebro dos homens. Antes de colocar seus pensamentos no papel, o escritor ou estudioso mantém um diálogo secreto consigo mesmo. ”, por conseguinte, toda escrita vem da fala, nem que seja do diálogo do autor consigo, dessa maneira, cai por terra a concepção de que a oralidade não tem valor de verdade no que se concerne a fatos passados.

Muitos escritores ainda lutam pela tradição de um povo, pela continuidade de sua tradição, porém, ao lermos seus textos, devemos não apenas decodificá-los, mas decifrá-los. Ler o que o autor realmente deseja nos passar, mergulhar no contexto ao qual a história se dá e nos desprender de qualquer julgamento, para que a cultura de

1. Babalaô ou Bábáláwo significa "O Pai dos segredos" que tem o poder de saber o passado, o presente e o futuro, segundo a crença africana.

uma nação não se dissolva sob o olhar Europeu. Quando uma obra é arraigada da erudição de um povo, devemos ter os olhos de seu autor, do que ele sente, e qual a mensagem por trás das palavras. No momento em que se trata da questão identitária de uma sociedade, deve-se abster de todo e qualquer julgamento e conceito prévio, para que isso não cause dano à interpretação, assimilação e reflexão sobre o que se lê.

No caso brasileiro, um povo também colonizado, é incontestável que com a chegada do português ao Brasil, e a imposição de seus costumes, adquirimos e repassamos nos mais de 500 anos após o descobrimento, o “olhar europeu”. Vemos não com nossos olhos, mas com a visão do maniqueísmo que nos foi imposta pelo colonizador. É preciso perceber a mensagem que subjaz às meras palavras no papel, deixando de lado o branqueamento cultural trazido junto às Naus de Cabral. E é com esse olhar, o olhar de um país miscigenado, que iremos analisar o Mi-soso intitulado “O desafio do Santcho: o macaquinho”, obra da Professora Doutora Lídia Maria Nazaré Alves e coautoria da Professora Aparecida Gomes Oliveira, incorporando a alma da Guiné na leitura e análise do texto.

2.1 O texto em análise

A obra a seguir será analisada à luz dos autores: Amadou Hampâté Bâ, Maria Aparecida Santilli e Frantz Fanon. Apresentando a necessidade de repensar a história da África e da colonialidade, esta, como forma de continuidade das relações de dominação europeia.

O desafio do Santcho: o macaquinho

Num colorido mato tropical africano, moravam dois animais que viviam disputando sobre quem era o melhor e o mais inteligente. Eram eles: Gigi, a girafa e Leozinho, o leão. A principal vítima de suas provocações era o pequeno macaco Santcho, que morava em um bonito poilão.

Gigi era muito vaidosa e se achava superior aos outros bichos por ser tão alta!

_ Olá, Santcho! Como vai o macaquinho mais feio do mato? Pergunto, porque estou cada vez mais linda!

Santcho nada respondeu. Ele era um macaco pequeno, mas muito sábio e pensava numa maneira de mostrar à girafa que ela não era melhor do que ele.

Neste momento Leozinho apareceu.

_ Oi, Santcho! Como está sua força hoje? Pergunto, porque sou o rei do mato e estou cada dia mais forte. Forte e po-de-ro-so!

De repente, Santcho teve uma ideia:

_ Gigi e Leozinho, quero convidá-los para uma roda de conversas, debaixo do meu poilão.

_ Eu aceito! Responderam ambos de uma só vez.

_ Bem, disse o macaquinho, proponho-lhes em desafio!

Um desafio!?! perguntou Gigi.

_ Eu adoro desafios!_ Disse Leozinho_ sou o rei do mato e nunca perdi um desafio.

_ E você, Gigi, aceita?

_Mas é claro! Vou provar ao Leozinho que sou mais esperta do que ele.

Santcho então explicou:

_ O desafio é muito simples. Vou provar que vocês têm muito a aprender.

_ Duvideodó! _Disse Gigi com ironia.

_Eu, muito mais! Disse Leozinho.

Santcho pegou uma banana e explicou:

_ O desafio é o seguinte: Aquele ou aquela – falou olhando para o alto e para mais alto- que conseguir descascar esta banana será o vencedor e considerado o mais sábio do mato.

_ É moleza! Hahahahaha... Debochou Gigi.

_ Eu vou ser o primeiro!- Antecipou Leozinho.

_Tu-do-bem. _Concordou Santcho.

Leozinho pegou a banana e pensou que seria muito fácil descascá-la. Tentou todas as maneiras, mas não conseguiu. Santcho e Gigi aguardavam em silêncio. Após várias tentativas frustradas, Leozinho desistiu.

_ Santcho, não consigo... _falou abaixando a cabeça.

_ Agora é sua vez, Gigi!

_Tudo bem. _Disse a girafa já um pouco desanimada.

Santcho e Leozinho observavam silenciosos.

Depois de algum tempo, Gigi admitiu que não dava conta de descascar a banana e devolveu-a ao pequeno macaco.

- Agora é a minha vez!

O pequenino Santcho pegou a banana, e, com toda facilidade descascou-a sob os olhares atentos de Leozinho e Gigi. Em seguida concluiu:

_ Só queria lhes mostrar que ninguém sabe tudo, todos têm algo a aprender e a ensinar, pois sim?!.

_ Você tem razão, Santcho. Desculpe-me por tantas vezes tê-lo desprezado. Dou-te minha palavra que não o farei novamente!

_ Eu também preciso me desculpar... _ completou Leozinho.

_ Eu tive uma ideia!_ Pulou o macaquinho de repente, todo entusiasmado_ Que tal abriremos uma escola aqui, no mato!?

_ Mas como?_ Perguntou Gigi.

_É simples, podemos reunir todos os bichos do mato e dar-lhes a oportunidade de ensinarem aquilo que fazem de melhor e poderão aprender o que não sabem.

_ Boa ideia!_ concordou Leozinho.

_ Se unirmos nossos conhecimentos, seremos invencíveis!_ Concluiu Santcho.

_ Adorei a ideia! Serei a secretária, Leozinho pode ser o diretor e você, Santcho, aceita ser o nosso professor?

_ Aceito!

Gigi se encarregou de comunicar aos animais do mato. Todos se admiraram ao vê-la tão simpática!

Leozinho registrava o nome dos novos alunos, sentia-se como um deles e era mais feliz por isso.

O macaquinho Santcho estava feliz pelo novo rumo que as coisas estavam tomando.

Todos os bichos se reuniam, no fim da tarde, debaixo do grande poilão, para trocarem experiências e aprenderem uns com os outros.

No final do ano, foi aquela festa!

Gigi tornou-se a girafa mais simpática do mato, pois descobriu que tamanho não significava tudo.

Leozinho tornou-se amigo de todos, descobriu que ter força sem sabedoria não fazia dele um rei do mato completo.

Santcho, pequeno e sábio, tornou-se o conselheiro do mato e concluiu:

“Todos têm algo a aprender e todos têm algo a ensinar. Pois não?!”

2.2 Personagens

Santcho é um esperto macaco que sofre zombaria dos outros moradores do mato, a bela girafa Gigi e o forte leão Leozinho. O uso das fábulas (Mi-soso) com animais era muito comum nos ensinamentos nas tribos, eles eram tidos como sagrados.

Alguns povos da Guiné mantinham vínculos com animais, tais como a vaca, a hiena, a onça, alguns répteis como o jacaré ou a jiboia. Algumas plantas e a árvore do poilão em especial, podiam assumir atributos de divindades protetoras e, assim como os animais mereciam respeito e proteção. Por isso, algumas espécies de plantas e animais não eram consumidas, machucadas, abatidas ou mortas. A planta, animal ou objeto ligado à natureza por vezes assumia uma representação ancestral ou símbolo do grupo, protegendo-o e determinando proibições, tabus e deveres particulares. (Leister. 2012. p.144)

O uso de animais no texto evoca a devoção que os Guineenses atribuíam a essas criaturas. Porém, o Mi-soso não era simplesmente o uso de animais em histórias, havia todo um ensinamento moral, ético e reflexivo por detrás dos atos dos animais da narrativa, por isso eram usados pelos mais velhos para ensinar conduta moral aos mais jovens.

Ao iniciar a leitura, nos situamos de que o texto se passa na África. Santcho é o nome em crioulo de uma espécie de macacos, o Santcho Fula é típico das Savanas da Guiné-Bissau, e sua morada, o Poilão, é uma árvore arraigada da cultura do povo Guineense. Com troncos imponentes e de grande porte, o Poilão era considerado sagrado, e sua sombra tida como local de culto, como vemos em:

Os irans² são cultuados nas balobas (santuários, locais de culto, de evocação ou de consulta), e os balobeiros são seus sacerdotes ou intermediários. O local é marcado por uma árvore sagrada, em geral um imponente e secular poilão, de

2. Os irans eram forças espirituais que ligavam o Divino ao humano, faziam a comunicação entre o mundo espiritual e o terrestre.

enormes proporções e que tão bem caracteriza a paisagem africana, árvore de raízes tubulares gigantescas, com seu tronco rugoso e acidentado, esgalhando-se em todas as direções, formando uma copa majestosa, como um imenso abrigo umbroso. (Augel. 2007. p.93,94)

A zombaria dos outros animais ao macaco pode representar, assim como a fábula de Soyinka, os negros que já haviam incorporado a identidade europeia, na qual tudo que fugia de suas asserções era de pouca valia e importância, os europeus eram soberanos, assim como o leão e a girafa eram preeminentes ao resto de todo o mato. Ao convidar a girafa e o leão, para uma roda de conversas, embaixo do Poilão, o sábio macaquinho encontra uma forma de ensiná-los uma lição, por meio do desafio da banana, em que quem conseguisse descascá-la seria o animal mais sábio de todo o mato. Desafio este, aceito de pronto por ambos.

Ao perceberem que não conseguiriam realizar o desafio, mesmo depois de tentarem muito, tanto o leão quanto a girafa, ficaram desapontados, perdendo toda sua altivez. Imediatamente, Santcho pega a banana e a descasca com facilidade cumprindo o desafio.

Eis então o ensinamento: de que adianta a força de Leozinho e a beleza de Gigi quando nenhum dos dois têm sabedoria para usá-las, sendo arrogantes e competindo entre si para serem os melhores do mato?! Santcho os ensinou que todos têm a aprender tanto quanto têm a ensinar, e essa sempre foi a filosofia dos povos africanos, os mais velhos repassando ensinamentos e conhecimentos adquiridos por seus ancestrais. Santcho seria um tradicionalista que carrega a herança oral e elucida-a aos demais animais do mato embaixo da sombra do sagrado Poilão. Ao dizer “[...] podemos reunir todos os bichos do mato e dar-lhes a oportunidade de ensinarem aquilo que fazem de melhor e poderão aprender o que não sabem” Santcho contribui para a manutenção da tradição oral local e à ratificação da sabedoria dos ancestrais.

[...] o gênero das fábulas clássicas, onde os animais assumem o exemplo, o comportamento e a linguagem dos homens. Todas as histórias de animais têm intencionalidade educacional. A estrutura narrativa desenvolve uma linha de sabedoria sutil e mansueta. Nela, os antes humildes e fracos conseguem, pela esperteza e pela astúcia ou pela inteligência, defender-nos dos fortes, arrogantes e dominadores. (Ferreira. 1994. P.214)

O Mi-soso era muito usado para passar ensinamentos, era uma maneira lúdica de transmitir os valores da sociedade aos demais, em que ao final da estória sempre havia um tema a se refletir, levando a uma conclusão moral. Por suas semelhanças estruturais e intencionais, Chatelain classificou o Mi-soso como um tipo de fábula. Percebe-se a intenção das autoras em expor também o Ji-sabu ao findarem a obra com: “Todos têm algo a aprender e todos têm algo a ensinar”, esta foi a lição ensinada aos demais, dando origem a este provérbio intencional.

Nesses termos, o texto em análise conserva a identidade cultural do povo guineense ao elucidar a oralidade africana usando o Mi-soso para levar a uma lição de reflexão sobre a verdadeira sabedoria. O cuidado das autoras em envolver o

leitor no ambiente da obra é feito de uma forma leve que subjaz ao texto, com as referências feitas ao citar o Poilão, árvore sagrada nas tribos, o Santcho, nome em crioulo de um tipo de macaco, e repassar uma reflexão moral com o diálogo dos animais se utilizando de um Ji-sabu (provérbio) no desfecho da obra. Até mesmo a palavra “mato” nos coloca em um lugar diferente, pois intencionalmente não foi usado o termo selva ou savana, tentando preservar ao máximo a raiz identitária africana no discurso literário até mesmo em termos que podem passar despercebidos.

Ao montar a escola do mato os animais simbolizam a transmissão oral, passada de geração a geração. O sábio Santcho e todos os outros contariam sobre suas experiências e aprendizados, estando a verdade, o ensinamento e a reflexão no falar dos que ensinam e no ouvir dos demais.

3 | CONCLUSÃO

O texto analisado tenta trazer um pouco da cultura da antiga Guiné-Bissau sob o viés de duas autoras preocupadas em transmitir e perpetuar a identidade africana. As ideias expressas pelas escritoras nos colocam de volta ao nosso continente, às nossas raízes. Percebe-se isso diretamente na escolha do gênero fábula. Gênero este de íntima relação com a cultura afro. Nas palavras de Marcuschi (2008, p. 129), “a situacionalidade é uma forma particular de o texto se adequar tanto a seus contextos quanto a seus usuários”, e é pertinente ressaltar a situacionalidade enquanto elemento da textualidade, usada para construção da significação marcante do texto.

Não se pode negar a história de um povo. Um grupo social traz sua identidade em seus costumes, em suas histórias e o presente discurso literário nos guia ao resgate da questão identitária destes, para que esta não sucumba por completo. Obras como esta nos aproximam de um continente o qual estamos atrelados culturalmente. Somos o país com a maior população de origem africana fora da África. Temos o sangue africano em nossas veias, e saber mais sobre nossas origens, buscando nossas ancestralidades é um ato de empoderamento cultural de nossa raça.

As ideias aqui expostas buscam envolver o leitor no contexto de uma época em que uma sociedade foi sucumbida em prol de outra com um complexo de superioridade tão exacerbado que tudo que ousasse ser diferente era simplesmente dissipado. Mas, a cultura desse povo deve e será mantida enquanto existirem autores que transpassem as barreiras culturais do Eurocentrismo, preconizando a cultura negra, e assim como nossos ancestrais, levando-a de geração a geração. Enquanto houver quem repasse a história, ela se manterá viva.

REFERÊNCIAS

AUGEL, M. P. **O desafio do escombros**: Nação, Identidades e Pós-colonialismo na literatura da Guiné-Bissau. Rio de Janeiro: Ed. Garamond, 2007.

BOUT, N.; GHIURGHI, A. **Guia dos mamíferos do parque nacional de cantanhez**. Ação para o desenvolvimento, Guiné-Bissau, 2013.

CUCHE, D. **A noção de cultura nas ciências sociais**. São Paulo: Ed. Edusc, 1999.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Bahia: Editora Edufba, 2008.

FERREIRA, J. **A literatura popular da Guiné-Bissau**. África, n. 16-17, p. 211-218, 25 dez. 1994.

HAMPÂTÉ BÂ, Amadou. Tradição Viva. In: **História Geral da África: Metodologia e Pré-História da África**. Vol. I. Brasília: Unesco, 2010, p. 167-212.

IBAP - **Instituto da Biodiversidade das Áreas Protegidas**. Página inicial. Disponível em: < <https://www.ibapgbissau.org/> >. Acesso em: 01 de set. de 2018.

LEISTER, C.F. **Um prefácio a povos da Guiné-Bissau**: O boletim cultural da Guiné portuguesa (1946-1973) 2012

MARCUSCHI, L. A. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

SOYINKA, W. **O leão e a joia**. Tradução de William Lagos. São Paulo: Geração Editorial, 2012.

DIREITO À CULTURA NO BRASIL: UMA ANÁLISE SOBRE O NEOLIBERALISMO CULTURAL

Bárbara Cristina Kruse

UEPG, Ponta Grossa - PR

Leonel Brizolla Monastirsky

UEPG, Ponta Grossa - PR

RESUMO: O resguardo da cultura é imprescindível em qualquer nação. Isto porque, é através da cultura que o ser humano se identifica e se sente pertencente a um determinado lugar. Assim, analisar-se-á a constitucionalização do direito à cultura, bem como a ascensão da Lei Rouanet, que objetiva o fomento e a canalização de recursos para o segmento cultural. Não obstante, ainda que os números destinados ao setor cultural tenham efetivamente aumentado, vislumbra-se que a cultura tradicional e propriamente dita, gradativamente está sendo deixada às margens com a incoerência da respectiva Lei. O Brasil, assim como outros países do mundo, ao adotarem parceria público-privado para a cultura, incorporaram também ideais neoliberais em sua política pública. O resultado desta parceria é dicotômico, eis que de um lado existem empresas que além de usufruírem do *marketing* cultural ainda abatem o recurso que foi investido no Imposto de Renda e, de outro lado, apenas projetos culturais com maior visibilidade e voltados ao abastecimento das demandas mercadológicas são abrangidos

pelo mecenato.

PALAVRAS CHAVE: cultura; direito à cultura; incentivo à cultura; Lei Rouanet; neoliberalismo.

RIGHT TO CULTURE IN BRAZIL: AN ANALYSIS ON CULTURAL NEOLIBERALISM

ABSTRACT: The protection of culture is imperative in any nation. It is through culture that the human being identifies and feels belonging to a certain place. The culture, as a right put the constitutionalization will be analyzed, as well as the rise of the Rouanet Law, which aims to foment and channel resources to the cultural segment. Nevertheless, even though the resources destined to the cultural sector have effectively increased, it is clear that traditional culture is gradually being left on the margins with the removal of the respective Law. Brazil, like other countries in the world, adopt public-private partnership for culture, also incorporated neoliberal ideals in their public policy. The result of this partnership is dichotomous. There are other companies that, in addition to enjoying cultural marketing, still stifle the resource that was invested in income tax and, on the other hand, only cultural projects with greater visibility and aimed at supplying the demands are covered by patronage.

KEYWORDS: culture; right to culture; incentive to culture; Rouanet Law; neoliberalism.

INTRODUÇÃO

O resguardo da cultura é fundamental, pois cada povo possui suas singularidades materialmente e historicamente determinadas, as quais se expressam por meio de valores, estruturas e símbolos próprios. Neste contexto vislumbra-se a necessidade do Estado em fornecer mecanismos e instrumentos que garantam a proteção deste instituto. No Brasil, foi inserido o direito a cultura no texto constitucional em 1988, o qual foi considerado um marco histórico em proteção aos direitos sociais.

A Lei Rouanet foi criada em 1991 e tem como diretrizes facilitar o acesso as fontes da cultura bem garantir a todos o pleno exercício dos direitos culturais. Com a referida lei, buscou-se também canalizar investimentos no segmento cultural. Na prática, a Lei Rouanet é uma política pública de incentivo à cultura, na medida em que concede incentivos fiscais à iniciativa privada pelo apoio a projetos culturais. Assim, a pessoa física ou jurídica que incentiva um projeto cultura aprovado pelo MinC consegue abater o valor investido no Imposto de Renda (IR), dentro do limite legal de 6% para pessoa física e 4% para pessoa jurídica.

Através da Lei Rouanet, verifica-se que a cultura resguardada legalmente cada vez mais adere aos ideais do neoliberalismo. Isto porque, os projetos culturais incentivados são em grande parte, senão todos, os voltados a maior visibilidade e *marketing* cultural. Mercantilizou-se assim a cultura, na medida em que somente se observam os números destinados ao segmento cultural e não a qualidade do que está sendo incentivado. Permanece à margem, neste contexto, aquela cultura tradicional, passada de geração em geração e que não adere aos ditames mercadológicos. Este resumo tem como objetivo analisar criticamente o investimento em cultura no Brasil, juntamente com mercantilização da cultura através da Lei Rouanet.

1 | O CONSTITUCIONALIZAÇÃO DO DIREITO A CULTURA NO BRASIL

A Constituição Federal (CF) de 1988, foi claramente uma resposta ao regime predecessor do Brasil, qual seja a ditadura militar (1964-1985). Conforme o discurso de Ulysses Guimarães, presidente da Assembléia Nacional Constituinte no dia da promulgação da CF, em 05 de outubro de 1988, é afirmado que “a Nação quer mudar. A Nação deve mudar. A Nação vai mudar. A Constituição pretende ser a voz, a letra, a vontade política da sociedade rumo à mudança”. No mesmo discurso ainda, Ulysses afirma que “temos ódio à ditadura” e que “a persistência da Constituição é a sobrevivência da democracia”.

Devido ao seu caráter social, a CF/88 também é denominada de Constituição Cidadã, eis que abarcou em seu texto a excelssitude dos direitos sociais e também a supremacia dos direitos públicos perante os direitos privados. Para Pedro Lenza “cada vez mais se percebe uma forte influência do direito constitucional sobre o direito privado (LENZA, 2010, p. 48)”. Os direitos sociais, por sua vez, ascenderam a

ideia de um Estado prestacionista e intervencionista, realizador da chamada justiça distributiva. Com efeito, o direito a cultura também é inserido no campo constitucional, juntamente com as normas com as normas trabalhistas, previdenciárias, ambientais, dentre outras.

No que diz respeito ao direito à cultura, a CF/88 em seu artigo 215 discorre que o Estado garantirá a todos o pleno exercício aos direitos culturais, bem como apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais. Ocorre que, em que pese a Carta Magna fazer tal previsão, faltam elementos que identifiquem o que são estes direitos culturais e suas respectivas manifestações. A doutrina jurídica é vasta neste assunto, entretanto, conforme afirma Bernardo Novais da Mata-Machado (2007) não existe uma Lei sólida que aborde sobre o tema, apenas acordos e documentos dispersos sobre os direitos humanos, os quais englobam os direitos culturais.

Marilena Chauí (2006) aponta a cultura como direito do cidadão. Adere a ideia de Cidadania Cultural, a qual consiste não apenas em uma inovação da consciência política, mas também na apropriação da cultura como um direito à fruição, experimentação, informação, memória e participação dos cidadãos. Com a cidadania cultural, portanto, se busca romper a passividade da população perante a cultura.

O Estado fica encarregado de proporcionar espaços de encontro para os que desejam fruir dos bens culturais e, também, descobrir suas capacidades para criação de símbolos nacionais. Cabe ao Estado também, tomar a cultura como um direito do cidadão, em particular, daqueles que têm sido sistemática e deliberadamente excluídos do direito à cultura neste país: “os trabalhadores, tidos como incompetentes sociais, submetidos à condição de receptores de ideias, origens, normas, valores e práticas cuja origem, cujo sentido e cuja finalidade lhes escapam” (CHAUÍ, 2006, p. 125).

A noção de Cidadania Cultural retrata a cultura como um direito de todos os cidadãos. A cidadania cultural também se sustenta na ideia de independência da perspectiva liberal do órgão público e na independência da cultura com as relações de mercado e da privatização do que é público (CHAUÍ, 2006). Segundo Pedro Lenza (2010) “O art. 215 da CF/88 consagra como direito fundamental o princípio da cidadania cultural ao estabelecer que o Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais (...)” (LENZA, 2010, p. 917).

Constata-se assim, que o Estado incorpora, de um lado, no texto constitucional a garantia e o acesso do direito a cultura para todos os seus cidadãos e, do outro, inevitavelmente adere aos ideais neoliberais incrustados na sociedade pós-moderna. O resultado disso, muitas vezes, é contradição de ideais prosperados em conflitos de interesses, ou ainda, o descumprimento dos preceitos constitucionais.

2 | A RELAÇÃO DA CULTURA COM O ESTADO BRASILEIRO

Como é sabido, o investimento em cultura no Brasil não é prioridade dos governantes. A pesquisa “Notas Sobre o Sistema Nacional de Cultura no Brasil” realizado no ano de 2005, pelo pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Frederico A. Barbosa da Silva expõe que os investimentos do Estado direcionados para a área da cultura em 2002, somando os gastos da União, Estados e Municípios, totalizaram em pouco mais de dois bilhões de reais, o que na prática equivale a apenas 0,15% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional (SILVA, 2005).

Dados mais recentes demonstram que o investimento em cultura no Brasil aumentou. Segundo um estudo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) o investimento em cultura aumentou de 4,4 bilhões em 2007 para aproximadamente 7,3 bilhões em 2010. O estudo ainda mostra que mais de 400 mil empresas e outras organizações atuaram em atividades culturais. Este crescimento se dá principalmente pela Lei Rouanet, a qual será abordada em outro momento.

Não obstante, verifica-se que com a instabilidade do País em 2016, em decorrência da crise econômica, juntamente com a posse do Presidente Michel Temer, o Ministério da Cultura (MinC) chegou a ser extinto e a ser reincorporado ao Ministério da Educação (como era antes de sua criação em 1985 pelo presidente José Sarney). Tal postura foi brevemente revista e o MinC voltou a existir ainda em 2016, porém em termos econômicos, a Cultura tem um dos orçamentos mais baixos do Planalto – 2,4 bilhões de reais em 2016 - contra 3,3 bilhões em 2015 - (EL PAIS, 2019). Evidentemente que as diferentes inflações refletem no real valor investido em cultura nestas datas distintas, mas fato é que o investimento em cultura é pouco significativo no País.

Essa precariedade de investimentos decorre, especialmente, pela falta de uma legislação específica que discorra como devem ser direcionadas as responsabilidades ou competências dos entes nos investimentos e financiamentos para o segmento cultural (SILVA, 2005). Como consequência, o quanto será investido em cultura a cada ano, fica à mercê do que cada governante está disposto a gastar. É diferente do que ocorre em outros setores, como a educação ou saúde, por exemplo, que possuem financiamentos fixados pela Constituição Federal (CF).

Para que ocorra o exercício dos direitos culturais é necessário que o Estado promova ações afirmativas que busquem a igualação dos socialmente desiguais, democratizando assim o acesso à cultura (SILVA, 2005). Em contrapartida, verifica-se uma inadequação do que propõe o dispositivo constitucional e a prática. Isto porque, em tese, o Estado dever-se-ia prover a cultura do País garantindo a todos o pleno exercício dos direitos culturais, porém com o precário investimento no segmento cultural vemos que isso não ocorre.

Ademais, em um Estado Neoliberal o direcionamento de capital em cultura é visto como despesa e não como investimento, eis que não traz benefício econômico

para a iniciativa privada, bem como não garante retorno de lucro. Neste segmento, a partir da década de 1980 entra em voga no cenário mundial a noção de Cultura Neoliberal, a qual defende que o papel do Estado deve ser minimizado no que diz respeito ao plano da cultura e a cultura passa a ser vista como uma mercadoria. Como consequência, o Brasil incorpora também em seu ordenamento jurídico a ideia de cultura neoliberal, numa tentativa de aquecer os investimentos para este setor.

Há de se mencionar ainda, que CF atual entrou em vigor em 1988 tendo como característica marcante seu enfoque social. Neste sentido, visando concretizar o que foi estabelecido constitucionalmente e também incorporando a tendência mundial de cultura neoliberal criou-se a Lei Rouanet (Lei nº 8.313/91), que nada mais é que uma política pública de incentivo à cultura que canaliza recursos para a área cultural. Uma das formas de captação de recursos se dá por meio de benefícios fiscais (redução ou abatimento) no Imposto de Renda e Proventos de Qualquer Natureza (IR), para aquele que investe projetos culturais. Cria-se assim um sistema de parceria público-privado, aderindo assim aos ideais neoliberais incrustados na sociedade pós-moderna.

3 | A INCORPORAÇÃO DA CULTURA NEOLIBERAL NO ESTADO BRASILEIRO ATRAVÉS DA LEI ROUANET

O principal objetivo da Lei Rouanet é “fomentar e promover a produção cultural brasileira em suas mais diferentes áreas. Tem como princípio a priorização do produto cultural originário do País” (CESNIK, 2012, p. 20). Este fomento se dá por três mecanismos distintos: a) Fundo Nacional de Cultural (FNC); b) Fundo de Investimento a Cultural e Artístico (Ficart); e, c) pelo incentivo a projetos culturais (Mecenato), que se dá por meio de pessoas da iniciativa privada (físicas e jurídicas), que escolhem um projeto aprovado pelo Ministério da Cultura para incentivar.

O FNC é um órgão estatal que tem como objetivo captar e destinar recursos para projetos culturais compatíveis com as finalidades da Lei Rouanet. Seus recursos são constituídos de diversas formas, como por exemplo por recursos do Tesouro Nacional, doações, legados, saldos de projetos não executados por falta de captação, dentre outras formas previstas no artigo 5º da Lei.

Já o Ficart diz respeito aos fundos de investimentos na área cultural e artística, sob a forma de condomínio e sem personalidade jurídica. Fica caracterizado pela comunhão de recursos destinados à aplicação em projetos culturais e artísticos (art. 8º da Lei nº 8.313/1991). Os eventuais dividendos seriam partilhados entre os investidores do determinado segmento financiado.

Por fim, o Mecenato tem o objetivo de incentivar as atividades culturais, por meio de pessoas físicas ou jurídicas, as quais podem abater o valor do incentivo no Imposto de Renda e Proventos de Qualquer Natureza (IR). Tal incentivo pode

ser realizado por meio de doações ou patrocínios, os quais apoiarão diretamente projetos culturais ou poderão fazê-lo através de contribuições ao FNC (art. 18º da Lei nº 8.313/1991).

Na prática, o mecenato é o principal mecanismo de incentivo da Lei e exatamente por isso, será o abordado. Deste modo, o mecenato ocorre por meio de incentivos fiscais, os quais são concedidos para aquele que investir em um projeto cultural inserido na Lei. O mecenas pode ser pessoa física ou jurídica e consiste naquela pessoa que consegue abater o valor dispendido em um projeto cultural diretamente na Declaração de Imposto de Renda, pagando assim menos contribuição fiscal. Evidentemente que tal abatimento possui um teto máximo, diferenciando-se em 4% para pessoa jurídica e 6% para pessoa física.

Após o mecenas escolher o projeto cultural que irá apoiar e verificando o quanto de dinheiro será destinado para o projeto, obviamente que respeitando o teto máximo previsto em lei, ele receberá o Recibo do Mecenato que permite a redução/abatimento de determinado valor no IR. Observa-se, no entanto, que se esse dinheiro não fosse reduzido/abatido do IR o mesmo iria para os cofres públicos. Logo, o dinheiro investido na Lei Rouanet é dinheiro público, eis que dever-se-ia ir para o Estado para depois ser repassado para suas finalidades.

Deste modo, não há investimento na Lei Rouanet, mas sim doações e patrocínios. Na doação, os valores são transferidos para determinado projeto cultural sem a finalidade de se autopromover. Em contrapartida, no patrocínio a pessoa física ou jurídica transfere recursos para projetos culturais com a finalidade de se autopromover. É através do patrocínio que se fomentou a ideia de vincular o *marketing* cultural para aqueles que se utilizam da Lei Rouanet:

O *marketing* cultural consiste na associação temática entre a atividade cultural e a comunicação empresarial, podendo ser definido como *conjunto de recursos de marketing que permite projetar a imagem de uma empresa ou entidade, através de ações culturais*. Trata-se de uma ferramenta de comunicação bastante recente no Brasil ou mesmo no mundo (OLIVIERE, 2007, p. 43).

A Lei Rouanet, tal qual ela se encontra posta, volta-se para o abastecimento da cultura neoliberal e capitalista – majoritariamente voltada para guarnecer a indústria cultural. Isto porque, a medida em que delega a iniciativa privada a escolha de qual projeto cultural será incentivado e executado, evidentemente que seus interesses irão se sobressair ao interesse social. Logo, a empresa irá escolher aquele projeto que melhor dê retorno ao *marketing* e não aquele projeto que vise o melhor retorno cultural.

A Lei Rouanet se desenvolveu na ideia do *marketing* cultural, e este é um dos problemas levantados por José Carlos Garcia Durand *et al* (1997), o qual expõe que as decisões dos mecenas acabam por objetivar precipuamente a imagem da empresa e/ou de seus produtos. Assim, a Lei Rouanet além conceder a empresa o benefício fiscal, também acaba por promover a imagem da mesma, haja vista que

faz sua propaganda tanto para a sociedade, quanto para o mercado.

À vista disso, explica-se o porquê das grandes empresas e multinacionais incentivarem apenas projetos de maior visibilidade. Projetos maiores significam maiores públicos e, portanto, maior propaganda da sua marca, seu logo. Como consequência, a empresa passa a não se preocupar com o conteúdo do projeto, se ele tem ou não cunho cultural, ou ainda se ele vai abranger todas as camadas da população.

Para ilustrar melhor as respectivas alegações, utiliza-se a turnê de shows do Luan Santana que foi aprovada a captação de recursos via Lei Rouanet, pelo MinC no valor de 4,1 milhões de reais para que o cantor realizasse shows em várias cidades do país. A alegação do MinC para a aprovação de tal projeto é que ele irá democratizar a cultura do País, bem como difundir a raiz sertaneja pela música romântica (VILLENEUVE, 2019). Mesmo o projeto sendo patrocinado via Lei Rouanet foi cobrado a entrada do público em geral. Segundo Rodrigo Ortega (2016, s.p.) uma parte dos ingressos foi distribuída gratuitamente “a associações assistenciais, como forma de democratizar o projeto, conforme exigência da Lei Rouanet. Mas também haverá venda de entradas”.

Para exemplificar o funcionamento da Lei Rouanet, suponhamos que a empresa “X” resolva via patrocínio incentivar o projeto cultural da referida turnê. Assim sendo, todos os panfletos, propagandas, divulgações e agradecimentos do show, acabam por levar o emblema da referida empresa patrocinadora. Isto quer dizer que a empresa “X” vai aparecer como patrocinadora oficial da turnê do Luan Santana, fazendo sua propaganda “gratuitamente” em várias cidades do País.

Evidentemente que para a empresa tal possibilidade acaba sendo um “negócio da China”, pois além de atingir um público enorme, a empresa não gasta nada ou gasta muito pouco para usufruir do respectivo *marketing* cultural que o projeto cultural pode retornar. Ou seja, a propaganda da empresa é feita com a utilização de dinheiro público. Como se não bastasse todas estas vantagens, a empresa também fica bem vista pela sociedade, visto que, ela passa a ser contemplada como uma patrocinadora de eventos culturais. A maioria das pessoas, sequer sabe que, na verdade, a empresa não gasta um centavo para patrocinar o show do Luan Santana.

No livro *Lei Rouanet: Percursos e Relatos*, o entrevistado Alexandre Machado afirma que até o governo do Fernando Henrique Cardoso, não era o espírito desta lei investir em cultura “porque não tinham conhecimento da importância dessa indústria” (MACHADO, 2011, p.15). Desta forma, segundo o entrevistado, a ideia era que “com o tempo, os investimentos na área fossem realizados pela sua própria excelência e que, aos poucos, as empresas deixassem de receber incentivos governamentais” (MACHADO, 2011).

Entrementes, não foi o que ocorreu. Até os dias atuais, a Lei Rouanet somente se materializa porque concede abatimento no Imposto de Renda para aqueles que são os seus incentivadores. Não há necessidade de dispêndio de capital por parte

da empresa patrocinadora, mas sim de incentivos fiscais. Na prática, a empresa não precisa investir capital por excelência própria, mas sim realocar o dinheiro que iria para o pagamento compulsório do IR para um projeto cultural já aprovado pelo Ministério da Cultura.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O direito a cultura, em que pese ser positivado na CF/88, enfrenta grandes entraves para sua concretização. De um lado, investir em cultura na sociedade pós-moderna é visto como um gasto e também como um investimento periférico. Investir em cultura vai contra os ditames mercadológicos. De outro lado, a criação de uma cultura voltada apenas para abastecer o mercado dificulta a plenitude dos direitos culturais.

Além disso, aqueles que compõem o Estado muitas vezes não percebem e não entendem o que é a cultura propriamente dita. A insipiência cultural domina a maior parte da população, eis que o sistema capitalista é um sistema mistificador da realidade (MARX & ENGELS, 2008). Assim sendo, a cultura tradicional – aquela que faz parte de um costume de uma nação, a qual é transmitida de geração em geração, livre de qualquer interesse econômico – acaba ficando a margem no sistema contemporâneo. Neste sentido, a sociedade capitalista transformou as antigas tradições em cultura domesticada e administrada de acordo com os interesses da classe dominante e do capital (HORKHEIMER; ADORNO, 2002).

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Investimento em cultura cresce R\$ 3 bilhões em três anos**. Disponível em <<http://www.brasil.gov.br/cultura/2013/10/investimento-em-cultura-cresce-r-3-bilhoes-em-tres-anos>>. Acesso em 12 de nov. 2018.

CESNIK, Fábio de Sá. **Guia de Incentivo à Cultura**. 3 ed. Barueri: Manole, 2012.

CHAUÍ, M. **Cidadania cultural: o direito à cultura**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

DURAND, José Carlos Garcia, *et al.* **Patrocínio empresarial e incentivos fiscais a cultura no Brasil: reanálise de uma experiência recente**. São Paulo: Revista de Administração de Empresas, v. 37, n. 4, 1997.

EL PAIS. **A Cultura é (novamente) degolada em tempos de ajuste fiscal**. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2016/05/11/politica/1462998470_097192.html>. Acesso em 01 de jan. 2019.

GUIMARÃES, U. Discurso de Ulysses Guimarães disponível no acervo da Biblioteca da Fundação Getúlio Vargas, em <bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/download/4103/2856>. Acesso em 27 de setembro de 2015.

HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor. **A indústria cultural: o iluminismo como mistificação de massas**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

LENZA, Pedro. **Direito Constitucional Esquemático**. São Paulo: Saraiva, 2010.

MACHADO, A. Entrevista. In: ABDALLA, Antonio Carlos (Org.). **Lei Rouanet – Percursos e relatos**. Brasil: Vale, 2011. p. 15-17. Disponível em: <http://www.atitudebrasil.com/site/wp-content/uploads/2011/10/rouanet_web.pdf>. Acesso em: 05 mar. 2014.

MATA-MACHADO, B. N. **Direitos Humanos e Direitos Culturais**. 2007. Disponível em: <<http://www.direitoecultura.com.br/wp-content/uploads/Direitos-Humanos-e-Direitos-Culturais-Bernardo-Novais-da-Mata-Machado.pdf>>. Acesso em: 01 abr. 2014.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista: Texto Integral**. 2. ed. São Paulo: Martin Claret, 2008.

OLIVEIRA, F. **Capitalismo e política: um paradoxo letal**. In: NOVAES, A. **O esquecimento da política**. Rio de Janeiro: Agir, 2007, p. 283-296.

ORTEGA, R. **MinC aprova projeto de R\$ 4,1 milhões para turnê de Luan Santana**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/musica/noticia/2014/08/minc-aprova-projeto-de-r-41-milhoes-para-turne-de-luan-santana.html>>. Acesso em 30 de ago. 2016.

SILVA, F, A, B. **Notas sobre o sistema nacional de cultura**. Brasília: IPEA, 2005. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1080.pdf>. Acesso em 10 de agosto de 2017.

VILLENEUVE, L. **Os 12 projetos mais bizarros aprovados pela Lei Rouanet**. Disponível em: <<http://spotniks.com/os-12-projetos-mais-bizarros-aprovados-pela-lei-rouanet/>>. Acesso em 18 de fev. 2019.

IDENTIDADE E LUGAR: IMPACTOS DA IMPLANTAÇÃO DE EQUIPAMENTO COMUNITÁRIO DE GRANDE PORTE EM ÁREA HISTÓRICA NA CIDADE DE BAURU-SP

Lucas do Nascimento Souza

Universidade do Sagrado Coração, Centro de Ciências exatas e Sociais aplicadas
Bauru – São Paulo

Tatiana Ribeiro de Carvalho

Universidade do Sagrado Coração, Centro de Ciências exatas e Sociais aplicadas
Bauru – São Paulo

RESUMO: Equipamentos urbanos comunitários são elementos importantes no âmbito do planejamento urbano ao cumprirem funções socioculturais e de lazer, pois impactam na qualidade do entorno em que são inseridos. Analisou-se aqui a implantação do Shopping Boulevard um equipamento urbano de grande porte em uma área consolidada e de relevância histórica na cidade de Bauru, SP. O objetivo desta pesquisa foi avaliar o impacto deste empreendimento na área, tanto sob os aspectos físicos e territoriais, assim como sob os aspectos psicológicos. Por meio de pesquisa qualitativa multimétodos, que incluiu levantamento bibliográfico, histórico, iconográfico, documental, visitas *in loco* e uma intervenção urbana temporária, foi possível levantar as potencialidades e fragilidades da área e traçar diretrizes de intervenção para o futuro da mesma. Se seguidas, as diretrizes poderão potencializar o bem estar dos

moradores locais e frequentadores da área.

PALAVRAS-CHAVE: Equipamentos comunitários. Planejamento urbano. Qualidade socioespacial. Dinâmica ocupacional. Bauru.

IDENTITY AND PLACE: IMPACTS CAUSED BY THE IMPLANTATION OF LARGE COMMUNITY FACILITIES IN A HISTORICAL AREA IN BAURU-SP CITY

ABSTRACT: Community urban facilities are important elements for urban planning in regards to their socio-cultural and leisure functions because they influence the socio-spatial quality by modifying the urban landscape and causing several impacts on the area in which they are built. This study analyzed the implementation of the Boulevard Mall, a large urban facility, localized in Vila Antartica, a consolidated area of great historical importance in the city of Bauru. This study aimed at evaluating the impact of enterprising in this area by assessing both physical and territorial aspects of the modified urban landscape as well as psychological aspects such as the significance for the city as a whole and the social and behavior dynamics, which emerged from the new occupational dynamic. This is a qualitative multi-method research, and the methodological steps included: bibliographic research based on

technical and scientific literature, historical and iconographic research, documentary research considering technical studies on neighborhood impacts, in loco visits, and a temporary urban intervention. Subsequently, we were able to point the potentialities and fragilities concerning the area. Besides, directives of intervention and punctual actions were planned in order to intervene in the area and improve the well-being of local residents, the community, and contribute for the positive performance of enterprises in the area.

KEYWORDS: Community facilities. Urban planning. Socio-spatial quality. Occupational dynamic. Bauru.

1 | INTRODUÇÃO

O homem modifica a paisagem e o local onde vive desde sua existência. Essa interferência gera a alteração do ambiente natural e resulta na transformação do entorno, impactando positiva e/ou negativamente no espaço. Segundo Gonçalves (2002), isso se dá porque o sujeito projeta-se sobre o espaço do qual se apropria, produzindo uma identificação entre sujeito e espaço. Este então, passa a refletir o modo de vida daquele que o habita, revelando costumes, crenças, culturas, etc. O espaço assume uma dimensão cultural e social que o sujeito internaliza e representa. Desta forma é importante salientar a importância de se ter um entendimento sobre as alterações, que ocorrem em detrimento de intervenções sofridas, numa área, quando da interferência de um novo equipamento urbano implantado. É necessário também a participação dos frequentadores locais neste processo, afinal as alterações na área tendem a impactar diretamente na dinâmica urbana do local, daí a relevância do planejamento a priori. O intuito do planejamento é atender aos anseios físicos e territoriais dos cidadãos, mas também abranger uma dimensão mais abstrata que inclui questões culturais, sociais e valores simbólicos como de pertencimento e de valorização da identidade local da população para com a área. Torna-se importante entender o caráter da área e suas dinâmicas resultantes, no intuito de evitar desequilíbrios. A esse respeito Ghirardello (2008, p. 51) nos diz que:

[...] áreas como de uso comum do povo, aparece como primeiro passo no sentido de resgatar para os moradores e vizinhos a possibilidade de uso e retomada de valores formais, sem perda da afetividade contida em cada “canto e antro” da sua arquitetura e da paisagem que o conjunto enseja. (GHIRARDELLO, 2008, p. 51)

Desta forma, qualquer intervenção no espaço urbano demanda um olhar atento em vistas a um planejamento abrangente e coerente. Assim, Estudos de Impacto de Vizinhança (EIV) e Avaliações Pós-ocupacionais (APOs), que são estudos de análise do meio urbano, se mostram de singular relevância ao permitirem análises profundas sobre edificações e seus impactos no entorno, pois permitem a avaliação do espaço de maneira integral. Neste sentido, abordamos o caso do Shopping Boulevard, localizado na Vila Antártica em Bauru, SP. Este empreendimento conta com 34.660

m² de área bruta comercial, dividida em lojas, mega lojas, lojas âncoras, lazer e praça de alimentação. Segundo dados públicos da administradora do empreendimento, *Aliance Shopping Centers*, isso representa 69.866 m² de área total, com 1.450 vagas de estacionamento, atingindo um número de 600.000 frequentadores/mês, das classes A, B e C (classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). A implantação do equipamento em uma área consolidada e de valor histórico na cidade gerou visivelmente um grande impacto e, no intuito de equalizar os pontos positivos e negativos desta inserção, objetivou-se, através deste estudo, investigar a natureza desses impactos, para que, a partir de um entendimento dos mesmos, fosse possível traçar diretrizes de cenários futuros para a área. É importante ressaltar que o equipamento foi implantado na área em 2012 e que, naquele ano, não era vigente a obrigatoriedade de EIV nem de seu respectivo Relatório de Impacto de Vizinhança (RIV), que avaliassem previamente as consequências e impactos da instalação de empreendimentos de grande porte em suas respectivas áreas vizinhas, daí a importância desta pesquisa.

Embora o EIV seja um instrumento de política urbana, fundamentado no artigo 182 da Constituição Federal de 1988 e na Lei 10.257/2001 denominada de Estatuto das Cidades, é somente mediante a lei municipal 6.626 de 2015, que passa a vigorar, em Bauru, a obrigatoriedade de EIV e RIV para aprovação de empreendimentos junto aos órgãos competentes de planejamento.

2 | MATERIAIS E MÉTODOS

Para esta pesquisa inicialmente realizou-se um levantamento histórico e iconográfico da área no Núcleo de Pesquisa e História (NUPHIS) da Universidade do Sagrado Coração (USC). Na sequência realizou-se a pesquisa documental que, num primeiro momento, ocorreu junto à Prefeitura Municipal de Bauru, onde se analisou o EIV do empreendimento Agrosolo, empresa do ramo agropecuário classificada como vizinhança imediata ao Shopping Boulevard, onde este estudo nos forneceu levantamentos abrangentes sobre a área, tais como qualidade do ambiente construído, estudos sobre poluição sonora, visual, iluminação, entre outros. Num segundo momento, foi analisado o trabalho acadêmico “Estudo de segregação socioespacial no espaço urbano da Vila Antártica”, que foi realizado como forma de avaliação da disciplina de Estudos Socioeconômicos e Ambientais do curso de Arquitetura e Urbanismo da USC por um dos autores desta pesquisa em 2014.

Na sequência foi realizada uma pesquisa bibliográfica na Biblioteca “*Cor Jesu*” da USC, sobre referenciais teóricos dos temas em questão. A finalização da coleta de dados dessa pesquisa se deu com um método que constitui a Avaliação Pós-Ocupacional (APO). Dentro dessa avaliação, num primeiro momento ocorreram visitas *in loco* para observação das dinâmicas locais, fluxos, observação do ambiente

construído, levantamento iconográfico da área na atualidade e melhor estruturação da intervenção que ocorreria posteriormente. Realizada essa visita, procedeu-se à intervenção em si, que ocorreu nos moldes do *wish poem*, ou poema dos desejos, que se deu de maneira adaptada, se tratando de uma intervenção urbana temporária, fundamentada numa metodologia que garantisse com que os usuários pudessem expressar seus sentimentos de forma voluntária e que fosse evitada qualquer influência na autonomia do frequentador da área. O objetivo foi coletar, de maneira sutil, porém abrangente, as impressões e pontos de vista dos frequentadores do local sobre a área. Para isso a intervenção urbana ocorreu através da inserção de uma árvore de porte médio (altura de 1,80m) da espécie *ficus benjamina*, plantada em um vaso de concreto, inserida dentro do perímetro da área em questão. Isso aconteceu no dia 20 de janeiro de 2018, das 14h00 às 17h30. Nas extremidades dos galhos, foram colocadas imagens históricas e mapas atuais da área, como mostra a **Figura 1**. As imagens foram digitalizadas, emolduradas, impressas em papel cartão colorido e plastificadas. O objetivo da inserção das imagens foi propiciar ao frequentador da área uma visão do local em diferentes momentos de sua história, além de propiciar a possibilidade de comparação das fotos históricas com o entorno sendo vivenciado no momento presente.

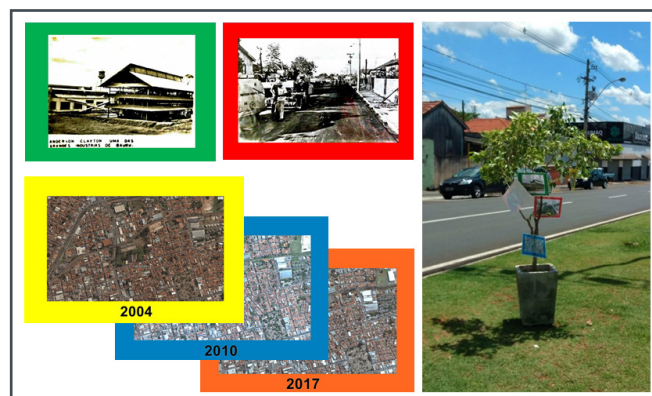


Figura 1- Objeto de intervenção inserido na área de estudo e as fotos apresentadas

Fonte: Foto montagem do autor

O observador manteve-se a uma distância de 10 metros do objeto e analisou a reação dos transeuntes dentro de um raio de 5 metros no entorno da árvore, como mostra a **Figura 2**. O objetivo do observador era não intimidar as pessoas que se aproximassem da árvore. Esse método foi utilizado por se tratar de um método não estruturado e de livre expressão. SANOFF (1995), citado por RHEINGANTZ (2009) explica que esse método incentiva e se baseia na espontaneidade das respostas e, de um modo geral, apresenta resultados ricos e representa as demandas e expectativas atuais e futuras dos usuários.



Figura 2 - Interação do frequentador da área com o objeto de intervenção temporária

Fonte: Arquivo pessoal do autor

Desta forma, os outros instrumentos de APO utilizados foram também a observação comportamental dos transeuntes em relação a inserção da árvore (intervenção) e o *walkthrough*, que consistiu em um percurso dialogado informal com frequentadores e moradores da área que se aproximaram da intervenção. Ao notar que os frequentadores do local se aproximavam da árvore, o pesquisador, depois de alguns segundos de observação, aproximava-se daqueles que circundavam a intervenção, no intuito de oferecer suporte aos possíveis questionamentos sobre a ação ali realizada.

3 | RESULTADOS

Através desta abordagem qualitativa multimétodos, foi possível obter dados e resultados que consideraram a singularidade e complexidade do processo de avaliação ocupacional da área. No acervo do NUPHIS, registros iconográficos da área foram encontrados. O trabalho “Estudo de segregação socioespacial no espaço urbano da Vila Antártica” foi de grande valia enquanto fonte inspiradora deste estudo e também por nortear pesquisas mais aprofundadas sobre a questão do conforto ambiental da área. As visitas *in loco* possibilitaram um mapeamento comportamental dos frequentadores locais, além do levantamento iconográfico da área na atualidade. A finalização da coleta de dados ocorreu através da intervenção urbana temporária (poema dos desejos) e o *walkthrough*. Juntos, esses dois métodos possibilitaram a investigação, entendimento, apropriação e vivência da dinâmica local. Com esses dados em mãos, foi possível delinear o futuro do local através dos olhos de seus frequentadores e traçar diretrizes para cenários futuros.

Segundo dados obtidos, a área deverá apaziguar as forças existentes no local. Para isso três grandes eixos devem servir de norteadores na configuração de futuros cenários desejáveis para a área. São eles:

A) A criação de áreas de permanência para os moradores locais com

equipamentos de lazer, resgatando e enfatizando o valor da vida em comunidade conforme histórico observado. Objetiva-se com isso fazer com que os moradores se sintam parte integrante da atual configuração da paisagem urbana local, além de contribuir, sob os aspectos psicológicos, para a valorização do imaginário coletivo e valor afetivo do ambiente construído ao longo do tempo. A antiga chaminé da cervejaria Antarctica deverá passar por um processo de resgate e valorização dentro da paisagem urbana local.

B) A inserção de vegetação no canteiro central, possivelmente palmeiras, para não obstrução visual da área. Na rotatória sugere-se o plantio de árvores frutíferas, que promovam maior área de sombreamento, incentivando a permanência dos moradores locais, idosos e crianças, pois estas tendem também a estimular o senso de cuidado e responsabilidade sobre a área ao incentivar o cultivo, cuidado e manutenção de espécies frutíferas para consumo. Assim, promoverá também o embelezamento natural da área, além da diminuição do impacto sonoro devido às folhagens, e a melhoria do microclima a partir da diminuição da temperatura.

C) Investimentos em mobiliários urbanos, como bancos, lixeiras e lombo-faixas para estimular um maior uso do local por moradores locais e frequentadores da área. Objetiva-se com isso reverter os desequilíbrios causados oriundos da inserção do *shopping*, que priorizou os fluxos viários, e resgatar e incentivar o caráter humano do local, fazendo com que a área volte a ser apreciada e vivida pelo seu caráter humano e histórico, sem desconsiderar, portanto, as alterações que vêm ocorrendo ao longo dos anos.

4 | DISCUSSÃO

Para dar início à discussão se faz relevante, inicialmente, ressaltar que a cidade de Bauru se consolidou a partir dos trilhos das estradas de ferro (GHIRARDELLO e FONTES, 2008) que tornara todo o território da cidade um grande potencial de transportes e troca de mercadorias. Esse foi o impulso para Bauru tornar-se um dos principais centros comerciais da região até a atualidade. Na **Figura 3**, a seguir, tem-se configurada a Vila Antártica na década de 80, que foi assim nomeada devido à instalação, na década de 20, da Companhia Antarctica Paulista, grupo forte no ramo de bebidas no cenário nacional. A **Figura 4**, mostra a localização de edifícios importantes na década de 20 e alguns dos quais ainda estão presentes na área, como as residências. Também na década de 20, nas margens das ferrovias foram implantados equipamentos urbanos, comunitários e indústrias, como mostra a **Figura 5**. Tais equipamentos atendiam às vilas, **Figura 6**, estas recém-formadas por engenheiros e operários da construção das ferrovias. As vilas tornaram-se na atualidade fragmentos urbanos históricos. Já em 2012 a Vila Antártica apresentava uso misto, porém, após a inserção do Shopping Boulevard, o uso misto se intensificou ainda mais. O fluxo já grande devido à privilegiada localização da área no contexto

da cidade, onde se encontra o Terminal Rodoviário, representado pela letra A, na **Figura 3**, a proximidade com a Av. Nações Unidas, uma das principais vias da cidade, representado pela letra B, na **Figura 3**, além da proximidade com a Av. Nuno de Assis, importante avenida detentora de grande fluxo automobilístico na cidade, representado pela letra C, na **Figura 3**, intensificou-se de forma significativa.



Figura 3 - Vista aérea do entorno da Vila Antártica em 1980. Destaque para a área em vermelho (atualmente o Shopping Boulevard).

Fonte: Modificado a partir de NUPHIS (2017)

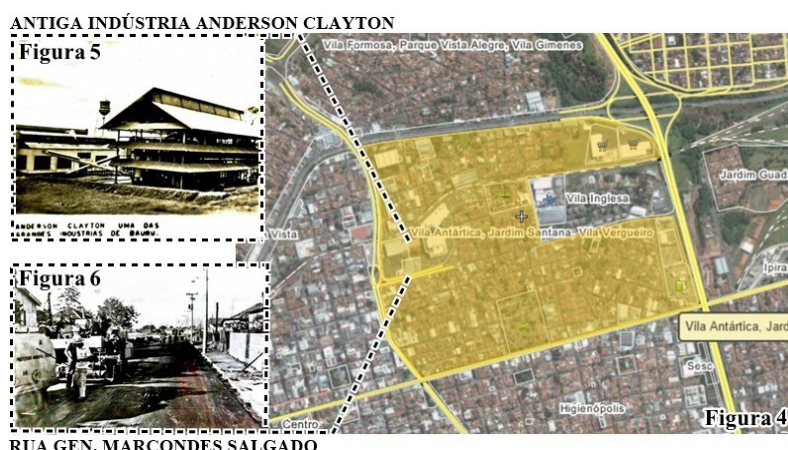


Figura 4 - Perímetro que compreende a totalidade da Vila Antártica

Figura 5 - Uma das primeiras indústrias instaladas na área, a Anderson Clayton

Figura 6 - Vista da Rua Marcondes Salgado na década de 30

Fonte: Modificado a partir de Bolini et al. 2014

No trabalho “Estudo de segregação socioespacial no espaço urbano da Vila Antártica” constatou-se a diminuição da massa vegetativa na área de maneira significativa como mostram as **Figuras 7, 9 e 11** e os gráficos quantitativos **Figuras 8, 10 e 12** que correspondem a três períodos analisados, sendo eles respectivamente os anos de 2004, 2010 e 2014. Nota-se ainda em relação ao uso e ocupação do solo, a proliferação de pequenos comércios e serviços ao longo do tempo.

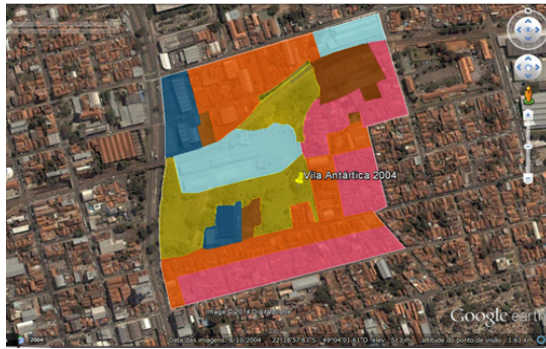


Figura 7 - Mapa de uso e ocupação da Vila Antártica no ano de 2004

Fonte: Bolini et al. 2014



Figura 8 - Gráfico quantitativo do uso e ocupação da área do ano 2004

Fonte: Bolini et al. 2014

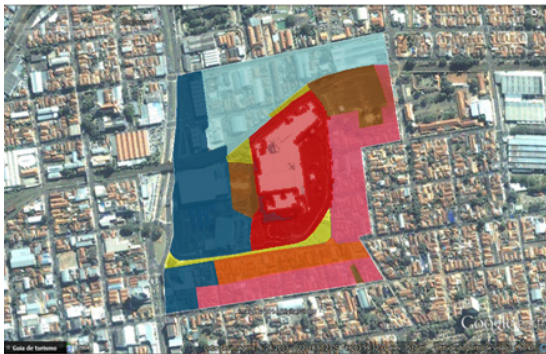


Figura 9 - Mapa de uso e ocupação da Vila Antártica no ano de 2010

Fonte: Bolini et al. 2014



Figura 10 - Gráfico quantitativo do uso e ocupação da área do ano de 2010

Fonte: Bolini et al. 2014



Figura 11 - Mapa de uso e ocupação da Vila Antártica no ano de 2014

Fonte: Bolini et al. 2014

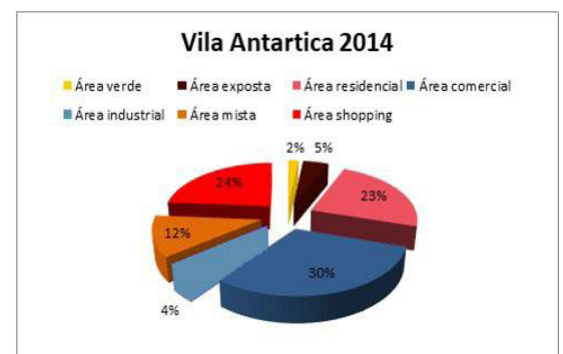


Figura 12 - Gráfico quantitativo do uso e ocupação da área do ano de 2014

Fonte: Bolini et al. 2014

O provável motivo dessa proliferação se deve, possivelmente, à valorização imobiliária que a vinda do equipamento trouxe para a área. A partir de visitas *in loco* e análise da tipologia das edificações, constatou-se que os comércios hoje estão instalados em antigas residências adaptadas para esta finalidade. Esse é um fator positivo à vertente socioeconômica local, pois abastece a área de maiores facilidades para os moradores locais, porém implica também na perda de seu caráter residencial. Nota-se também quanto ao uso e ocupação do solo, nos anos de 2004 - **Figura 7**, 2010 - **Figura 9** e 2014 - **Figura 11**, que a área sofreu grandes mudanças no que diz respeito à utilização do espaço como um todo. Sob o ponto de vista arquitetônico (elementos edificados) e sob o ponto de vista urbanístico, mais diretamente no

questo qualidade da paisagem urbana construída, nota-se o contraste dos painéis de *aluminium composite material* (ACM) do edifício do *shopping*, com as remanescentes residências presentes na área ao fundo, **Figura 14**, assim como a prevalência de casas térreas em oposição ao gabarito do *shopping*, que aponta, portanto, para uma alteração do *skyline* da área.



Figura 14 - Painel de ACM na fachada do shopping contrastando com a área residencial térrea do outro lado da rua e criação da rotatória alterando todo o fluxo viário

Fonte: Arquivo pessoal do autor

Sobre a paisagem urbana há de salientar ainda a chaminé da antiga fábrica da Antartica, **Figura 15**, patrimônio histórico tombado pelo município que revela que apesar da relevância histórica da área para a cidade, a questão patrimonial não é tratada com respeito. Isso se evidencia devido ao descaso demonstrado com a chaminé, que se encontra segregada na área. O fato da antiga chaminé estar quase que imperceptível na paisagem e a disparidade de materiais, gabaritos e elementos que compõem a paisagem urbana da área na atualidade, é um reflexo direto da forma como se deu a inserção do equipamento. Isso reflete diretamente, na construção mental da imagem coletiva para os frequentadores da área, argumento que se apoia na ideia de Lynch (2011) sobre a questão de que cada indivíduo faz vastas associações com alguma parte de sua cidade, e a imagem de cada área da cidade está impregnada de lembranças e significados, o que ele chama de memória coletiva. A memória coletiva está relacionada com a questão de patrimônio, e salientando a importância deste assunto, Choay (2001) explica que a preservação do patrimônio surge como uma necessidade exatamente no momento de desaparecimento dos traços urbanos do passado. Ou seja, a importância de se manter viva a história daquele lugar. Neste sentido, Rolnik também é categórica sobre o assunto quando afirma:

Ao contrário da cidade antiga e fechada para se proteger, a cidade contemporânea é rápida, com grandes fluxos e grande velocidade de circulação (mercadorias, pessoas e capital) em ritmo cada vez mais acelerado, rompendo barreiras e transformando territórios. (ROLNIK, 1994, p. 9)



Figura 15 - Relação ambiente construído x patrimônio

Fonte: Foto montagem do autor

Assim, Rolnik (1994) discorre exatamente sobre o ocorrido na área de estudo desta pesquisa com a questão da dinâmica de evolução do território e das alterações físicas e sociais ao longo do tempo. Desta forma é possível notar a importância de se conciliar o patrimônio histórico com as mudanças oriundas da fluidez da cidade atual, para preservação das características e da memória. A falta de cuidado com a questão histórica acabou por delegar aos dias atuais impactos que podem caracterizar-se negativos se considerarmos as colocações supracitadas Choay (2001) e Rolnik (1994). Pode-se assumir que a imagem da área na atualidade foi alterada e que agora esta não difere de outras áreas urbanas. Desta forma, o único elemento remanescente da indústria da Antártica passa despercebido na paisagem urbana local. Prevalece hoje o uso misto e tipologias de edificações modificadas com materiais mais atuais. Choay (2011) se refere a elementos de singular importância na paisagem, como a chaminé da Antártica em Bauru, para designar Patrimônio Histórico, como segue:

[...] Patrimônio histórico. A expressão que designa um bem destinado ao usufruto de uma comunidade que se ampliou a dimensões planetárias, constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que se congregam por seu passado comum: obras e obras-primas das belas artes e das artes aplicadas, trabalhos e produtos de todos os saberes dos seres humanos. (CHOAY, 2001, p.11)

Baseando-se nesta frase, Choay (2011) aborda a questão histórica e antropológica e, analisando o contexto da área pode-se concluir que, ao “virar as costas para o patrimônio”, como a inserção do equipamento fez, as gerações futuras estão sendo privadas de parte significativa da história da área e conseqüentemente da história de Bauru.

A **Figura 16** mostra que as ruas antes residenciais, estreitas e de baixo fluxo, foram alteradas e tiveram que acomodar um fluxo maior de automóveis, e isso alterou significativamente a dinâmica local e a vida dos moradores.



Figura 16 - Contraposições da paisagem – salientando, ao lado esquerdo, o shopping, e, ao lado direito, as residências

Fonte: Arquivo pessoal do autor

Em relação aos métodos adotados nesta pesquisa há que se salientar que a análise do EIV da Agrosolo possibilitou uma visão mais atualizada da área. É importante ressaltar que o EIV da Agrosolo não previu a sobrecarga do sistema viário da área. Isso se deu devido ao fato de que a criação de um eixo viário (duplicação da rua Gen. Marcondes Salgado) até a rotatória próxima ao perímetro do equipamento, já estava consolidada em 2016 (data da realização do EIV) como podemos ver na **Figura 16**. Assim, um dos maiores impactos sofridos na área diz respeito a sua malha urbana e a questão do fluxo viário. A análise do EIV da Agrosolo apontou como pontos positivos a geração de empregos e valorização imobiliária, enquanto os pontos negativos foram:

- Poluição sonora e atmosférica: Devido ao aumento do tráfego de veículos, o que resultou em uma maior geração de ruídos e interferência na qualidade do ar devido à queima de combustíveis;
- Maior pressão sobre os serviços públicos: Devido a uma maior demanda dos serviços de água, esgoto e energia para suprir as necessidades de uso e abastecimento do Shopping;
- Poluição visual: Embora não haja muitos letreiros na área, há uma grande contraposição entre a paisagem urbana consolidada em relação ao equipamento implantado que gerou impactos que repercutiram nas fachadas de outros edifícios antigos de arquitetura singular.

Estes pontos foram considerados de forma pontual na construção dos futuros cenários da área e foram pautados na combinação da intervenção urbana realizada com os frequentadores locais. Sobre a intervenção urbana temporária se faz importante dizer que esta permitiu uma análise do passado e presente da área pelos frequentadores do local e que alguns transeuntes se aproximaram do objeto inserido, enquanto outros ignoraram sua presença. A simples aproximação de pessoas do objeto de estudo (árvore) revela que, apesar da área ter passado por mudanças em sua paisagem, alguns frequentadores se mostraram atentos às intervenções sofridas. Transeuntes instigados pela inserção do objeto buscavam entender o porquê da árvore e das imagens enquanto que o pesquisador, depois de observar a reação destes, explicava sobre a pesquisa, e numa conversa informal e sem qualquer protocolo pré-definido, conversava sobre a área na atualidade.

A **Figura 17** demonstra exatamente onde a intervenção ocorreu e aponta locais

de relevância neste estudo.



Figura 17 - Mapa da área do shopping com fluxo de pedestres (setas amarelas)

Fonte: Modificado pelo autor

Legenda: A: Área da chaminé, B: Ponto de ônibus, C: Acesso ao shopping, D: Ponto de ônibus, E: Local onde ocorreu a intervenção temporária, F: Acesso Agrosolo

Com a intervenção, colheram-se informações de 13 pessoas, onde seus anseios revelaram um mix de sentimentos, pois algumas pessoas se mostraram otimistas quanto ao futuro da área, enquanto outras demonstraram estar pesarosas e apreensivas. A intervenção também revelou que os pontos elencados pelos frequentadores do local estão em consonância com alguns pontos levantados no referencial teórico estudado. Desta forma pode-se salientar:

- Mudança radical e perda do senso de pertencimento: Sobre isso Choay (2001) salienta sobre a importância de se manter viva a história do lugar. Assim se notou que a questão histórica foi protelada em detrimento ao novo. Percebeu-se que os usuários não se identificam mais com a área e isso interfere drasticamente em sua memória coletiva, termo descrito por Lynch (2011) como as associações que os usuários fazem com alguma parte da cidade, onde a sua imagem está impregnada de lembranças e significados.
- Falta de segurança e tranquilidade: Notou-se o enfraquecimento dos enlazes sociais que geram a sensação de segurança no ambiente, ideia defendida por Jacobs (2011). Constatou-se a ausência de crianças brincando nas ruas, assim como a ausência de moradores e idosos interagindo nas calçadas, o que era comum no passado.
- Mudança no fluxo viário: Notou-se uma mudança brusca no sistema viário, onde as ruas estreitas passaram a suportar novas linhas de ônibus circulares deixando os pedestres em segundo plano, já que os carros dominam as vias tornando-as perigosas devido à velocidade em que trafegam. Isso transformou de forma significativa o ritmo das locomoções e que, de acordo com Rolnik (1994) rompe barreiras e transforma territórios e se deve à velocidade de circulação de mercadorias, pessoas e capital.

5 | CONCLUSÕES

Na busca de um equilíbrio de ambas as partes e tendo como suporte as opiniões apontadas pelos frequentadores do local, combinado com as premissas dos estudiosos do espaço urbano, optou-se, neste estudo, por delinear cenários e diretrizes futuras que permitissem a continuidade do desenvolvimento local sem, contudo, abandonar o respeito necessário com o passado da área.

Ficaram evidentes, ao longo desta pesquisa, os reflexos provenientes da nova dinâmica ocupacional que emergiu em detrimento da inserção do equipamento na área e a constatação de novas dinâmicas sociais e comportamentais decorrentes dessa inserção. Conclui-se que os cenários futuros aqui propostos tendem a diminuir o impacto das alterações ocorridas e gerar uma nova forma de apropriação do espaço por parte dos frequentadores e moradores locais por valorizarem a questão ambiental, humana e histórica da área.

REFERÊNCIAS

BOLINI, G; COLIM, R. B. C.; LIMA, N. Z.; NUNES, M. I. S.; SANCHES, S. S. A.; SOUZA, L. N. **Estudo de segregação socioespacial no espaço urbano da Vila Antártica/Bauru SP**. Bauru, 2014. Trabalho acadêmico da disciplina Estudos Socioeconômicos e Ambientais (Graduação em Arquitetura e Urbanismo). Centro de ciências exatas e sociais aplicadas, Universidade do Sagrado Coração.

CHOAY, F. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Unesp, 2001, p.11.

FONTES, M. S. G. C; GHIRARDELLO, N. **Olhares sobre Bauru**. 8. Ed. Bauru: UNESP – FAAC, 2008.

FONSECA, J. F; RHEINGANTZ, P. A. O ambiente está adequado? Prosseguindo com a discussão. **Produção**. Set/dez 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/prod/v19n3/08.pdf>>. Acesso em: 28 out. 2017.

GONÇALVES, T. M. **O processo de apropriação do espaço através dos modos de morar e habitar o lugar (uma abordagem psico-socio-ambiental do Bairro Renascer/Mina Quatro de Criciúma/SC)**. 2002. 246f. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2002.

JACOBS, J. **Morte e vida nas grandes cidades**. São Paulo: Martins Fontes Editora Ltda., 2011.

LYNCH, K. **A imagem da cidade**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011, p.1.

ONO, R; ORNSTEIN, S. W. **Avaliação Pós-ocupação (APO) do Ambiente Construído**. Disponível em: <<http://www.fau.usp.br/disciplinas-pos-graduacao/avaliacao-pos-ocupacao-apo-do-ambiente-construido/>>. Acesso em: 29 out. 2017.

RHEINGANTZ, P. A. et al. **Observando a qualidade do lugar: Procedimentos para avaliação pós-ocupação**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Pós Graduação em Arquitetura, 2009.

ROLNIK, R. **O que é cidade**. 3. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

O SUSTO E A ORDEM: O BARROCO COMO FERRAMENTA DE ANÁLISE DA FORMAÇÃO DO BRASIL

Wallace Faustino da Rocha Rodrigues

Professor do curso de Ciências Sociais na Universidade do Estado de Minas Gerais, UEMG.

RESUMO: Expondo a relevância do Barroco enquanto possibilidade de interpretação do Brasil, toma-se como pressuposto as dúvidas lançadas pelo mundo moderno à constituição do sujeito ibérico e, igualmente, português. Desse modo, diante dos questionamentos promovidos à sua Cosmologia, de tradição tomista, e a derrota deste projeto, tal como formulado por Richard Morse, pretende-se observar como esses elementos se enveredam na colonização do Brasil. A nova terra, contudo, leva às últimas consequências seus questionamentos, restando apenas o Barroco enquanto alternativa para a construção de algum sentido para sua vida e, conseqüentemente, a construção de uma nova sociedade.

PALAVRAS-CHAVES: Barroco, Brasil, colonização, sociedade.

THE SHOCK AND THE ORDER: THE BAROQUE AS A WAY OF ANALYZING THE FORMATION OF BRAZIL

ABSTRACT: Exposing the relevance of the Baroque as a possibility for interpretation of

Brazil, is taken for granted the doubts cast by the modern world the establishment of the Iberian subject and also Portuguese. Thus, in the face of the questions raised by his cosmology, a Thomist tradition, and the defeat of this project, as formulated by Richard Morse, it is intended to observe how these elements are involved in the colonization of Brazil. The new land, however, increase their questions, leaving only the Baroque as an alternative to the construction of sense to their life and hence the construction of a new society.

KEYWORDS: Baroque, Brazil, colonization society.

1 | INTRODUÇÃO

Hoje, o Barroco, tão controverso em sua essência, como o diz o próprio nome (CHECA e MORÁN, 2001), é reconhecido como a primeira manifestação artística do Brasil, após sua colonização. Mas nem sempre foi assim. O próprio Antônio Cândido, nos anos de 1950, ao fazer um dos primeiros e abrangentes estudos sobre a literatura brasileira, esboçando propósitos genealógicos, deixava de lado o Barroco. Tal ausência na monumental obra de um dos principais intelectuais brasileiros da atualidade é notada (CÂNDIDO, 2006).

Haroldo de Campos foi quem chamou a

atenção para a questão do Barroco na constituição da literatura brasileira, evocando a poesia de Gregório de Mattos e Guerra e seu artifício alegórico na construção de uma realidade a proporcionar comparação direta com o “desordenado mundo” questionado pelo *Boca do Inferno* (CAMPOS, 2004). Antônio Vieira, igualmente, também pode ser tomado como brasileiro¹ e os seus sermões que tratam do Brasil colorem o imaginário da colônia em construção. Diversos seriam os outros exemplos tratados e que poderiam percorrer, pelo menos, os três primeiros séculos do Brasil. Por conseguinte, o diálogo com o entendimento de Haroldo de Campos que compreende a literatura brasileira – e, por que não, a arte brasileira – como sendo desprovida de infância (do latim, *in-fans*, “o que não fala”), é inevitável. Trata-se, neste caso, de considerar a literatura, a arte brasileira, tal como a sua sociedade, como nascendo adultos e, portanto, falantes, sem um princípio bem definido (*Idem*).

O objetivo deste artigo é justamente o de chamar a atenção para a importância do Barroco na formação da identidade brasileira. Para tanto, presume-se uma autenticidade em seu processo de formação a levar em conta uma trajetória completamente distinta daquela visualizada na Europa colonizadora. Assim, o Brasil não responderia às chamadas premissas Ocidentais Modernas a figurarem o racionalismo moderno, e tampouco mostrar-se-ia como uma variante do derrotado projeto neotomista persistente na colonização ibérica da América, tal como formulado por Richard Morse (MORSE, 1989). Desse modo, a sociedade brasileira, ao mesmo tempo, distancia-se dos dois modelos de modernidade, implicando ausência de uma referência segura para a constituição de seu sujeito que, de certa forma, configuraria o comprometimento quanto à efetivação de processos de socialização, de estruturação de instituições políticas e, até mesmo, de configuração de uma identidade social a se manifestar, por exemplo, através de sua cultura e sua arte. Entretanto, diante da ameaça de dissolução da razão humana, o Barroco surge como artifício para a configuração de uma identidade brasileira, forjando as possibilidades de convivência social e moldando sua socialização.

O artigo está imerso em um propósito reflexivo que, portanto, abordará brevemente os pontos propostos, tendo o seu autor plena consciência quanto à complexidade do tema analisado. Da mesma maneira, escusa-se do projeto traçar uma genealogia do sujeito brasileiro diante do propósito de se criar bases para questionamentos futuros. Por conseguinte, o texto encontra-se estruturado de maneira que, primeiro, faz-se uma apresentação da perspectiva do Barroco admitida nesta hipótese, distanciando-se do formalismo exigido pela História da Arte, vendo-o, em contrapartida, como uma forma de vida a configurar, portanto, um sentido ontológico. Por este caminho, toca-se na ideia de constituição do homem brasileiro, o colono,

1. O jesuíta Antônio Vieira nasce em Portugal, mas, entre idas e vindas, faz a sua formação toda no Brasil, inclusive seus votos. Ademais, atua como missionário, escreve grande parte de seus sermões – e toma consciência da importância destes mesmos sermões enquanto textos a serem divulgados, organizando alguns deles que viriam a ser publicados ainda em vida (AZEVEDO, 2008). Raymundo Faoro classifica-o como aquele que constrói a primeira narrativa ficcional de um povo, o povo brasileiro (FAORO, 1997). Morre, em 1697, em Salvador, Bahia.

expondo-o como alguém a buscar um sentido para o seu mundo, agora, gigantesco e desconhecido diante de seus olhos. Dessa busca de sentido, na intencionalidade de ordenar o estranho ao seu redor, surgiriam elementos característicos da sociabilidade brasileira, como o patriarcalismo. Logo, o tom do debate permite o reconhecimento da autenticidade da constituição do brasileiro que não é nem índio, nem português, nem negro escravizado. Não cultiva nenhuma dessas tradições culturais de maneira plena, mas, em contrapartida, mescla-as, assimilando-as como pressuposto de sua constituição, seja no interior da casa-grande, seja nos escuros cantos da senzala. A questão, aqui, não é “como isso ocorre?” mas, mais importante, “por que ocorre?”. E, então, este fato é tomado como fundamental, como ponto de partida para o reconhecimento de uma identidade no Brasil.

2 | O SUSTO

Apenas 13 anos depois do descobrimento do Brasil vinha à luz a obra de Maquiavel, *O príncipe*. Destarte qualquer propósito de interpretação maquiaveliana, o importante a salientar aqui é a maneira como o autor florentino percebia a sociedade de então, refletindo, claramente, uma concepção de mundo diferenciada. No fundo, em sua obra encontra-se expressa a ruptura de uma percepção hierarquizada do mundo sustentada durante toda a Idade Média (MAQUIAVEL, 2012). Trata-se da quebra de uma noção moral objetiva, de viés puramente aristotélico, em nome da expressão subjetiva e capacidade individual a adquirir contornos mais radicais no contratualismo que ascenderia um século depois, com Hobbes² (HOBBS, 1988).

Ou seja, a preocupação com a ordem e manutenção do poder, elementos que motivaram Maquiavel a escrever sua obra, é igualmente vivenciado pelos reinos ibéricos no momento de descoberta e conseguinte exploração das Américas. Tais fatos são sintomas dessa transformação da forma de se compreender o mundo – a prescreverem desde revoluções científicas, à Kepler e Galilei, por exemplo, até a negação de alguns dos princípios básicos do cristianismo católico, como a constante intervenção divina no mundo.

A visão hierárquica – forma perfeita da Criação Divina – a fundamentar as ordens cavaleirescas e a obediência quanto ao poder vertical, oriundo do rei, encontra-se fortemente abalada (CHAUNU, 1966). Cervantes traz isso à tona através do enlouquecido Quixote, cuja loucura é reflexo de sua perda em um

2. Aqui o leitor deve ficar atento ao fato de que o propósito deste texto não é o de fazer uma exaustiva apresentação de teóricos como Maquiavel, Hobbes, entre muitos outros que inauguraram a fase moderna. Trata-se, contrariamente, de expor a consciência de que tais autores estão inseridos em um cenário motivador, isto é, suas produções, na verdade, são reflexos de sua sensibilidade quanto às transformações do mundo em que se encontram. Maquiavel, atento aos questionamentos quanto a uma noção objetiva de moral a sustentar o preceito de uma ordem perfeita do sistema social medieval; Hobbes, sinalizando para a autonomização do sujeito em vista dessa noção objetiva de moral – algo como o sujeito abandonado em seu próprio mundo. Muitos outros autores poderiam ser citados e avaliados nestas linhas, mas, por economia, optou-se por mencionar, sem o seu devido aprofundamento, esses dois como uma maneira de dimensionar a ideia do pano de fundo que está por trás do argumento final em questão.

passado, representado pelos romances de cavalaria, que, por sua vez, ressaltam os princípios hierárquicos de ordenamento do mundo com uma moral objetiva a reger o comportamento humano (CERVANTES, 2004). O homem não consegue mais espelhar a organização do mundo real, em que vive, no mundo divino – tanto que Quixote é pura ação, pura tentativa de transformação deste mundo pela incapacidade de vê-lo como realmente é. O neotomismo, primeiramente com Francisco de Vitoria e a então fundada Escola de Salamanca, é a manifestação clara da escolástica na tentativa de resolver tais dúvidas ao longo deste século, o XVI, com a aguçada reflexão sobre a diferenciação existente entre lei positiva e lei natural, sendo, resumidamente, a primeira criada pelo homem, segundo a razão conferida por Deus a ele. Assim, o homem espelha o ordenamento de seu mundo³, suas leis, a partir da ideia de perfeição a vigorar na natureza com leis regidas pelo Criador (SKINNER, 1996; VITORIA, 1917).

Ainda neste cenário, ademais da solução para o expansionismo espanhol, a colonização da América surge como novo problema para a percepção e interpretação da abalada cosmologia europeia, uma vez que esse homem europeu encontra-se com seres humanos não prescritos na Bíblia, distinguindo-se completamente da linhagem adâmica. A dúvida quanto ao mundo, seu ordenamento, se agiganta. Ao longo de todo o século o homem busca suplantar estas dúvidas e conferir sentido ao seu abalado mundo, tentando desesperadamente o reencontro com Deus que, à medida em que os questionamentos se avolumam, tornam-se ainda mais distantes, principalmente com o propósito do exercício da fé em foro íntimo originado do Protestantismo – aliás, Lutero, de certa forma, também acaba sendo visto como uma radicalização deste processo de subjetivação do mundo e, conseqüentemente, da vida (SKINNER, 1996).

Daí se tem o surgimento da ideia de homem barroco. Este homem detém a dúvida, questiona o seu mundo, a sua constituição e, fundamentalmente, a presença de Deus e a Sua exigida hierarquia e ordem. O eminente distanciamento em relação a Deus e a dificuldade de ver a mão do Criador diretamente na criatura compromete toda a maneira de se compreender o mundo, antes tão bem explicado pela razão tomasiana. Sufocado pela angústia advinda da incerteza de um mundo decadente, tenta reconstruir, de baixo para cima, a ordem vivida por ele outrora e que, em especial no caso espanhol, conferiu-lhe a capacidade de unificação do reino de Espanha diante dos infiéis em uma guerra, contra os muçulmanos, de séculos de duração, mas que, no final, deu corpo à maior monarquia católica do mundo moderno.

Diria Wölfflin que o Barroco é uma evolução do Renascimento (WÖLFFLIN, 2010). De fato, o é. Entretanto, não se trata de uma evolução a ser resumida apenas

3. Notem que, enquanto Vitoria investe na ideia de uma figura central, Deus, como o grande organizador do mundo, reforçando as bases de uma Legislação Suprema, fundada no princípio objetivo de moral, externa ao homem (SKINNER, 1996; VITORIA, 1917), Maquiavel volta-se para as qualidades do governante em sua capacidade de superar esta possível desordem (MAQUIAVEL, 2012; SKINNER, 2010). Ou seja, como dito antes, o contexto é um só, vivido, porém, de maneira diversa pelas diferentes sociedades.

no conceito de forma. Compreender a arte barroca dos Quinhentos, dos Seiscentos e Setecentos é transcender a sua expressão, mergulhando no contexto vivido pela civilização europeia de então, e encontrar nela, nesta arte, as dúvidas humanas a contrastarem quase de imediato com a percepção da confiança humana, da perfeição do homem e de seu corpo e do toque de Deus em sua forma, consoante visto no Classicismo, em que toda a beleza das formas é puro objeto do ato da Criação. O homem, bom ou mau, não tem mais qualquer certeza quanto à mão de Deus em sua obra, mas deseja acreditar, precisa acreditar, tendo em vista a maneira como toda a sua tradição, toda a sua compreensão de mundo – todo o sentido de seu cosmos – encontra-se atrelado, condicionado, a esta definição (DE LA FLOR, 2005).

Não por acaso Eugenio D’Ors compreende o Barroco como um dos momentos maiores da unificação cultural europeia. Sua interpretação permite a concepção da ideia de as formas do Barroco ultrapassarem os limites de algo puramente periodológico, sinalizando para a existência de uma categoria de Barroco a se perfilar como uma constante da cultura, deixando de ser algo histórico, com data determinada, adquirindo contornos de universalidade. Ou seja, enquanto variedade estilística, pode o Barroco manifestar-se em distintas épocas (D’ORS, 1968). Dialogando com D’Ors, Weisbach diagnostica o Barroco como incerteza diante do Cosmos. Fala de uma incerteza a se agigantar de tal maneira que “palpita na origem de todo grande impulso humano” (WEISBACH, 1948, p. 35). Heidegger, contemporâneo de Weisbach, interpreta a metafísica como necessidade de satisfazer um tipo de angústia do homem advinda de sua “superdesenvolvida” subjetividade a conferir o caráter de objeto a tudo, inclusive à humanidade e, então, a si mesmo (HEIDEGGER, 2012). Ou seja, as dúvidas do homem, seu sofrimento, traduzido, aqui, em angústia, sempre se fizeram presentes ao longo dos séculos. Não poderia ser diferente no período dos descobrimentos.

O sentimento de dúvidas em relação ao mundo encontra-se preservado ao longo de toda a história do homem. Benjamin (2012) leva isso às últimas consequências ao desenhar um caminho traçado pela literatura alemã como dotado de um “buraco ontológico”, em que não se torna possível encontrar nem a certeza de uma tradição religiosa como a católica, traduzida no naufrágio da razão teológica, tampouco em um racionalismo interno ao homem como aquele vislumbrado ao longo do Iluminismo. O *Trauerspiel* alemão, ou drama barroco, é o ponto fundamental a conferir identidade ao racionalismo prussiano e todo o seu edifício racional. Isso porque um dos pontos mais marcantes da argumentação de Benjamin está no fato de o Renascimento Alemão, em si, representar uma incessante e até mesmo violenta busca pelo Classicismo. Deste modo, o próprio intento da cultura alemã de se movimentar rumo ao clássico engendra uma configuração verdadeiramente barroca e, por sua vez, de inquietude do homem em busca de um sentido. O grande ponto da reflexão benjaminiana, neste caso, refere-se ao fato de *o Barroco passar a ser encarado pelo autor não mais como um momento histórico*, formalmente definido pela historiografia

da arte, mas, mais precisamente, *como qualquer movimento do espírito humano em direção à construção de sentido para si no mundo ao qual pertence*. Trata-se, notavelmente, de um esforço humano que, no caso do Renascimento, é visível através da necessidade de se esquadriñar um sentido para a forma assumida pelo homem naquele momento de sua vida (BENJAMIN, 2012).

A despeito de todo o questionamento gerado pela tese de Benjamin quanto ao racionalismo ocidental e, conseqüentemente, ao racionalismo alemão na Europa fascista, cabe à solidez da compreensão a-histórica do Barroco, tomando-o como uma característica da constituição humana a se manifestar diante da existência de uma “tradição”, racional ou não (VILLACAÑAS, 2004). *O cenário em que ocorre o descobrimento da América e a conquista e aculturação dos respectivos povos é exatamente esse*. Portugal e Espanha, com suas singularidades, tentam resgatar o sentido de um mundo fundado nos princípios morais e objetivos de uma hierarquia divina escorada na Igreja Católica (MORSE, 1989).

Como consequência, o colonizador espanhol e português são homens barrocos a buscarem, invariavelmente, a reconstrução de um Cosmos que, à medida em que avançam, se distancia gerando cada vez mais dor e incerteza quanto à sua presença neste mundo. E, por tanto correrem atrás da certeza, se movimentam sempre. Os caminhos escolhidos por cada um, Portugal e Espanha, quanto à colonização, variam, segundo as características de cada país e cada território ocupado. Espanha, com um modelo universal de colonização fundado no princípio dos vice-reinados⁴, conserva a ideia de presença de nobres nas colônias, abrindo precedentes para o desenvolvimento de uma elite crioula que terá papel fundamental nos processos de independência alguns séculos mais tarde. Portugal, por sua vez, esquadriña sua dominação fundando-se em um pragmatismo coerente com as suas necessidades. Assim, centraliza sua dominação sobre as colônias, tentando, na medida do possível, evitar qualquer possibilidade de autonomização (BOXER, 1977).

Todavia, os desafios impostos ao colonizador não seriam menores. A incerteza quanto à sua presença no mundo, aliás, quanto ao próprio sentido de existência deste mundo, estava agora diante do completamente desconhecido. A natureza, cuja sua tradição dizia ser criação de Deus, algo completamente harmônico, tal como a constituição do próprio homem, se mostrava tão gigantesca e indomada a ponto de só causar opressão (BARBOZA FILHO, 2000). A harmonia com a natureza buscada pela arquitetura barroca, como forma de ressaltar o unísono da criação, do sentido comum ao Cosmos (ARGAN, 2004), já não se torna possível na América, local de natureza desconhecida, com homens igualmente desconhecidos, mas portadores dos segredos naturais que se recusam em ser revelados aos europeus.

Condenado a viver em um mundo de incertezas, o homem barroco, o colonizador

4. Durante o período de união das duas Coroas, Portugal e Espanha, esta preserva em grande medida o modelo administrativo adotado por sua vizinha enquanto domina todo o território colonial português. Ou seja, conserva a ideia de governos gerais ao longo das colônias portuguesas, não alterando consideravelmente a forma de dominação e expropriação dos territórios conquistados (CONSENTINO, 2009).

européu, tem como alternativa confiar na reconstrução do sentido do mundo de baixo para cima, tentando a maior aproximação possível com a razão Criadora. Uma vez na América, o abandono neste mundo, de natureza extremamente arrogante, por indomável que é, o sentimento de abandono é elevado à última potência. Assim, as ganas pelo ouro e a prata falam mais alto e encontram aquela brecha deixada pela concepção objetiva da moral, fundada em Aristóteles e ampliada em Santo Tomás de Aquino – os principais credores do catolicismo. O desespero, oportunista, ocupa o lugar da razão barroca. O domínio, o necessário extermínio ante qualquer possibilidade de contestação de seu mundo, se faz eminente. Tudo, agora, adorna o sonho de reconstruir o mundo do zero. O Criador, mais do que nunca, anseia por se mostrar presente no entendimento deste homem barroco colonizador. E, neste ponto, o Barroco o tira do estatismo, pois a sua singularidade está justamente na capacidade de reprodução pela Cultura dos procederes da natureza – diferentemente do Classicismo, cuja tônica é a reprodução pela Cultura dos procederes da própria Cultura⁵ (D'ORS, 1968).

No Brasil o caminho da colonização adquire suas nuances. A natureza, igualmente, mostra-se arrogante. Todavia, as civilizações encontradas não tinham muito a oferecer ao ansioso português que cruzou o oceano – tal como esta mesma natureza que, num primeiro momento, estava desprovida de metais preciosos. Assim, praticamente nada poderia ser extraído dela para a glória do reino português, também ansioso para reconstruir a ideia de hierarquia divina no imaginário de seu povo. Ao mesmo tempo, nada ali configura uma ameaça física imediata e consequente contestação dos princípios tradicionais ibéricos a ungirem o reino lusitano. Logo, o Brasil não precisa ser conquistado. O Brasil não tem nada para ser conquistado.

Ademais, diversas outras questões interferem de maneira a impedir que Portugal empreenda uma efetiva política colonizadora em seus domínios americanos nas primeiras décadas pós-descobrimientos – entre elas, a importância maior que gerava o comércio com a Índia, atendendo bem às suas necessidades iniciais como reino (ALENCASTRO, 2000). Desse modo, os primeiros colonizadores desembarcavam nas praias da Terra de Santa Cruz sem qualquer tipo de projeto. Aliás, não por acaso, a colônia foi vista como algo secundário, como terra de degredo, estando completamente desprovida da presença de uma nobreza, como ao contrário ocorreu na América hispânica que detinha uma tradição, de fundo neotomista contestável ou não, na condução dos rumos de colonização.

Os primeiros colonos portugueses na Terra de Santa Cruz detinham a mesma incerteza presente no homem barroco. Deste modo, encontravam-se completamente abandonados à sua sorte, oprimidos, ademais, por uma natureza desconhecida, indomável, opressora a ponto de ameaçar devorá-lo com sua imensa arrogância

5. Este ponto de distinção, de particularismo do Classicismo, torna-se ainda mais visível quando se tem em mente que o homem é retratado no Renascimento como pura manifestação da beleza de modo a promover uma identificação do Belo com a ideia da Criação. Grosseiramente falando, é a cultura do Belo reproduzida por meio da Cultura que se tem sobre a Criação (ARGAN, 1996a; ARGAN, 1996b).

(BARBOZA FILHO, 2000). Diante de tudo isso, resta apenas fechar-se em seu próprio mundo, cada vez mais caracterizado pelo aspecto pragmático do “ladrihador” de Sérgio Buarque de Holanda (HOLANDA, 1996). Não cabe formulações ideológicas. Apenas, sobrevive. E é justamente essa sua constituição barroca, de incertezas que resultam na necessidade do movimento – um movimento de reconstrução, de busca de algo que não sabe o que é – a conferir dinâmica ao seu caráter, embora sem constituir uma direção precisa aos seus movimentos. Inconscientemente, cimeta bases para uma cultura, a sua cultura, a partir dos procederes da desconhecida natureza a devorá-lo com o imprevisível.

Este homem, não mais português, depois de gerações no Brasil, tem de lidar com tudo que lhe é oferecido da maneira como pode, como consegue. Assim é que não cria barreiras à mestiçagem – ainda que isso não configure uma percepção quanto à humanidade; assim é que explora o pau-brasil, como algo quase sem-querer; assim é que leva a cana-de-açúcar para o Brasil; assim é que escraviza, primeiro o índio, depois, o negro, pois é a solução que lhe aparece; assim é que, novamente, se reproduz com seu cativo e leva-o para o interior de sua casa, a casa-grande; assim é que domina patriarcalmente, como forma de controle de seu mundo – aquele mesmo controle almejado desde sempre pelo homem barroco e que não se fez presente no princípio devido à imposição da natureza. Neste último caso, não se trata de um tipo de dominação puramente racional, como caracterizado séculos depois por Max Weber (WEBER, 1999). Há racionalismo, mas o racionalismo prático exigido pelo Barroco.

O colono, enquanto agente, constrói, portanto, a sua realidade de maneira imediata, quase que como um reflexo do mundo, de sua forma de estar no mundo. Determina, a partir de então, suas relações sociais e seu modo de ser, juntamente com a forma como assimila os aspectos mais característicos desta realidade. E tudo é feito com esta imensa paleta de cores, cores fortes, pungentes, e suficientemente destacadas a ponto de entonar um claro-escuro caracteristicamente barroco. É no claro que se encontra o seu aspecto mais pragmático, a sua necessidade de se movimentar. Esta dinâmica se faz diante do escuro proveniente da incerteza do caminho tomado pelo seu movimento. E é com as cores deste claro-escuro – que necessariamente, devem ser bastante fortes para tornar cada vez mais visível o contraste entre os extremos – que o homem colonizador, barroco, pinta a sua realidade e configura o seu modo de ser.

3 | A ORDEM

Diante de tudo o que foi apresentado acima, a partir de uma sugestão de se tomar o Barroco como ferramenta de análise da formação do Brasil, levando em conta o princípio da existência de um homem barroco fruto das incertezas de seu tempo, pode-se dizer, seguramente, que a História do Brasil é recente. Aos bramidos

de desordem, provenientes do comportamento excessivamente pragmático, dá-se o mínimo esforço da monarquia lusitana, na tentativa de preservar o seu império ultramarino, de impor a ordem. Desse modo, Raymundo Faoro autoriza-se a dizer que no Brasil se tem “a criação da realidade pela lei” (FAORO, 1997, p. 120). Em sua preocupação de fazer uma genealogia das instituições políticas brasileiras, de sua singular característica de apropriação privada e configuração sumamente burocratizada, apresenta a Coroa Portuguesa como entidade de colossal força política a ponto de garantir uma centralização das mesmas proporções das estruturas políticas brasileiras. O intuito, no entendimento do autor de *Os donos do poder*, está em identificar a fortíssima presença da metrópole na configuração da colônia. Todavia, o predicado fundamental da tese de Faoro está no eminente caráter secundário assumido pela Colônia, traço marcante de seu passado a condená-la a uma eterna heteronomia política.

O interessante disso tudo está no fato de que à dominação exercida pela Coroa Portuguesa está a submissão da sociedade, relegada ao *status* de coadjuvante do coadjuvante, pois, em um primeiro plano, sempre, está a metrópole no imenso império ultramarino. Assim, o Brasil é conquistado, ocupado e explorado de maneira que nada seja feito para ele mesmo, mas, fundamentalmente, atendendo aos preceitos de um império, o português, que a maioria dos brasileiros nunca viu. Sérgio Buarque de Holanda escreveu antes, mas, de certa forma, sua fala complementa a de Faoro ao dizer que o brasileiro é “um degredado em sua própria terra” (HOLANDA, 1996, p. 79).

A apropriação da tese de Faoro serve para contextualizar o caráter do Brasil colonial como sendo o de uma terra não existente por si mesma. Desde o princípio, não há a preocupação em se implantar uma cultura, uma tradição, nos dizeres de Rubem Barboza Filho, a configurar identidade para a sociedade progressivamente crescente (BARBOZA FILHO, 2000). São as consequências da insegurança do presente homem barroco, mencionado anteriormente, entoando um descompasso com o “propósito colonizador” lusitano, centralizado talvez em virtude do temor de perder sua própria colônia. Portugal, especificamente na figura do governador-geral, tinha como preocupação somente a exploração do território brasileiro. Obviamente, o processo é muito mais complexo que isso, pois leva em conta a formação de determinados grupos sociais, como traficantes de escravos, senhores de engenho, entre outros, que se contrabalançariam enquanto forças sociais na organização de algumas das estruturas políticas e econômicas (FERLINI, 2003).

Abrindo parênteses nesta reflexão, é interessante pensar como a implementação de uma administração centralizada denuncia a fragilidade social brasileira. Como visto antes, não há planejamento social, uma vez que o colono é puro susto. Não há a criação de uma complexa rede social diretamente ligada à administração local da colônia por meio da admissão, por exemplo, da presença de uma nobreza consistente na investida colonizadora. Distintamente do que se vê nos seus vizinhos ibero-

americanos, a nobreza portuguesa sucumbe ao barroquismo palaciano, estando todos em torno do rei e, portanto, distantes dos domínios ultramarinos. Sabe-se do impacto gerado pela presença de uma Corte, como a portuguesa, devido aos acontecimentos e aos rumos tomados pelo Brasil pós 1808. O que há, claramente, é a instalação de uma administração quase 50 anos depois da descoberta da Terra de Santa Cruz.

Diante do nada, o tom da incapacidade política e administrativa colore a paisagem brasileira. Era como se o argumento da futilidade de Hirschmann, o mais perverso da intransigente retórica moderna (HIRSCHMANN, 1992), se materializasse e, ao tornar-se carne, verbalizasse o imperativo da interferência, da ajuda. Nisso, tudo é apagado. Tudo prenuncia a necessidade do recomeço. E cada recomeço traz consigo uma ideia como um movimento vertical, de cima para baixo, colonizando depois da conquista deste povo sem passado. Pronto, o brasileiro passa a ter, então, identidade. Uma identidade que, pelo menos desde a sua independência busca desesperadamente o anseio pela sua inclusão na sonhada modernidade, com todo o racionalismo e as ideias das luzes.

À verticalidade das ideologias colonizadoras – reflexos da insegurança do mundo a promover a tentativa constante do domínio, do controle – tem-se a horizontalidade do brasileiro condenado ao rés do chão. Esta vivência ao rés do chão, por si só, é um traço fundamentalmente barroco, de forma a exigir deste homem a sua vivência material, a lida diária com o seu meio sem praticamente nenhuma referência a não ser a sua própria capacidade de racionalização das ações (DELEUZE, 1988). A sua vida, portanto, confunde-se com o imediato, com a necessidade de se fazer com que cada coisa possa ser utilizada para a sua sobrevivência. Logo, se houver uma pesquisa quanto à sua identidade, ela deve se dar essencialmente nesta necessidade – depois, capacidade – de o colono conseguir se apropriar de um mundo que o nega constantemente, seja pela incerteza da presença de Deus e a ordem hierárquica do Cosmo anteriormente prevista por seu Criador, seja pela arrogância da natureza, inimiga quando se tenta domá-la.

Talvez por isso a História do Brasil, ainda que revisitada constantemente, se faça cada vez mais recente e dotada de incertezas quanto à determinação de suas características, quanto à tentativa de classificar uma identidade brasileira, de sua jovem sociedade que, como disse o já evocado Haroldo de Campos, tem uma cultura nascida adulta, tal como o Macunaíma, de Mário de Andrade (ANDRADE, 2000). E, como adulta, nunca foi afásica (CAMPOS, 2004). Mas, como se sabe, esse processo de formação do Brasil tem um lado fundamentalmente cruel. Trata-se de uma crueldade a obrigar este colono – agora, sim, podendo ser chamado de brasileiro – a viver ao rés do chão, devendo antes de mais nada, corrigir as plantas de seus pés e fincar-se em seu meio. Deve-se, logo, traduzir-se em seu próprio meio, sendo-lhe impossível, e incapaz, de projetar-se para o alto, despregar-se de seu mundo, de seu chão. Essa é, talvez, a única característica comum ao senhor

de engenho, ao escravo, ao índio, ao português colonizador e muitos outros atores do gigantesco e, outrora, edênico mundo, novamente, nos dizeres de Buarque de Holanda (HOLANDA, 1977).

O ditame é a exploração e a satisfação da economia colonial. O Brasil é somente um elemento mais no imenso comércio atlântico criado por Portugal. Tudo é secundário em seu afã de afirmação perante a um mundo que se torna estranho, cada vez mais estranho, até mesmo para ele. O que se passa no Brasil, colônia como qualquer outra, é mera consequência. O que se monta no Brasil, em termos de aparatos político-administrativos, é puro meio para uma finalidade clara, bem delimitada e de comum conhecimento de todos. A maior colônia lusitana, então, é submetida, impondo-lhe uma condição de existência que, justamente, implica não existir por si mesma. Estão criadas, portanto, as bases para a sua ocupação da maneira como o foi.

E o Brasil se faz no susto. O mesmo susto tomado pelo colono, no quadro de Debret, ao ver a Proclamação da Independência. A proliferação da cana no litoral também acaba sendo produto desse susto – talvez, um dos primeiros. Todavia, o conhecido investimento exigido pelo engenho de açúcar, com uma dinâmica produtiva difícil de imaginar, acompanhado do alto custo de sua implantação, ganha corpo na Colônia. Com o açúcar, garante-se, em alguma medida, o domínio, secundariamente, a colonização, e, por sua vez, mobiliza lucros para a metrópole – obviamente, lucros inimagináveis inicialmente. Todavia, trata-se de uma mobilização de capital a prefigurar a restrição quanto à sua participação. Não por acaso, a Coroa portuguesa acaba sendo uma das principais incentivadoras e financistas no processo de implementação das moedas no litoral brasileiro ao longo dos dois primeiros séculos de colonização. De toda forma, é evidente a restrição quanto às possibilidades de participação na atividade, já conhecida entre os portugueses por sua experiência nas ilhas do Atlântico (FERLINI, 2003).

Sem qualquer sombra de dúvida, a figura do senhor de engenho, no Brasil, tende a refletir o significado mais puro da economia colonial. Ao mesmo tempo em que se mostra detentor de grande capital, materializado no volumoso investimento que é o engenho de açúcar, está assaz distante daquilo que pode ser chamado de economia moderna, principalmente se se tomar em conta a sua persistente insistência no escravismo. De todo modo, seu poder político, econômico e social, então, não pode ser desconsiderado. Os matizes de tal poder apresentam algumas das chaves a permitirem uma melhor compreensão do que se passa na colônia portuguesa. Definitivamente, Gilberto Freyre mostra-se como o primeiro a atentar para isso de forma tão sóbria, observando as consequências do exercício de tal poder nas diferentes esferas dignas da análise sociológica. Em seu estudo, o patriarcalismo passa de simples termo a conceito operativo fundamental para a interpretação da sociedade colonial. É através do patriarcalismo que se vislumbra o eixo vertical do poder do senhor de engenho, ainda que se deva fazer uma relativização das

argumentações freyreanas em torno da questão da admissão do negro no interior da casa-grande, vendo-o como um aspecto fundamental, com termos positivos, para a mistura das raças, mitigando todo o conflito social aí existente (FREYRE, 2006).

De fato, a configuração assumida pelo controle real da colônia, pela tentativa de monopólio de seu poder administrativo, amputa do senhor de engenho a possibilidade de ampliação de seu poder político. Há, a partir desta investida, uma espécie de condenação do engenho a um canto, atribuindo a ele um determinado espaço que, de maneira alguma, deve ser ultrapassado. Como consequência, o engenho e toda a mecânica social por ele exigida, é condenado a uma espécie de ilha, num isolamento materializado geograficamente pelo latifúndio. Tais ilhas, providas sempre de casas-grandes, senzalas e moendas – senhores, escravos e monocultura de cana – detêm regras próprias a figurarem o poder patriarcal, cujo lado mais cruel está na liberdade de dominar a liberdade do outro, privando-o dela.

Por um lado, esse poder patriarcal, nos termos de Freyre, indica a solvência de qualquer possibilidade de emancipação de individualidades ao configurar a submissão de todos à mão do senhor. Durante o período colonial e grande parte do Brasil Império, o senhor de engenho, no campo, torna-se alguém intocável, provido de poderes sobre os seus. Morre, mas a ideia de um *status*, de senhor de engenho, não. Outro, de sua linhagem, ocupa o seu lugar, e, a despeito da variação de personalidades, opera segundo a mesma lógica reproduzindo tudo o que lhe antecedia (FARIA, 1998). Não se pode falar em disputa de classe neste caso. Há, pelo contrário, um estamento a se perpetuar, configurando uma dominação permanente sobre aqueles que lhe rodeiam.

A singular característica dessa dominação, figurada pela solidez do estamento senhorial, sublinha a dependência e conseqüente despersonalização dos estratos sociais encontrados abaixo. Torna-se impossível falar em uma autonomização desses seres e, principalmente, dos escravos. A individualização e o próprio reconhecimento como indivíduo é algo praticamente impossível tendo em vista a submissão de tudo e todos à vontade e, mais grave ainda, à ideia da vontade do senhor de engenho. A dinâmica social prefigura o condicionamento da vida à lógica exigida pelo senhor. A obediência em todas as instâncias sublinha a regra geral: primeiro obedecer e, se sobrar espaço, somente depois questionar “quem eu sou e o que faço” (COSTA, 1998).

De alguma forma, portanto, o embrionário anseio por ordem vislumbrado pelos primeiros colonos quando chegaram à imensa e desconhecida Terra de Santa Cruz encontra uma forma através do patriarcalismo e da figura do senhor de engenho. O anseio pela dominação motivado pelo temor da desordem acaba funcionando como uma espécie de barreira à objetivada moral neotomista, descrita tão preciosamente por Morse (MORSE, 1989). Sua constituição barroca funciona como uma espécie de força centrípeta, tragando tudo para o seu interior no âmbito de conferir um sentido para todas as coisas, mais precisamente, o único sentido que pode conhecer,

aquele ligado à sua constituição enquanto agente ímpar, desejoso do domínio, da hierarquia, da verticalização do grupo social. Criam-se limites em seu alcance visual, impedindo-o de ver com clareza a separação entre o público e o privado e, naturalmente, de delimitar o que é humano e o que não é, facilitando com que tudo seja abrangido pela lavoura canavieira na forma de mão-de-obra escrava.

Deste modo, não é exagerado voltar-se para o senhor de engenho como forma de fazer uma projeção da ordem social e os princípios e regras para a socialização na colônia portuguesa nas Américas. Freyre percebeu isso, manipulou o patriarcalismo como conceito fundamental da vertical sociedade colonial, e vislumbrou a casa-grande como um microcosmo do Brasil açucareiro. Destarte todo o possível diálogo existente entre as esferas opostas, senhor e escravo, demonstrado por meio das imagens de convivência no interior da residência senhorial, predomina o desejo da verticalização de toda essa estrutura e, conseqüentemente, das relações de poder e dominação por meio do escravismo como um axioma e do lugar destinado à senzala (FREYRE, 2006).

“Pachorra”: esta é a palavra que Fernando Henrique Cardoso utiliza para descrever a forma como Gilberto Freyre apresenta o Brasil no prefácio de uma das edições de *Casa-grande e senzala* (CARDOSO, 2006). E, de fato, há por parte do autor uma aparente busca pela conciliação das raças a partir do momento em que toma a mestiçagem como um processo comum, natural e, de certa forma, tendo em vista a experiência transcultural portuguesa, tão assinalado por Sérgio Buarque de Holanda (HOLANDA, 1996). O mito de Malinche, nos termos descritos por Bolívar Echeverría (ECHEVERRÍA, 2011), no caso brasileiro, abandona o aspecto da dominação, da conquista e seu caráter estratégico, a pressupor uma intencionalidade, ficando somente com o elemento do novo, da construção de um povo distinto, inovado por dentro e por fora, com o “açúcar na ponta da língua”: o mulato (FREYRE, 2006).

Sem embargo, é imprudente, senão irresponsável, dizer que Freyre dulcifica de maneira completa a visão sobre o Brasil. O que ele faz, definitivamente, é exigir uma visão original sobre este país, reconhecendo a autenticidade no processo de formação de seu povo. Isso é mais verdade ainda quando se toma o patriarcalismo como ponto fundamental de suas argumentações. Esse patriarcalismo lido também como poder do senhor de engenho, é o que organiza o meio ao seu redor, determinando os aspectos mais claros de sua constituição social a ponto de caracterizar não mais somente a organização do campo, da casa-grande e senzala (e engenho), mas, nas mesmas proporções, as primeiras cidades, com os seus sobrados e mocambos (FREYRE, 1977). Não cabe mais apenas o olhar julgador sobre o Brasil, vendo-o como distúrbio de uma sociedade autenticamente moderna. Ao mesmo tempo, isso não significa abandonar o pressuposto hierárquico, de domínio, portanto, vertical, dessa organização social. Por conseguinte, os que vêm depois de Gilberto Freyre na tentativa de interpretar o Brasil, valendo-se, inclusive, de sua obra, tornam-se autorizados a falar de força, de violência, de sujeição – principalmente tomando-

se em conta a perspectiva do escravo negro – sem, contudo, corromper a ideia inicial do célebre autor. Repita-se: o princípio de Freyre está no reconhecimento da originalidade da constituição do povo brasileiro a pressupor uma forma única, singular, de convivência de grupos sociais tão opostos, como o negro e o branco na figura de escravos e senhores, respectivamente. O autor de *Casa-grande e senzala*, neste caso, apenas não viu a barroca constituição do colonizador que, de certa forma, é mobilizado pelo susto da incerteza quanto ao seu mundo.

E, enfim, por trás de todo o questionamento, toda a dúvida proveniente da incerteza quanto ao Cosmos, à Criação Divina que cruza o Oceano, à hostilidade da natureza e o conseqüente desafio em utilizá-la como fonte para a reprodução de uma cultura, o brasileiro surge. Organiza o mundo à sua maneira, sem referenciais, mas consciente da ofensa do caos que pode ser elevado à última potência em um ambiente a insistir em ser superior. Por isso, busca a calma e a sobriedade pelos caminhos mais tortuosos, expressando-as de forma considerável nas fachadas das igrejas barrocas, demonstradas que, na descrição de Lourival Gomes Machado, contrastam, em sua tranquilidade e paz, com o interior repleto de detalhes a espelharem a intranquilidade da alma humana e a expor o homem diante dos seus maiores temores (MACHADO, 2003). E este homem brasileiro, condenado ao rés do chão, vive em um pragmatismo a movimentá-lo por instantes, de maneira que atribua importância aos fatos mais cotidianos, aparentemente mais simples, mas que, em seu olhar, são dotados da maior importância, tal como o homem que carrega a cruz para agradecer ao santo tão próximo a cura da convalescência de seu amigo burro. E, com a cruz nas costas, sentindo a dor de Cristo, depara-se diante da calma e tranquilidade da sóbria fachada barroca. Mas, a entrada lhe é negada pela dogmática igreja a alegar a futilidade do motivo (GOMES, 2008). O homem, então, tem o acesso ao seu interior veementemente negado. E essa negação consiste na representação da negação do conhecimento de si mesmo, devido ao reflexo de um sobre o outro. E nesse fechar de portas da igreja, fecham-se igualmente as portas à compreensão do barroco homem brasileiro.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nestas últimas palavras objetiva-se a distância de qualquer tipo de conclusão quanto à constituição do Brasil e a maneira como deve ser admitida a sociedade brasileira. O propósito, visto como mais saudável para as próprias Ciências Sociais, no campo do Pensamento Social e Político Brasileiro, tal como a História do Brasil, é lançar novas perguntas, como, por exemplo: por que não valer-se do Barroco como possibilidade interpretativa da constituição do Brasil?

De todas as formas, finaliza-se este texto da mesma maneira como foi iniciado. Apela-se para a ideia do entendimento da constituição da sociedade brasileira como algo feito de baixo para cima e, mais complexo ainda, como uma espécie de

movimento de resposta às ameaças de seu mundo. O colono, o assustado colono, responde ao estímulo do mundo que se agiganta cada vez mais diante de seus olhos, saindo-lhe do controle. O seu primeiro movimento, portanto, é o de tentar controlá-lo. Os referenciais sociais deste colono encontram-se justamente em dúvida quanto à sua cosmologia do outro lado do mundo. Os referenciais políticos, por sua vez, vêm na forma de massacre, de um arbitrário controle administrativo promovido pela metrópole, interessada, apenas, em manter o território descoberto e produzir para os seus próprios lucros, sem oferecer algo em troca. Nada mais importa, impedindo-a de elaborar um consistente projeto de colonização e, conseqüentemente, de ver a Terra de Santa Cruz como uma extensão do reino lusitano.

Ao colono, o tão próximo ancestral do brasileiro moderno, o único brasileiro que existe e existiu, resta o Barroco como o movimento do espírito a lhe preencher o eco deixado pelo mundo sem sentido. Neste imenso bricolagem sem estrutura, recria o mundo segundo a sua necessidade, valendo-se apenas de seus instintos – ou dobras do espírito, na versão deleuziana do Barroco. O sentido, junto com a ordem almejada, são criações que se vão superpondo, como camadas, construindo um imenso e sólido edifício cultural, cujas mônadas, em sua lógica mais lebniziana, se movimentam irrefreavelmente todas ao mesmo tempo (DELEUZE, 1988). Para nada, portanto, há o antes ou o depois. Tudo se dá ao mesmo tempo, sem ordem pré-determinada. Tudo se constrói unicamente pela urgência.

Enfim, olhar para o Brasil admitindo esta perspectiva, estes complexos processos de constituição de sua sociabilidade, ademais de ser um olhar inovador, pode sinalizar para uma compreensão de sua sociedade, de sua cultura, dos princípios a regerem as relações sociais, ainda não vista no interior do Pensamento Social e Político Brasileiro, porquanto preso à necessária trajetória iluminista de compreensão do homem moderno realizando, sem perceber, a mesma negação ao conhecimento deste homem, outrora feito pelo escolasticismo. Não custa tentar.

REFERÊNCIAS

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O trato dos viventes: a formação do Brasil no Atlântico Sul**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ANDRADE, Mário de. **Macunaíma – o herói sem nenhum caráter**. Belo Horizonte: Garnier, 2000.

ARGAN, Giulio Carlo. **Renacimiento y Barroco I – De Giotto a Leonardo da Vinci**. Madrid: Alral Ediciones, 1996a.

ARGAN, Giulio Carlo. **Renacimiento y Barroco II – De Miguel Ángel a Tiépolo**. Madrid: Alral Ediciones, 1996b.

ARGAN, Giulio. **Imagem e persuasão – ensaios sobre o Barroco**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

AZEVEDO, João Lúcio de. **História do Padre Antonio Vieira** (2 volumes). São Paulo: Alameda,

2008.

BARBOZA FILHO, Rubem. **Tradição e artifício – iberismo e barroco na formação americana**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, Rio de Janeiro: IUPERJ, 2000.

BENJAMIN, Walter. **El origen del Trauerspiel alemán**. Madrid: Abada Editores, 2012.

BOXER, Charles. **O Império Colonial Português**. Lisboa: Edições Lisboa, 1977.

CAMPOS, Haroldo de. **Barroco literário brasileiro**. In: HARO, Pedro Aullón de. Barroco. Madrid: Serie Teoría/Crítica, Editorial Verbum, 2004. pp. 1109-1116.

CÂNDIDO, Antônio. **Formação da literatura brasileira – momentos decisivos 1750-1880**. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2006.

CARDOSO, Fernando Henrique. Prefácio. In: FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande e senzala – formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. São Paulo: Global, 2006.

FARIA, Sheila de Castro. **A colônia em movimento – fortuna e família no cotidiano colonial**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1998.

CERVANTES, Miguel de. **El ingenioso Hidalgo Don Quijote de la Mancha**. Barcelona: Planeta, 2004.

CHAUNU, Pierre. **La civilisation de l'Europe classique**. Arthau, Paris, 1966.

CHECA, Fernando; MORÁN, José Miguel. **El Barroco**. Madrid: Istmo, 2001.

COSENTINO, Francisco Carlos. **Governadores gerais do Estado do Brasil (séculos XVI-XVII): ofício, regimentos, governação e trajetórias**. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: Fapemig, 2009.

COSTA, Emília Viotti da. **Da senzala à colônia**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

D'ORS, Eugenio. **Du Baroque**. Paris: Gallimard, 1968.

DE LA FLOR, Fernando. **Pasiones frías – secreto y disimulación en el Barroco hispano**. Madrid: Marcial Pons Historia, 2005.

DELEUZE, Gilles. **El pliegue – Leibniz y el Barroco**. Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica, 1988.

ECHEVERRÍA, Bolívar. **La modernidade de lo Barroco**. México D. F.: Ediciones Era, 2011.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder – formação do patronato político brasileiro (2 volumes)**. São Paulo: Editora Globo, 1997.

FARIA, Sheila de Castro. **A colônia em movimento – fortuna e família no cotidiano colonial**. Rio de Janeiro: Editora nova Fronteira, 1998.

FERLINI, Vera. **Terra, trabalho e poder – o mundo dos engenhos no Nordeste colonial**. Bauru: EDUSC, 2003.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala – formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. São Paulo: Global, 2006.

- FREYRE, Gilberto. **Sobrados e mocambos – decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano (2 volumes)**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1977.
- GOMES, Dias. **O pagador de promessas**. Rio de Janeiro: Bertran, 2008.
- HEIDEGGER, Martin. **Ser e tempo**. Petrópolis: Vozes, 2012.
- HIRSCHMAN, Albert. **A retórica da intransigência – perversidade, futilidade e ameaça**. São Paulo: Companhia das letras, 1992.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Visão do paraíso – Os motivos edênicos do descobrimento e colonização do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1977.
- MACHADO, Lourival Gomes. **Barroco mineiro**. São Paulo: Perspectiva, 2003.
- MAQUIAVEL, Nicolau. **O príncipe**. Porto Alegre: L&PM, 2012.
- MORSE, Richard. **O espelho de Próspero – cultura e idéias nas Américas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- HOBBS, Thomas. **O leviatã – ou matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil (2 volumes)**. São Paulo: Nova Cultural, 1988.
- SKINNER, Quentin. **As fundações do pensamento político moderno**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- SKINNER, Quentin. **Maquiavel**. L&PM, Porto Alegre, 2010.
- VILLACAÑAS, José Luis. **Gracián en el paisaje filosófico alemán – una lectura desde Walter Benjamin, Arthur Schopenhauer y Hans Blumenberg**. In: HARO, Pedro Aullón de. Barroco. Madrid: Serie Teoría/Crítica, Editorial Verbum, 2004. pp. 697-718. Vitória, Francisco de.
- VITORIA, Francisco de. **Relecciones Teológicas**. Madrid: Librería Religiosa Hernández, 1917.
- WEBER, Max. **A ética protestante e o “espírito” do capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- WEBER, Max. **Economia e sociedade (2 volumes)**. Brasília: Editora da UnB, 1999.
- WEISBACH, Werner. **El barroco – arte de la contrarreforma**. Madrid: Espasa-Calpe, 1948.
- WÖLFFLIN, Heinrich. **Renascença e Barroco – estudo sobre a essência do estilo Barroco e a sua origem na Itália**. São Paulo: Perspectiva, 2010.

TERRITÓRIO DA CIDADANIA DO JALAPÃO: RESGATE HISTÓRICO E DESAFIOS

Maria Antônia Valadares de Souza

Universidade Federal do Tocantins, Doutoranda
em Ciências do Ambiente
Palmas -Tocantins

Heber Rogério Grácio

Universidade Federal do Tocantins, Professor
do Programa de Pós-Graduação em Ciências do
Ambiente
Palmas -Tocantins

Airton Cardoso Cançado

Universidade Federal do Tocantins, Professor do
Programa de Pós-Graduação Desenvolvimento
Regional
Palmas -Tocantins

Nayara Silva dos Santos

Universidade Federal do Tocantins, Doutoranda
em Desenvolvimento Regional Palmas -
Tocantins.

Gislâne Barbosa

Universidade Federal do Tocantins, Doutoranda
em Desenvolvimento Regional Palmas -
Tocantins.

RESUMO: O presente artigo tem o objetivo de fazer um resgate histórico e identificar os principais desafios do Território da Cidadania do Jalapão (TCJ), que é uma estratégia de desenvolvimento regional sustentável que visa a garantia de direitos sociais voltado às regiões do país que mais precisam, através

da Política do Governo Federal via Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), com objetivo de levar o desenvolvimento econômico e universalizar os programas básicos de cidadania. O trabalho foi construído a partir de pesquisa bibliográfica, documental e observação participante. Entre os principais desafios destaca-se: a) capacitar e incluir os mais diferentes atores locais nos debates da política territorial; b) alcançar outras fontes de recursos para além do PROINF; c) organizar-se administrativamente; d) fomentar o debate sobre comunidades tradicionais; e) ampliar a participação da comunidade nas cadeias produtivas locais; f) formalizar uma instância jurídica para fortalecer a execução das ações oriundas dos debates coletivos e g) solucionar os conflitos fundiários.

PALAVRAS-CHAVE: Política Territorial; Território da Cidadania; Jalapão; PROINF.

TERRITORY OF JALAPÃO CITIZENSHIP: HISTORICAL RESCUE AND CHALLENGES

ABSTRACT: This article aims to make a historical rescue and identify the main challenges of the Territory of Jalapão Citizenship (TCJ), which is a sustainable regional development strategy aimed at guaranteeing social rights centered at the regions of the country that most need,

through the Federal Government Policy per the Ministry of Agrarian Development (MDA), with the goal to lead economic development and universal basic citizenship programs. The work was constructed from bibliographical research, documentary and participant observation. Among the main challenges are: a) to train and include the most different local actors in territorial policy debates; b) to reach other sources of resources in addition to PROINF; c) organize itself administratively; d) foster debate on traditional communities; e) increase community participation in local productive chains; f) formalize a legal body to strengthen the execution of actions arising from collective debates and g) resolve land conflicts.

KEYWORDS: Territorial Policy; Territory of Citizenship; Jalapão; PROINF.

1 | INTRODUÇÃO

A ideia de desenvolvimento está no centro da visão do mundo que prevalece em nossa época. Por um longo tempo foi baseado nas teorias de localização que, em linhas gerais, buscavam entender as causas da ineficiência da alocação de recursos inter e intra espaços. A partir da década de 1950, o enfoque baseado na noção de distrito industrial de Marshall ganhou evidência. Atualmente Marshall volta a influenciar as teorias de desenvolvimento, agora partindo de uma perspectiva territorial.

A introdução da perspectiva territorial na discussão dos processos de desenvolvimento rural no Brasil é um fenômeno relativamente recente. Teve início a partir do primeiro governo Lula (2003- 2006), quando se instituiu a política territorial que, nesse sentido, corresponde à nova delimitação administrativa de ação do governo.

Inicialmente foram criados os territórios rurais que buscavam proporcionar uma transformação produtiva institucional cujo fim era contribuir com a redução da pobreza rural. A incorporação dos territórios ao programa seguia critérios estabelecidos, tais como: o máximo de 80 habitantes por Km², não ultrapassando a 50 mil pessoas por município; ter uma representação consolidada da sociedade civil e do poder público e possuir um conselho estadual rural sustentável, capaz de analisar as questões levantadas pelos municípios. Durante o processo de identificação dos territórios rurais, o governo entendeu que alguns deles se apresentavam economicamente mais fragilizados que outros e, com isso, necessitavam de uma atenção emergencial com ações ainda mais articuladas. A partir dessa percepção, surgiu o Programa Territórios da Cidadania (PTC). Instituído em 2008, por meio de decreto da Presidência da República (Decreto s/n Federal de 25/02/2008), o programa emergiu com o objetivo primordial de superação da pobreza e das desigualdades sociais que marcam o meio rural brasileiro, inclusive aquelas relacionadas a gênero, raça e etnia (CAVALCANTI *et. al* 2014).

Sob tal perspectiva, o presente artigo foi construído a partir de pesquisa

bibliográfica, documental e observação participante, e tem o objetivo de fazer um resgate histórico e identificar os principais desafios do Território da Cidadania do Jalapão (TCJ), uma estratégia de desenvolvimento regional sustentável que visa a garantia de direitos sociais voltado às regiões do país que mais precisam, por meio da Política do Governo Federal, via Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

A revisão bibliográfica foi realizada a partir de pesquisa em artigos científicos, dissertações e teses. Os documentos acessados foram o Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável – PTDRS, que elegeu as ações prioritárias por áreas temáticas para o território, e o livro de atas de reuniões do Colegiado, que é a instância de governança do Território. A observação participante consiste na inserção do pesquisador no interior do grupo observado, tornando-se parte dele, interagindo com os sujeitos, buscando partilhar o seu cotidiano para sentir o que significa estar naquela situação. A inserção dos autores aconteceu na oportunidade do trabalho realizado pelo Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial.

2 | AS PERSPECTIVAS DO DESENVOLVIMENTO DO TERRITÓRIO

Embora território seja noção oriunda da geografia e, especialmente, da geopolítica, sua recente incorporação por outras ciências sociais, especialmente pela economia e pela sociologia, por meio do estudo dos sistemas produtivos localizados, é extremamente proveitoso, porque caracteriza um termo (ABRAMOVAY, 2006).

Na Ciência Geográfica, de um modo geral, existem três vertentes básicas da concepção de território, quais sejam a política, a cultural e a econômica. A vertente política destaca as relações espaço-poder e concebe o território como espaço delimitado e controlado, muitas vezes relacionado ao poder político do Estado, porém, atualmente incorpora múltiplos poderes. A vertente cultural entende o território como produto da apropriação e da valorização simbólica de um grupo em relação ao espaço vivido, ao cotidiano. E a vertente econômica o considera como fonte de recursos ou como produto da divisão territorial do trabalho (HAESBAERT 2007 *apud* DALLABRIDA e MARCHESAN, 2013).

Contudo, o conceito de território não deve ser confundido com o de espaço ou de lugar, afeito ao mundo físico. A definição de território é mais ampla e está intimamente ligada à ideia de domínio, de gestão de uma determinada área. O conceito, nesse sentido, está associado à ideia de poder, de controle, quer se faça referência ao poder público, estatal, quer ao poder das grandes empresas que estendem seus domínios sobre grandes áreas territoriais, ignorando as fronteiras políticas (ANDRADE, 1995 *apud* DALLABRIDA e MARCHESAN, 2013).

Para Jean (2010) o conceito de desenvolvimento territorial rompe com tradições mais antigas sobre desenvolvimento regional, articulando duas noções: território e desenvolvimento. O desenvolvimento territorial pressupõe que cada território

deva construir, por meio de uma dinâmica interna, seu próprio modelo específico de desenvolvimento. Isso porque, o modelo que obteve êxito num dado território, pode muito bem fracassar em outro, corroborando que promover com êxito o desenvolvimento territorial pressupõe um processo de aprendizagem social.

O conceito de território adotado oficialmente pelo MDA é definido com base em aspectos multidimensionais tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições. Com esses aspectos, o território é um espaço geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo zonas rurais e urbanas, formado por uma população com grupos sociais distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial. (BRASIL, MDA/SDT, 2005).

Independente do conceito assumido o que se entende é que a abordagem territorial do desenvolvimento supõe olhar diferenciado sobre o espaço geográfico e sobre o tecido social, considerando o território como referência para análise ou intervenção (ABRAMOVAY, 2006), compreendido por sua amplitude e multidimensionalidade e em oposição ao desenvolvimento setorial (FERNANDES, 2006). Além desses elementos, existe a necessidade de vencer/minimizar as desigualdades sociais, econômicas que marcam a dualidade campo e cidade; rural e urbano. Estimular a “percepção de que o meio rural vai muito além da agricultura e que a compreensão de sua dinâmica exige que se analise a maneira como nele interagem os diferentes atores sociais” (ABRAMOVAY, 2006).

No cenário político, do final dos anos 90, o desenvolvimento territorial emerge, em um momento marcado pelo questionamento da noção de desenvolvimento (FAVARETO, 2010). Esse debate buscava uma concepção mais abrangente, que incluía a questão social, a ambiental, a cultural e a política, fato que aproximou o desenvolvimento e o território com uma forma de democracia participativa dentro de um novo modelo de gestão descentralizadora. Assim, a abordagem territorial dirige o foco das políticas de ordenamento territorial, de autonomia e de autogestão, como complemento das políticas de descentralização. No caso do desenvolvimento rural brasileiro, os programas territoriais adotados no início do século XXI surgem como uma forma de equilibrar as políticas do lado da democracia, da cidadania e do desenvolvimento como uma tentativa de diminuir as desigualdades sociais, resultado do modelo dominante e concentrador.

De acordo com Abramovay (2006), o enfoque territorial, de forma geral, abre caminho para um avanço notável no estudo do próprio desenvolvimento, apresenta amplas virtudes com relação às abordagens tradicionais. Primeiro por permitir a ampliação do horizonte quando abandona a análise estritamente setorial. Segundo por ressaltar que a noção de território, em si, impede a confusão entre crescimento econômico e processo de desenvolvimento, isso porque exige a análise das instituições em torno das quais se organiza a interação social localizada. Por fim,

o território dá ênfase na maneira como uma sociedade utiliza os recursos de que dispõe em sua organização produtiva. Desse modo, o estudo empírico dos atores e de suas organizações torna-se absolutamente crucial para compreender situações localizadas.

3 | A GESTÃO SOCIAL E A PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO

Segundo o MDA (2015), a política de desenvolvimento territorial implementada no âmbito do Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais – PRONAT do PTC está apoiada na Gestão Social, compartilhada entre poder público e representações da sociedade civil. Conforme Cançado, Pereira e Tenório (2015) a Gestão Social é baseada na tomada de decisão coletiva sem coerção, na qual a transparência, intersubjetividade e dialogicidade estão presentes. Os Colegiados Territoriais são espaços por excelência para a Gestão Social, sendo contemplados pelo MDA nos NEDETs (CANÇADO *et al.*, 2015).

Consoante Mendonça, Gonçalves Dias e Junqueira (2012) a Gestão Social tem como objeto de estudo da condução das problemáticas sociais e ambientais que necessitam ser intersetorial e interorganizacional, de forma que múltiplos atores compartilhem interesses e ações dentro de um território, tendo como foco a mudança da morfologia do social na perspectiva de um projeto de desenvolvimento local integrado (CARRION, 2007).

A construção desse campo de conhecimento vem ganhando contornos mais nítidos no contexto brasileiro a partir da abertura democrática e consolidação de diversas políticas públicas, em especial as sociais. Com a promulgação da Constituição de 1988, que define uma série de mecanismos de participação popular, institucionaliza-se o espaço para a participação da Sociedade Civil na gestão das cidades/local (CARRION, 2007).

No trabalho de Freitas *et al.* (2010) a gestão social é entendida como um processo no qual o Estado, sem perder a centralidade, deixa de ter o monopólio do poder e passa a dividi-lo com a sociedade civil. A prática da gestão social pressupõe a organização, com a presença da sociedade civil, no processo de construção e tomada de decisões no interior do Estado. Desse modo, amplia-se a transparência e os mecanismos participativos que se materializam por meio da construção de espaços públicos na esfera pública participativa, como por exemplo, os Colegiados Territoriais.

Para a SDT a gestão social é definida como “uma certa maneira de gerir assuntos públicos, nesse caso em particular, as políticas e iniciativas voltadas à promoção do desenvolvimento dos espaços rurais” (MDA, 2003, p.11). Neste processo de gestão, focalizado sob a abordagem territorial, o MDA prevê a necessária articulação social (em rede), entre os diversos agentes (públicos e privados) a descentralização

das decisões e a constituição de institucionalidades de compartilhamento de responsabilidades e poder. Sob esse olhar, focaliza-se a participação dos atores sociais em todas as etapas, que vão desde as mobilizações até o acompanhamento e controle das ações elaboradas e acordadas mutuamente sobre as necessidades da região (FREITAS *et al.*, 2010).

De forma geral, o ciclo da gestão social nos Territórios da cidadania tem início com a definição da Matriz de Ações do Programa, onde os Ministérios apresentam a oferta para cada um dos territórios. Em um segundo momento, ocorre a articulação envolvendo os Comitês de Articulação Estaduais (CAEs) e os Núcleos Diretivos dos Colegiados Territoriais, com o objetivo de preparar e mobilizar os territórios para a realização de Plenária Territorial. Nesta, são apresentadas e discutidas as ações do Governo Federal previstas na Matriz, debatidas e definidas as prioridades e detalhadas as estratégias de atuação segundo a situação específica do Território. Um quarto estágio diz respeito à implementação das estratégias. E, por fim, há o monitoramento e avaliação dos resultados, quando são feitas contribuições para um novo ciclo.

Nesse processo existe um conjunto de atribuições e atividades gerais relativas à gestão do programa nos territórios que se articulam com as estratégias específicas de outras ações. Assim, os assessores territoriais devem atuar no sentido de conciliar e atender as demandas de cada território com as políticas públicas de desenvolvimento. O objetivo da gestão social será contribuir com a efetivação das ligações, ajudar no levantamento de novas demandas e colaborar na qualificação das informações a respeito daquelas demandas já incorporadas às metas do Programa, bem como proceder o acompanhamento da execução das metas pactuadas.

4 | CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO DA CIDADANIA DO JALAPÃO- TCJ

O Território da Cidadania do Jalapão faz parte dos sete territórios que se submetem à política de desenvolvimento territorial no estado do Tocantins. O TJC é composto por oito municípios: Lagoa do Tocantins, Lizarda, Mateiros, Novo Acordo, Ponte Alta do Tocantins, Rio Sono, Santa Tereza do Tocantins e São Félix do Tocantins. O TCJ está distribuído numa área de 34.284,80 km², correspondente a 12,34% da área total do estado, no extremo leste do estado do Tocantins (Figura 1).

Os municípios que compõem o TCJ possuem uma população total de 33.101 habitantes, o que corresponde a, aproximadamente, 3% da população do estado. Conforme o SDT/MDA (2015) a população do território é predominante urbana (62%). Somente o município de Rio Sono, o segundo mais populoso, apresenta uma população rural maior do que a população urbana.

A economia da região do Jalapão está baseada no turismo e no artesanato de capim dourado, como Mateiros e São Félix do Tocantins. Porém, a dinâmica econômica entre outros municípios que compõem o território é distinta como se

observa em Rio Sono, Novo Acordo e Ponte Alta do Tocantins que têm bases na agricultura.

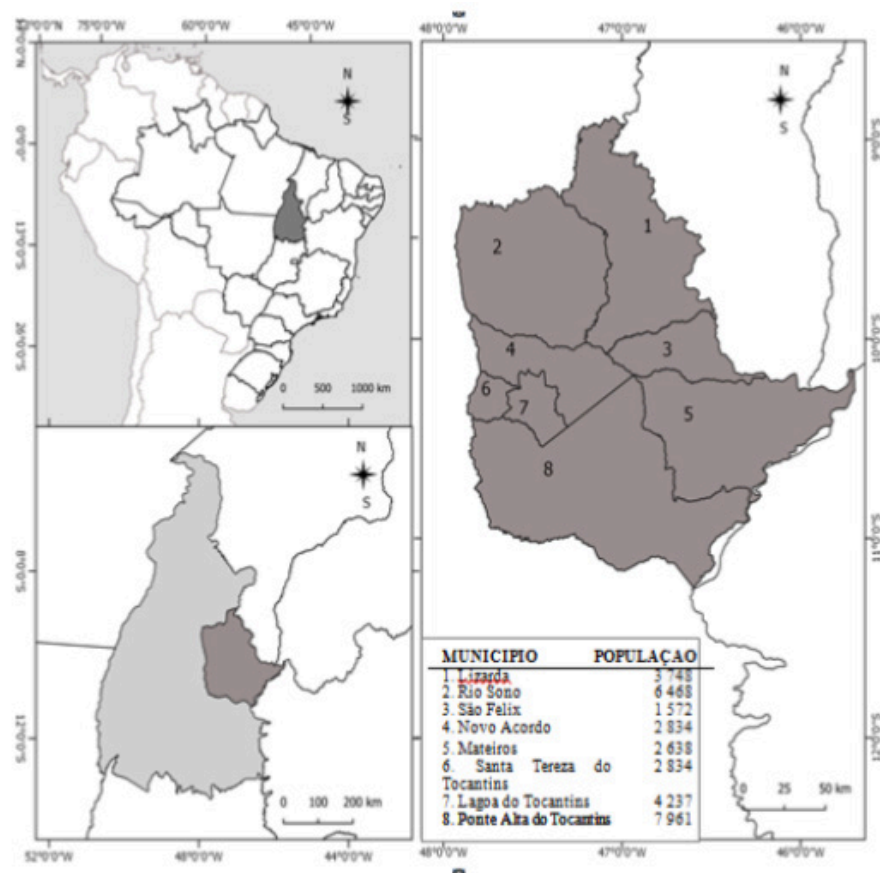


Figura 1- Território do Jalapão- Tocantins

Fonte: Elaboração própria

O TCJ apresenta, conforme IBGE (2015), 3.075 estabelecimentos agropecuários sendo 67,05% estabelecimentos familiares. O município de Rio Sono apresenta o maior índice de estabelecimentos no território. Em contrapartida, Mateiros apresenta o menor índice de estabelecimentos. Há no TCJ (nestes oito municípios) 6.259 pessoas ocupadas com a agricultura familiar e 189 famílias vivem em assentamentos, que constituem a demanda social do programa conforme o Sistema de Informações Territoriais (2015).

Em relação à situação econômica, com exceção de Santa Tereza do Tocantins, todos os demais municípios do território apresentavam taxas elevadas de extrema pobreza, merecem atenção os municípios de Lizarda – 48,36%, São Félix do Tocantins- 36,15% e Lagoa do Tocantins- 33,42% (MDA, 2015).

Em resumo, o Território da Cidadania do Jalapão caracteriza-se por uma baixa densidade demográfica e possui uma precária infraestrutura logística de acesso à região.

5 | RESGATE HISTÓRICO DO TERRITÓRIO DA CIDADANIA DO JALAPÃO (TCJ)

Em 2005, os municípios de Mateiros, São Félix, Ponte Alta do Tocantins, Novo Acordo, Lizarda, Rio Sono, Santa Tereza e Lagoa do Tocantins foram selecionados para fazer parte do Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais – PRONAT. Em 2006 as discussões de apresentação da Política de Territorialidade à sociedade, tiveram início no território. Em março de 2007 foi implementado a Comissão de Implementação das Ações Territoriais (CIAT) que se constituiu na instância colegiada deliberativa do território até a eleição do Colegiado Territorial. Devido às características do território, marcadas por intensas desigualdades sociais, com indicadores sociais baixos, o Território Rural de Identidade do Jalapão foi transformado em Território da Cidadania do Jalapão, sendo seu lançamento oficial em janeiro de 2009 na cidade de Mateiros.

De forma geral, o programa dos territórios da cidadania trabalha com base na integração das ações do Governo Federal e dos governos estaduais e municipais para reduzir as desigualdades sociais e promover um desenvolvimento mais equânime e inclusivo. Essas ações são sintetizadas no Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável (PTDRS), que é a linha norteadora do processo de desenvolvimento no território. Segundo Geraldi (2012) o PTDRS, devido ao suposto grau de legitimidade e representatividade emanado, tornar-se a visão de todos os atores inseridos nos processos territoriais.

O Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Território da Cidadania Jalapão foi construído em 2011 com base em informações primárias e secundárias do Estado do Tocantins, com ênfase nos 08 municípios que compõem o território e através de oficinas e entrevistas com membros do Conselho Territorial e com a participação da sociedade. Dentro do território a maior instância é Colegiado Territorial. Um espaço de participação social, de representação, articulação e concentração política. O Colegiado Territorial é formado paritariamente por representantes do poder público e da sociedade civil dos municípios que integram o território. No território do Jalapão, o colegiado é formado por 32 pessoas, sendo 4 por município (um titular da sociedade civil e um do poder público, com os seus respectivos suplentes) e não tem sede física. As plenárias são realizadas de forma acordada e isso faz com que as reuniões aconteçam em todos os municípios, mas com uma periodicidade não regular de plenárias. Os registros mostram que de 2003 a 2011 foi o período em que o colegiado e as ações territoriais foram mais ativas.

Desde sua criação o território tem sido acompanhado por equipes de assessoramento e de 2010 a 2015, o território foi assessorado pelo Instituto Jalapão e pela Agência de Desenvolvimento Sustentável do Jalapão. A falta de registros documentais dificulta esclarecer o período que cada equipe atuou no território e como as atividades desse assessoramento foram desenvolvidas. Atualmente, o trabalho de assessoramento é desenvolvido pelo Núcleo de Extensão em Desenvolvimento

Territorial – NEDET e conta com equipes de assessoria de gestão social, de gênero e de inclusão produtiva. A atuação no território objetiva apoiar a realização de atividades territoriais, incentivar a participação das mulheres rurais no Colegiado Territorial, por meio de avaliação e assessoria técnica.

O Programa de Apoio à Infraestrutura nos Territórios Rurais e da Cidadania (PROINF) tem sido a principal fonte de recursos financeiros para subsidiar o desenvolvimento do território. Segundo dados do Sistema de Gestão Estratégica do MDA (SGE, 2015), o apoio financeiro total aprovado no território foi de aproximadamente R\$ 4.850.708,06 (quatro milhões, oitocentos e cinquenta mil, setecentos e oito reais e seis centavos) e corresponde ao período 2003-2014, com um total de 28 projetos de investimentos distribuídos, nos municípios conforme o Gráfico 01 abaixo.

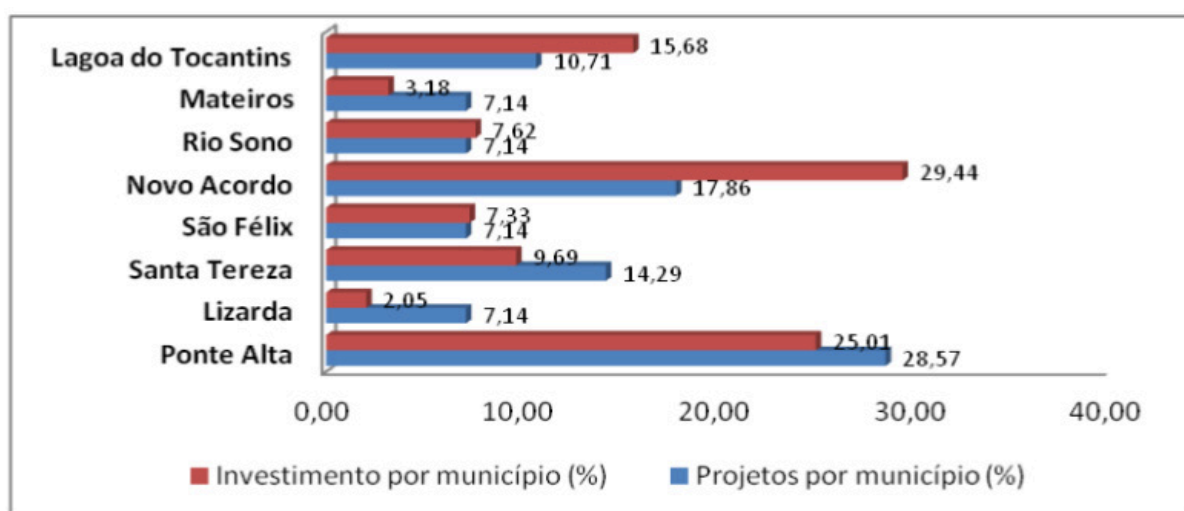


Gráfico 1: Distribuição dos projetos PROINF por município no TCJ-2003/2014

Fonte: Elaboração própria, com base MDA (2015).

Os dados apontam que no TCJ, no período entre 2003 e 2014, todos os municípios que compõem o território foram contemplados com recursos do PROINF. Cabe destacar nesse escopo o município de Ponte Alta do Tocantins com 08 propostas aprovadas, sendo que somente este município captou cerca de 29% dos projetos destinados ao território. Chama atenção também o fato de cerca de 55% dos recursos do PROINF ficarem concentrados nos municípios de Ponte Alta do Tocantins e Novo Acordo, enquanto, por outro lado, municípios como Mateiros e Lizarda não terem acessado nem 6% desses recursos.

Vale ressaltar que, pelos registros oficiais das atividades do Colegiado do Território da Cidadania do Jalapão – o Livro de Ata - não é possível verificar se todos os projetos foram de fato eleitos como prioridades pelos representantes da sociedade civil e do poder público, membros do colegiado, considerando que o Livro de Ata, apresentado pelo colegiado, tem registros, apenas a partir de 07 de junho

de 2013, mas é a única fonte documental de informação específica do território. Não fica claro também os critérios utilizados para a distribuição e/ou contemplação de projetos para um município específico. Observa-se, no entanto, que os municípios com maior participação nas plenárias têm maior número de projetos contemplados.

Constata-se, no entanto, por meio do Livro de Atas do Colegiado, que a busca por recursos financeiros para subsidiar o desenvolvimento acontece quase que “exclusivamente” por meio de uma única política pública - o PROINF. Assim, foi criada uma Comissão cuja função seria representar o Colegiado junto ao Governo do Estado na busca por outras fontes de recursos financeiros.

Os principais temas e problemas sociais em debate hoje no território e no colegiado territorial são: a) Conflitos fundiários; b) Infraestrutura básica de saúde insuficiente; c) Acessos rodoviários inadequados (estradas sem conservação); d) Deficiência no fornecimento de Energia Elétrica e a não institucionalização do Território com personalidade jurídica.

Na região existem várias comunidades remanescentes de quilombos reconhecidas pela Fundação Palmares o que fomenta ainda mais o debate dos conflitos fundiários em função da sobreposição das unidades de conservação de proteção integral aos territórios quilombolas ocupados imemorialmente.

6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em um contexto de diversas mudanças na gestão dos municípios que compõem o TCJ, da alternância de atores do colegiado, da frágil sistematização e registro das ações e deliberações do colegiado territorial, primeiramente, é importante destacar que foi desafiador realizar o resgate histórico do território do Jalapão. A política de desenvolvimento territorial representou um avanço considerável ao regulamentar um formato “mais adequado” à ampliação da capacidade de participação social dos atores no processo de diálogo, negociação, desenho e planejamento de políticas públicas no território, incrementando aquilo que poderíamos denominar como um dos atributos da capacidade governativa e da gestão social dos processos de desenvolvimento (DELGADO e LEITE, 2011).

No Território do Jalapão é importante reconhecer e destacar que já existia uma dinâmica de participação social e de discussão conjunta dos municípios sobre o desenvolvimento do território mesmo antes da formalização oficial do território. Talvez, este seja o aspecto de maior destaque; que é o reconhecimento da identidade da região, a partir de suas características culturais, ambientais e econômicas.

Em mais de uma década da implantação da política territorial no Território do Jalapão muito já foi construído e o debate de forma geral amadureceu. Mas ainda são muitos os desafios a serem vencidos no território a partir da atuação do Colegiado Territorial. Dentre os principais desafios observados destaca-se: a) capacitar e incluir

os mais diferentes atores locais nos debates da política territorial; b) alcançar outras fontes de recursos para além do PROINF; c) organizar-se administrativamente; d) fomentar o debate sobre comunidades tradicionais; e) ampliar a participação da comunidade nas cadeias produtivas locais; f) formalizar uma instância jurídica (consórcio) para fortalecer a execução das ações oriundas dos debates coletivos.

O território possui lideranças importantes que conhecem o objetivo da política, uma vez que estão neste debate desde o início e que parece manter acesa a esperança da efetividade da política territorial.

É perceptível que ainda é frágil o processo de capacitação dos agentes públicos e, sobretudo, de atores da sociedade civil que participam dessa organização territorial. Este então se constitui um dos desafios do território: capacitar e motivar membros dos Colegiados Territoriais e a sociedade, em geral, sobre concepções de desenvolvimento territorial de forma a ampliar a visão destes para a política. Outra fragilidade observada no território é a dependência ao PROINF. O investimento em infraestrutura produtiva no território limita-se, em sua maioria, a recursos canalizados via PROINF, dessa forma, é iminente acessar outras fontes de recursos.

É recorrente em reuniões do colegiado territorial a discussão sobre a ausência de personalidade jurídica do Território, ou seja, a falta de capacidade para exercer atos civis, podendo ser sujeito de direito e obrigações, tal como a criação de consórcios intermunicipais. Tal situação impede a realização de ações, especificamente, de investimentos para além de recursos destinado pelo Governo Federal.

Considerando que o colegiado é a instância primordial de articulação das políticas e do exercício da gestão social no território, ele deve ser representativo de todos os segmentos sociais da agricultura familiar local. Os segmentos menos articulados e mais carentes devem ser inseridos na discussão do território, bem como, deve-se discutir de forma efetiva as questões das mulheres no território e também das comunidades tradicionais.

É certo que o êxito da política no TCJ não foi completo, no que tange à capacidade de inclusão dos diferentes atores locais, na fragilidade da atuação desses atores no colegiado, na capacidade de organização, ou mesma na capacidade de captar recursos para investimentos, mas, mesmo diante de todos esses pontos, é inegável a importância da política para o Território da Cidadania do Jalapão.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. Para uma Teoria de Estudos Territoriais. MANZANAL, Mabel; Guillermo NEIMAN e Mario LATTUADA (2006) – Desarrollo rural – **Organizaciones, instituciones y territorios, Ediciones Ciccus, Buenos Aires**. pp. 51-70.

BRASIL. MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO. Marco referencial para apoio ao desenvolvimento de territórios rurais. **Série Documentos Institucionais**, n 2. Brasília, DF, 2005.

CANÇADO, A. C.; MILAGRES, C. S. F.; SILVA, A. P.; RODRIGUES, W. Planning and social

management in the Rural Territory of Mid-Araguaia, Tocantins: the challenges and the possibilities. **G&DR**, v. 11, n. 4 (número especial), p. 149-178, dez/2015.

CANÇADO, A. C.; PEREIRA, J. R.; TENÓRIO, F. G. **Gestão social: epistemologia de um paradigma**. 2 Ed. Curitiba: CRV, 2015.

CARRION, R. M. Gestão Social: especificidade e práticas em discussões. *In* **Tecnologias de gestão: por uma abordagem multidisciplinar**. SILVA, J.G.; FARIA, A.; BIANCO, M.; BEHR, R.; PETINELLI-SOUZA, S. (Orgs.). Vitória. EDUFES. Vol.II. 2007.

CAVALCANTI, J. S. B., NIEDERLE, P. A., WANDERLEY, M. de N. e RAYNAUT, C. *In* **Participação, território e cidadania: um olhar sobre a política de desenvolvimento territorial no Brasil** / organizadores: Josefa Salete Barbosa Cavalcanti, Maria de Nazareth Baudel Wanderley, Paulo André Niederle. – Recife : Editora UFPE, 2014.

DALLABRIDA, V. R; MARCHESAN, J. **Desenvolvimento na região do Contestado: reflexões sobre território, identidade territorial, recursos e ativos territoriais, indicação geográfica e desenvolvimento (sustentável)** In: Território, identidade territorial e desenvolvimento regional: reflexões sobre indicação geográfica e novas possibilidades de desenvolvimento com base em ativos com especificidade territorial. DALLABRIDA, V. R (organizador) – São Paulo, SP: LiberArs, 2013.

DELGADO, N. e LEITE, S. P. **Políticas de desenvolvimento territorial no meio rural brasileiro: novas institucionalidades e protagonismo dos atores**. Rio de Janeiro, v. 54, n. 2, p. 431-473, 2011. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/dados/v54n2/v54n2a07.pdf> >. Acesso em 23 abril de 2016.

FAVARETO, A. **As tentativas de adoção da abordagem territorial do desenvolvimento rural – lições para uma nova geração de políticas públicas**. Raízes. Campina Grande, v. 28, ns. 1 e 2 e v. 29, n. 1, p. 52–62, jan./2009 a jun./2010.

FERNANDES, B. M. **Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial**. Artigo do Mês. Presidente Prudente: NERA, jul/ago de 2006. 57 p. (Disponível em <http://www2.prudente.unesp.br/dgeo/nera>).

FREITAS, A. F.; FREITAS, F. A.; DIAS, M. M. **Desafios da gestão social dos territórios rurais**. Trabalho apresentado no 48º Congresso SOBER, 25 a 28 de Julho de 2010.

GERALDI, J. G. **ANÁLISE CONCEITUAL DA POLÍTICA DE TERRITÓRIOS RURAIS: O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL NO BRASIL**. Planejamento e Políticas Públicas. N 39. Jul/dez. 2012.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 03 dez. 2015.

JEAN, B. **Do desenvolvimento Regional ao Desenvolvimento Territorial Sustentável: Rumo a um desenvolvimento territorial solidário para um bom desenvolvimento dos territórios rurais**. In: Desenvolvimento Territorial Sustentável no Brasil e na França. VIEIRA, P. F.; CAZELLA, A.; CERDAN, C.; CARRIÈRE. J-P (Orgs.). Florianópolis: APED, 2010. 488p.

MENDONÇA, P. M. E; GONÇALVES-DIAS, S. L. F; JUNQUEIRA, L. A. P. **Gestão Social: notícias sobre o campo de estudos e práticas a partir das interações e debates do VI Enapegs**. Rio de Janeiro - Rev. Adm. Pública, 2012, set./out.

MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (MDA). **Caderno territorial do Jalapão. Secretaria de Desenvolvimento Territorial**. Disponível em < <http://sge.mda.gov.br/sge/index.html> > Acesso em: 10 nov. 2015.

IMAGEM E PODER: A FABRICAÇÃO DE LUÍS XIV E D. PEDRO II

Cristiane Aparecida Rodrigues

Centro Universitário UNIFACIG.

Manhuaçu – MG

Mariana Luana Martins

Centro Universitário UNIFACIG.

Manhuaçu – MG

Lidiane Hott de Fúcio Borges

Mestre em Engenharia e Ciência dos Materiais.

Manhuaçu – MG

Amanda Dutra Hot

Mestre em História pela UFOP.

Manhuaçu – MG

Germano Moreira Campos

Mestre em História pela UFOP.

Manhuaçu – MG

RESUMO: O presente trabalho visa mostrar a importância da construção da imagem pública de reis modernos, tomando como foco Luís XIV (da França) e Dom Pedro II (do Brasil). Para isso nos debruçaremos sobre as estratégias utilizadas por eles para a manutenção de seu poder. A realeza moderna pode ser caracterizada como tendo um caráter teatral, compondo uma dimensão simbólica do poder político. Com isso observa-se através dos rituais e da representação presentes na mesma que há uma mística que envolve a figura do monarca, esta que impressiona e ao mesmo tempo abala

seu público-alvo, por ser tamanho o poder que demonstra, que acaba por transcender a sociedade de seu tempo, chegando até os dias atuais, e corroborando para a tão sonhada imortalidade do Príncipe, por meio de sua imagem e a bagagem trazida por ela.

PALAVRAS-CHAVE: Reis modernos; Marketing político; Imagem; Poder; Monarquia.

IMAGE AND POWER: THE MANUFACTURE OF LUIS XIV AND D. PEDRO II

ABSTRACT: The present work aims to show the importance of the construction of the public image of modern kings, demonstrating this practice from Louis XIV (France) and Dom Pedro II (Brazil). In order to do so, we will focus on the strategies used by them to maintain their power. Modern royalty can be characterized as having a theatrical character, composing a symbolic dimension of political power. With this it is observed through the rituals and the representation present in the same one that there is a mystique that involves the figure of the monarch, this one that impresses and at the same time shakes his target audience, for being size the power that demonstrates, that ends up transcending the society of his time, to the present day, and corroborating to the so dreamed immortality of the Prince, through his

image and the baggage brought by it.

KEYWORDS: Modern Kings; Political marketing; Image; Power; Monarchy.

1 | INTRODUÇÃO

Ao adentrarmos o período histórico conhecido como Modernidade algo que muito chama a atenção daqueles que se debruçam sobre esse recorte histórico é a questão da realeza moderna, e de como a mesma pode ser definida como tendo um caráter teatral, compondo uma dimensão simbólica do poder político. Todo o glamour, a ostentação e a abundante divulgação da imagem do Príncipe não eram coisas realizadas de forma automática, e sim com um objetivo: criar uma memória do monarca que jamais morreria, e mais além, esse teatro criado pelo Príncipe e sua corte era uma estratégia para a manutenção dos mesmos no poder. Ao dissertar a cerca do ritual realizado pelas monarquias modernas, Schwarcz (1998) afirma que é por meio desses rituais que os reis multiplicavam sua imagem, estendiam seus poder e impunham sua representação. Assim o fizeram reis como Luís XIV (da França) e D. Pedro II (do Brasil).

Partindo da premissa de que na monarquia moderna um rei não nasce, mas é fabricado, a exemplo do célebre Peter Burke (1994), que ao retratar a construção de Luís XIV, afirma que o mesmo era senhor de um ritual cujo controle era impecável, que transformava seu exercício diário numa grande dramatização, equilibrando-se no poder por meio da concessão alargada e programada de títulos, medalhas e privilégios, ou mesmo Da Matta (1990), que descrevendo o nascimento de D. Pedro II (à época chamado de D. Pedro de Alcântara) alega que o futuro imperador não havia nascido, mas sido fundado, transformado em patrimônio nacional, objetiva-se com o presente trabalho analisar as formas de construção simbólica da figura pública dos reis modernos, tendo como foco de análise, em particular, as figuras dos monarcas citados anteriormente.

O presente trabalho apresentará os monarcas modernos como os inventores do marketing político, para que partindo desse ponto possamos responder a questão central aqui exposta: qual a influência da mídia na manutenção de uma monarquia e quais as estratégias empreendidas pela corte para a divulgação da imagem pública do Príncipe? Para responder essas questões teremos como base de sustentação o que autores especialistas no tema afirmaram.

2 | REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A fabricação do rei: reflexões sobre a construção da imagem pública de um monarca moderno

“O rei está nu! O rei está nu!!” - começou a gritar o povo. E o rei ouvindo, fez um trejeito, pois sabia que aquelas palavras eram a expressão da verdade, mas pensou: “O desfile tem que continuar!!” E, assim, continuou mais impassível que nunca e os camaristas continuaram, segurando a sua cauda invisível.”

Hans Christian Andersen, A roupa nova do rei (1837)

O trecho acima faz parte de um conto escrito no século XIX, mas que é bem conhecido até os dias atuais. Pode-se muito bem utilizá-lo para uma reflexão no que diz respeito a aspectos que definem a realeza moderna: seu caráter teatral, a dimensão simbólica do poder político. Segundo Schwarcz (2000) não existe sistema político que abra mão do aparato cênico, que se conforma tal qual uma grande representação. Logo, pode-se perceber que de todos os sistemas políticos, a monarquia é, provavelmente, onde se concentra, de maneira mais formalizada e evidente, o uso de símbolos e rituais como alicerce do poder. Vestes, objetos, a ostentação e os rituais próprios da monarquia são parte essencial desse regime, e constituem a representação pública do Príncipe, garantindo, no limite, sua eficácia.

Elaborada tal qual um grande teatro, um teatro do Estado, a atuação do rei se transforma em performance, os seus trajes viram fantasia. Na verdade, esculpida de maneira cuidadosa, a figura do rei corresponde aos quesitos estéticos necessários à construção da “coisa pública”. Homem público, caracterizado pela ausência de espaços privados de convivência, o rei estará presente em todos os lugares, será cantado em verso e prosa, retratado nos afrescos e alegorias, recriado nas estátuas e tapeçarias como um Deus, ou, no mínimo, como o ser mais próximo Dele. Senhor de um ritual cujo controle é por princípio impecável, o monarca transforma seu exercício diário numa grande dramatização, equilibrando-se no poder por meio da concessão alargada e programada de títulos, medalhas e privilégios. Dádivas que carregam a imagem do líder, esses rituais de consagração da monarquia acabam ajudando a cultivar e a estender a própria personalidade do rei, que dessa forma paira muito acima de seus súditos. Esse ritual transforma o rei em um ícone, uma imagem mestra, que, como representação, jamais morrerá.

Ao observar o ritual suntuoso da monarquia percebe-se o quão é evidente como a propaganda e a política mantiveram sempre relações de profunda e estreita afinidade. Em A fabricação do rei, Peter Burke (1994) constata como Luis XIV, o Rei-Sol, transformou-se quase que em um emblema da monarquia absoluta europeia, de tão marcada pelo luxo e por demonstrações de riqueza. Não é a toa que Peter Burke (1994) considera os monarcas modernos como os inventores do marketing político. Aqui, a propaganda surge como uma estratégia, um meio de assegurar a submissão

ou o assentimento ao poder real. Com Luís XIV a glória, a vitória, o prestígio e a grandeza transformaram-se em imagens suficientemente fortes para garantir a estabilidade do reino e imaginar sua permanência futura. No Brasil a monarquia também investiu em sua afirmação ritual e teatral.

Para Schwarcz (1998) títulos, cortejos, procissões, manuais de civilidade, pinturas, história e poesia fizeram parte da construção desse processo que por meio da memória e da monumentalidade procurava ganhar espaços na representação nacional. A ampla iconografia de D. Pedro II associava o imperador a ideia de justiça, ordem, paz e equilíbrio, construindo e perpetuando assim uma memória nacional, em que o Brasil começava uma nova história, a sua própria história, desprendida de Portugal, e onde o monarca era o símbolo-mor desse Estado.

Partindo da premissa de que na monarquia moderna o Rei não nasce, mas é fabricado, os próximos tópicos irão dar ênfase a construção da imagem pública do rei Luís XIV e do imperador D. Pedro II, procurando demonstrar a importância da mídia nesse processo de fabricação e divulgação, as estratégias utilizadas e comprovar o porquê desses monarcas, e suas respectivas cortes, serem considerados os inventores do marketing político.

2.2 Luís XIV – a fabricação de um rei para seu tempo

Os objetivos com que manipulavam os demais eram obviamente escolhidos a partir do repertório oferecido pela cultura de seu tempo.

Peter Burke, A fabricação do Rei

Como foi afirmado por Peter Burke (1994), Luís XIV foi um rei que utilizou de materiais notáveis na sociedade, como elementos culturais, por exemplo, para a construção de sua imagem. A ‘mídia’ francesa, nesse intuito, não utilizou apenas de fatos do presente, mas buscaram no passado, elementos que auxiliassem nessa construção da imagem pública de seu monarca. Tal feito permitiu que a imagem de Luís XIV, construída conscientemente, perdurasse por 72 anos à frente de uma sociedade, e mais, foi um trabalho tão bem feito que mesmo nos dias atuais, ao se mencionar o Rei Sol, o imaginário toma conta das pessoas, e se tem como referência a imagem construída do Rei, e não quem ele era de fato.

O fato de um reinado ter sido tão longo (1646-1715) deu-se, sobretudo, graças as estratégias criadas, de forma que a imagem do rei não foi apenas divulgada e propagada, mas que esta foi também absorvida pela sociedade, lhe conferindo assim estabilidade em seu reinado, como aponta Peter Burke (1994) Luís era uma criação de seu tempo para o seu tempo.

A princípio é necessário se atentar que há no momento do nascimento de Luís XIV uma preocupação muito grande com a continuação do reinado de seu pai, que mesmo com uma idade avançada, conseguiu ter o tão cogitado príncipe herdeiro.

Assim sendo, sua construção como futuro imperador é realizada antes mesmo de sua chegada ao mundo. Seu nascimento foi relatado como um acontecimento divino. Luís era tido como um presente doado por Deus para governar o povo, logo, seu reinado é moldado como uma força divina: “o trono de Vossa Majestade representa para nós o trono do Deus vivo” (BURKE, 1994, p. 53). A fabricação de Luís XIV passou por duas grandes engrenagens principais: a face do rei endeusada e a face do rei homem, sendo que o que se passa para o povo é a primeira, já a segunda é colocada apenas como existente, mas não visível. Assim no cenário em que a imagem de Luís é criada há uma ligação muito forte com o divino, sendo embebecida pela magia e pela mística de tamanha grandiosidade, levando o povo a serem dóceis em relação a seu soberano, afinal, ele é o representante do Deus vivo neste local para governar seu povo.

No caso de Luís XIV houve várias formas de moldar sua imagem fazendo com que ele fosse a imagem real de toda pompa, beleza, grandiosidade e poder ao seu redor, por assim ser, buscou-se construir a imagem do rei próximo a de grandes figuras como O Bom pastor, Apolo, Alexandre o Grande, entre outros, como também a sua própria imagem com o uso de perucas e de sapatos de salto para conferir-lhe alguns centímetros a mais de altura, pois o Rei era de baixa estatura e o que o imaginário precisa é de um rei alto e forte, que mostrasse imponência e o poder que detinha, até porque sua representação pública era de extrema importância.

Alguns traços além da peruca e dos sapatos de salto faziam desta máquina uma construção completa visto que sua imponência era disseminada pelas estátuas em todo o reino, sempre em um cavalo alado pisoteando algum símbolo que representasse o mal. Além dos relatos escritos e das pinturas de inúmeras guerras em que o rei estava presente, número este de guerras que de tão grande se é perceptível que sua imagem e presença foi apenas simbólica, como na Academia de Letras, além de seu palácio de Versalhes e os arcos do triunfo. Sua preocupação com sua existência além de sua vida como forma de demonstrar sua condição acima dos homens e ao lado de Deus, posição esta que é evidenciada fielmente pela prática do toque real, onde através do toque o rei tinha o poder de curar as mais variadas enfermidades de seu povo. Segundo Marc Bloch (1993) essa crença de que os reis (principalmente da Inglaterra e França) tinham um dom sobrenatural, um dom de cura, é uma crença bem antiga, sendo que na França, esse rito remonta ao século XI.

A criação do marketing de Luís XIV sobre o olhar de Peter Burke vinha também como forma de amenizar as tensões do povo em relação à política, através dos grandes festejos realizados, cujo objetivo era fazer com que a população “dormisse” (BURKE, 1994).

Essa imagem tão bem modelada era uma forma de ensinar aos novos integrantes de seu povo que, ao ficarem impressionados com uma estátua ou pintura, lhe era contado os grandes feitos do rei, construindo assim uma história, uma memória que passasse de geração em geração, tornando o poder real ainda mais forte, visto que

esse se disseminava e reafirmava-se por si só.

Nada mais eminente e claro do que os meios de persuasão fazendo com que a todo momento a imagem do rei fosse louvada dos mais variados modos, conferindo-lhe um poder absoluto, tornando digno o codinome que Luís XIV recebeu: o de o Rei Sol.



Figura 1- Luís XIV como o Rei Sol

Fonte: Bibliothèque Nationale, 1654.

Os meios com que se manipulavam a opinião pública é constante e maleável, ao ponto de poder perceber-se que ao longo da vida de Luís XIV o modo de sua representação é recriado, a fim de manter seu poderio e não permitir que sua imagem fosse tida como algo do passado, correndo o temido risco do esquecimento. Concordado com Peter Burke (1994) ao afirmar que nem tudo é persuasão, mas sim uma forma de demonstrar poder e glória, pois havia um medo muito grande do Rei ser esquecido, havia a preocupação com a posteridade, que era de grande importância.

Assim a imagem que perdurou por 72 anos se configurou uma verdadeira fábrica, pautada na representação, em que esta se encontra de acordo com o que diz Marx quando alude que a ideologia é representada por um vasto número de representações a serviço de uma máquina de dominação em que a “falsa consciência é uma desqualificação cognitiva produzida por forças estruturais” (Marx apud ROUANET, 1989, p.144), construída através do olhar de poucos homens sustentando assim a tese de Valdezia Pereira (2006) de que nem todos que olham, veem. Como também o fato de que a falsa consciência faz com que se repliquem pensamentos que foram realmente pensados e articulados por uma minoria. Esta é a grande novidade que começa a ser utilizada e que com o tempo vai sendo aprimorada, para o domínio social.



Figura 2- Análise do “Retrato de Luís XIV”

Fonte: RODARTE, Loyane, 2016.

2.3 D. Pedro II – um monarca construído nos trópicos

A figura de um rei, perante aqueles que o observam, exerce certa áurea mágica, um poder que atrai e intimida as pessoas. Não importa de que lugar ou povo este seja, um rei, sempre impressiona a quem o vê. O soberano é uma figura destacada em sua representação e é, normalmente, definido por seu “corpo duplo”, como afirmou Peter Burke (1994). O primeiro deles é mortal e, assim sendo, assemelha-se ao de todos os seus súditos, passando por tristezas, vícios e alegrias, coisas comuns à humanidade. O segundo é sacralizado, e representa o corpo divino do rei, aquele que se separa dos demais - o que não morre jamais. Assim, pode-se notar os usos políticos desse segundo corpo, que é construído pelo monarca e sua corte, sendo repleto de simbolismos, e cujo intuito é compor um teatro, uma encenação, construir uma memória que fique gravada para sempre na história, e principalmente, sendo uma estratégia para manter-se no poder.

Pierre Bourdieu (2007) caracteriza essa façanha dos reis modernos como sendo o poder simbólico. Para o autor este é um poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força física ou econômica, além do fato de que o poder simbólico é uma forma irreconhecível e legitimada. Isso faz com que esse poder seja muito mais poderoso, e a monarquia moderna sabendo do efeito que causam, passa a utilizá-lo cada vez mais.

No Brasil Império não foi diferente. Aqui, após a independência e principalmente com o nascimento do primeiro herdeiro ao trono nascido em solo brasileiro, a monarquia investiu muito em sua afirmação ritual e teatral. O futuro imperador do Brasil, Pedro de Alcântara, nasceu em dois de dezembro de 1825. Já em seu nascimento a monarquia brasileira buscou envolvê-lo em mística: dizia-se que tanto seu pai D. Pedro I como sua mãe Dona Leopoldina “imploraram aos céus” por um filho varão, uma vez que o casal já havia tido quatro filhas. Logo, quando o varão chegou, o consideraram uma “concepção divina”. Havia grandes expectativas quanto

ao Príncipe, este que descendia de muitas figuras ilustres - tanto por parte de pai como da mãe -, e que garantiria a integridade territorial do império. Buscou-se já em sua data de nascimento conferir-lhe poder, uma vez que o *Jornal Spectador Brasileiro*, escrito pelo jornalista Pedro Plancher publicou o seguinte trecho: “a anarquia morreu na França no dia 2 de dezembro; a coroa de Carlos Magno vingou nesse dia os atrozes insultos feitos aos netos de Henrique IV. O céu sabe o que faz”. Peter Burke (1994) afirmou que não se faz “propaganda” só no presente, vai-se ao passado buscar matéria para o presente. Ou seja, para construir a imagem pública do Príncipe, buscaram-se na data de seu aniversário fatos históricos importantes, atestando assim, que o menino veio ao mundo para consolidar a independência da nação brasileira.

Muitos foram os títulos, cortejos, procissões, pinturas e outros adereços utilizados para afirmar o poder de D. Pedro II. A Coleção Teresa Cristina Maria, deixada pelo imperador no Brasil após este ser banido do país, possui mais de vinte mil fotos, retratos, óleos, xilografias e litografias, todas produzidas com o intuito de construir uma memória nacional. Há mais de seiscentos retratos de

D. Pedro II, e ao observá-las percebe-se não apenas o crescimento cronológico do personagem, mas momentos diversos de sua construção como o símbolo do Estado. Partindo da observação de algumas das imagens do imperador, Schwarcz (1998) percebe que há poucas imagens retratando D. Pedro II em sua infância, e a mais conhecida mostra o futuro imperador sentado ao lado de um vistoso tambor. No entanto, a cena oficial já se impõe a representação familiar e pessoal, uma vez que na imagem podem ser observados os emblemas da monarquia, que se encontra em toda a parte: no tambor, no jaleco do menino, mesmo a cor verde do paletó do imperador indica a marca heráldica de seus pais.



Figura 3- O menino D. Pedro no Paço

Fonte: PALLIERI, A. J, 1830.

Com o período regencial começou-se a ficção de um menino de seis anos que permanecia no Brasil após a ida de seu pai para a Europa e que ficaria sob a orientação de dirigentes e tutores. Biografias tradicionais descrevem a partida de D. Pedro I envolta em um clima de grande emoção, além de destacarem frases de efeito

de D. Amélia, segunda esposa de D. Pedro I, que entre lágrimas pedia “as mães brasileiras que cuidassem de seu pequeno, assim como zelavam por seus próprios filhos”. O Príncipe então passou a ser reconhecido como o “pupilo da nação”. Com a partida de D. Pedro I para Portugal, passou-se a focar na figura do herdeiro ao trono brasileiro. O jovem passou a ser aclamado nos jornais como sendo o consolidador da independência do Brasil, aquele que iria se voltar para os interesses da pátria. As imagens divulgadas de Pedro de Alcântara eram sempre as oficiais, representando um menino que não se separava da nação. Que era rei a todo momento, com um cenário montado em tempo integral num teatro previsível (SCHWARCZ, 1998).



Figura 4- D. Pedro aos 12 anos

Fonte: TAUNAY, F. E, 1837.

A monarquia brasileira representava D. Pedro II como tendo um porte impassível, cautela nas palavras, caráter enigmático e pouco suscetível. Mesmo o imperador tendo assumido o poder com quatorze anos, nas imagens o mesmo era sempre moldado como sendo mais velho. Sobre o golpe da maioridade e o impacto da mesma na construção da imagem pública do imperador, é dito que:

Unindo a autoridade da qual se via ungido a metáfora poderosa de Luís XIV, o brilhante Rei Sol, o pequeno monarca tornava-se grande a frente de seus súditos, tanto quanto a peça que se montava. O imperador iniciava sua vida cívica envolto de um suntuoso teatro, o da sua precoce maturidade. As roupas de adulto, os gestos maduros, as lições avançadas, a fama de filósofo, tudo contribuía para fazer do monarca um personagem excepcional, estranho a si mesmo. (SCHWARCZ, 1998, p. 71).

O ritual de sagração e coroação de D. Pedro II, em 1841, foi o marco de uma nova história cívica e nacional. Nesse espetáculo duas dimensões, segundo Schwarcz (1998) se manifestaram: o caráter estratégico imposto pelas elites, e o lado sacro e maravilhoso que envolve a coroação dos reis. Para o evento não houve poupança de gastos. Obras foram realizadas e utilizou-se de materiais nobres (madeiras, tecidos, tintas, ferragens, vidros) e de profissionais destacados (pintores, fogueteiros, costureiras, artistas consagrados e aprendizes). Sobre a reação de quem viu toda essa cena, SCHWARCZ (1998) relata:

A riqueza das insígnias e o rigor do ritual de sagração do jovem monarca encheram os olhos, deslumbraram o público, encantado diante de um espetáculo tão grandioso. Com efeito, a coroação e a sagração representaram um momento central para a afirmação de um passado real, uma tradição imperial que até

parecia consolidada e próspera. Esqueça-se a idade do soberano, o apressado na realização do ritual e o caráter postiço da encenação. (p. 84).

Com isso, poucos notaram ou deram importância ao menino atrapalhado com os detalhes de sua vestimenta, que era um tanto grande, ou a coroa que era pesada ou mesmo ao cetro grande. O que viam ali era a consolidação de um governo realmente brasileiro, um rei que agora daria real atenção aos assuntos nacionais.

O período que abrange de 1841 a 1864 foi uma fase importante para a consolidação da monarquia brasileira. Nesse período D. Pedro II é apenas uma representação de si, que cumpre de forma ritual, pomposa e elaborada uma agenda oficial feita para apresentá-lo apenas em momentos destacados. A iconografia dessa fase é a representação 'a europeia', onde nos retratos o imperador está mais velho. Se não fossem os adereços próprios da Casa Imperial Brasileira, D. Pedro II poderia ser confundido com um monarca europeu. Esse período é marcado por dar destaque as barbas do imperador, estas que, devido a pouca idade do imperador, demoraram a crescer, causando inquietação a muitos.

Para a construção da imagem pública de D. Pedro II também ocorreu a tropicalização do monarca. Este era caracterizado com ramos de café e tabaco ao seu redor, em sua roupa, etc. O imperador era cercado de alegorias. Às vezes era coroado como um César em meio a coqueiros e com um livro na mão. Tudo isso feito com o intuito de tornar o imperador um símbolo de nacionalidade.



Figura 5- D. Pedro: Abertura da Assembleia Geral

Fonte: FIGUEIREDO E MELO, 1872.

O Reinado de D. Pedro II durou 49 anos (1840-1889) e através das imagens produzidas nesse período, pode-se observar tanto o crescimento cronológico do imperador, como também momentos diversos de sua construção como o símbolo do Estado Brasileiro. Um desses momentos, que teve grande impacto na construção da imagem pública de D. Pedro, foi a Guerra do Paraguai. Nesse conflito, um dos poucos que o Brasil teve de fato participação, o imperador brasileiro, com o apoio da Inglaterra, formou a Tríplice Aliança (composto por Brasil, Argentina e Uruguai) e enfrentou o Paraguai. Essa guerra teve como causa o fato de o ditador paraguaio, Francisco Solano Lopes, ter como objetivo principal aumentar o território de seu país,

obtendo uma saída para o Oceano Atlântico, o que resultou na tomada da província de Mato Grosso. O conflito armado durou de 1864 a 1879 e como consequência o Paraguai saiu da Guerra derrotado e arruinado, enquanto o Brasil, segundo Ramos (2004) saiu fortalecido em seu aspecto bélico, contudo, também teve sua dívida externa aumentada. Quando a Guerra do Paraguai eclodiu foi divulgado a imagem de D. Pedro II como um verdadeiro patriota, um herói. Chamavam o imperador de “o Rei da Guerra”, “o voluntário número 1”.

Após a Guerra do Paraguai houve uma mudança da construção da imagem do imperador brasileiro. Mesmo sua indumentária foi trocada. Das roupas magníficas que caracterizavam a realeza, o monarca passou a usar casaca e cartola, se confundindo assim, com seus súditos e com os políticos que o cercavam. Os trajes reais eram mantidos, porém, eram apenas utilizados em datas solenes, como em aberturas do Congresso e falas do Trono. Nas demais ocasiões, o imperador se apresentaria como um “monarca moderno”, ou como definiu Schwarcz (1998), como um “monarca cidadão”. Nas imagens divulgadas, D. Pedro II passa a ser caracterizado usando traje de pequena gala, cercado de símbolos de erudição, entre muitos livros, globos e penas de escrever. A elite brasileira buscava assim, construir uma imagem pública do monarca como sendo este um “cidadão do mundo”, que representava para sua Nação segurança e serenidade.

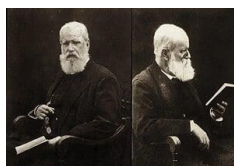


Figura 6- D. Pedro no exílio
Fonte: WALERY, Lucien, 1887.

A representação de D. Pedro II foi tão bem construída que se tornou maior que a própria pessoa. Mesmo após seu exílio, imagens continuavam a ser divulgadas acerca do mesmo, e com sua morte, em 5 de dezembro de 1891, D. Pedro ganhou mais espaço ainda na imaginação popular. A propósito, acerca de sua morte certas observações se fazem necessárias. O ex-imperador do Brasil falecera sem abdicar de seu cargo, logo, deixara a princesa Isabel como sucessora legal ao trono. Em seu atestado de óbito constava como causa da morte uma pneumonia aguda do lado esquerdo. Em sua morte, assim como em toda a sua vida, os símbolos ganharam destaque. O monarca recebeu o tratamento e as honras de um chefe de Estado, sendo enterrado como o imperador brasileiro. Vestiram-no imperialmente, o condecoraram com elementos nacionais - colocaram junto a ele no caixão um pouco de terra brasileira, a Ordem do Cruzeiro do Sul (que representa o céu do Brasil), ramos de fumo e de café -, colocaram debaixo de sua cabeça um livro, de forma a

mantê-la elevada uma última vez, e passaram uma pequena quantidade de cola em sua barba, esta que tantas vezes fora comentada, de forma a deixá-la mais lisa e dura sobre o peito do monarca.

Morria o homem, contudo, um mito nascera. Imagens póstumas do imperador, ora mais novo, ora mais velho, representavam-no como um modelo de segurança e civilidade. Em artigos de jornais dos mais variados locais, conforme demonstra Schwarcz (1998) D. Pedro era visto como um herói civilizado, que fora injustiçado por seu povo. No Brasil, havia até certo sentimento de remorso perante o ocorrido. Um rei dominante na imaginação popular, muito diferente daquele que fora deposto, “o ex-imperador era cada vez mais glorificado por suas virtudes e esquecido em seus defeitos”. (SCHWARCZ, 1998, p. 496).



Figura 7- Imagens póstumas de d. Pedro

Fonte: SCHWARCZ, 1998, p. 491.

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Deve-se considerar em primeiro momento, que se havia tanto para Dom Pedro II quanto para Luís XIV, uma necessidade muito grande de um meio de persuasão que os reconhecessem como objetos imprescindíveis para suas respectivas sociedades. Precisava-se de um motivo extremamente forte que evidenciasse o porquê deles estarem no trono, e mais ainda, que o próprio povo legitimasse o poder do soberano. Logo, seguindo a ótica de que não existe sistema político que abra mão do aparato cênico, que se configura como um verdadeiro teatro, uma grande representação, e que a monarquia é o modelo político onde essa realidade é mais evidenciada, observa-se que no reinado de ambos os reis, o ritual teve forte relevância para a efetivação de seu poder. A “mídia” da época, que era formada pelos mais diferentes tipos de profissionais, dentre eles artistas, artesãos, alfaiates, escultores, cientistas, poetas, escritores e historiadores, utilizou-se de diversas estratégias, procurando até mesmo no passado matéria para a construção de seu Rei.

Assim, utilizando-se de um verdadeiro teatro, as publicidades dos reis conseguem manter seu poder político estável por um grande período, produzindo a partir da construção de suas imagens, suas representações e rituais, um misto entre encantamento e temor, onde o povo vê a figura do Rei como sendo alguém imponente, forte e protetor, garantindo assim a manutenção do poder real.

Uma das estratégias utilizadas, a imagem esculpida, equilibra o poder por meio da forma mística, fabricada pela classe dominante, que confere ao monarca uma áurea mágica, certo poder divino, que garante sua permanência no trono e

no imaginário popular. Por meio da fabricação do Rei não se tem como objetivo apenas o período ao qual se está inserido o soberano e sua sociedade, mas se tem a preocupação com o sol da posteridade, que não se apaga jamais.

REFERÊNCIAS

ANDERSEN, Hans Christian. **A roupa nova do rei**. Disponível em <<https://docente.ifrn.edu.br/alexandremedeiros/Filosofia%20I/texto-complementar-a-roupa-nova-do-rei>>. Acesso em: 10 out. 2018.

BLOCH, Marc. **Os Reis Taumaturgos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BURKE, Peter. **A Fabricação do rei: a construção da imagem pública de Luis XIV**. Zahar: Rio de Janeiro, 1994.

DA MATTA, Roberto. **Carnavais, malandros e heróis**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1990.

FIGUEIREDO E MELO, Pedro Américo de. **D. Pedro na abertura da Assembleia Geral**. Disponível em: <<http://imperiobrazil.blogspot.com/2012/01/dom-pedro-ii-parte-i-em-montagem.html>>. Acesso em: 27 set. 2018.

Luís XIV como o Rei Sol. Disponível em: <<http://www.bnf.fr/fr/acc/x.accueil.html>>. Acesso em: 10 out. 2018.

PALLIERI, Armand Julien. **O menino d. Pedro no Paço**. Disponível em: <<https://www.facebook.com/promonarquia/photos/a.1515099415393310/1682870218616228/?type=1&theater>>. Acesso em: 25 set. 2018.

PEREIRA, Valdezia. **Imagem e poder**. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2006.

RAMOS, J. E. M. **Guerra do Paraguai**. Disponível em: <<https://www.suapesquisa.com/historia/guerradoparaguai/>>. Acesso em: 16 out. 2018.

RODARTE, Loyane. **Análise do “Retrato de Luís XIV”**. Disponível em: <<http://historiaegeografialoyane.blogspot.com/2016/06/pintura-de-luis-xiv-rei-da-franca-e-de.html>>. Acesso em: 12 out. 2018.

ROUANET, Sergio Paulo. O olhar iluminista. In NOVAES, Adauto. **O olhar**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

SCHWARCZ, Lilia K. Moritz. A fabricação do rei. A construção da imagem pública de Luis XIV. **Rev. Antropol.**, São Paulo, v. 43, n. 1, p. 257-261, 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-77012000000100010>. Acesso em: 05 out. 2018.

_____. **As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TAUNAY, Félix Émile. **D. Pedro aos 12 anos**. Disponível em: <<https://abnnews.com.br/com-a-maioridade-de-d-pedro-ii-o-prestigio-da-monarquia-salvou-o-brasil/>>. Acesso em: 26 set. 2018.

WALERY, Lucien. **D. Pedro no exílio**. Disponível em: <https://scontent-ort2-1.cdninstagram.com/vp/3e3e906680dc84edc9f0218d02780c0d/5C4C883A/t51.2885-15/e35/c161.0.757.757/s480x480/42787143_1975928205822667_8857181003086659663_n.jpg>. Acesso em: 29 set. 2018.

AVALIAÇÃO ARQUEOLÓGICA EM ARTEFATOS CERÂMICOS ENCONTRADOS EM SANTARÉM: ÁREAS 4A E 4B DO SÍTIO PORTO

Hudson Romário Melo de Jesus

Universidade Federal de Sergipe, Programa de Pós-graduação em Arqueologia
Laranjeiras – Sergipe

Lilian Rebellato

Universidade Federal do Oeste do Pará,
Programa de Antropologia e Arqueologia, Instituto de Ciências da Sociedade
Santarém – Pará

RESUMO: Este trabalho dá enfoque à análise micro-analítica de cerâmicas arqueológicas escavadas e coletadas no Sítio Porto (PAST-42). Topograficamente, a cidade de Santarém está situada em um contexto geográfico e ambiental à margem direita do rio Tapajós, em um terraço fluvial formado no período do Holoceno inicial. Foram realizados cálculos dos diâmetros de vasilhas, através das bordas, sendo que as formas e volumes parecem agregar as peças cerâmicas tanto às atividades domésticas quanto aos usos exclusivos. Foi identificada uma superioridade dos recipientes de tamanho médio, nas frequências dos diâmetros, percebida como indicativo de vasilhas com fins de armazenagem rápida, utilizadas no processamento célere de alimentos e também para servir refeições prontas. Uma conformidade nos padrões de queimas foi verificada nas três estruturas estudadas – feições arqueológicas

conhecidas como “bolsões”. Portanto, a produção de utensílios cerâmicos pode estar correspondendo a critérios mais característicos de fabricação, representando exigências técnicas nos gestos de produção e nas ideias estéticas nos designers dos objetos. Conseqüentemente, refletindo as extensões sociais, culturais e artísticas no trabalho do oleiro.

PALAVRAS-CHAVE: Arqueologia Amazônica. Cultura Tapajó. Sítio Porto de Santarém.

ARCHAEOLOGIC RATING AT POTTERY

TOOLS FIND OUT IN SANTAREM: THE SÍTIO PORTO FIELDS 4A AND 4B

ABSTRACT: This work focuses on the microanalytical parsing of archaeological ceramics excavated and collected at The Sítio Porto (PAST-42). Topographically, the city of Santarem is located in a geographic and environmental context on the right bank of the Tapajos river, on a fluvial platform formed in the period of the early Holocene. Ratings of pots diameters were performed. through the pot-sherds, and the shapes and capacity seem to add the ceramic stuffs both for domestic activities and for exclusive using. A superiority of medium-sized containers it has been identified in the diameter’s frequencies, perceived as

indicative of containers for fast storage, used for rapid processing of foods and also for serving ready meals. Compliance with burning patterns was verified in the three structures studied - archaeological features known as “bolsões”. So, the productivity of ceramic tools may be corresponded to more characteristic standards of manufacture, expressing technical demands in the make an action and aesthetic ideas in object designers. Accordingly, reflecting the social, cultural and day-by-day spreads in the workmanship of the potter.

KEYWORDS: Amazonian Archeology. Tapajó Culture. Sítio Porto de Santarém.

1 | INTRODUÇÃO

Neste artigo são apresentados dados quantitativos e qualitativos de pesquisas no campo da *arqueologia*, executadas no Sítio Porto de Santarém (PAST-42). A abordagem micro-analítica do estudo da cerâmica foi desenvolvida observando informações da cultura material, que informam sobre processos de firmação identitária e de etnicidade (HEPP, 2017).

Estes materiais cerâmicos foram escavados nas áreas 4A e 4B do sítio arqueológico e são provenientes de três estruturas arqueológicas distintas. Foram examinadas cerca de 3.900 peças cerâmicas, com a finalidade de encontrar padrões no registro arqueológico.

A etapa de escavação em campo desta pesquisa foi realizada como parte das atividades de salvamento arqueológico nas áreas de empreendimentos da empresa Cargill S/A. Este estudo também é baseado no trabalho de arqueologia preventiva realizado pelo programa de salvamento arqueológico do sítio PA-ST-42: Porto de Santarém (SCHAAN, 2012).

As escavações em campo e laboratório confirmaram a riqueza material e simbólica das camadas arqueológicas do Sítio Porto de Santarém. Estes artefatos cerâmicos foram coletados associados a outros tipos de cultura material, além de vestígios faunísticos e mesmo registros de atividades de combustão.

Esses conjuntos de contextos indicam que a fabricação e utilização de objetos cerâmicos, apresentam-se com um componente essencial do cotidiano tecnológico indígena (ARAUJO DA SILVA, 2013) das sociedades e povos da região da cidade Santarém.

Para pessoas indígenas da região amazônica, artefatos cerâmicos possuem uma estima imaterial de caráter êmico. Isto pode nos revelar questões de valoração da cerâmica na vida ameríndia, nos informando sobre um universo complexo de costumes, sociedades e tradições. Porém, este sítio arqueológico sofre os impactos da urbanização e vem sendo degradado intensamente desde o século XVIII. Ainda assim, apresenta boas condições de preservação de alguns de seus depósitos arqueológicos.

2 | O PENSAMENTO ARQUEOLÓGICO NA AMAZÔNIA E SUA INTERFACE COM A REGIÃO DE SANTARÉM

A foz do rio Tapajós, nomeadamente a região da cidade de Santarém, desde o seu “descobrimento”, sempre foi famosa por apresentar grandes sítios arqueológicos de terra preta. Nestes ambientes é possível observar, na superfície do solo, o encontro abundante com artefatos cerâmicos antigos.

Considerando a importância arqueológica da terra preta, destacamos que a bibliografia sobre arqueologia na Amazônia aponta para um padrão arqueológico extremamente comum na região. Este, é configurado pela existência de sítios de terra preta, com variadas inserções na paisagem ambiental e diferentes extensões territoriais.

Como acréscimo a isto, podemos identificar nestes locais, uma presença profusa de artefatos arqueológicos confeccionados em cerâmica. Sobre isto, a visão preponderante existente até meados da década de 1990, é aquela que coloca em oposição “povos ceramistas com agricultura” e “populações de caçadores-coletores que praticavam atividades de lascamento” (NEVES, 2006).

Nos contextos do registro arqueológico do Sítio Porto, este paradigma não ajuda a revelar a existência de povos tecnologicamente diferentes. Ao contrário, normalmente a cerâmica encontrada neste sítio arqueológico é localizada associada a artefatos líticos.

A literatura arqueológica do século XX já trata deste assunto como uma realidade, propondo identificar contextos em sítios arqueológicos não mais somente como “fases arqueológicas”, e sim como admiráveis complexos de cultura material (BARRETO & OLIVEIRA, 2016; SCHAAN, 2014).

Neste momento, a Arqueologia Amazônica já apresenta um conjunto próprio de métodos e técnicas de estudos e análises de cerâmicas arqueológicas na região da cidade de Santarém. De modo geral, embora os autores possuam objetivos diferentes, a ciência arqueológica em Santarém dispõe atualmente de uma síntese preliminar de estudos em cerâmica arqueológica.

3 | METODOLOGIA PARA ANÁLISE DE ATRIBUTOS

Neste tópico serão apresentados, sinteticamente, os procedimentos utilizados na curadoria e avaliação das cerâmicas arqueológicas do Sítio Porto, nas áreas 4A e 4B (mapa 1). Os trabalhos de campo e laboratório foram desenvolvidos no laboratório de arqueologia Curt Nimunedajú, com o apoio institucional e financeiro da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPa).

O Sítio Porto conta com terreno total de 356.950,00 m² (trezentos e cinquenta e seis mil novecentos e cinquenta metros quadrados). As cerâmicas arqueológicas

escavadas e analisadas são provenientes das áreas: 4A que mede 24.070 m² e 4B que mede 24.060 m² (SCHAAN, 2012).



Mapa 1: Delimitação espacial das áreas pesquisadas no Sítio Porto de Santarém. A linha vermelha representa a demarcação atual do sítio arqueológico, feita pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) e os retângulos em verde representam as subáreas escavadas, 4A e 4B. Fonte: Google Earth, mapa digital.

A realização desta pesquisa advém da necessidade pública de realização de salvamentos de vasos cerâmicos que estavam em condições de afloramento em superfície e em recortes de perfis estratigráficos. Estes artefatos foram identificados em complexas estruturas arqueológicas conhecidas na literatura bibliográfica do Sítio Porto como bolsões arqueológicos (GOMES, 2010).

Nos trabalhos de curadoria, os fragmentos cerâmicos passaram por processos de higienização, numeração, catalogação e análise arqueológica. A catalogação se deu pela atribuição de números de procedência e identificação (PN). Logo em sequência, foi organizada a triagem dos fragmentos, que foram divididos preliminarmente a partir das partes básicas constituintes de artefatos cerâmicos (borda, parede e base).

Os artefatos arqueológicos das áreas 4A e 4B foram estudados de acordo com sua morfologia e elementos decorativos. Foi observado também aspectos materiais e tecnológicos utilizados na produção cerâmica e que possam ter sido introduzidos na pasta argilosa, intencionalmente. Estas perspectivas culturais, normalmente, têm relação com a busca por condições tecnológicas favoráveis para uma secagem e queimadas apropriadas e que também deixam marcas no registro arqueológico.

Anne Sheppard (1956) categoriza o processo de queima da cerâmica em três etapas. Inicialmente, acontece a desidratação do material, fazendo com que a pasta perca sua plasticidade, depois a oxidação, refletida nos níveis de carbono durante a

queima, muitas vezes criando “nuvens de queima” (manchas escuras na superfície) e a vitrificação da argila, que é a transformação final em cerâmica.

Nesses processos de queima ocorre a transformação da pasta em cerâmica, através do aumento da temperatura de queima, onde a textura e a coloração da superfície poderão ser fatores determinantes para a identificação de queimas redutoras ou oxidantes (RICE, 1987).

4 | ANÁLISES QUANTITATIVAS E QUALITATIVAS DE TRÊS BOLSÕES ARQUEOLÓGICOS DO SÍTIO PORTO SANTARÉM (PA-ST-42), ÁREAS 4A E 4B

Os artefatos cerâmicos coletados na área 4A totalizaram 2.315 fragmentos, sendo que se somaram 1.845 no bolsão número um (1/4A) e 639 no bolsão número dois (2/4A). Para os materiais cerâmicos provenientes da área 4B, foram totalizados cerca de 1.672 fragmentos, provenientes do bolsão número três (3/4B). As quantidades de cada parte da vasilha e seus respectivos pesos em gramas são apresentadas a seguir (tabela 1):

Parte da Vasilha	Quant. (1/4A)	Quant. (2/4A)	Quant. (3/4B)
Borda decorada	40	34	44
Borda não decorada	44	32	52
Base decorada	20	8	4
Base não decorada	26	4	0
Parede decorada	931	333	367
Parede não decorada	778	214	1.186
Appliques	2	6	19
Fragmentos de Assadores	4	8	0
Total de Fragmentos	1.845	639	1.672

Tabela I: Quantidades de fragmentos cerâmicos, divididos pelo critério parte da vasilha.

No estudo micro-analítico dos atributos decorativos, foi percebida a existência de 21 técnicas decorativas diferentes nas amostras. Mas a pintura vermelha, – produzida a base de pigmentos e corantes, principalmente o ocre vegetal e a hematita mineral – com 40,4% de frequência percentual na amostra do bolsão número um (1/4A), 27,5% no bolsão dois (2/4A) e 50,8% no bolsão três (3/4B) e os diferentes tipos de engobo (simples: bege ou creme; branco e vermelho) apresentando 28,8% no bolsão 1/4A, 37,4% no bolsão 2/4A e 19, 3% no bolsão 3/4B, foram identificadas como as decorações mais frequentes entre as observadas.

Puderam ser identificadas em laboratório 34 procedimentos combinativos diferentes, dos quais 24 tinham em seu repertório duas técnicas, oito possuem temas com três técnicas e duas combinações possuem quatro técnicas distintas. As tecnologias decorativas foram contabilizadas em todas as ocasiões em que

puderam ser apontadas em um fragmento, pois no cotidiano tecnológico dos moradores ancestrais do Sítio Porto, estas não foram empregadas de forma isolada, mas sim em combinações de diversas técnicas. Ocorre uma intensa variabilidade de combinações, muitas vezes utilizaram-se três tecnologias decorativas diferentes (tabela 2), como no caso do uso da incisão e pintura vermelha, executados sobre o engobo simples.

Tipos de Combinações decorativas	(1/4A)	(2/4A)	(3/4B)
Incisão e pintura vermelha	102	35	89
Pintura vermelha sobre engobo simples	78	22	63
Engobo branco e pintura vermelha	8	4	11
Incisão, pintura vermelha e engobo simples	17	12	7
Acanalado e pintura vermelha	6	2	5
Filete aplicado e entalhado	3	0	5
Engobo vermelho e pintura vermelha	11	4	7
Incisão e engobo simples	6	2	13
Incisão e ponteadado	4	2	1

Tabela 2: Número de fragmentos com os principais tipos de técnicas de combinações decorativas (procedimentos cominativos) identificadas nos três bolsões.

Além da reutilização de cerâmicas (caco moído) no processo de fabricação de novas cerâmicas, do cauixi – “[...] um espongiário silicoso de água doce.” (HILBERT; HILBERT, 1980, p. 3) – e do caraipé – “[...] [(burned bark from *Curatella americana*, *Curatelfa sp.*, *Simmondsia chinensis* or *Eperua purpúrea*).]” (MORA et al., 1991, p. 69) – como aditivos, foram registradas a presença de areia, carvões e saibro (pequenos agregados de argila), como sendo antiplásticos.

A presença de caco moído nos fragmentos arqueológicos foi amplamente visualizada, sendo que cauixi e caraipé, somente foram encontrados em maiores quantidades, quando em composição com o caco moído. A adição do caco moído em composição com cauixi mostrou-se muito importante para a fabricação de artefatos em cerâmica, enquanto que o uso de caraipé se manifestou ocasional (gráfico 1).

Gráfico em linhas (3D), com as frequências das combinações dos aditivos e antiplásticos, nos três bolsões.

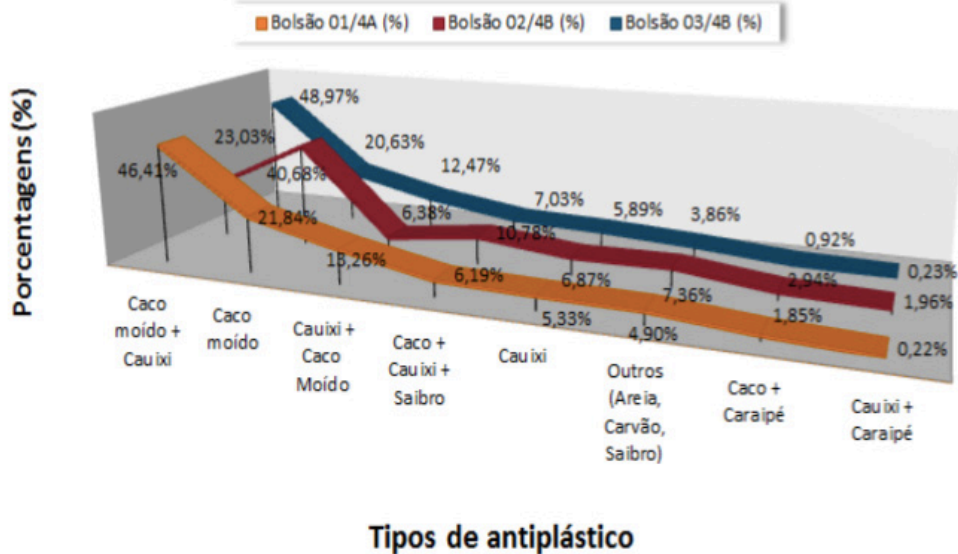


Gráfico 1: Frequências das composições entre aditivos (caco moído, cauixi e caraipé) e antiplásticos (areia, Carvão e saibro).

Os cálculos dos diâmetros de vasilhas, executado através das bordas cerâmicas, parecem agregar as peças a atividades domésticas e também a usos exclusivos, privilegiados. A amostra do bolsão número 1/4A é composta por 84 bordas e uma grande quantidade de recipientes considerados de tamanho médio, medindo entre 14 e 23 centímetros (cm).

Estes correspondem a 60,7% da amostra das bordas utilizadas para o cálculo, 15,4% possuem boca com 19 cm de diâmetro, 13,1% possuem 16 cm de diâmetro, 10,7% possuem 21 cm de diâmetro, 9,5% possuem 14 cm de diâmetro e 5,9% possuem 22 e 23 cm de diâmetro. Esta superioridade dos recipientes de tamanho médio, nas frequências dos diâmetros (ver gráfico 2), foi percebida como indicativo de vasilhas com fins de armazenagem rápida. Para quantidades volumétricas referentes a usos em refeições coletivas, utilizadas no processamento de alimentos e também para servir comidas prontas.

Artefatos de dimensões pequenas e grandes também aparecem presentes na amostra do bolsão número 1/4A. Estes foram avaliados como objetos utilizados no consumo individual e doméstico de alimentos e no armazenamento e estocagem de líquidos e outros tipos de alimentos, respectivamente.

A pesquisa levou em ressalva as possibilidades destes objetos assumirem múltiplas técnicas, funcionalidades e significados dentro dos contextos culturais aos quais foram produzidos e consumidos, pelas sociedades antigas de Santarém. Por isso, parece ser coeso propor que algumas formas poderiam ser aproveitadas tanto para o consumo individual quanto para o consumo em grupo. Os gráficos em sequência representam as frequências de cada diâmetro de vasilhas, partindo dos

cálculos dos diâmetros.

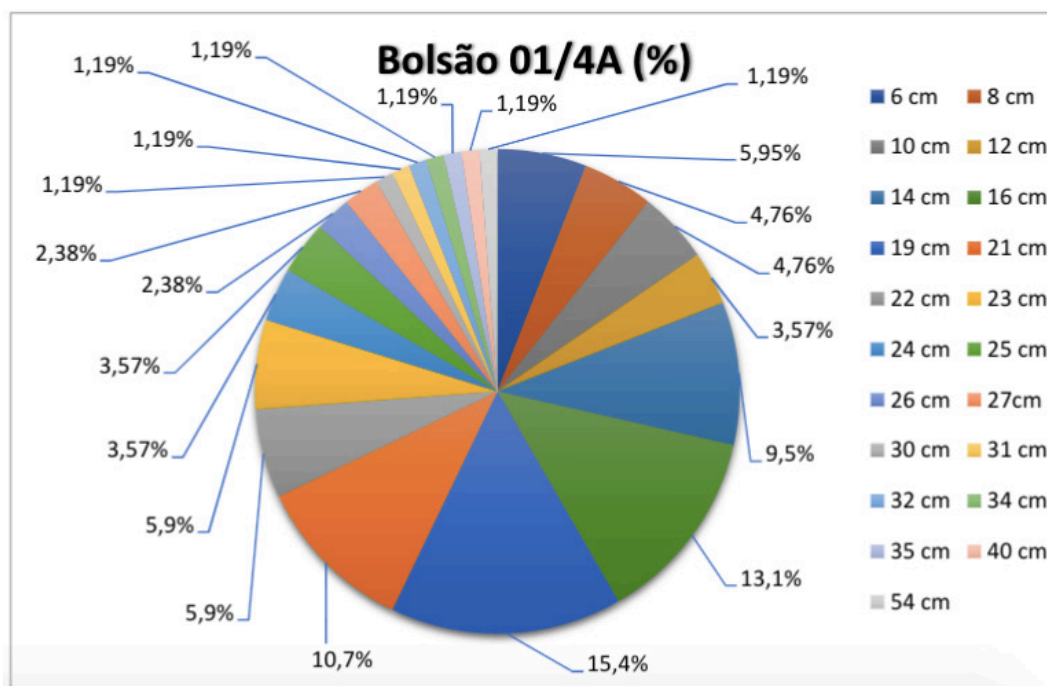


Gráfico 2: Frequências dos tamanhos de diâmetros para o bolsão número um da área 4A.

Para o bolsão 2/4A, que comporta um total de 66 bordas, repetiu-se o grande percentual de recipientes considerados de tamanho médio. Na feição, estes aparecem com diâmetros entre 14 e 21 centímetros, com frequência correspondente a 48,5%, sendo que 16,6% tem diâmetro de 19 cm, 12,1% possuem 14 cm de diâmetro, 10,6% possuem 16 cm e 9,1% possuem 21 cm de diâmetro.

As vasilhas com diâmetros menores somaram cerca de 36,3%, onde 13,6% possuem 10 cm de diâmetro, 10,6% apresentam 8 cm de diâmetro, 7,5% possuem 12 cm de diâmetro e 4,5% possuem apenas 6 cm de diâmetro (ver gráfico 3). Estes percentuais indicam a existência de práticas alimentares diversas no Sítio Porto, demonstradas pela semelhança quantitativa de vasilhas com diâmetro médio e pequeno neste bolsão.

Vasilhas de tamanho médio podem ser consideradas como reflexo material de ações coletivas do universo social e imaterial, podendo ser o resultado de atividades alimentares maiores. Vasilhas com diâmetro da boca menor podem ter servido no passado para o uso particularizado e também armazenamento de pequenas quantidades de líquidos. Muitas vezes possuindo morfologias com contorno restritivo, que servem para a contenção de líquidos.

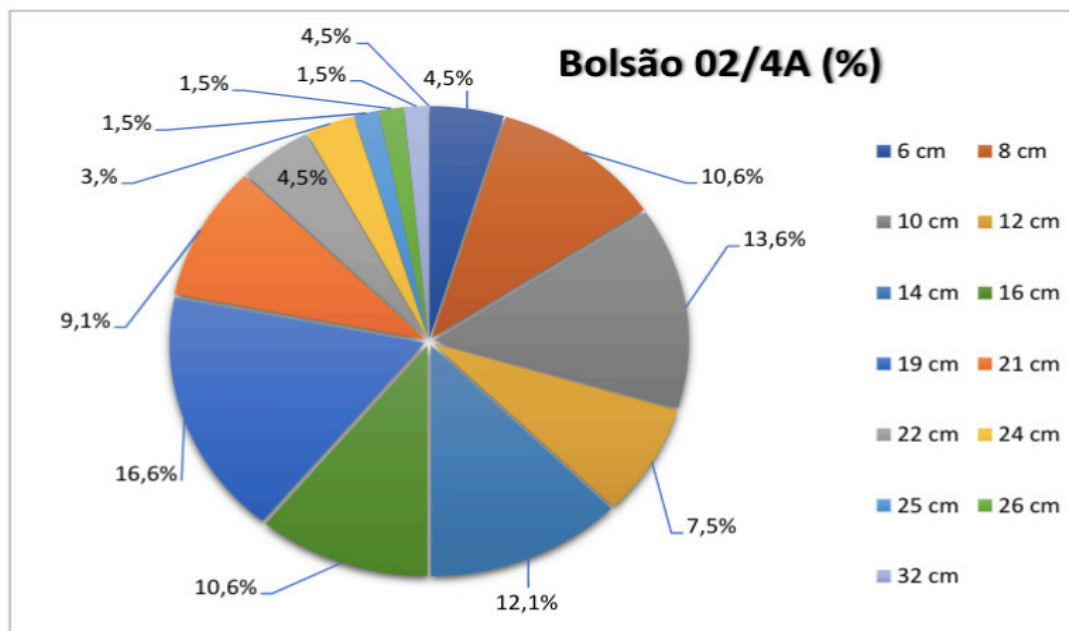


Gráfico 3: Frequências dos tamanhos de diâmetros para o bolsão número dois da área 4A.

No bolsão número 3, o único estudado na área 4B (3/4B), observamos uma quantidade de 96 bordas. Os materiais com diâmetros maiores somados representaram 5,2% de frequência, são eles: 34 cm e 54 cm com 2,08%, ambos, e 35 cm com 1,04%. Essa baixa proporção, foi analisada também nos outros três bolsões e não deve ser entendida como possuindo uma escala de produção menor para estes materiais. Mas sim contextos de utilização – e talvez de produção –, possivelmente espaciais, diferentes.

Repetindo um padrão percentual importante estão os recipientes considerados de tamanho médio, cerca de 59,4%. Os artefatos com 16 cm de diâmetro possuem 21,8%; os com 19 cm representam 14,6%; os com 14 cm de diâmetro possuem 13,5% e os com 21 cm de diâmetro possuem cerca de 9,3% de frequência.

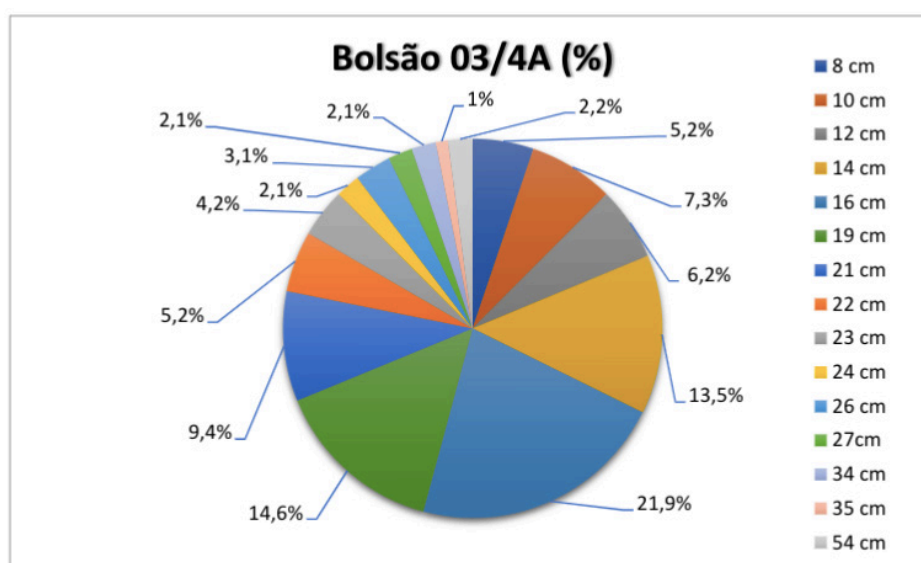


Gráfico 4: Frequências dos tamanhos de diâmetros para o bolsão número três, o único registrado para a área 4B.

Uma conformidade no padrão de queima pode ser verificada nas três estruturas estudadas, cunhadas de bolsões arqueológicos. Informando que a produção de utensílios cerâmicos poderia estar correspondendo a critérios mais característicos de fabricação, representando exigências técnicas no gesto e na ideia. Consequentemente, refletindo as extensões sociais, culturais e artísticas no trabalho do oleiro.

O tipo de queima mais encontrado é o com núcleo redutor, onde aparece com cerca de 52,7% no bolsão 1/4A e 48% no bolsão 2/4A. No bolsão 3/4B a frequência é de 48,5%.

A segunda maior ocorrência entre os tipos de queima é a oxidante, sendo que são: 22,5% para o bolsão 1/4A; 21,5% para o bolsão 2/4A e 22% para o bolsão 3/4B. O tipo de queima redutora também se mostrou uniforme nos três bolsões com frequências de: 17,4%; 16,2% e 18,8%, respectivamente, em cada estrutura arqueológica.

5 | TRAÇOS DOS TAPAJÓ: RELAÇÕES ESTRATIGRÁFICAS E PADRÕES CERÂMICOS NAS ÁREAS 4A E 4B DO SÍTIO PORTO DE SANTARÉM

Os resultados dos exames realizados nas cerâmicas arqueológicas coletadas em Santarém, apontam para a existência de contextos de deposição característicos destas áreas do sítio arqueológico. Este estilo de deposição dos artefatos cerâmicos demonstra a possibilidade de usos privilegiados destas áreas: 4A e 4B, e auxilia em um melhor entendimento dos contextos cerâmicos da Cultura Tapajó. Esta afirmativa é fundamentada em evidências de um padrão de deposição artefactual com vasos e outros tipos de artefatos cerâmicos, diferentes daqueles comumente detalhados na literatura arqueológica (vasos com gargalo e vasos de cariátides) (GOMES, 2002).

Com relação aos padrões de fabricação cerâmica, foi possível observar a existência de importantes escolhas temáticas e tecnológicas. As principais técnicas decorativas presentes nos fragmentos coletados nos três bolsões foram engobo simples, seja de coloração bege ou creme; incisões variadas; engobo branco e engobo vermelho; ponteados e apliques modelados. E, nos dois bolsões arqueológicos da área 4A (1/4A e 2/4A), estas técnicas seguiram um padrão muito parecido, sendo as frequências destas principais técnicas extremamente semelhantes em ambas às estruturas arqueológicas.

Para os tipos de coloração de superfície, um padrão cultural é bastante evidente nas três estruturas arqueológicas. Fragmentos com a cor bege somaram quase que 50% de frequência nas amostras das três feições arqueológicas, enquanto que a coloração laranja representou aproximadamente 40% em cada estrutura arqueológica. As frequências de tipos de queimas identificados exibem claramente critérios de fabricação, sendo que o ambiente com núcleo redutor esteve presente

em praticamente metade dos fragmentos coletados em cada um dos três bolsões arqueológicos.

Os resultados destas análises quantitativas dos vestígios apontam para um processo tecnológico complexo e também recoberto de significados simbólicos, constituído por métodos de fabricação das cerâmicas, provavelmente, consagrados à época dos Tapajó (JESUS, 2018).

Mas existe um amplo universo de técnicas gestuais dos procedimentos tecnológicos e cotidianos da Cultura Tapajó, ainda para serem mais bem compreendidos. Por isso, a cerâmica arqueológica encontrada nos referidos bolsões arqueológicos também pode ser interpretada do ponto de vista de contextos culturais de centralização política e hierarquias sociais nos significados das cerâmicas. Devido a isto, estudos regionais têm demonstrado que materiais cerâmicos semelhantes aos coletados no Sítio Porto de Santarém, estão sendo escavados em sítios arqueológicos com inserções diversificadas na paisagem (REBELLATO et al, 2015).

6 | CONCLUSÕES

As técnicas decorativas registradas no Sítio Porto não foram empregadas de forma isolada, mas em combinações de diversas técnicas. Ocorre uma intensa variabilidade de combinações, muitas vezes utilizaram-se três tecnologias decorativas diferentes.

Uma conformidade no padrão de queima pode ser verificada nas três estruturas estudadas, indicando que a produção de artefatos cerâmicos está correspondendo a critérios mais característicos de fabricação, representando exigências técnicas no gesto e na ideia (PANACHUK, 2016; PY-DANIEL, 2014).

Os estudos que temos realizado no Sítio Porto de Santarém tem mostrado que a grande profusão e dispersão das características estilísticas do estilo tapajônico (ALVES, 2012), presentes nas cerâmicas inciso-ponteadas, precisam ser estudadas em uma perspectiva regional (SCHAAN & ALVES, 2015). Para tal tarefa é interessante pensarmos nos significados dos bolsões arqueológicos, definidos preliminarmente como produtos de práticas sociais de intervenções no solo, posteriores a formação das terras pretas arqueológicas.

A diversidade dos artefatos cerâmicos encontrados no Sítio Porto de Santarém não nos permite conceituar contextos arqueológicos cerimoniais, rituais e/ou simbólicos, apenas como opositores diretos a contextos do cotidiano da vida social doméstica. Mas, em relação à cerâmica tapajônica está dicotomia, como método analítico, se mostrou imprópria e inadequada, pois os artefatos cerâmicos no passado amazônico podem não ser tão dissociáveis assim.

Inclusive porque objetos tão importantes não podem ser estudados e pensados somente a partir de seu uso. Mas sim associados a outros materiais, como “[...]”

tipitis, redes de dormir e flechas para caçar...]” cogações que “[...] estão imersas em tramas simbólicas e na relação com outros seres, naturais e sobrenaturais.]” (ARAUJO DA SILVA, 2016, p.223).

Arqueologicamente. a Cultura Tapajó é representada com uma das mais importantes do passado amazônico, sendo um povo ameríndio de alta complexidade social e grande extensão territorial, caracterizado pelo grande número de habitantes e de locais com a presença da cerâmica da Tapajó. No entanto, é necessário entendermos melhor como as cerâmicas dos Tapajó e sua distribuição no Sítio Porto de Santarém e também em outros sítios arqueológicos pode revelar relações sociais e antropológicas.

REFERÊNCIAS

ALVES, D. **Ocupação indígena na foz do rio Tapajós (1610 a.C. – 1020 d.C.), Estudo do sítio Porto de Santarém**. 1. ed. Letônia: Novas Edições Acadêmicas, 2014.

ARAUJO DA SILVA, T. Cotidiano Tecnológico Indígena: Cadeia Operatória de Artefatos em Pedra. In: SCHAAN, D. (org.), **Arqueologia, Patrimônio e Multiculturalismo na beira da estrada: Pesquisando ao longo das Rodovias Transamazônica e Santarém-Cuiabá**, Belém: GKNoronha, p.205-218, 2013.

_____. Banquete lapidoso: tecnologia lítica em contextos festivos no sítio Porto de Santarém, Baixo Amazonas. **Revista de Arqueologia**, v. 29, n.1, 2016.

BARRETO, C.; OLIVEIRA, E. Para além de Potes e Pannels: Cerâmica e Ritual na Amazônia Antiga. **HABITUS**, HABITUS, Revista do Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia, Goiânia, v. 14, n.1, p. 51-72, 2016.

GOMES, D. **Cerâmica Arqueológica da Amazônia: vasilhas da coleção tapajônica MAE-USP**. São Paulo: Edusp/ Fapesp/Imprensa Oficial, 2002.

_____. Os contextos e os significados da arte cerâmica dos Tapajó. In: PEREIRA, E.; GUAPINDAIA, V. (orgs.), **Arqueologia Amazônica**. Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi, SECULT, IPHAN, v. 1, p. 213-234, 2010.

HEPP, M. Um esboço sobre práticas e relações entre cultura material e os grupos humanos. **HABITUS**, Revista do Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia, Goiânia, v. 15, n. 2, p. 193-206, 2017.

HILBERT, P.; HILBERT, K. Resultados Preliminares da Pesquisa Arqueológica nos Rios Nhamundá e Trombetas, Baixo Amazonas. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Belém, Nova Série, Antropologia, n. 75, 1980.

JESUS, H. **Traços dos Tapajó: análises de cerâmicas arqueológicas do Sítio Porto de Santarém (PA-ST-42)**. Monografia – (Trabalho de conclusão de curso), Programa de Arqueologia e Antropologia, Instituto de Ciências da Sociedade, Universidade Federal do Oeste do Pará, 2018. 95p.

MORA, S.; HERRERA, L.; CAVELIER, I.; RODRÍGUEZ, C. **Plantas Cultivadas, Suelos Antrópicos y Estabilidad**. Informe Preliminar sobre la Arqueologia de Aracuara, Amazonia Colombiana. University of Pittsburgh Latin American archaeology. 1991.

NEVES, E. **Arqueologia da Amazônia**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 2006.

PANACHUCK, K. A ciência do barro e os sentidos: percepções sobre experimentos cerâmicos arqueológicos em Juruti, Pará, Baixo Amazonas. **Teoria e Sociedade**, n. 24, v.2, p. 31-54, 2016.

PY-DANIEL, A. Como os contextos funerários nos ajudam a entender os vivos na Amazônia Pré-Colombiana. In: ROSTAIN, S. (Ed.), **Memorias de las conferencias magistrales del 3er Encuentro Internacional de Arqueología Amazónica**, p. 157-165, 2014.

REBELLATO, L.; JESUS, H.; BENTO, M; HOSN, M. Distribuição Espacial de Sítios Arqueológicos com Terras Pretas: analisando correlações e possíveis modelos preditivos para ocupações tardias no Baixo Amazonas, Santarém, PA. **Caderno de resumos do XVIII Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira**, Simpósio temático de Estudos de Cultura Material na Amazônia: questões espaciais e simbólicas, Goiânia, 27-02, out., 2015.

RICE, P. **Pottery Analysis: a sourcebook**. Chicago: University Press of Chicago, 1987.

SHEPARD, A. **Ceramics for the archaeologist**. Washington: Carnegie Institution of Washington, 1956.

SCHAAN, D. **Salvamento Arqueológico do Sítio PA-ST-42: Porto de Santarém - Ano II Relatório Final - Volume 1-2012**. Pesquisa autorizada pela Portaria nº 21, de 28/06/2011, publicada no DOU nº 123, de 29/06/2011, seção 1, pág. 8, 2012a.

_____. Chronology of landscape transformation in Amazonia. In: ROSTAIN, S. (Ed.), **Memorias de las conferencias magistrales del 3er Encuentro Internacional de Arqueología Amazónica**, p. 51-72, 2014.

_____; ALVES, D. **Um porto, muitas histórias: arqueologia em Santarém**. In: SCHAAN, D.; ALVES, D. (orgs.), - Belém: Gráfica Supercores, 2015. 162 p. ISBN: 978-85-63312-60-0

A QUESTÃO URBANA DERIVADA DAS TRANSFORMAÇÕES ECONÔMICO-SOCIAIS EM ARMANDO AUGUSTO DE GODOY: A CIDADE DESEJADA SOBRE A CIDADE QUE SE TEM

Celina Fernandes Almeida Manso

PALAVRAS-CHAVE: Armando Augusto de Godoy; Urbanismo; Cidade Moderna; Rio de Janeiro; Goiânia.

RESUMO: O artigo focaliza, a partir de uma interpretação das concepções e interlocuções de Armando Augusto de Godoy, o campo da cultura urbanística em construção no Brasil, entre as primeiras décadas do século XX. Suas interpretações e narrativas constitui importante legado de informações da urbanística brasileira apreciadas nas décadas de 1920 e 1930, sendo referências para os estudiosos da cidade nos dias atuais. Seus deslocamentos espaciais permitiram que participasse das transformações urbanas do Rio de Janeiro, quando ainda capital da primeira república, e da mudança da capital do Estado de Goiás, quando da concepção e construção do núcleo urbano inicial de Goiânia. Representante ativo da engenharia brasileira Godoy revela possuidor de vasto conhecimento especializado, tendo visitado importantes cidades norte-americanas e europeias. A sua trajetória profissional esteve vinculada a uma atuação cuidadosa e definitiva em proveito da coletividade. Destaca-se por apresentar espírito educador, pesquisador e articulador de problemas relacionados à cidade.

INTRODUÇÃO

O urbanismo, entendido como testemunho de um vasto conjunto de práticas da continua e consciente modificação do estado do território e da cidade, tem como objetivo controlar o crescimento da cidade e sistematizar a cidade existente. É com a formação deste campo disciplinar que emerge a ideia do planejamento para dar respostas a situações precárias nas cidades. A forma epígrafe, com a qual o engenheiro Armando Augusto de Godoy abre a sua coletânea de artigos e conferências reunidas no livro *A urbs e os seus problemas* (Godoy, 1943)¹, poderia ser entendida como uma mera definição da palavra urbanismo. Contudo a frase traz eixos fundamentais de sua opção teórica como homem público e ativo divulgador do pensamento urbanístico. Conhecer sua atuação profissional, suas estratégias e as relações sociais que estavam interagindo no processo de constituição

1. Constam nessa publicação seis textos escritos a partir do quinto ano de comprimento do dever inerente ao cargo de engenheiro municipal na capital republicana: 1925 - "A questão social das pequenas habitações no Rio"; 1926 - "A evolução das cidades e a urbs moderna"; "Necessidade inadiável de um plano de remodelação para o Rio de Janeiro"; "O elemento fundamental da vida e das transformações urbanas"; "A subordinação da estética e da salubridade das cidades à divisão dos terrenos"; e 1927 - "Uma nova fase para o Rio de Janeiro";

do urbanismo no Rio de Janeiro se faz necessário para entender esse campo de conhecimento conformado simultaneamente com novas práticas que, *ao rastrear-las, pode-se perceber que a construção de seu objeto, isto é, um olhar científico sobre a cidade, esteve articulado também à confecção de seu ideário, pois envolveu novas formas de leituras da realidade cidadina.* (Silva, 2003, p. 87)

Esta constitui a opção mantida em seus escritos, conferências e planos urbanísticos ao longo de vinte e quatro anos de exercício profissional. Interpretar como Armando Augusto de Godoy decodifica essas noções em seus escritos constitui um exercício que propomos esboçar neste artigo, como etapa inicial de um estudo mais amplo, cujo objetivo, após levantar o campo conceitual base dos escritos e o modo como o organiza ao articular os problemas da cidade do Rio de Janeiro, é avaliar a coerência entre argumentos e atuação profissional ao validar a mudança da capital do Estado de Goiás, em 1933, que resultou na elaboração do plano de urbanização para a nova capital do estado concebido, e parcialmente implantado, por Atílio Corrêa Lima entre os anos de 1933-1935.

Com vistas de conhecer o modo pelo qual as noções acima citadas compõem os argumentos de Armando Augusto de Godoy, destacam-se as transformações urbanas do Rio de Janeiro e também a concepção e construção da forma-espço do núcleo urbano inicial de Goiânia. As concepções urbanas presentes na tessitura física dessas duas cidades permitem discutir a tarefa e atuação dos engenheiros no final do século XIX e início do século XX. Ler diferentes linguagens – a escrita e a iconográfica, esta última nem sempre presente na trama discursiva de Armando Augusto de Godoy é o desafio. Nesse procedimento observar-se o modo como as imagens atuam em dupla dimensão, a de elemento de persuasão, quando na forma de esboços traçados, e a de convencimento entre os pares, quando o desenho urbano é usado como ferramenta de expressão conceitual. Interessa discernir no agenciamento dessas linguagens a dimensão política dos argumentos de Armando Augusto de Godoy. Nesse artigo, metodologicamente o recorte temporal foi definidos pelos textos publicanos entre décadas de 1920 e 1930 contidos no livro *“A urbs e os seus problemas”* (Godoy, 1943).

NO RIO DE JANEIRO: O MODO DE PENSAR E FAZER A CIDADE

Armando Augusto de Godoy nasceu na cidade de Volta Grande, em Minas Gérias, e lá permaneceu até 1892. É na cidade do Rio de Janeiro, que sua ação e emergência se dão. Como ator social ele foi empregado no comércio, estudante, engenheiro civil pela Escola Politécnica, urbanista, funcionário público, escritor, palestrante, conferencista, Ex-Lente Catedrático do Colégio Militar e Ex-Presidente da Comissão do Plano da Cidade do Rio de Janeiro, com atuação profissional em importantes lugares institucionais para a prática e divulgação do urbanismo.

Ao longo de sua vida, Armando Augusto de Godoy se formou urbanista no exercício cotidiano das suas atividades como servidor público. Colaborou para várias publicações de artigos, e vê na escrita uma forma de manter a sua voz, um modo contínuo de questionamento e reflexão sobre a realidade ao seu redor e sobre as transformações urbanas da cidade do Rio de Janeiro. A carência de infraestrutura urbana deste período, fez com que engenheiros, técnicos da prefeitura, médicos sanitaristas e intelectuais discutissem e reclamassem uma solução para o crescente problema.

Os princípios adotados nas intervenções urbanas brasileiras no início do século XX estavam fundamentados no modo-de-fazer português do período colonial a partir da chegada da corte real na cidade do Rio de Janeiro, no século XIX. Neste processo de mudança torna-se necessário desvincular a cidade de sua característica e fisionomia colonial. Com as grandes transformações, as contradições sociais se tornaram evidentes, acentuadas pelas fortes epidemias. Novos hábitos eram necessários e a desprovida colônia precisava de um governo organizado e de instituições administrativas, de escolas, estradas, bancos, fábricas para sua adaptação à função de sede do Império.

Armando Augusto de Godoy descreve as primeiras grandes transformações urbanas e os seus principais autores no Rio de Janeiro. Entre os auxiliares do presidente Rodrigues Alves na remodelação da capital republicana, destaca o nome do prefeito Francisco Pereira Passos, no projeto de modernização da cidade do Rio de Janeiro (1902-1906). O Rio de Janeiro e a questão nacional sempre estiveram profundamente correlacionados na história do Brasil. Assim na fase de Pereira Passos, observa-se no Rio de Janeiro a construção de uma nova cenografia e de novos emblemas.

A proposta de abertura de ruas retilíneas cortando a cidade velha só será realizada no início do século XX, no momento da “modernização” da cidade do Rio de Janeiro. Pereira Passos coloca em prática a primeira intervenção sistemática e direta do Estado sobre o espaço urbano na capital da República. Por outro lado, neste período na Europa, os *travaux publics* – as grandes aberturas de vias do barão Haussmann, em Paris, as experiências do Ring e depois da rede ferroviária metropolitana, em Viena, o exemplo de um possível desenvolvimento radial, em Berlim, são eventos que revelam o papel exemplar das cidades capitais de maior e mais rápidas transformações no setor comercial e de serviços, e também na densidade do tecido edificado, mas sobre tudo, lugares de crescimento incontrolável em direção as áreas periféricas, mesmo conservando aspectos fundamentais de sua fisionomia. (Calabi, 2012. p. 167/189).

NA REMODELAÇÃO DA CAPITAL FEDERAL: O URBANISMO

Para Armando Augusto de Godoy um plano geral e completo de remodelação do Rio de Janeiro deveria corresponder à “*sublimidade do grandioso cenário*” em que ela vivia e se desenvolvia. No movimento de mudanças e modernização, o Rio de Janeiro desempenhou um papel importante na definição do novo perfil da nação brasileira. É nessa conjuntura que surge Alfred Hubert - Donat Agache. A ideia da contratação de um técnico engenheiro foi sugerida por Mariano Filho e encampada de imediato por Armando Augusto de Godoy, que como chefe da Comissão do Plano da Cidade do Rio de Janeiro, sugeriu uma lista de quatro nomes para o prefeito Prado Junior, recomendando:

Antes de tudo, mister e que se organize um plano completo de remodelação, compreendendo o aperfeiçoamento de todos os órgãos urbanos, plano que só pode ser traçado por um urbanista com a competência técnica e o bom gosto de um Stübben, de um Bennet, de um Jausseley, de um Agache, o glorioso autor da capital da Austrália. (Godoy, [1926] 1943, p. 33)

Armando Augusto de Godoy defendera a ideia da contratação de um urbanista de larga experiência não só para realizar o referido plano, mas também para formar um quadro profissional na administração pública da qual fazia parte. O olhar sobre a cidade, neste período, passa de uma análise meramente estética espacial para uma leitura social da mesma.

Percebe-se que na sua atuação profissional no Rio de Janeiro, ele teve sempre sintonizado com a prática profissional urbanística do exterior, o que levaria a elaboração de uma concepção urbanística em diálogo com o pensamento urbanístico internacional. Dos engenheiros da Prefeitura, à época, foi ele quem escrevera sobre o Plano Geral de Remodelação do Rio de Janeiro denominado “Plano Agache”. Para ele este plano encerra soluções aceitáveis para várias questões fundamentais da Cidade do Rio de Janeiro.

Como técnico ele procurou defender o “Plano Agache” como uma das grandes conquistas feitas pela cidade. Como figura central no debate sobre o urbanismo no Brasil, a atuação profissional de Armando Augusto de Godoy torna-se fundamental para compreensão do processo de consolidação da disciplina urbanismo no País.

As visões alternativas sobre o que seja uma boa cidade, presentes no movimento urbanístico internacional nos anos de 1880 a 1940, fizeram parte do contexto cultural de Armando Augusto de Godoy. Ao defender na imprensa a contratação de um urbanista para a remodelação do Rio de Janeiro, demonstrou estar atualizado com a prática profissional no exterior. Para a adequada elaboração de um plano de remodelação, ele considera imprescindível a concorrência de três condições: o conhecimento do tecido urbano existente, o estabelecimento de um programa de transformações e de expansões e as condições de viabilização financeira sob a responsabilidade da municipalidade.

Nas suas palavras podem ser identificadas as ideias norte-americanas que

durante os anos 1920 e 1930 foram aplicadas pelo grupo de planejadores da *Regional Planning Association of America* a uma grande variedade de contextos britânicos. Nesse período, os profissionais americanos e britânicos mantiveram imenso tráfego transatlântico em ambos os sentidos, como evidenciado nesta citação de Peter Hall (1988):

Thomas Adams atravessa o oceano quase todos os anos, entre 1911 e 1938; Stein e Wright encontram-se com Howard e Unwin na Inglaterra em 1923; Geddes entrou em contato com a “Regional Planning Association of America”, em 1923, Unwin e Howard em 1925. (Hall, 1988, p.191)

Ao defender a ideia da elaboração de planos globais de remodelação da cidade, Armando Augusto de Godoy toma como parâmetro a contemporânea disciplina do *town-planning* dos ingleses. Considera inadmissível a remodelação de trechos de uma metrópole, como praças, avenidas, seguindo a orientação de um simples sonhador e sem levar em consideração as necessidades plenas da cidade. Daí, o grande valor que atribui ao urbanismo. No seu entender, a administração pública e o meio social e político são elementos fundamentais para o sucesso da organização e a correta aplicação de um plano geral de remodelação da cidade. A diminuição dos gastos públicos é um dos argumentos usados por ele para a adoção de um plano nacional, sistemático, de execução metódica. Porém, lembra Armando Augusto de Godoy, para que se viabilize uma intervenção efetiva de remodelação de toda a cidade, é preciso ter consciência da necessidade do domínio técnico da topografia do terreno e da necessidade do levantamento cadastral.

No que diz respeito ao diálogo sobre planejamento entre o Brasil e Europa, temos a tentativa de Alfred Hubert - Donat Agache de observar a cidade do Rio de Janeiro à luz da metáfora organicista e do procedimento terapêutico em que veementemente acreditava. Este arquiteto urbanista partilhava, sobretudo, das teorias do biólogo escocês Patrick Geddes. Assumia o trabalho do urbanista como similar àqueles dos médicos, ou seja, a missão do urbanista seria diagnosticar, além disso, trata o caso patológico das cidades focalizando as funções urbanas. O plano de Alfred Agache para o Rio de Janeiro (fig. 01), analisado por Marisol R. Sosa e Roberto Segre, joga luz sobre as primeiras interpretações de Alfred Agache referentes a cidade do Rio de Janeiro e revela suas interlocuções (Sosa e Segre, in: Pereira, 2013).

Alfred Agache se manterá, em Armando Augusto de Godoy, como uma expressão viva da cultura francesa, presente no planejamento, de suas inúmeras obras do primeiro de arquiteto e de urbanista. Ele veio consolidar “*um novo campo do saber e poder que vinha sendo lentamente delineado no Brasil – o Urbanismo. (...) Agache tem um papel catalizador na consolidação de um projeto de reforma da cidade que prenuncia o ideário de construção de uma nova sociedade e de um novo Estado*”.² Numa ligeira referência relativa às ligações intelectuais, morais e políticas com a França destaca a ação da engenharia francesa no Brasil nas atuações do

2. Ribeiro, Luiz Cezar de Queiroz. Comentário feito no livro “O Rio de Janeiro em Questão: O Plano Agache e o Ideário Reformista dos Anos 20”, de Denise Cabral Stuckenbruck, 1996.

Engenheiro *Louis Léger Vauthier* - aluno da *Escole Polytechnique de Paris* - que juntamente a outros franceses, foram entre nós mais que “*agentes técnicos*”, mas também representantes da cultura francesa, na primeira metade do século XIX, verdadeiros precursores da ação de Alfred Agache e do contingente da técnica e dos técnicos franceses.

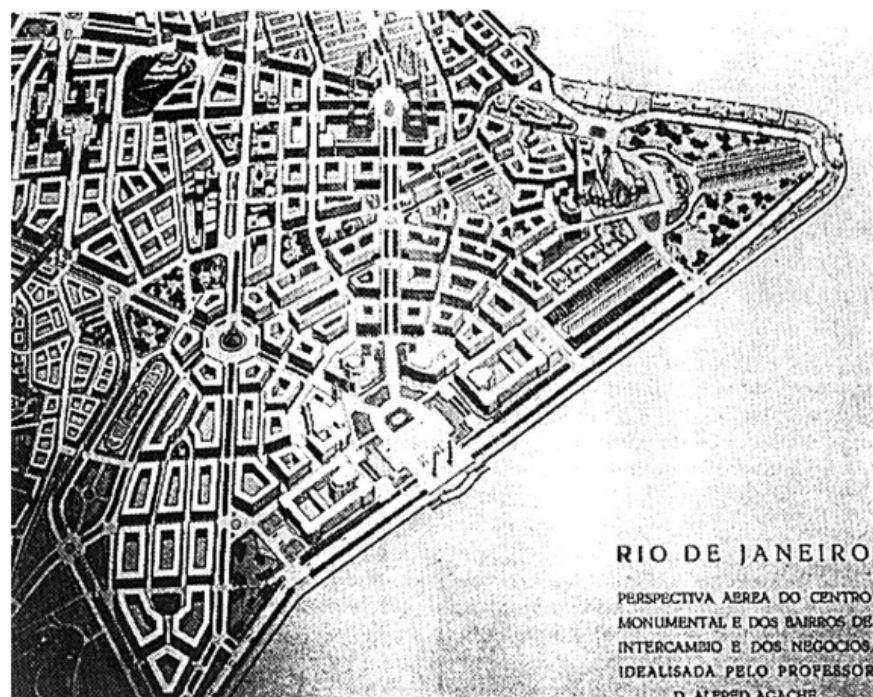


Figura 1 -Rio de Janeiro. Plano Agache (1930). Fonte: Lamas, 1985.

Para Armando Augusto de Godoy, o Plano Agache encerra soluções aceitáveis para várias questões fundamentais da Cidade do Rio de Janeiro. No Brasil profissionais urbanistas, como Armando Augusto de Godoy e Atílio Corrêa Lima, se destacam com suas interlocuções, permitindo reflexões sobre o itinerário da formação do pensamento urbanístico brasileiro. Nos estudos de Denise Cabral, a consolidação do urbanismo no Brasil, na primeira metade do século XX, no âmbito do campo disciplinar da engenharia, e não ainda da arquitetura, pode ser interpretado como sendo a da disputa de mercado pelo urbanismo, do “*mercado emergente de intervenção na cidade*” (Stuckenbruck, 1996). Entretanto, para Rodrigo Faria (2007) o que existe são entradas diferentes nas questões urbanas, que se dão pelos dois campos disciplinares em questão; e no caso da engenharia não só pela intervenção em si, mas na conformação dos processos que necessariamente passavam pela criação daqueles serviços em âmbito público municipal. Os arquitetos não estão inseridos, ainda neste momento, nessa estruturação do urbanismo na esfera pública, ocorrendo somente a partir da criação das faculdades de arquitetura e urbanismo no final da década de 1940 (Leme, 2003). Somente após essa década é que a atuação dos arquitetos ocorrerá pela entrada das ideias do movimento moderno em arquitetura, articulado aos debates dos Congressos Internacionais de Arquitetura

Moderna.

Segundo Rodrigo Faria (2013) uma análise sobre a contratação e a importância do urbanista Alfred Agache, orientada pelo interesse em conhecer a *“evolução urbanística da cidade”*, foi realizada por José de Oliveira Reis, engenheiro político e presidente da segunda comissão do Plano da Cidade do Rio de Janeiro, no ano de 1965. No diálogo de Reis, seja como leitor ou interlocutor de Armando Augusto de Godoy, fica claro a sua compreensão e posição favorável em relação à contratação de Alfred Agache e ao processo de institucionalização do urbanismo no Brasil, particularmente no Rio de Janeiro. O lugar profissional da engenharia na institucionalização do urbanismo brasileiro parece estar relacionado diretamente com a contratação de Alfred Agache para o estudo do primeiro plano de remodelação, extensão e embelezamento da cidade, *visando orientar seu crescimento normal, sistematizando sua expansão natural, metodizando sua vida coletiva e organizando-a administrativamente para atender suas necessidades futuras* (Reis, 1965. In: Faria, 2013, p.29/30).

A CIDADE CAPITAL E CIDADE MODERNA

É preciso reconhecer que de fato, como engenheiro municipal, Armando Augusto de Godoy sentiu de perto os complexos problemas do Rio de Janeiro e acompanhou as transformações urbanas da Capital por vários governos que se sucederam sem harmonia de continuidade de ação. Nas suas interlocuções expõe os princípios do urbanismo moderno e a necessidade de planos de gerais, utilizando da linguagem metafórica organicista. Adota e indica procedimentos terapêuticos, faz uma retrospectiva através dos séculos mostrando que a cidade é uma resultante dos elementos que a procuram através das vias de comunicação que para ela convergem. Mostra a dependência e subordinação da cidade às vias de circulação terrestre, fluviais ou marítimas que sobre ela incidem.

Diante da concepção e das principais condições de uma cidade moderna e sua ação civilizadora e econômica, Armando Augusto de Godoy conclui que *“quão longe estão de ser consideradas cidades modernas as nossas capitais. Para remodelá-las, afim de pôr ao nível de muitas que se encontram na Europa e nos Estados Unidos, é necessário um esforço contínuo, enérgico e bem orientado durante muitos lustros”* (Godoy, [1926] 1943, p.33). Para ele a cidade moderna é a cidade capital, os atributos que a cidade moderna deve possuir são pensados para a cidade capital. Entendia que *“após vinte e quatro anos de remodelações parciais”*, sem que nenhuma *“obedecesse à segura orientação de uma bem comprovada autoridade em estética e higiene urbana, somente “um plano completo de melhoramentos e expansão, organizado sob as vistas de um urbanista de renome universal”* conduziria rumo à solução dos problemas fundamentais da cidade do Rio de Janeiro. (Godoy, [1927] 1943, p.45).

Armando Augusto de Godoy percebe que é possível reverter os efeitos de algumas escolhas políticas, evitar erros e apropriar de métodos e procedimentos considerados exemplares relevantes de planos desenvolvidos para as cidades europeias e norte-americanas. Segundo o Engenheiro Francisco Batista de Oliveira³, Armando Augusto de Godoy, “urbanista patricio”, considera a reforma da estética e a higiene urbana, mais que uma simples preocupação de ordem profissional, um autêntico ideal, uma verdadeira aspiração.

Assim como o engenheiro-arquiteto Anhaia de Mello, Armando Augusto de Godoy vive também uma estreita relação entre higiene, traçado ordenado e estética arquitetônica que encontra-se bastante difundida no meio profissional especializado como elemento formador do cidadão. Anhaia de Mello, dentre outros profissionais do urbanismo, conheceu esta posição com seu professor Victor da Silva Freire no período de sua formação acadêmica e conviveu no início de sua carreira de docente com obras de execução dos projetos de intervenção na área central de São Paulo. Estas obras foram responsáveis pela imposição de uma concepção estética que exigia eliminar o traçado colonial da cidade e estabelecer um padrão arquitetônico considerado moderno para os novos edifícios que vinham ocupar vazios urbanos ou substituíam as antigas construções em taipa. Em 1929, Anhaia de Mello utiliza termos fundamentais da vertente sociológica de base organicista, evidentes quando afirma ser uma das questões mais difícil de solução “*o problema de governo e administração, ou a anatomia e a physiologia desses organismos tão complicados, as cidades*”. Esta terminologia orienta a proposta funcional de recortar a cidade em áreas de usos específicos e complementares por meio de leis de zoneamento. *Para ele a espinha dorsal do urbanismo era o zoneamento.* (Bresciani: In Faria, et al. 2014, p. 243 e 247)

No ano de 1931⁴, Armando Augusto de Godoy deixa vestígios de uma posição pedagógica de formar o cidadão e de um dever de divulgação dos princípios modernos do urbanismo. A principal intenção, junto a opinião pública, é de formar um ambiente favorável às intervenções urbanas e às aspirações de desenvolvimento e progresso contido dentro de um limite prático que permitisse levar à plena execução um plano de conjunto no modo mais “*econômico e perfeito*”, afim de que a cidade capital do Distrito Federal se transformasse em uma “*urbs perfeitamente acabada*”. (Godoy, 1943).

A IDEIA DE CIDADE–JARDIM E A MUDANÇA DA CAPITAL GOIANA

Como os demais estados centrais do Brasil, possuidores de grandes extensões territoriais, o Estado de Goiás também passou por várias experiências com o objetivo

3. Presidente do Comitê Nacional de Urbanismo, em 1943, no prefácio do livro “*A urbs e seus problemas*” de Armando Augusto de Godoy.

4. Constam no Livro “*A urbs e seus problemas*”(GODOY,1943) a publicação 11 textos que revelam a atuação de

de atingir a prosperidade em épocas que antecederam a fase de larga expansão do capitalismo na economia nacional. Entre todas as tentativas, a ideia de mudança da capital goiana destaca-se como a principal medida para resolver os problemas do Estado.

Decretado o Estado Novo, as forças políticas de 1930 buscavam sua legitimidade no espaço político goiano. Neste momento, o Estado toma para si a tarefa de construir a nação, ainda que à custa da centralização política e administrativa. Ao debater a questão, argumentava Pedro Ludovico Teixeira que dois outros estados da Federação – Sergipe e Minas Gerais – tinham obtido sucesso total ao mudar suas capitais em 1855 e 1897, respectivamente. Era a melhor forma que encontrava para demonstrar o desejo e a necessidade que tinham os goianos de participar do projeto nacional. O discurso do progresso definia, assim, os ideais a serem conquistados. Este ponto de vista encontra ressonância nas observações de Armando Augusto de Godoy que atribuiu *“o pouco ponderável progresso de nosso Estado ao fato de nele ainda não ter podido surgir um centro urbano com todos os elementos necessários para se expandirem e estimularem as múltiplas atividades que caracterizam a vida econômica e social de um povo.”* (Godoy, [1933]1943, p.213).

Costuma-se mencionar a transferência da capital do estado de Minas Gerais da colonial Ouro Preto para a cidade de Belo Horizonte como símbolo deste anseio de modernização urbana no Brasil e conseqüente negação das estruturas urbanas coloniais que podiam ser encontrados na virada do século XIX para o século XX. As evidências de algumas transformações urbanas no Rio de Janeiro e nas principais conquistas daquela capital no campo do urbanismo no decorrer de várias administrações, passam a ser observadas sobremaneira nos aspectos sistematizados com muita propriedade por Armando Augusto de Godoy.

Em seus aspectos globais, o movimento que levou à mudança da capital mineira é, no conjunto, o que mais se assemelha ao processo que determinou a transferência da capital goiana. A colonial cidade de Villa Boa de Goyaz – chamada regionalmente de Goiás Velho -, faz parte do grupo de cidades espalhadas pelo Brasil, cuja topografia muito irregular foi estrategicamente aproveitada pelos colonizadores portugueses mediante a adoção de traçados reguladores. Para muitos, a mudança da capital do Estado de Goiás reflete o vigoroso impulso da civilização. Roberta Marx Delson (1997), pioneira na publicação de estudos sobre o assunto, percebe a existência de uma padronização na construção de vilas no Brasil Colônia. Segunda esta pesquisadora, os portugueses planejaram e construíram novas vilas e aldeias no sertão brasileiro com o intuito de supervisionar e civilizar grandes extensões de terras por meio de um plano diretor de longo alcance.

Nos dois casos, em Minas Gerais e Goiás, houve forte campanha contra a mudança, sob o argumento central de que a situação financeira das unidades federativas desaconselhava medida de tamanho vulto. Em contrapartida, os educador urbano de Armando Augusto de Godoy.

mudancistas apostavam no acerto da medida e das consequências “salutares e fecundas” que resultariam da deslocação do eixo econômico e administrativo para uma região onde fosse possível incrementar o ganho econômico e o bem-estar social de suas comunidades. Goiânia, com a elaboração do seu plano de urbanização, concebido em 1933, é um exemplo de compreensão objetiva dos problemas nacionais na década de 1930.

No plano de urbanização da nova capital do Estado de Goiás, o planejamento da cidade, a organização hierárquica das vias e a definição de políticas de construção mediante códigos de edificações, foram estratégias adotadas que caracterizaram, à época, uma parte da modernização dos grandes centros urbanos brasileiros a partir de 1930. Armando Augusto de Godoy neste período escreveu um texto intitulado: “*A cidade-jardim*”, destacando o papel civilizador e a inegável utilidade social das cidades. Para ele, a cidade deve ser pensada como um espaço em que a natureza esteja presente.

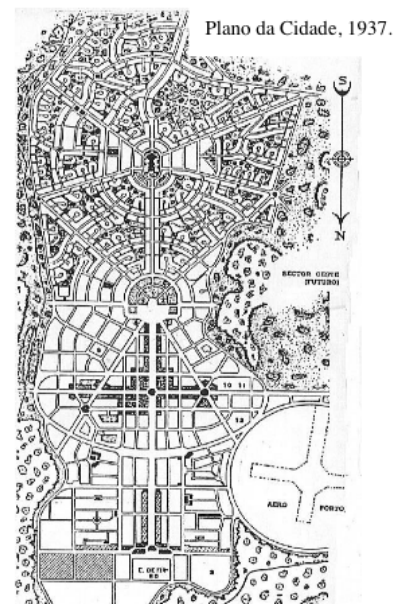
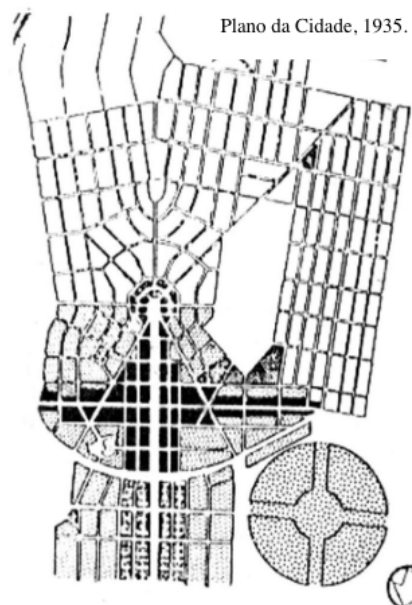
Armando Augusto de Godoy faz referência em seus textos de exemplos brasileiros influenciados pelas ideias de Howard. Refere-se à São Paulo, onde a partir de 1913 deu-se a instalação da *City of São Paulo Improvements and Freehold Company Ltd.*, e à cidade do Rio de Janeiro, para qual Alfred Agache, em seu plano “*A cidade do Rio de Janeiro: extensão, remodelação, embelezamento*” (1930), propôs a criação de duas cidades-jardins – uma para a Ilha do Governador e outra para a Ilha de Paquetá. Vale ressaltar, a oportunidade que o Armando Augusto de Godoy teve de conhecer, junto com Alfred Agache, algumas cidades-jardins na Europa: Suresnes e Robinson, exemplos típicos de cidades destinadas somente às famílias de operários. Ambas se encontram nos arredores de Paris e foram construídas por iniciativa e sob a direção do Comitê do Departamento do Sena.

GOIÂNIA E A CONCILIAÇÃO DE MODELOS ADVERSOS DE CIDADES

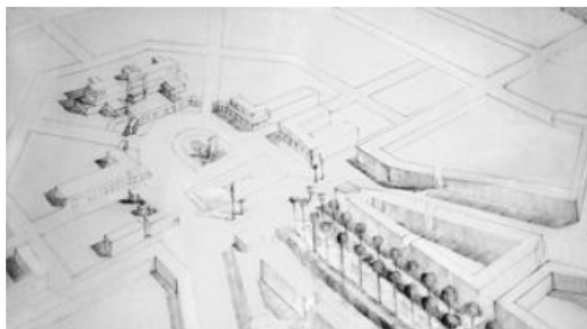
Goiânia destaca-se na historiografia do urbanismo brasileiro compondo o grupo de cidades novas, planejadas, constituídas e construídas durante o período de um século, que vai de 1855, com a criação de Aracaju, até 1960 com a inauguração de Brasília. A nova capital do Estado de Goiás, teve seu núcleo urbano inicial (fig. 2 e 4) concebido por Atílio Corrêa Lima (1933-1936) e parcialmente modificado (fig. 3 e 5) pelo do escritório Coimbra Bueno com base nas ideias de Armando Augusto de Godoy (1936-1938).

Uma das primeiras menções que faz referência de Goiânia fora do Brasil foi escrita no livro de Wermer Hegemann, *City Planning Housing*, em seu volume III, publicado em 1936, acompanhada de um desenho do Setor Sul, Hegemann nota que foi projetado um “*city planner*”, com “*a aplicação do padrão de ruas com cul-de-sac e um cinturão de parques circundando-as*” e informa que se tratava de uma

“cidade inteira planejada para uma população eventual de 50 mil”. Do ponto de vista urbanístico, em um livro pouco mencionado, de Francis Violich, como título *Cities of Latin América*. Housing and planning to the south, publicado em 1944, encontram-se as primeiras referências sobre arquitetura e urbanismo moderno no Brasil. Violich (1944) observa que o plano da nova capital goiana representa o trabalho de vários planejadores e o pensamento de três escolas diferentes de planejamento “(...) a grelha tradição colonial portuguesa; a escola francesa de diagonais e radiais, presentes no traçado de Lima; a seção Radburn projetada por Armando Augusto de Godoy, distintamente norte-americana”. Pierre Lavedan, em livro clássico sobre a história do urbanismo contemporâneo, publicado em 1952, registra a cidade de Goiânia. Conclui suas observações dizendo que conciliam-se em Goiânia modelos antagônicos de cidade. Passa-se da regularidade clássica do centro cívico, marcado por amplas avenidas, “parkways” e grandes espaços promotores de uma intensa circulação, para a sinuosidade das vias arborizadas de um bairro residencial, onde ruas radiais e anulares delimitam os setores que são penetrados por vias sem saída (Andrade, 2004. p. 76/78).



Figuras 2 e 3 –Plano de Urbanização de Atílio Corra Lima, 1935 (esquerda); Plano de Urbanização Modificado 1937, pelo Escritório Coimbra Bueno (direita). Fontes: Manso, 2001



Figuras 4 e 5 –Praça Cívica de Atílio Corra Lima, 1935 (esquerda) e Praça Cívica modificada pelo Escritório Coimbra Bueno (direita). Fontes: Manso, 2001.

CONSIDERAÇÕES GERAIS

O presente texto caracteriza-se pela discussão, das múltiplas linguagens do urbanismo, atenta às singularidades de cada momento, no manejo de diferentes maneiras e escalas interpretativas a partir das interlocuções de Armando Augusto de Godoy. Interessa discutir a atuação deste profissional no setor público de urbanismo, no ensino, na produção intelectual em artigos, livros e revistas, nos planos urbanísticos e na participação no planejamento urbano e regional brasileiro.

Explorar diferentes aspectos da relação entre a trajetória profissional de Armando Augusto de Godoy e a narrativa histórica relacionada ao campo do urbanismo é um dos objetivos da pesquisa que se iniciou com a expectativa de contribuir com as discussões e estudos sobre as atividades profissionais de urbanistas que atuaram no Brasil entre os séculos XIX e XX. O urbanismo recorreu a uma estrutura discursiva na qual *a narrativa da emancipação individual e coletiva, imaginada como progresso e superação do obscurantismo e da ignorância. Sobre essa narrativa, fundou-se a respeitabilidade e a legibilidade da ciência moderna.* Portanto, é oportuno compreender que o urbanismo ocupa-se *das transformações dos territórios, do modo como elas acontecem e aconteceram, dos sujeitos que as promovem, de suas intenções, das técnicas utilizadas, dos resultados esperados, dos êxitos obtidos, dos problemas que surgem, um de cada vez, induzindo novas transformações.* (Secchi, 2012 – p. 18/21).

Com o presente estudo adentramos na discussão da formação do campo conceitual de estudos urbanos como possibilidade de aclarar experiências urbanas sob seus múltiplos aspectos. Ao lado de uma leitura interpretativa e crítica da linguagem escrita e das múltiplas linguagens do urbanismo podemos destacar no discurso técnico de Armando Augusto de Godoy temas integrantes da realidade urbana do Rio de Janeiro e da prática do urbanismo da época: higiene, estética e política. Neste sentido a ação deste urbanista, apresenta-se não só como algo que propõe um fim a um processo de agravamento das condições da cidade do Rio de Janeiro, mas como o anúncio de um virtuoso processo de sua própria melhoria. Nos seus textos ele permite considerar junto, tanto os vestígios concretos da aplicação prática do urbanismo quanto os discursos a ela referidos.

A análise comparativa e as pesquisas de práticas urbanísticas e das soluções propostas e efetivadas por urbanistas norte-americanos e europeus expõem a forma que Armando Augusto de Godoy argumenta e justifica as suas sugestões de como fazer urbanismo. Na forma de diagnóstico, o levantamento dos problemas urbanos e de como foram enfrentados pelas autoridades locais configura um procedimento presente nos seus primeiros textos da década de 1920. Nos textos da década de 1930, expõe a explícita interdependência da cidade e região, com destaque para o modelo de cidade-jardim, o problema do tráfego através do plano de remodelação, as rodovias ligando cidade-campo e o veículo automotor sob o ponto de vista do

urbanismo.

A cidade-jardim, a unidade de vizinhança e o plano de Radburn são referências assinaladas por Armando Augusto de Godoy nas discussões sobre a concepção e construção da cidade de Goiânia. Numa perspectiva local de intervenção sugere para o Setor Sul da cidade de Goiânia, enquanto princípio de organização do espaço residencial unifamiliar, uma solução baseada na experiência norte-americana de Radburn e nas teorias do desenho urbano e da composição de bairros de baixa densidade segundo os modelos de Unwin. Numa perspectiva regional adota a ideia de cidade-jardim com o crescimento da cidade por unidades de tamanho limitado – presenças do cinturão verde e cidades satélites.

As interlocuções e narrativas de Armando Augusto de Godoy possibilitam analisar diferentes linguagens e diversos saberes sobre as cidades. A morfologia urbana e o desenho da cidade, resultantes das transformações vivenciadas por ele, no início do século XX, revela uma opção pela linhagem de urbanistas que criticam as más condições da vida urbana e propõe relativo retorno à natureza, tal como E. Howard, R. Unwin, A. Agache e P. Gueddes. As ideias e heranças presentes nas formas urbanas estabelecidas no Rio de Janeiro e na cidade de Goiânia são impressões derivadas dos textos, das iconografias, do contexto, do conhecimento, sendo estas apreendidas por meio da leitura de exemplos situados na história.

Parafraseando Pesavento⁵, neste envolver com o projetar de uma *“cidade que se quer”* sobre a cidade que se tem, o que vale resgatar é que a *“cidade do desejo”* existiu como elaboração simbólica na concepção de quem a idealizou, projetou e a quis concretizar. Compreender a cidade real através da leitura de suas representações e das metáforas organicistas presentes nos textos escritos de Armando Augusto de Godoy é um dos nossos desafios.

Numa primeira aproximação com o tema pode-se afirmar que a fundação de cidades brasileiras e sua conformação com características próprias são herdadas de um saber fazer português e de um processo singular de conciliação de modelos adversos de cidades aliado ao crescimento e expansão dos assentamentos, a partir do século XIX e, principalmente, no século XX, com o advento da industrialização e a crescente migração do campo-cidade.

Ao realizar a revisão literária a respeito do tema espera-se identificar categorias analíticas sobre a construção e institucionalização do urbanismo como campo disciplinar e prática profissional. Numa perspectiva complementar pretende-se confrontar e explorar a questão da morfologia urbana, considerando a lógica de produção do espaço urbano articulada com as estratégias políticas-sociais da produção e transformação da forma urbana no tempo da atuação profissional de Armando Augusto de Godoy.

5. PESAVENTO, Sandra Jatahy, 1995. *Muito além do Espaço: por uma história cultural do urbano*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 8, nº 16, p. 279/290.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Carlos Roberto Monteiro de. 2004. *A construção historiográfica da cidade e do urbanismo moderno no Brasil: o caso das cidades novas planejadas*. In: PINHEIRO, Eloísa P.; GOMES, Marco Aurélio A. F. (orgs.). *A cidade como história: os arquitetos e a historiografia da cidade e do urbanismo*. Salvador: EDUFBA. 73/89.
- LEME, M. C. S. 2003. *Os desafios do urbanismo no Brasil: ensino e profissão*. In: *Urbanismo em questão*. Denise Barcellos Machado, Margareth da Silva Pereira, Rachel Coutinho Marques da Silva. Rio de Janeiro: UFRJ/PROURB.
- SOSA, M. R. e SEGRE, R. 2013. *O Plano agache para o Rio de Janeiro (1927-1930): diálogos com a Escola Francesa de Urbanismo no final da década de 1920*. IN: PEREIRA, Elson M. 2013. *Planejamento Urbano no Brasil: conceitos, diálogos e práticas*. 2ª ed. Ver. Atual – Chapecó: Argos (debates: 3)
- CALABI, Donatella. 2012. *História do Urbanismo europeu: questões, instrumentos, casos exemplares*. Trad. Marisa Barda, Anita Di Marco. SP: Perspectiva.
- DELSON, R. M. 1997. *Novas vilas para o Brasil-Colônia: planejamento espacial e social no século XVIII*. Brasília: Ed. ALVA-CIORD.
- FARIA, R., CERASOLI, J. e LIRA, F. 2014. *Urbanistas e Urbanismo no Brasil: entre trajetórias e biografias*. São Paulo: Alameda, 29/30.
- FARIA, Rodrigo Santos de. 2013. *O Urbanista e o Rio de Janeiro: José do Oliveira Reis, uma biografia profissional*. São Paulo: Alameda, 29/30.
- GODOY, Armando A. de. 1943. *A Urbs e os Seus Problemas*. Rio de Janeiro: Jornal do Commercio.
- HALL, Peter. 1988. *Cidades do amanhã*. São Paulo: Perspectiva.
- LAMAS, J.M.R.G. 1992. *Morfologia urbana e desenho da cidade*. Lisboa: Fundação Calustre Gulbenkian/JNIC.
- MANSO, C. F.A 2001. *Goiânia: uma concepção moderna e contemporânea – um certo olhar*. Goiânia: ed. do autor.
- REIS FILHO, 2000. Nestor Goulart. *Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial*. São Paulo: EDUSP; Imprensa Oficial do Estado; FAPESP, (Uspiana 500 anos).
- REIS, José de O, 1965. *As administrações municipais e o desenvolvimento urbano*. In: Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro. *Rio de Janeiro em seus Quatrocentos Anos* -p.125/160. IN: FARIA, 2013. *O urbanista e o Rio de Janeiro: José de Oliveira Reis, uma biografia profissional*. SILVA, Luciana. 2003. *História do Urbanismo no Rio de Janeiro: Administração Municipal, Engenharia e Arquitetura dos anos 1920 à Ditadura Vargas*. RJ: E-Papers Serviços Editoriais.
- STUCKENBRUCK, D C. 1996. *O Rio de Janeiro em Questão: O Plano Agache e o Ideário Reformista dos Anos 20*. RJ: Observatório de Políticas Urbanas / IPPUR / FASE.
- SECCHI, Bernardo. 2012. *Primeira lição de urbanismo* [tradução Marisa Barda e Pedro M.R. Sales]. São Paulo: Perspectiva. (Debate; 306/dirigida por J. Guinsburg).
- FARIA, Rodrigo et.al 2007. *José de Oliveira Reis, urbanista em construção: uma trajetória profissional no processo de institucionalização do urbanismo no Brasil (1926-1965/1966)*. Tese de Doutorado em História, IFCH-UNICAMP. Disponível em <http://www.arquivopublico.ribeiraopreto.sp.gov.br/scultura/arqpublico/artigo/tese/fariarodrigos-tese.pdf> - visitado em 04/09/2014.

PORQUE O ESPÍRITO NÃO TEM FORMA, MUITO MENOS COR: O PRECONCEITO RACIAL E A PRESENÇA DE NÃO-NEGROS NA UMBANDA

Mariana Datria Schulze

Universidade da Região de Joinville (UNIVILLE)
Joinville - Santa Catarina

Andrieli do Canto Nunes

Universidade da Região de Joinville (UNIVILLE)
Joinville - Santa Catarina

Denise Vieira Taborda

Universidade da Região de Joinville (UNIVILLE)
Joinville - Santa Catarina

Isabela Holz

Universidade da Região de Joinville (UNIVILLE)
Joinville - Santa Catarina

RESUMO: O presente trabalho teve como objetivo compreender a vivência de pessoas não-negras pertencentes à doutrina umbandista. Partindo do debate acerca do preconceito racial, realizou-se uma pesquisa qualitativa, com a aplicação de questionário semiestruturado para 38 adeptos de dois terreiros e registro de diários de campo. A partir da análise de conteúdo dos resultados obtidos, constatou-se que o relacionamento entre os não-negros e negros é respeitoso, que eles se tratam como uma família e não admitem discriminações de qualquer natureza. 77% perceberam influências da cultura africana depois que passaram a frequentar a umbanda. 47,37% às vezes sofre preconceito religioso, sendo que um dos

locais sofre com maior intolerância religiosa do que o outro. Para 44,74%, há relação entre o preconceito religioso e a origem africana da religião. Conclui-se que, apesar da umbanda ter forte influência de aspectos afro-brasileiros e ser pautada no diverso, nela há uma alta presença de adeptos não-negros.

PALAVRAS-CHAVE: Umbanda. Preconceito racial. Não-negros.

BECAUSE THE SPIRIT HAS NO SHAPE,
MUCH LESS COLOR: RACIAL PREJUDICE
AND THE PRESENCE OF NON-BLACKS IN
UMBANDA

ABSTRATC: This work had as objective understand the experience of non-black people belonging to Umbandist doctrine. Starting from the debate on racial prejudice, a qualitative research was carried out, with a semi-structured questionnaire application for 38 adepts from two places and field diaries registrations. From the analysis of content, it was found that the relationship between non-blacks and blacks is respectful, that they treat themselves as a family and do not admit of discrimination of any nature. 77% perceived influences of African culture after they began to attend the Umbanda. 47.37% sometimes suffer religious prejudice, and one of the places suffers with greater

religious intolerance than the other. For 44.74%, there is a relation between religious prejudice and the African origin of religion. It is concluded that, although the Umbanda has a strong influence of Afro-Brazilian aspects and is based on the diverse, there is a high presence of non-black adepts.

KEYWORDS: Umbanda. Racial prejudice. Non-blacks.

1 | APROXIMAÇÕES INICIAIS

Atualmente, a miscigenação é uma marca da sociedade brasileira. Contudo, os casos de discriminação e desigualdade social ainda persistem (SILVA, 2007). No Brasil, grande parte dos conflitos religiosos que ocorrem, envolvem as religiões afro-brasileiras, rodeadas de preconceitos, embora a cultura afrodescendente seja muito rica e de grande importância para a história do país. Willeman e Lima (2010) afirmam que o preconceito racial está aliado ao preconceito religioso, dessa forma atingindo o grupo de afrodescendentes e àqueles que praticam religiões afro-brasileiras. E Prandi (2007, p. 16) diz que essas religiões continuam a sofrer agressões e “forte preconceito, o mesmo preconceito que se volta contra os negros independentemente de religião”.

Nas religiões afro-brasileiras é cada vez maior o número de adeptos brancos e de outras etnias. No século XX, um movimento de indivíduos brancos descontentes com o espiritismo kardecista organizou uma “nova” religião, que é a chamada “umbanda branca”. Essa nova religião reorganizou elementos de cultos de origem negra, associou-os a algumas práticas indígenas e a valores morais do catolicismo, tendo como base a doutrina kardecista (ROHDE, 2009). Por esse sincretismo ficou conhecida como “a religião brasileira”, contemplando as três fontes básicas do Brasil mestiço e impondo seu caráter universal e presente em todo o país.

Rohde (2009) traz que a umbanda só foi edificada e legitimada pelos intelectuais da classe média kardecista. Antes disso, existia a primitiva macumba, vista como um culto negro desorganizado. É preocupante essa visão distorcida de uma parcela da população negra e que só leva em conta a relevância de um pequeno grupo de indivíduos brancos para o desenvolvimento da religião. Um dos principais desafios encontrados pelos intelectuais para legitimar a umbanda era a presença de práticas que se assemelhavam a “rituais bárbaros e primitivos da magia negra, designada como quimbanda, significando o oposto da umbanda, a magia branca e pura” (ROHDE, 2009, p. 92). Assim se estabeleceu duas modalidades de culto: a umbanda, trabalhando com as entidades da luz (caboclos, pretos velhos e crianças) e a quimbanda, trabalhando com as entidades das trevas (exus e pombas giras). A umbanda se divide, portanto, em duas linhas: uma de esquerda, a quimbanda, que pode “trabalhar para o mal” e uma linha de direita, voltada para o bem.

As religiões de matriz africana carregam um histórico de desigualdade social, de discriminação e de perseguições religiosas. No Brasil, não foram bem

recebidas pelas camadas dominantes, que consideravam essas religiões primitivas e inferiores. E deste modo continuam sendo vistas com desconfiança pelas pessoas e não são valorizadas e respeitadas como outras religiões aqui presentes. É assim que o preconceito e o racismo em relação às religiões afro-brasileiras se fazem presentes (FERRETTI, 2007). Portanto, compreender como é a vivência de pessoas não-negras na umbanda em Joinville, considerando o preconceito racial, constitui o objetivo da presente pesquisa.

O presente estudo é de abordagem qualitativa e o método utilizado foi o da pesquisa de campo. A técnica de pesquisa para a coleta de dados foi um questionário semiestruturado aplicado em uma amostra de 38 adeptos de duas instituições da umbanda na região de Joinville e um diário de campo. No primeiro local foram aplicados 23 questionários e, no segundo, 15. Foi atribuído um número para cada participante, seguido de uma letra (A ou B) que representa o local que a pessoa frequenta

2 | ACHADOS DA INVESTIGAÇÃO

Verificou-se que a maioria dos participantes da pesquisa era do gênero feminino (52,63%). A média de idade nos dois locais pesquisados foi de 35 anos, sendo que o mínimo foi 14 anos e o máximo foi 70 anos.

Em relação à cor da pele, 60,52% das pessoas se consideram brancas, 26,31% pardas, 7,89% negras e 5,26% amarelas (oriental). No que tange à realidade brasileira, 47,7% das pessoas se indicam como brancas, 43,1% como pardos e 7,6% como pretos (IBGE, 2010). Já na região Sul, quase 70% da população se autodeclara branca, enquanto menos de 20% se classifica como parda (INSA, 2010). Nesse sentido, o número de negros participantes da pesquisa foi bem semelhante à realidade nacional, enquanto que a proporção de brancos e pardos foi mais próxima aos dados encontrados na região Sul.

Em 1998, o número de adeptos brancos nas religiões afro-brasileiras já era acentuado. Prandi (1998, p. 20-21) já afirmava que “mais da metade dos fiéis dos cultos afro-brasileiros são brancos (51%). Na vertente umbandista, a proporção de brancos é ainda maior: 56%”. Nota-se então a forte participação de brasileiros brancos na umbanda e que os dados obtidos na pesquisa confirmam essa participação.

As religiões afro-brasileiras como um todo não podem ser caracterizadas como religiões de negros, dada essa forte presença de adeptos de outras etnias. Essa presença, segundo Oro (2002), é devido a uma troca cultural que ocorreu entre diferentes etnias e camadas sociais, resultando em uma aproximação dos não-negros às religiões afro-brasileiras. Na segunda metade do século XX esse encontro realmente se consolidou, momento em que se têm notícias de brancos ocupando a condição de pais e mães de santo. Além do mais, a religião umbandista

é considerada inclusiva, de modo a unir as classes e as etnias, também resultado de uma grande síntese entre as tradições religiosas, posto que diversos grupos étnicos, suas tradições e cultura refletem a miscigenação que compõe o povo brasileiro (JENSEN, 2001).

Quanto ao tempo em que os participantes fazem parte da umbanda, a maioria (47,37%) respondeu que frequenta a religião de 1 a 5 anos; 21,05% há menos de 1 ano e há mais de 15 anos; e 10,53% de 6 a 10 anos. Mais de 90% dos participantes marcaram já terem participado de outras religiões antes da umbanda, sendo que 29 deles mencionaram o catolicismo, 5 protestantes, 4 kardecistas e em menor quantidade apareceu: wicca, paganismo, candomblé e mórmon.

Quase 85% dos participantes relataram não sentir diferença étnico-racial entre os integrantes de sua tenda/terreiro. Daqueles que sentem a diferença, uma pessoa marcou que sente frequentemente, enquanto outras três sempre sentem. O participante 5A respondeu que “há diferenças, porém como em toda a sociedade e em todos os segmentos religiosos”. Daqueles que não sentem diferença foram atribuídas as seguintes justificativas: não há pessoas com cor de pele diferente em sua tenda/terreiro; não há diferença porque todos se tratam com respeito e se consideram iguais; e justificativas pautadas pela religião, conforme exemplifica o participante 13A: “porque o espírito não tem forma, muito menos cor”. O participante 15B escreveu: “Não percebo diferença [quanto] cor da pele, todos são brancos ou amarelos. Quando entrei no terreiro havia uma médium negra que [pela] gravidez se afastou, porém não havia nenhuma distinção, era amada e tratada como [é feito] com todos”.

Sobre o relacionamento entre os integrantes, foi questionado se eles percebiam alguma diferença por conta de motivos étnico-raciais. Apenas o participante 7A disse que sim, pois para ele “muitos não tem coragem de afirmar que pertence a religião fora do terreiro por medo de preconceito”. Essa descrição não se refere diretamente à diferença étnico-racial, mas denuncia que os integrantes sofrem preconceito das pessoas que não frequentam sua religião.

Sendo assim, constata-se que o relacionamento entre os não-negros e negros é respeitoso, que os adeptos se tratam como uma família, possuem o mesmo ideal, se consideram iguais e não admitem discriminações de qualquer natureza, seja de raça/cor, sexo, gênero, orientação sexual, religião ou classe social. Os participantes 9A e 15B trouxeram as raízes africanas da religião como motivo para não haver diferenças no relacionamento entre os adeptos não-negros e negros. Para o 9A, “É incompatível ser racista e umbandista ao mesmo tempo, já que trabalhamos com espíritos de negros e caboclos”. O 15B afirma que “A umbanda tem amor pela cultura africana e suas raízes vêm dos negros, por isso não teria lógica para nós qualquer tipo de discriminação”. A participante 5A ainda refuta a hipótese de que o relacionamento entre adeptos negros e não-negros é diferente do relacionamento entre apenas adeptos negros. Em suas palavras, “Há uma relação harmoniosa entre

o nosso grupo. As divergências, quando existem, não são por conta de motivos étnico-raciais”.

Oro (2002), ao refletir sobre a umbanda no Rio Grande do Sul, grifa a importância da presença simultânea de brancos e negros nos terreiros para a representação negra. Isso porque os primeiros são detentores do capital econômico e os segundos do capital simbólico e religioso (devido à tradição). Só que os atores sociais deste processo não possuem a consciência desses fatos. Afirma ainda que os adeptos da religião costumam afirmar que “o axé não tem cor” em recorrência à diferença étnica presente na religião. Trazendo para a realidade da pesquisa, percebe-se que os integrantes dos terreiros questionados entendem o termo “diferença” como algo discriminatório, sem fazer uma reflexão sobre os papéis que as diferentes etnias presentes na umbanda representam.

O participante 4B, ao responder que não percebe diferença étnico-racial entre os integrantes do seu terreiro justificou: “Não há negros na nossa tenda, infelizmente. Dessa forma, não há diferença”. Todavia, em sua tenda cinco pessoas declararam-se pardas, notando-se que há presença de diferentes etnias. Conclui-se que, para este participante, só há diferença étnico-racial em relação às pessoas negras, o que reverbera o estereótipo do tema que foi estabelecido.

O diferencial do racismo brasileiro é que ele incide sobre a cor da pele, e não sobre a origem racial das pessoas. Para Ribeiro (1995, p. 225), “nessa escala, negro é o negro retinto, o mulato já é o pardo e como tal meio branco, e se a pele é um pouco mais clara, já passa a incorporar a comunidade branca”. Nesse sentido, Helms (1993 citado por Ferreira, 2002) aponta que a visão do negro determinada pela cultura branca e sua maneira de agir é estereotipada, pois a referência da pessoa negra é uma referência de grupo determinada externamente. Logo, a pessoa submetida a essa visão pensa, sente e comporta-se segundo os padrões idealizados de como uma pessoa negra “deve” agir. Quando os negros integram os grupos de convivência dos brancos, numa relação de proximidade até mesmo familiar, eles passam a serem tidos como brancos (Ribeiro, 1995). Por consequência, a clareza sobre o que é ser negro e sobre o que é ser pardo fica comprometida.

2.1 As diferentes trocas culturais

Cerca de 60% dos participantes concordaram que identificam características da cultura africana no seu cotidiano, como música, roupas, alimentos, palavras, após frequentar a umbanda. Segundo Ferretti (2007), a tradição na cultura africana é muito valorizada, de modo que não podem ser abandonadas, assim como as obrigações para com as entidades espirituais. Por essa valorização, muitos negros que se converteram para outras religiões no Brasil, continuam mantendo sua ligação à religião de matriz africana dos antepassados. Dessa forma, mantêm o culto às entidades espirituais afro-brasileiras ou praticam ritos ensinados pelos seus antepassados. Dado este parecer de uma cultura forte e valorizada, a cultura africana

possui aspectos característicos, que o indivíduo ao adentrar em uma religião derivada dessa cultura e desses aspectos, conseqüentemente integra-os de alguma forma no seu dia-a-dia. Essa perspectiva foi adotada por 77% dos participantes (somando aqueles que responderam de forma afirmativa ao questionamento).

Por outro lado, aspectos da cultura africana encontram-se agregadas à cultura brasileira como um todo. Jensen (2001), ao discorrer sobre esse fato, explica que durante a repressão militar no Brasil - nos anos 70 - a classe média branca (principalmente do sudeste) orientou-se para o místico e o oculto. Isso se deu acompanhado da contracultura, em protesto contra a racionalidade ocidental. Dessa forma, a atenção desses indivíduos voltou-se para a Bahia (considerada berço do candomblé). O remanescente autêntico da verdadeira cultura brasileira tornou-se representada pela Bahia, considerando sua ambivalência religiosa e cultural. Mesmo estando tão presente na cultura brasileira, muitas vezes os indivíduos notam isso apenas quando entram em contato direto com algum dos aspectos de origem africana. Como no caso da umbanda, o participante 13A afirmou: “Antes de conhecer a religião, até mesmo algumas músicas de artistas conhecidos como Chimarruts e O Rappa, eram simples músicas, depois de conhecer os orixás pude perceber a presença deles nessas músicas”. Para o participante 15B: “Comidas como: acarajé, quiabo, dendê, ervas como quimé, arruda; espada de São Jorge e a música popular brasileira são exemplos de coisas que passei a ver diferente e que são próximas à religião”.

Sendo assim, os conteúdos por trás das palavras dos participantes sobre a presença ou não de elementos culturais de origem africana após entrar para a umbanda versam sobre o estudo, a observação e o aprofundamento da religião como fatores que despertam o conhecimento sobre a cultura africana presente na umbanda; as características da religião estiveram presentes na vida dos participantes, mas começaram a tomar conhecimento depois que entraram em contato com a umbanda; e, contrariando as demais justificativas, há percepção de poucas trocas culturais devido à naturalidade com que a cultura africana é incorporada pela religião.

Uma troca cultural inusitada envolvendo o estudo da religião foi relatada pelo participante 7A: “Nossos guias utilizam muitas palavras em yorùbá, tive que estudar a língua para aprender o que pediam. Estudei, li sobre a cultura africana para entender os preceitos da religião”. O yorùbá é um dos idiomas falados na Nigéria e em alguns outros países da África Ocidental. Ademais, alguns participantes também citaram adereços e as roupas utilizadas nas giras como a cor que identifica um povo ou orixá.

Sobre a naturalidade com que a cultura africana é incorporada pela umbanda, o participante 5A, que é carioca e de origem maranhense, afirmou que cresceu aprendendo a valorizar a sua raça. Dessa forma, estar na umbanda mudou muito pouco o seu entendimento e compreensão sobre a cultura africana. Nessa perspectiva, percebe-se que saber a origem dos participantes poderia fornecer dados mais enriquecedores ao presente estudo.

Dito isso, os participantes foram questionados se acreditavam que a cultura herdada dos colonizadores europeus, sobretudo alemães e italianos, interfere na umbanda em Joinville, comparado a outros municípios que não receberam essa influência. A maioria das pessoas (42,1%) concordou parcialmente com essa questão. Várias pessoas disseram que a colonização europeia interfere negativamente na religião devido à falta de conhecimento das pessoas que julgam sem conhecê-la, à dificuldade de aceitação e um desconforto com relação à doutrina. O participante 14A mencionou que a cultura europeia é muito rígida, forte e dominante. O 17A ainda diz que são “Um povo muito dominador, aí não há espaço para o povo africano [...]”. Contudo, houve participantes que utilizaram a mesma justificativa da falta de conhecimento das pessoas para afirmar que a cultura herdada dos colonizadores não interfere na umbanda, pois não é um fenômeno restrito a eles, isto é, ocorre com as pessoas no geral.

Para além, os participantes 8A e 9A tiveram uma visão bem ampla para justificar a interferência. Segundo o 8A, “Em todo lugar que uma cultura está e às vezes em maior número se vê que há preconceitos de outras”. O 9A diz que “A cultura e padrões sociais e religiosos sempre interferem conforme a religião”. O 22A resume que “A umbanda se caracteriza pela mescla dos princípios religiosos africanos com os da região, sofrendo influência dos costumes regionais [...]”. Exemplificando esses costumes, de acordo com o 15B, “Existem segmentos umbandistas como ‘umbanda omoloco’ que são mais africanistas e tem práticas mais próximas ao candomblé. Em Joinville, a maioria [...] se enquadra nessa categoria, não é o caso do nosso, que tem mais influência católica e espírita”. Fica explícita essa influência quando 2/3 dos participantes do local B mencionaram terem sido católicos.

2.2 A relação entre o preconceito religioso e origem africana da religião

Ao serem questionados sobre a frequência que sofrem preconceito por fazerem parte da umbanda, 47,37% afirmam que às vezes sofrem preconceito, 21,05% frequentemente, 18,42% nunca sofreram preconceito, 10,53% raramente e, por fim, infelizmente 2,63% sempre sofrem preconceito.

Notou-se que os participantes do local A apresentaram maiores problemas com preconceito. O 7A comentou: “Fui apedrejado, e nos dias da gira minha casa é apedrejada. Quando ouço músicas da umbanda chamam a polícia”. Na primeira ida a campo, uma integrante do local A relatou que os vizinhos da tenda jogam pedra nos carros dos fiéis. Disse também que na semana anterior tinham jogado pedra no telhado da tenda e que em 2015 o pai de santo foi acertado por uma pedrada na cabeça.

Há alguns anos o local A situava-se numa área residencial, porém, como as giras faziam barulho e a Prefeitura de Joinville impunha muitas dificuldades para a retirada do alvará de funcionamento resolveram mudar o endereço para Araquari,

município pertencente à microrregião de Joinville. No entanto, mesmo o local sendo situado numa área mais afastada das residências continuou havendo reclamações por parte dos vizinhos. Estes colocam o barulho das giras e o fato de se tratar de uma religião pouco conhecida (e por vezes demonizada) como principais motivos para não aceitarem a localização da tenda. Todavia, essas reclamações tornaram-se símbolo de intolerância religiosa quando os vizinhos começaram a jogar pedras nos carros, na tenda e no próprio pai de santo.

Em contrapartida, o local B situa-se no centro de Joinville e os integrantes têm uma percepção de que há pouco preconceito. Um participante contou que às vezes há culto evangélico no terreno ao lado do terreiro e, certa vez, crianças foram até o muro e começaram a falar ofensas, como “macumbeiros” e “diabo”. Também já aconteceu dos evangélicos se enganarem e acabarem entrando no estacionamento do terreiro. Perguntou-se se há reclamações dos vizinhos (apesar de ser uma área mais comercial) e ele disse que raramente os vizinhos reclamam, apenas quando as giras passam do horário. Sobre a dificuldade de regularização por parte da prefeitura nada foi citado. O terreiro existe há 7 anos e possui alvará de funcionamento.

Alguns participantes dos dois locais justificaram o preconceito pela falta de conhecimentos que as pessoas têm da umbanda, como o 2A: “Pessoas que desconhecem a nossa religião não nos respeitam” e o participante 2B: “Sim, por ser a umbanda mal vista e falada pela boca dos que não conhecem”. Aqueles que não sofrem muito preconceito não expõem abertamente sua prática religiosa, como o participante 9A comentou: “Geralmente apresento minha religião como espiritualista, pois na associação das pessoas, candomblé e umbanda são macumba, coisa do diabo” ou então o participante 14A: “Não passei, porque no meu trabalho procuro não me expor”.

Quanto à relação do preconceito contra a umbanda ser atrelado com a sua origem africana, mais de 60% dos participantes concordam com esta afirmativa. Pode-se perceber essa relação na fala de alguns participantes, o 22A comentou: “A umbanda enquanto religião negra é marginalizada por conta de sua origem”. O participante 1A chegou a afirmar que há preconceito, pois “Já que é uma reza de matriz africana e as pessoas olham e agem mesmo por causa de cor, não por caráter”.

Segundo Jones (1973, p. 75), “a crença e a raça constituem dois pólos do conflito racial”. Grande parte do que parece ser hostilidade baseada em crença, é na verdade um disfarce para sentimentos de ódio racial ou étnico. Trazendo essa afirmativa para a realidade brasileira, infelizmente os negros ainda são vistos com um olhar negativo pela sociedade. Juntamente com os nativos brasileiros, são os que mais sofreram com o preconceito durante a história e ainda sofrem. São vítimas da desigualdade social, da opressão e da discriminação, obtendo assim uma condição socioeconômica desfavorável e sendo alvos de exclusão social (WILLEMAN; LIMA, 2010).

Outros enfatizaram novamente que, além dessa questão de sua origem africana, o preconceito se dá também pela falta de conhecimento. O 4B concorda “Parcialmente, já que muito do preconceito é por não se conhecer a religião e imaginar outras coisas”. Algumas pessoas atribuíram outro sentido, afirmando que o preconceito está mais relacionado com o medo de espíritos ou macumbas (o que também demonstra falta de conhecimento da religião. O participante 14B acredita que: “seja mais pelo o que é divulgado: macumba, trabalhos de amarração, etc. Que não tem nada a ver com a umbanda, mas que é confundido”.

O participante 15B atribuiu mais uma justificativa para o preconceito, além da origem africana: “Também! É um racismo velado. Mas religiões neopentecostais atualmente fazem verdadeiras campanhas para nos prejudicar, e esse é foco do problema”. Mezzomo (2008) fez uma análise das falas dos pastores neopentecostais R.R. Soares e Edir Macedo sobre as religiões afro-brasileiras e espíritas kardecistas. O último chegou a afirmar que sempre “desejou colocar em um livro toda a verdade sobre os orixás, caboclos e os mais diversos guias, que vivem enganando as pessoas e, fazendo delas ‘cavalos’, ‘burrinhos’ ou ‘aparelhos’, sendo que Deus as criou para serem [sua] imagem e semelhança” (MEZZOMO, 2008, p. 12).

Portanto, nota-se que o principal motivo da intolerância religiosa para com a umbanda ocorre por causa de sua origem africana, ou seja, pela questão étnico-racial. Mas não apenas isso, também por ser uma religião ligada ao oculto, aos espíritos e por ser vilipendiada por líderes religiosos, sobretudo, neopentecostais.

3 | REFLEXÕES FINAIS

Como visto, a umbanda é uma religião com forte influência de aspectos afro-brasileiros e pautada no diverso. Apesar disso, na região de Joinville, percebeu-se uma alta presença de adeptos não-negros nessa religião. A maioria dos participantes informou que não há diferença no relacionamento entre os adeptos por conta de motivos étnico-raciais, e que a vivência entre os adeptos da religião é respeitosa, que eles se tratam como uma família e que não admitem qualquer tipo de preconceito.

Sobre a questão cultural, pode-se notar que os aspectos da cultura africana presentes na sociedade brasileira só foram percebidos pelos participantes após estes passarem a frequentar a umbanda. Mas também os adeptos trouxeram aspectos da religião para o seu cotidiano e, portanto, aderiram aos costumes afro-brasileiros, ocorrendo trocas culturais.

Ficou denotado o preconceito religioso contra essas pessoas, tanto por parte de familiares, amigos, colegas de trabalho quanto de desconhecidos. Um dado que reitera tal compreensão é de que alguns integrantes que afirmaram não sofrer o preconceito, muitas vezes não falam abertamente de sua religião, justamente para evitar a discriminação.

A religião é um fenômeno sociológico importante para um grande número de pessoas. A psicologia deve, assim, contemplar o aspecto religioso que faz parte da constituição subjetiva, estudando o comportamento humano e social que o circunscreve. É necessário, no entanto, cautela ao se observar esses fenômenos, partindo-se sempre das experiências vivenciadas pelos próprios sujeitos. Nesse sentido, deve-se levar em consideração que o conhecimento científico acaba quando começa o conhecimento religioso e que, a partir desse momento, trata-se de outro campo do saber. Com base em tais considerações, surge a necessidade de que as pesquisas futuras abordem o estigma por fazer parte da umbanda e a dificuldade que os seus membros têm de se afirmarem em outros grupos. A religião, enquanto algo inerente ao ser humano, é uma rica fonte de informações sobre a subjetividade dos sujeitos e seus comportamentos em grupo.

REFERÊNCIAS

FERREIRA, R. F. O brasileiro, o racismo silencioso e a emancipação do afro-descendente. **Psicologia e Sociedade**, Belo Horizonte, v. 14, n. 1, p. 69-86, jun. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v14n1/v14n1a05.pdf>>. Acesso em: 7 nov. 2016.

FERRETTI, M. M. R. Religião e sociedade: religiões matriz de africana no Brasil, um caso de polícia. **III Jornada Internacional de Políticas Públicas**, São Luiz, p. 28-30, ago. 2007. Disponível em: <<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIII/html/Trabalhos/EixoTematicoE/1720adf032cb29768af6Mundicarmo%20Maria%20Ferretti.pdf>>. Acesso em: 31 mar. 2016.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2010**. Características da população. Disponível em: <<http://7a12.ibge.gov.br/vamos-conhecer-o-brasil/nosso-povo/caracteristicas-da-populacao.html>>. Acesso em: 19 out. 2016.

INSA. Instituto Nacional do Semiárido. **População total residente por cor ou raça**. 2010. Disponível em: <http://www.insa.gov.br/censosab/index.php?option=com_content&view=article&id=100&Itemid=99>. 19 out. 2016.

JENSEN, T. G. Discursos sobre as religiões afro-brasileiras: da desafrikanização para a reafrikanização. Tradução de Maria Filomena Mecabô. **Revista de Estudos da Religião**, n. 1, p. 1-21, 2001. Disponível em: <http://www.pucsp.br/rever/rv1_2001/p_jensen.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2016.

JONES, J. M. **Racismo e preconceito**. Tradução de Dante Moreira Leite. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1973.

MEZZOMO, F. A. Nós e os outros: proselitismo e intolerância religiosa nas igrejas neopentecostais. **Fênix: revista de história e estudos culturais**, v. 5, n. 1, 2008. Disponível em: <http://www.revistafenix.pro.br/PDF14/Artigo_14_Frank_Antonio_Mezzomo.pdf>. Acesso em: 29 out. 2016.

ORO, A. Religiões afro-brasileiras do Rio Grande do Sul: passado e presente. **Estudos afro-asiáticos**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 2, p. 345-384, 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v24n2/a06v24n2.pdf>>. Acesso em: 30 mar. 2016.

PRANDI, R. **Um sopro de espírito**: a renovação conservadora do catolicismo carismático. 2. ed. São Paulo: FAPESP, 1998. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?isbn=853140391X>>. Acesso em: 6 ago. 2016.

_____. As religiões afro-brasileiras e seus seguidores. **Civitas - Revista de Ciências Sociais**, s.l., v. 3, n. 1, p. 15-33, maio 2007. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/108>>. Acesso em: 30 maio 2016.

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

ROCHA, C.; VÁSQUEZ, M. A. O Brasil na nova cartografia global da religião. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 1, p. 13-37, 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rs/v34n1/02.pdf>>. Acesso em: 6 ago. 2016.

ROHDE, B. F. Umbanda, uma religião que não nasceu: breves considerações sobre uma tendência dominante na interpretação do universo umbandista. **Revista de Estudos da Religião**, São Paulo, p. 77-96, 2009. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/rever/rv1_2009/t_rohde.pdf>. Acesso em: 8 abr. 2016.

SILVA, P. B. G. Aprender, ensinar e relações étnico-raciais no Brasil. **Revista Educação**, Porto Alegre, n. 3, p. 489-506, set/dez. 2007. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/2745>>. Acesso em: 5 ago. 2016.

WILLEMANN, E. M.; LIMA, G. R. de. O preconceito e a discriminação racial nas religiões de matriz africana no Brasil. **Revista UNIABEU**, Belford Roxo, v. 3, n. 5, p. 70-94, set.-dez., 2010. Disponível em: <<http://www.uniabeu.edu.br/publica/index.php/RU/article/view/60/120>>. Acesso em: 11 maio 2016.

PROPOSTA ARQUITETÔNICA PARA UM CENTRO DE DANÇA MUNICIPAL EM PALMAS-TO

Laryssa Aguiar Melo

Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/
ULBRA)
Palmas-To

RESUMO: Acredita-se que a dança é tão antiga quanto a própria existência humana e é uma forma de expressão cultural que se manifesta por meio de movimentos corporais. Oferece suas contribuições para o desenvolvimento humano enquanto ser físico, social e emocional, portanto é relevante disponibilizá-la a todos os públicos, principalmente à crianças e adolescentes que vivem às margens da sociedade. Frente a essa realidade, este artigo apresenta uma proposta arquitetônica para um Centro de Dança em Palmas-TO. Através da metodologia exploratória e qualitativa, foram aplicados questionários e entrevistas com professores e diretores de escolas de dança acerca das estruturas físicas, funcionais e das atividades oferecidas pelas instituições de dança em Palmas. Após o levantamento de dados, observou-se que os espaços destinados às aulas de dança na capital não foram projetados especificamente para este fim e sim adaptados em edifícios já existentes. Utilizou-se também a revisão bibliográfica de materiais já publicados para auxiliar na elaboração do programa de necessidades e na definição dos materiais de

conforto ambiental, na sustentabilidade, na composição espacial, formal e construtiva. Em seguida, analisou-se de forma ampla o sítio escolhido, levando em consideração o potencial, condicionantes legais e sociais, topografia, clima e o entorno do terreno escolhido para intervenção. Pretende-se com este trabalho contribuir para o entendimento e importância da dança para a sociedade bem como servir de base para pesquisas futuras.

PALAVRAS-CHAVE: Centro de Dança; Educação; Projeto Arquitetônico.

ARCHITECTURAL PROJECT PROPOSAL FOR A MUNICIPAL DANCE CENTER IN PALMAS, TO, BRAZIL

ABSTRACT: The dance is considered as old as the own human existence and it is a form of cultural expression that is manifested itself through bodily movements. It offers its contributions to human development in the quality of a physical, social and emotional being, therefore, it is relevant to make it available to all public, especially to children and teenagers living on the margins of society. Looking this reality, this article presents an architectural proposal for a Dance Center in Palmas-TO. Through the exploratory and qualitative methodology, questionnaires and interviews with teachers

and directors of dance schools were applied, about the physical structures, functional aspect and the activities offered by dance centers in Palmas. After collect the data, it was observed that the spaces destined to the dance classes in Palmas were not projected specifically for this purpose, but adapted in existing buildings. It was also used the bibliographic review of already published materials to assist in the elaboration of the needs program and in the definition of the materials of environmental comfort, in the sustainability, in the spatial, shape and constructive composition. Afterward, the chosen site was analyzed broadly, considering the potential legal and social conditions, topography, climate and the lot chosen for interference. This work intends to contribute to the understanding and importance of dance for society, as well as to serve as the basis for future research.

KEYWORDS: Dance Center; Education; Architectural project.

1 | INTRODUÇÃO

Embora não se saiba precisamente como e quando a humanidade começou a dançar, encontram-se vestígios de que o ser humano se movimenta ritmicamente desde os primórdios para comunicarem entre si, expressar sentimentos, adorar deuses ou aquecer o corpo antes de polir pedras para construir abrigos (FARO, 1986). Segundo Osson (1988), é o impulso, motivação ou algo esplêndido que leva o homem a dançar. Para ela, a dança nasce da necessidade interior do homem em expressar-se, está intimamente ligada ao campo espiritual e é capaz de fortalecer e desenvolver o corpo físico e mental.

Portanto, faz-se necessário repensá-la e disponibilizá-la a todos os públicos, principalmente à crianças e adolescentes que vivem um momento de constantes transformações no corpo, na mente e na vida social. Cunha (2006, p. 11), afirma que a dança propicia a proteção e desenvolvimento da criança e pode ser utilizada como ferramenta facilitadora do processo de inclusão através de programas que abranjam as áreas de recreação, lazer, conhecimento, arte e cultura.

Dessa forma, a proposta de um Centro de Dança Municipal visa reforçar a importância de uma instituição que tem como indutor positivo a dança, ofereça atividades educacionais e culturais e proporcionem a garantia de direitos, tais como: educação, esporte, lazer, saúde, profissionalização e cultura a fim de favorecer o desenvolvimento da autoestima e o protagonismo juvenil.

A temática deste artigo, aborda a importância da elaboração de um equipamento cultural voltado aos ensinamentos práticos e teóricos da dança e a proposta de implantação do projeto em terreno localizado em Taquaralto, na região mais segregada da cidade, visa proporcionar a integração social por meio de espaços acessíveis a todos os públicos, contemplando biblioteca, circulações e praça de apresentações ao ar livre, estimulando a presença de pessoas, promovendo a inclusão, favorecendo a troca de conhecimentos e consequentemente a divulgação da dança na capital.

2 | MATERIAL E MÉTODOS

Quanto ao objetivo metodológico utilizou-se a pesquisa exploratória, onde envolve levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas com experiência na área do problema pesquisado e prática de campo. Gil (2002) afirma que este tipo se caracteriza por aprofundar as questões propostas de realidade específica, Marconi e Lakatos (2003), complementam que a estratégia de ir ao campo é utilizada para elencar informações e/ou conhecimentos acerca de um problema, que se queira comprovar.

Do ponto de vista da forma de abordagem do problema, a pesquisa se caracteriza como qualitativa, que conforme Minayo (2001, p. 14), trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. O universo da pesquisa ocorreu na cidade de Palmas-TO, tendo como suporte a participação de professores e diretores de escolas de dança da capital. Foram realizadas entrevistas acerca das estruturas físicas, funcionais e das atividades de dança oferecidas pelas instituições.

No que tange ao procedimento técnico, aplicou-se a pesquisa bibliográfica através de materiais que poderiam contribuir para o alcance do objetivo deste artigo. Para Gil (2002), os exemplos mais característicos desse tipo de pesquisa são sobre investigações, sobre ideologias ou aquelas que se propõem à análise das diversas posições acerca de um problema. Levantou dados sobre a história da dança e os benefícios da mesma para o desenvolvimento humano, para a saúde física e mental e para a sociedade, através do manuseio de acervos bibliográficos e documentais. Dessa forma, o desenvolvimento do presente artigo, se dá a partir de materiais já publicados de teses, livros, revistas, monografias e outros capazes de formar diretrizes que pudessem auxiliar no embasamento teórico, bem como no programa de necessidades para o projeto arquitetônico.

Em seguida, analisou-se de forma ampla o sítio escolhido, levando-se em consideração o potencial, condicionantes legais e sociais, paisagem, infraestrutura, topografia, clima e o entorno do terreno da intervenção. Todos os recursos utilizados para o desenvolvimento desse artigo subsidiam a elaboração do projeto de arquitetura para o Centro de Dança Municipal em Palmas-TO.

3 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

Palmas, capital do Tocantins, localizada no coração do Brasil foi inaugurada em 20 de maio de 1989, sendo assim, foi a última cidade planejada do século 20. Caracterizada pelas largas avenidas e com população estimada para o ano de 2017 de 286.787 habitantes, conforme panorama apresentado na população do último censo, realizado no ano de 2010 (IBGE, 2017), numa área de 2.219 Km², ainda

apresenta um baixo nível de excelência quando se trata de espaços destinado à prática de dança.

Após entrevistas e visitas in loco, percebeu-se que os espaços destinados aos ensinamentos de dança, não possuem instalações com dimensionamentos necessários para a prática da mesma como, por exemplo pé direito alto e espaços amplos (Figura 1). Sabe-se também que a maioria das instituições não foram projetadas especialmente para as atividades de dança, mas sim abrigadas em edifícios já existentes (Figura 2 e 3).

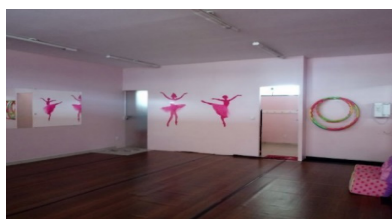


Figura 1: Sala, Evidence Ballet
Fonte: Acervo do Autor (2017)



Figura 2: Evidence Ballet
Fonte: Acervo do Autor (2017)



Figura 3: Com Classe Ballet
Fonte: Acervo do Autor (2017)

Além disso, a maioria das escolas de dança da capital são privadas e estão localizadas no centro da cidade. Já na região sul, não possuem espaços próprios para aulas de dança, sendo difundida em algumas escolas de ensino regular como parte das aulas de educação física ou em academias de ginástica como atividade de musculação. Dessa forma, optou-se por uma área localizada em Taquaralto (Figura 4), situado na região sul da capital e um dos bairros mais densamente habitados do município. Para a escolha da área de intervenção, levou-se em consideração o entorno, os acessos e as dimensões do terreno.

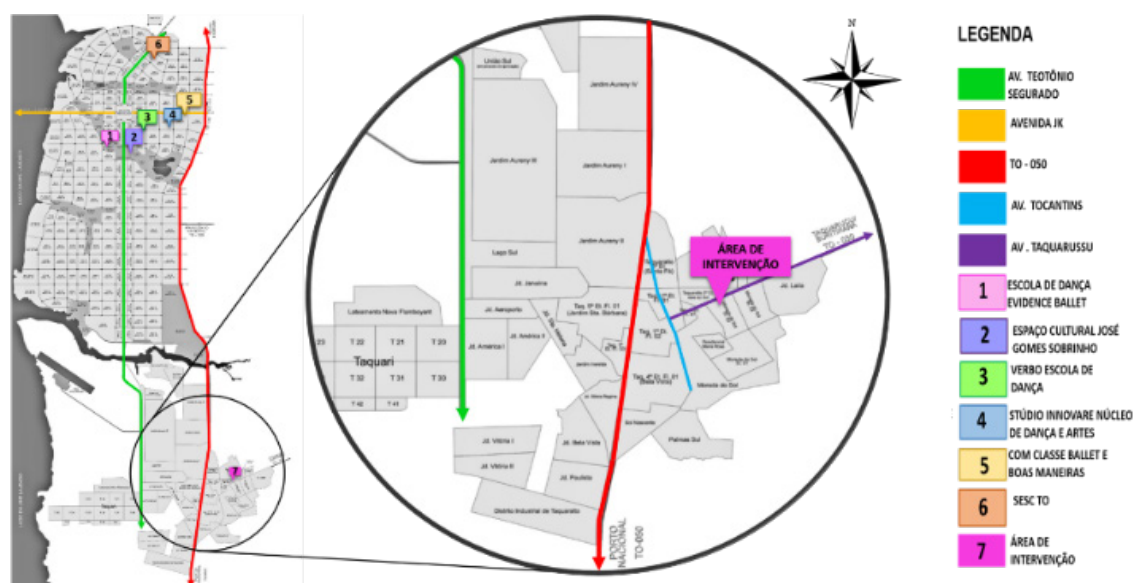


Figura 4: Localização e entorno do terreno
Fonte: SigPalmas (2017), adaptado pelo autor (2017).

O terreno escolhido, localiza-se próximo as principais avenidas do bairro, onde concentram comércio, serviços e linhas de transporte público. Após avaliar o entorno e as dimensões do terreno para a implantação da edificação, criou-se quatro acessos independentes, sendo estes: acesso para pedestres, acesso de veículos aos estacionamentos, acesso ao bicicletário e acesso a carga e descarga (Figura 5).

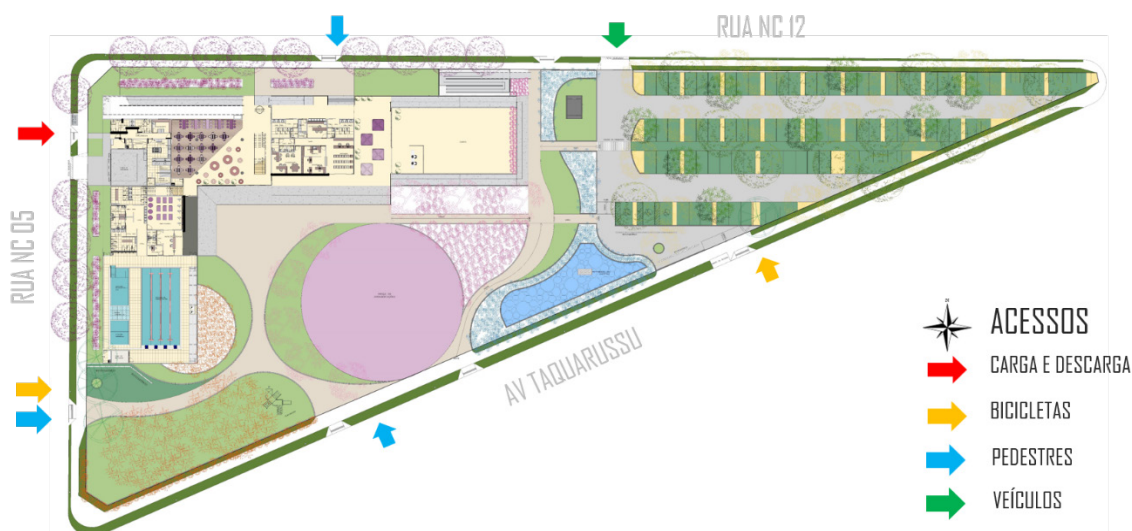


Figura 5: Implantação do projeto

Fonte: Autor (2017)

O centro de dança foi projetado em quatro níveis de elevação (Figura 6), acompanhando a topografia natural do terreno, sendo eles: subsolo, térreo, primeiro e segundo pavimento. Os ambientes especificados no programa de necessidades foram distribuídos verticalmente conforme o fluxo e importância da proximidade entre os espaços.

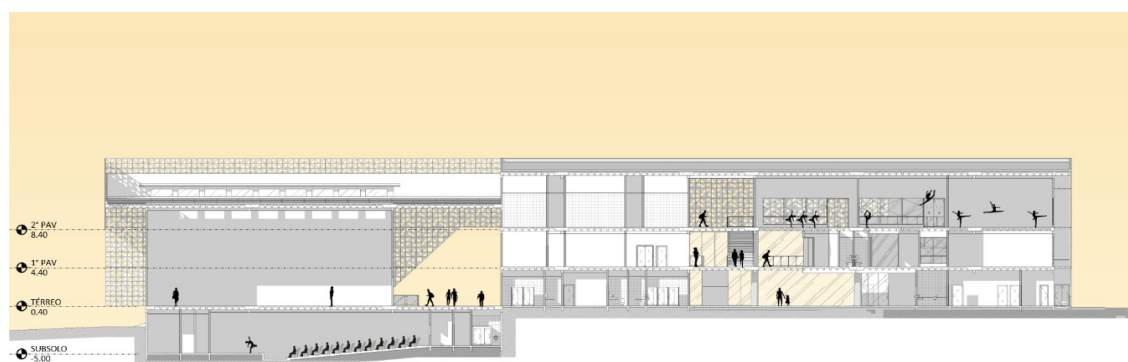


Figura 6: Níveis de elevação do projeto

Fonte: Autor (2018)

No subsolo foi locado um auditório aproveitando o desnível de cinco metros e seu acesso acontece por meio de rampas com inclinação de 8,33%, respeitando a norma 9050 de acessibilidade em edificações. O auditório (Figura 7) foi concebido

para a realização de espetáculos, concertos e solenidades comemorativas, destinado a atender as atividades do centro de dança, bem como a comunidade e as escolas de ensino regular da região.

LEGENDA

- 1 FOYER
- 2 PLATÉIA
- 3 PALCO
- 4 CAMARINS
- 5 SANITÁRIOS
- 6 SALA TÉCNICA
- 7 JARDIM

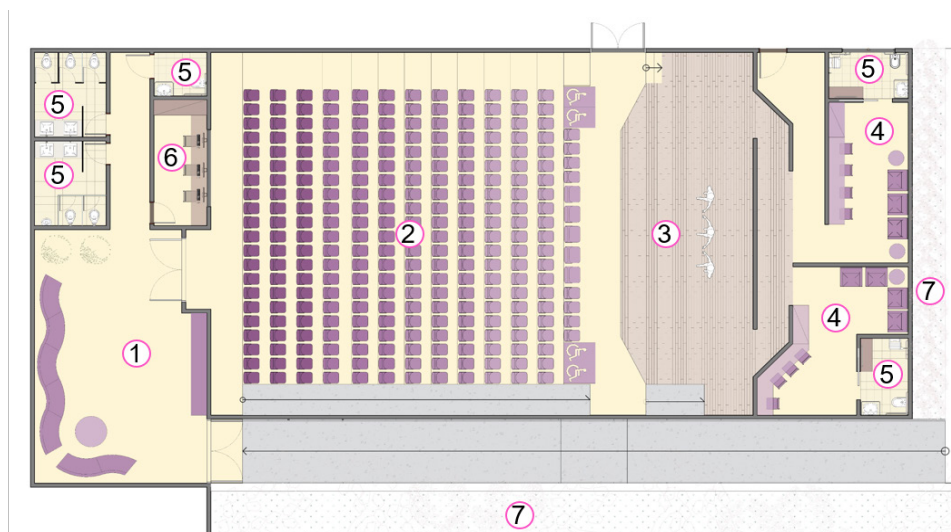


Figura 7: Auditório

Fonte: Autor (2018)

No térreo (Figura 8) estão localizados o setor administrativo, a galeria, o restaurante e as piscinas. A administração tem a função de coordenar todas as atividades realizadas no centro de dança e é capacitada para gerenciar agendamentos de espetáculos e exposições a serem realizadas no auditório e na galeria, esta por sua vez, foi locada acima do auditório, o espaço é destinado a exposições relacionadas a trajetória da dança.



Figura 8: Setorização térreo

Fonte: Autor (2018)

As piscinas têm finalidades recreativas e esportivas, seu acesso é restrito aos alunos matriculados no centro de dança, que passam por uma triagem antes de utilizá-las. O espaço é composto por três piscinas com dimensões diferentes, sendo uma delas acessível e elaborada de acordo com as normas de acessibilidade.

Aproveitando a estrutura física e funcional do espaço destinado as piscinas (Figura 9), trata-se aqui dos sanitários e da recepção e controle de pessoas, foi projetada uma sala para exercícios de mat pilates, uma variação do pilates que proporciona benefícios como o fortalecimento da musculatura; trabalha a flexibilidade e o alongamento; melhora o equilíbrio, postura e a respiração torácica e é capaz de auxiliar no alívio de dores e níveis de estresse preparando os alunos para as aulas de dança

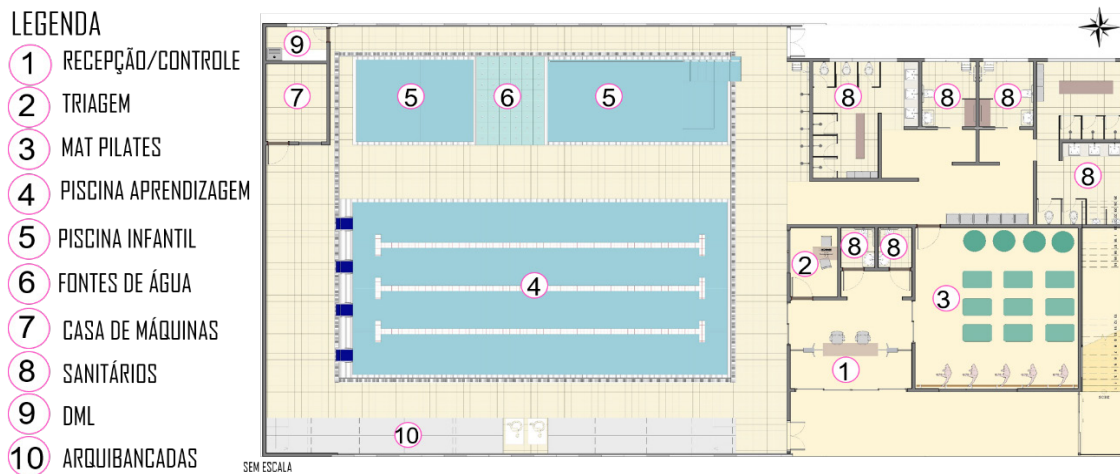


Figura 9: Setorização térreo

Fonte: Autor (2018)

Os elementos vazados utilizados na composição das fachadas, envolvem praticamente todo espaço das piscinas (Figura 10), onde são utilizados verticalmente como fechamento e na posição horizontal como cobertura, proporcionando um interessante jogo de sombras projetadas.



Figura 10: Espaço piscinas

Fonte: Autor (2018)

Ainda no térreo, foi locado um restaurante (Figura 11) como forma de extensão da proposta pedagógica e para atender as necessidades nutricionais dos dançarinos, capaz de incentivar a prática de hábitos alimentares saudáveis durante sua permanência no centro de dança. Visto que o centro de dança atenderá principalmente crianças e adolescentes de uma região carente, as refeições serão oferecidas aos alunos antes do horário de início das atividades, evitando que iniciem seus exercícios em completo jejum.

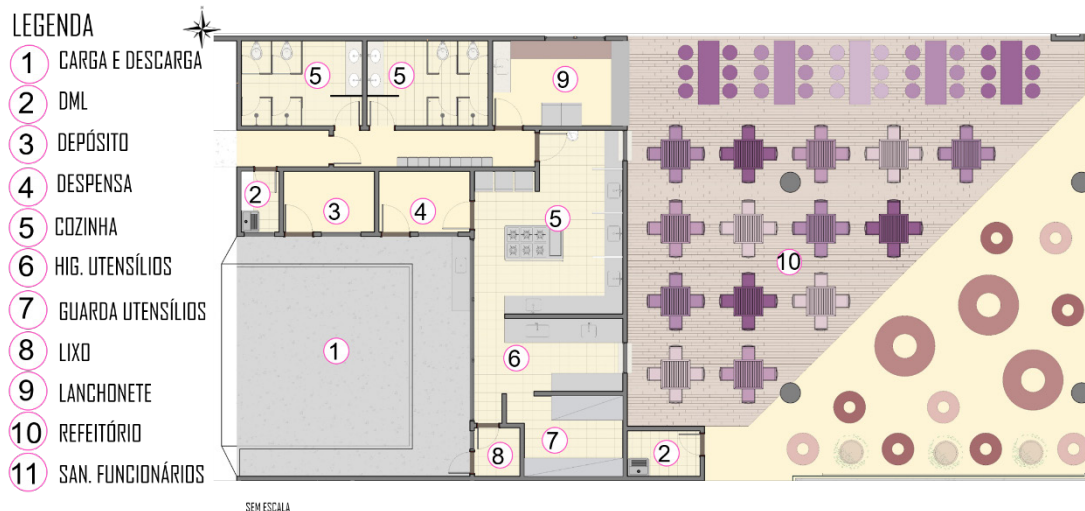


Figura 11: Restaurante

Fonte: Autor (2018)

No primeiro pavimento (Figura 12) foram setorizados ambientes com conteúdo voltados a educação e capacitação do bailarino. Possuem salas de idiomas e informática, propiciando ao aluno, a oportunidade de conhecer sobre outras culturas, expressar-se de outras maneiras, profissionalizar-se e se destacarem no mercado de trabalho, seja ele voltado a dança ou não.

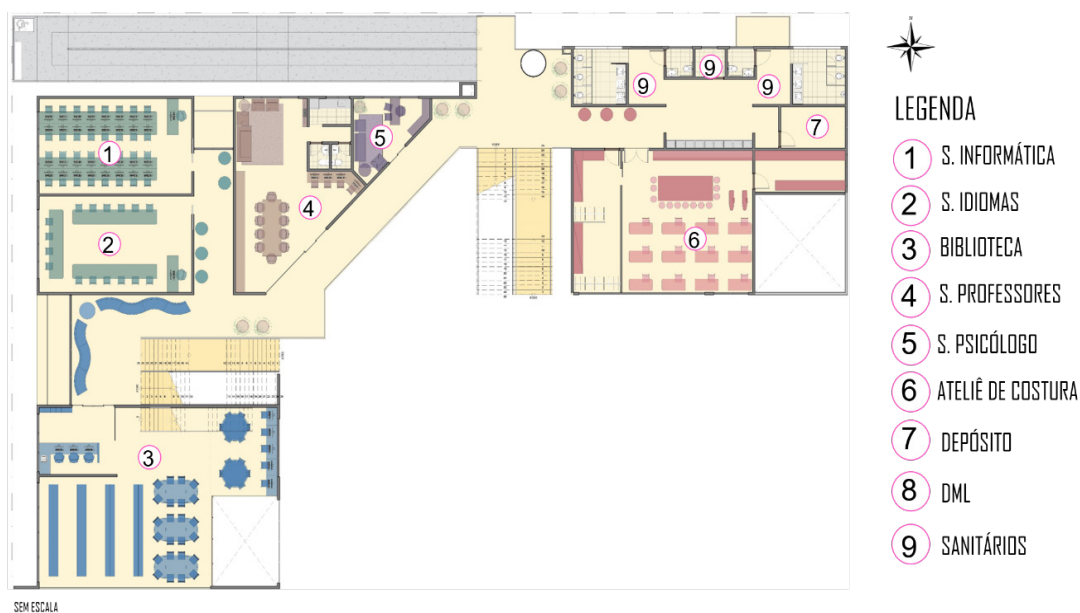


Figura 12: Primeiro pavimento

Fonte: Autor (2018)

O ateliê foi pensado tanto para a profissionalização do bailarino, como no auxílio do processo criativo. Destina-se a confecção de figurinos e apetrechos a serem utilizados pelos próprios alunos em suas apresentações culturais. Os alunos aprenderão a manusear as máquinas, e terão competências relativas à construção, corte e costura de peças do vestuário.

O centro de dança conta também com uma biblioteca (Figura 13 e14) locada no primeiro pavimento, o espaço é aberto a comunidade em geral, acolhendo principalmente, crianças e adolescentes matriculados nas escolas da região. Suas esquadrias são largas e altas, porém, protegidas da constante insolação por elementos vazados metálicos fixados ao seu redor.



Figura 13: Biblioteca
Fonte: Autor (2018)

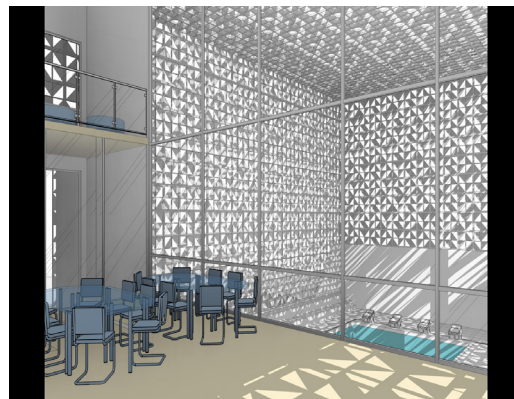


Figura 14: Biblioteca
Fonte: Autor (2018)

Por fim, no último pavimento (Figura 15), foram distribuídas as cinco salas de dança presentes no complexo, foram planejadas levando em consideração a ocupação dos bailarinos em função dos exercícios realizados durante uma aula típica da dança clássica. Dessa forma, resultou em dimensões capazes de atender tanto as aulas diárias, quanto aos ensaios para espetáculos, uma vez que é comum nesse meio promover apresentações com a participação de todo corpo de baile.

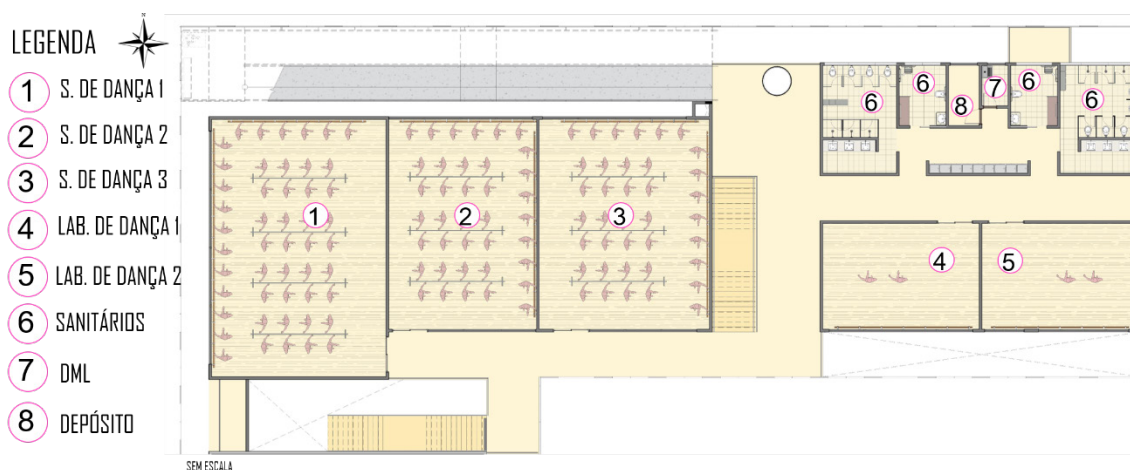


Figura 15: Segundo pavimento
Fonte: Autor (2018)

O segundo pavimento foi pensado inteiramente para as aulas práticas de dança, sendo assim, recebeu um pé direito maior que os demais, pois permitem aos dançarinos o conforto, a liberdade e a segurança para movimentarem-se livremente.

Para solucionar questões de conforto térmico, as salas de dança possuem esquadrias de 3m de altura, que protegidas pelos elementos vazados, proporcionam a ventilação cruzada, a iluminação natural e a renovação do ar (Figura 16).

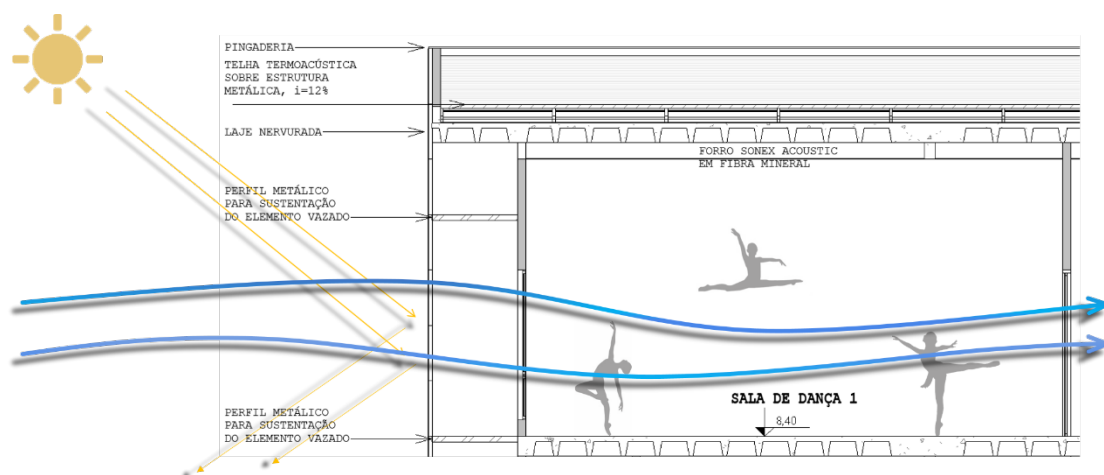


Figura 16: Corte esquemático – Sala de dança 1

Fonte: Autor (2018)

O paisagismo pensado para o centro de dança, exerce função climática, contribuindo para a qualidade da temperatura externa da edificação e foi elaborado de acordo com o Plano de Arborização Urbana de Palmas. Dessa forma, utilizou-se espécies exóticas e do cerrado, pois adaptam-se facilmente ao clima local. Para cada localidade, será implantada o tipo de vegetação adequada, conforme especificado em projeto. A inclusão de espécies arbóreas nativas, também colabora para o conforto bioclimático do edifício e não necessitam de tanta irrigação, uma vez que estas estão acostumadas ao regime de chuva do estado.

A intenção principal da arborização, é garantir conforto térmico aos usuários e visitantes do centro de dança. Buscou-se também, espécies de médio a grande porte, com folhagens mais coloridas, a intenção aqui, é proporcionar o embelezamento do ambiente externo para compor harmonicamente com a arquitetura.

Levando em consideração que o terreno não possui lotes confrontantes, facilitando a visibilidade geral da edificação, as fachadas foram pensadas de modo a apresentarem similaridade entre si. Para isso, utilizou-se elementos vazados que atuam como brise e envolvem toda a edificação, no qual estão dispostos de forma contínua, resultando em uma arquitetura limpa e de única composição estética. Tais elementos singulariza o centro de dança (Figura 17) e o transforma em um símbolo de referência para a cidade de Palmas.



Figura 17: Centro de Dança Municipal proposto para Palmas-TO

Fonte: Autor (2018)

Os elementos vazados utilizados em todas as fachadas são metálicos e possuem as particularidades de um brise (Figura 18), pois atuam como um filtro, criando uma película permeável ao redor do edifício, permite a ventilação do espaço interno, suaviza o impacto da forma e criam uma leve transparência, possibilitando a visualização das silhuetas do complexo.

Os diferentes pés-direitos e jogos de luz e sombras, criam um espaço rico e dinâmico. Seus ambientes são interligados, em sua maioria, através das circulações das rampas, escadas e plataforma elevatória, que associadas aos largos corredores, promovem a socialização e a constante movimentação dentro do edifício. Levando em consideração a transparência da edificação, tais circulações foram pensadas com a intenção de despertar interesse dos transeuntes e atrair novos alunos.



Figura 18: Centro de Dança Municipal proposto para Palmas-TO

Fonte: Autor (2018)

Foi implantado uma praça de apresentações ao ar livre (Figura 19), um espaço aberto pensado tanto para a prática da dança, quanto para a práticas de esportes, ginásticas, capoeiras e até pequenos shows. Após todo estudo acerca da dança, pensou-se em uma edificação capaz de transpor importância e identidade, a proposta é referenciar o conceito “monumental, não no sentido de ostentação, mas no sentido de expressão palpável, por assim dizer, consciente daquilo que significa”, conforme Lúcio Costa idealizou para Brasília.



Figura 13: Centro de Dança Municipal proposto para Palmas-TO

Fonte: Autor (2019)

4 | CONCLUSÃO

O desenvolvimento desse artigo, chama a atenção para a importância da implantação de um equipamento voltado aos ensinamentos da dança e suas interfaces, em uma região carente de espaços adequados para a realização de atividades de lazer e cultura. Percebeu-se através da produção deste projeto, um tema extremamente relevante para a sociedade e com grande potencial educativo, cultural e social. Foi possível compreender que a dança contribui de forma direta e eficaz para desenvolvimento humano enquanto ser físico, social e emocional.

Encontrou-se na referência bibliográfica, particularidades fundamentais para a concepção do projeto onde foi possível criar um programa de necessidades funcional e humanizado. Para tanto, elaborou-se um projeto arquitetônico, com uma estrutura física adequada as aulas de dança, acessível e aberto a possibilidades, inspirador e com fortes características de integração social, seus ambientes foram pensados para atender a comunidade e promover a cultura e divulgação da dança na capital.

REFERÊNCIAS

CUNHA, Beatriz Nogueira. A Cultura Como Forma de Inclusão Social: Dança de Rua auxilia processo educativo de jovens em comunidade da capital gaúcha Responsabilidade Social e Terceiro Setor. Ano VII, nº 27. 2006. Disponível em <<http://www.conexaosocial.com.br>>. Acesso em 19 Ago. 2017.

FARO, Antônio, José. **Pequena História da Dança**. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. – 4 ed. – São Paulo: Atlas, 2002.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e estatística. Disponível em <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/palmas/panorama> > Acesso em: 07 out. 2017.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. - 5. ed. - São Paulo: Atlas, 2003.

MINAYO, M.C.S. (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 29 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001. 80 p.

OSSONA, Paulina. **A Educação Pela Dança**. São Paulo: Summus Editorial, 1988.

PRESERVAÇÃO DA INFORMAÇÃO: GERENCIAR PARA POSSIBILITAR O ACESSO

Luana de Almeida Nascimento

Universidade Federal Fluminense – UFF,
Departamento de Ciência da Informação

Niterói - RJ

RESUMO: Apresenta as reflexões acerca da preservação da informação sob a ótica dos autores da Arquivologia e da Ciência da Informação, fundamentada em uma revisão teórico-conceitual da preservação da informação com base nos teóricos da “*Preservation of Information Specialization*” da Universidade de Michigan apontados por Silva (2008). Investiga, por meio de revisão teórico-conceitual, a abordagem da área de ciência da informação acerca da temática da preservação da informação. Declara a atual tendência mundial que vem reconhecendo a preservação como uma noção ampla, muito além do tratamento dos suportes documentais. Com base nos estudos realizados conclui-se que, em tal abordagem, a preservação é compreendida como uma função arquivística dentro do escopo da gestão de documentos, condição necessária frente à impossibilidade de se gerenciar e preservar tudo que é produzido aliado à necessidade das atuais e futuras gerações de acesso à informação.

PALAVRAS-CHAVE: Preservação da informação. Acesso à informação. Arquivologia.

PRESERVATION OF INFORMATION: MANAGE IN ORDER TO ALLOW ACCESS

ABSTRACT: Presents the reflections concerning the preservation of information under the perspective of the authors of Archive Administration and Information Science, based on a theoretical-conceptual review of the preservation of information based on theorists of the “*Preservation of Information Specialization [1]*” of the University of Michigan pointed by Silva (2008). It investigates, through a theoretical-conceptual review, the approach of the area of information science on the subject of the preservation of information. It declares the current world trend that acknowledges preservation as a broad concept, far beyond the treatment of documental supports. Based on the studies carried out, it is concluded that, in such an approach, preservation is understood as an archival function within the scope of document management, a necessary condition in view of the impossibility of managing and preserving everything that is produced allied to the necessity of the current and future generations to access information.

KEYWORDS: Preservation of information. Information Access. Archive Administration.

1 | INTRODUÇÃO

Este artigo busca a revisão conceitual da noção de preservação da informação com base nas leituras e discussões realizadas na disciplina “Preservação da Informação” do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense, e pontuar algumas reflexões e hipóteses resultantes de tal processo. Optou-se por tratar o tema com base na concepção teórica preconizada pelos teóricos da *“Preservation of Information Specialization”* da Universidade de Michigan, abordados pelo Dr^o Sérgio Conde de Albite Silva em suas diversas publicações e que abarcam a definição e aplicação da preservação que julgamos coerente à necessidade do campo informacional.

Entende-se, desta maneira, a preservação da informação como função estratégica integrada aos procedimentos realizados no conjunto de ações da gestão documental no interior dos arquivos, ação esta sob responsabilidade do arquivista e que forneceria possibilidades de acesso futuro à informação arquivística.

O termo ‘possibilidade’ em detrimento à ‘garantia’, recorrente na literatura foi escolhido já que representa importante aspecto para a compreensão da preservação da informação de acordo com tal abordagem. Nesse caso, os procedimentos executados assim como as demais ações previstas nos procedimentos de gerenciamento da informação são indicativos da possibilidade de posterior acesso à informação que é hoje gerenciada. Desta forma, busca-se desconstruir a idéia de que ações isoladas e restritas de preservação são eficientes para possibilitar o acesso à informação.

Assim, o pressuposto norteador deste artigo é o entendimento que a base para o gerenciamento da informação arquivística (considerando que a preservação permeia todo processo de gestão) são as escolhas (uma vez que é impossível gerenciar – e preservar – a totalidade do que é produzido pela humanidade). Para tanto, faz-se necessário uma revisão do quadro teórico-conceitual da preservação da informação e dos temas concernentes à gestão informacional.

2 | PRESERVAÇÃO DA INFORMAÇÃO: REVISÃO TEÓRICO-CONCEITUAL

A preservação, historicamente, foi vinculada diretamente aos procedimentos de tratamento tanto em conjuntos documentais quanto nos arquitetônicos com a finalidade de recuperar danos físicos dos suportes. Já no âmbito dos arquivos, o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística define preservação como a “Prevenção da deterioração e danos em documentos, por meio de adequado controle ambiental e/ou tratamento físico ou químico.” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 135).

Pode-se observar que a ideia do significado da preservação apresenta-se como um procedimento estritamente ligado ao controle ambiental e tratamento físico/químico, dando margem para uma confusão bastante comum entre os significados

dos termos “preservação”, “conservação” e “restauração”.

Silva (2008, p. 74) salienta que poucas são as abordagens teóricas acerca da preservação e que estas, em sua grande maioria, versam sobre a proteção do dito patrimônio artístico, monumentos arquitetônicos dentre outros. Nesse sentido, são raros os autores que abarcam a questão da preservação da informação e que “O reflexo mais evidente disso é que a terminologia da área se mantém com um considerável grau de nebulosidade”.

Silva (2008, p. 75), ainda acrescenta que:

O quadro conceitual que envolve procedimentos do que se convencionou chamar de preservação só recentemente começa a se delinear de forma mais clara, com a adesão de alguns países europeus, como a França e a Inglaterra, aos métodos e técnicas preconizados pela chamada conservação preventiva. Aos poucos, seguindo linha de trabalho desenvolvida a partir dos Estados Unidos, em oposição à nossa matriz cultural européia, vão se firmando os conceitos referentes à preservação, conservação e restauração de bens culturais móveis, bem como o da conservação preventiva, o mais recente de todos.

Silva (2008, p. 74) versa sobre o significado entre os termos ‘preservação, conservação e restauração’. *Conservación* corresponde ao *conservation/preservation* (no Inglês) e a *conservation* (em Francês). Já o *especialista em conservación* tem como correspondente o *conservator/conservation scientist* (Inglês) ou o *professionnel de la conservation* (Francês). O *conservator* atua tanto na conservação quanto na preservação, e o *restorer*, apenas na restauração.

Durante aula expositiva, Silva (2010, slide 1, grifo nosso) definiu conservação como “Conjunto de procedimentos que tem por objetivo melhorar o estado físico do suporte dos documentos, possibilitando o acesso à informação pelas futuras gerações” e restauração como “Conjunto de procedimentos que visa recuperar o estado original do suporte do documento, mantendo sua unidade informacional.” Froner e Rosado comentam ainda que:

De fato, o conceito não é totalmente novo. Estava no ar há muito tempo, tempo demais. Já no século XIX Adolphe Napoleón Didron escreveu: conservar o máximo possível, reparar o menos possível e não restaurar por preço nenhum, deixando entender que seria preciso intervir o menos possível sobre o objeto para assegurar a autenticidade de sua mensagem. (FRONER; ROSADO, 2008, p. 13).

Considerando que a restauração, ou seja, as intervenções físico/químicas nos documentos, não correspondem a uma tarefa arquivística uma vez que o arquivista não é instruído em sua formação para tal, em detrimento da conservação preventiva, tarefa típica da gestão de arquivos, nota-se que a preservação é bem mais abrangente, isto é: “[...] conjunto de decisões estratégicas, que envolve opções políticas e tecnológicas, como, por exemplo, a reformatação de suporte por meio da microfilmagem e da digitalização.” (SILVA, 2008, p. 75).

Nossa proposta, assim como a dos autores aqui referenciados, é a de reforçar a perspectiva de uma preservação abrangente que contemple além do suporte o conteúdo informacional. Em tal abordagem, Wilson e Soy (2000) consideram que

“[...] preservação é um estado mental, muito além da seleção de itens individuais para salvaguarda.” (WILSON; SOY, 2000, p. 1, tradução nossa). Destaca-se a expressão “estado mental” por considerar que a preservação deve ser um desejo consciente (mental) e dotado de intencionalidade, uma vez que demanda planejamento, custos, aparato tecnológico, recursos humanos dentre tantas outras características a serem abordadas.

Helen Forde também comenta algumas das características da preservação:

A totalidade dos processos e operações envolvidas na estabilização e proteção dos documentos contra danos ou deterioração e no tratamento de danos ou documentos deteriorados. Preservação também pode incluir a transferência de informação para outro suporte, como o microfilme. (FORDE, 1999, p. 21, tradução nossa).

Conway (1990, p. 206, tradução nossa), por sua vez, acrescenta a distribuição de recursos “[...] humanos, físicos e monetários” como importantes aspectos da preservação tendo em vista que:

A essência do gerenciamento de preservação está na alocação de recursos. Pessoas, fundos e materiais devem ser requeridos, organizados e postos em operação para assegurar que será dada proteção adequada às fontes de informação. A preservação preocupa-se com os objetos propriamente ditos e com a evidência – que Michael Buckland (1991) chama de ‘informação enquanto coisa’ – embutida no conteúdo intelectual dos objetos. Investimentos eficazes em processos de preservação não podem ser adotados sem um compromisso com a obtenção de resultados reais. (CONWAY, 2001, p. 14).

Nota-se, portanto, que a abordagem da preservação apresentada busca muito mais do que a estabilidade dos suportes documentais. Mostra-se como uma noção ampla que requer administração para ter condições de ser uma ação contínua. Nesse sentido, Paul Conway acrescenta que a preservação prevê gerenciamento dos custos envolvidos nas ações preservacionistas com vistas à “[...] proteção adequada à informação histórica de valor duradouro para acesso pelas gerações atuais e futuras.” (CONWAY, 2005, p. 49, tradução nossa).

A idéia de valor duradouro permeia toda a investigação acerca da preservação. Conforme citado anteriormente, as decisões relacionadas à preservação que hoje são tomadas objetivam possibilitar o acesso presente e futuro dos conjuntos documentais e de seu conteúdo informacional. Ao abordar sobre a idéia de permanência, recorrente no pensamento arquivístico e também na questão da preservação, O’Tolle (1989) critica a falta de reflexão por parte dos arquivistas em compreender, definir e controlar o uso de termos como “definitivo” e “permanente” dentre tantos outros de uso recorrente no campo arquivístico.

A falsa impressão de que a preservação garante o acesso e mantém os acervos ‘definitivamente preservados’ são muito comuns. O’Tolle questiona que:

Mas o que os arquivistas realmente querem dizer quando falam sobre suas participações com os registros permanentes? Como observou Leonard Raport permanente é ‘um termo conveniente para que nenhum substituto venha à mente’. A intemporalidade de um termo é difícil de entender, mas, a idéia de permanência,

no entanto, oferece todos os confortos de qualquer absoluto. O significado de uma palavra é tão evidente, por que deveria nos preocupar? Dizer que os registros de arquivo são permanentes parece fixar o seu caráter de independência e de estabelecer, além do desafio, toda a extensão da responsabilidade do arquivista para eles. (O'TOLLE, 1989, p. 477, tradução nossa).

Desta forma, entende-se que se preserva hoje para um possível acesso no futuro. Que a preservação é uma ação contínua e, para tanto, requer planejamento e custos para dar conta do caráter contínuo e, além disso, deve estar integrada aos demais fazeres arquivísticos sendo considerado desde a produção até a destinação final dos documentos. O'Tolle acrescenta ainda que “Preservar documentos foi certamente útil, mas não acabou tão importante quanto preservar informações. (O'TOLLE, 1989, p. 482, tradução nossa).

Rousseau e Couture (1998) explicam que a trajetória dos arquivos está diretamente ligada à história dos suportes informacionais administrativos. Pontuam ainda que os “[...] novos suportes electrónicos de que o século XX se dotou apresentam, [...], características revolucionárias para a informação.”

Neste caso, os novos suportes informacionais fomentariam discussões dando margem às novas abordagens no campo arquivístico no que tange a questão da produção, organização dentre tantos outros aspectos,

Sabe-se já que tem a vantagem de permitir um maior armazenamento e de facilitar a difusão [da informação]. Tecnicamente frágeis, levantam novos problemas relativos à organização da informação, bem como sua conservação. Eles exigem uma nova especialização por parte dos gestores da informação. (ROUSSEAU; COUTURE, 1998, p. 40).

Observa-se que, de acordo com a afirmação de Rousseau e Couture (1998), o cenário arquivístico atual implica um reconhecimento (ou o que os autores entendem por especialização) do real campo de atuação do arquivista para atender as demandas da sociedade contemporânea na qual a inserção das tecnologias de informação e comunicação (TIC's) juntamente com a diversidade dos suportes informacionais trazem à tona a necessidade de ampliação dos preceitos arquivísticos e de uma real postura de gestor por parte do arquivista.

Portanto, com base em tais definições e hipóteses apresentadas, busca-se compreender alguns aspectos de como a questão da informação vem se tornando central nos arquivos e em que medida a preservação é inserida em tal contexto, como esta ocupa espaço central quando se objetiva o acesso à informação e de que modo é caracterizada enquanto função arquivística integrada à gestão nos arquivos.

3 | PRESERVAÇÃO E GESTÃO DE DOCUMENTOS: AÇÕES ESTRATÉGICAS PARA POSSIBILITAR O ACESSO À INFORMAÇÃO

Considerando que o acesso à informação é um dos aspectos norteadores de todo pensar e fazer arquivístico e que a preservação é uma questão central para

possibilitar o sucesso de tal meta, faz-se necessário observar como a literatura da área aborda a questão da preservação inserida no contexto de ações estratégicas que compõem o *corpus* da gestão. Silva (2008) lembra que só atualmente começam a ser produzidos estudos que associam a preservação à gestão de documentos.

A prática de organização de arquivos ocorre desde os tempos mais remotos, entretanto, o patamar disciplinar tem como uma das marcas iniciais a publicação do que ficou conhecido como *Manual dos arquivistas holandeses*, publicação que privilegiou a normalização das práticas arquivísticas realizadas dentro de uma estrutura institucional.

O modelo de instituição arquivística característico dos primeiros movimentos do campo arquivística já com *status* disciplinar era essencialmente voltado para a custódia de documentos produzidos pelo Estado. Silva (2009, p. 20) explica que:

Contudo, a partir do século XIX, a visão histórica dos arquivos relaciona-se com a invenção das tradições nacionais, como via explicativa para a constituição de um modelo de instituição arquivística para custódia de acervos culturalmente importantes de um país – um movimento significativamente reproduzido durante o século XIX no Ocidente.

O autor comenta ainda que as instituições arquivísticas inseridas no contexto do século XIX priorizavam a preservação e o acesso aos documentos, em sua maioria de origem pública, sob sua responsabilidade. É predominante a preocupação com o arquivo enquanto local de custódia e centralização do dito ‘patrimônio documental’ da nação, conforme pode ser observado no caso francês de criação de um arquivo de abrangência nacional (SILVA, 2009). Armando Malheiro (2010) denomina essa primeira fase do campo arquivístico como ‘Fase Sincrética e Custodial’.

Nesse sentido, salientamos como principais características deste primeiro enfoque da Arquivística enquanto disciplina e sob a perspectiva apresentada por Silva (2009) o caráter custodiador dos arquivos públicos, o aspecto centralizador (bem como estratégico) dos Arquivos Nacionais, as práticas arquivísticas como ferramentas de tratamento das fontes primárias e o forte viés auxiliar para a História dentre outras características. Sobre o tema, Armando Malheiro ainda acrescenta que:

Foi acolhida no seio da História, chegando a receber o epíteto de ‘ciência auxiliar’, mas, em rigor e durante o século XIX, coube, junto com a paleografia, a diplomática e a codicologia, a numismática, a arqueologia, a epigrafia, a sigilografia, a cronologia, a bibliologia etc, dentro do leque amplo de ingredientes heurísticos e críticos do método da ciência histórica. (SILVA, 2010, slide 20).

Entretanto, na primeira metade do século XX ocorre um crescimento exponencial da massa documental produzida não só pelo Estado, mas, principalmente, pelas agências ligadas direta e indiretamente aos setores de ciência e tecnologia, fatores que impulsionaram o deslocamento do enfoque histórico dos arquivos para uma visão voltada ao gerenciamento de acervos.

No período localizado na primeira metade do século XX depara-se com

um cenário no qual o aumento do conjunto documental produzido, considerando a complexificação dos processos de trabalho e do forte crescimento dos setores científicos e tecnológicos da época, bem como a necessidade de mecanismos de racionalização de todos os processos, demanda de eficiência e eficácia administrativas e transparência das ações do Estado. Nota-se a mudança da abordagem histórica para um enfoque gerencial nos arquivos. De acordo com Eliezer Silva:

A visão gerencial estabeleceria uma ampliação das funções arquivísticas. A demanda de eficiência estatal, frente aos problemas de 'explosão documental' por parte dos países desenvolvidos no período chamado entre Guerras e o ambiente de difusão das idéias de administração científica delineariam o surgimento do conceito e das práticas de gestão de documentos. (SILVA, 2009, p. 19).

Considerando tal contexto, Fonseca (2005, p. 43-44) destaca algumas características da Arquivologia em tal período enquanto “[...] disciplina inserida nos princípios de racionalidade administrativa e, portanto, associada aos princípios de eficácia da modernidade política é a ruptura que se estabelece ao se inaugurarem as práticas denominadas *records management* ou gestão de documentos.”

Maria Odila Fonseca (2005, p. 46) ressalta, considerando os contextos da arquivística norte-americana em contraponto com a tradição de alguns países anglo-saxônicos que, considerando o campo de atuação dos arquivos dito permanentes e o da gestão de documentos havia a seguinte distinção “[...] *arquivistas*, profissionais encarregados dos arquivos permanentes, e *records managers*, profissionais encarregados da gestão de documentos [...]”. A autora cita ainda que a definição de gestão de documento de acordo com a legislação norte-americana é:

[...] o planejamento, o controle, a direção, a organização, o treinamento, a promoção e outras atividades gerenciais ligadas à criação, manutenção, uso e eliminação de documentos, com a finalidade de obter registro adequado e apropriado das ações e transações do governo federal efetiva e econômica gestão das operações das agências. (FONSECA, 2005, p. 44).

Por outro lado, cabe ressaltar a contribuição de Theodore Roosevelt Schelleberg através da perspectiva do ciclo de vida dos documentos no qual o autor apresenta sua constatação a respeito do valor primário dos arquivos ativos e semi-ativos (de uso corrente e intermediário) e da necessidade de classificá-los e avaliá-los junto à sua origem, o que proporcionaria uma redução na quantidade de documentos a serem mantidos por um período duradouro.

A questão do ciclo de vida dos documentos mostra-se como central no bojo da gestão de documentos conforme Rondinelli (2005, p. 41) cita:

[...] os documentos são primeiramente organizados, mantidos e usados ativamente por seus criadores, depois são armazenados por um período adicional de uso não freqüente e, finalmente, quando seu uso operacional termina completamente, são selecionados como valor arquivístico e transferidos para um arquivo ou declarados sem valor e destruídos.

Conforme pode ser observado nas definições de ‘gestão de documentos’ apresentada por Fonseca (2005) e Rondinelli (2005) os termos ‘manutenção’ e

‘mantidos’ estão em destaque. A partir do significado do termo Manutenção: “1. Ato ou efeito de manter-se; 2. As medidas necessárias para a conservação ou permanência de alguma coisa ou de alguma situação [...]” pode-se inferir que, indiretamente, quando as autoras citam a manutenção como uma das funções arquivísticas ligadas à gestão de documentos elas falam da preservação de acordo com as definições apresentadas no item 2 deste trabalho.

Silva (2008, p. 99), considerando a preservação como função arquivística, cita os trabalhos de Terry Cook que relacionam a pós-modernidade e a Arquivística e explica que “[...] Cook (2000, p. 12) identifica um rompimento paradigmático e a necessidade de novas abordagens na área, de tal forma que a Arquivística dê conta da análise das propriedades e características dos documentos, de suas funções, processos e transações no século XXI.”

Considerando que os métodos tradicionais e isolados de preservação já não são suficientes para a realidade arquivística, Terry Cook enfatiza que:

Os métodos tradicionais de preservação de documentos de arquivo eram baseados em padrões apropriados de reparo, restauração e uso dos suportes físicos. Com os documentos eletrônicos, os suportes físicos tornam-se quase que totalmente irrelevantes, na medida em que os documentos terão seus conteúdos migrados muito antes da deterioração física de seus suportes. O que passa a ser importante é a reconfiguração do documento original em relação à sua funcionalidade, proveniência e originalidade, e é sobre estes problemas que os arquivistas terão que focar a sua atenção. (COOK, 1997 *apud* SILVA, 2008, p. 100, tradução do autor).

Considerar a preservação uma das funções arquivísticas implica considerá-la no mesmo patamar de tarefas já consagradas pelos teóricos da área (como a classificação, avaliação, dentre outras). Silva (2008) lembra que, de acordo com tal perspectiva, a preservação que é ensinada nos cursos de Arquivologia deve voltar-se mais para o aspecto gerencial e do planejamento do que para intervenções físicas nos documentos.

Nessa mesma linha, Sherelyn Ogden (2001, p. 07) complementa que o planejamento de um programa de preservação não deve ser considerado enquanto algo complexo, que exija conhecimentos aprofundados por parte do arquivista sobre os componentes químicos dos materiais dentre demais conhecimentos técnicos. Muito pelo contrário, segundo o autor “[...] a tarefa assemelha-se muito a outros processos de decisão administrativa: trata-se da distribuição dos recursos disponíveis entre as atividades e funções mais importantes, de acordo com a ordem de prioridade na missão de uma instituição.” Neste caso, a preservação deve ser pensada como uma das atividades recorrentes na gestão de documentos e integradas às demais atividades enquanto parte da administração de acervos.

Ingrid Beck (2006) ao tratar do tema do ensino da preservação documental nos cursos de Arquivologia e Biblioteconomia considera também a preservação sob uma perspectiva gerencial e integrada com as demais atividades realizadas. A autora

afirma que “A preservação requer administração, e não restauração [...]” (ALBADA, 1987, apud BECK, 2006, p. 3) e que, sob o aspecto administrativo da preservação, convêm estabelecer planejamento e prioridades sobre os recursos envolvidos em tal atividade.

Mais do que uma atividade de forte cunho gerencial, a preservação é orientada também pelo planejamento e decisões de forte aspecto político. Nesse sentido, Silva (2008) explica que:

A preservação por ser necessariamente contínua, vincula-se hoje muito mais ao planejamento e às decisões e escolhas políticas do que as intervenções pontuais para a recuperação de danos de acervos. A compreensão disso faz toda a diferença naquilo que se entende e se pretende como preservação. A preservação está muito mais próxima dos que tomam as decisões, promovem as políticas e disputam os orçamentos do que daqueles que intervêm nos acervos. (SILVA, 2008, p. 243).

Para Paul Conway a preservação, hoje, é uma noção que abarca inúmeras políticas e opções de ação, incluem os tratamentos de conservação, a aquisição, a organização, a distribuição e a operacionalização de recursos humanos, financeiros e o início da deterioração e de renovar a possibilidade de utilização dos acervos dentro do que chama gerenciamento de preservação. A preservação se preocupa com os suportes, mas em função do seu uso e conteúdo informacional. (SILVA, 2008, p. 75).

Conforme já citado anteriormente, a preservação de acordo com a perspectiva apresentada prevê administração de recursos humanos, financeiros e materiais tendo em vista a necessidade de preservação contínua e a longo prazo e a questão do acesso à informação. Nesse sentido, a administração dos custos envolvidos em tal processo é incontornável.

Helen Forde (1999) observa que manter a informação acessível, não só no aspecto do acesso físico e sim do conteúdo informacional dos documentos, envolve inúmeros custos. Ressalta também que tradicionalmente a preservação encontra-se desagregada aos demais fazeres arquivísticos comprometendo, por tanto, aspectos caros à preservação como a questão da continuidade. A autora argumenta ainda que “Sem as estratégias de preservação, o acesso aos documentos não será possível e estes, ao deixarem de existir, direitos humanos básicos seriam negados. Quando os profissionais, do primeiro ao último escalão, entenderem isso, as medidas de preservação serão muito mais eficazes.” (FORDE, 1999, p. 21-29, tradução nossa)

Os aspectos ligados à questão da continuidade da preservação estão diretamente ligados à propagação das tecnologias disponíveis de informação e comunicação. Silva (2008) explica ainda que tais mudanças impulsionaram tal aproximação, fato que resultou na idéia da preservação contínua e a longo prazo. O autor afirma que:

Por preservação contínua e a longo prazo entende-se o conjunto de ações implementadas para garantir durabilidade e permanência aos suportes que contêm

informação. Tais ações constituem um amplo espectro de atividades, estratégias e decisões que reúnem desde as possibilidades oferecidas pela plataforma tecnológica disponível (intervenções de conservação física, microfilmagem, digitalização, reformatação e reprodução etc.) até planejamentos, programas e projetos que envolvem responsabilidades técnicas, administrativas, recursos financeiros e humanos. A preservação é caracterizada por ser uma intervenção abrangente e que requer continuidade no tempo. Isso se torna premente com as novas tecnologias de informação e comunicação, por que a recuperação da informação registrada nesses novos suportes exige que, além da preservação desses novos materiais, sejam preservados também os respectivos elementos lógicos (*software*, aplicativos, sistemas operacionais, redes etc.). Para isso, a preservação não pode ser mais realizada de forma intermitente e inconstante. (SILVA, 2008, p. 85).

Com base na revisão teórico-conceitual acerca da preservação e de sua compreensão enquanto tarefa da gestão de documentos com vistas ao acesso à informação, algumas reflexões e hipóteses surgiram no decorrer do processo. O tema da preservação da informação ainda requer aprofundamento teórico em vários aspectos, muitas lacunas ainda estão em aberto. Mais do que buscar soluções e certezas, o trabalho realizado visa uma compreensão geral do tema e abrir novos campos de discussão.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A preservação da informação, principalmente quando consideradas as características da informação de natureza arquivística, encontra vasto campo de investigação prática e teórica tendo em vista, ainda que empiricamente, que a possibilidade de acesso aos documentos não corresponde ao acesso à informação contida nos mesmos. Ingrid Beck reforça tal afirmação ao citar que “O objetivo é mais do que a acessibilidade, é também a qualidade arquivística, que se relaciona à transparência e à permanência da informação”. (THOMASSEN, 1999 apud BECK, 2006, p. 19).

Justamente por privilegiar a possibilidade do acesso aos conteúdos informacionais (ligados à idéia de Beck sobre o que chamou de ‘permanência da informação’) é que encontramos espaço coerente de discussão nos estudos realizados pelo Dr. Sérgio Conde de Albite Silva e os pesquisadores da Universidade de Michigan assim como os demais autores destacados neste trabalho.

O enfoque informacional nos arquivos é bastante recente. Alguns anteriormente citados já abarcam a idéia de preservação mais ampla, interligada às demais tarefas arquivísticas e de caráter contínuo. Um dos exemplos é Helen Forde, que demonstra claramente a emergência da integração da preservação à gestão realizada nos arquivos. A autora comenta ainda que:

A preservação é uma atividade contínua para um arquivo e, a nível político e estratégico, elemento essencial na gestão de arquivos [...]. O mantra ‘preservação dá suporte ao acesso’ substitui conceitos menos usualmente amigáveis, mas ainda é insuficiente para reforçar a mensagem que sem preservação não pode

haver acesso atual ou futuro para as informações. (FORDE, 1999, p. 1, tradução nossa).

Outra questão que nos chama atenção é a necessidade de considerar a permanência do conteúdo informacional nos documentos em suportes não-convencionais. O caso do documento fotográfico merece atenção especial uma vez que, na maioria dos casos, este não é considerado documento arquivístico dotado de proveniência e organicidade em sua origem. Desta maneira, tais documentos são tratados como coleções reunidas artificialmente, perdendo-se, portanto, as características que os identificam enquanto arquivísticos.

Nesse sentido, nem as tarefas mais tradicionais da arquivística como a classificação, avaliação e descrição são realizadas conforme preconizado pelos teóricos da área. Conjuntos documentais inteiros são desmembrados de seus fundos sendo tratado enquanto peças únicas por conta muitas vezes da dificuldade, por parte do arquivista, em tratar das especificidades do suporte em detrimento da organicidade do conjunto.

Desta maneira, a abordagem apresentada acerca da preservação da informação mostra-se adequada quando tal situação é considerada. Isto ocorre porque de acordo com tal perspectiva a preocupação com o suporte, com a peça e com os tratamentos isolados é ínfima. Considera-se, portanto, a totalidade. Objetiva-se a permanência da informação e, tratando-se de um conjunto arquivístico, convém notar a permanência da organicidade do conjunto documental, independente do suporte.

A questão da preservação da organicidade é um aspecto incontornável à arquivística, mesmo que esta a tenha desconsiderado até pouco tempo. Cabe ressaltar também que esta desconsideração ocorre também por parte da ciência da informação que, por premissa, objetiva o acesso à informação. Neste sentido, Solange Zúñiga chama atenção para o seguinte aspecto:

Como seria possível imaginar o acesso e o uso da documentação/informação sem contar com as ações de preservação? É interessante notar esse 'repúdio', ou pelo menos esse 'alheamento' de um em relação ao outro, refletindo a ausência de menção à preservação na leitura dedicada à Ciência da Informação, sobretudo quando pensamos na documentação e na recuperação da informação como origens da Ciência da Informação. (ZÚÑIGA, 2005, p. 23).

O acesso à informação, mais que um jargão, deve ser um norteador para as práticas arquivísticas, entretanto, vale lembrar também que mais importante do que possibilitar o acesso é dar acesso ao que Thomassen (1999 apud BECK, 2006) chama de 'qualidade arquivística'. O usuário deve ter condições de compreender o contexto no qual o conteúdo informacional está inserido, é isto que o torna arquivístico e o difere dos demais tipos de documentos.

Mais do que um simples custodiador de acervos, ou um 'reparador de papéis' é emergente que o arquivista reconheça o arquivo enquanto órgão central de um sistema de informações e de sua atuação profissional enquanto gestor, responsável

pelo funcionamento de tal sistema.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO NACIONAL. (Brasil). **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro, 2005.

BECK, Ingrid. **O ensino da preservação documental nos cursos de arquivologia e biblioteconomia**: perspectivas para formar um novo profissional. 2006. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Convênio Universidade Federal Fluminense com o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Instituto de Artes e Comunicação Social – UFF, Rio de Janeiro, 2006.

BRASIL. **Lei nº 8.159, de 9 de janeiro de 1991**. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm>>. Acesso em: 12 nov. 2015.

CONWAY, Paul. **Preservação no universo digital**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Projeto Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos: Arquivo Nacional, 2001. (Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos, v. 52).

_____. Archival preservation practice in a nationwide context. In: **American Archivist**. N. 53 (Spring, 1990). p. 204-222.

FERREIRA, Aurélio B. de Hollanda. **Novo dicionário da língua portuguesa**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

FONSECA, Maria Odila Kahl. **Arquivologia e ciência da informação**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

FORDE, Helen. Preservation as a strategic function and an integrated component of archives management: or can we cope without it? In: INTERNATIONAL CONFERENCES OF THE ROUND TABLE ON ARCHIVES, 34., 1999, Budapest. **Proceedings...** Budapest: ICA, 1999, p. 21-29

FRONER, Yacy-Ara Froner; ROSADO, Alessandra. **Princípios históricos e filosóficos da conservação preventiva**. Belo Horizonte: LACICOR – EBA – UFMG, 2008.

OGDEN, Sherelyn. **Planejamento para preservação**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Projeto Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos: Arquivo Nacional, 2001. (Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos, v. 30).

O'TOLLE, James M. On the Idea of permanence. In: **American archivist**. n. 52 (Winter, 1989), p. 475-494.

RONDINELLI, Rosely Curi. **Gerenciamento arquivístico de documentos eletrônicos**: uma abordagem teórica da disciplina arquivística contemporânea. 4. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005

ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Dom Quixote, 1998. 355p.

SCHELLENBERG, Theodore R. **Arquivos modernos**: princípios e técnicas. 6.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. 388p.

SILVA, Armando Malheiro da. **A Arquivologia pós-custodial e seu arcabouço teórico**. Comunicação em formato .ppt apresentada no IV CNA, Vitória, 2010.

SILVA, Elizer Pires. **A noção de informação arquivística na produção de conhecimento em Arquivologia no Brasil (1996 – 2006)**. 2009. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Convênio Universidade Federal Fluminense com o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Instituto de Artes e Comunicação Social – UFF, Rio de Janeiro, 2009.

SILVA, Sérgio Conde de Albite. **A preservação da informação arquivística governamental nas políticas públicas do Brasil**. Rio de Janeiro: AAB/FAPERJ, 2008.

WILSON, Paul; SOY, Susan K. **Defining preservation**: Introduction to preservation for libraries and archives. Fall, 2000.

ZÚÑIGA, Solange Sette Garcia de. **Documentos como objeto de políticas públicas em preservação e acesso à informação**: o caso das bibliotecas e arquivos. 2005. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Convênio Universidade Federal Fluminense com o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Instituto de Artes e Comunicação Social – UFF, Rio de Janeiro, 2005.

AQUISIÇÃO DE INFORMAÇÕES CIENTOMÉTRICAS A PARTIR DA WEB DE DADOS: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA NO CONTEXTO DE UMA UNIVERSIDADE BRASILEIRA

Sandro Rautenberg

Universidade Estadual do Centro-Oeste
(UNICENTRO)

Guarapuava – PR.

Paulo Ricardo Viviurka do Carmo

Universidade Estadual do Centro-Oeste
(UNICENTRO)

Guarapuava – PR.

Web Semântica; Informação Científica e
Tecnológica.

ACQUIRING SCIENTOMETRIC INFORMATION FROM THE WEB OF DATA: AN EXPERIENCE IN A BRAZILIAN UNIVERSITY DOMAIN

RESUMO: Relaciona-se os conceitos Cientometria, Dados Abertos Conectados e Descoberta de Conhecimento em Bases de Dados na condução de uma análise da produção científica de uma universidade pública brasileira. Quatro conjuntos de Dados Abertos Conectados são utilizados: índices cientométricos Qualis, SJR e SNIP; e registros bibliométricos de artigos publicados em periódicos. Baseando-se no ciclo de vida da Descoberta de Conhecimento em Bases de Dados, os departamentos institucionais mais produtivos foram revelados, com diferenças significativas nas esferas nacional e internacional em consonância aos índices cientométricos. Considera-se que os esforços despendidos representam um exemplo profícuo do uso de Dados Abertos Conectados e Mineração de Dados na exploração de conhecimento útil no domínio da Ciência da Informação.

PALAVRAS-CHAVE: Mineração de Dados;

ABSTRACT: Relating the Scientometrics, Linked Open Data and Discovery of Knowledge in Databases concepts, we analyses some scientific production aspects of a Brazilian public university. Four Linked Open Data datasets are used: the Qualis, SJR and SNIP scientometric indexes; and bibliometric records of papers published in periodicals. Based on the traditional Knowledge Discovery in Database lifecycle, the most productive institutional departments were revealed, with significant differences in the national and international contexts, according to the scientometric indexes. As a result, we argued that the expended efforts represent a profitable example of using Linked Open Data and Data Mining for exploring useful knowledge in the Information Science field.

KEYWORDS: Datamining; Semantic Web; Scientific and Technological Information.

1 | INTRODUÇÃO

Historicamente, as universidades caracterizam-se como organizações consumidoras, produtoras e disseminadoras do conhecimento científico e tecnológico. Culturalmente, seus colaboradores são instigados a registrar e difundir suas contribuições com a publicação de artigos em periódicos apreciados pela comunidade científica. Nessa dinâmica, a contribuição científica de uma universidade pode ser medida pela qualidade de suas publicações que, indiretamente, considera a reputação e o fator de impacto dos meios de comunicação científica. Nesse contexto, enseja-se a disciplina Cientometria para medir a atividade científica/tecnológica a partir de bases de dados (CUNHA; CAVALCANTI, 2008, p. 81), fomentando a aquisição de informações sobre o conhecimento produzido.

Perante esse entendimento revelam-se alguns desafios. Principalmente, advindos da complexidade em superar os obstáculos na manipulação de dados primários para mensurar a informação científica (SANTOS; KOBASHI, 2009). Para mitigar as dificuldades inerentes, conhecimentos interdisciplinares tornam-se necessários, em especial de computação, para coletar, avaliar, organizar, integrar e armazenar os dados provenientes de várias fontes distribuídas e representadas em formatos incompatíveis.

Como exemplo, nacionalmente, pode-se citar duas fontes de dados primárias disponibilizadas na web, as Plataformas Lattes (CNPq, 2019) e Sucupira (SUCUPIRA, 2019). Na Plataforma Lattes encontram-se os registros de pesquisadores e suas comunicações científicas. E, a partir da Plataforma Sucupira, podem ser consumidos os índices de qualidade de algumas dessas comunicações. Relacionando os dados primários dessas fontes, pesquisas cientométricas são conduzidas para analisar alguns produtos das instituições voltadas à promoção da ciência.

Entretanto, aferir informação a partir das fontes anteriormente citadas não é uma atividade trivial, visto que os dados disponibilizados estão em formatos distintos (os currículos Lattes se encontram em páginas de Internet e parte do histórico do índice Qualis é encontrado no formato XLS - eXcel Spreadsheet). Este fato dificulta o cruzamento de dados e a exploração da informação cientométrica de forma automatizada.

Para contornar os desafios intrínsecos da manipulação de dados, pode-se recorrer à Web Semântica. Esta oferece os suportes conceitual e metodológico aos Dados Abertos Conectados. Em suma, os Dados Abertos Conectados se baseiam em um conjunto de melhores práticas (WORLD WIDE WEB CONSORTIUM, 2018a) que facilitam o acesso de dados publicados. Seguindo as diretrizes dos Dados Abertos Conectados, os recursos de dados são disponibilizados sob o uso de licenças abertas, possibilitando que os dados sejam reutilizados sem restrições, por agentes em diversos contextos.

Neste contexto, ao relacionar os conceitos de Dados Abertos Conectados e

Cientometria, este trabalho subsidia o mapeamento do conhecimento produzido por uma universidade brasileira. Configurando-se como um estudo aplicado, os dados abertos de registros de artigos publicados em periódicos e os índices cientométricos (Qualis, SJR e SNIP) são relacionados para produção de informações a respeito das Ciência, Tecnologia e Inovação. Em suma, emprega-se um processo de Descoberta de Conhecimento em Bases de Dados (*Knowledge Discovery in Databases - KDD*) para apontar os principais departamentos pedagógicos da universidade pública em investigação e permitir a avaliação e a visualização do grau de contribuição científica nacional e internacional dos referidos grupos.

Para discutir o trabalho, além desta seção introdutória, este artigo aborda: **i)** a fundamentação teórica, pontuando o entendimento dos conceitos Cientometria, Dados Abertos Conectados e KDD; **ii)** os materiais e métodos, apontando os conjuntos de Dados Abertos Conectados usados e o processo de KDD empregado; **iii)** os resultados e discussão, relando a análise de dados sobre a realidade da produção científica da universidade em investigação; e **iv)** as considerações finais e os trabalhos futuros.

2 | FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Na forma de uma pesquisa aplicada, este artigo encontra suporte no inter-relacionamento de três conceitos. A Cientometria é domínio científico, a Descoberta de Conhecimento em Bases de Dados (*Knowledge Discovery in Database - KDD*) é o procedimento metodológico utilizado na investigação; e os Dados Abertos Conectados ensejam os preceitos de representação dos dados a serem considerados. As definições norteadoras dos referidos construtos são brevemente apresentadas nesta seção.

2.1 Cientometria

Como conceito da Ciência da Informação, a Cientometria surge em 1969, ano em que os autores russos Nalimov e Mul'chenko publicaram a obra "*Scientometrics. The Study of Science as an Information Process*" (GARFIELD, 2009). Desde sua origem, o entendimento do referido conceito circunscreve a pesquisa quantitativa da ciência e da tecnologia (van RAAN, 1997), através do processo de transformação dados primários em informação cientométrica. Em poucas palavras, os estudos cientométricos utilizam dados primários oriundos de registros de: documentos científicos (resumos, artigos ou livros), autores de comunicações científicas, periódicos, congressos, dados socioeconômicos, instituições científicas, dentre outros (STOCK; STOCK, 2015). A partir desses dados, obtém-se informação contextualizada para:

- propor o uso de métodos ou novas tecnologias para avançar a própria disciplina;

- entender as políticas de ciência e de tecnologia;
- mapear o conhecimento em instituições de pesquisa; ou
- conhecer um objeto de pesquisa em particular.

Considerando os tipos de estudo citados, este trabalho visa mapear o conhecimento de uma universidade pública brasileira através do relacionamento de dados primários dos registros de artigos publicados em periódicos e alguns índices cientométricos (Qualis, SJR e SNIP).

Neste enredo, organizar os dados primários em estudos cientométricos é uma tarefa complexa (SANTOS; KOBASHI, 2009), visto que existem desafios na coleta, na organização e no relacionamento de dados pertinentes. Tais desafios ainda são potencializados, ao considerar que os dados são oriundos de várias fontes e apresentados em formatos incompatíveis.

Para contornar tais dificuldades, a Web Semântica oferece o suporte dos Dados Abertos Conectados - *Linked Open Data* (AKSW, 2019). Metodologicamente, os Dados Abertos Conectados se baseiam em um conjunto de melhores práticas para organizar, publicar, conectar e compartilhar dados na web (LINKED DATA, 2019).

2.2 Dados abertos conectados

Os Dados Abertos Conectados referem-se a um conceito inerente à Web Semântica. Seu entendimento é vinculado a duas questões: a) o que são dados abertos; e b) como os dados são conectados. Os dados são abertos quando “podem ser livremente usados, reutilizados e redistribuídos por qualquer pessoa, necessitando, no máximo, a atribuição de sua origem e o compartilhamento pelas mesmas regras” (OPEN KNOWLEDGE INTERNATIONAL, 2019).

Na web, através de protocolos de acesso, os dados abertos podem ser conectados a outros dados, denotando os Dados Abertos Conectados. Isto somente é possível com a utilização de um modelo padrão para relacionar os dados de diversas origens. Sob este prisma, tem-se o *Resource Description Framework* (RDF), uma linguagem para conectar dados na web. Com a RDF, além de localizar um recurso de dados na web (por evidenciar um endereço http), pode-se realizar a descrição da semântica que envolve o recurso.

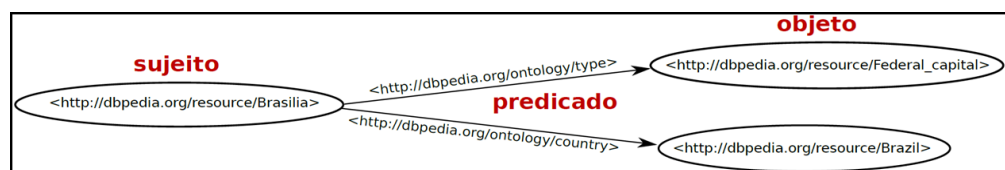


Figura 1 – Representação de Triplas RDF.

Fonte: Dados da Pesquisa, 2018.

Conforme o exemplo da Figura 1, em RDF, um recurso na web é descrito em três partes (sujeito □ predicado □ objeto), relacionando um sujeito a um objeto

através de um predicado. Na referida figura, são exemplificadas duas triplas RDF que representam:

1. um recurso web identificado por `<http://dpedia.org/resource/Brasilia>` é vinculado a outro recurso (`<http://dpedia.org/resource/Federal_capital>`) pelo predicado `<http://dpedia.org/ontology/type>`. Ontologicamente, a referida tripla indica que Brasília é classificada como uma capital federal; e
2. o recurso `<http://dpedia.org/resource/Brasilia>` tem uma relação geográfica (predicado `<http://dpedia.org/ontology/country>`), a qual semanticamente indica que, por ser uma capital federal, Brasília é a capital de um país representado pelo objeto `<http://dpedia.org/resource/Brazil>`.

Ressalta-se que inúmeros exemplos de recursos descritos em RDF são disponibilizados na Internet, formando o que se denomina Web de Dados. Neste sentido, ao fomentar essa imensa base de recursos, objetiva-se usar a arquitetura da web para compartilhar dados em escala global (BIZER; HEATH; BERNES-LEE, 2009). Mediante os preceitos dos Dados Abertos Conectados, isso propicia o reuso, a integração, a interoperabilidade e a processabilidade de recursos de dados (por agentes humanos ou de software) de forma facilitada (WORLD WIDE WEB CONSORTIUM, 2018a). Representada na Figura 2, a Web de Dados organiza seus recursos através de grafos dirigidos a assuntos, hospedados em *endpoints*. Um *endpoint* indica um endereço de Internet de acesso a um serviço da web de onde, mediante o uso de um protocolo específico de consulta, se recuperam os recursos digitais em um formato específico (WORLD WIDE WEB CONSORTIUM, 2018b). Cabe ressaltar que um *endpoint* da Web de Dados permite que os agentes (humanos ou de software) consultem uma base de conhecimento através da linguagem SPARQL, por exemplo. Geralmente, os resultados das consultas são retornados em formatos abertos legíveis por humanos e/ou processáveis em máquina (SEMANTIC WEB, 2018). Neste sentido, como um exemplo de *endpoint* de grande expressão, vale destacar o *endpoint* `<http://dbpedia.org>`, o qual disponibiliza a DBpedia, um imenso grafo de recursos de informação abstraídos da Wikipedia.

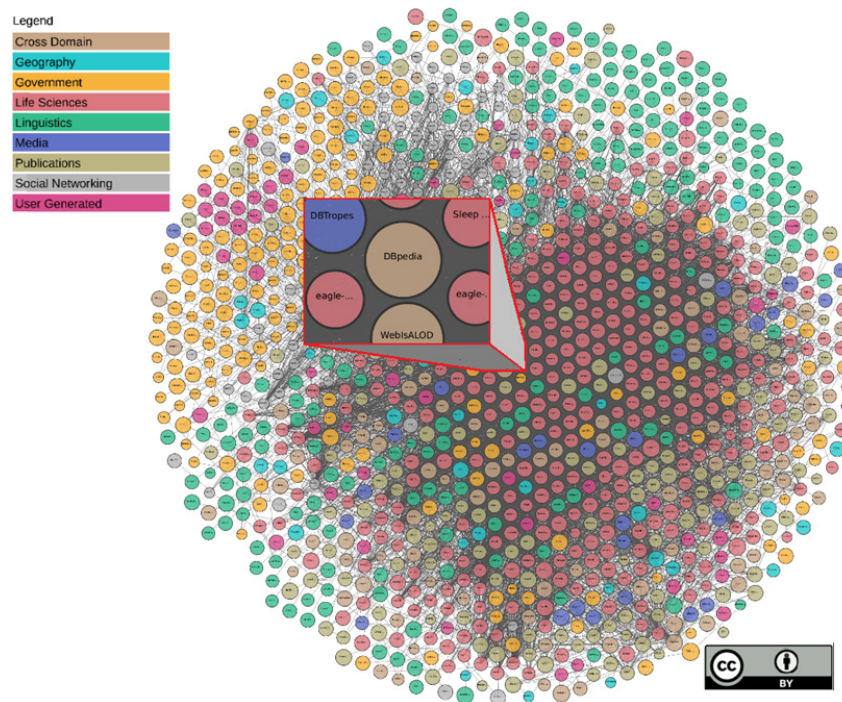


Figura 2 - Representação da Web de Dados, destacando o grafo DBpedia.

Fonte: adaptado de (ABELE et al., 2018).

No âmbito deste trabalho, faz-se o uso do *endpoint* <<http://lod.unicentro.br/sparql>> que disponibiliza quatro grafos como fontes de dados para estudos cientométricos: QualisBrasil, SJR, SNIP (RAUTENBERG; HILD; SOUZA, 2018) e LattesProduction. Essas fontes de dados são apresentadas na seção “3 Materiais e Métodos”, sendo exploradas via um processo de Descoberta de Conhecimento em Bases de Dados (*Knowledge Discovery in Database - KDD*), conforme os preceitos discutidos a seguir.

2.3 KDD

O KDD é um campo criado a partir do desenvolvimento de métodos e técnicas para dar “sentido” aos dados. A partir de conjuntos de dados de baixo nível, objetiva-se mapear/encontrar outras formas de representação acerca dos dados (informações) que sejam mais abstratas, compactas e úteis (FAYYAD; PIATETSKY-SHAPIRO; SMITH, 1996), fomentando a tomada de decisão ou a compreensão de um fenômeno. Segundo os referidos autores, metodologicamente (Figura 3), os passos do KDD envolvem: i) seleção de dados; ii) pré-processamento; ii) transformação de dados; iv) mineração de dados; e v) avaliação/interpretação de resultados.

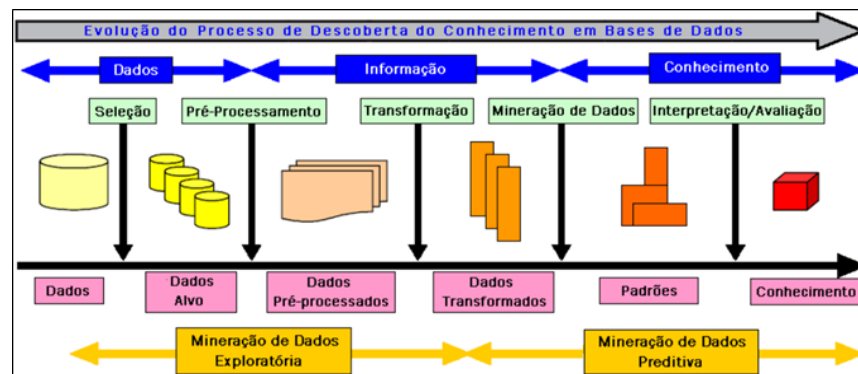


Figura 3 - O Processo de KDD.

Fonte: adaptado de (WICKRAMASINGHE, 2006).

A seleção de dados consiste em: **i)** definir as necessidades de dados para testar as hipóteses; **ii)** localizar os dados, definir o modelo computacional para realizar as consultas às bases de dados em linguagens computacionais apropriadas; **iii)** definir quais são as informações relevantes e selecionar os atributos relevantes para atingir os objetivos; e **iv)** separar os dados para treinamento e para testes das hipóteses levantadas.

No pré-processamento, são tomados alguns cuidados para garantir a qualidade da seleção de dados. Nessa fase, são despendidos esforços no sentido de: **i)** eliminar os registros incompletos ou inconsistentes, ou quando possível, completar os registros incompletos; **ii)** remover as colunas que não são pertinentes, que são redundantes, ou que contêm campos óbvios e desinteressantes; **iii)** observar as descrições de campo obscuras ou confusas (por exemplo, um campo denominado data em uma ordem de serviço pode armazenar a data em que a ordem foi aberta, enviada, carimbada, recebida ou executada); e **iv)** atentar para a atualidade de dados, os quais podem estar obsoletos (por exemplo, considerando os dados de um sistema de controle de vendas, os clientes podem ter mudado de endereço, não refletindo a realidade do domínio do negócio).

A transformação de dados consiste em um conjunto de atividades que tem como objetivo gerar uma representação conveniente dos dados para os algoritmos de mineração. Nesse sentido, os dados podem ser: **i)** agrupados em faixas; **ii)** normalizados; **iii)** criados, aplicando-se fórmulas matemáticas para tal; e **iv)** compatibilizados com o formato requisitado pelos algoritmos de mineração de dados utilizados.

Durante a fase de mineração de dados, é construído um modelo que descreve os dados analisados. Isso é feito automaticamente através dos algoritmos escolhidos. Portanto, essa fase consiste em selecionar uma técnica e seu algoritmo, apropriados às características dos dados selecionados e ao objetivo do processo de KDD.

A fase de avaliação consiste em: **i)** selecionar e ordenar as descobertas interessantes; **ii)** descartar as descobertas não relevantes; **iii)** apresentar e visualizar

os resultados; e **iv)** avaliar a precisão de um modelo, refinando sua compreensão e sua utilidade.

Por fim, na fase de interpretação, os resultados projetados são utilizados no auxílio da compreensão de um fenômeno, como por exemplo, o perfil da contribuição científica dos colaboradores de uma universidade pública, conforme o objetivo traçado para este trabalho. Para tanto, a próxima seção é reservada à apresentação: **i)** das fontes de dados primários; e **ii)** do processo de KDD que explora o inter-relacionamento dos índices cientométricos e as publicações científicas de uma universidade brasileira.

3 | MATERIAIS E MÉTODOS

Nesta seção são abordados os insumos utilizados no transcorrer da pesquisa. Como matérias, são apresentados os conjuntos de Dados Abertos Conectados oriundos da Web de Dados e o processo de KDD adotado como procedimento metodológico.

3.1 Conjuntos de dados abertos conectados utilizados

Conforme descrito a seguir, quatro conjuntos de Dados Abertos Conectados são considerados no contexto desta pesquisa: QualisBrasil, SJR, SNIP e LattesProduction. Ressalta-se que estes conjuntos são publicamente acessados na Web de Dados, a partir do *endpoint* <<http://lod.unicentro.br/sparql>> (RAUTENBERG; HILD; SOUZA, 2018).

Segundo WebQualis (2013), “Qualis é o conjunto de procedimentos utilizados pela CAPES para estratificação da qualidade da produção intelectual dos programas de pós-graduação”. O índice Qualis afere a qualidade de produções científicas a partir da análise da qualidade dos periódicos científicos, de acordo com oito estratos em ordem decrescente de valor: A1, A2, B1, B2, B3, B4, B5 e C. Este índice foi coletado na web ao longo dos últimos doze anos, a partir do Sistema WebQualis (WEBQUALIS, 2013) e da Plataforma Sucupira (SUCUPIRA, 2019).

O índice SNIP é uma métrica que mede o impacto de citação contextual de uma comunicação científica, normalizando a distância interna das citações das comunicações de um periódico perante o universo das citações (JOURNAL METRICS, 2019). Em outras palavras, o SNIP é definido como a razão do impacto bruto de um periódico por publicação e o potencial de citação nas áreas de conhecimento. Isto permite, por exemplo, a avaliação de uma revista em comparação com seus pares e fornece informações mais contextualizadas, dando uma melhor imagem do impacto em determinado domínio. O SNIP foi coletado nos anos 2015 e 2017. A partir do Portal Journal Metrics (URL: <https://www.scopus.com/sources>), os dados primários são extraídos em formato XLS, com o período de referência de 2005 a 2016.

O Journal SCImago & Country Rank é um portal que disponibiliza informações cientométricas, a partir de dados contidos na base de dados Scopus (URL: <http://www.scimagojr.com/journalrank.php>). Dentre os dados disponibilizados, está o índice SJR, o qual pode ser utilizado para avaliar a qualidade e a reputação de periódicos científicos (JOURNAL METRICS, 2019). Este índice foi coletado a partir do portal, em formato XLS, também com o período de referência de 2005 a 2016.

A Tabela 1 resume a coleta dos dados dos índices anteriormente citados, associando um período de referência para construção de histogramas e a quantidade de avaliações disponibilizada como Dados Abertos Conectados. Salienta-se que a Curadoria Digital de Dados dos índices Qualis, SJR e SNIP como Dados Abertos Conectados é um esforço constantemente realizado (RAUTENBERG; HILD; SOUZA, 2018). Esse esforço permite o reuso facilitado de recursos de dados atualizados por outras pessoas em outros estudos, empregando consultas descritas em SPARQL (DUCHARME, 2013).

ANO REFERÊNCIA	# QUALIS	# SNIP	# SJR
2005	35.020	34.253	27.977
2006	35.020	36.342	29.570
2007	35.020	38.628	31.226
2008	54.233	41.184	32.965
2009	54.233	44.571	35.316
2010	54.233	48.484	37.997
2011	107.429	53.286	56.410
2012	107.429	56.195	59.578
2013	107.429	58.291	61.955
2014	108.622	59.888	63.629
2015	44.463	62.161	65.947
2016	122.150	63.182	66.732
TOTAL	865.281	596.465	569.732

Tabela 1 - Sumarização dos Recursos Digitais no *Endpoint* <<http://lod.unicentro.br/sparql/>>.

Fonte: (RAUTENBERG; HILD; SOUZA, 2018).

Outro conjunto de Dados Abertos Conectados utilizado é denominado LattesProduction. Os dados deste conjunto são provenientes dos currículos (CVLattes) cadastrados na Plataforma Lattes (CNPq, 2019). Mediante uma requisição formal, as universidades brasileiras podem acessar os CVLattes de seus pesquisadores para atualizar as bases de dados de seus sistemas legados. Neste contexto, o Sistema de Avaliação e Acompanhamento de Programas Institucionais (SAAPI) é um desenvolvimento tecnológico interno da universidade brasileira na qual é conduzida a pesquisa. Resumidamente, O SAAPI acessa os dados provenientes da Plataforma Lattes, sincronizando-os para com outros sistemas legados da universidade. Isto constitui uma forma automatizada e alternativa para acessar um conjunto de dados

abertos provenientes de diversos CVLattes. Ao utilizar o SAAPI, o subconjunto de registros de publicações em periódicos de colaboradores é capturado para, posteriormente, ser publicado em consonância aos preceitos dos Dados Abertos Conectados.

Um modelo representacional dos Dados Abertos Conectados é apresentado na Figura 4, o qual ilustra o relacionamento entre os índices cientométricos e os registros de publicações do LattesProduction. Conforme a figura, estruturalmente, uma avaliação (Evaluation) pode ser atribuída ao índice Qualis, SJR ou SNIP, sendo atreladas as dimensões: i) para qual ano (YearEvaluation) a avaliação é estabelecida; ii) qual é o periódico (bibo:Journal) avaliado; iii) qual é a área de conhecimento (KnowledgeField) considerada; e iv) o valor (Score) do índice alcançado. Observa-se que YearEvaluation e bibo:Journal são os recursos que relacionam os índices aos periódicos nos quais os artigos (bibtex:Article) foram publicados.

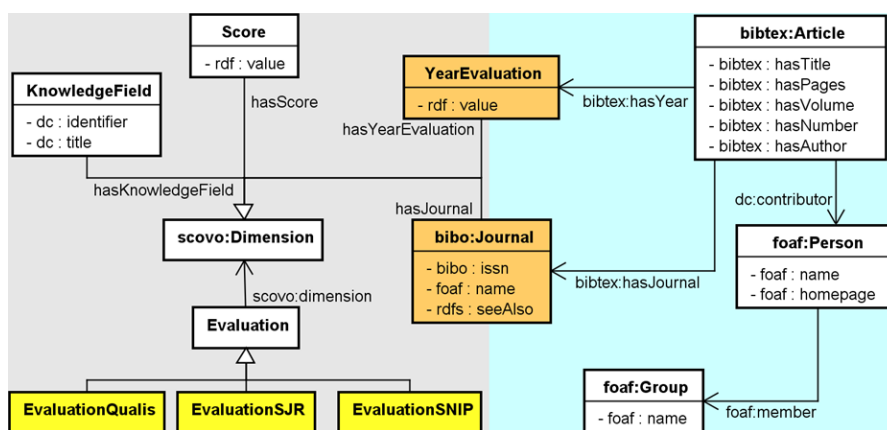


Figura 4 - Modelo de representação de Conjuntos de Dados Abertos Conectados da pesquisa.

Fonte: baseado em (RAUTENBERG et al., 2017).

3.2 O processo de KDD

Baseando-se nas atividades tradicionais propostas por Fayyad, Piatetsky-Shapiro e Smith (1996), o processo de KDD desta pesquisa é organizado conforme discutido por Carmo e Rautenberg (2018). Em suma, são três passos principais (Figura 5):

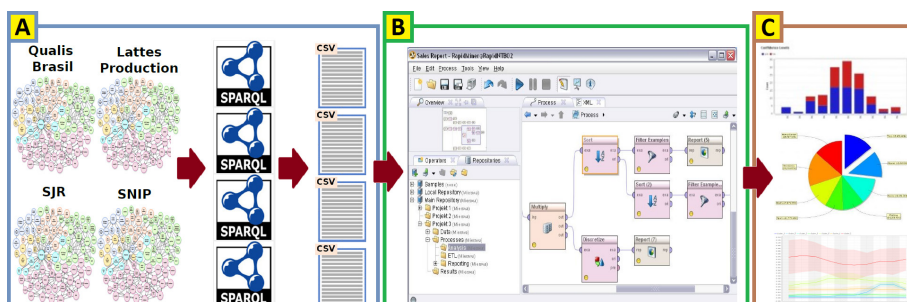


Figura 5 - Representação do Procedimento Metodológico adotado.

Fonte: (CARMO; RAUTENBERG, 2018).

- **Passo A** – realiza as atividades de seleção de dados, pré-processamento e transformação de dados mediante a execução de consultas SPARQL no *endpoint* <http://lod.unicentro.br/sparql>. Em suma, com as consultas SPARQL, os dados primários dos índices Qualis, SJR e SNIP e dos registros das publicações em revistas são selecionados. Adicionalmente, as consultas SPARQL implementam as medidas de pré-processamento e transformação de dados, uma vez que os dados primários devem ser criticados antes de serem compartilhados segundo as Melhores Práticas para Publicação de Dados Conectados (WORLD WIDE WEB CONSORTIUM, 2018a).
- **Passo B** – desempenha a atividade de mineração de dados. Neste passo, utiliza-se o ambiente computacional RapidMiner (CHISHOLM, 2013) e seus algoritmos para desenvolver os *workflows* de agrupamento de dados e visualização de informação.
- **Passo C** – é reservado às atividades de Avaliação/Interpretação da informação cientométrica resultante. Prima-se pela utilização de elementos gráficos, subsidiando a visualização da informação, a realização de inferências (no caso desta pesquisa, a discussão de resultados).

4 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como um estudo aplicado para produção de informação em Ciência, Tecnologia e Inovação, este trabalho configura-se na análise dos indicadores cientométricos de uma universidade pública brasileira. Mediante um processo de KDD, relaciona-se os registros de artigos publicados em periódicos e os índices cientométricos Qualis, SJR e SNIP para apurar a contribuição científica nacional e internacional dos principais departamentos pedagógicos da universidade em investigação. Atualmente com 22 anos, a referida instituição abrigava 543 docentes mestres ou doutores no ano de 2016. Com uma história recente, essa organização passa por um processo agressivo de crescimento institucional quanto ao seu quadro docente (Figura 6a), o que repercute num quantitativo de 7.289 publicações científicas produzidas entre 2005 e 2016, conforme a Figura 6b.

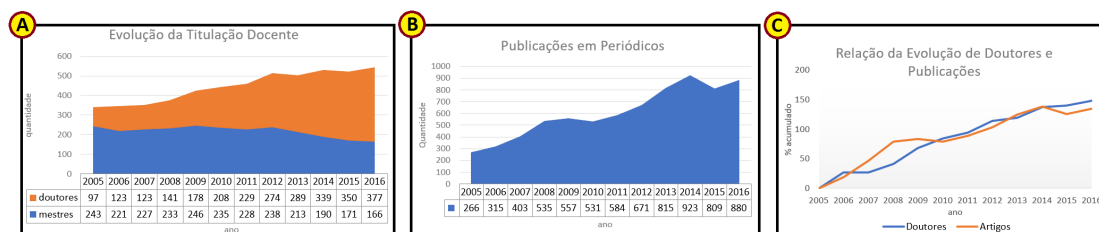


Figura 6 - Evolução da Qualificação Docente x Publicações em Periódicos.

Fonte: Dados da Pesquisa, 2018.

Ressalta-se o número crescente de publicações tem relação direta com a qualificação docente de seus colaboradores, conforme a Figura 6c. Este

relacionamento enseja a lacuna de investigação deste trabalho. Visa-se explorar os dados primários para a percepção da inserção científica nacional e internacional e da contribuição dos principais departamentos pedagógicos da instituição ao longo do tempo.

Neste sentido, considerando os dados disponíveis para o quinquênio 2012-2016, a Tabela 2 aponta os cinco departamentos em destaque da universidade sob investigação, ao relacionar as publicações perante os índices Qualis, SNIP e SJR. Na tabela são apresentados os dados referentes aos departamentos de Agronomia, Biologia, Farmácia, Física e Química. Cabe ressaltar que, para apurar o índice Qualis acumulado por artigo publicado, os estratos de área de conhecimento utilizados, respectivamente, são: Ciências Agrárias I; Ciências Biológicas I; Farmácia; Astronomia e Física; e Química.

Para melhor interpretar a Tabela 2, seu conteúdo é discretizado em alguns elementos gráficos para subsidiar uma análise mais detalhada. A Figura 7 concentra os referidos elementos, a partir dos quais é possível visualizar o comportamento anual dos escores acumulados pelos departamentos em análise.

Departamento	Artigos		Qualis		SJR		SNIP	
	#	%	Σ	%	Σ	%	Σ	%
Agronomia (DEAGRO_G)	646	37,8	219,00	54,5	117,04	22,7	81,89	19,8
Biologia (DEBIO_G)	268	15,7	45,05	11,2	129,23	25,1	100,34	24,3
Farmácia (DEFAR_G)	308	18,0	71,35	17,7	109,03	21,1	103,48	25,1
Física (DEFIS_G)	144	8,4	10,40	2,6	58,46	11,3	48,11	11,6
Química (DEQ_G)	344	20,1	56,15	14,0	101,84	19,8	79,14	19,2
TOTAL	1710	100	401,95	100	515,60	100	412,96	100

Tabela 2 - Quantidade de Artigos Científicos Produzidos e sua Ponderação perante os índices Qualis, SJR e SNIP dos Principais Departamentos Pedagógicos – período 2012 a 2016.

Fonte: Dados da Pesquisa, 2018.

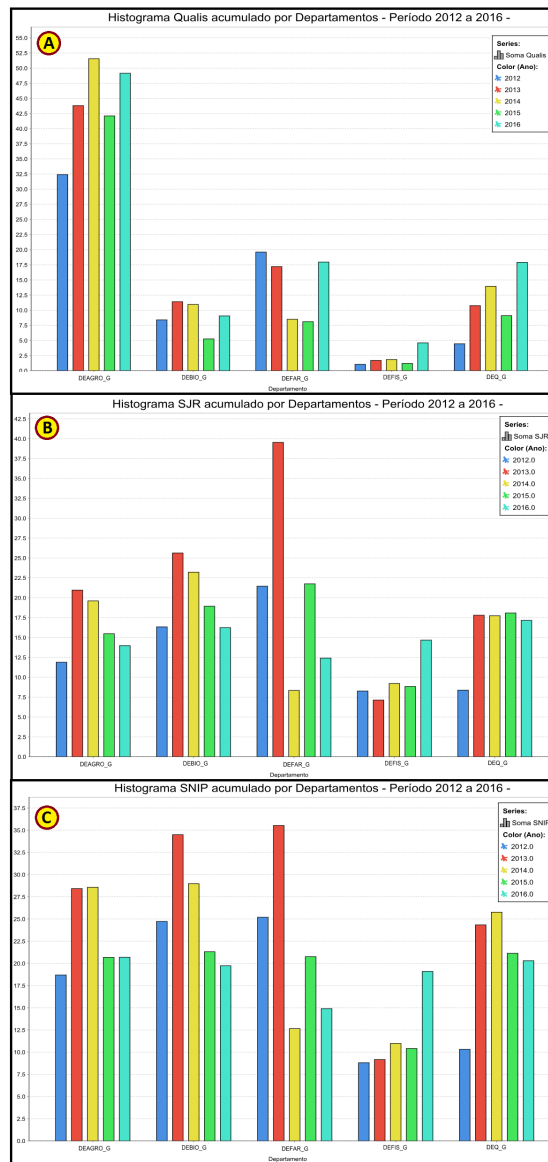


Figura 7 - Histogramas da Classificação das Publicações em Periódicos com os Índices Cientométricos: (A) Qualis; (B) SJR; e (C) SNIP

Fonte: Dados da Pesquisa, 2018.

Conforme os dados apurados e evidenciados na Figura 7a, dentre os cinco departamentos mais produtivos, Agronomia despontou como o mais significativo ao se considerar o Qualis. Este departamento concentra 54,5% do escore Qualis total acumulado, o qual é alcançado por um universo de 646 artigos produzidos (cerca de 37,8% do contingente das publicações).

Entretanto, essa liderança não se confirma a nível internacional, quando os índices SJR e SNIP são utilizados (Figura 7b e Figura 7c, respectivamente). Quando a medida de desempenho considera o SJR, o departamento de Agronomia é superado pelo de Biologia. E ao se ponderar as publicações pelo SNIP, Agronomia é suplantado pelos departamentos de Biologia e Farmácia. Destaca-se que em ambas situações, nos comparativos SJR e SNIP, os departamentos Biologia e Farmácia têm menos da metade do quantitativo de artigos considerados (de acordo a Tabela 2, 268 e 308 artigos, respectivamente, ante 646 produções do departamento de

Agronomia). Isso enseja que, em média, os fatores de impacto dos artigos produzidos pelos departamentos de Biologia e Farmácia são muito mais expressivos quando comparados aos de Agronomia. Neste sentido ainda, embora não superando Agronomia, o departamento de Química tem desempenho próximo nos índices SJR e SNIP, mesmo com um quantitativo de publicações inferior (344 ante 646 artigos).

Outra informação relevante aferida diz respeito ao departamento de Física. Dentre os departamentos analisados, o de Física é o único departamento institucional que não possui cursos de pós-graduação *Stricto Sensu*, oferecendo somente cursos de bacharelado e licenciatura. Neste sentido, com desempenho nacional tímido, o bom desempenho internacional do referido departamento é resultado do elevado fator de impacto dos periódicos do domínio conexo nos índices SJR e SNIP.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo apresenta um estudo interdisciplinar, envolvendo elementos da Cientometria, da Descoberta de Conhecimento em Bases de Dados (*Knowledge Discovery in Databases - KDD*) e dos Dados Abertos Conectados para a análise da produção científica. No domínio das instituições de pesquisa científica, ressalta-se que trabalho delinea um caráter inovador ao estruturar a utilização dos Dados Abertos Conectados em processos de KDD. Isso permitiu a exploração de dados abertos, a partir dos índices Qualis, SJR e SNIP e dos registros de Curriculum Lattes de colaboradores de uma universidade pública, mensurando a contribuição científica dos principais departamentos pedagógicos.

Considera-se que dos esforços despendidos abstrai-se um exemplo profícuo da utilização de Dados Abertos Conectados e KDD no domínio da Ciência da Informação na busca de informação cientométrica relevante. Admite-se que o trabalho pode ser ampliado à medida que novas fontes de Dados Abertos Conectados sejam incorporadas (dados a respeito de resumos e artigos publicados em congressos, projetos de pesquisa, projetos de extensão, entre outros), fomentando novos e amplos estudos cientométricos. Neste sentido, com a experiência adquirida, como trabalhos futuros são traçados:

- a Curadoria Digital de Dados dos históricos dos índices Qualis, SJR e SNIP no endpoint <<http://lod.unicentro.br/sparql>> como Dados Abertos Conectados, disponibilizando esses recursos de dados a outros estudos no domínio da Ciência da Informação; e
- a prospecção de novos estudos de casos, envolvendo a Cientometria, os Dados Abertos Conectados e o KDD no âmbito das organizações voltadas à pesquisa científica.

AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem à Fundação Araucária pelas bolsas de Iniciação Científica (PROIC/2017-2018/UNICENTO) e Produtividade (FA - Convênio 49773/19FA).

REFERÊNCIAS

ABELE, A.; MCCRAE, J. P.; BUITELAAR, P. JENTZSCH, A. CYGANIAK, R. **Linking Open Data cloud diagram in 2018-07-30**. Disponível em: <<http://lod-cloud.net>>. Acesso em: 17 ago. 2018.

AKSW. **Agile knowledge and semantic web**. Disponível em: <<http://aksw.org/About.html>>. Acesso em: 10 mai. 2019.

BIZER, C.; HEATH, T.; BERNERS-LEE, T. Linked data - the story so far. **International Journal of Semantic Web and Information Systems**, v. 5, n. 1, p. 1–22, 2009.

CARMO, P. R. V. do; RAUTENBERG, S. Cientometria e Mineração de Dados: um relato de uma experiência com recursos da Web de Dados In: Encontro Brasileiro de Bibliometria e Cientometria, 6., 2018, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: UFRJ, 2018.

CHISHOLM, A. **Exploring Data with RapidMiner: explore, understand, and prepare real data using RapidMiner's practical tips and tricks**. Birmingham: Packt Publishing Ltd., 2013. 148p.

CNPq. **Plataforma Lattes**. 2018. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/>>. Acesso em: 10 mai. 2019.

CUNHA, M. B. da; CAVALCANTI, C. R. de O. **Dicionário de biblioteconomia e arquivologia**. Brasília: Briquet de Lemos, 2008. 451p.

DUCHARME, B. **Learning SPARQL querying and updating with SPARQL 1.1**. Sebastopol: O'Reilly Media, 2013. 386p.

FAYYAD, U.; PIATETSKY-SHAPIO, G.; SMITH, P. From Data Mining to Knowledge Discovery in Databases. **AI Magazine**, v. 17, n. 3, p. 37-54, 1996.

GARFIELD, E. From the science of science to Scientometrics visualizing the history of science with HistCite software. **Journal of Informetrics**, v. 3, n. 3, p. 173-179, 2009.

JOURNAL METRICS. **Journal Metrics - Scopus.com**. Disponível em: <<https://www.scopus.com/sources>>. Acesso em: 10 mai. 2019.

LINKED DATA. **Linked Data: connect distributed data across the web. 2018**. Disponível em: <<http://linkeddata.org>>. Acesso em: 10 mai. 2019.

OPEN KNOWLEDGE INTERNATIONAL. O que são dados abertos? 2018. Disponível em: <http://opendatahandbook.org/guide/pt_BR/what-is-open-data/> . Acesso em: 10 mai. 2019.

RAUTENBERG, S.; HILD, T. A.; SOUZA, L. de. Curadoria Digital e Dados Abertos Conectados: o endpoint lod.unicentro.br como fonte informacional da Web de Dados para estudos bibliométricos e cientométricos In: Encontro Brasileiro de Bibliometria e Cientometria, 6., 2018, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: UFRJ, 2018.

RAUTENBERG, S.; SOUZA, L. de; HAUAGGE, J.; HILD, T.; MICHELON, G.; BURDA, A. REPRESENTANDO ÍNDICES CIENTOMÉTRICOS COMO DADOS ABERTOS CONECTADOS. In: XVIII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 2017, Marília. **Anais...** Marília-SP:

PPGCI, UNESP, 2017.

SANTOS, R. N. M. dos; KOBASHI, N. Y. Bibliometria, cientometria, infometria: conceitos e aplicações. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, v. 2, n. 1, p. 155-172, 2009.

SEMANTIC WEB. **SPARQL Endpoint**. Disponível em: <http://semanticweb.org/wiki/SPARQL_endpoint.html> . Acesso em: 10 jul. 2018.

STOCK, W. G.; STOCK, M. **Handbook of Information Science**. Berlin: Walter de Gruyter GmbH, 2015. 915p.

SUCUPIRA. **Plataforma Sucupira**. Disponível em: <<https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/veiculoPublicacaoQualis/listaConsultaGeralPeriodicos.jsf>>. Acesso em: 10 mai. 2019.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE (UNICENTRO). **Resolução nº 5-CEPE/ UNICENTRO. Aprova o Regulamento de Pesquisa da UNICENTRO. 2011**. Disponível em: <<http://www2.unicentro.br/pesquisa/files/2012/10/Resolucao-5-2011.pdf>>. Acesso em: 10 mai. 2019 15:00.

van RAAN, A. F. Scientometrics: state-of-the-art. **Scientometrics**, v. 38, n. 1, p. 205-218, 1997.

WEBQUALIS. **Sistema WebQualis - Portal Capes**. Disponível em: <<http://qualis.capes.gov.br/webqualis/principal.seam>>. Acesso em: 25 ago. 2013 10:00.

WICKRAMASINGHE, N. Knowledge Creation. **Encyclopedia of knowledge management**. Idea Group Inc.: London, p. 326-335, 2006.

WORLD WIDE WEB CONSORTIUM. **Data on the Web Best Practices - W3C Recommendation 31 January 2017**. Disponível em <<https://www.w3.org/TR/2017/REC-dwbp-20170131/>>. Acesso em 10 mai. 2019 15:00.

WORLD WIDE WEB CONSORTIUM. **Web Services Description Requirements**. Disponível em: <<https://www.w3.org/TR/2002/WD-ws-desc-reqs-20021028/#normDefs>> . Acesso em: 10 mai. 2019b 15:00.

O PROCESSO DE PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO NO PPGSS/UFPB: O ESTADO DA ARTE DAS DISSERTAÇÕES DE MESTRADO VINCULADOS À ÁREA DE FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-PRÁTICA DO SERVIÇO SOCIAL

Bernadete de Lourdes Figueiredo de Almeida

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa/
Paraíba

Lucicleide Cândido dos Santos

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa/
Paraíba

RESUMO: Este artigo objetiva analisar a produção do conhecimento na área do Serviço Social a partir das influências hegemônicas da Modernidade à emergência da ofensiva pós-moderna. Trata-se de uma pesquisa de caráter bibliográfico e documental mediante a aplicação do estado da arte com uso de metodologias quanti-qualitativas. Os resultados revelam um universo de 234 Dissertações de Mestrado defendidas de 1982 a 2010. Desse universo, 183 (78,2%) inserem-se na área de concentração de Política Social, enquanto apenas 51 (21,8%) investigam os objetos de estudo relacionados à área de Fundamentação Teórico-Prática do Serviço Social. O aumento significativo dos objetos investigativos vinculados à Política Social deriva do aumento das demandas sociais que instigam os assistentes sociais a buscar o aprofundamento intelectual de modo a compreendê-las e a qualificar sua atuação profissional. Os resultados desta pesquisa indicam que as inflexões pós-modernas

na produção do conhecimento através das dissertações de mestrado geradas no PPGSS/UFPB ainda são tênues, se considerar a hegemonia dos estudos investigativos macrosociais, cujas categorias temáticas são analisadas na perspectiva da totalidade advinda do método da teoria social crítica marxista.

PALAVRAS-CHAVE: Produção de conhecimento; Serviço Social; Modernidade e Pós-Modernidade.

THE PROCESS OF KNOWLEDGE PRODUCTION IN THE PPGSS / UFPB: THE STATE OF THE ART OF MASTER'S DISSERTATIONS LINKED TO THE AREA OF THEORETICAL-PRACTICAL FOUNDATION OF SOCIAL SERVICE

ABSTRACT: This article aims to analyze the production of knowledge in the area of Social Service from the hegemonic influences of Modernity to the emergence of the postmodern offensive. It is a research of bibliographical and documentary character through the application of the state of the art with the use of quantitative-qualitative methodologies. The results reveal a universe of 234 Master's Dissertations defended from 1982 to 2010. Of this universe,

183 (78.2%) are included in the Social Policy concentration area, while only 51 (21.8%) investigate the objects of related to the Theoretical-Practical Groundwork of Social Work. The significant increase in investigative objects linked to Social Policy derives from the increase in social demands that instigate social workers to seek intellectual deepening in order to understand them and qualify their professional performance. The results of this research indicate that the postmodern inflections in the production of knowledge through the masters dissertations generated in the PPGSS / UFPB are still tenuous, considering the hegemony of macro-society research studies, whose thematic categories are analyzed from the perspective of the totality derived from the method of Marxist critical social theory.

KEYWORDS: Knowledge production; Social service; Modernity and Post-Modernity.

1 | INTRODUÇÃO

O presente artigo objetiva analisar a produção do conhecimento na área do Serviço Social, gerada no PPGSS/UFPB, em torno das influências hegemônicas do Projeto de Modernidade à emersão da ofensiva pós-moderna. Especificamente, objetivou identificar e examinar as Dissertações de Mestrado Acadêmico do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da UFPB, defendidas nos anos de 1982 a 2010, e vinculadas à área de Fundamentação Teórico-Prática do Serviço Social.

Este processo investigativo se embasa em uma pesquisa de caráter bibliográfico e documental. Para tanto, realizou-se a fase inicial de coleta das informações contidas no *Catálogo das Dissertações de Mestrado Acadêmico do PPGSS - 1982 a 2013* (UFPB/PPGSS, 2015). Em seguida, procedeu-se ao recorte temporal de análise das referidas produções no período de 1982 a 2010. O *Catálogo* compõe-se dos seguintes itens: ano de defesa, título, nome do/a autor/a, nome do/a orientador/a, banca examinadora, sumário, resumo (de grande parte das obras), palavras-chave e referências consultadas. Após o levantamento dos dados desse *Catálogo*, construiu-se um Banco de Dados das Dissertações levantadas a partir da pesquisa eletrônica aos sítios do PPGSS/UFPB, BDTD/Capes e BDTD/IBICT e, por fim, realizou-se a fase de análise, metodologicamente, fundamentada no estado da arte mediante o uso dos instrumentos e técnicas quantitativos e qualitativos. O estado da arte processou-se através do uso de três indicadores: indicadores das áreas de conhecimento, indicadores temáticos e indicadores autorais. Acrescenta-se que o acesso dos dados foi possibilitado por duas vias: primeira, a consulta às obras impressas, tanto no PPGSS (UFPB) quanto na Biblioteca Central dessa Universidade; e, a segunda, o acervo digital através da pesquisa eletrônica junto aos sítios acima identificados.

A pesquisa bibliográfica desenvolvida pela metodologia do estado da arte, segundo Vosgeral e Romanowski (2014), Romanowski e Ens (2006) e Ferreira (2002), possibilita verificar as tendências, recorrências e as lacunas presentes em diferentes áreas de conhecimento, nas diferentes épocas e contexto em que

processa. Conforme Romanowski e Vogesral (2014, p. 172),

[...] o estado da arte é um mapa que nos permite continuar caminhando; um estado da arte é também uma possibilidade de perceber discursos que em primeiro exame se apresentam como descontínuos ou contraditórios. Em um estado da arte está presente a possibilidade de contribuir com a teoria e prática [de uma área do conhecimento].

Nesse sentido, importante salientar que são inquestionáveis as contribuições das pesquisas do tipo estado da arte para investigar os avanços da produção na área do conhecimento em Serviço Social.

No que toca às contribuições do uso da metodologia do estado da arte, vale ressaltar que foi possível identificar os diferentes objetos investigativos que permeiam a história da produção do conhecimento no PPGSS/UFPB desde o ano da sua implantação (1978) até 2010, bem como verificar a articulação existente entre às produções (Dissertações) do referido Programa com a processualidade histórica que se faz presente no contexto da sociedade brasileira, sobretudo no campo do Serviço Social, a partir da crise do capitalismo, cujo impacto incidiu na produção do conhecimento da profissão através das ideologias pós-modernas. Assim, ao mapear os objetos de estudo do Serviço Social contribuiu para apreender as atuais inflexões das transformações societárias advindas da citada crise do capitalismo e os seus rebatimentos na profissão.

À priori, pode-se afirmar que, analisar o campo de estudo do Serviço Social de 1982 a 2010, possibilitou entender como essa área do saber e da intervenção social se coloca no atual cenário de crise, demarcado pelas novas demandas e desafios postos aos assistentes sociais. Estudar as produções do PPGSS/UFPB possibilitou deslindar o que foi estudado em cada período, a razão do aparecimento de diferentes objetos em cada período histórico, bem como atestar as similitudes e particularidades.

O embasamento teórico da discussão dos resultados centrou-se no Projeto de Modernidade à emergência da Pós-Modernidade, derivados da crise do capitalismo contemporâneo e os seus influxos na sociedade capitalista. Para tanto, fundamentou-se nos traços hegemônicos do pensamento moderno e das influências do movimento pós-moderno no atual pensamento social e os seus rebatimentos na produção do conhecimento no Serviço Social brasileiro, em nível de Dissertações de Mestrado Acadêmico do PPGSS.

O projeto societal moderno instala-se na Sociedade Ocidental a partir do século XVIII, cuja inspiração volta-se aos ideais revolucionários da sociedade burguesa. No entanto, “[...] ao assumir o poder, a burguesia abandona seu projeto revolucionário, tornando-se classe conservadora”. (ALMEIDA, 2016, p. 1). A partir de então, difundir e consolidar o sistema capitalista passa a ser o principal objetivo da burguesia.

Não obstante, o ciclo histórico das crises do capitalismo coloca em xeque o projeto societal moderno, sendo a atual crise estrutural, a que mais impactou cujas

transformações societárias impingem a Pós-modernidade.

Em torno do debate polêmico que permeia o entendimento de Pós-modernidade, Silveira Júnior (2016, p. 1) assevera: “Numa primeira aproximação, a qualificaríamos como um conjunto de determinadas atitudes culturais, um repertório determinado de atitudes perante a cultura e a política ou um movimento intelectual que se sustenta numa referência crítica ao legado da modernidade, particularmente, do iluminismo [...]”.

Para a Pós-modernidade, a superação dos problemas sociais oriundos do atual estágio capitalista não parte da coletividade, ou seja, do projeto coletivo construído da luta de classes. No campo das Ciências Sociais e Humanas, os impactos da ideologia pós-moderna se firmam através da ofensiva ao marxismo, sobretudo, na tese de que o materialismo histórico dialético não consegue mais pensar a realidade de modo a responder as novas necessidades sociais. Em outros termos, o discurso da Pós-modernidade assevera o esgotamento do Projeto de Modernidade (Lyotard, Derrida e Foucault) e das metanarrativas do marxismo por não darem conta das questões contemporâneas da humanidade.

Ao considerar a relevância que as produções teóricas de uma determinada área de conhecimento representam para a construção da identidade profissional, é importante salientar que o presente estudo investigativo perquire verificar as implicações das pesquisas realizadas em torno da produção de conhecimento em Serviço Social para o seu projeto profissional na atual conjuntura da sociedade brasileira. Nesse sentido, torna-se pertinente a adoção do método materialista histórico dialético para discutir a processualidade histórica que perpassou e, que ainda perpassa a profissão.

Na perspectiva de elucidar questões relacionadas às influências da Pós-modernidade na sociedade contemporânea, assim como no âmbito do Serviço Social, vale-se de obras de importantes estudiosos dessa temática, quais sejam: José Paulo Netto (1990) através da obra *“Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64”*; Luciana Batista de Oliveira Cantalice em sua tese de doutorado intitulada *“As inflexões do pós-moderno na produção do conhecimento em Serviço Social”*, defendida em 2013; Adilson Aquino Silveira Junior (2016), no artigo *A Cultura Pós-Moderna no Serviço Social em Tempos de Crise*, entre outras.

2 | A CONJUNTURA BRASILEIRA ENTRE OS ANOS 1980 A 2010: AS TRANSFORMAÇÕES SOCIETÁRIAS DERIVADAS DA CRISE DO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO E AS SUAS INFLEXÕES NO SERVIÇO SOCIAL

A crise do capitalismo tardio nos anos de 1970, a qual decorreu da estagnação financeira em nível mundial, afetando em primeira instância, os países da Europa e depois se espalhou por outras partes do mundo, reflete na realidade brasileira

a partir de meados dos anos 1980. Entretanto, o trinômio neoliberal - focalização, privatização e descentralização - ganha maior evidência no Brasil nos anos 1990, dando continuidade nos anos 2000, cujos impactos estão presentes até os dias atuais.

Em outras palavras: as inflexões dessa crise do capitalismo expressam-se em estratégias para o seu enfrentamento que incidem sob a ótica do neoliberalismo mediante a reestruturação do capital mundializado, acumulação flexível, precarização do trabalho, desproteção social, agudização da “questão social”, barbárie social, dentre outras. Em razão de a sociedade brasileira conviver entre os anos 70 e 80 um processo de efervescência política frente à crise de governabilidade da ditadura militar, os influxos da crise do capitalismo são sentidos, sobretudo, nos anos de 1990 com a instauração e consolidação do Estado Neoliberal nos governos de Fernando Collor, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso e atravessando os governos petistas (Lula e Dilma), embora para alguns teóricos, a Era Petista, compreendida pelos governos de Lula e Dilma (2003-até os dias atuais), adquira novas configurações, como o neodesenvolvimentismo. Ainda que a agenda neoliberal tenha sido adotada por países do 1º Mundo (Estados Unidos e Inglaterra), foram os países periféricos, os maiores afetados por tais transformações, a exemplo do Brasil.

Os anos de 1990 representaram para o Brasil um período de transformações nas relações estabelecidas entre o Estado e a Sociedade Civil, onde as bases de proteção social, outrora construídas através de lutas de classes antagônicas, iniciam um processo de modificações representadas pelo desmonte de direitos sociais que apresenta um quadro de crescimento ao passar dos anos.

Em suma: “Pontua-se que a redefinição do papel do Estado no Brasil, a partir dos anos de 1990, se deu no contexto de reestruturação do modo de produção capitalista, tendo como imperativo um novo padrão de acumulação do capital, em busca de restauração do poder de classe”. (HARVEY, *apud* ALVES; SEVERINO, 2011, p. 1)

Segundo Silva (2016), os anos 2000 na América Latina, e no Brasil, não foi diferente, vivenciou a acedência dos governos ditos progressistas, que criam planos e projetos fundamentados em um novo desenvolvimentismo, mesclando o desenvolvimento econômico, com o desenvolvimento social, alcunhado de neodesenvolvimentismo.

O desafio do neodesenvolvimentismo consiste, portanto, em conciliar os aspectos “positivos” do neoliberalismo – compromisso incondicional com a estabilidade da moeda, austeridade fiscal, busca de competitividade internacional, ausência de qualquer tipo de discriminação contra o capital internacional – com os aspectos “positivos” do velho desenvolvimentismo – comprometimento com o crescimento econômico, industrialização, papel regulador do Estado, sensibilidade social. (SAMPAIO JR, 2012, p.679).

A década de 2000, demarcada pela continuidade dos influxos derivados dos anos 1990, é perpassada pela política regressiva dos direitos sociais universais,

contrarreformas, privatizações, precarização do trabalho e desestruturação da seguridade social, bem como caracterizada pelo triunfo do Partido dos Trabalhadores (PT), que promove a ampliação das políticas compensatórias, para enfrentar o agravamento das expressões da “questão social”.

As inflexões da crise do capitalismo tardio sobre o agravamento das desigualdades sociais confluem sobre o Serviço Social, sobretudo, na intervenção profissional no atendimento de novas demandas sociais e na produção do conhecimento, marcadas pela ofensiva pós-moderna. Em torno dessas inflexões, levantam-se as seguintes questões:

[...] como se desenha a produção do conhecimento gerada pelas Dissertações de Mestrado, contextualizadas na espacialidade do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFPB e na temporalidade dos anos 1980 a 2000? Identifica-se a produção do conhecimento embasada na perspectiva neoconservadora Pós-moderna? Ou essa produção ainda se firma nas bases da racionalidade marxista, forjada no projeto societal emancipatório da maioria? Ou em ambas? (ALMEIDA, 2016, p.3)

O processo de produção do conhecimento em Serviço Social nos anos 1980 demarca-se pela aproximação à teoria social crítica marxiana e marxista, que culminou no movimento intelectual chamado por José Paulo Netto (1990) de “*intenção de ruptura*”. Segundo esse autor, a *intenção de ruptura* aos substratos conservadores da racionalidade moderna ocorre com a adoção da teoria social marxista, materializando o Projeto de Modernidade através da explicitação crítico-racional da sociedade burguesa. Decerto, a incorporação do legado da razão dialética marxista vai embasar o processo de *maturidade intelectual* da categoria profissional dos Assistentes Sociais (GUERRA, 2011), o que possibilitou o desenvolvimento da produção do conhecimento no Serviço Social, hegemônico até a atualidade, independente da ofensiva pós-moderna nos últimos anos.

Quanto às produções dos anos 1980 e 2000, observou-se que o PPGSS/UFPB centrou-se em pesquisar as seguintes temáticas: Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos, Prática Profissional, Formação Profissional, Trabalho do/a Assistente Social, Exercício Profissional e Estágio Supervisionado.

A discussão dos resultados desta pesquisa fundamenta-se nesse contexto conjuntural e seus influxos no Serviço Social que dimanam novos desafios, dentre elas, a investida do discurso pós-moderno. As inflexões da Pós-modernidade se espriam no Serviço Social, tanto na profissão como na produção do conhecimento, uma vez que colocam em xeque o seu projeto político, que emergiu no interior da profissão durante a década de 1980, mediante a sua aproximação com a teoria social crítica.

3 | LOCUS DA PRODUÇÃO E A SUA MATERIALIDADE: O PPGSS E AS DISSERTAÇÕES DE MESTRADO

A respeito da história do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFPB, registra-se que foi instituído “[...] pela Resolução no 202/77 do CONSUNI e implantado no ano de 1978, tendo sido credenciado em 1985, através do parecer nº 754/85 do Conselho Federal de Educação”. (UFPB, 1985, p.1), ocupando, segundo os dados da Coordenação de Aperfeiçoamento e Pessoal de Nível Superior (CAPES), o quarto lugar no quadro cronológico quanto à fundação dos primeiros cursos de pós-graduação na área do Serviço Social no Brasil.

O Programa insere-se academicamente na área de conhecimento dos processos de análise da dinâmica da relação entre Estado e Sociedade, sob a angulação das relações entre Política Social e Serviço Social, como também entre os liames das Ciências Humanas e a Fundamentação Teórico-prática do Serviço Social. Tem como referência heurística principal à “questão social” contemporânea, à luz da especificidade regional. Sua proposta é desenvolver a capacidade de análise e crítica consistentes sobre a realidade social e as estratégias de intervenção do Serviço Social, na perspectiva da Interdisciplinaridade. (UFPB, 1985, p.1).

Recentemente, o referido Programa passou por uma revisão regulamentar de modo a atender o novo Regulamento da Pós-graduação da UFPB. Assim, em novembro de 2014, através da Resolução Nº 46/2014 do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE), aprovou uma nova conformação acadêmica ao Programa, com uma estrutura curricular mais enxuta e apropriada às novas determinações da Capes (órgão responsável Sistema da Pós-graduação brasileira). “Art. 1º Aprovar a nova redação do Regulamento e da Estrutura Acadêmica do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, em nível de Mestrado Acadêmico, sob a responsabilidade do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, da UFPB” (UFPB/CONSEPE, 2014, p. 1)

A partir dessa nova regulação, o PPGSS passou a contar com uma única área de concentração, denominada Serviço Social e Política Social, e duas linhas de pesquisa: a) O Pensamento Social, Serviço Social, Trabalho e Questão Social; e b) Estado, Direitos, Política Social e Participação Social. Em 2016, através de nova Resolução do CONSEPE (Nº 01/16), foi alterado mais uma vez a organização acadêmica do PPGSS, mas, permanecendo com a mesma denominação da área de concentração e das duas linhas de pesquisa.

Em razão de a pesquisa envolver desde 1982 até 2010, quando ainda o PPGSS possuía outra configuração regulamentar, a análise dos dados dá-se em torno das duas áreas de concentração: a de Fundamentação Teórico-prática do Serviço Social e a de Política Social. No caso desta pesquisa, a análise dos dados circunscreve-se às Dissertações referentes à área de Fundamentação Teórico-prática do Serviço Social.

No atual contexto de despolitização dos trabalhadores em que espraia um processo de fragmentação das lutas sociais, passou a ser preocupação intelectual do Serviço Social, a construção da crítica a essa realidade. Desse modo, questões centrais no palco das discussões teórico-práticas do Serviço Social foram colocadas em torno da sua formação profissional.

Por fim, destaca-se que a formação profissional (nos seus aspectos teórico, metodológico, técnico-instrumental e interventivo), a interlocução com áreas do conhecimento, a importância da pesquisa e da produção de conhecimento no âmbito da profissão, entre outros aspectos, contextualizados nessas três últimas décadas têm possibilitado um debate mais intenso sobre as diferentes orientações teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa na profissão. Diante desse contexto, o Serviço Social intenta em buscar compreender como se configuram as novas inflexões societais a partir do estudo e da análise das Dissertações de Mestrado do PPGSS.

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO	Anos 80		Anos 90		Anos 2000*		Total	
	n	%	n	%	n	%	N	%
Fundamentação Teórico-Prática	11	38,0	15	22,4	25	18,1	51	21,8
Política Social	18	62,0	52	77,6	113	81,9	183	78,2
Total	29	100	67	100	138	100	234	100

Tabela 01 – Frequência de ocorrências das Dissertações de Mestrado defendidas vinculadas às Áreas de Política Social e de Fundamentação Teórico-Prática do Serviço Social por década de 1982 a 2010.

Fonte: UFPB/ CCHLA/PPGSS, João Pessoa, 2016-2017.

*NOTA: Anos 2000 expressam as análises das Dissertações defendidas entre os anos de 2000 a 2010.

Conforme a leitura dos resultados expressos na Tabela 1 verifica-se a incidência de Dissertações defendidas entre os anos de 1982 a 2010, nas duas áreas de concentração Política Social e de Fundamentação Teórico-Prática do Serviço Social no PPGSS/UFPB. A Tabela evidencia ainda que, de um total de 234 Dissertações de Mestrado, o maior número de obras vincula-se a Política Social, concentrado 183 (78,2%) Dissertações de Mestrado desse total, enquanto a área de Fundamentos do Serviço Social contempla apenas 51 (21,8%) de obras.

No que tange à distribuição de dissertações defendidas por anos, os resultados revelam que entre os anos com maior incidência é o de 2000 a 2010, obtendo 138 (59%) das obras defendidas nas duas áreas de concentração do PPGSS/UFPB. Seguindo-se dos anos de 1990 a 1999 com 67 (28,6%) de dissertações. Por fim, com menor significância de Dissertações de Mestrado defendidas, têm-se os anos de 1982 a 1989, com 29 (12,4%).

No caso do Plano de Trabalho desta bolsista, as Dissertações de Mestrado

investigadas referem-se à área de Fundamentação Teórico-Prática do Serviço Social, com 51 Dissertações defendidas no período de 1982 a 2010. Os resultados da Tabela 1 indicam que essa área possui um baixo percentual total (de 21,8%) em relação às dissertações defendidas na área de Política Social.

A baixa incidência de Dissertações defendidas entre os anos de 1982 a 2010, vinculadas à área de Fundamentação Teórico-prática do Serviço Social, justifica-se por vários fatores, dentre os quais dois se destacam: o aumento gradativo do número de assistentes sociais que atuam junto às Políticas Sociais, posto que a produção do conhecimento está intrinsecamente atrelada à ação interventiva da profissão, desse modo, as pesquisas se voltam a discutir temáticas próprias da sua área de intervenção; e o outro fator relaciona-se ao aumento das demandas sociais que incentivam os assistentes sociais a buscar aprofundamento intelectual de modo a qualificar sua atuação profissional.

A prevalência investigativa em torno das Políticas Sociais imbrica-se à dinâmica societal que perpassa a relação estabelecida entre Estado e sociedade na perspectiva de responder as necessidades sociais derivadas das novas expressões da “questão social”. “Isto porque a materialização do trabalho do assistente social se concretiza via serviços sociais oriundos da execução de políticas sociais, programas e projetos, principalmente no contexto da Seguridade Social, como padrão de proteção social no Brasil (Saúde, Previdência e Assistência Social)”. (CARVALHO; SILVA e SILVA, 2004, p. 19)

4 | INDICADORES DE ANÁLISE DA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO EM SERVIÇO SOCIAL

Em razão desta pesquisa se direcionar à análise das Dissertações de Mestrado, vinculadas à Fundamentação Teórico-Prática do Serviço Social do PPGSS/UFPB, este estudo se atém a analisar as 51 (cinquenta e uma) Dissertações defendidas nos anos de 1982 a 2010.

O Movimento de Reconceituação que perpassou a história do Serviço Social no contexto latino-americano, ocorrido durante os anos de 1970, deslança significativas mudanças no campo profissional em todo continente. Conforme afirma Faleiros (apud MIOTO; NOGUEIRA, 2013, p. 62). “Esse processo, denominado Movimento de Reconceituação, desloca o debate da profissão do “metodologismo” até então reinante, para o debate das relações sociais nos marcos do capitalismo, e com ele passa a dar ampla visibilidade à política social como espaço de luta para a garantia dos direitos”.

Nos dias atuais, é importante considerar que, a inserção do Serviço Social no campo de pesquisas significou para sua prática profissional um embasamento sociopolítico frente às novas demandas societárias advindas das inflexões pós-

Modernas. As recentes transformações econômicas, sociais e ideopolíticas derivadas do contexto conjuntural proporcionam ao Serviço Social a preocupação em discutir a sua prática profissional inserida nesse contexto de intensa crise estrutural do capital que perpassa a sociedade contemporânea.

Atenta-se que, ao discutir a prática profissional a partir das teorias sociais marxistas, o Serviço Social coloca-se enquanto área do conhecimento que apresenta um papel intelectual indiscutível de contribuir com a formação de “[...] uma cultura teórica e política que se contrapõe à hegemonia dominante, protagonizada pela esquerda marxista no Brasil”. (MOTA, 2013, p. 1)

Nessa perspectiva, “[...] reconhecer o Serviço Social como profissão e área do conhecimento é também enfrentar o discurso que desqualifica a produção crítica sobre os macroprocessos sociais, adjetivando-a de “produção acadêmica descolada das necessidades da prática profissional” (MOTA, 2013, p. 1). Ao se inserir nas análises macrossociais, o Serviço Social adquire uma postura intelectual de resistência às influências das pequenas narrativas da Pós-modernidade tanto no campo teórico como prático da profissão.

Os eixos analíticos das Dissertações de Mestrado Acadêmico, defendidas no PPGSS/UFPB na área de Fundamentação Teórico-prática do Serviço Social passam a ser discutidos à luz de três indicadores: temáticos, áreas do conhecimento e autorais e suas respectivas obras.

Os indicadores temáticos de avaliação das dissertações defendidas na área de Fundamentação Teórico-prática de Serviço Social do PPGSS/UFPB são analisados a partir das seguintes variáveis: objetos de estudo e palavras-chave.

A tabela seguinte mostra que as categorias temáticas que perpassam a área da Fundamentação Teórico-prática do Serviço Social, cuja direção social que orienta a profissão “[...] tem como referência a relação orgânica com o projeto das classes subalternas, reafirmado pelo Código de Ética de 1993, pelas Diretrizes Curriculares de 1996 e pela Legislação que regulamenta o exercício profissional (Lei n. 8662 de 07/06/93)”. (YAZBEK, 2009, p. 18)

Indicadores Temáticos /Objetos de estudo	1980		1990		2000		Total	
	<i>n</i>	%	<i>n</i>	%	<i>n</i>	%	<i>N</i>	%
Prática Profissional	05	21	09	37	10	42	24	46
Formação Profissional	02	20	04	40	04	40	10	19
Trabalho do/a AS	-	00	01	14	06	86	07	13
Exercício Profissional	01	20	-	0	04	80	05	10
Estágio Supervisionado	01	33	-	0	02	67	03	06
Identidade Profissional	02	100	-	0	-	0	02	04
Trabalho em Lukács	-	0	01	100	-	0	01	02
Total	11	100	15	100	25	100	51	100

Tabela 02: Frequência de ocorrências dos objetos de estudo das Dissertações de Mestrado defendidas na área de Fundamentação Teórico-prática do Serviço Social do PPGSS/UFPB. João Pessoa/PB, 2016/2017.

Quanto aos dados correspondentes às análises comparativas dos indicadores das áreas temáticas, comprova-se que a maioria dos objetos de estudo investigados concentrou-se na temática da *Prática Profissional*, com 46% (24) das 51 obras, seguindo-se de *Formação Profissional* com 19% (10 obras), *Trabalho do/a Assistente Social* com 13% (07 Dissertações), *Exercício Profissional* com 10% (05 Dissertações), *Estágio Supervisionado* com 6% (3 obras), *Identidade Profissional* com 4% (02 Dissertações) e, por fim, *Trabalho* em Lukács, com apenas uma obra (2%).

É importante considerar que a inserção do Serviço Social no processo investigativo de temáticas vinculadas à Fundamentação Teórico-prática significou um campo profícuo para a produção do conhecimento, embasada no contexto histórico das novas demandas, expressas pelas transformações societárias e suas inflexões no âmbito econômico, políticos, social e ideológico derivadas do contexto conjuntural da crise do Capital que se amplia entre os anos de 2000 a 2010.

Ao abordar as temáticas da área da Fundamentação Teórico-prática a partir do viés marxista, o Serviço Social afirma-se enquanto área do saber oriundo de ferramentas intelectuais de caráter teórico e político capaz de contribuir com a contestação das expressões ideológicas pós-modernas que na conjuntura contemporânea, com a crise do modo de produção capitalista a partir dos anos de 1970, se fazem presentes na profissão nos dois campos que se imbricam na atuação do Serviço Social: a área de produção de conhecimento e os espaços de intervenção.

Conforme Silveira Junior (2016, p. 168), o atual lastro conservador que perpassa a sociedade se reatualiza no Serviço Social a partir das ideologias pós-modernas que surgem como um “tema espinhoso” à profissão. Para esse autor, as implicações da cultura pós-moderna no Serviço Social na conjuntura atual de crise capitalista tendem a aportar nas matrizes teórico-políticas que alicerçam o seu projeto profissional.

A pós-modernidade persiste como um tema espinhoso para o Serviço Social brasileiro. A elucidação dos fundamentos e filiações intelectuais pós-modernos requer a cuidadosa apreciação-quase nunca simples – de uma literatura concebida numa polêmica constante, aberta ou velada, com as matrizes teórico-políticas que alicerçam o projeto profissional do Serviço Social, forjado no amplo movimento de recusa do lastro conservador predominante desde suas origens. Todavia, as dificuldades não se mostram apenas no plano ideoteórico; elas se “alicerçam historicamente” nas modalidades concretas de produção e reprodução social vigentes no período de “crise e reação burguesa”, transbordando, ademais, para esfera dos embates hegemônicos classistas.

Nesse caso, “[...] reconhecer o Serviço Social como profissão e área do conhecimento é também enfrentar o discurso que desqualifica a produção crítica sobre os macroprocessos sociais, adjetivando-a de “produção acadêmica descolada das necessidades da prática profissional”. (MOTA, 2013, p. 1) Quanto à resistência do Serviço Social às influências pós-modernas no campo teórico e prático da profissão,

Mota (Id. Ibid.) assevera:

Sem desconhecer os desafios práticos operativos da profissão, e reafirmando meu ponto de vista sobre a sua condição de área do conhecimento, penso que esta dimensão, presente no Serviço Social brasileiro, particulariza-se como resistência ideológica e teórica ao conservadorismo intelectual no Brasil dos anos 2000, em face das ideologias pós-modernas e da regressão e do esforço de apagamento da razão crítico-materialista e dialética nas ciências humanas e sociais.

A discussão das palavras-chave enquanto a outra variável dos indicadores temáticos indica a Prática Profissional como a mais prevalente (16,0%) entre as demais palavras-chave indicadas nas Dissertações de Mestrado do PPGSS pesquisadas nos anos 1982 a 2010.

PALAVRAS-CHAVE	1980		1990		2000		Total	
	n	%	n	%	n	%	N	%
Prática Profissional	8	22,8	8	19,5	6	8,1	22	16,0
Serviço Social	2	5,7	1	2,4	14	18,9	17	12,5
Assistente Social	2	5,7	1	2,4	6	8,1	9	6,6
Trabalho	-	-	4	9,8	4	5,4	8	6,0
Dimensão Política	3	8,6	2	4,9	2	2,8	7	5,1
Formação Profissional	1	2,9	2	4,9	4	5,4	7	5,1
Trabalho Profissional	1	2,9	1	2,4	4	5,4	6	4,3
Estágio Supervisionado	2	5,7	-	-	2	2,8	4	3,0
Política Habitacional	2	5,7	-	-	-	-	2	1,4
Currículo Novo	-	-	2	4,9	-	-	2	1,4
Conservadorismo	-	-	2	4,9	-	-	2	1,4
Terceiro Setor	-	-	-	-	2	2,8	2	1,4
Neoliberalismo	-	-	1	2,4	1	1,3	2	1,4
Outras*	14	40,0	17	41,5	29	39,0	47	34,3
Total	35	100	41	100	74	100	137	100

Tabela 03: Frequência de Ocorrências das palavras-chave nas Dissertações de Mestrado defendidas na área de Fundamentação Teórico-prática do Serviço Social do PPGSS/UFPB. João Pessoa/PB, 2016-2017.

Fonte: UFPB/CCHLA/PPGSS, 1982-2010.

*NOTA: Outras – expressam as palavras-chave com uma citação.

A análise das palavras-chave permite verificar que nas 51 Dissertações pesquisadas, tem *Prática Profissional* com maior incidência (16%) entre as demais. Por outro lado, chama atenção o fato de o Serviço Social não se constituir a palavra-chave dominante nas 51 obras, uma vez que as Dissertações inserem-se na área de Fundamentação Teórico-prática do Serviço Social.

As palavras-chave nessas Dissertações apresentam *Serviço Social* com 12% das frequências; *Assistente Social* com incidência de 6,6%; *Trabalho* com um percentual de 6,0 %; *Dimensão Política e Formação Profissional* com 5,1%, *Trabalho Profissional* com 4,3%, *Estágio Supervisionado* com 3%. No que tange às palavras-chave com o menor percentual, citam as que aparecem apenas uma incidência,

apontam para novas temáticas no campo da Produção do Conhecimento em Serviço Social, tais como: Ensino Profissionalizante, Terceiro Setor, Direitos Humanos, Flexibilização, Gestão de Recursos Humanos, Avaliação de Projetos Sociais, Saúde Mental, entre outras.

Quanto ao indicador de áreas de conhecimento, verifica-se que à área mais incidente foi a de *Serviço Social*, com 70% (36) do total de 51 Dissertações analisadas. Conforma-se com uma incidência majoritária coerente, uma vez as produções analisadas vinculam-se à área de Fundamentação Teórico-prática do Serviço Social. Mas, questiona-se também o fato de o Serviço Social não ser a área de conhecimento dominante nas 51 Dissertações pesquisadas, posto que essas produções se vinculam à área de Fundamentação do Serviço Social, conforme se atesta na Tabela 04:

ÁREAS DE CONHECIMENTO	1980		1990		2000		Total	
	n	%	n	%	n	%	N	%
Serviço Social	9	25	11	31	16	44	36	70
Educação	2	34	2	33	2	33	6	12
Saúde	-	-	1	33	2	67	3	6
Filosofia	-	-	1	50	1	50	2	4
Direito/Direitos Humanos	-	-	-	-	2	100	2	4
Gestão de Recursos Humanos	-	-	-	-	2	100	2	4
Total	11	100	15	100	22	100	51	100

Tabela 04: Frequência de Ocorrências das áreas de conhecimento das Dissertações de Mestrado defendidas na área de Fundamentação Teórico-prática do Serviço Social do PPGSS/UFPB. João Pessoa/PB, 2016-2017.

Fonte: UFPB/CCHLA/PPGSS, 1982-2010.

A incidência de 70% na área de conhecimento do Serviço Social pode ser explicada pela crescente presença dos assistentes sociais frente às políticas sociais, potencializando, dessa forma, o número de produções nessa área. Seguem-se as áreas de *Educação* com 12% (06 obras) das ocorrências e de *Saúde*, com 3 (6%). Registram-se às áreas de *Filosofia*, *Direitos/Direitos Humanos* e *Gestão de Recursos Humanos*, todas com apenas 4% (02 obras) das indicações.

Os indicadores autorais analisam os autores mais citados nas 51 Dissertações de Mestrado, pesquisadas na área de concentração Fundamentação Teórico-prática do Serviço Social do PPGSS/UFPB no recorte temporal de 1982 a 2010, com o total de 544 citações de 11 autores com até 20 citações, conforme indica a tabela 5 abaixo:.

INDICADORES AUTORAIS

AUTORES MAIS CITADOS	Décadas				Total			
	1980	%	1990	%	2000	%	N	%
NETTO, J. P.	-	-	33	26,0	87	26,3	120	22,0
IAMAMOTO, M. V.	7	8,0	19	15,0	87	26,3	113	20,8

ALMEIDA, B. L. F.	-	-	27	21,2	34	10,3	61	11,2
FALEIROS, V. P.	28	32,2	12	9,4	16	5,0	56	10,3
GRAMSCI, A.	17	19,6	7	5,6	20	6,0	44	8,0
MARX, K.	8	9,2	17	13,3	16	5,0	41	7,6
IANNI, O.	7	8,0	4	3,1	14	4,2	25	4,6
GUERRA, Y.	-	-	1	0,8	22	6,6	23	4,2
SILVA, M ^a . O. S.	-	-	6	4,8	15	4,5	21	3,9
FREIRE, P	20	23,0	-	-	-	-	20	3,7
BRAVO, M ^a . I. S.	-	-	1	0,8	19	5,8	20	3,7
TOTAL	87	100	127	100	330	100	544	100

Tabela 05: Frequência de Ocorrências dos autores mais citados nas Dissertações de Mestrado defendidas na área de Fundamentação Teórico-prática do Serviço Social do PPGSS/UFPB. João Pessoa/PB, 2016-2017.

Fonte: UFPB/CCHLA/PPGSS, 1982-2010.

Esses resultados apontam que dentre o universo das 544 citações dos 11 autores mais recorridos, destacam-se *José Paulo Netto*, com incidência de 22% (120) e *Iamamoto* com 20,8% (113). Decerto, esses dois autores são as duas maiores expressões literárias e intelectuais do Serviço Social brasileiro e em países latino americanos. Seguem-se os demais autores: *Almeida* com 11,2% (61), docente e orientadora do PPGSS; *Faleiros* com 10,3% (56); ainda citam-se *Gramsci*, *Marx* e *Ianni* com incidências próximas; além de *Guerra* e *Silva*, com outros percentuais aproximados.

Por fim, citam-se os autores com menor frequência no universo das 544 citações, a saber: *Freire e Bravo*. Justifica-se a baixa incidência dos citados autores, a exemplo de Paulo Freire, considerado um autor muito estudado na área de Serviço Social, sobretudo, no contexto dos anos 1980. Entretanto, nas décadas subsequentes, processa-se a adesão recorrente no Serviço Social da corrente filosófica marxiana e marxista para analisar as dimensões do projeto profissional e outros fundamentos. Quanto à tênue incidência de citações de Maria Inês de Souza Bravo na área de concentração da Fundamentação Teórico-Prática, justifica-se por essa autora ser mais aludida na área de Política Social, especialmente, na Política de Saúde.

Em razão de essa investigação proceder à comparação das Dissertações defendidas no recorte temporal de 1982 a 2010, vinculadas à área de concentração de Fundamentação, passa-se a apresentar a abordagem analítica quantitativa dos resultados desta pesquisa no tocante aos indicadores autorais nas três décadas, a saber: 1980, 1990 e 2000.

No balanço comparativo dos indicadores autorais mais referenciados entre 1982 a 2010, assinala-se *Ricardo Antunes*, que não está referenciado nos dados da Tabela 05, entretanto, esse autor se encontra entre os mais citados nas Dissertações defendidas no período de 2000 a 2010, com 19 frequências do universo de 330 citações; nos anos 1990 com 05 citações; e, nos anos 1980 apenas uma citação. Chama-se atenção para o fato desse autor, nos anos 2000, ter se destacado entre os

autores mais lidos na área de Serviço Social, em razão dos estudos sobre o Mundo do Trabalho, sobretudo, com a obra intitulada *Adeus ao Trabalho: Ensaio sobre as metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho*, publicado em 1985. No ano de 2015, foi lançada a 15ª edição comemorativa aos 20 anos dessa obra. Nas palavras do autor: “Foram tão intensas as modificações, que se pode mesmo afirmar que a classe-que-vive-do-trabalho sofreu a mais aguda crise deste século, que atinge não só sua materialidade, mas teve profundas repercussões na sua subjetividade e [...] afetou sua forma de ser”. (ANTUNES, 1985, 15)

Os dados da Tabela 05 apontam para a gritante contradição: o autor Karl Marx, cujas obras são basilares para a totalidade das produções, vinculadas a Fundamentação Teórico-prática do Serviço Social desde os anos 1980, apresenta uma incidência abaixo da média de citações, com 41(7,6%). Esses resultados surpreendem em razão de o Serviço Social possuir um projeto de formação profissional inspirado em Marx e na tradição marxista.

Segundo Netto (1989, p. 97), a aproximação do Serviço Social ao legado marxista realizou-se “[...] sob exigências teóricas muito reduzidas - as requisições que a comandavam foram de natureza, sobretudo ideopolítica, donde um cariz fortemente instrumental nessa interlocução”. Essa constatação de Netto indica que a aproximação do Serviço Social à tradição marxista ainda se apresenta de forma “enviesada”, não ficou no passado, nos idos de 1980, mas continua até os dias atuais. A quase totalidade das Dissertações vinculadas à área de Fundamentação Teórico-prática assinala adotar o referencial teórico crítico marxista, mas, não recorre às obras de Marx e Engels, quando muito, essas produções fazem referência a autores como Gramsci e Lukács, além de autores marxistas do Serviço Social e de outras áreas do conhecimento. Nesses casos, a citação a Marx não se dá na leitura direta de suas obras, mas, na reinterpretação de outros autores.

Evidencia-se ainda na análise da Tabela 05 que, como exceção de um autor que não é marxista, os demais 10 autores mais citados nas Dissertações, no período de 1982 a 2010, afora o próprio Karl Marx, são marxistas. Esses resultados revelam que mesmo inserida em um contexto societal, marcado pelas fortes influências do pensamento pós-moderno, a produção do conhecimento do Serviço Social ainda se embasa majoritariamente, na ótica da totalidade marxista, embora com aproximações problemáticas.

A análise qualitativa dos indicadores autorais possibilitou atestar que há autores que foram citados com menor incidência, 226 autores são da década de 1980, 225 dos anos 1990 e 315 são autores dos anos de 2000 a 2010. Dentre os que se inserem nessa estratificação, registram-se: Leo Huberman, Raquel Raichelis, Geovanni Alves, Serge Moscovici, Ivanete Boschetti, Istvan Mészáros, Cristophe Dejours, dentre outros. A identificação desses autores permite assinalar dois destes não marxistas, que são: Serge Moscovici e Cristophe Dejours.

Acrescenta-se ainda que da listagem de autores citados, a maioria dos autores

vincula-se à área do conhecimento em Serviço Social. Assinalam-se ainda a citação de autores ligados à área da Pesquisa Social e Metodologia do Trabalho Científico, como: Minayo, Chizzotti, Gil, Severino, Triviños, Bardin e outros.

A análise dos indicadores autorais também possibilitou constatar a indicação de autores com viés pós-moderno ou mesmo pós-moderno, por incorporarem em suas discussões os “novos” aportes teórico-metodológicos de base neoconservadora, dimanados da ofensiva pós-moderna. Essa constatação é ainda insignificante estatisticamente, nas Dissertações de Mestrado do PPGSS no período de 1982 a 2010. São autores que se afirmam nas variadas expressões da Pós-Modernidade, dentre os quais, citam-se: Boaventura de Souza Santos, Zigmunt Bauman, Jean-François Lyotard, Edgar Morin, Christophe Dejours, Serge Moscovici, Manuel Castells, dentre outros.

Os autores que defendem a Pós-Modernidade em suas obras, adotam a concepção ahistórica da realidade social, descolada da noção de tempo e espaço, passado e presente, singular e universal. Desse modo, “[...] é possível concluir que na ambivalência da pós-moderna a oposição à razão é feita mediante a articulação entre um irracionalismo pautado na intuição e uma racionalidade formal, limitada às dimensões intelectivas” (CANTALICE, 2013, p. 5)

Conforme se elucidou anteriormente, o pensamento pós-moderno se instaurou em diversas partes do mundo a partir da grande crise financeira dos anos 1970, a qual impactou em um processo de grandes transformações societárias, as quais estabeleceram uma nova ordem à organização do trabalho em nível mundial, isto, pelo processo de globalização derivada pela revolução nas tecnologias e pelo modelo econômico embasado no projeto neoliberal. Sobre a crise do capital e as consequências societárias, Netto (2012, p.416) afirma que “Foram as profundas transformações societárias emergentes desde a década de 1970 que desenharam amplamente o perfil do capitalismo contemporâneo - está claro que planetarizado, esse capitalismo apresenta traços novos e processos inéditos”.

Tratando-se da gênese da pós-modernidade, esta teve suas primeiras expressões no campo das artes e da arquitetura, através da negação do determinismo da razão humana. Suas primeiras críticas são direcionadas a lógica cartesiana, ao pensamento de René Descartes. Na atualidade, o Pensamento Social pós-moderno se expressa no cenário político demarcado pelo desmonte dos direitos sociais, trabalhistas e previdenciários. A Pós-modernidade traduz uma nova estética, que se manifesta na cultura capitalista, como o pastiche, o narcisismo, o hedonismo, o consumismo, a moda, o espetáculo, dentre outras expressões. Afasta-se dos paradigmas da racionalidade, estruturados pelo pensamento moderno do Projeto de Modernidade, que tem suas bases no pensamento fincado na razão.

A Pós-modernidade possui centralidade na subjetividade, através da supervalorização do eu, e valoriza a fragmentação e a individualidade. Em outros termos: no atual contexto verifica-se no campo teórico um processo de fragmentação

das pluralidades, distanciando a produção do conhecimento científico da vertente da totalidade. Na academia, o pensamento pós-moderno aparece em estudos de categorias temáticas microsociais, estratificadas, como gênero, negro, indígenas, entre outras.

5 | CONCLUSÕES

Em termos conclusivos, o Serviço Social, ao longo dos anos 1980 a 2010, muito avançou na produção do conhecimento e na construção de uma cultura profissional “[...], assumindo uma direção social e estratégica em seu papel profissional, que aponta para: a compreensão do real como totalidade histórico-concreta [...]” (CANTALICE, 2013, p. 1)

Especificamente, espera-se que a presente pesquisa resulte em contribuições para análise da produção do conhecimento em Serviço Social, gerado pelo PPGSS/UFPB. Decerto, a realização desse inventário das dissertações defendidas, do balanço teórico das tendências que as perpassam e da categorização dessas produções contribuam para análise da literatura de Serviço Social. Aspira-se ainda que este estudo investigativo a partir do estado da arte auxilie na compreensão de como se configuram as pesquisas e as produções do conhecimento na área de Fundamentos Históricos e Teórico-metodológicos do Serviço Social, tendo como quadro analítico as transformações societárias derivadas da reconfiguração do capital no contexto da crise sistêmica do capitalismo dos anos de 1970.

Os resultados desta pesquisa indicam que as inflexões pós-modernas na produção do conhecimento através do estado da arte das dissertações de mestrado defendidas no PPGSS nos anos 2000 ainda são tênues, se considerar a hegemonia dos estudos investigativos macrosociais, cujas categorias temáticas são analisadas na perspectiva da totalidade derivada do método da teoria social crítica marxista. Os autores mais referenciados nas citadas dissertações fincam suas bases históricas, teóricas e metodológicas no legado marxista, embora sem grande aproximação à tradição marxiana, afirmando assim a hegemonia do projeto da Modernidade.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Bernadete de Lourdes Figueiredo de. **O processo de Produção do Conhecimento no Serviço Social à luz do legado da modernidade à emergência da pós-modernidade: o estado da arte das Dissertações de Mestrado do PPGSS/UFPB.** João Pessoa: UFPB/ CCHLA/ DSS/ PPGSS/ SEPACOPS, 2016. (Projeto de Pesquisa e Plano de Trabalho)

CANTALICE, Luciana Batista de Oliveira. **As Inflexões do Pós-moderno na Produção do Conhecimento em Serviço Social.** Rio de Janeiro: PPGSS/UERJ, 2013. (Tese de Doutorado)

CARVALHO, Denise Bomtempo Birche; SILVA e SILVA, Maria Ozanira. **A atualidade da pós-graduação na área de Serviço Social no Brasil.** Disponível em <www.ts.ucr.ac.cr/binarios/congresos/reg/slets/slets-018-070.pdf> (Acesso em 01/08/2016).

- FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. As pesquisas denominadas — estado da arte. In: **Revista Educação e Sociedade**. Campinas: ano XXIII, n. 79, p. 257-272, Agosto. 2002.
- GUERRA, Yolanda. A Pós-Graduação em Serviço Social no Brasil: um patrimônio a ser preservado. In: **Revista Temporalis**. Brasília (DF), ano 11, n.22, p.125-158, jul./dez. 2011. Disponível pela Internet: www.periodicos.ufes.br/temporalis/article/download/2141/1607
- MIOTO, Regina Cecília Tamasso; NOGUEIRA, Vera Maria Ribeiro. Política Social e Serviço Social: os desafios da intervenção profissional. In: **Revista Katálysis**. Florianópolis, v. 16, n.esp. p. 61-71, 2013.
- MOTA, Ana Elizabete. Serviço Social brasileiro: profissão e área de conhecimento. In: **Revista Katálysis**. Florianópolis, v. 16, n.esp. p.17-27, 2013.
- NETTO, José Paulo. A Crise do Capital e as consequências societárias. In: **Revista Serviço Social & Sociedade**. São Paulo, n.111, p. 413-429, 2012.
- NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. São Paulo: Cortez, 1990.
- NETTO, José Paulo O Serviço Social e a tradição marxista. In: **Revista Serviço Social & Sociedade**. Cortez, ano 10, n. 30, p. 89-102, maio/ago. 1989.
- ROMANOWSKI, Joana Paulin; ENS, Romilda Teodora. As Pesquisas Denominadas do Tipo “Estado da Arte” em Educação. In: **Revista Diálogo Educacional**, vol. 6, núm. 19. Pontifícia Universidade Católica do Paraná. septiembre-diciembre, 2006, pp. 37-50. Disponível em: <http://www.chcbeira.pt/download/As%20pesquisas%20denominadas%20do%20tipo%20estado%20da%20arte.pdf>
- SAMPAIO JÚNIOR, Plínio de Arruda. Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa. In: **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n.112, p. 672-68, 2012.
- SILVEIRA JUNIOR, Adilson Aquino A cultura pós-moderna no Serviço Social em tempos de crise. In: **Temporalis**, v. 31, p. 167-187, n. 2016.
- UFPB/ PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL. **Catálogo de Dissertações de Mestrado Acadêmico do PPGSS**. João Pessoa: UFPB/CCHLA/PPGSS, 2015.
- VOSGERAU, Dilmeire Sant’Anna Ramos; ROMANOWSKI, Joana Paulin. Estudos de revisão: implicações conceituais e metodológicas. In: **Revista Diálogos Educacionais**, Curitiba, v. 14, n. 41, p. 165-189, jan/abr. 2014.
- YAZBEK, Maria Carmelita. Os fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social brasileiro na contemporaneidade. In: **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília: CFESS, 2009.

REFLETINDO SOBRE A RELAÇÃO ENTRE AS IMAGENS DE THÉODORE DE BRY E O TEXTO ESCRITO NA OBRA “DUAS VIAGENS AO BRASIL” DE HANS STADEN

Walace Rodrigues

Universidade Federal do Tocantins – UFT,
Faculdade de Letras
Araguaína - Tocantins.

RESUMO: Este texto busca relações significativas entre a narrativa escrita da obra “Duas viagens ao Brasil”, do aventureiro alemão Hans Staden, e a narrativa visual das imagens criadas por Théodore de Bry para a edição de 1592. Tal livro obteve grande sucesso na Europa e teve muitas publicações seguidas, sendo a primeira a do ano de 1557. Esse texto tem caráter qualitativo e baseia-se em uma pesquisa bibliográfica. Nossa intenção é deixar ver a dissolução das fronteiras entre linguagens escrita e visual na obra selecionada, mostrando que diferentes formas de linguagens (verbal e visual) não somente eram necessárias para o entendimento de tal obra à época de sua execução, mas essas linguagens dependiam uma da outra. Voltamo-nos para essa obra literária na atualidade por acreditar que a força da relação entre diferentes narrativas presentes em tal livro ainda age contundentemente sobre nós quando o lemos. Ainda, vemos que o leitor deve ser letrado imagética e verbalmente para dar conta do entendimento de livro em sua plenitude agentiva, não deixando de compreender que essa obra pertence a um

outro “zeitgeist”, muito diferente do nosso.

PALAVRAS-CHAVE: Literatura de informação; Gravuras; Théodore de Bry; Hans Staden.

THOUGHTS ON THE RELATIONS BETWEEN THE IMAGES BY THÉODORE DE BRY AND THE WRITTEN TEXT IN THE BOOK “TWO JOURNEYS TO BRAZIL” BY HANS STADEN

ABSTRACT: This paper seeks meaningful relations between the written narrative of the book “Two journeys to Brazil” by the German adventurer Hans Staden and the visual narrative of the images created by Théodore de Bry for the 1592 edition. This book was very successful in Europe and had many different editions, being the first one of the year 1557. This text has a qualitative character and is based on a bibliographical research. Our intention is to show the dissolution of the boundaries between written and visual languages in the selected work, showing that different forms of languages (verbal and visual) were not only necessary for the understanding of such work at the time of its execution, but these languages depended on one of the other. We turn to this literary work nowadays believing that the strength of the relations between different narratives present in such a book still acts successfully on us when we read it. Still, we see that the reader must be

imagetically and verbally literate to account for the understanding of such a book in its agentive plenitude, not forgetting that “Two journeys to Brazil” belongs to another zeitgeist, very different from ours.

KEYWORDS: Information literature; Prints; Théodore de Bry; Hans Staden.

1 | INTRODUÇÃO

Este texto objetiva trabalhar com a relação entre a narrativa verbal na obra “Duas viagens ao Brasil”, do aventureiro alemão Hans Staden, e a narrativa visual das gravuras executadas por Théodore de Bry para a edição de 1592. O nome dado a esta edição foi *America tertia pars memorabilen provinciae Brasiliae historiam continens: germanico primùm sermone scriptam à Joane Stadio hamburgensi hesso*. A referida obra literária de literatura de informação foi muito lida na Europa e teve várias publicações, sendo a primeira a do ano de 1557.

Nosso olhar atual sobre essa obra do século XIX refere-se à importância que devemos dar, ainda hoje, ao letramento verbal e imagético. Pois sem uma sociedade letrada não poderemos construir pensamentos críticos a partir de todas as informações a que somos expostos. E em tempos de *fake news* toda informação deve ser detalhadamente mirada, analisada e escrutinada.

Informamos, ainda, que esse trabalho utiliza-se de uma pesquisa bibliográfica e imagética para oferecer uma visão qualitativa da relação entre as diferentes narrativas (visual e verbal) encontradas em tal livro.

Também, esse trabalho faz parte de nossa pesquisa de estágio pós-doutoral intitulada “Os discursos visuais das imagens de instrumentos musicais indígenas na literatura de viajantes do século XVI ao XIX”, junto à Universidade de Brasília “UnB, no Programa de Pós-Graduação em Literatura - POSLIT.

2 | MÚLTIPLAS LINGUAGENS NA OBRA “DUAS VIAGENS AO BRASIL”

Para começar o desenvolvimento desse texto e para compreender melhor a obra de literatura de informação a que nos referimos, o livro “Duas viagens ao Brasil”, informamos aqui o que denominamos enquanto literatura de informação. A literatura de informação é entendida por nós enquanto uma literatura informativa produzida a partir do contato de viajantes, aventureiros, navegadores, e outros agentes, com as objetos (naturais ou não), costumes e pessoas do Brasil entre o século XVI e a primeira metade do século XIX. Lúcia Gaspar (2009) informa-nos que:

As narrativas dos viajantes, reunidas em livros, impressos às vezes em mais de uma edição e em diversas línguas, fizeram muito sucesso na época, sendo disputados pelo público interessado em descrições de povos e costumes exóticos. Os viajantes foram, portanto, os grandes cronistas da vida brasileira dos séculos XVI a XIX, descrevendo em suas obras aspectos da terra, da gente, dos usos e costumes do Brasil. (GASPAR, 2009, s/p)

Tal literatura, chamada de viajantes ou de informação, tinha um caráter extremamente descritivo a partir do ponto de vista de quem tinha visto as pessoas, os objetos e os fatos e os narra. Não podemos nos esquecer que os europeus (em sua maioria os viajantes eram europeus) que escreviam tais obras de literatura de informação deixavam ver seus preconceitos e suas crenças religiosas em suas escritas.

O professor João Pacheco de Oliveira (2009) mostra-nos que a carta de Pero Vaz de Caminha ao rei de Portugal não considerava os indígenas de forma pejorativa e estereotipada, como ele nos informa na passagem a seguir.

Caminha, em sua famosa carta, não falava em descobrimento, mas em “achamento” (algo que não exclui a intencionalidade). Ele também não considerava os autóctones como perigosos, improdutivos ou incapazes. Os cronistas do século XVI, mesmo quando com interesses diretamente antagônicos aos indígenas, não deixaram de dar conta da extensão numérica e da diversidade dos autóctones. Administradores, missionários e particulares ocuparam-se extensamente em seus relatos de muitas “nações de gentios”. A colônia seria inviável sem estabelecer com eles um *modus vivendi*. (OLIVEIRA, 2009, p. 13)

No entanto, os vários relatos que se seguiram a partir da efetiva tomada de posse da terra pelos portugueses começaram a estereotipar os indígenas de preguiçosos, sem alma, etc. Lembremos que no século XVI foi necessária a bula papal “Sublimis Deus”, emitida em 29 de maio de 1537, pelo Papa Paulo III, confirmando a humanidade dos indígenas, a possibilidade de aceitação da fé cristã e condenando a escravidão dos autóctones das terras descobertas e por descobrir. Tal bula informava que “os mesmos índios e quaisquer outros povos devem ser convertidos à fé de Jesus Cristo através do anúncio da palavra de Deus e pelo exemplo de uma vida boa e santa”.

O aventureiro alemão Hans Staden (1525-1576) pretendia ir para a Índia, mas acabou por viajar para o Brasil, chegando em Pernambuco em 1547 e retornando à Lisboa logo em seguida. Ele voltou ao Brasil em 1550 e foi tomado por indígenas Tupinambá, quando estava perto de São Vicente, ficando preso por nove meses e sendo salvo por marinheiros franceses.

Staden cria uma narrativa do exotismo, da selvageria dos indígenas, principalmente pela sua ojeriza cristã em relação ao canibalismo. Ele nunca compreendeu os rituais de antropofagia enquanto elementos culturais, como os compreendemos hoje em dia. Mas isso tem a ver com a mentalidade de seu tempo. Para ele, todos os modos e costumes indígenas eram estranhos e subumanos. Seus relatos foram primeiramente publicados no livro intitulado "História Verdadeira e Descrição de uma Terra de Selvagens, Nus e Cruéis Comedores de Seres Humanos, Situada no Novo Mundo da América, Desconhecida antes e depois de Jesus Cristo nas Terras de Hessen até os Dois Últimos Anos, Visto que Hans Staden, de Homberg, em Hessen, a Conheceu por Experiência Própria e agora a Traz a Público com essa Impressão", de 1557, em Marburg, Alemanha.

A edição que tomamos para análise nesse texto é a edição de 1592, com 46 gravuras do artista belga Théodore de Bry (1528-1598). Esse artista nunca havia visitado as Américas, no entanto ilustrou várias obras com gravuras de sua autoria e inspiradas em relatos verbais dos viajantes e visuais anteriores. De Bry foi um conhecido ourives, ilustrador, gravador e editor de livros do século XVI. Ele ilustrou e editou várias obras da época do descobrimento das Américas. Colocamos aqui algumas imagens de Théodore de Bry que ilustram a obra "Duas viagens ao Brasil", de Hans Staden.

Vemos que há uma estreita relação das narrativas visuais e verbais e uma dependência dessa relação para narrar a história desejada. Staden coloca no papel suas experiências vividas entre os indígenas brasileiros e se utiliza das gravuras para ilustrar o escrito e da escrita para confirmar o que se vê nas imagens.

Essa utilização necessária das imagens e da escrita deixam ver a necessidade do homem da época de utilizar várias formas de linguagem para mostrar a "veracidade" dos fatos vividos e apresentados no livro, em um texto. O professor Flavio Pereira Senra revela-nos que, na atualidade, há um alargamento da compreensão do que seria um texto, mesmo um texto literário:

No contexto pós-moderno, mostra-se cada vez mais pertinente, na seara dos Estudos Culturais e Comparativistas, uma abordagem de natureza intertextual. Pode-se afirmar que na contemporaneidade, marcada por notória fragmentação e pluralidade, o termo "texto" retoma seu significado original, conotando não apenas uma forma de composição semântica organizada em torno de um registro linguístico verbal, mas sim uma "maneira de tecer" (SENRA, 2013, p. 50)

Se os textos da literatura de informação nos remetem a fatos vivenciados pelos viajantes e a seus relatos imagéticos, devemos pensar que para ler texto e imagem é necessário que tais leitores sejam letrados visual e verbalmente. Quanto pensamos em letramento nos referimos ao conceito dado pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1997) da Língua Portuguesa para a Educação Fundamental, que nos informam o seguinte:

Letramento, aqui, é entendido como produto da participação em práticas sociais que usam a escrita como sistema simbólico e tecnologia. São práticas discursivas que precisam da escrita para torná-las significativas, ainda que às vezes não envolvam as atividades específicas de ler ou escrever. Dessa concepção decorre o entendimento de que, nas sociedades urbanas modernas, não existe grau zero de letramento, pois nelas é impossível não participar, de alguma forma, de algumas dessas práticas (BRASIL, 1997, p. 21)

O conceito da passagem anterior refere-se à utilização da língua portuguesa, porém o letramento é necessário para lidar com todas as formas de linguagem. O letramento é, portanto, um mecanismo social, onde o indivíduo se utiliza de várias formas de alfabetização (auditiva, visual, verbal, etc) para interagir criticamente com o mundo que o cerca.

O leitor da obra de Staden, em pleno século XVI, deveria ter um mínimo de letramento possível para compreender as narrativas escritas e visuais de tal

obra literária. Sabemos que somente os mais abastados e os religiosos detinham conhecimentos bastante para poder ler e entender uma obra desse tipo.



Imagem 1 - Théodore de Bry para Hans Staden - "Uma festa típica Tupi", de 1592.



Imagem 2 - Théodore de Bry para Hans Staden - "Cenas de canibalismo dos índios", de 1592.

Agora passaremos a uma breve descrição de duas imagens de Théodore de Bry que ilustram a obra "Duas viagens ao Brasil", de Hans Staden. A imagem 1 foi criada por Théodore de Bry a partir dos relatos de Staden e imagens anteriores.

Na descrição da imagem, Staden relata que uma vez por ano os indígenas de toda redondeza juntavam-se para festejar.

Notamos que a composição de De Bry repete imagens padronizada, mostrando uma economia na utilização das formas humanas. Ele usa a mesma imagem de um homem de costas e de um homem de frente, repetindo-as várias vezes, como que modelos. A única variação percebida é em relação à decoração corporal. Os corpos seguem uma iconografia europeia da época, não sendo fiel aos tipos físicos dos indígenas brasileiros, já que De Bry nunca teve contato com indígenas americanos. Apesar de ser uma imagem bastante descritiva, ela tem uma composição harmônica e mostra a maestria de um exímio artista para a época. Tal imagem tem direta relação com os relatos escritos e as imagens da primeira edição do livro de Staden.

A imagem 2 mostra algumas cenas de canibalismo. Em primeiro plano vemos uma mulher pegando um braço humano e uma criança uma cabeça de ser humano. Ao lado, três pessoas cortam partes de um corpo. A seguir temos uma cena de morte, quando um indígena mata um homem. Mais ao fundo uma mulher assa partes humanas e, ao final, uma situação de sociabilidade entre duas mulheres enquanto um homem é retirado de uma rede.

Não podemos nos esquecer que tais imagens e relatos narrativos são representações a partir do que é descrito por Hans Staden e interpretado por Théodore de Bry. Lembramos que De Bry nunca havia visto um indígena americano e criava suas imagens a partir de fontes secundárias. Essas representações imagéticas de De Bry a partir das narrativas de Staden demonstram os primeiros estereótipos em relação aos indígenas, suas crenças, seus costumes, etc. O historiador Roger Chartier (1991) nos fala sobre duas concepções da representação:

[...] as acepções correspondentes à palavra “representação” atestam duas famílias de sentido aparentemente contraditórias: por um lado, a representação faz ver uma ausência, o que supõe uma distinção clara entre o que representa e o que é representado; de outro, é a apresentação de uma presença, a apresentação pública de uma coisa ou de uma pessoa. Na primeira acepção, a representação é o instrumento de um conhecimento mediato que faz ver um objeto ausente substituindo-lhe uma “imagem” capaz de repô-lo em memória e de “pintá-lo” tal como é (CHARTIER, 1991, p. 184)

Já o culturalista Stuart Hall (2009, 2015) diz-nos que é através da representação que construímos significações acerca do mundo a nosso redor. Fazendo com que nos perguntemos sempre e criticamente sobre o significado do que vemos. Esses questionamentos envolvem múltiplas interpretações e nunca terão um significado fixo. Hall lembra que os significados dependem da interpretação individual de cada espectador e de como a informação é representada (nos é apresentada).

Lembramos, ainda, que as imagens colocam-se enquanto objetos de conhecimento em tais obras de viajantes, como nos informam Ana Maria Mauad e Marcos Felipe Lopes (2014):

Em diferentes sociedades e períodos históricos, ver e conhecer foram princípios

de elaboração do conhecimento sobre o mundo. Mediado pelo sentido da visão, o produto dessa relação pôde gerar, por sua vez, imagens em suportes variados. Elas passam, então, a mediar o conhecimento por meio de seus usos e funções, bem como da circulação a que são submetidas. (MAUAD; LOPES, 2014, p. 283)

Devemos, também, considerar as particularidades do estilo de representação de cada artista-viajante. Seus interesses em representar temas específicos também se colocam como relevantes para pensarmos sobre as imagens e textos que nos são apresentados. A escolha de tal viajante e/ou desenhista nos diz muito sobre a mensagem que ele/s desejava/m transmitir. Na referida obra de Hans Staden vemos uma narrativa do exotismo, de tentativa de demonstração da selvageria dos indígenas, principalmente pela sua ojeriza cristã em relação ao canibalismo. Staden nunca compreendeu os rituais de antropofagia enquanto elementos culturais. E quando Staden coloca no papel e publica sua obra literária, ele dá asas à escrita a partir do que presenciou. Mesmo tentando relatar o que se passou, ele não tem como fugir de suas subjetividades e compreensões de mundo. Regina Zilberman (2013) nos fala sobre essas liberdades criativas dos autores em relação às obras literárias:

[...] a obra literária pode incorporar os mais diferentes elementos da vida cotidiana, da história, da sociedade e da política. Mas tais dados adquirem sentido quando amalgamados à fantasia do escritor, cuja imaginação criará um contexto para a apresentação desses dados, sugerirá figuras para simbolizá-los, inventará ações para viabilizá-los e suscitará uma linguagem para expressá-los. Sem um imaginário fértil, que faça com que todos os elementos colocados à disposição do escritor interajam e articulem-se, não há criação literária. (ZILBERMAN, 2013, p. 35)

Para ele, todos os modos e costumes indígenas eram estranhos e subumanos. As imagens que ilustram as primeiras edições do livro de Staden mostram-nos, também, essa estranheza em relação aos costumes indígenas e as suas crenças.

Ainda em relação às imagens da publicação de 1592, podemos perceber que Théodore de Bry detêm o domínio das qualidades estéticas de sua época. Sua maestria enquanto desenhista e gravurista pode ser notada nas obras que ilustram a edição de 1592.

Outro ponto para pensarmos é que tais imagens e relatos estão cheios de estereótipos e devem ser utilizados com muita atenção ao espírito da época de sua produção. Se utilizadas na educação escolar, essas imagens e relatos devem ser tomados com muito cuidado e muito senso crítico. O professor João Pacheco de Oliveira (2009) informa-nos que necessitamos de outras formas de representação sobre os indígenas para contarmos suas histórias:

[...] uma história de interpretações do Brasil baseadas em categorias coloniais e imagens reificadoras que precisam ser revistas, pois os instrumentos de essencialização com que operam não servem mais nem para a pesquisa científica, nem contribuem para o aumento do protagonismo indígena ou o estabelecimento de melhores políticas públicas. É imprescindível implodir esta narrativa, anular os seus efeitos de verdade e instituir outra chave de leitura da história do país. (OLIVEIRA, 2009, p. 12)

Assim sendo, tais relatos imagéticos e verbais não podem ser tomados enquanto “verdades”, mas mostram-nos a dependência da relação entre imagem e texto escrito para se contar uma história e buscar deter a atenção do leitor, tentando colocar tais relatos enquanto “verídicos”.

3 | ÚLTIMAS CONSIDERAÇÕES

Neste texto tentamos produzir compreensões sobre duas imagens de Théodore de Bry utilizadas no livro “Duas viagens ao Brasil”, do aventureiro alemão Hans Staden, na edição de 1592, para mostrar o contexto de dependência entre narrativas imagéticas e verbais em tal obra, além de revelar o perigo de não perceber os esterótipos revelados por Staden e De Bry.

Notamos o valor estético único das obras imagéticas de De Bry na referida obra de literatura de informação e seus mecanismos de representação de mundo a partir de suas concepções europeias e de composição das figuras nas imagens.

Vemos, também, que se durante o século XVI as imagens utilizadas socialmente necessitam da estreita relação com o texto escrito, nas sociedades atuais as imagens detêm um domínio muito maior e mais independente sobre as narrativas que desejam transmitir.

Ainda, as gravuras dos livros dos viajantes cumpriam o mesmo papel testemunham das primeiras fotografias antropológicas de povos distantes, mas sempre em estreita dependência com os relatos escritos pelos antropólogos. Também, as gravuras (imagens) de então não detinham as mesmas funções das imagens de hoje, pois hoje em dia as imagens são muito mais independentes em suas narrativas, tendo vida própria.

Verificamos, também, como nos disse Gaspar (2009) que a força significativa das narrativas verbais e imagéticas na referida obra de literatura de informação ajudou a formar visões sobre o que seria o Brasil da época, deixando-nos perceber o poder social da literatura para representar uma “nova” sociedade.

Concluindo, podemos compreender que a força do incessante diálogo entre narrativas diferentes presentes em tal livro ainda age sobre nós quando o lemos. Para tanto, acreditamos que o leitor de obras de literatura de informação deve ser letrado imagética e verbalmente para dar conta de compreender a obra em sua plenitude agentiva, além de ter um senso crítico aguçado e buscar sempre questionar as informações colocadas em tais obras, não deixando-se influenciar pelos estereótipos ali apresentados. O leitor também não pode deixar de compreender que as obras de literatura de informação pertencem a um outro “zeitgeist”, diferente do nosso.

REFERÊNCIAS

- CHARTIER, Roger. O Mundo como Representação. **Revista Estudos Avançados**. 11 (5), 1991, pág. 173-191.
- GASPAR, Lúcia. **Viajantes (relatos sobre o Brasil, século XVI a XIX)**. Fundação Joaquim Nabuco, Recife, 2009. Disponível em: <<http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar>>. Acesso em: 24 de fevereiro de 2018.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural e a pós-modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva & Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.
- _____. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Liv Sovik (org). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.
- MAUAD, Ana Maria; LOPES, Marcos Felipe de Brum. Imagem, História e Ciência. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, Belém, v. 9, n. 2, maio-ago. 2014, pág. 283-286.
- OLIVEIRA, João Pacheco de. O Nascimento do Brasil: Revisão de um paradigma historiográfico. **Anuário Antropológico**. 2009-1, 2010, pág. 11-40.
- PAPA PAULO III. **Sublimis Deus**. Bula papal de 29 de maio de 1537.
- SENRA, Flavio Pereira. A intertextualidade em prol de uma estética da transgressão no heavy metal: Ozzy Osbourne, o louco, o demônio, a celebridade. **Revista Brasileira de Literatura Comparada**. Associação Brasileira de Literatura Comparada – v.1, n.1 (1991). Rio de Janeiro: Abralic, 1991, v.1, n.23, 2013, pág. 49-78.
- STADEN, Hans. **America tertia pars memorabilen provinciae Brasiliae historiam continens: germanico primùm sermone scriptam à Joane Stadio hamburgensi hesso**. Addita est Narratio profectionis Joannis Lerii in eadem provinciam. Omnia recens evulgata & eiconibus. Illustrata. Studio & diligentia Theodori de Bry leodiensis. Atque civis Francofurtensis: venales reperiuntur in Officina Theodori de Bry, 1592.
- STADEN, Hans. **Hans Staden: Suas viagens e captiveiro entre os selvagens do Brasil**. Tradução da primeira edição original. São Paulo: TVP. Da Casa Eclectica, 1900.
- ZILBERMAN, Regina. **Fundamentos do texto literário**. 2ª ed. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2013.

UM RECORTE SOBRE O CONCEITO DE CONHECIMENTO: UMA PROPOSTA DE PERPETUAÇÃO DOS ATIVOS INTANGÍVEIS DAS ORGANIZAÇÕES

José Carlos de Souza

Centro Universitário UNIFACIG

Manhuaçu - Minas Gerais

Rosane Aparecida Moreira

Centro Universitário UNIFACIG

Manhuaçu – Minas Gerais

Roque Kleiber Silva Brandão

Centro Universitário UNIFACIG

Manhuaçu – Minas Gerais

management model, which has been diffused with a new view of intellectual capital accounting. organizations. the approach is bibliographical and exploratory, having as a conclusive result the authors' perception about their relevance in the development of contemporary organizational reality.

KEYWORDS: concept theory, knowledge management, intellectual capital.

RESUMO: O presente trabalho apresenta um recorte sobre o conceito do conhecimento e a sua proposta de gestão, buscando entender como a teoria do conceito se aplica ao modelo de gestão do conhecimento, que vem sendo difundido com uma nova ótica da contabilidade do capital intelectual das organizações. A abordagem é bibliográfica e exploratória, tendo como resultado conclusivo a percepção dos autores sobre a sua pertinência no desenvolvimento da realidade organizacional contemporânea.

PALAVRAS-CHAVE: Teoria do Conceito, Gestão do Conhecimento, Capital Intelectual.

ABSTRACT: this paper presents a section on the concept of knowledge and its management proposal, seeking to understand how the concept theory applies to the knowledge

1 | INTRODUÇÃO

“Um homem pode imaginar coisas que são falsas, mas ele somente pode compreender coisas que são verdadeiras, pois se as coisas forem falsas, a noção delas não é compreensível.” Sir Isaac Newton

Existe um saber universal, que vem sendo transmitido ao longo do tempo, sendo de certo modo discutível a afirmação que se está vivendo a “era do conhecimento”, uma vez que o conhecimento permeia o desenvolvimento da humanidade como um todo.

Na origem este saber era Deus, que era o verbo e “o verbo se fez homem e habitou entre nós”, levando-se à crença que a busca constante da humanidade é a sabedoria, que só é ou será plena, quando divina.

Para criar uma metáfora do conhecimento,

parece que existe na mente do homem moderno uma “saúde do paraíso”, quando a comunicação era plena e direta entre a criatura – o ser e o criador – o saber, que é Deus.

Nesta busca incessante o homem vem se reinventando e reinventando as formas de se comunicar e de transmitir o conhecimento, criando e recriando formas de gerar o bem-estar pleno, que conduza a esta possibilidade da comunicação plena – temporal e espacial com o transcendente – a sabedoria eterna.

Nesta ótica este trabalho pretende apresentar o conceito de conhecimento como um dos valores intangíveis mais importantes no contexto organizacional, porém introduzindo a discussão sugerida por Edvinsson e Malone (1998), que o conhecimento relacionado ao capital humano pertence às pessoas, não podendo ser capitalizado como ativo empresarial.

2 | REFERENCIAL TEÓRICO

Na busca de analisar o conceito de conhecimento é preciso primeiro entender o que é um conceito, portanto, partindo da proposta de teoria de conceito de Dahlberg (1978) é possível analisar a formação dos conceitos, o que levaria a uma síntese final do conceito de conhecimento.

Conforme o entendimento de Dahlberg (1978), desde que o homem foi capaz de pensar e de falar, empregou palavras (conjunto de símbolos) para designar os objetos de sua circunstância assim como para traduzir os pensamentos formulados sobre os mesmos. Foi também através de formas verbais que se fez entender pelos seus semelhantes.

A este respeito Foucault (2008) reforça o entendimento que a formulação do conceito é uma função da sua relação com os signos, com os significados, com a representação de fatos, atos e artefatos, que representam em grande parte o contexto em que se insere, destacando:

O enunciado não é, pois, uma estrutura (isto é, um conjunto de relações entre elementos variáveis, autorizando assim um número talvez infinito de modelos concretos); é uma função de existência que pertence, exclusivamente, aos signos, e a partir da qual se pode decidir, em seguida, pela análise ou pela intuição, se eles “fazem sentido” ou não, segundo que regra se sucedem ou se justapõem, de que são signos, e que espécie de ato se encontra realizado por sua formulação (oral ou escrita). (FOUCAULT, 2008, p. 98).

Ainda neste mesmo sentido Ferreira, Lourenço e Oliveira (2008) complementam o entendimento a respeito da simbologia e consideram-na como um elemento qualquer que pode ser utilizado para designar um conceito de algum outro elemento que se tornam relevante para o desenvolvimento das organizações. Estes elementos são constituídos pelas metáforas, logotipos, imagens, histórias, ações e tantos outros artefatos da representação simbólica que traduzem a cultura da organização.

Dahlberg (1978), em sua análise sobre o conceito nos remete a uma ideia de continuidade, que poderia ser entendida como desde sempre, que o homem emprega um conjunto de símbolos para expressar a sua relação com os objetos e com os seus semelhantes, gerando enunciados possíveis de entendimento comum.

A ideia de perpetuidade e de busca contínua do conhecimento está expressa no entendimento de Dahlberg (1978), que o conhecimento tornou-se possível graças aos novos elementos da linguagem, afirmando ao final “que este processo de crescimento há de perdurar enquanto o homem existir sobre a terra e utilizar a linguagem como expressão de seus pensamentos”.

Como o homem criou esta ideia de perpetuidade e a vinculou aos novos elementos da linguagem a geração de novos conhecimentos está ligada a sua capacidade de transmitir e fixar estes sinais, sendo a linguagem então, a capacidade do homem designar, contextualizar e relacionar os objetos que os circundam com a sua realidade e também de comunicar-se com os seus semelhantes, criando as interações necessárias para o entendimento de todos.

As linguagens utilizadas na geração e universalização dos conceitos podem ser apresentadas como linguagem natural, ou linguagem do cotidiano e linguagem artificial, especial, lógica e formalizada.

Com a ajuda da linguagem o homem criou as relações e os enunciados sobre os objetos que o circundavam, sendo que estes objetos podem ser individuais ou gerais. O entendimento de objeto individual está ligado a sua unicidade, distinção, constituindo-se em uma unidade inconfundível de coisa, fenômeno, processo, acontecimento, atributos e características próprias relacionadas aos aspectos temporal e espacial. Já os objetivos gerais, prescindem das formas de tempo e de espaço. Esta ideia de objetivos comuns e gerais remete aos conceitos individuais e gerais.

Com a ajuda da linguagem é possível formular os enunciados a respeito dos conceitos individuais como dos conceitos gerais, sendo com base nestes enunciados, que são elaborados os conceitos relativos aos objetos individuais e gerais, ou seja, cada enunciado constitui-se num elemento do conceito e o somatório deles o conceito a que se pretende chegar.

Partindo desta ótica e valendo-se da proposta cartesiana da análise é possível verificar que os conceitos gerais se encontram também nos conceitos individuais, criando uma ideia de conteúdo e continente em que os conceitos se relacionam, permitindo reduzir os conceitos gerais aos individuais e formular a partir destes os enunciados dos conceitos gerais, que são apenas noções vagas a respeito do objeto da análise.

O que propõe Dahlberg (1978) é que uma ideia vaga de conceitos do cotidiano não leva a maiores problemas, porém, quando se trata de linguagens especializadas as consequências podem ser relevantes, gerando daí a necessária precisão na formulação dos conceitos, que obedece à seguinte proposta:

- A formulação dos conceitos pode ser definida como a reunião e compilação de enunciados verdadeiros a respeito de determinado objeto;
- Para fixar o resultado dessa compilação é necessária a existência de um instrumento;
- Este instrumento é constituído pela palavra ou por um signo que possa trazer e fixar esta compilação;
- O conceito pode então ser definido como a compilação de enunciados verdadeiros sobre um determinado objeto, fixado por um símbolo linguístico verbal ou não verbal, ou seja, pode ser formado de sinais ou conjunto de sinais independentes das palavras;
- É possível distinguir os seguintes níveis:

Nível	Individuais	Gerais
Objetos	Objetos individuais	Objetos gerais
Conceitos	Conceitos individuais	Conceitos Gerais
Sinais		
Verbais	Nomes individuais	Nomes gerais
Não verbais	Sinais individuais	Sinais gerais

Quadro 01 - Símbolos

Fonte: Dahlberg (1978)

Ao final os autores partem do pressuposto que conhecimento é algo ligado à ação humana, numa perspectiva cognitiva, estando em constante evolução ou mutação uma vez que depende da capacidade de raciocínio dos indivíduos, apresentando diferenças de pessoas para pessoas. Eles dividem o conhecimento em duas categorias, a saber: conhecimento explícito e tácito. O conhecimento explícito é aquele que pode ser articulado na linguagem formal, enquanto o outro, o tácito tem um caráter pessoal e representa as experiências, que envolvem crenças, perspectivas e valores (NONAKA; TAKEUCHI, 1997).

Choo (1998), por sua vez, argumenta que o conhecimento organizacional pode ser dividido em três tipos de conhecimento: o explícito, o tácito e o cultural e assim os define:

- Conhecimento explícito: é o conhecimento expresso formalmente, usando um sistema de símbolos, facilmente codificado e difundido;
- Conhecimento tácito: é o conhecimento implícito, sendo não codificado e difícil de ser difundido;
- Conhecimento cultural: é constituído de estruturas cognitivas e afetivas usadas por membros da organização para perceber, explicar, avaliar e construir a realidade.

O autor ainda classifica o conhecimento em difuso e não difuso e codificado e não codificado, criando vários conceitos de conhecimento a partir de combinações dessas categorias, conforme discriminado a seguir:

- Conhecimento individual (codificado e não codificado);
- Proprietário (codificado e não difundido);
- Senso comum (difundido e não codificado);
- Público (codificado e difundido).

Uma vez contextualizado o que seria o conceito de conhecimento resta definir a partir de então o que seria gestão do conhecimento, destacando-se a análise apresentada por Terra (1999), segundo o qual a relativa dificuldade em se encontrar um denominador comum entre os diversos termos relacionados à gestão do conhecimento, demonstra a riqueza do tema e sua importância, pois os diversos focos de estudo se contrapõem, superpõem e se complementam, podendo-se afirmar que os estudos da GC são formados por um conjunto de princípios e práticas, teorias e abordagens advindas de diferentes áreas do conhecimento e que denotam o caráter multidisciplinar do tema.

O conceito apresentado por Davenport e Prusak (1998), que “gestão do conhecimento é uma coleção de processos que governa a criação, disseminação e utilização de conhecimentos”, nos remete à proposta de criar valor para o bem de maior valor das organizações, como proposto por Edvinsson e Malone (1998, p. 10), porém advertem para o fato a ser repensado por todos os gestores do conhecimento que “o capital humano é uma propriedade dos funcionários e que não pode ser propriedade da empresa”.

E, ao final, é relevante registrar um ponto de vista de Kurz (2001), que apresenta uma visão diversa e que nos remete a uma reflexão a respeito:

Cada vez mais desempregados, indivíduos submetidos a uma dieta financeira de fome e portadores achincalhados de um socialmente desvalorizado conhecimento de reflexão se esforçam em transformar seu pensamento, reduzindo-o aos conteúdos triviais de conhecimentos funcionais e reconhecimentos de sinais, para permanecer compatíveis com o suposto progresso e vendáveis. O que se produz daí é uma espécie de “filosofia do banco de automóvel inteligente”. Na verdade, é triste que homens instruídos no pensamento conceitual se deixem degradar à condição de palhaços decadentes da era da informação. A sociedade do conhecimento está extremamente desprovida de espiritualidade, e por isso até mesmo nas ciências do espírito o espírito vai sendo expulso. O que resta é uma consciência infantilizada que brinca com sucata desconexa de conhecimento e informação.

Entendendo o conceito como um fragmento do conhecimento e que ele pode ser perpetuado a partir da sua gestão é relevante destacar a proposta do ciclo de vida dos produtos, dos processos e das empresas, conforme orienta Stadler (2006, p. 139), quando afirma:

Organizações são gestadas, nascem, desenvolvem-se e, eventualmente, morrem [...] Em outros casos, a organização firma-se, planta-se na comunidade e passa a integrar o ambiente, casam-se, reproduzem-se, subdividem-se como se fossem organismos vivos.

Tavares (1991) afirma que o processo de planejamento inicia-se efetivamente a partir da sua definição, remetendo-se a proposta de gestão ao seu conceito (DAHLBERG, 1978) e este conduz à ideia de perpetuidade, que nada mais é do que a proposta da gestão do conhecimento, que induz à ideia da perpetuidade, ou seja, conforme proposta de Stadler (2006, p. 143) a “organização é vista como um ser em desenvolvimento [...]”.

Esta organização em desenvolvimento permite identificar em concretude o conceito de “negentropia” ou entropia negativa (MAXIMIANO, 2002), que nada mais é do que criar um equilíbrio dinâmico no processo sistêmico, que sintetiza o conceito de homeostase dinâmica, que permite negar o processo de entropia ou morte das organizações.

3 | METODOLOGIA

A abordagem exploratória com uma proposta de uma pesquisa bibliográfica foi adotada para o desenvolvimento deste trabalho, fazendo uma releitura da teoria sobre o conceito de conhecimento, buscando introduzir o tema sob discussão no modelo de gestão do conhecimento.

A pesquisa exploratória visa proporcionar maior familiaridade com o problema (explicitá-lo). Pode envolver levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas experientes no problema pesquisado. Geralmente, assume a forma de pesquisa bibliográfica e estudo de caso (GIL, 2008).

A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos (GIL, 2008).

A revisão de literatura é a busca de informações sobre um determinado tema, com a finalidade de sintetizar a produção do conhecimento sobre um problema de pesquisa e proporcionar ao leitor uma compreensão do que existe publicado sobre o assunto. Ao fornecer os resultados das pesquisas, essa metodologia pode auxiliar os profissionais, os pesquisadores e os estudantes em suas tomadas de decisões, ao conhecerem o que tem sido pesquisado sobre o assunto. Esse tipo de estudo pode trazer contribuições potenciais e constitui parte valiosa do processo de criação e organização do corpo de conhecimento sobre determinado tema.

4 | ANÁLISE DOS DADOS

Identificou-se primeiramente que o conceito faz parte do desenvolvimento da sociedade com os seus símbolos e significados sendo a literatura, embora reduzida

muito robusta a este respeito, dando a verdadeira importância a respeito, conforme ratifica Dahlberg (1978), quando afirma que o conceito dá significado às coisas que são circunstâncias à vida do homem e cria uma ideia de perpetuidade para as coisas.

Entende ainda o mesmo autor que o conceito é uma unidade de conhecimento, que nas organizações vem sendo contabilizado como capital intelectual, permitindo-se intuir que o conhecimento pode ser gerenciado e tornar-se um bem com um ciclo de vida cada vez mais longo e possibilitar o que se denomina em gestão de entropia negativa, ratificando o entendimento dos estudos a respeito de teoria dos sistemas (MAXIMIANO, 2002); do ciclo de vida das organizações (STADLER, 2006), do Planejamento Estratégico (TAVARES, 1991).

A proposta desenhou um processo que gerou um entendimento contínuo e interdependente da ideia de conceito, que é um fragmento do conhecimento, que por sua vez deve ser gerenciado para prolongar o ciclo de vida das empresas (DAHLBERG, 1978; CALIXTA, 1991; NONAKA e TAKEUCHI, 1977; STADLER, 2006 e MAXIMIANO, 2002).

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

“É asneira tentar concluir”, porém é importante tecer alguns comentários que se parecem pertinentes à análise que se pretendeu desenvolver a respeito da gestão do conhecimento, uma vez que ao lado do provável sucesso estratégico, que o conceito de conhecimento pode conduzir às organizações, existe uma ética da cooptação do indivíduo – o trabalhador, que é o verdadeiro detentor do bem ao qual se é dado extremo valor.

O que se apresenta pode ser considerado como uma nova forma de explorar o trabalhador na busca de lucros cada vez mais exponenciais sem criar uma base de troca justa, que valorize de fato o trabalho, conforme se pressupõe no contrato psicológico entre este e a organização.

Restou provado que o conhecimento deve ser gerenciado como um ativo intangível que pode levar as organizações ao desenvolvimento do seu ciclo de vida como uma proposta de homeostase dinâmica que conduz a uma entropia negativa.

Reitera-se que a gestão do conhecimento é de grande relevância na geração de novos valores, de novos conceitos e de novas oportunidades. Tomara que este modelo conduza a uma proposta cada vez mais próxima da sabedoria, que em última análise é o objetivo da humanidade tão próxima de um caos, tão carente de valores mais nobres. Ao final o conceito conduz a um conhecimento universal que é a extrema sabedoria, que é o verbo, que é Deus.

REFERÊNCIA

- CHOO, C. W. **The Knowing Organization: How Organizations Use Information for Construct Meaning, Create Knowledge and Make Decisions**. NEW Yorque: Oxford Press, 1998.
- DAHLBERG, Ingetraut. **Teoria do Conceito**. Revista Ciência da Informação, Rio de Janeiro, 7(2): 101-107, 1978
- DAHLBERG, I. **A referent-oriented analytical concept theory of interconcept International Classification**, Frankfurt, v. 5, n. 3, p. 142-150, 1978
- DAVENPORT, T. H., PRUSAK, L. **Conhecimento Empresarial: como as organizações gerenciam o seu capital intelectual**. Rio de Janeiro: Campus, 1998.
- DRUCKER, Peter F. **Uma Era de Descontinuidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.
- EDVINSSON, L.; MALONE, M. S. **Capital intelectual: descobrindo o valor real de sua empresa pela identificação de seus valores internos**. São Paulo: Makron Books, 1998.
- FERREIRA, P.; LOURENÇO, C.; OLIVEIRA, V. **Os reflexos da morte do fundador sob os elementos culturais: uma análise...** In: SEMINÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, 11, 2008, São Paulo. Anais... São Paulo: FEA/USP, 2008.
- FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense universitária, 2008.
- KURZ, Robert. **Ignorância da Sociedade do Conhecimento**. Caderno Mais, Folha de São Paulo de 13/01/2001.
- GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2008.
- MAXIMIANO, Antônio A. **Teoria Geral da Administração**. São Paulo, Atlas, 2002.
- NONAKA, Ikujiro e TAKEUCHI, Hirotaka. **Criação de Conhecimento na Empresa**. Rio de Janeiro, Campus, 1997.
- STADLER, Humberto. **Estratégias para a qualidade: o momento humano e o momento tecnológico**. Curitiba, Juruá, 2006.
- SVEIBY, Karl Erik. **A nova riqueza das organizações: gerenciando e avaliando patrimônios de conhecimento**. Rio de Janeiro, Campus, 1998.
- TAVARES, Mauro Calixta. **Planejamento Estratégico: a opção entre sucesso e fracasso empresarial**. São Paulo, Harbra Ltda, 1991.
- TERRA, José Cláudio Cyrineu. **Gestão do Conhecimento - Aspectos Conceituais e Estudo Exploratório Sobre as Práticas de Empresas Brasileiras**. Tese defendida na Escola Politécnica da Universidade Federal de São Paulo, USP: 1999. (Disponível em: <http://www.terraforum.com.br/sites/terraforum/paginas/teses/teses.aspx> Acesso em 21 de outubro de 2016.)

A MORTE NA FILOSOFIA DE E.M CIORAN: CAMINHOS PARA O NIILISMO

Jheovanne Gamaliel Silva de Abreu

Mestrando em Ciências da Educação pela Absolute Christian University. Pós-graduado lato sensu em Filosofia Contemporânea pela Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras de Cajazeiras (FAFIC). Licenciado em Filosofia (FAFIC). Email: jheovannedv@hotmail.com

Luédley Raynner de Souza Lira

Graduado em Filosofia pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras- FAFIC. Email: luede_pb@hotmail.com

RESUMO: O pensamento de E.M Cioran (1911-1995) define-se enquanto sumariamente niilista, pessimista e cético. Dentre suas principais divagações, defrontamo-nos com a questão da morte cuja importância é descrita em suas obras. O objetivo deste trabalho é analisar a morte na perspectiva cioraniana. Para tanto, utilizamos a metodologia referencial bibliográfica. A morte é a categoria fundamental do arcabouço filosófico cioraniano. Ela é descrita a partir da noção de totalidade, ou seja, ela aflige todos os homens. A partir da constatação da finitude do sujeito, nos desesperamos e com isso o sofrimento torna-se rotineiro das nossas existências. É este envolvimento que estabelecemos com a presença da morte que a torna como categoria fundamental na existência, sendo ela junto com o sofrimento, o desespero e a questão do

Nada, como alicerces da filosofia cioraniana. A partir desta constatação de que a morte torna-se fenômeno capital, entramos em contato com todas as desgraças possíveis da realidade. No tocante do íntimo de cada ser humano, a morte contribui com seu papel revelador, com sua qualidade de presença em cada ser, com sua inestimável atitude de posicionamento de mundo. A morte para Cioran é um dos atributos fundamentais da vida.

PALAVRAS-CHAVE: Desespero. Morte. Sofrimento

1 | INTRODUÇÃO

Emil Cioran é um filósofo romeno (1911-1995) conhecido por suas obras com caráter pessimista, niilista e cética.

A morte na filosofia de Cioran é tratada como categoria fundamental de seu pensamento. Tal conceito é permeado por todas suas obras. A importância deste artigo se dá pela necessidade de se construir uma filosofia da morte pautada neste filósofo.

O presente artigo desenvolve-se em uma análise do pensamento cioraniano, especialmente na noção pessimista e niilista do seu pensamento. A constatação da falta de sentido da existência desemboca em um niilismo mordaz e que identifica o Nada como

abismo, e um eterno buraco negro onde a conclusão deste Nada se dá através da morte.

O artigo se dará de maneira referencial bibliográfica, utilizando-se do método hipotético-dedutivo, utilizando-se das obras do filósofo Emil M. Cioran bem como seus comentadores e pesquisadores.

O homem contemporâneo destituído de virtudes e valores universais desemboca numa nulidade existencial e em um Nada fundamentador de sua vida como de sua morte. Disto decorre, a análise deste tema e deste filósofo não para apresentar uma resposta definitiva, mas para abrir caminhos para uma reflexão pautada em princípios filosóficos.

2 | DESENVOLVIMENTO

2.1 A morte na filosofia de Cioran

Os livros de Cioran denotam um alto grau de pessimismo e niilismo, fazendo com que temas como: desespero, melancolia, dor, a questão do Nada, sofrimento, perfaçam todos os seus escritos. Não mais importante é uma questão ulterior que atormenta o pensador romeno durante toda sua vida: a questão da morte.

A morte é interpretada por várias culturas e religiões, como um fenômeno metafísico e associado a libertação ou a um sentimento de posse de algo novo que não poderia ser ganho na existência terrena. As crenças mais recorrentes para designa-la são: a reencarnação, a ressurreição, e o “esquecimento eterno”¹

O sentimento de morte é expresso em termos de totalidade, pois, é o único sentimento, que afligiu todos os homens, ultrapassando as paixões e outros sentimentos. Sabemos que vamos morrer e esta revelação nos causa um sentimento único de descontentamento ao saber que de forma ou de outra não mais faremos parte desta existência. O sentimento de morte é assim descrito:

Essa dilaceração que sentes no sangue como um esplendor negro que dilata as veias e se insinua no cérebro, que fulmina os nervos e te dispersa por espaços distantes superiores aos do sonho, que te decompõe no inesperado e derrama sobre as coisas um dissolvente sutil, para que, em sua dissolução, a dilaceração realize sem cessar (CIORAN, 2014, p. 155).

É este envolvimento que estabelecemos com a presença da morte que a torna como categoria fundamental na existência, sendo ela junto com o sofrimento, o desespero e a questão do Nada, como alicerces da filosofia cioraniana. A partir desta constatação de que a morte torna-se fenômeno capital, entramos em contato com todas as desgraças possíveis da realidade. Essa dilaceração prescrita pelo pensador romeno é o que torna capazes de refletir sobre as questões concernentes a tudo o que nos permeia no mundo, é a partir da morte, ou da ideia que temos dela, que

1. É a teoria de que a consciência acaba com a morte. De origem materialista, acredita que a morte é o fim de tudo, e que alma e espírito não existem e que tudo se resume a matéria.

somos levados a pensar filosoficamente. Essa dilaceração se dá de forma que não percebemos, e se dá a partir da evidenciação de que existimos, da aceitação de que não há ilusões para se apegarmos, no fundamento de que os sonhos aos quais nos apegamos não passam de meros espectros que são dissipados a uma simples reflexão sobre a existência.

A morte é uma coisa da qual nenhum homem pode escapar, nisto reside sua intransponibilidade e o fato de que nenhum ser vivo poder vencê-la. Podem-se expor quaisquer argumentos, quaisquer discursos que a morte continuará invicta e recairá de maneira única sobre todos os homens. Sobre este não-vencer do homem sobre a morte:

Ninguém venceu a obsessão da morte pela lucidez e pelo conhecimento. Não existia nenhum argumento contra ela. Ela não tem do seu lado a eternidade? Só a vida tem que defender-se sem trégua; a morte já nasceu vitoriosa. E como não vai ser vitoriosa se o nada é seu pai e o horror, sua mãe? Só podemos vencer a morte desgastando-a. A penetrante obsessão que sentimos por ela nos desgasta e, por sua vez, se desgasta (CIORAN, 2014, p. 151).

Este aforismo cioraniano defronta-nos com o apego demasiado a morte que o teórico franco-romeno ambienta-nos perante todo seu constructo filosófico. Seria possível não conhecer o sentimento do falecimento? Esse sentimento tornou-se exclusivo dos homens. Esse envolvimento entre o homem e a morte é muito forte e representa todas as nossas lamentações perante a morte e aos sentimentos que ela traz. Se dá a partir da constatação de que a nossa existência é um fardo e que a morte é a libertação deste peso que carregamos ao nascer. Conhecer o sentimento de morte diz respeito a acostumar-se com a ligação que ela nos causa, desgastando-a estamos nos habituando a ela e só assim conseguimos vencer o terror que só ela causa.

O sentimento que a morte nos causa é universal e verificada por todos os seres vivos, mas apenas os animais racionais conseguem fazer deste sentimento uma empreitada existencial. Este elã oferecido pela morte nos transporta também para um fato, a certeza da qual adotamos o fato de que iremos morrer. Mas é possível não se querer morrer, ou ter a ilusão de que não se morre. Cioran explica assim uma dualidade entre querer e não querer morrer, ou não ser atingido pelo sentimento da certeza da morte:

Conhecer *pela última vez* a morte significa estar certo de que se vai morrer e de que não se quer morrer. O que de único existe no ser humano tampouco acredita que seja possível morrer, de modo que à visão lúcida e definitiva da morte se opõe a desesperada resistência da unicidade e da afetividade. Quanto mais sentimos a morte, mais violentamente reage contra ela o sentimento, desta maneira uma ilusão consciente abre para o homem uma enganosa porta por onde acredita escapar da certeza da morte. O sentimento comum da morte poderia ser definido como uma *probabilidade certa* (CIORAN, 2014, p. 153, grifos do autor).

Esse conhecer último na morte é a afirmação de que a morte nos revela como impossível de ser concretizada aos nossos olhos, ou seja, não queremos nos

desprender da ilusão que possuímos ao oferecer total apego à vida. Esse apego total à vida desloca-nos a uma ingenuidade perante a bestialidade do mundo². Essas ilusões sobre a morte são frutos, principalmente, da nossa crença em algo metafísico e essa inclinação para crer em um deus, ou em vários. A partir deste agarramento a fé, somos situados em uma esperança errônea de que podemos nos desvencilhar da morte ou do problema que ela carrega. Afirma Pecoraro:

Imaginação e esquecimento surgem ali como condições de possibilidade da própria possibilidade à qual o homem se agarra. É graças a sua faculdade de imaginar – que pode receber da vida algo melhor do que as ruínas que o esmagaram – e à imensa capacidade de esquecer – que o leva a ignorar os vislumbres (ou os abismos) de lucidez que o invadiram trazendo à luz um “tudo é vão” fulgurante e sem apelação, ou a evidência até banal da própria miséria e da inutilidade de todo esforço e ação -, que é possível avançar, esperar, (sobre) viver (PECORARO, 2004, p. 33, grifo do autor).

É a partir das categorias descritas pelo comentador que o homem torna-se capaz de amenizar um pouco o efeito da morte sobre a sua vivência enquanto ser que sofre. Mas, no pensamento cioraniano, não há uma escapatória para o problema do sofrimento ou da morte, não há como superá-los. Estas condições que compõem o arcabouço da amenização destes problemas surgem enquanto alternativa para transformar a existência em uma ilusão. Transformada, adquire uma suavização, contudo, torna o homem um ser constituído exclusivamente por espectros que o colocam fora dos reais problemas da realidade.

Em Breviário de decomposição, o teórico tece uma caracterização mais específica sobre a morte, estabelecendo-a enquanto o que há de mais claro, mas ao mesmo tempo o mais confuso, aos nossos olhos e as nossas consciências, ela nos coloca acima de todos os outros seres, não em uma espécie de hierarquia, mas na característica singular que o sentimento causado nos atinge. Sobre a característica incipiente dela:

É porque ela não repousa sobre nada, porque carece até mesmo da sombra de um argumento que perseveramos na vida. A morte é demasiado exata; todas as razões encontram-se de seu lado. Misteriosa para nossos instintos, delinea-se, ante nossa reflexão, límpida, sem prestígios e sem os falsos atrativos do desconhecido (CIORAN, 2011 a, p. 22).

O finamento tem, em si, qualidades que a tornam como uma a única certeza possível desta existência, e o fato dela constituir-se enquanto tal impossibilita a aparição de outra. Tudo desemboca nela, tudo deriva da sua fatalidade brutal e isso a torna impossível de ser questionada, reprovada ou interpelar qualquer coisa contra ela. Ao mesmo tempo, carrega mistério e asseveração, escuridão e luz, certeza e dúvida, ela define-se enquanto aquilo que é, pelo que é, pela qualidade de não poder ser outra coisa a não ser ela mesmo, ela não se transforma, não se metamorfoseia, não se extingue e não se completa em nada.

2. Cioran acreditava que o mundo não mantinha uma ordem nas coisas. O mundo era regido pelo Caos, pelo Vazio e desembocava em um Nada. Conforme Cioran: “A desintegração do mundo representa um processo contrário à evolução cósmica, um processo inverso e retrospectivo” (CIORAN, 2011 c, p. 109).

No tocante do íntimo de cada ser humano, a morte contribui com seu papel revelador, com sua qualidade de presença em cada ser, com sua inestimável atitude de posicionamento de mundo. Daí o fascínio que ela causou em Cioran. Sobre esta presença que nos é comum da morte, assim escreveu:

Mas há algo que vem de nós mesmos, que é nós mesmos, uma realidade invisível, mas interiormente verificável, uma presença insólita e imutável, que se pode conceber a todo instante e que nunca nos atrevemos a admitir, e que só tem atualidade antes de sua consumação: é a morte, o verdadeiro critério... E é ela, a dimensão mais íntima de todos os seres vivos (CIORAN, 2011a, p. 23).

Atestamo-la em nós próprios, por que ela é, antes de tudo, a essência³ o ser humano, ela e o Nada são os qualitativos da existência. É essa verificação que enxergamos em nós que a torna como o preceito de uma existência marcada pelo sofrimento. Daí seu caráter íntimo que se perfaz em cada homem, e o que nos torna reféns de nossas próprias angústias.

Uma obra de bastante relevância para o pensamento cioraniano escrita na sua velhice indica um grande fechamento do problema da morte em seu pensamento. *O do inconveniente de ter nascido* é um trabalho que a morte é tratada com total empenho pelo autor. Tanto a questão da morte como o do nascimento são extensivamente trabalhados pelo filósofo.

Sobre a questão do nascimento, o pensador esbarra neste fato de uma forma mui pessimista. Acerca deste evento sombrio: “Nada prova melhor até que ponto a humanidade se encontra em regressão do que a impossibilidade de encontrar um único povo, uma única tribo, em que o nascimento ainda provoque luto e lamentações” (CIORAN, 2010, p.7). Tal evento é tão escuso, penumbroso, lamentoso que é passível de uma tristeza profunda e perceptível por toda vida.

O nascer causa grande tristeza em todos os seres humanos daí a nossa propensão absoluta ao desespero, a melancolia e ao tédio. Nascer é sinônimo de sofrer, de se lamentar o fato de vir ao mundo. Sobre esta dor de nascer:

Nos escritos budistas, surge frequentemente a questão do ‘abismo do nascimento’. Trata-se efectivamente de um abismo, de um precipício, onde não se cai, de onde, pelo contrário, se emerge para grande prejuízo de todos nós (CIORAN, 2010, p. 32)

Este abismo que o nascimento causa se dá a partir da constatação da inutilidade de nossas existências, do fato irrefutável de que padeceremos perante em vida.

3. Por considerarmos a impossibilidade de um atributo essencial de existência em Cioran, não há uma essência aos moldes da metafísica grega e medieval. Cioran rompe com a metafísica a medida que vai afirmando o status trágico da existência. Assim explica MENEZES: Como assinala Joan M. Marín, “o discurso cioraniano é evidentemente antiparmenídico à medida que, para o romeno, a existência em geral carece dos atributos do ser [...], e o nada não apenas é – e podemos falar dele – como também o descobrimos como um dos constituintes essenciais da existência.” A afirmação serve para demarcar a divisa fundamental de um logos que, se tende a ser posto sob suspeita por conta de sua heterodoxia, nem por isso carece de paternidade legítima na história da filosofia (MENEZES, 2016, p. 60).

3 | MORTE E NIILISMO

Dada a conceituação da morte em Cioran, torna-se essencial tipificar a categoria principal de seu pensamento, o seu niilismo.

Uma filosofia pautada pela questão do Nada, pelo ataque a tudo que rodeia a existência, pelo princípio de que não vale a pena empenhar-se em coisa alguma. Eis a filosofia cioraniana. O seu niilismo é uma monomania pela questão do existir. Do objeto da filosofia cioraniana, Pecoraro (2004, p. 33): “A existência é uma das obsessões de Cioran. Ferida aberta, chaga, inexplicável presença. Tentação real e sempre à venir⁴, miserável e fascinante”. A vida é esta mescla de caracterizações, este embolado de contradições a tornam como uma existência impossível de ser vivida sem sofrimento. Mas é tido como unanimidade por todos aqueles que tocam a obra cioraniana, seja para enxergar uma nova visão de mundo, seja para dedicar-se a pesquisa e a construção de comentários acerca de seu constructo, que a existência é definida como péssima, que este é o pior mundo possível que seria melhor para todos que não tivéssemos nascidos, que não há um paliativo possível para aliviar o fardo de ter nascido e o peso exercido na consciência pelo fato irrefutável da infelicidade tornar a vida estéril.

A construção filosófica de Cioran coloca-o no rol dos maiores niilistas do século XX, ou como sugerido por alguns jornais da época do seu reconhecimento como filósofo, o maior do século XX. Toma-se como consenso que a figura do pensador romeno é a mais pessimista da história da filosofia e da literatura, como diz Redyson (2011, p. 53): “Cioran é na verdade o mais pessimista dos filósofos e mais trágico que toda a poesia e literatura já viu”. Esta caracterização como o maior pessimista de todos os tempos revela a dificuldade do seu pensamento e o certo obscurantismo que rodeia-o, especialmente, por não ser um filósofo tão estudado nas academias de todo o mundo.

Esta designação de pessimista também é corroborada pela denominação de niilista de forma que seu niilismo e pessimismo completam-se se tornando uma só construção filosófica, não obstante, o ceticismo, a negação profunda inerente a seus livros tornam-o como um pensador sumariamente niilista.

Para Cioran, o pensar não pode estar atrelado a sistemáticas e desenvolvimentos lógicos, para ele o pensar é pensar e nada mais... Cioran tem um fascínio pelo pior, sua fantástica investida contra o mundo e sua devida criação representa um afastamento de qualquer teoria do absoluto onde, neste mundo, nada pode estar resolvido. Para Cioran, o mundo só pode oferecer o pior porque ele foi gerado nesta perspectiva. (REDYSON, 2011, p. 61).

O pensamento obcecado pelo Nada, pela descaracterização de qualquer verdade dita absoluta, por quaisquer vestígios de esperança, pela negação de qualquer certeza, pelo descontentamento com Deus, consigo e com o mundo é o que torna a

4. A tradução mais aproximada para este termo na língua portuguesa, é o correspondente: próximo, aproximado, perto de algo ou alguma coisa. No contexto da frase, significa uma tentação que está a vir, que se aproxima, que pode chegar a qualquer momento.

análise cioraniana de mundo e de vida o constructo mais péssimo da história. Assim explica Cioran (2011a, p. 135): “Quando deve começar a nossa felicidade? A partir do momento em que nos convenceremos de que a verdade não pode existir. Pois nela, toda modalidade de salvação é possível, mesmo se por intermédio do Nada”. Este é o caminho para viver sem estar preso a ilusões, renunciar a qualquer verdade e atestar a sua falsidade. A ilusão causada pela verdade acaba-nos tornando como seres presos a utopias e as falsas formas de salvação – se é que existe uma -, e acabamos por acreditar que há uma salvação nesta terrível existência, o que não é possível dada a essência caída do ser humano e a impossibilidade da felicidade, da aceitação do otimismo enquanto visão de mundo a capacidade do Nada ser esta categoria fundamental. Na égide do pensamento cioraniano, há a negação absoluta de tudo, uma negação tão profunda que torna qualquer resquício de verdade em mero espectro que qualquer conceituação sobre o Nada aniquila instantaneamente.

O Nada em Cioran é expresso de maneira lírica e filosófica. É assim expresso:

O nada, que é o ser e o todo, diante do qual Cioran hesita, recua, cala-se, é semelhante a esses rastros que jamais acabarão de nos angustiar. O nada é um buraco negro, é puro abismo e pura vertigem, é presença inexplicável que a si própria. É o vazio. Um aporético tipo de vazio, no qual os agulhões (então: pode haver algo ali?) da melancolia, do tédio, da tristeza, da ausência de esperança, da paralisia não cessam de torturar. Sintomas, estranhos ‘fenômenos’, ‘eventos’ que advêm do ‘nada e ao nada retornarão’, depois de ter deixado as suas marcas sangrentas no corpo e no espírito iniciado, caído no tempo e condenado a morrer sem poder morrer. (PECORARO, 2004, p. 162).

O Nada é expresso em termos de totalidade, de forma que, Ele representa o fundamento da existência e do que está para além dela. Saber que o Nada torna tudo desprovido de qualquer significação é o que nos coloca perante a uma angústia irreparável. Estamos jogados perante a nulidade da existência, o que torna a vida como um vórtice de desespero, sofrimento, inanidades e desprovido de conceituações positivas. O Nada em Cioran é o centro único e insubstituível que a partir dele, a existência desconfigura-se enquanto portadora de um sentido. Assim é definido por Cioran (2011 d, p. 59): “Sem Deus tudo é nada; e Deus? Nada supremo”. A revelação deste aforismo indica quanto o teórico romeno considerava a importância do Nada para fundamentar tudo, e para indicar que não há nada além deste tudo que o Nada fundamenta.

O pensamento cioraniano é um constructo complexo que se caracteriza pelo duplo viés presente em sua obra: o literário e o filosófico. É um filósofo capaz de ser pessimista, niilista e cético ao mesmo tempo, na forma que combina a sua escrita a uma visão de mundo que é considerada a mais terrível já vista na literatura e na filosofia. (Cf. REDYSON, 2011, p. 12)

O niilismo tipifica as coisas como res sem uma substância, sem uma essência definitiva sem uma possibilidade de existir enquanto atributo metafísico, idealista ou espiritual. Sendo assim, não há no mundo ou nas coisas, uma só essência, que não

seja o Nada Sobre esta questão:

“Tudo é desprovido de fundamento e de substancia”; nunca repito para mim próprio esta frase sem sentir qualquer coisa que se assemelha à felicidade. O que me aborrece é a quantidade de vezes em que não consigo repeti-lá (CIORAN, 2010, p. 66).

Tal afirmação causa alegria, um contentamento pelo fato, de quando atestada a falta e fundamento, de um sistema, de um sentido, dissipam-se todas as ilusões. Essa alegria proposta por Cioran é por saber que a existência não há sentido e que, de certa forma, não foi possível ser enganado por falsas sensações que provocam uma revelação de um caminho para a existência.

Esta verificação da falta de uma concretude das coisas põe em cheque, todos os sistemas filosóficos que já surgiram durante a história. A atividade relevadora joga o ser humano a um tédio existencial profundo. Sobre a falta de sentido, Cioran afirma:

Que tudo seja desprovido de consistência, de fundamento, de justificação, é algo que estou habitualmente tão convencido que aquele que ousar contradizer-me, mesmo, que se trate do homem que mais estimo, me parecerá um charlatão ou um idiota (CIORAN, 2010, p. 10)

O niilismo cioraniano é a verificação da falta de sentido, do ataque a todos os ideais e verdades. Tal niilismo é uma nova forma de interpretação do problema do sentido da existência, do mundo e das coisas.

4 | CONCLUSÃO

A sua filosofia caracteriza-se por abordar temas como o sofrimento, a morte, o desespero, e a questão do Nada. No seu constructo filosófico, há uma obsessão pelo Nada e de como essa categoria fundamental constitui o fundamento do mundo e das coisas. Tal obsessão caracteriza-se por um niilismo passivo, ou seja, é uma filosofia que só visa atestar as mazelas da existência sem propor soluções ou paliativos para estes males. Outro fato interessante é que Cioran distingue de todos os filósofos niilistas e pessimistas por afirmar que não há algo em que possamos nos apegar nesta vida, tudo não passa de uma ilusão, e de que é melhor não se empenhar em nada.

A morte em Cioran é interpretada em sentido de totalidade e de maneira lírica. A morte é um evento que nos causa contentamento e tristeza ao mesmo tempo, contentamos ao saber que deixaremos um dia esta existência, mas tristeza pelo fato que o finamento traz em si, a tristeza e a melancolia.

REFERÊNCIAS

CIORAN, Emil M. **A tentação de existir**. Trad. Miguel Serras Pereira e Ana Luísa Faria. Lisboa: Relógio d'Água, 1988. 185 p.

- _____. **Antologia do retrato**: De Saint-Simon a Tocqueville. Trad. José Laurênio de Melo. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1998. 251 p.
- _____. **Breviário de decomposição**. Trad. José Thomaz Brum. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 2011 a. 222 p.
- _____. **Exercícios de admiração**. Trad. José Thomaz Brum. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 2011. 159 p.
- _____. **Do inconveniente de ter nascido**. Trad. Manuel de Freitas. Lisboa: Letra Livre, 2010. 188 p.
- _____. **História e utopia**. Trad. José Thomaz Brum. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 2011 b. 127 p.
- _____. **Nos cumes do desespero**. Trad. Fernando Klabin. São Paulo: Hedra, 2011 c. 153 p.
- _____. **O livro das ilusões**. Trad. José Thomaz Brum. Rio de Janeiro: Rocco, 2014. 222 p.
- _____. CIORAN, Emil M. **Silogismos da amargura**. Trad. José Thomaz Brum. Rio de Janeiro: Rocco, 2011 d. 111 p.
- _____. **Sobre a França**. Trad. Luciana Persice Nogueira. Belo Horizonte: Editora Âyiné, 2016. 119 p.
- FRANCO, Daniel. **Emil Cioran**: a crítica à ideia de progresso histórico. São Paulo: Garimpo editorial, 2016. 199 p.
- LINGI, Alphonso. **A vontade de potência**. In: Educação e realidade, 2003. 9 p. Disponível em: <seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/25657> Acesso em: 10 nov. 2017.
- MENEZES, R. I. R. S. **Existência e escritura em Cioran**. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Comunicação, Letras e Artes. Departamento de Filosofia, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). 538 f.
- MENEZES, R. I. R. S. **O animal enfermo**: Pessimismo antropológico e a possibilidade gnóstica na obra de Emil Cioran. Dissertação (Mestrado) – Mestrado em Ciências da religião, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). 2007. 235 f.
- PECORARO, Rossano. **Nilismo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2007. 64 p.
- PECORARO, Rossano. **Cioran**: a filosofia em chamas. Porto Alegre: Editora da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2004, 247 p.
- PETEAN, Antonio Carlos Lopes. **Fanatismo, dúvida e suicídio em Cioran**. Jundiaí– SP: Paco editorial, 2015. 97 p.
- REDYSON, Deyve (Org.). **Emil Cioran e a filosofia negativa**: Homenagem ao centenário de nascimento. Porto Alegre: Sulina, 2011. 151 p.
- VOLPI, Franco. **O niilismo**. Trad. Aldo Vannucchi. São Paulo: Edições Loyola, 1999. 163 p.

BIBLIOTECÁRIOS DAS FORÇAS ARMADAS: PERFIS E CONCEPÇÕES

Márcio da Silva Finamor

Mestre em Ciência da Informação pelo Instituto Brasileiro de Informação Científica e Tecnológica/ Universidade Federal do Rio de Janeiro (IBICT/ UFRJ).e-mail marciofinamor@gmail.com

RESUMO: Introdução: Neste artigo procura-se conhecer o perfil dos bibliotecários(as) militares das Forças Armadas, evidenciando as práticas dos bibliotecários, seu perfil, seus afazeres do dia a dia, tanto no âmbito da Biblioteconomia como na própria Força Armada. **Objetivo:** Traçar um breve panorama do perfil dos bibliotecários(as) militares das Forças Armadas, verificando as diferenças, as semelhanças e a realidade dos bibliotecários(as) militares e fazendo um pequeno comparativo com os bibliotecários(as) civis. **Metodologia:** Optou-se pelo método descritivo e analítico do perfil dos bibliotecários(as) das Forças Armadas. Para a coleta dos dados, foi utilizado um pequeno questionário com perguntas abertas e fechadas. Na coleta e compilação dos dados foi utilizada a ferramenta “surveymonkey”. **Resultados:** Bibliotecários(as) militares, além de exercerem o ofício de sua profissão, exercem outras atividades militares ou associadas. As atividades da Biblioteconomia não são diferentes em cada Força Armada, parece-nos similar às das outras Forças como também

às executadas por civis. O que difere são as atividades militares (em geral) que os civis não executam e também as responsabilidades de gestão organizacional, gerência de pessoas e de outros departamentos, além da Biblioteca ou da Unidade de Informação. **Conclusões:** Conclui-se que os bibliotecários(as) militares exercem papéis estratégicos em conjunto com a Força, exercendo grandes influências através da gestão da informação e serviços informacionais sobre inúmeras atividades de apoio à organização militar e nas tomadas de decisões. É fundamental que a formação do bibliotecário contemple em seus currículos disciplinares o horizonte crítico e habilidades de antecipar ameaças.

PALAVRAS-CHAVE: Bibliotecários. Forças Armadas. Perfil e concepções.

ARMED FORCED LIBRARIANS: PROFILES AND CONCEPTIONS

ABSTRACT: Introduction: In this article we seek to know the profile of the military librarians of the Armed Forces, highlighting the practices of the librarians, their profile, and their day today tasks, both within the ambit of Librarianship and in the Armed Forces itself. **Objective:** To give a brief overview of the profile of the military librarians of the Armed Forces,

checking the differences, similarities and reality of the military librarians and making a small comparison with the civil librarians. **Methodology:** We chose the descriptive and analytical method of the profile of the librarians (as) of the Armed Forces. For the data collection, a small questionnaire was used with open and closed questions. In the collection and compilation of the data the tool “surveymonkey” was used. **Results:** Military librarians, besides exercising the office of their profession, carry out other military or associated activities. Librarianship activities are no different in each Armed Forces, they seem to us similar to those of other Forces as well as to civilian ones. What differs is the military activities (in general) that civilians do not perform and also the responsibilities of organizational management, people management and other departments, in addition to the Library or the Information Unit. **Conclusions:** It is concluded that military librarians play strategic roles together with the Force, exerting great influence through the management of information and information services on numerous activities in support of military organization and decision making. It is essential that the training of the librarian contemplate in his disciplinary curricula the critical horizon and abilities to anticipate threats.

KEYWORDS: Librarians. Armed forces. Profile and conceptions.

BIBLIOTECARIOS DE LAS FUERZAS ARMADAS: PERFILES Y CONCEPCIONES

RESUMEN: Introducción: En este artículo se busca conocer el perfil de los bibliotecarios militares de las Fuerzas Armadas, evidenciando las prácticas de los bibliotecarios, su perfil, sus quehaceres del día a día, tanto en el ámbito de la Biblioteconomía como en la propia Fuerza Armada. **Objetivo:** Trazar un breve panorama del perfil de los bibliotecarios militares de las Fuerzas Armadas, verificando las diferencias, las similitudes y la realidad de los bibliotecarios militares y haciendo un pequeño comparativo con los bibliotecarios civiles. **Metodología:** Se optó por el método descriptivo y analítico del perfil de los bibliotecarios (as) de las Fuerzas Armadas. Para la recolección de los datos, se utilizó un pequeño cuestionario con preguntas abiertas y cerradas. En la recolección y compilación de los datos se utilizó la herramienta “surveymonkey”. **Resultados:** Bibliotecarios militares, además de ejercer el oficio de su profesión, ejercen otras actividades militares o asociadas. Las actividades de la Biblioteconomía no son diferentes en cada Fuerza Armada, nos parece similar a las de las otras Fuerzas, así como a las ejecutadas por civiles. Lo que difiere son las actividades militares (en general) que los civiles no ejecutan y también las responsabilidades de gestión organizacional, gerencia de personas y de otros departamentos, además de la Biblioteca o de la Unidad de Información. **Conclusiones:** Se concluye que los bibliotecarios militares ejercen papeles estratégicos en conjunto con la Fuerza, ejerciendo grandes influencias a través de la gestión de la información y servicios informativos sobre innumerables actividades de apoyo a la organización militar y en las tomas de decisiones. Es fundamental que la formación del bibliotecario contemple en sus currículos disciplinares el horizonte crítico y habilidades de anticipar

amenazas. Palabras clave: Bibliotecarios. Fuerzas Armadas. Perfil y concepciones.
PALABRAS CLAVE: Bibliotecarios. Fuerzas Armadas. Perfil y concepciones.

1 | INTRODUÇÃO

Neste artigo pretende-se traçar um breve panorama do perfil e do que é ser bibliotecário das Forças Armadas. O objetivo é o de verificar diferenças, semelhanças, e a realidade dos bibliotecários(as) militares, fazendo um comparativo destes com os bibliotecários civis. Esses profissionais bibliotecários(as) atuam em Organizações Militares (OM) das Forças Armadas, tais como Marinha do Brasil (MB), Exército Brasileiro (EB) e Força Aérea Brasileira (FAB).

Nessas 3 (três) Forças existe uma equipe de bibliotecários(as) que atua nas bibliotecas e unidades de informação de variadas OM no Brasil. Em cada Força existe uma Rede de Bibliotecas Integradas, que trabalha em conjunto com sua respectiva Força. No caso do *Exército Brasileiro* é a Rede de Bibliotecas Integradas do Exército (Rede BIE)¹, que foi criada em 2007. A rede proporciona acesso ao acervo a usuários militares e civis por meio do *software Pergamum* e pela Biblioteca Digital do Exército (BDEx)². Essa Rede é composta por 65 (sessenta e cinco) bibliotecas.

Na *Força Aérea* as Bibliotecas Integradas da Aeronáutica (Rede BIA)³ têm por objetivo a integração das Bibliotecas desta Força, possibilitando o compartilhamento de informações com os usuários. No momento, são 27 (vinte e sete) bibliotecas interligadas, que permitem sinergia nas atividades da Biblioteconomia. Essa Força utiliza o *software Sophia*.

Na *Marinha do Brasil* é a Rede de Bibliotecas Integradas da Marinha (Rede BIM)⁴, que no momento possui 50 (cinquenta) bibliotecas interligadas e utiliza o *software Pergamum*. Esta Rede tem o objetivo de integrar todas as bibliotecas a fim de facilitar o acesso aos seus acervos, empreender economicidade de recursos humanos e materiais, e desenvolver a melhoria contínua dos serviços informacionais voltados para as necessidades da Marinha e em benefício da sociedade.

Entenda-se que os bibliotecários(as) militares possuem um perfil desconhecido e diferenciado. Além do mais, suas atividades, tanto do âmbito da Biblioteconomia como na própria Força, ainda parecem ser segredo para muitos na sociedade civil. Uma vez que, além de serem bibliotecários, *são militares* e podem exercer diferentes funções e atividades além das quais exercem como profissionais bibliotecários. Assim sendo, considera-se que suas atividades são bem diferentes das de outros da mesma profissão (os civis). Neste sentido, procura-se saber, nesse ensaio, o que fazem de diferente os bibliotecários(as) militares e civis? Como é o seu trabalho, serviço e processo da Biblioteconomia dentro da OM? Esse artigo pretende desvendar esse

1. <http://www.redebie.deceex.eb.mil.br/>

2. <http://www.bdex.eb.mil.br/jspui/>

3. <http://www.redebia.fab.mil.br/index.php>

4. <https://www.marinha.mil.br/dphdm/biblioteca/rede-bim>

mistério. Para isso, verificamos diretamente com os bibliotecários das Forças citadas sobre esse questionamento.

2 | PERFIL DOS BIBLIOTECÁRIOS NA ATUALIDADE: UM OLHAR CRÍTICO E PROATIVO NO CENÁRIO MERCADOLÓGICO

As atividades dos bibliotecários em qualquer ambiente, público ou privado, ou nas organizações militares, devem acompanhar as mudanças sofridas por elas, estando o profissional preparado para atender às novas demandas, em conformidade com os novos cenários e com os avanços das tecnologias. Panorama esse que, cada vez mais, exige do profissional um perfil diferenciado, qualificado e ativo. O profissional bibliotecário, tanto na sua competência técnica, processual, quanto em seu papel social⁵, assume ocupações que se enquadram em núcleos de sua formação e da sua atividade profissional. Na era da informação e conhecimento (digital, virtual e físico), suas atividades e competências assumem um novo posicionamento, pois foram remodeladas por técnicas de competição, centradas em inovação, e de qualidade informacional. Recursos esses evidentemente necessários no cenário atual.

Sobre os desafios da competitividade mercadológica impõe-se o valor estratégico na ciência, no conhecimento e nas informações estratégicas. Não basta mais garantir somente a boa formação, é preciso desenvolver novas habilidades e competências, exigidas pelos mais diversos campos de trabalho, e diversificadas competências, altamente impactadas pela demanda crescente por informação gerada pela explosão do universo digital e do acesso em tempo real. Com isso, a dinâmica do conhecimento torna-se obsoleta rapidamente. No caso da Ciência da Informação, vanguarda em relação a muitos campos do saber científico-tecnológico, pode-se inferir que metade do aprendizado adquirido em tecnologia na Universidade estará superado após 5 (cinco) anos. É preciso, então, pensar em uma qualificação holística (*humanizadora, engajadora, crítica e proativa*), valorizando habilidades de relação do social, comunicação, gestão, liderança, metodológicas, culturais e multidisciplinares para os bibliotecários (PALETTA, 2016, p. 58-59, itálico nosso).

Uma pesquisa recente mostra que o interesse econômico em torno da produção e do acesso à informação resultou na criação de diversas profissões que atuam no mercado informacional e do conhecimento. Assim, os nichos de trabalho que por muito tempo estiveram restritos a profissionais como bibliotecários, arquivistas e museólogos passaram a ser explorados por profissionais de diversas áreas

5. Algumas funções sociais do bibliotecário, podemos apontar como, por exemplo, no momento em que esse profissional faz o diagnóstico e um mapeamento do perfil e necessidades informacionais de seus usuários e clientes, sendo essa proveniente de sua formação. Com isso, após conhecer seus interesses profissionais e pessoais, passa a capacitar os usuários, mediando a informação virtual e física, socializando e democratizando a informação. Desse modo, o bibliotecário age de uma forma interacionista, numa perspectiva social e humanista.

envolvidas no fluxo informacional e do conhecimento. Esses novos profissionais passaram a ocupar cargos e a desenvolver atividades estratégicas relacionadas à gestão da informação e do conhecimento, enquanto muitos bibliotecários ficaram restritos a atividades técnicas em bibliotecas. Ora, se o conhecimento necessário para a gestão da informação em formato impresso foi desenvolvido e aperfeiçoado durante muito tempo por bibliotecários, por que estes profissionais não estão ocupando cargos relevantes no momento em que o *valor estratégico da informação* está cada vez mais em evidência? Onde a necessidade informacional em tempo real é necessária? Problemas quanto à competência e habilidades? Ou estaria relacionado ao estereótipo do profissional bibliotecário? (GOTTSCHALG- DUQUE; SANTOS, 2018, p.47).

O mesmo autor procura responder dizendo que o fato está relacionado à proatividade do profissional e à falta de senso crítico. Como principal fator que define o êxito dos bibliotecários. E, ainda, afirma que o concorrente do bibliotecário não é o profissional de outras áreas, mas o próprio bibliotecário. Isto é, existem profissionais de diversas áreas que se aventuram nas atividades de gestão da informação, e, de fato, os bibliotecários perderam o reconhecimento social e muitos postos de trabalho dessa área para outros profissionais. Porém, ainda não existe nenhum *perfil* profissional com formação ideal para atender adequadamente às necessidades atuais dos usuários de informação, por consequência, não existe reconhecimento social para que profissionais de nenhuma outra área ocupem postos de trabalho relacionados, por exemplo, com a gestão de dados (*Big data* e o Cientista de Dados⁶), informação e conhecimento no mercado. Esses postos de trabalho são ocupados principalmente por profissionais que estão envolvidos em algum ponto do ciclo informacional, não necessariamente por suas formações de origem, mas sobretudo por suas habilidades e competências pessoais para a aplicação de seus conhecimentos e relacionamento com as tecnologias da informação e comunicação (TIC) (GOTTSCHALG-DUQUE; SANTOS, 2018, p. 63).

Um exemplo de mudanças para a prática profissional é a prática intersubjetiva⁷; o fazer biblioteconômico e da gestão acontecem como uma ação coletiva, visando o diálogo cooperativo e a troca de experiências. Nesse contexto, é necessário conduzir

6. Considerada a profissão do futuro: ciência de dados (em inglês: *data science*) é uma área interdisciplinar voltada para o estudo e a análise de dados, estruturados ou não, que visa a extração de conhecimento ou *insights* para possíveis tomadas de decisão. Ciência de dados alia *big data* e *machine learning*, além de técnicas de outras áreas interdisciplinares. A ciência de dados pode, por exemplo, transformar essa grande quantidade de dados brutos em *insights* de negócios, e, com isso, auxiliar empresas e organizações em tomadas de decisões para atingir melhores resultados e desenvolvimento (WIKIPÉDIA).

7. Segundo (GOYARD-FABRE, 2002, p. 483), “a intersubjetividade é necessariamente o campo no qual, sobre fundo de integração social, a razão ‘discursiva’ e ‘comunicacional’ apresenta, visando a outros e numa busca de consensualidade, uma conduta ‘processual’ de argumentação e de justificação”. Já para Japiassú e Marcondes (2006), a intersubjetividade é a interação entre diferentes sujeitos, que constitui o sentido cultural da experiência humana. O problema da intersubjetividade está relacionado à possibilidade de comunicação, ou seja, de que o sentido da experiência de um indivíduo, como sujeito, seja compartilhado por outros indivíduos. Trata-se de noção encontrada contemporaneamente na fenomenologia e na filosofia analítica da linguagem com o objetivo de superar o subjetivismo e o solipsismo. A objetividade de vários sujeitos concordando quanto ao sentido de algo ou quanto

os profissionais bibliotecários a se aproximarem mais do social e da aprendizagem por meio da mediação e de práticas discursivas, com o objetivo de construir aportes, relações e afetividades com a equipe multiprofissional a fim de pensar para além das práticas técnicas e instrumentais. É preciso, ainda, que a Biblioteconomia dê um novo significado ao agir funcional instrumental (ideologia da técnica) e em seu campo de atuação, com ações coletivas emancipatórias, pois consideramos que a relação comunicativa, intersubjetiva e integradora pode restabelecer o campo instrumental dessa Ciência e torná-la participativa e emancipadora. Conseqüentemente, poderá levar à inserção do bibliotecário neste mercado altamente competitivo (CASTRO; SILVA; OLIVEIRA, 2018, p. 176).

A intersubjetividade, mediada pela linguagem, subsidia a construção da informação e trocas de conhecimentos, bem como melhorias nas práticas atitudinais, de processos e de serviços informacionais. Em outras palavras, o valor da informação e as melhorias dos processos encontram-se com maior êxito na capacidade das interações dos indivíduos sobre o uso do aparelhamento comunicativo e interativo. Com isso, o profissional bibliotecário pode estabelecer práticas discursivas pela interação e por suas ações procedimentais no dia a dia, numa perspectiva do que ele faz numa ação construtivista e interacionista: o fazer do bibliotecário em um contexto no qual haja uma recomposição do trabalho com mais integralidade de ações e tarefas. O cenário descrito por Ortega y Gasset (2006), conforme apontamos autores, é relevante e atual, preservando-se as características. A principal delas é que a quantidade de informação produzida todos os dias continua sendo muito superior à capacidade humana de organizar, compilar e recuperar essa informação. Certamente, a produção atual de informação é muito superior à que poderia ter imaginado o autor, mas a preocupação com a necessidade e a capacidade de recuperar informação relevante ainda é a mesma. Porém, diferentemente do que foi descrito pelo autor naquele contexto, atualmente o *status* do bibliotecário não cresce de maneira proporcional à necessidade e ao valor da informação. Ao contrário, a profissão tem ficado cada vez mais desvalorizada, repetindo no fechamento de bibliotecas e na perda de espaço para outros profissionais, e, conseqüentemente, na sua desvalorização, seja em qual mercado de trabalho for (GOTTSCHALG-DUQUE; SANTOS, 2018, p. 48).

Nesta realidade, o perfil do bibliotecário não pode mais se manter distante das atuais necessidades sociais e mercadológicas. É preciso reforçar as pesquisas empíricas no Brasil sobre o comportamento dos profissionais da informação, determinando a concepção de sua identidade e a definição de sua visibilidade social. Modificando suas ações, práticas e saberes apreendidos nas escolas para a realidade e necessidade mercadológica. Essas pesquisas também ajudariam a entender de que tipo de profissional o mercado de trabalho e a sociedade estão necessitando, e se os bibliotecários pensam que sua formação é adequada para atender a essas necessidades. Com estas pesquisas pode-se definir, ainda, o que está faltando e

a um resultado determinado (JAPIASSÚ; MARCONDES, 2006).

o que está sobrando na formação desses profissionais, que venha a melhorar seu *status* social. Para melhorar o respeito da sociedade para com eles, para melhorar sua remuneração, sua autoestima e seu desempenho como profissional (FONSÊCA; ODDONE, 2018, p.9).

A relação social e a questão intersubjetiva são formas especiais de agir comunicativamente para a resolução dos problemas organizacionais e das relações pessoais. Ademais, facilitam as interações e as comunicações dentro dos ambientes de trabalho. Em processos de ações comunicativas, de interações e processos informacionais com o potencial para criar novas informações e conhecimento por meio de diálogos, esse fato é notável. Com isso, a dinâmica social nessa perspectiva não é um processo que nasce e morre, é uma dinâmica que ocorre dentro das organizações sobre o olhar crítico e humanístico das profissões, ou seja, é um processo social e contínuo de interação entre os profissionais. Através dos serviços prestados e criados pelos bibliotecários nas organizações. Essas atividades constituem instrumentos que apoiam os processos para o desenvolvimento organizacional sobre as práticas humanísticas no fazer informacional e comunicacional.

Com isso, os serviços adequados e especializados na perspectiva do desenvolvimento organizacional e das relações, sejam quais forem, podem proporcionar que as ocupações do bibliotecário nesses serviços possibilitem os meios para a disseminação, mediações e relações infocomunicacionais⁸.

Os ambientes de trabalho em geral são feitos de pessoas e com elas podem e devem dialogar para melhoria dos serviços e processos informacionais. Para tanto, as organizações devem recuperar a dimensão humana. É preciso facilitar as relações dentro das organizações de maneira geral. Essa é uma das principais tarefas dos agentes críticos, permitindo que as pessoas discutam e maximizem os recursos para a renovação e relação. Bem como que o profissional da informação em questão seja crítico, tenha um olhar humanístico e proativo da profissão no ambiente onde se encontra.

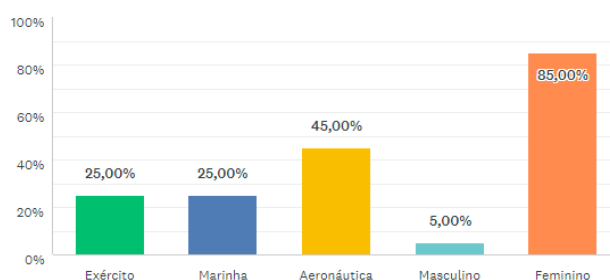
Os bibliotecários carecem de maior envolvimento no mercado, bem como no agir profissional. A literatura mostra maiores meios de entendimento e extensão sobre a natureza do envolvimento dos bibliotecários, em qualquer ambiente: disseminando informações e democratizando as informações pelos serviços informacionais. Bibliotecários podem explorar os aspectos de envolvimento nas formas como seu trabalho deve ser conduzido a fim de estender sua prática profissional nos dias de hoje; e para o futuro dessa profissão, por outro lado, exigem-se maiores esforços e reconhecimento da parte dos agentes administrativos e sociedade.

8. O entendimento do processo infocomunicacional envolve a informação e a comunicação decorrente da interação entre indivíduos e as trocas de informação no contexto social. É exigido dos profissionais e de outros indivíduos uma postura aberta e multirreferencial para entender e agir em fenômenos sociais, tendo como ponto de partida os comportamentos humanos a partir do advento e da (r)evolução das tecnologias da informação, das tecnologias móveis e da comunicação do século XX ao século XXI, bem como as formas de trabalho e do direito social e individual de cada um de agir e comunicar-se na sociedade e em qualquer ambiente sem coações e sem barreiras (físicas, de poder ou deformação).

3 | ANÁLISE DO PERFIL DOS BIBLIOTECÁRIOS (AS)MILITARES

Para a análise do perfil dos bibliotecários (as) das Forças Armadas, optou-se pelo envio de um pequeno questionário com perguntas abertas e fechadas para as equipes de bibliotecário de cada Força. O questionário foi enviado no período de junho e julho de 2018. Não se sabe a quantidade exata de bibliotecários em cada Força. Os dados coletados, quantitativos e qualitativos, são das 3 (três) Forças Armadas.

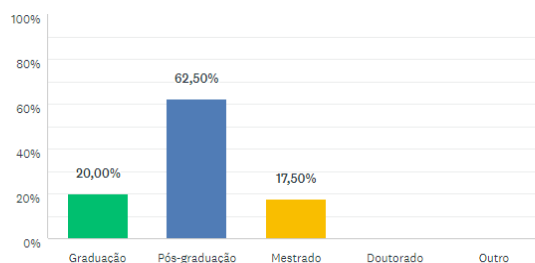
Para coleta e compilação de dados foi utilizada a ferramenta “surveymonkey”, hospedada em: <https://pt.surveymonkey.com>, identificada como de bom acesso e facilitação nas respostas. Além disso, essa ferramenta não identifica os inquiridos, conferindo sigilo à pesquisa. Abaixo estão os resultados no formato de gráficos e os dados qualitativos dos bibliotecários e suas respectivas OM e funções. Na primeira pergunta, foram inqueridos sobre em qual Força Armada o bibliotecário atua e qual sexo.



OPÇÕES DE RESPOSTA	RESPOSTAS
Exército (1)	25,00% 10
Marinha (2)	25,00% 10
Aeronáutica (3)	45,00% 18
Masculino (4)	5,00% 2
Feminino (5)	85,00% 34
Total de respondentes: 40	

Gráfico 1: Você é Bibliotecário (a) de qual Força Armada? E qual seu Sexo?

No gráfico acima, percebemos que o sexo feminino é o que mais atua nas Forças Armadas. E que a quantidade de bibliotecários é maior na Aeronáutica (Força Aérea Brasileira).



OPÇÕES DE RESPOSTA	RESPOSTAS	
Graduação (1)	20,00%	8
Pós-graduação (2)	62,50%	25
Mestrado (3)	17,50%	7
Doutorado (4)	0,00%	0
Outro (5)	0,00%	0
TOTAL		40

Gráfico 2: Qual o nível de sua Formação?

Neste gráfico (2) é possível verificar que os perfis da formação acadêmica dos bibliotecários são compostos, em sua maioria, por pós-graduação *Lato Sensu* e com mestrado *Stricto Sensu*, o que mostra uma notável formação.

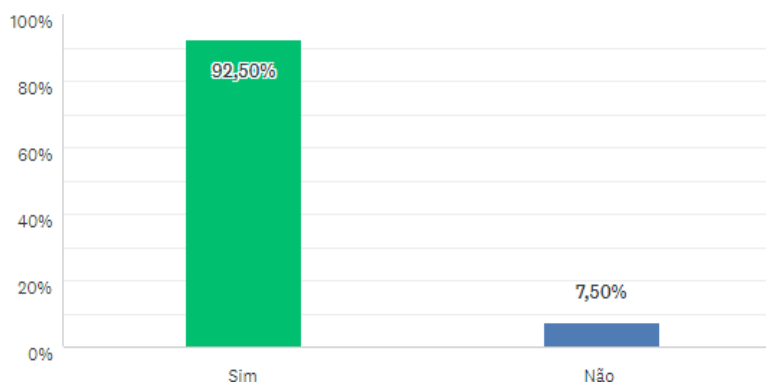


Gráfico 3: Trabalhou em atividades bibliotecárias em alguma biblioteca ou unidade de informação antes de ser militar?

O gráfico (3) indica que o bibliotecário das Forças Armadas, em sua maioria, já possui uma gama de experiências profissionais e que já trabalhou em outras bibliotecas e unidades de informação antes de ser militar.

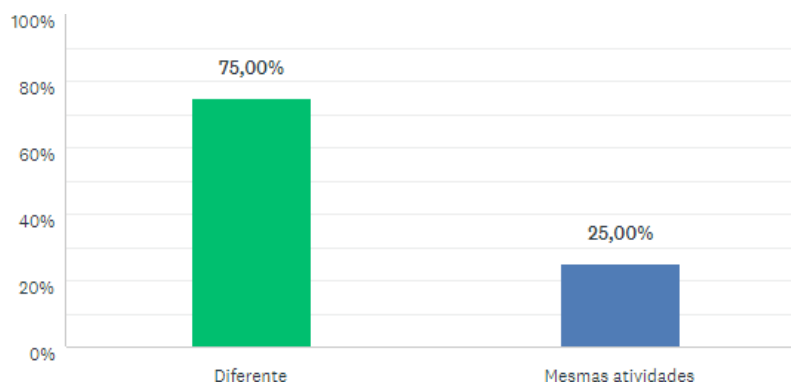


Gráfico 4: Sendo bibliotecário (a) militar você considera as atividades iguais ou diferentes de quando era civil?

Este gráfico (4) marca o início de nossa busca por dados qualitativos. Pedimos aos inqueridos que explicassem sobre as perguntas e que atribuíssem comentários, a saber, mais detalhes da profissão bibliotecários(as) militares. Os inqueridos relatam, em sua maioria, que exercem funções **bem diferentes** de quando eram bibliotecários civis, como, por exemplo, exercem: “atividades militares” em geral; serviço militar (24hs), sindicância, “missão militar” externa e interna; isto é, atividades que não têm ligação com a Biblioteconomia.

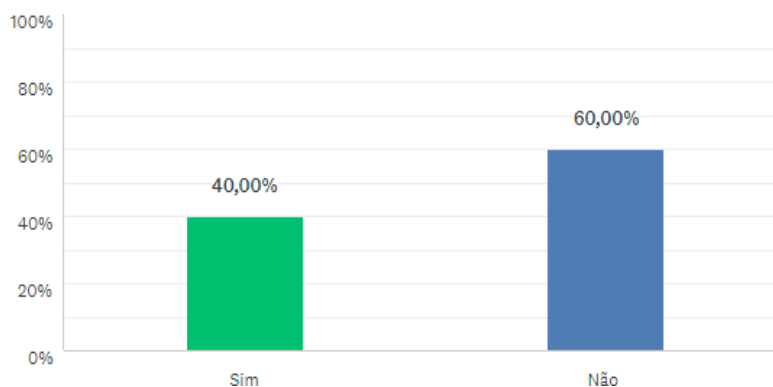


Gráfico 5: Acredita que o conceito e prática do bibliotecário e da biblioteconomia é diferente na organização militar?

Na pergunta do gráfico (5) os bibliotecários, em sua maioria, acreditam que a prática da Biblioteconomia no militarismo **não** é diferente da prática civil. No entanto, em suas alocações, os inqueridos relatam que, apesar de exercerem as mesmas práticas, possuem algumas dificuldades nas OM, tais como: os chefes e superiores que ainda “não entendem a necessidade da disseminação da informação e das práticas bibliotecárias”. Dessa forma, a Força deixa de aproveitar os serviços e qualidades informacionais e habilidades do bibliotecário que podem muito bem “agregar para a Força”; a sua “função” como especialista fica “em segundo plano”. E que suas habilidades e competências se enquadram “somente nas bibliotecas”. Por sua vez, relatam que por serem chefes não especialistas na área acabam por “tomar atitudes diferentes do preconizado pela nossa área de formação”.

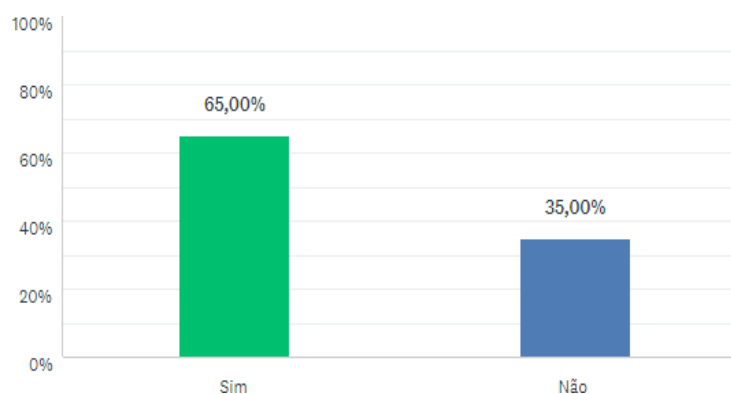


Gráfico 6: Em sua opinião existe alguma dificuldade de atuação ou de atividades profissionais em sua organização militar?

Já no gráfico (6) perguntamos sobre a dificuldade das atividades e ação dos bibliotecários em suas OM, em que relatam que encontram **muitas dificuldades** de ação e realização das práticas da Biblioteconomia. Os principais fatores são: por serem militares estão sujeitos a variados tipos de atividades não relacionadas à Biblioteconomia. As prioridades e atividades na respectiva OM estão vinculadas ao militarismo e não à prática do bibliotecário em sua Unidade de Informação ou Biblioteca.

Outros fatores estão na necessidade de “convencer sobre a organização da informação [que] é diferente da concebida pelos não técnicos e explicar que Biblioteconomia é diferente de Arquivologia”. Como também, o gerenciamento da biblioteca ou centro de informação na custódia de um profissional não formado na área. Outras questões dos inqueridos foram sobre a dificuldade de conseguir recursos financeiros, autonomia do bibliotecário, dificuldades de contratar auxiliares técnicos (habilitados técnicos em Biblioteconomia) para assessorar o bibliotecário. E que por vezes a “hierarquia pode fazer o andamento dos processos [ser] mais lento” e “muitas vezes os superiores não querem soluções técnicas”.

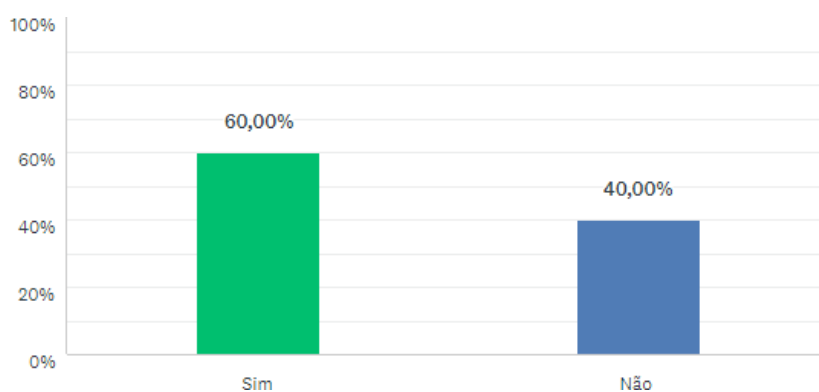


Gráfico 7: Você exerce alguma função ou atividade que dê apoio nas tomadas de decisão de seus comandantes ou chefes?

No gráfico (7) inquirimos aos bibliotecários, a saber, se as atividades e ação dos bibliotecários nas OM podem contribuir significativamente, através de seus serviços prestados, no que tange ao acesso, disseminação, busca e troca de informação e conhecimento. Os inqueridos relatam em sua maioria que **subsidiar seus chefes para a tomada de decisão**. Dentre esses apoios estão: na parte relativa aos “eventos da OM”; ao “desenvolvimento de coleções e bibliografias para os instrutores”; nas “normas da unidade”; em “informação estratégica” em “pesquisas”, na “legislação e tramitação de documentos” e no apoio ao “apresentar argumentos para tomada de decisões”.

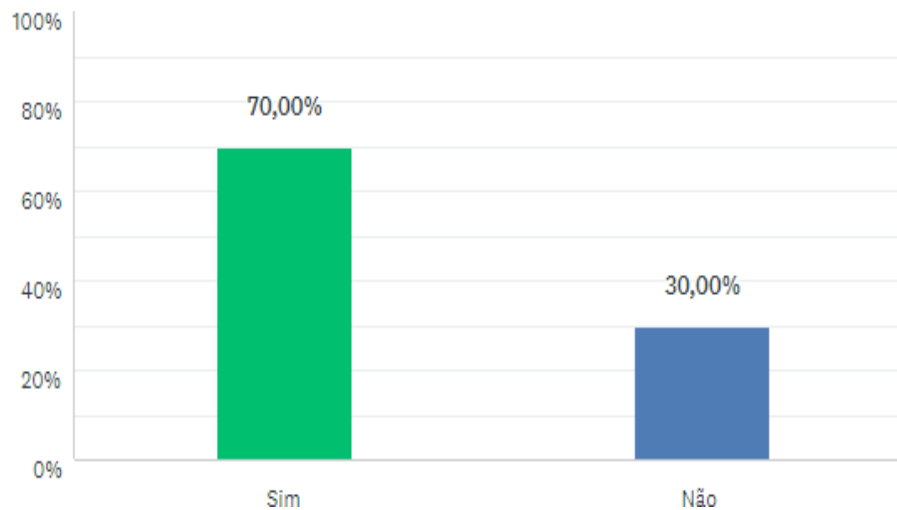


Gráfico 8: Exerce alguma função ou atividade fora da biblioteca de sua OM que vai além da sua atuação?

De acordo com o gráfico (8), os bibliotecários militares, em sua maioria, exercem atividades que **vão além** de sua especialidade e ofício. Como: chefe de seção; organização de eventos; viagens e instrução militar para novos alunos; inspeções; fiscais de contratos; comunicação social; recursos humanos; encarregado de departamentos; atividades militares; exames de contracheque; sindicâncias; comissões; responsável e curadora do Espaço Cultural militar, dentre outras atividades militares.

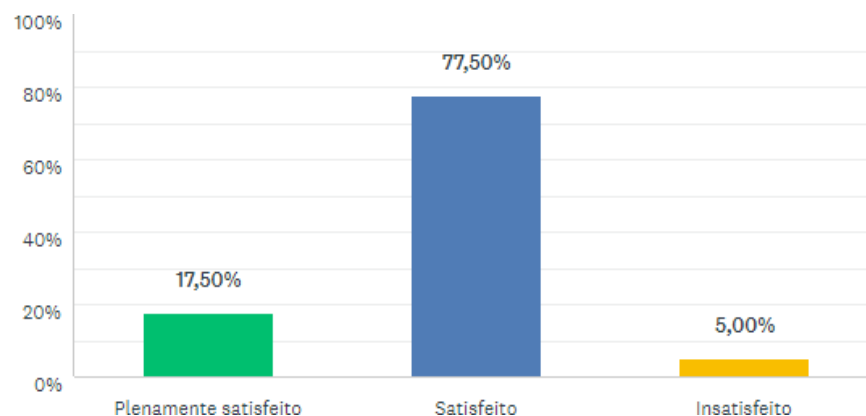


Gráfico 9: Qual o grau de satisfação com seu trabalho em sua OM e por quê?

Outra questão é saber o grau de satisfação em suas respectivas atividades biblioteconômicas em sua OM: como podemos ver no gráfico (9) acima, a maioria encontra-se **satisfeito** com suas atividades. No entanto, por um lado, algumas considerações são importantes a serem observadas, conforme relatam os bibliotecários militares: gostariam “de ter mais tempo para me dedicar por completo às atividades biblioteconômicas”; os processos nas OM “envolvem muita burocracia”.

Por outro lado, bibliotecários militares relatam que: “*aqui eu consigo exercer totalmente a função de bibliotecário apesar de concorrer a outras missões*”; e que está “*satisfeita com o grau de valorização e responsabilidades delegadas à minhas*”

competências bibliotecárias, no entanto, falta o incentivo à capacitação visando novos conhecimentos para agregar valor à profissão”; e que “embora atue na área de protocolo e arquivo, considero importante o trabalho que desenvolvo na gestão de documentos, pois a área arquivística também é muito sensível e demanda muito trabalho a ser feito nas organizações militares”.

Por fim, na última questão em aberto, incentivamos os bibliotecários militares a deixarem seus comentários, que foram reproduzidos abaixo na íntegra: **sobre o que poderia mudar, melhorar e acrescentar sobre as atividades dos bibliotecários (as) nas organizações militares?**

- “Sistema hierárquico se fosse mais flexível poderia agilizar algumas tomadas de decisões”;
- “Mais visibilidade da biblioteca e suas atividades”;
- “O apoio e reconhecimento das chefias sobre o trabalho produzido, maior interação dos militares com a informação e a restrição à função de bibliotecário, para melhor atendimento das necessidades de seus usuários”;
- “Valorizar a prática biblioteconômica, conscientizando o efetivo quanto à importância do registro do conhecimento”;
- “Dar mais importância ao acesso do usuário; ter mais pessoal, de forma a prestar um serviço de maior qualidade; aumentar a quantidade de material de informática”;
- “Aumento dos oficiais de carreira, a fim de manter o mesmo padrão para as atividades de biblioteconomia. Iniciar frentes de trabalho de longo prazo, e que tenham força para serem postas em prática e se perpetuarem”;
- “Que pudéssemos ter mais disponibilidade de horário para atuar e dedicar à nossa área de atuação, mais do que em outras áreas. Investimento para criar espaços agradáveis de pesquisa e estudo. Aquisição de materiais bibliográficos atualizados”;
- “A visão do profissional da instituição, atribuição de tarefas que nos leve a mostrar as qualificações como profissional da área”;
- “Participar de encontros de debates, apresentação de trabalhos/artigos (publicações na área dentro da Força) e conhecer a realidade de outras OMS”;
- “Encontro entre os bibliotecários da Rede para compartilhar conhecimentos e experiências, bem como um esforço coletivo para oferecer capacitações e atividades que possam ser agregadoras para a realidade das bibliotecas militares. A iniciativa dos encontros já existe, mas não há uma valorização da base para enviar seu profissional para esses encontros, se houver uma determinação superior, com certeza haverá uma participação em massa dos bibliotecários nessa rede”;
- “A obrigatoriedade de que todas as organizações militares possuam bibliotecas ou centros de documentação especializados, ou, pelo menos, repositórios digitais voltados para a documentação”;
- “Mais bibliotecários e técnicos para dar apoio nas Oms que mais necessitam. Melhorar a destinação de recursos para a biblioteca. Manter uma programação cultural sobre os valores da Força”;e,
- “Acho que as bibliotecas e o trabalho do bibliotecário são muito negligenciados. Mas isso teria que partir de uma mudança de postura do alto comando. A atuação do bibliotecário

em OMs é limitada pela própria condição do serviço militar. Acho que nós fazemos a nossa parte, mas não adianta se temos uma chefia que não entende o nosso campo de atuação”.

Os bibliotecários (as) militares, além de exercerem as funções e ofícios de sua profissão, exercem outras atividades militares ou associadas. Essas atividades nas 3 (três) Forças e de cada OM vai depender muito da chefia (ou comandante), para sua função, processo de desenvolvimento e as “missões”. As atividades da Biblioteconomia não são diferentes em cada Força Armada, parece-nos similar às outras forças como também às executadas pelos civis. O que difere são as atividades militares. De acordo com os dados qualitativos, as atividades exercidas são bem diferentes dos bibliotecários civis, uma vez que exercem atividades que os civis não executam, como: serviço de oficial (que é o trabalho militar que toma conta da OM 24hs). São chefes de outras seções e estão sempre em outras missões em favor da OM.

Por conseguinte, os dados qualitativos mostram que as práticas da Biblioteconomia dentro da OM padecem de variados problemas, quanto à visibilidade do profissional bibliotecário, do reconhecimento e melhorias ao favorecimento quanto às atividades essenciais do bibliotecário: serviços informacionais; recursos financeiros, tecnológicos e humanos. Por outro lado, os bibliotecários militares demonstraram esforços e empenhos no processo de apoio à tomada de decisão, em que exercem atividades que subsidiam as decisões de seus superiores imediatos, dando apoio nas pesquisas em geral, em informações específicas e especializadas, e no apoio em atividades organizacionais dentro de sua OM. São ações nas quais o bibliotecário pode atuar muito bem, além das atividades na biblioteca, no processo que envolve a seleção e o processamento da informação, de modo a responder a uma pergunta ou a necessidade de resolver um problema, tomar uma decisão, negociar uma posição ou entender uma situação além do fomento ao conhecimento.

Bibliotecários militares estão satisfeitos com suas atividades nas organizações militares. Apesar da peculiaridade das atividades diversas, mostram que sua atuação e gestão da biblioteca e unidade de informação possuem relevância para a OM e chefias. Exercendo um relevante papel ao trabalharem com as informações e ao conhecimento intelectual da organização, passando a agregar valor estratégico a estas.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O perfil dos bibliotecários(as) militares é bem distinto do perfil dos bibliotecários civis. Diferente no que tange às atividades pertinentes na organização do militar e nas atividades militares. Configurando um perfil proativo, com capacitações específicas da área militar e dos diversos níveis de exercício da profissão militar. Outro posicionamento dos bibliotecários militares está em sua responsabilidade

quanto à gerência tanto da Biblioteca, Unidade de Informação, quanto da gestão de outra seção (militar). Como também nas atividades em “missões militares” e “serviços militares”. Em outras palavras, podemos dizer que os bibliotecários (as) militares são mais que bibliotecários. São bibliotecários aguerridos em seus afazeres biblioteconômicos e militares.

Os bibliotecários(as) militares, através dos processos técnicos e ações quanto à organização da informação, gestão da informação, pesquisas, seleção e disseminação das informações dentre outros serviços, exercem papéis estratégicos em conjunto com a Força. Como também o gerenciamento e a administração de equipes de funcionários em centros de documentação, na direção de programas e sistemas de informação, assegurando que o registro da informação esteja em seu melhor formato e organizado e que atenda satisfatoriamente às necessidades do pessoal e da Força. O agrupamento dessas particularidades fomenta sua relevância profissional e a necessidade de sua ação e de promoção à inovação dos serviços informacionais e comunicacionais, como prática de seu ofício nas Organizações Militares.

Por outro lado, conforme apontam os dados, é necessário que as Forças Armadas, seus gestores e chefes repensem suas formas de trabalho e de gerenciar pessoas, no que tange os níveis de hierarquia militar (que pode ser um elemento inibidor de atuação das profissões) e burocracia. É significativa a mudança por modelos organizacionais mais flexíveis, com mobilidade suficiente para reagir às mudanças impostas pela cultura organizacional e das relações interpessoais. É nesse sentido que as organizações em geral podem melhorar seu posicionamento na sociedade. As atividades estratégicas das organizações e dos profissionais que nela atuam necessitam de ambientes adequados, líderes que estimulem, ensinem e proporcionem uma cultura em harmonia com o ambiente organizacional.

As organizações militares, ao que tudo indica, necessitam de informações estratégicas de acordo com o interesse da organização. Os bibliotecários(as) militares são profissionais específicos e treinados para subsidiar os indivíduos e a organização em geral com informações: relevantes, estratégicas e de qualidade. Suas perspectivas de atuação e contribuição são vistas como insumos estratégicos. Esse profissional exerce grandes influências através da informação e conhecimento sobre as inúmeras atividades em apoio às organizações e nas tomadas de decisões. Tendo não somente o trabalho com a informação, mas, também, um olhar crítico, estratégico e inovador da profissão.

Por fim, coloca-se fundamental que a formação do bibliotecário contemple em seus currículos disciplinas com o horizonte crítico e de capacidades integradoras nas relações humanas e sociais dos sujeitos, permitindo que esse profissional aja com competências éticas e dialógicas nos seus afazeres do dia a dia e em seu processo de desenvolvimento profissional. Configurando em ações pro ativas com os processos da gestão da informação e do conhecimento. Uma vez que, dentro do

cenário do pouco aproveitamento do potencial do bibliotecário e dos benefícios que poderiam ser oferecidos por eles, pode-se constatar o desconhecimento por parte de gestores de suas habilidades técnicas, teóricas, de gestão e de suas competências informacionais. Levando em consideração a importância do uso da informação estratégica para a sobrevivência no mercado competitivo e no desenvolvimento organizacional, constata-se um desperdício de oportunidades ao ser deixado de lado o profissional melhor qualificado para lidar com esse insumo.

REFERÊNCIAS

CASTRO, J. L. de; SILVA, L. E. F. da; OLIVEIRA, A. N. Construções intersubjetivas na prática profissional bibliotecária: reflexões. **Inf. & Soc.:Est.**, João Pessoa, v.28, n.2, p. 163-178, maio/ago. 2018. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/37981/pdf>>. Acesso em: 10 set. 2018.

FONSECA, A. M. F.; ODDONE, N. Breves reflexões sobre o profissional da informação e sua inserção no mercado de trabalho. In: CINFORM – ENCONTRO NACIONAL DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 6., 14-17 jun. 2005, Salvador. **Anais...** Disponível em: <http://www.cinform.ufba.br/vi_anais/docs/AngelaNanci.pdf>. Acesso em: 4 set. 2018.

GOTTSCHALG-DUQUE, C.; SANTOS, J. D. F. A Concorrência do Bibliotecário no Século XXI. In: RIBEIRO, A. C. M. L.; FERREIRA, P. C. G. **Bibliotecário do Século XXI pensando o seu papel na contemporaneidade**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/180406_bibliotecario_do_sec_XXI.pdf>. Acesso em: 14 set. 2018.

GOYARD-FABRE, S. **Princípios filosóficos do direito político moderno**. São Paulo, Martins Fontes, 2002.

JAPIASSU, H. F.; MARCONDES, D. **Dicionário básico de filosofia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

PALETTA, F. C. Acesso, apropriação e uso da informação na sociedade em rede: desafios na formação do profissional da informação. In: MODESTO, J. F. (Org.); PALETTA, F. C. (Org.). **Tópicos para o ensino de Biblioteconomia**. 1. ed. São Paulo: Editora Livre Expressão, 2016. p. 184. Disponível em: <<http://www3.eca.usp.br/sites/default/files/form/biblioteca/acervo/textos/002746699.pdf>>. Acesso em: 14 ago. 2018.

SOBRE A ORGANIZADORA

LUCIANA PAVOWSKI FRANCO SILVESTRE - Possui graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (2003), pós-graduação em Administração Pública pela Faculdade Padre João Bagozzi (2008) é Mestre em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (2013), Doutora em Ciências Sociais Aplicadas pela UEPG. Assistente Social da Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social - Governo do Estado do Paraná, atualmente é chefe do Escritório Regional de Ponta Grossa da Secretaria de estado da Família e Desenvolvimento Social, membro da comissão regional de enfrentamento às violências contra crianças e adolescentes de Ponta Grossa. Atuando principalmente nos seguintes temas: criança e adolescente, medidas socioeducativas, serviços socioassistenciais, rede de proteção e política pública de assistência social.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Arqueologia 180, 182, 191

C

Cinema 91, 92, 94, 95, 96, 97, 103, 104

Conselhos 31, 32, 34, 35, 36, 38, 39, 43

Controle social 46

Cultura 5, 15, 25, 28, 35, 36, 91, 104, 105, 119, 120, 123, 144, 180, 189, 190, 191, 192, 231, 264

D

Democracia 5, 31, 33, 38

Desigualdade 47, 56

E

Estado 5, 1, 7, 9, 10, 11, 13, 15, 22, 24, 26, 32, 33, 34, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 52, 54, 60, 62, 63, 64, 85, 93, 94, 95, 99, 103, 104, 105, 117, 118, 119, 120, 121, 123, 138, 153, 154, 157, 159, 162, 164, 169, 170, 174, 176, 177, 193, 194, 195, 197, 200, 201, 202, 206, 237, 238, 265, 267, 269, 278, 321

F

Família 57, 60, 64, 65, 66, 67, 68, 70, 73, 74, 321

G

Gênero 5, 39, 47, 56, 67, 73, 114

H

Homofobia 78

I

Identidade 5, 24, 162, 270, 271

Impeachment 15

Informação 35, 88, 232, 233, 242, 243, 244, 245, 247, 258, 259, 260, 295, 305, 308, 315, 319

M

Morte 137, 296, 301

N

Nação 24, 29, 115, 117, 177

Niilismo 304

P

Pobreza 67

Poder 34, 167, 179

Preconceito racial 207

Produção de conhecimento 261

T

Território 5, 155, 157, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166

U

Umbanda 207, 208, 217

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-514-3



9 788572 475143